

RELATÓRIO FINAL DO 22º CONGRESSO DO ANDES-SN
Teresina, 8 a 13 de março de 2003

SUMÁRIO

PARTICIPANTES	004
ATAS	
PLENÁRIA DE ABERTURA	012
DISCURSO DO PROF. LUIZ CARLOS LUCAS – PRESIDENTE DO ANDES-SN	015
PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO	018
Anexos	
Pauta e Cronograma	020
Regimento do 22º CONGRESSO	021
PLENÁRIA INICIAL - Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura	029
PLENÁRIA DO TEMA I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos	031
PLENÁRIA DO TEMA II - Questões Organizativas e Financeiras	060
PLENÁRIA DO TEMA III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe	068
PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO	088
Anexos	
Carta de Teresina	089
Moções	092
RESOLUÇÕES	
TEMA I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos	
Eixos do Plano Geral de Lutas	103
Bandeiras de Luta	105
Plano Geral de Lutas	106
Plano de Lutas do Setor das IFES	111
Plano de Lutas do Setor das IEES	111
Plano de Lutas do Setor das IPES	112
TEMA II – Questões Organizativas e Financeiras	
Plano de Lutas do Setor das IPES	117
Alteração Estatutária	117
Sindicalizado via Secretaria Regional	118
Hegemonia e Estrutura do ANDES-SN	118
Conselho Editorial do Informandes	119

Prestação de Contas do 45º CONAD	119
A memória da luta como instrumento para qualificar as deliberações do Sindicato	121
Sede do 23º CONGRESSO	121
Homologação de Criação de Seção Sindical	121
Inscrições nos Grupos de Trabalho	122
TEMA III - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe	
Etnia, Gênero e Classe	127
Política de Seguridade Social – Assuntos de Aposentadoria	128
Política Sindical	130
Política Educacional	131
Política de Ciência e Tecnologia	136
Política Agrária	138
	140
RATEIO	
	145
CADERNO DE TEXTOS	
	302
ANEXO AO CADERNO DE TEXTOS	
	378
TEXTOS AVULSOS	

RELAÇÃO DOS DELEGADOS AO 22º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Paulo Antônio de Oliveira Gomes	ADUFU	F
002	Bento Itamar Borges	ADUFU	F
003	Selmo Haroldo Resende	ADUFU	F
004	Aparecida Monteiro de França	ADUFU	F
005	Lucimar Divina Alvarenga Prata	ADUFU	F
006	Luís Caetano Salles	ADUFU	F
007	Solange Bretas	ADUFU	F
008	Karla Viana Teixeira	ADUFU	F
009	José Francisco Ribeiro	ADUFU	F
010	Agostinho B. M. Beghelli Filho	APES	F
011	André Silva Martins	APES	F
012	Daniela Motta de Oliveira	APES	F
013	Eduardo S. Leão de Souza	APES	F
014	Márcio Antônio de Oliveira	APES	F
015	Maria Lúcia de A. Leopoldo	APES	F
016	Paulo Clinger de Souza	APES	F
017	Petrônio Barros R. de Jesus	APES	F
018	Walcyr Duarte Nascimento	APES	F
019	João Batista de Deus	ADUFG	F
020	Abraão Garcia Gomes	ADUFG	F
021	Alexandre Aguiar dos Santos	ADUFG	F
022	Ângela Cristina Belém Mascarenhas	ADUFG	F
023	Élson Rodrigues Olanda	ADUFG	F
024	Eliane Leão	ADUFG	F
025	Fernando Pereira dos Santos	ADUFG	F
026	Francisco Hudson da Cunha Lustosa	ADUFG	F
027	Hélio Furtado do Amaral	ADUFG	F
028	Romão da Cunha Nunes	ADUFG	F
029	Emerson Pires Leal	ADUFSCAR	F
030	Carlos Alberto Olivieri	ADUFSCAR	F
031	Dóris Lieth Nunes Peçanha	ADUFSCAR	F
032	Geria Montanari Franco	ADUFSCAR	F
033	Matilde Alzeni dos Santos	ADUFSCAR	F
034	Amarílio Ferreira Júnior	ADUFSCAR	F
035	Otávio Sampaio Corrêa Mariani	ADUFSCAR	F
036	Paulo César Marques da Silva	ADUNB	F
037	Alejandra Leonor Pascaul	ADUNB	F
038	Rodrigo de Souza Dantas M. Pinto	ADUNB	F
039	Hélvia Leite Cruz	ADUNB	F
040	Paulo Afonso Francisco de Carvalho	ADUNB	F
041	José Alves Donizeth	ADUNB	F
042	José Mauro Barbosa Ribeiro	ADUNB	F
043	Ebnezer Marurílio Nogueira	ADUNB	F
044	Ana Maria Ramos Estevão	ADUNESP	E
045	Sueli Guadalupe de Lima Mendonça	ADUNESP	E
046	Vandef Pinto da Silva	ADUNESP	E
047	Nilma Renildes da Silva	ADUNESP	E
048	Luiz Fernando da Silva	ADUNESP	E
049	Wilson Manzoli Júnior	ADUNESP	E
050	Antônio Gautier Farias Falconiere	ADFURRN/ADUERN	E
051	Geraldo Marques Carneiro	ADFURRN/ADUERN	E
052	André Elias Fidelis Feitosa	ADUFF	F
053	José Antônio e Souza	ADUFF	F
054	José Raphael Bokehi	ADUFF	F

055	Júlio Carlos Figueiredo	ADUFF	F
056	Margarida Carvalho de Santana	ADUFF	F
057	Paulo Antônio Cresciulo de Almeida	ADUFF	F
058	Rosemary Menezes Barbosa	ADUFF	F
059	Selma Rodrigues de Castilho	ADUFF	F
060	Sonia Monnerat Barbosa	ADUFF	F
061	Waldyr Lins de Castro	ADUFF	F
062	Marina Barbosa Pinto	ADUFF	F
063	Heitor Scalabrini Costa	ADUFEPE	F
064	Elaine Judite de Amorim Carvalho	ADUFEPE	F
065	Marcelo Barreto Cavalcanti	ADUFEPE	F
066	Humberto Doria	ADUFEPE	F
067	Edvaldo Rafael Leite	ADUFEPE	F
068	Rosa Cristina Santiago	ADUFEPE	F
069	David Wallace Cavalcante da Silva	ADUFEPE	F
070	Ricardo Swain Alessio	ADUFEPE	F
071	Marsílio de Alencar Sá Leitão	ADUFEPE	F
072	José Sérgio Antunes Sette	ADUFEPE	F
073	Fernando Fidalgo	APUBH	F
074	Otávia Fernandes de Souza Rodrigues	APUBH	F
075	Rosângela Carrusca Alvim	APUBH	F
076	Irmgard Assis	APUBH	F
077	Vera Lúcia Fernandes	APUBH	F
078	Beatriz Couto	APUBH	F
079	Maria Inez Melo de Toledo	APUBH	F
080	Tânia Lúcia Hirochi	APUBH	F
081	Débora Torres	APUBH	F
082	Maria Rosimary Soares	APUBH	F
083	Júlia Maria Andrade	APUBH	F
084	Egléa Maria Coelho	APUBH	F
085	Maria do Socorro Pereira Leal	SESDUF-RR	F
086	Elenize Cristina de O. da Silva	SESDUF-RR	F
087	José Humberto	ADURN	F
088	Ana Lúcia Xavier Vieira	ADURN	F
089	Gilson de Vasconcelos Torres	ADURN	F
090	Ibiraci Maria Fernandes Rocha	ADURN	F
091	João Wanderley Rodrigues Pereira	ADURN	F
092	Luiz Guilherme Meira de Souza	ADURN	F
093	Leonides Brunet de Sá	ADURN	F
094	Maria Goretti Cabral Barbalho	ADURN	F
095	Raimundo Nonato Nunes	ADURN	F
096	Teresinha Dantas de Souza	ADURN	F
097	Zilda Luiz Maria	ADURN	F
098	Méri Rosane Santos Silva	APROFURG	F
099	Osvaldo Casares Pinto	APROFURG	F
100	Manoel Luís Martins da Cruz	APROFURG	F
101	Celso Luiz Lopes	APROFURG	F
102	Terezinha Maria Barros Santos	ADUCSAL	P
103	Wânia Souza Andrade	ADUCSAL	P
104	Edmilson Xavier Vivas	ADUCSAL	P
105	Renato Alves Machado	ADUCSAL	P
106	Alexandre Fiúza	ADUNIOESTE	E
107	Maria Aparecida Castro Livi	ADUFRGS	F
108	Félix Hilário Diaz Gonzalez	ADUFRGS	F
109	Cláudio Scherer	ADUFRGS	F
110	José Carlos Freitas Lemos	ADUFRGS	F
111	Daniela Marzola Fialho	ADUFRGS	F
112	Maria Adélia Pinhal de Castro	ADUFRGS	F

113	Carlos Schmidt	ADUFRGS	F
114	Miriani Griselda Pastoriza	ADUFRGS	F
115	Fernanda Scalzilli Marques Fernandes	ADUFRGS	F
116	Fernando Rosa do Nascimento	ADUFRGS	F
117	Rubens Constantino Volpe Weyne	ADUFRGS	F
118	Eduardo Rolim de Oliveira	ADUFRGS	F
119	Maristela Nascimento Duarte	ADFUNREI	F
120	Valceres Vieira Rocha e Silva	ADFUNREI	F
121	Astrid Baecker Avila	APUFPR	F
122	Carmem Lúcia Fornari Diez	APUFPR	F
123	Cícero Gonçalves de Oliveira	APUFPR	F
124	Edson Gonçalves de Oliveria	APUFPR	F
125	Horácio Tertuliano dos Santos Filho	APUFPR	F
126	Jorge Fernando Hermida Aviero	APUFPR	F
127	Marco Aurelio Visintin	APUFPR	F
128	Maria Sueli Soares Leonart	APUFPR	F
129	Milena Maria Costa Martinez	APUFPR	F
130	José Edson Araujo Santos	APUFPR	F
131	Sandra Maria Alessi Munstch	APUFPR	F
132	Ranah Manezenco Silva	ASPUV	F
133	Dileno Dustan Lucas de Souza	ASPUV	F
134	João Augusto Alves Meira Neto	ASPUV	F
135	Antônio Fernando dos Santos Penna	ADUNICAMP	E
136	Claudiney Rodrigues Carrasco	ADUNICAMP	E
137	Edmundo Fernandes Dias	ADUNICAMP	E
138	José Roberto Zan	ADUNICAMP	E
139	Nidia Majerowicz	ADUR-RJ	F
140	Luis Mauro Sampaio Magalhães	ADUR-RJ	F
141	Valdomiro Neves Lima	ADUR-RJ	F
142	Ricardo Motta Miranda	ADUR-RJ	F
143	Luciana de Amorim Nóbrega	ADUR-RJ	F
144	Rômulo Garcia de Andrade	ADUR-RJ	F
145	Maria Aparecida Ramos de Meneses	ADUFPB	F
146	Galdino Toscano de Brito Filho	ADUFPB	F
147	Homero Catão Maribondo da Trindade	ADUFPB	F
148	Terezinha Diniz	ADUFPB	F
149	Simone Elisabeth Duarte Coutinho	ADUFPB	F
150	Maria José Neves	ADUFPB	F
151	Adelaide Alves Dias	ADUFPB	F
152	Wilson Honorato Aragão	ADUFPB	F
153	Jesiel Ferreira de Souza	ADUFPB	F
154	Robson Henriques Sobral	ADUFPB	F
155	Iedo Leite Fontes	ADUFPB	F
156	Onaldo G. Rodrigues	ADUFPB-PATOS	F
157	Maria Bernadete Leal Campos	ADUPE	E
158	Denise Tomaz de Aquino	ADUPE	E
159	Itamar Lages	ADUPE	E
160	João de Oliveira	ADUPE	E
161	Maria Auxiliadora Leal Campos	ADUPE	E
162	Mariana Moreira Neto	ADUC	F
163	Ciro Teixeira Correia	ADUSP	E
164	Lighia B. H. Matsusahigue	ADUSP	E
165	Flávio Tavares	ADUSP	E
166	Leonel Itaussú	ADUSP	E
167	Cesar A Minto	ADUSP	E
168	Sérgio Souto	ADUSP	E
169	Américo Kerr	ADUSP	E
170	Rubens B. de Camargo	ADUSP	E

171	Arsênio S. Perez	ADUSP	E
172	João Zanetic	ADUSP	E
173	Ednete Gomes Monteiro	APRUMA	F
174	Cláudia Alves Durans	APRUMA	F
175	Francisco Martins de Souza	SINDUECE	E
176	Gledson Ribeiro de Oliveira	SINDUECE	E
177	Carlos Eduardo Silva Volpato	ADUFLA	F
178	José Maria de Sales Andrade Neto	ADUFC	F
179	Benito Moreira de Azevedo	ADUFC	F
180	Maria Betânia França Montenegro	ADUFC	F
181	Cássia Damiani	ADUFC	F
182	Francisco Edson Pereira	ADUFC	F
183	Homero Lenz Cesar	ADUFC	F
184	Iberê Guimarães Aguiar	ADUFC	F
185	Moacir Tavares Martins Filho	ADUFC	F
186	José Carlos Parente de Oliveira	ADUFC	F
187	Marco Antônio Sperl de Faria	ADUNIMEP	P
188	José Carlos Silva	ADUNIMEP	P
189	Marinalva Silva Oliveira	SINDUFAP	F
190	Arley José Silveira da Costa	SINDUFAP	F
191	Edson Pereira Cardoso	ADUFES	F
192	Eulália Enise Cardoso	ADUFES	F
193	Odiléia Dessaune de Almeida	ADUFES	F
194	Edson Domingos Fagundes	SINDOCEFET-PR	F
195	Adilson Gil Tavares	SINDOCEFET-PR	F
196	Sirley Laurindo Ramalho	SINDOCEFET-PR	F
197	Domingos Leite Lima Filho	SINDOCEFET-PR	F
198	Nanci Stancki Silva	SINDOCEFET-PR	F
199	Volmir Sabbi	SINDOCEFET-PR	F
200	Juracy José Lemos	SINDOCEFET-PR	F
201	Rosemary Batista de Oliveira	SINDOCEFET-PR	F
202	Sérgio Ricardo de Souza	SINDCEFET-MG	F
203	Cícera Vanessa Maia	SINDCEFET-MG	F
204	Suzana Maria Zatti Lima	SINDCEFET-MG	F
205	Benedito de Jesus Magalhães	SINDCEFET-MG	F
206	Fábia Barbosa Heluy	SINDCEFET-MG	F
207	Afra Suelene de Sousa	ADUFPEL	F
208	Althen Teixeira Filho	ADUFPEL	F
209	Fabiane Tejada da Silveira	ADUFPEL	F
210	Henrique Andrade F. de Mendonça	ADUFPEL	F
211	Luiz Carlos Rigo	ADUFPEL	F
212	Celso de Almeida e Silva	ADCEFET-RJ	F
213	Sérgio Gonçalves Correa	ADCEFET-RJ	F
214	Evaristo Emigdio Colmán Duarte	ADUEL	E
215	Alexandre Bonetti Lima	ADUEL	E
216	Ruy Belém de Araújo	ADUFS	F
217	José Eloízio da Costa	ADUFS	F
218	Sônia Cristina Pimentel de Santana	ADUFS	F
219	Neilza Barreto de Oliveira	ADUFS	F
220	Romero Júnior Venâncio Silva	ADUFS	F
221	Antônio Passos Lima Filho	ADUFAL	F
222	Antônio José Ornellas Farias	ADUFAL	F
223	Luiz Gonzaga Costa de Oliveira	ADUFAL	F
224	José Elias Soares Rocha	ADUFAL	F
225	João Eduardo da Silva Pereira	SEDUFMS	F
226	Carlos Alberto da Fonseca Pires	SEDUFMS	F
227	José Glauco Ribeiro Tostes	SESDUENF	E
228	Jaime Roberto Teixeira Rios	ADUFOP	F

229	Geraldo Barbosa	VPR-SUL	
230	Ângela Maria de Carvalho Pontes	APUB	F
231	Antônio da Silva Câmara	APUB	F
232	Antônio de Souza Batista	APUB	F
233	Francisco José Duarte Santana	APUB	F
234	Lana Belicher	APUB	F
235	Maria Inês Correa Marques	APUB	F
236	Menandro Celso de Castro Ramos	APUB	F
237	Paulo Marcos Borges Rizzo	APUFSC	F
238	Clarilton Ribas	APUFSC	F
239	Maria da Graça Bollmann	APUFSC	F
240	Sandra Mendonça	APUFSC	F
241	Bartira Grandi	APUFSC	F
242	Tanira Margarete Piacentini	APUFSC	F
243	Marcelo Tragtenberg	APUFSC	F
244	Magaly Mendonça	APUFSC	F
245	Maria Odete Santos	APUFSC	F
246	Alberto Elvino Franke	APUFSC	F
247	Félix Quispe Gómez	APUFSC	F
248	Luciana Nascimento dos Santos	ADUNEB	E
249	Zózina Maria Rocha de Almeida	ADUNEB	E
250	Josilda Batista Lima	ADUNEB	E
251	Simone Sette Lopes Lafayette	ADUNIFESP	F
252	Luiz Galetti	ADUFMAT	F
253	Roberto Boa Ventura	ADUFMAT	F
254	José Ricardo	ADUFMAT	F
255	Mauro Miguel Costa	ADUFMAT	F
256	Admur Pamplona	ADUFMAT	F
257	Virgínia Moura	SINDURCA	E
258	Antônio Burguens Baena	ADUFPA	F
259	Maria de Fátima Ataíde Moreira Lima	ADUFPA	F
260	Maria da Conceição Solano Reis	ADUFPA	F
261	Maria da Conceição Rebelo	ADUFPA	F
262	Leonardo Ferreira Soares	ADUFPI	F
263	Cristiano Matias Neto	ADUFPI	F
264	Ana Beatriz M. dos S. Seraine	ADUFPI	F
265	Rosana Evangelista da Cruz	ADUFPI	F
266	Francisca Mendes de Souza	ADUFPI	F
267	Mário Ângelo de Meneses Souza	ADUFPI	F
268	Antônio de Pádua Rodrigues	ADUFPI	F
269	Joaquim Gonçalves Neto	ADUFPI	F
270	Edna Maria Magalhães do Nascimento	ADUFPI	F
271	Ana Cristina Martins	ADUA	F
272	Francisco Jacob Paiva da Silva	ADUA	F
273	Ana Maria Bezerra do Nascimento	ADCESP	E
274	Francisca Lúcia de Lima	ADCESP	E
275	Conceição Mendes	ADCESP	E
276	Argus Vasconcelos	ADUFERPE	F
277	Lúcio Esmeraldino	ADUFERPE	F
278	Hélio Cabral	ADUFERPE	F
279	Aderaldo Alexandrino	ADUFERPE	F
280	Levy Paes Barreto	ADUFERPE	F
281	Nilson Félix Silva	ADUFERPE	F
282	Maria de Fátima Massena de Melo	ADUFERPE	F
283	Luiz Otávio de Magalhães	ADUSB	E
284	Newton Leme de Camargo	ADUSB	E
285	Lauro Xavier	ADUSB	E
286	Raimundo Marçal do Rosário	ADUSB	E

287	Carlos Alberto A Lima	ADUNIRIO	F
288	Zelinda Andrade dos Santos	ADUNIRIO	F
289	Cleusa Santos	ADUFRJ	F
290	José Henrique Sanglard	ADUFRJ	F
291	José Miguel Brandão Saldanha	ADUFRJ	F
292	Maria de Lourdes Passos	ADUFRJ	F
293	Roberto Leher	ADUFRJ	F
294	Rosanne Dias	ADUFRJ	F
295	José Luciano Menezes	ADUFRJ	F
296	Cláudia Gonçalves de Lima	ASDUERJ	E
297	Jorge Máximo de Souza	ASDUERJ	E
298	Antônio Braga Coscarelli	ASDUERJ	E
299	Cláudio Barbosa da Costa	ASDUERJ	E
300	José Eustáchio Bruno	ASDUERJ	E
301	Susana Moreira Padrão	ASDUERJ	E
302	Mary Jane Teixeira de Oliveira	ASDUERJ	E
303	Marcos Santos Ferreira	ASDUERJ	E
304	Roberto Lopes de Abreu	ASDUERJ	E
305	Antônio Tavares Monteir	ADUFAC	F
306	Domingos José de Almeida Neto	ADUFAC	F
307	Elvis Pereira Barbosa	ADUSC	E
308	Antônio Berto Machado	ADUFCEG	F
309	Francisco de Assis Cunha Metre	ADUFCEG	F
310	Maurino Medeiro de Santana	ADUFCEG	F
311	Agostinho Nunes da Costa Lima	ADUFCEG	F
312	Acir Fonseca Montecchi	ADUNEMAT	E
313	Carlos Luís Ferreira Silva	ADUNIR	F

RELAÇÃO DOS OBSERVADORES AO 22º CONGRESSO

Nº	NOME	SEÇÃO SINDICAL	SETOR
001	Joacir Teixeira de Melo	APES	F
002	Claudiney Lourenco	APUBH	F
003	Justina de Souza Júnior	APUBH	F
004	José da Paz Oliveira	ADUFPB	F
005	Auta de Souza Costa	ADUFPB	F
006	Aglaé Andrade de Araujo Rosendo	ADUFPB	F
007	Marynice de Medeiros	ADUFPB	F
008	Maria Aparecida Tavares F. Bezerra	ADUFPB	F
009	Mariza de Oliveira Pinheiro	ADUFPB	F
010	Frederico Barbosa da Rocha	ADUC	F
011	Regina Stella Pereira do Nascimento	SINDUECE	E
012	Ruth Maria de Paula Gonçalves	SINDUECE	E
013	Lucíola Andrade Maia	SINDUECE	E
014	Ulisses Pereira Rosa Borges	SINDOCEFET-PR	F
015	Loraci Hofmann Tonus	SINDOCEFET-PR	F
016	Almiro Weiss	SINDOCEFET-PR	F
017	Márcio Rocha	VPR-SUL	
018	Carlos Henrique Lemos Soares	APUFSC	F
019	Francisco das C. de O Cardoso	ADUFPI	F
020	Maria do Socorro Lira Monteiro	ADUFPI	F
021	Lucineide Moraes de Souza	ADUFPI	F
022	Maria do Carmo Alves do Bonfim	ADUFPI	F
023	Maria do Socorro Lajes de Carvalho	ADUFPI	F
024	Daniel de Oliveira Franco	ADUFPI	F
025	Antônia Dalva França Carvalho	ADUFPI	F

026	Gerson de A Neto	ADUFPI	F
027	Maria de Lourdes R. L. Nunes	ADUFPI	F
028	José Aléxis Bezerra Leite	ADUFPI	F
029	Neide Gomes Ferreira	ADUEPB	E
030	Carlos Alberto Pereira	ADCESP	E
031	Maria Célia Leal e Silva	ADCESP	E
032	Goetho Rommel Veras	ADCESP	E
033	José Pinheiro	ADCESP	E
034	Moacir Orsano Pereira	ADCESP	E
035	Hercilene M. S. Costa	ADCESP	E
036	Jaqueline Bianque	ADUFERPE	F
037	Willibaldo Bezerra	ADUFERPE	F
038	Jadson Augusto	ADUFERPE	F
039	Irenilda de Souza Lima	ADUFERPE	F
040	Rosendo Freitas de Amorim	ADUNIFOR	P
041	Veralúcia Gomes Maia	ADUNIFOR	P
042	Rosângela Petuba	SINDUEPG	E
043	José Carlos Pessoa de Melo	SINDFUNESA	E

ATAS

ATA DA PLENÁRIA DE ABERTURA

Às dezenove horas e trinta e cinco minutos do dia oito, do mês de março, do ano de dois mil e três, no auditório do Hotel Rio Poty, na cidade de Teresina-Piauí, foi instalada a Plenária de Abertura do 22º CONGRESSO do ANDES-SN. A professora Edna Magalhães, presidente da ADUFPI, deu início à solenidade, saudando os congressistas e especialmente as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher. A companheira discorreu sobre o significado do congresso por tudo que ANDES-SN representa para a sociedade brasileira, interferindo na política, na história e na trajetória do país. Ressaltou que é o primeiro evento nacional sediado pela seção sindical e que a organização do congresso representa um grande desafio e responsabilidade para os docentes da ADUFPI e trás conseqüências muito positivas para o movimento docente na UFPI no processo de construção da democratização interna da instituição. Contribui para mobilizar os docentes em defesa da concepção de universidade que os professores da UFPI idealizam. O processo de democratização interno da UFPI ganha maior relevância em decorrência da eleição para reitor que se avizinha. Ressaltou, também, o posicionamento correto do Sindicato ao deliberar por manter-se desvinculado de qualquer compromisso com o governo da República recém-eleito, resguardando e assegurando, assim, a autonomia do ANDES-SN perante as políticas implementadas pelo governo Lula. Esta postura demonstra a disposição de luta do movimento docente reafirmando a sua pauta em defesa da universidade pública; de uma previdência social pública, construída dentro de um projeto de justiça social; do reajuste salarial emergencial de 46,95% para os docentes da IFES; contra a política de arrocho salarial, a ALCA e FMI. Após o pronunciamento da professora Edna, foi composta a Mesa com a presença dos professores(a) Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente do ANDES-SN; Celi Zulke Taffarel, secretária geral do Sindicato; José Vítório Zago, 1º tesoureiro do Sindicato; José Eudes Baima Bezerra, 1º vice-presidente da Secretaria Regional Nordeste I; Edna Magalhães, presidente da ADUFPI; Paulo de Tarso Goldemberg, representante do reitor da UFPI e pelos representantes dos movimentos sociais: Marlon Leitão, representante da CUT estadual; Uzanildo Frazão, representante do Diretório Central dos Estudantes da UFPI; João Rocha Vasconcelos, presidente do SINTUF; Lucineide Barros, representante do movimento pela moradia de Teresina; Maria de Fátima Veira, da comunidade quilombola, representante das Mulheres Negras do Piauí; Francisca Rodrigues dos Santos, representante da Associação de Trabalhadoras Quebradoras de coco do Piauí; Maria Odete Martins, representante dos trabalhadores da Reserva Extrativista de Batoque do município Aquiraz-CE; João Batista, representante da Comunidade Pesqueira Tatajuba no Município de Camuncim-CE. O presidente da Mesa, prof Luiz Carlos Gonçalves Lucas, saudou os participantes do evento, os integrantes da Mesa, as mulheres pelo Dia Internacional da Mulher e fez uma saudação especial aos docentes da UERJ pela greve que conduzem contra o governo do estado do Rio de Janeiro. Em seguida, passou a palavra para o professor Eudes que saudou os congressistas e denunciou as medidas adotadas pelo governo Lula que dão continuidade e aprofundam o programa neoliberal, como a Reforma da Previdência e o PLP 9/99. Alertou para necessidade de o movimento docente manter-se mobilizado e até deflagrar greve,

nos termos definidos pelos servidores Públicos Federais na última Plenária da CNESF, para defender a previdência pública. Na seqüência, o presidente da Mesa franqueou a palavra aos que pretendessem fazer uso dela, alertando para a necessidade de pronunciamentos concisos, para não prejudicar a Plenária de Instalação que ocorreria logo a seguir. O professor Paulo de Tarso Goldemberg pediu a palavra e louvou a iniciativa do ANDES-SN de realizar no estado do Piauí evento de tal magnitude, quebrando a tendência de concentrar no eixo sul/sudeste encontros nacionais significativos para os rumos da vida política do país e desejou que todos os congressistas pudessem desfrutar da hospitalidade do povo piauiense. Após o pronunciamento do professor Tarso, o representante do Diretório Geral dos Estudantes pediu a palavra e saudou os congressistas, em especial, as congressistas pelo Dia Internacional da Mulher. Avaliou que a iminência da invasão do Iraque pelas tropas anglo-americanas representava um ataque frontal das forças imperialistas sobre os países periféricos e os homens e as mulheres, engajados politicamente, não deveriam permitir tamanha perversidade e deveriam denunciar, em todos os espaços, as reais intenções do governo norte-americano de apossar-se dos poços petrolíferos do Iraque. Com relação à conjuntura nacional, denunciou os rumos que estão tomando os governos do partido dos trabalhadores, adotando medidas que em nada diferem daquelas adotadas pelos governos neoliberais, como as demissões dos 14 mil funcionários do município de Teresina e a reforma previdenciária propostas pelo governo Lula. Por fim denunciou a prática antidemocrática do reitor da UFPI, que tenta, por meio de processo judicial, impedir a atuação política de estudantes e técnicos-administrativos na universidade. Além disso, implementou, de forma subserviente, as políticas ditadas pelo MEC e pelo Banco Mundial na UFPI. Em seguida, a representante da Associação de Moradores de Conselhos Comunitários fez uso da palavra agradecendo a oportunidade de participar de um evento do ANDES-SN e parabenizou os companheiros da organização do 22º CONGRESSO do ANDES-SN, em especial a companheira Edna Magalhães pelo empenho e dedicação com que vem desempenhando esta tarefa. Declarou-se publicamente parceira na luta pela transformação da sociedade, tema deste CONGRESSO e enfatizou que pensar ciência e tecnologia no universo acadêmico é pensar a possibilidade de inclusão de milhões de moradores da periferia das cidades, esquecidos pelo poder constituído, que sonham com a oportunidade de acesso à universidade, não como objeto de pesquisa, mas como quem vive, tem aspirações e deve atuar como sujeito do processo histórico. Ao final lançou um desafio para os movimentos sociais de manter-se de pé, a partir não só das estratégias historicamente construídas, mas, também, por meio da vivência de valores como os da solidariedade, do companheirismo e da lealdade, fazendo acontecer na prática a transformação da sociedade. Maria de Fátima Viera, representante das comunidades quilombolas da região de Paulista, relatou as dificuldades vividas pelas mulheres negras da sua região e terminou com a leitura de um poema em homenagem às mulheres e aos participantes do evento. O representante do SINDESEP destacou a importância da unidade dos servidores públicos na luta contra as reformas governamentais que destroem os serviços públicos. Francisca Rodrigues dos Santos, representante da Associação de Trabalhadoras de Quebradoras de coco do Piauí, iniciou seu pronunciamento dizendo da honra de estar no evento, com pessoas que tiveram a oportunidade de estudar e realizar-se profissionalmente, oportunidade que ela não teve. Enalteceu e saudou as mulheres pelo seu dia e sua Luta para conquistar espaço na sociedade. Homenageou as mulheres cantando uma canção. Maria Odette fez um relato da

realidade vivida pela comunidade da Reserva Extrativista do Batoque no Município de Aquiraz-CE, denunciando a ação dos especuladores imobiliários da região que expropriam a população nativa, que vive do que extraem do meio ambiente. Ressaltou a importância de denunciar, em espaços como o aberto pelo congresso do ANDES-SN, a pressão que sofrem para abandonar a reserva e esperam contar com o apoio dos movimentos sociais organizados para preservar a Reserva Extrativista de Batoque para os trabalhadores vivem e trabalham lá. João Batista, representante da comunidade pesqueira de Tatajuba no Município de Camuncim-CE, também denunciou a pressão dos especuladores e do governo do estado que têm projeto para transformar a região em pólo turístico e solicitou o apoio do ANDES-SN e demais entidades presentes. Em seguida, o prof Antônio de Pádua registrou a presença dos professores da UFPI: José de Arimatéia Dantas, diretor do Centro de Ciências da Natureza; Noei Fortes, diretor do Centro de Ciências da Saúde; Fonseca Neto, diretor do Centro de Ciências Humanas e Letras; Luiz Carlos Rodrigues, coordenador do curso de Economia; José Luís de Araújo, coordenador curso de Geografia; William Gonçalves, coordenador do curso de Pedagogia e Ana Beatriz Gomes, coordenador do Núcleo de Estudos de Africanidade e Afro-descendência. E registrou, ainda, a presença de Geraldo Carvalho, representante do PSTU; de Canilce Sanfrim auditora fiscal; de José Gregório, presidente do PCdoB; e dos vereadores Anselmo Dias (PCdoB); Magalhães (PT). João Vasconcelos, representante do Sindicato dos Trabalhadores da UFPI, discorreu sobre as tarefas impostas pela conjuntura aos sindicatos do setor da educação e sobre importância das lutas unificadas desses sindicatos e alertou para necessidade de manter e potencializar as mobilizações contra o PLP 9/99; pelo cumprimento do termo acordo que pôs fim à greve do setor das federais de 2001. O representante da CUT estadual congratulou-se com as mulheres pelo seu dia, fez uma síntese da história do movimento sindical no Brasil a partir de 1964, destacando o relevante papel destinado ao sindicalismo na conjuntura atual. Declarou que a postura da central em relação ao governo Lula não é de apoio incondicional, que defende a estabilização econômica, mas não aceitará as políticas de expropriação dos trabalhadores. Em seguida, a secretária geral do Sindicato, Celi Taffarel, fez a leitura da carta do deputado Ivan Valente, endereçada aos congressistas. Dando prosseguimento, Luiz Carlos Gonçalves Lucas proferiu o seu discurso, declarou aberto o 22º CONGRESSO, e todos foram convidados a permanecer no local para assistir à apresentação de um grupo musical local. Nada mais havendo a tratar, eu, Celi Zulke Taffarel, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo presidente da Mesa

Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente

Companheiras e companheiros delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-SN, senhores observadores, senhores convidados.

Devo agradecer à Edna e a todos os companheiros da ADUFPI pela acolhida cordial que nos ofereceram. Digo cordial não com a conotação formal que a palavra adquiriu ao longo do tempo, mas no seu sentido etimológico, algo que vem do coração. Gostaria de agradecer, também, a todas as lideranças que nos honraram com a sua participação neste evento. Desde algum tempo, nossas mesas de abertura de Congressos e CONAD têm sido muito pouco formais e contam sempre com a presença de representantes de movimentos populares. Isso é expressão da nossa identidade, da consciência que temos de que somos trabalhadores, e expressão, também, de que sabemos quais são os nossos verdadeiros aliados nas lutas que empreendemos. Muito obrigado a todos!

Companheiras e companheiros, é véspera de genocídio. É tempo de falar em esperança! É véspera de um genocídio longamente anunciado, que revela, em toda a sua cruzeza, o caráter das relações simbióticas e necessárias entre capital e violência; que demonstra, em sua plenitude, de que tipo são as relações de poder, mesmo nos países centrais do mundo capitalista, quando já nem mais as aparências de democracia formal burguesa são respeitadas. Violência que nos traz à lembrança um tema parcialmente esquecido em algum momento da história: a incompatibilidade entre democracia e capitalismo. Incompatibilidade reconhecida pelo pensamento clássico, indistintamente por socialistas e liberais, embora, obviamente, com valorações opostas. Incompatibilidade que deixou, em grande parte, de freqüentar as discussões políticas, sobretudo as acadêmicas, desde que se instalou o que alguns, embora com exagerado otimismo, às vezes chamam de “três décadas gloriosas”. Período em que houve o desenvolvimento das políticas Keynesianas e do que se convencionou chamar de Estado de Bem-Estar, quando ocorreram no mundo algumas tentativas de pacto social, ou de política de compromisso. Foi uma experiência historicamente datada, que durou um período muito curto e que teve ocasião de se desenvolver, sempre parcialmente, apenas em algumas áreas do planeta. Que só se mantém em conjunturas de crescimento em que é possível distribuir algo do produto social, de forma que contemple alguma mediação política, sem afetar significativamente os ganhos e os interesses dominantes. Não há experiência histórica de pacto social ou de algo que assim se possa denominar com seriedade nos quintais do mundo.

Vivemos um tempo de se falar em esperança, sim. E a esperança, nós sabemos, é um sentimento bom, desde que não seja transformada numa utopia reacionária. Desde que não seja conduzida pelo temor de enfrentar as questões que politicamente devem levar à luta, e não se torne, portanto, mero pretexto para encobrir a realidade, pretexto que leva muitas vezes à ilusão de que de uma política de direita possam decorrer conseqüências socialmente defensáveis. Vivemos um momento que exige de todos nós, lideranças sindicais, enorme responsabilidade. Momento em que é possível, sim, detectar espaços de liberdade, oportunidades de atuação em defesa de uma sociedade mais democrática e igualitária. E que, por isso mesmo, exige, mais do que habitualmente, a autonomia das nossas organizações em relação a qualquer poder de Estado, a quaisquer partidos, sobretudo àqueles que têm como princípio básico de atuação a disputa pelo governo, pelo aparelho estatal de uma sociedade capitalista. Mais do que nunca, é preciso manter a

autonomia e a democracia deste sindicato. Mais que nunca, é preciso ter presente que, da continuação de uma política econômica que todos temos rejeitado, não podemos esperar que advenham políticas sociais minimamente semelhantes às que sempre reivindicamos. Impõe-se, portanto, um trabalho de análise. Um trabalho que certamente nos ocupará ao longo deste congresso, e a respeito do qual é possível agora, muito rapidamente, expor algumas linhas.

Vivemos um período em que o discurso da esperança tem-se traduzido em políticas que preconizam o aumento do superávit primário além daquilo que havia sido exigido pelos que na realidade tomavam as decisões nos dois governos Fernando Henrique. Em que se propõe elevar de 3,75% para 4,25% o superávit, e temos absoluta consciência de que o não obtido com 3,75% tornar-se-á praticamente impossível com 4,25%, a menos que sejamos capazes de lutar – e lutar com denodo – para que essa política seja alterada. Política que às vezes se justifica como sendo transitória. Ora, não há, infelizmente, fundamento para essa justificativa. A que tipo de transitoriedade nos referimos? Será possível reverter o processo de Reforma da Previdência, uma vez que ele esteja em andamento? Será possível, quando se propõe já a autonomia do Banco Central, resgatar mais tarde, a capacidade de formulação de políticas pelo governo brasileiro? Será possível desconsiderar que, a cada aumento da taxa de juros, cresce a dívida pública, e que, ao crescer a dívida pública, diminui a capacidade de formulação endógena dessas políticas? Companheiros, estamos diante de uma série de indicadores no mínimo preocupantes. Em nosso último CONAD, apenas algumas linhas podiam se delinear sobre o provável comportamento do atual governo. Hoje, porém, temos fatos, a partir dos quais, podemos traçar, com muito mais precisão, as estratégias necessárias para este sindicato. A diretoria do ANDES-SN deliberou apresentar ao CONGRESSO a proposta de deflagração de greve, nos moldes em que ela normalmente se concretiza entre nós, após amplo processo de debate em nossas assembleias, caso o governo por suas lideranças parlamentares, retome a tramitação do PLP 9/99 no Poder legislativo. Não há nenhuma diferença substancial ou de conteúdo entre a Reforma da Previdência que ora se projeta e a que tentou implantar o governo passado. Elas têm a mesma essência privatizante. Não há justificativa aceitável para um governo que se construiu na luta contra a privatização, que chegou ao poder como produto dessa luta, defender hoje aquilo que os setores que o apoiaram antes sempre combateram. Nem mesmo a do ajuste fiscal. A proposta de reforma e privatização da Previdência se dá num contexto em que dispomos de dados sobre a implantação de experiências semelhantes em países da América Latina há um tempo já suficiente para que se possam avaliar seus efeitos.

Pois bem, a experiência da Reforma chilena, pioneira nos processos de ajuste liberal no mundo, mostra-nos hoje que alguns dos seus resultados mais evidentes, além da perda generalizada de direitos dos trabalhadores, são as repercussões profundamente negativas que tiveram sobre as contas públicas do país. Para que se tenha uma idéia, o déficit da previdência brasileira – o alegado déficit, porque ele é, na realidade, pura manipulação contábil – seria, se o considerássemos verdadeiro, algo um pouco superior a 1% do PIB. No Chile, hoje, o percentual é de praticamente 6%. Os resultados da implantação de política semelhante na Argentina vão exatamente no mesmo sentido. Havia, em 1993, um déficit previdenciário da ordem de 900 milhões de dólares. Em 2000, era de cerca de 7 bilhões. Por detrás de um discurso incoerente, sem base ética ou mesmo atuarial, o objetivo essencial de todas as investidas contra a previdência pública é a criação de um mercado para capital especulativo financeiro que sobra no mundo e que tem no Estado a sua

grande fonte de acumulação. Quanto às dimensões que isso encerra, cabe uma comparação: temos debatido muito o surgimento de um imenso mercado mundial de educação. Segundo as estimativas mais elevadas seria talvez da ordem de 90 bilhões de dólares. Vejam bem: as projeções sobre o tamanho do mercado previdenciário oscilam entre 40 e 60 trilhões. Na realidade, o objetivo tem a ver com isso, e não com qualquer preocupação de natureza fiscal. Devo relatar que, em audiência com o Ministro da Previdência, obtivemos dele o reconhecimento de que não há como esperar resultado fiscal positivo do PLP 9/99, pelo menos no médio prazo. Todos concordam em que até por volta de 2030 as contas serão afetadas negativamente por uma reforma desse tipo. A pergunta que cabe fazer é como um governo que enfrenta dificuldades enormes no futuro imediato, a ponto de usá-las como justificativa para uma política que é justamente o contrário do que se poderia esperar com base na sua história, adota uma política capaz de, nesse prazo curto, aprofundar a dependência e tolher a sua própria capacidade de decisão. A que interesses isso seve? Desculpem, essa é uma pergunta retórica: todos nós sabemos muito bem a que interesses isso seve. Não podemos aceitar essa mudança, que vem na contra-mão daquilo que temos sempre defendido. Não lutamos pela integralidade da aposentadoria, pela paridade entre ativos e aposentados apenas para o serviço público. Não há nenhuma deliberação nossa que exclua os demais trabalhadores do modelo previdenciário pelo qual temos lutado. Nossa trajetória tem sido a da defesa dos direitos que para nós existem e da sua extensão para os que ainda não lhes têm acesso. Justamente o oposto do que hoje se pretende implantar e que, aliás, segue o mesmo discurso mitificante tradicionalmente feito a respeito das políticas educacionais. Com argumentos muito semelhantes, com argumentos absolutamente inadequados sobre justiça distributiva, que nos falam sobre privilégios inexistentes a respeito de categorias que têm um pouco de direitos que deveriam ser reconhecidos a todo cidadão. Eu acredito que o ANDES-SN não vai aceitar essa violência. Devemos deliberar sobre isso e o que trazemos é apenas, evidentemente, a posição da diretoria, mas confio em que este sindicato assumirá a responsabilidade de lutar para impedir que se traia uma história que mobilizou extensas camadas da nossa população. Para impedir, companheiros, afinal, que a esperança se perca nos descaminhos da política do medo.

Desejo a todos um bom Congresso, muito obrigado.

ATA DA PLENÁRIA DE INSTALAÇÃO

Às vinte e uma horas e quarenta e cinco minutos do dia oito de março de 2003, no Auditório Poty, do Rio Poty Hotel, em Teresina – Piauí, depois de verificado o quorum regimental, teve início a Plenária de Instalação do 22º CONGRESSO do ANDES – SN. A Mesa foi constituída pelos professores Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente; Celi ZulkeTaffarel, vice-presidente; José Vitório Zago, 1º secretário e Ângela Maria Soares Ferreira, 2ª secretária. Após a constituição da mesa, a professora Celi Taffarel informou à Plenária que foram credenciados ao 22º CONGRESSO 308 (trezentos e oito) delegados e 42 (quarenta e dois) observadores de 63 (sessenta e três) seções sindicais e um filiado da Secretaria Regional Sul. O professor Lucas iniciou a discussão do Regimento do 22º CONGRESSO do ANDES-SN e foram apresentados os seguintes destaques: 1) No art. 3º, inciso VI e IX e na letra b do art. 4º, compatibilizar a redação com a do Estatuto do ANDES-SN, que deve ser a seguinte: **Art. 3º, inciso VI** – referendar ou homologar a constituição de S. SIND, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45; **inciso IX** – referendar as alterações verificadas nos regimentos das S. SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45; **Art. 4º, letra b** – por delegados de base de cada S. SIND ou AD-S.SIND (inciso II, art. 16 do Estatuto do ANDES-SN) indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17. 2) No art. 6º, substituir “ao término da Plenária de Instalação” por “às 12 horas do dia 9/3/2003”, ficando com a seguinte redação: **Art. 6º** - O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das seções sindicais do ANDES-SN e dos delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretárias Regionais, ao 22º CONGRESSO, encerrar-se-á às 12 horas do dia 9/3/03. Os destaques foram colocados em votação e aprovados por ampla maioria. Aprovados os destaques, o Regimento do 22º CONGRESSO foi colocado em votação e aprovado com duas abstenções. Em seguida, foram discutidos a Pauta e o Cronograma apresentados pela Diretoria do ANDES-SN e pelo prof. Marcelo H. R. Tragtenberg, que postos em votação, foram aprovados por ampla maioria com a seguinte alteração: a Plenária de Instalação iniciar-se-á às 21 horas do dia 8/3. Em seguida, a profª. Celi passou à apresentação de novos textos ao 22º CONGRESSO, informando a inclusão de três novos textos pela Diretoria. O primeiro texto: **Plano Geral de Lutas do Sindicato**. Segundo texto: **Plano de Lutas do Setor das IPES**. Terceiro texto: **Atualização do Plano de Lutas**. Colocada em votação, a inclusão foi aprovada por ampla maioria. O delegado da ADUNIOESTE apresentou e justificou o texto sobre **Autonomia Universitária, luta docente e a questão dos repasses mínimos para as universidades**, tendo sido votada a sua inclusão e aprovada por ampla maioria. O delegado da ADUFERPE apresentou e justificou o texto **O movimento docente e a luta do povo Xukuru pela retomada das suas terras em Pernambuco**, tendo sido votada a sua inclusão e aprovada por ampla maioria. O prof. Paulo Rizzo apresentou e justificou o texto da APUFSC: **Lutas de raças e de classes – Florestan Fernandes**, tendo sido votada a sua inclusão e aprovada por ampla maioria. O delegado da APUFPR apresentou e justificou o texto elaborado pelo GT de Ciência e Tecnologia da APUFPR e SINDCEFET – PR: **Ciência e Tecnologia**. Votada a sua inclusão, foi aprovada por ampla maioria. O delegado da Secretaria Regional Sul apresentou e justificou os textos: **A S.SIND. Multiinstitucional permitirá o avanço da construção do ANDES-SN nas IPES** e **Alteração Estatutária**, tendo sido votada a sua inclusão e aprovada por ampla maioria. Em seguida, a profª. Celi apresentou

proposta de referendar parecer da Diretoria do ANDES-SN sobre homologação da constituição das seguintes S. SINDs: SINDIUVA; SESDFIMES; SINDFUNESA; SINDCEFET-GO; SINDUECE e SINDUEPG. Colocada em votação a proposta foi aprovada por ampla maioria, registrando-se algumas abstenções. Às vinte e três horas, o presidente da Mesa, prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas, encerrou a Plenária de Instalação do 22º CONGRESSO DO ANDES-SN e, eu Ângela Maria Soares Ferreira, lavrei a presente ata, que vai assinada por mim e pelo presidente do ANDES-SN.

Ângela Maria Soares Ferreira
2ª Secretária

Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente

CRONOGRAMA E PAUTA DO 22º CONGRESSO

8/3 Sábado	9/3 Domingo	10/3 2ª feira	11/3 3ª feira	12/3 4ª feira	13/3 5ª feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária Inicial Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 12h	Grupos Mistos Tema III 9h às 12h	Plenária do Tema I 9h às 12h	Plenária do Tema III 9h às 12h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema II 14h às 17h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Plenária do Tema II 14h às 17h	Plenária do Tema III 15h às 18h
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 21h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Plenária do Tema I 19h às 22h	Plenária do Tema II 19h às 22h	Plenária de Encerramento 19h às 22h

Temário:

Movimento Docente e Conjuntura

Tema I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos.

Tema II - Questões Organizativas e Financeiras

Tema III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

REGIMENTO DO 22º CONGRESSO

Capítulo I - Do CONGRESSO

Art. 1º - O 22º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, previsto no inciso I do art. 13 do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do art. 30 do Estatuto do ANDES-SN, reúne-se de 8 a 13 de março de 2003, na cidade de Teresina (PI), organizado pela ADUFPI - SEÇÃO SINDICAL.

Art. 2º - O 22º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a pauta aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do 22º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do art. 15 do ESTATUTO do ANDES-SN:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S. SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S. SINDs ou Ad-S.SINDs, observado o disposto no art. 45

X - criar comissões ou grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.”

Capítulo III – Dos(as) Participantes

Art. 4º - São participantes do 22º CONGRESSO:

I – delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto:

a – um(a) por diretoria de seção sindical (inciso I, art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN;

b - por delegados de base de cada S. SIND ou AD-S.SIND (inciso II, art. 16 do Estatuto do ANDES-SN) indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17.

c - representantes dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (inciso III, art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 22º CONGRESSO, com direito à voz;

III – os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva seção sindical e SR(Secretaria Regional), com direito à voz. Estes(as) deverão ter seus nomes indicados na ata da Assembléia que

constituiu a delegação ao 22º Congresso;

IV – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§ 1º - Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 22º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários, para prestar assessoria ou dar esclarecimentos.

§ 2º - Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só podem ser substituídos(as), durante a realização do 22º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a – comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 22º CONGRESSO.

b – haver suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembléias das AD/SSIND, e pelas assembléias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, credenciados(as) como observadores(as) no 22º CONGRESSO;

c – quando o(a) delegado(a) de AD/SSIND ou SR comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º - O presidente do ANDES-SN preside o 22º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN dele participam com direito à voz e sem direito a voto.

Capítulo IV - Do Credenciamento

Art. 6º - O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das seções sindicais do ANDES-SN e dos delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao 22º CONGRESSO encerrar-se-á às 12 horas do dia 9/3/03.

§ 1º - Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembléia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º - Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembléia geral, será exigido documento da seção sindical indicando os(as) mesmos(as).

§ 3º - Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer seção sindical, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º - Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 7º - São órgãos do 22º CONGRESSO:

I – As Comissões:

a) Organizadora

b) Diretora.

II – Os Grupos Mistos.

III – As Plenárias.

§ 1º - As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 22º CONGRESSO;

§ 2º - Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 22º

CONGRESSO;

§ 3º - O quorum mínimo para funcionamento de cada órgão do 22º CONGRESSO é de metade mais um dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação após verificado o quorum previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 8º - A Comissão Organizadora é constituída por 2 (dois/duas) representantes da ADUFPI - SEÇÃO SINDICAL e por 2 (dois/duas) diretores(as) do ANDES-SN, indicados(as) pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria do ANDES-SN.

Art. 9º - É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infra-estrutura necessária à realização do 22º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 22º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 22º CONGRESSO, organizando o rateio entre as seções sindicais;

IV – participar da Comissão Diretora;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 22º CONGRESSO.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 10 - A Comissão Diretora do 22º CONGRESSO é composta pelos(as) diretores(as) do ANDES-SN e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11 - É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 22º CONGRESSO;

II – decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no parágrafo 2º, alíneas “a” e “c” do art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição ao CONGRESSO;

III – elaborar a prestação de contas do 22º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 22º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 22º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Art. 12 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S. SIND., de AD-S.SIND. e de sindicalizados(as) via SR e pelo presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito à voz e a voto;

II – Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S. SIND., de AD-S. SIND. e de sindicalizados(as) via SR, com direito à voz;

III – Diretores(as) do ANDES-SN, com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13 – Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único – Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de

uma mesma AD/ S.Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14 - Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º - Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º - O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser, excepcionalmente, um(a) observador(a) credenciado(a).

§ 3º - A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 22º CONGRESSO, observado o quorum de metade mais um dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º - Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º - Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista.

§ 3º - As deliberações só serão tomadas com a presença de metade mais um dos(as) delegados(as).

Art.16 - Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17 - É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18 - Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19 – Os(as) relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora, o Relatório Consolidado de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Parágrafo único - Excetuam-se do prazo estabelecido no caput deste artigo Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 20 – A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

§ 1º - Será obrigatoriamente lavrada ata da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos.

§ 2º – A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21 - Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às plenárias do 22º

CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos.

III – as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatores(as).

§ 1º - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se às propostas das plenárias dos diversos temas do 22º CONGRESSO.

§ 3º- A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22 - O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do 22º CONGRESSO.

Art. 23 - A duração dos Grupos Mistos dos Temas I, II e III será de 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste artigo poderá, por deliberação do grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, no seu total e a seu critério quanto ao período, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 22º CONGRESSO.

Seção V - Das Plenárias

Art. 24 - As plenárias são compostas por:

I – Delegados(as) de S. SIND., AD-S. SIND. e de sindicalizados(as) via SR, devidamente credenciados(as), e pelo presidente do ANDES-SN, todos com direito à voz e a voto;

II – Observadores(as) de S. SIND., de AD-S. SIND. e de sindicalizados(as) via SR, devidamente credenciados(as), com direito à voz;

III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora com direito à voz; e

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25 - Os trabalhos das plenárias do 22º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias;

§ 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 22º CONGRESSO ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

§ 3º - As deliberações observam a maioria simples dos(as) delegados(as) presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no art. 21 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 26 - Compete ao(à) presidente da Mesa Coordenadora:

I - preparar junto com o(a) 1º(1ª) secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária, e

II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27 - Compete ao(à) vice-presidente da Mesa Coordenadora:

I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;

II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28 - Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;

II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

III – o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 29 - Compete ao(à) 2º(2ª) secretário(a):

I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;

II - elaborar a ata da Sessão Plenária.

III – a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da plenária.

Art. 30 - A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

a - Plenária de Abertura - 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1(uma) hora;

b - Plenária de Instalação - 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;

c- Plenária Inicial de Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura – 4 horas , com possibilidade de prorrogação por mais uma hora

d - Plenária do Tema I - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;

e - Plenária do Tema II - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;

f - Plenária do Tema III - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total; e

g- Plenária de Encerramento - 3 (três) horas.

§ 1º - A Plenária de Encerramento poderá ter seu início antecipado, por deliberação da plenária anterior;

§ 2º - A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 4º - Compete à Plenária de Instalação:

a) aprovar o Regimento e Cronograma do 22º CONGRESSO;

b) deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 22º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos deste evento;

c) deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 22º CONGRESSO;

Art. 31 - A verificação do quorum, no início das plenárias do 22º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S. SIND., AD-S. SIND. ou SR, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º - Passados 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias, será recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista;

§ 2º - A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI - Das Discussões e Votações

Art. 32 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33 - Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo ou plenária.

§ 1º - O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste artigo.

§ 2º - O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34 - As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as).

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º - Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a - aprovadas nos Grupos Mistos;

b - minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c - oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d - sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o parágrafo 3º do artigo 21.

Art. 35 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º - Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º - Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36 - As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do Sindicato Nacional terão de ser aprovadas por mais de cinquenta por cento (50%) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 22º CONGRESSO, conforme dispõe o art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37 - As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 22º CONGRESSO, até as 19 (dezenove) horas do dia 12 de março de 2003, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º - A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 22º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até as 12 (doze) horas do dia 13 de março de 2003.

§ 2º - A critério da plenária, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38 - As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39 – Nos Grupos Mistos e nas plenárias só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º – Das declarações de voto feitas nas plenárias só constarão do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º - Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 40 - A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 22º CONGRESSO, para divulgar o seu Relatório Final.

Art. 41 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 42 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 22º CONGRESSO do ANDES-SN.

Teresina-PI, 8 de março de 2003.

ATA DA PLENÁRIA INICIAL

Às nove horas e quarenta e cinco minutos do dia nove de março de dois mil e três, depois de constatado o quorum regimental, com a presença de duzentos e vinte e quatro delegados, foi aberta a Plenária Inicial, na qual foram apresentadas as teses sobre a conjuntura. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pelos diretores do ANDES-SN: Professor Osvaldo Coggiola – presidente; Professora Rosilda Silva Dias – vice-presidente; Professora Ana Carla Dias Carvalho – 1ª secretária; Professor Alcir Horácio da Silva – 2º secretário. Após a composição da mesa passou-se à apresentação das teses sobre a conjuntura. Nove teses foram inscritas para serem apresentadas, no tempo de dez minutos para cada uma. A Mesa Coordenadora dos trabalhos comunicou que dois deputados federais fariam uso da palavra: deputados federais Babá (PT-PA) e Luciana Genro (PT-RS) e um professor da ASDUERJ, que solicitou um tempo para falar sobre a greve dos professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A primeira tese, texto 1 do Caderno de Textos do 22º CONGRESSO do ANDES-SN, da Diretoria do ANDES-SN, intitulada *Movimento e Conjuntura* foi apresentada pelo presidente do Sindicato professor Luiz Carlos Gonçalves Lucas. A segunda tese, texto 2 do Caderno de Textos, intitulada *Análise das Eleições Gerais de 2002*, contribuição dos professores José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior, sindicalizados da ADUFOP, não foi apresentada. A Mesa Coordenadora convidou o professor Jorge Máximo de Souza, da ASDUERJ, para falar sobre a greve dos professores da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ). A terceira tese, texto 3 do Caderno de Textos, intitulada *A Questão Racial na Conjuntura Pós-Durban no Brasil, Cuba e Estados Unidos*, foi apresentada pelo seu autor o professor Marcelo Tragtemberg, sindicalizado da APUFSC. A quarta tese, texto 4 do Caderno de Textos, intitulada *O Governo Lula e o Desafio Histórico da Construção de um Projeto Democrático Popular da Sociedade*, foi apresentada pelo seu autor, professor Rodrigo de Souza Dantas, sindicalizado da ADUNB. A quinta tese, texto 5 do Caderno de Textos, intitulada *Movimento Docente, Universidade e Capitalismo do Conhecimento*, foi apresentada pela sua autora, professora Beatriz Couto, sindicalizada da APUBH. A sexta tese, texto 6 do Caderno de Textos, intitulada *Tendências do Capitalismo e Movimento Docente*, foi apresentada pelo professor José Glauco Tostes, sindicalizado da ADUENF/SESDUENF. A sétima tese, texto 7 do Caderno de Textos, intitulada *Uma Outra Integração Latino-Americana é Possível*, foi apresentada pela professora Alejandra Pascual, sindicalizada da ADUNB. A oitava tese, texto 41 do Caderno Anexo, intitulada *Expectativa*, contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier, Delano Nazário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio de Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wandelely Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria, sindicalizados da ADURN, não foi apresentada. A nona tese, texto 42 do Caderno Anexo, intitulada *Que Fazer? A Conjuntura e as Nossas Tarefas*, foi apresentada pelo professor Edmundo Fernandes Dias, sindicalizado da ADUNICAMP. A Mesa Coordenadora convidou os deputados federais Babá (PT-PA) e Luciana Genro (PT-RS) para fazerem uso da palavra. Após a apresentação das teses transcritas no Caderno de Textos e no Anexo, foi aberto o debate sobre a conjuntura. O professor Osvaldo Coggiola,

presidente da Mesa, às doze horas e cinqüenta e seis minutos, colocou em votação a prorrogação da Plenária Inicial por uma hora, o que foi aprovado por ampla maioria. Esgotadas as inscrições e as falas, às catorze horas e quinze minutos, foi encerrada a Plenária Inicial e eu, Alcir Horácio da Silva, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pelo presidente.

Alcir Horácio da Silva
2º Secretário

Oswaldo Coggiola
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA I - POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.

Às dezenove horas do dia onze do mês de março do ano de 2003, no auditório do Hotel Rio Poty, em Teresina – PI, foi instalada a Plenária do Tema I do 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, com início dos trabalhos às vinte e um horas e quatro minutos, quando foi confirmado o quorum regimental. A Mesa Coordenadora da Plenária teve a seguinte composição: presidente – prof^a. Vera Lúcia Jacob Chaves; vice-presidente – prof. Eudes Baima; primeira secretária – prof^a Janete Luzia Leite e segunda secretária – prof^a Marília Leite Washington. A presidente da Mesa informou que para os nossos trabalhos de hoje os delegados ainda votarão com o cartão azul. Solicitou que Maria Goreth e Maria Suely (relatoras dos grupos 7 e 8) comparecessem à sala da Diretoria para maiores esclarecimentos sobre o Tema II. A seguir, chamou o prof. João Zanetic (ADUSP), que havia pedido a palavra. O prof. Zanetic informou que, pela manhã, no decorrer da reunião dos grupos mistos, a prof^a Géria Maria Montanaro (ADUFSCar) recebeu um telefonema de São Paulo comunicando o falecimento de Genildo Batista, vítima de um câncer. Leu a nota, transcrita a seguir, que gostaria de ver aprovada pela Plenária para enviar a São Paulo até amanhã, quando o corpo deverá ser cremado. *“MANIFESTAÇÃO DE PESAR. No momento em que docentes discutiam em grupo as propostas de política educacional, que constam da programação do 22º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN), foi recebida a triste notícia do falecimento do companheiro Genildo Batista. A coincidência dessa lamentável notícia com a discussão educacional que estava sendo travada trouxe à lembrança dos que conviveram com Genildo seu imprescindível papel, na condição de assessor do deputado federal Ivan Valente (PT), na elaboração de textos e ações que encaminharam a tramitação da LDB e do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira. Genildo foi um bravo combatente socialista na luta contra a ditadura militar e na construção de uma sociedade mais justa, fraterna e solidária. Por tudo isso, os delegados e observadores do 22º CONGRESSO do ANDES-SN transmitem aos familiares do companheiro Genildo, ao deputado Ivan Valente e à sua assessoria o seu reconhecimento pela inestimável contribuição por ele prestada à causa da Educação Pública e o profundo pesar pelo seu falecimento, constatando que Genildo deixa, como ser humano e profissional, lacuna impossível de ser preenchida.”* Pelas manifestações de aplauso, concluiu-se que a moção foi aprovada pela Plenária, por aclamação. A presidente da Mesa informou também que o ANDES-SN recebeu um telegrama do deputado federal Custódio Mattos (MG), com o seguinte teor: *“Impossibilitado comparecer solenidade abertura 22º Congresso do ANDES-SN devido compromissos assumidos anteriormente agradeço gentileza convite desejando êxito evento. Atenciosamente: Custódio Mattos – Deputado Federal”*. Não mais tendo informes, a presidente da Mesa solicitou a todos que pegassem o Relatório Consolidado do Tema I, explicitando a metodologia de trabalho que seria adotada: trabalhar-se-ia basicamente com o Relatório Consolidado do Tema I (primeira e segunda partes), que compreende os Textos de Resolução (TR) números oito (TR-8) e quarenta e sete (TR-47) – referentes a Eixos do Plano Geral de Lutas e Bandeiras de Lutas; setenta e quatro (TR-74), quarenta e três (TR-43) e setenta e seis (TR-76), relativos ao Plano Geral de Lutas do Sindicato; nove (TR-9), quarenta e quatro (TR-44), quarenta e cinco (TR-45) e quarenta e seis (TR-46), referentes ao

Plano de Lutas do Setor das IFES; dez (TR-10), referente ao Plano de Lutas do Setor das IEES; onze (TR-11) e setenta e cinco (TR-75), relativos ao Plano de Lutas do Setor das IPES. Informou ainda que, complementarmente, poderiam ser utilizados o “Caderno de Textos do 22º CONGRESSO”, o “Anexo do Caderno de Textos do 22º CONGRESSO” e os Textos avulsos aprovados na Plenária de Instalação do 22º CONGRESSO, distribuídos durante as atividades dos grupos mistos. A primeira parte do Relatório Consolidado compreende os TR 8, 47, 74, 43 e 76. A segunda parte do Relatório Consolidado, que é composta pelos TR 9, 44, 45, 46, 10, 11 e 75, referentes aos Planos de Lutas específicos dos Setores, ainda não está à disposição da Plenária. Isto posto, foram iniciados os trabalhos. O **TR8 – Eixos do Plano Geral de Lutas** - teve a seguinte situação nos grupos: todos aprovaram-no, com modificações, à exceção do grupo 7, que o remeteu à Plenária. O *item - 1 – “Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores”* teve indicação de acréscimo do termo “e radicalmente democrática” após “socialista”. Foi submetida à Plenária a manutenção do texto original ou a aprovação da modificação. Votação: com ampla maioria e duas abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. O *item - 2 – “Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos”* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Votação: com ampla maioria e uma abstenção, foi aprovado o item 2. O *item - 3 – “Combater a intervenção no Oriente Médio (a questão palestina, a guerra contra o Iraque) e na Ásia Central, nas tentativas de violentar a independência e a democracia da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul, golpe na Venezuela, imposição da ALCA, sucessivas tentativas de internacionalização da Amazônia e de apropriação da Base de Alcântara, destruição de populações tradicionais etc.), assim como no ataque aos direitos civis e na criminalização dos movimentos de luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países”* teve propostas de modificação. Todos os grupos aprovaram-no na íntegra, à exceção dos grupos 4 e 10, que propuseram modificações e o grupo 7, que o remeteu à Plenária. A primeira votação foi pela manutenção, ou não, do texto original. Por ampla maioria, alguns votos contrários e com o registro de três abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. O *item - 4 – “Lutar contra todas as formas e espécies de discriminação e opressão sociais das chamadas minorias, visando à construção histórica de uma sociedade e de uma cultura radicalmente democráticas”* foi aprovado, com modificação, por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Votação: com três abstenções e ampla maioria, foi aprovada a adoção de modificações no item 4 no texto original. Os grupos 2, 3, 5 e 9 propuseram a supressão de “sociais das chamadas minorias”, e o grupo 6 sugeriu a supressão de “sociais das chamadas minorias, visando à construção histórica de uma sociedade e uma cultura socialmente democráticas”. A Mesa encaminhou a votação das duas modificações propostas, uma contra a outra. Votação: por ampla maioria e com o registro de algumas abstenções, foi aprovada a supressão da expressão “sociais das chamadas minorias”. Próxima votação: pela supressão de “sociais das chamadas minorias, visando à construção histórica de uma sociedade e de uma cultura radicalmente democráticas”. Por ampla maioria, alguns votos contrários e com o registro de algumas abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. Próxima modificação proposta: substituição de “e de uma cultura” por “multicultural”.

Com ampla maioria e com o registro de algumas abstenções, foi rejeitado o substitutivo. O grupo 10 propôs substituir “das chamadas minorias” por “dos trabalhadores”. Aprovado o texto original com a supressão de “das chamadas minorias”. O texto ficou com a seguinte redação: *4 - Lutar contra todas as formas e espécies de discriminação e opressão, visando à construção histórica de uma sociedade e de uma cultura radicalmente democráticas.* O vice-presidente da Mesa avisou que a relatora do grupo 9 estava sendo chamada à sala da Diretoria para esclarecimentos. *Item - 5 – “Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo todo e a ofensiva neoliberal encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington e o Fórum de Davos, intensificando as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, e fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital”* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Votação: por ampla maioria e com o registro de cinco abstenções, foi aprovado o texto original do item 5. O *item - 6 – “Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul”* foi aprovado pelos grupos 1, 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 10. O grupo 7 remeteu-o à Plenária e o grupo 4 apresentou proposta de rejeição do texto original e apreciação de um substitutivo: “Reforçar a unidade da classe trabalhadora e fortalecer os movimentos sociais”. A primeira votação foi pela manutenção ou não do texto original. Proposta de encaminhamento da delegada Méri Rosane (APROFURG), no sentido de que a votação contemple a manutenção ou não do item, posto que ele foi rejeitado por um grupo. A Mesa manteve o seu encaminhamento, alertando que é o mesmo proposto pela delegada, ou seja, supressão ou manutenção do texto original. Por ampla maioria, alguns votos contrários e com registro de algumas abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original do item 6. O *item - 7 – “Combater a política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia, da saúde e da previdência; nessa perspectiva, combater todos os projetos governamentais orientados pela lógica de ampliação da ingerência do mercado no setor público, com conseqüente desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento, universalização da oferta e controle de serviços públicos de qualidade* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Submetido à votação, com ampla maioria, nenhum voto contrário e duas abstenções, foi mantida a redação original do item 7. O *item - 8 – “Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada com os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático”* apresentou a seguinte situação nos grupos: uma proposta de rejeição no grupo 4, com votação superior a 30% de seus delegados; propostas de modificação pelos grupos 3, 5, 6, 8, 9 e 10. O grupo 7 remeteu-o à Plenária. A primeira votação foi pela manutenção ou não do texto, sem prejuízo de modificações. Votação: por amplíssima maioria, dois votos pela rejeição e com o registro de uma abstenção, foi aprovada a manutenção do texto, sem

prejuízo de modificações. A segunda votação foi a substituição “da maioria da população”, por “dos trabalhadores”. Com ampla maioria e uma abstenção, foi aprovada a modificação do texto original. Votação da inclusão de “(MST e outros)” após “movimentos populares”. Com amplíssima maioria e oito abstenções foi rejeitada a inclusão. O texto final ficou com a seguinte redação: *8 - Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada com os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais dos trabalhadores e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.* O item - 9 – *“Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais”* teve proposta de modificação do grupo 6, que foi a seguinte: supressão de “contra quaisquer formas de”, de “no setor privado”, de “em especial no setor público” e de “contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais”. O delegado Edmundo Dias (ADUNICAMP) chamou a atenção para a necessidade de um ajuste na redação que evite a contradição de se ter a frase “lutar pelo cerceamento deste direito”. A votação foi no sentido de se manter o texto original ou modificá-lo. Por ampla maioria favorável, alguns votos contrários e com registro de duas abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. O item - 10 – *“Lutar, em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora”* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Submetido à votação, o texto original foi aprovado com amplíssima maioria e duas abstenções. O item - 11 – *“Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial”* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Posto em votação, o texto foi aprovado em seu formato original com amplíssima maioria, nenhum voto contrário, registrando-se uma abstenção. O item - 12 – *“Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente: Emprego Público nas IES públicas, aumento no número de contratações por tempo determinado, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado”* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do 7, que o remeteu à Plenária. Por unanimidade, foi o texto aprovado em sua redação original. O item - 13 – *“Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação e seu impacto e conseqüências nas relações do trabalho docente”* teve a sua aprovação com modificação nos grupos 3, 8 e 10: inclusão da palavra “democrática” após “gratuita”. Votação: foi aprovada a

manutenção do texto com uma abstenção e alguns votos contrários. O item - 14 – *“Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 1996) e nas diretrizes e metas do PNE da Sociedade Brasileira”* foi aprovado por todos os grupos e remetido à Plenária pelo grupo 7. Por ampla maioria, nenhum voto contrário e registro de uma abstenção, foi aprovada a manutenção do texto original. O item - 15 – *“Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento federais e estaduais, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais)”* teve indicação de modificação aprovado pelo grupo 9: substituição da expressão “federais e estaduais” por “públicos”. Votação: por ampla maioria, alguns votos contra e registro de seis abstenções, foi aprovada a modificação do item 15, que passou a ter a seguinte redação: 15 - *Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais).* O item - 16 – *“Lutar contra a privatização dos fundos setoriais destinados à pesquisa, por meio de fundações de direito privado”* teve destaques de modificação pelo grupo 9 e proposta de substituição do texto original pelos grupos 1, 2, 3, 4, 5 e 10. O grupo 7 remeteu-o à Plenária e os grupos 6 e 8 aprovaram-no na íntegra. Votação: com ampla maioria e cinco abstenções, foi aprovada a substituição do texto original do item 16. A Mesa argumentou que, no seu entendimento, a proposta do grupo 3 traz uma redação mais completa. Foram compatibilizadas as propostas de substitutivo procedentes dos grupos. A Plenária, por ampla maioria, dois votos contrários e com cinco abstenções, aprovou a seguinte formulação: 16 – *“Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvida com recursos públicos; contra a redução dos fundos públicos; contra o favorecimento das fundações de direito privado; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privados; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência de fundações de direito privado”.* O item - 17 – *“Lutar pela integralidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que buscam fragmentar e mercantilizar essas ações de forma a facilitar a sua privatização”* foi aprovado por todos os grupos, à exceção do grupo 7, que o remeteu à Plenária. Votação: por unanimidade, foi aprovada a redação original do item 17. **Propostas de inclusão de itens ao TR 8.** O item: *Lutar por uma reforma tributária que seja verdadeiramente*

progressiva, que diminua a carga tributária dos trabalhadores e da população de menor poder aquisitivo e aumente os tributos sobre as altas rendas, o capital e as grandes fortunas teve sua inclusão aprovada por ampla maioria, um voto contrário e com o registro de nove abstenções e constituirá o último texto do conjunto das resoluções oriundas do TR foi aprovada a inclusão deste item. A próxima sugestão de inclusão de item trazida para apreciação indicou que, caso aprovado, o mesmo figurará após o item 12, TR 8, com a numeração que lhe couber: *Lutar contra qualquer proposta de reforma administrativa que dê continuidade ao projeto de reforma do Estado que vinha sendo implementado pelo governo FHC*. Votação: por ampla maioria, com sete votos contrários e registro de algumas abstenções, foi aprovada a inclusão do item. Finalizados os itens referentes aos Eixos, a Mesa passou às **Bandeiras de Luta**, esclarecendo que houve diferentes metodologias de trabalho por parte dos grupos e que, com isso, a Comissão teve dificuldades para sua consolidação. Propôs trabalhar a partir das propostas majoritariamente reiteradas nos grupos, apreciando-as e votando-as, uma a uma, em duas etapas: primeira – manutenção, sem prejuízo de modificações, ou rejeição. Segunda – caso o texto seja mantido, decide-se se haverá, ou não, modificações, e quais. Letra A - *Contra as guerras imperialistas*. Os grupos 3, 6 e 10 aprovaram a manutenção do texto original. Os grupos 1, 2, 5 e 8 propuseram a seguinte modificação: “Contra as guerras imperialistas, contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo e contra a entrega da base de Alcântara”. O grupo 9 subdividiu o texto em duas partes: “a) Contra as guerras imperialistas; e b) Contra a ALCA, contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo e contra a entrega da base de Alcântara”. O grupo 4 propôs a seguinte modificação: “Contra as guerras imperialistas. Contra a militarização imperialista em todo o mundo e contra a entrega da base de Alcântara” e o grupo 7 remeteu-o à Plenária. Com ampla maioria e seis abstenções, foi aprovada a proposta dos grupos 1, 2, 5 e 8, ficando a Letra A com a seguinte redação: *A - Contra as guerras imperialistas. Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo. Contra a entrega da Base de Alcântara*. A Letra B - *Contra a ALCA, a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo*. O grupo 1 apresentou o seguinte substitutivo: “Não à ALCA”. Os grupos 3, 6, 9 e 10 mantiveram o texto original. O grupo 7 remeteu-o à Plenária. Os grupos 2, 4, 5, 8 e 9 propuseram a seguinte modificação: “Não à ALCA e à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA”. Esta última formulação foi votada contra a proposta original. Votação: com amplíssima maioria, alguns votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a proposta, modificada, da Letra B, que ficou assim redigida: *B - Não à ALCA e à OMC. Por um plebiscito oficial sobre a ALCA e pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA*. A Letra C - *Contra a Reforma da Previdência e outras reformas que atacam as conquistas e condições de vida dos trabalhadores* teve a manutenção do seu texto original aprovada somente no grupo 6; o grupo 7 remeteu-o à Plenária. Os demais grupos sugeriram modificações no texto original. A avaliação da Mesa foi a de que a proposta do grupo 8 é a mais completa: “Contra a Reforma da Previdência, em defesa da previdência pública solidária em regime de repartição. Não ao PLP 9/99 ou qualquer reforma que institua a previdência complementar e os fundos de pensão.” Votação: com ampla maioria e quatro abstenções, a proposta de modificação sugerida pelo grupo 8 foi aprovada, ficando o texto com a seguinte redação: *C - Contra a Reforma da Previdência, em defesa da previdência pública solidária, em regime de repartição. Não ao PLP 9/99 ou qualquer reforma que*

institua a previdência complementar e os fundos de pensão. A Letra D - *Em defesa da educação pública em todos os níveis e dos serviços públicos em geral* foi aprovada em seu texto original pelos grupos 6, 9 e 10. Os grupos 1, 4 e 5 não registraram posição. O grupo 7 remeteu-o à Plenária. Os demais grupos propuseram modificações no texto original. O grupo 3 apresenta a seguinte proposta de modificação: “Em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis e dos servidores públicos federais”. A Mesa encaminhou à apreciação da Plenária a proposta dos grupos 2 e 8, pois avaliou ser a que possui a formulação mais abrangente: “Em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis e dos serviços públicos em geral.” O delegado Francisco Jacó (ADUA) sugeriu que se incluía a palavra “democrática” após “gratuita”. Votação: com uma abstenção, foi majoritariamente aprovada a proposta dos grupos 2 e 8 com o acréscimo de “democrática”, ficando o texto com a seguinte redação: *D - Em defesa da educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis e dos serviços públicos em geral.* Letra E - *Pela liberdade de organização e prática sindicais.* Os grupos 2, 3, 6, 9 e 10 aprovaram a manutenção do texto original. O grupo 7 remeteu-o à Plenária. Os demais grupos não registraram posição. Colocado em votação, o texto original foi aprovado por ampla maioria registrando-se seis abstenções. Letra F - *Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego.* Os grupos 3, 6, 9 e 10 aprovaram a manutenção do texto original. O grupo 7 remeteu-o à Plenária. Os demais grupos não registraram posição. Votação: por unanimidade, foi mantido o texto original. Letra G - *Reajuste salarial já!* Os grupos 2, 3, 9 e 10 aprovaram a manutenção do texto original. O grupo 7 remeteu-o à Plenária. Os demais grupos não registraram posição. Votação: aprovada com amplíssima maioria e uma abstenção a manutenção do texto original. Acréscimos propostos pelos grupos. Os grupos 1, 2, 4, 5, 8 e 9 aprovaram a bandeira “Fora o FMI!”. O grupo 3 propôs “Pelo rompimento com o FMI!”. Não há registro dos demais grupos. A Coordenação da Mesa encaminhou que se votasse pela bandeira tradicional, que é “FORA FMI!”. Com dois votos contrários e duas abstenções, ficou mantido o *FORA FMI* como Letra H. Em relação ao “não ao pagamento da dívida externa”, os grupos 1, 2, 4, 5, 8, 9 e 10 aprovaram a bandeira “Não ao pagamento da Dívida Externa”. O grupo 3 propôs “Contra o pagamento da Dívida Externa”. Não há registro das posições dos grupos 6 e 7. A Plenária aprovou, com ampla maioria e duas abstenções *Não ao pagamento da dívida externa*, que passa a ser a redação da Letra I. Quanto à Reforma Agrária, os grupos 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9 aprovaram “Reforma Agrária sob controle dos trabalhadores”. Não há registro sobre a posição dos demais grupos. Com ampla maioria e quatro abstenções, foi aprovada a seguinte redação: *J - Reforma agrária sob controle dos trabalhadores.* Sobre reformas em geral, o grupo 3 propôs: “Contra qualquer reforma que ataque as conquistas e piore as condições de vidas dos trabalhadores”. Os grupos 1, 2, 4, 5 e 8 propuseram: “Contra as reformas que atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores”. Não há registro sobre os demais grupos. Com ampla maioria e três abstenções, foi aprovada a segunda formulação para a Letra L. Sobre o Pacto Social, os grupos 1, 2, 4 e 8 propuseram: “Não aos pactos que retirem direitos históricos dos trabalhadores”. O grupo 7 propôs “Não a pactos sociais”. O grupo 9 propôs “Contra reformas e pactos que retirem direitos dos trabalhadores. “Negociação, sim. Pacto social, não”. Os grupos 3, 5, 6 e 10 não registraram propostas. A Mesa encaminhou a votação das três propostas. Votação: com ampla maioria e três abstenções foi aprovada a seguinte proposta: “*Contra reformas e*

pactos que retirem direitos dos trabalhadores. Negociação, sim! Pacto Social, não!

Sobre reestatização: os grupos 1, 2, 3, 4, 5, 8 e 9 propuseram “Pela reestatização das empresas privatizadas”. Os grupos 6, 7 e 10 não registraram propostas. Por ampla maioria, três votos contrários e registro de algumas abstenções, a Letra N ficou com o seguinte texto: N – *“Pela reestatização das empresas privatizadas!”*

Sobre o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, os grupos 1, 2, 4 e 5 apresentaram a seguinte formulação: “Contra a participação de representantes dos trabalhadores no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”. Não há registro da posição dos demais grupos. Solicitado pela Plenária o aprofundamento da discussão, a Mesa encaminhou como procedimento a inscrição de oradores, em blocos de três, de três minutos cada. Ao final de cada bloco, a Plenária avaliará se já está esclarecida para votar. Às vinte e uma horas e cinquenta minutos, a presidente da Mesa submeteu à votação a prorrogação da Plenária por mais uma hora ainda hoje ou somente amanhã. Josevaldo Cunha (Diretoria) encaminhou a prorrogação para hoje, a fim de que se possa fazer, amanhã, um ato público contra a tramitação do PLP 9/99, às dezessete horas, com passeata saindo do Hotel, em marcha até o Palácio do Governo, aonde será realizado o ato. Por ampla maioria, alguns votos contrários e registro de duas abstenções, foi aceita a prorrogação. Retomando a discussão do item referente ao Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, fizeram uso da palavra Rodrigo Souza (ADUnb), Clarilton Ribas (APUFSC) e José V. Zago (Diretoria). Ao final do primeiro bloco, a presidente da Mesa submeteu à votação a abertura de mais um bloco de três: cento e dezoito favoráveis; cento e dez contrários e uma abstenção, pela reabertura de novo bloco. A delegada Nidia Majerowicz (ADUR-RJ) encaminha que se faça uma intervenção a favor e uma contrária para cada proposta. A presidente da Mesa avaliou que, como a Plenária acabou de votar pela realização de mais um bloco de discussões, o melhor seria submeter o encaminhamento após o próximo bloco de três, composto por Roberto Leher (ADUFRJ), André Martins (APES-JF) e Antonio Bosi (Diretoria). Ao término do bloco, o delegado Amarílio Ferreira Jr. (ADUFSCar) apresentou encaminhamento de que todos os inscritos deveriam falar e, somente depois, proceder-se-ia ao encaminhamento sugerido pela delegada Nidia. A presidente da Mesa acatou o encaminhamento, chamando os próximos inscritos: Edmundo Dias (ADUNICAMP), Francisco José Duarte Santana. (APUB) e Fernando Pereira (ADUFG). Ao final das manifestações, a Mesa procedeu à votação da abertura, ou não, de mais um bloco de três oradores. Com quatro abstenções e alguns votos contrários, a Plenária se manifestou favoravelmente ao encerramento das intervenções. Em seguida, a Mesa colocou em votação o encaminhamento da delegada Nidia (uma intervenção a favor e uma contrária). A Plenária, por ampla maioria e quatro abstenções, se manifesta favoravelmente à abertura de uma intervenção a favor e uma contrária. O delegado Rodrigo Souza (ADUnB) e a delegada Aparecida Meneses (ADUFPB-JP) dividiram o tempo (um minuto e meio para cada um), para a intervenção contrária. Luiz Carlos Lucas (Diretoria) fez a intervenção a favor. Em seguida, a presidente da Mesa submeteu à votação: a manutenção do item, sem prejuízo de modificação, ou a sua rejeição. Votação: pela aprovação do item, sem prejuízo de modificação, ou pela rejeição: com amplíssima maioria, alguns votos contrários e algumas abstenções, sendo uma com declaração de voto, foi aprovada a manutenção do item, tal como proposto pelos grupos já citados: *“Contra a participação de representantes dos trabalhadores no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”*. Declaração de voto da delegada Maria Odete Santos (APUFSC): *“Mesmo absolutamente favorável à deliberação tomada de indicar a não-participação de representação de*

trabalhadores no CODES, me abstive de votar por não termos tido oportunidade de discutir na base. A abstenção facilita na minha Ssind encaminhar a deliberação aqui tomada. O delegado Edmundo Dias (ADUNICAMP) apresentou questão de ordem, solicitando que se registrasse a contagem da votação, a fim de evitar equívocos posteriores. A votação foi refeita, obtendo-se o seguinte resultado: cento e sessenta e seis votos favoráveis à manutenção do texto, sem prejuízo de modificações; quarenta e sete contrários e vinte e quatro abstenções, incluindo a declaração de voto já citada. Proposta de modificação submetida à Plenária: substituição de “dos trabalhadores” por “da CUT”. A presidente da Mesa encaminhou a votação, que obteve o seguinte resultado: pela manutenção da redação original – alguns votos; pela modificação proposta - ampla maioria; algumas abstenções. Assim, a Letra O passa a ter a seguinte redação: *O – “Contra a participação de representantes da CUT no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social”.* A letra referente à OMC foi considerada contemplada pela Bandeira da Letra B. Quanto à autonomia do Banco Central, a votação foi no sentido de se o assunto seria incluído, ou não, nas Bandeiras de Luta. Por ampla maioria, algumas abstenções e um voto contrário, ganhou a inclusão da seguinte redação: *P – “Não à autonomia do BC!”* Em relação à pesquisa, a Bandeira proposta pelo grupo 5 foi: “Em defesa de uma política de pesquisa que favoreça a soberania nacional”, a Mesa sugeriu que fosse remetida para discussão e deliberação no Tema III, no bojo do(s) TR referente(s) à Política de Ciência e Tecnologia. Quanto à auditoria da Seguridade, a Bandeira proposta pelo grupo 5 – “Por uma auditoria nas contas da Seguridade Social, nos regimes de previdência, saúde e assistência social” – também foi proposta, pela Mesa que fosse apreciada no Tema III, no bojo do(s) TR referente(s) à Seguridade Social. Quanto à Bandeira sobre a CUT, a proposta do grupo 2 – “Por uma CUT classista, autônoma, democrática, independente dos partidos políticos e do estado e instrumentalizadora da luta dos trabalhadores” - foi igualmente remetida para o Tema III, no bojo do TR referente à Política Sindical. O encaminhamento da Mesa, para esses três pontos, foi aprovado pela Plenária, por ampla maioria, alguns votos contrários e algumas abstenções. **Proposta de inclusão de uma nova Bandeira:** “Pela retirada de Israel dos territórios ocupados na Palestina”. Submetida à votação, foi aprovada a inclusão desta Bandeira por ampla maioria, alguns votos contrários com registro de algumas abstenções, passando a constituir a Letra Q. **Proposta de Recomendação:** “O 22º CONGRESSO recomenda que o Sindicato aprofunde a discussão a respeito da Dívida Externa”. Aprovada com ampla maioria, com dois votos contrários e quatro abstenções. A presidência da Mesa submeteu à votação todo o TR 8 - Eixos do Plano Geral de Lutas e Bandeiras de Luta. Por ampla maioria favorável, dois votos contrários e duas abstenções, foi aprovado o TR 8. A Coordenação da Mesa indicou o início do **TR 76 – Atualização do Plano de Lutas**, devido ao adiantado da hora. O delegado André Martins (APES-JF) fez encaminhamento contrário, pois o TR 76 irá tratar de greve e o tempo é exíguo. A Mesa acatou e passou ao **TR 74 – Plano Geral de Lutas do Sindicato**, cujo ‘caput’ - *O 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional reafirma, por permanecer atual, o Plano Geral de Lutas do Sindicato, aprovado no 45º CONAD (Belém, PA – 2002). Aprova a atualização da redação dos itens 11, 18, 22, 23 e 25; a supressão dos itens 5, 45 e 46; e a inclusão do item 47, cujo assunto se destaca na presente conjuntura – teve proposta de modificações procedentes de dois grupos. O grupo 9 havia aprovado: substituição de “reafirma, por permanecer atual, o” por “aprova o seguinte” e supressão de “do Sindicato, aprovado no 45º CONAD (Belém, PA – 2002). Aprova a atualização da redação dos itens 11, 18, 22, 23 e 25; a supressão dos itens 5, 45 e 46; e a inclusão*

do item 47, cujo assunto se destaca na presente conjuntura”. O grupo 10 propôs: substituições de “reafirma, por permanecer atual, o” por “aprova a atualização do”, e de “que passa a ter a seguinte redação:” por “aprovado no 45º CONAD (Belém, PA – 2002). Aprova a atualização da redação dos itens 11, 18, 22, 23 e 25; a supressão dos itens 5, 45 e 46; e a inclusão do item 47, cujo assunto se destaca na presente conjuntura”. Por ampla maioria e com registro de algumas abstenções, foi aprovada a seguinte redação para o caput do TR 74: *O 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional aprova a atualização do Plano Geral de Lutas do Sindicato, que passa a ter a seguinte redação: A Mesa encaminhou a aprovação, em bloco, dos itens do TR-74, que foram aprovados por todos os grupos, à exceção do grupo 4, que o remeteu à Plenária, quais sejam: item - 2 - Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, participando da divulgação dos resultados do plebiscito da ALCA e das próximas etapas da campanha pela retirada do governo brasileiro das negociações do acordo, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial; item - 3 - Promover, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros de abrangências internacional, nacional, regional e local sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical; item - 4 - Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, valorizando o plebiscito popular já realizado sobre a ALCA e a Base de Alcântara; item - 8 - Indicar que as Seções Sindicais participem ativamente da Rede Internacional de Solidariedade Ativa, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento; item - 9 - Recomendar às Seções Sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade ao povo palestino, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promover debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo; item - 10 - Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores; item - 13 - Combater qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade acadêmica em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais, oferecendo solidariedade político-sindical, assistência jurídica e apoio material, por meio das estruturas do movimento docente. Realizar campanhas de denúncia como forma de prevenir e enfrentar tais atos das administrações universitárias; item - 15 - Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital em âmbitos nacional e internacional; item - 18 - Combater a contratação, via CLT/ Emprego Público, nas IES públicas bem como todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES; item - 19 - Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN, na forma do seu Estatuto; item - 21 - Envidar esforços no sentido de divulgar a avaliação do Sindicato contrária à regulamentação do direito de greve; item - 22 - Articular, no interior das Coordenações Estaduais dos SPF a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve e trabalhar junto aos parlamentares nos estados nesse sentido; item - 24 - Combater todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal, desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o*

arquivamento das proposições em tramitação; item - 25 - Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para: subitem - 25.1. o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades; e subitem - 25.2. a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação da instituição (o Exame Nacional de Cursos – “Provão” – e a avaliação das condições de oferta), a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores; item 26 - Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior; item - 27 - Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN; item - 29 - Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnicos-administrativos (contratos por concurso público e pelo regime estatutário) e à infra-estrutura das IES resgatada a sua autonomia; item - 30 - Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos; item - 34 - Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro; item - 36 - Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções emergenciais, com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais; item - 39 - Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações (sistemas digitais, provedores estrangeiros de educação etc.), à lei de Patentes, e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país; subitem - 44.1 - desvelar a falácia do governo sobre o déficit da Previdência Social e de apreender o real significado da Reforma da Previdência proposta pelo novo governo; subitem - 44.3 - combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, equidade e integralidade, conforme o art. 196 da Constituição Federal de 1988. Com ampla maioria, três votos contrários e com registro de três abstenções, os itens citados foram aprovados. Devido à insuficiência de tempo para prosseguir nas deliberações, a Plenária foi encerrada às vinte e uma horas e cinquenta minutos. A Plenária do Tema I foi reinstalada às nove horas do dia doze de março de dois mil e três, sendo os trabalhos retomados às nove horas e cinquenta minutos, quando se verificou quorum regimental. A Mesa repetiu

os itens do TR 74 que foram aprovados em bloco ontem. A seguir, listou os itens e subitens: 1, 5, 6, 7, 11, 12, 14, 16, 17, 20, 23, 28, 31, 32, 33, 35, 37, 38, 40, 41, 42, 43, 44, 44.2, 45, 46 e 47 destacados pelos grupos. A Mesa avisou que só seriam considerados válidos os votos manifestados com o cartão verde. Passou a palavra a Francisco Martins (SINDUECE), que havia solicitado uma intervenção para falar sobre o que está ocorrendo no CEFET-PI e propor uma moção e manifesto: *“Proposta de manifesto às Autoridades competentes pela Diretoria do ANDES-SN e/ou pela Plenária de Encerramento do 22º Congresso do ANDES-SN, sobre a situação dos professores de 1º e 2º graus do CEFET-PI, conforme moção feita pelo prof. Francisco Martins de Sousa – SINDUECE”*. Retomando o TR 74, a Mesa leu o item 1 - *Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA, dentre tantos outros*, que teve como proposta de modificação a supressão de “dentre tantos outros”. Votação: por maioria e algumas abstenções foi aprovada a supressão da expressão “dentre tantos outros”, ficando assim redigido: *1 - Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA*. O item 5 - *Aprofundar a discussão sobre a mercantilização da educação (OMC) e sobre a relação entre a ALCA/educação pública/universidade pública* – teve proposta de modificação, apresentada pelo grupo 9, inserindo “e ampliar a campanha contra a” após “discussão”, suprimindo “sobre a”, antes de “mercantilização”, e suprimindo “(OMC) e sobre a relação entre a”, antes de “ALCA”. Votação: aprovada por ampla maioria, com algumas abstenções, a modificação proposta pelo grupo 9, passando o item a ter a seguinte redação: *5 - Aprofundar a discussão e ampliar a campanha contra a mercantilização da educação. Aprofundar a discussão sobre as conseqüências da ALCA na educação pública/universidade pública*. O item 6 - *Empreender esforços para a realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA* também teve proposta de modificação pelo grupo 8, que propôs a substituição de “empreender esforços para a realização” por “lutar pela realização”, e acrescentar “o acordo que cede a Base de Alcântara aos estados Unidos e a proposta de autonomia do Banco Central” após “ALCA”. Votação: por ampla maioria e seis abstenções, foi aprovada a modificação. O texto então ficou assim formulado: *6 - Lutar pela realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA, e contra o acordo que cede a Base de Alcântara aos Estados Unidos e a proposta de autonomia do Banco Central*. O item 7 - *Intensificar a participação do Sindicato na Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa da educação pública, democrática, laica, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada* teve proposta de supressão da palavra “democrática”, o acréscimo de “intransigente” após “defesa” e a inclusão ao final, de “e sua universalização em todos os níveis”. O delegado Edmundo Dias (ADUNICAMP) destacou, encaminhando que a palavra “democrática” seja mantida. O delegado Cláudio Scherer (ADUFRGS) esclareceu que a educação democrática é uma idéia estranha e que, quando se diz que é socialmente referenciada, já se está dizendo que é democrática. A Mesa perguntou se a Plenária desejava abrir blocos de 3 inscrições para a discussão. Por ampla maioria e poucas abstenções, a Plenária manifestou que não desejava discutir. Passou-se então direto à votação da manutenção do texto original ou da adoção do texto modificado. Votação: por

maioria e cinco abstenções, foi aprovada a modificação do texto. O próximo encaminhamento foi a proposta de supressão encaminhada pelo grupo 9 contra a proposta de manutenção de “democrática”. Votação: com oito abstenções, foi aprovada a proposta de manutenção da palavra “democrática”. 7 - *Intensificar a participação do Sindicato na Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa intransigente da educação pública, laica, gratuita, democrática e de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização em todos os níveis.* A Mesa chamou a atenção para o fato de que ainda havia delegados(as) votando com o cartão azul, informando que estes votos não seriam contabilizados; somente os votos dos(as) portadores(as) de cartão verde. Na continuidade, a presidente da Mesa passou à leitura do item 11 - *Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o cínico eufemismo flexibilização, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.* Como houve proposta de supressão pelo grupo 1, a Mesa colocou em votação a manutenção do texto, sem prejuízo de modificações, contra a sua supressão. Foi aprovada a manutenção do texto original por ampla maioria, com três votos contrários e oito abstenções. O delegado José Miguel (ADUFRJ) registrou que seu grupo propôs a supressão da palavra “cínico”. Votação: por ampla maioria e algumas abstenções foi aprovada a retirada da palavra “cínico”. O texto do item 11 fica então com a redação que se segue: 11 - *Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o eufemismo flexibilização, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.* O item 12 - *Lutar pela garantia de políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores, pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora* teve duas propostas de modificação. O grupo 9 propôs a substituição de “pela garantia de” por “por” e a inclusão de “tendo como referência o salário mínimo do DIEESE” após “trabalhadores”. A primeira votação foi sobre a manutenção do texto original contra a adoção de modificações no texto. Com ampla maioria e nove abstenções, foi aprovada a adoção de modificações. Passou-se então à apreciação das propostas de modificação. A primeira proposta, de substituição de “pela garantia de” por “por”, foi aprovada por unanimidade. A seguir, passou-se à apreciação da inclusão de “tendo como referência o salário mínimo do DIEESE”. Dileno Dustan (ASPUV) destacou, propondo que se fizesse uma intervenção a favor e uma contrária. A Mesa acatou. Após as duas intervenções, procedeu-se à votação, com o seguinte resultado: cento e três votos pela manutenção do texto, sem a inclusão proposta; cento e quatro pela não-inclusão da expressão, e nove abstenções, ficando o item 12 com a redação seguinte: 12 - *Lutar por políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores, pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.* Item 14: *Organizar firme oposição à recente medida do governo que eleva de 3,75% para 4,25% do PIB as metas de superávit primário, o que implicará o aprofundamento do arrocho salarial e sucateamento do serviço público* teve proposta do grupo 3, tanto de supressão (proposta majoritária no grupo 3) quanto de substituição (proposta minoritária), e de modificação no grupo 7 – inclusão de “à

continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas às determinações do FMI, cujas conseqüências são o aprofundamento do arrocho salarial e sucateamento do serviço público, como se expressa na” após “oposição” e supressão de “que eleva as metas de” e de “o que implicará o aprofundamento do arrocho salarial e sucateamento do serviço público”. A Mesa encaminhou a seguinte votação: manutenção do texto, sem prejuízo de modificação, ou sua supressão. Por ampla maioria favorável, com alguns votos contrários com registro de 8 abstenções, foi mantido o texto original, sem prejuízo de modificações. Passou-se então à votação do texto original contra as modificações propostas pelo grupo 7. Foi aprovada a modificação do item, por ampla maioria de votos favoráveis, alguns votos contrários e quatro abstenções. A redação desse item passa a ser: *14 - Organizar firme oposição à continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas às determinações do FMI, cujas conseqüências são o aprofundamento do arrocho salarial e sucateamento do serviço público, como se expressa na recente medida do governo de elevação de meta de superávit primário de 3,75% para 4,25% do PIB.* Item 16: *Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses da categoria docente.* Houve proposta de modificação do grupo 3 de substituir “da categoria docente” por “dos trabalhadores em educação”. Votação: por ampla maioria e três abstenções foi aprovada a proposta de modificação do grupo 3, ficando assim a redação: *16 - Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação.* O item 17 - *Mobilizar as Seções Sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador quanto a direitos e formas de financiamento e gestão, que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES* teve proposta de modificação pelo grupo 7, de subdividi-lo em dois itens, deixando a questão de financiamento e gestão para uma redação nova que englobe o subitem 25.1. Votação: por ampla maioria, alguns votos contrários e registro de três abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. O item 20 - *Desenvolver ações contra quaisquer tentativas de regulamentação do direito de greve bem como contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no Congresso Nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas* teve proposta de modificação pelo grupo 7 de que, ao final do texto, incluía-se “e também qualquer proposta de reforma da estrutura sindical sem ampla consulta a centrais sindicais e da relação de trabalho que destruam os direitos dos trabalhadores”. Votação: por ampla maioria, alguns votos pelo acréscimo e sete abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. O item 23 - *Intensificar a luta da categoria pela implementação da Carreira Única, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas* teve sugestão de deslocamento para o Tema III. A Mesa encaminhou a seguinte votação: pela manutenção do item 23 no Plano Geral de Lutas contra o seu deslocamento. Com algumas abstenções e alguns votos contrários, foi aprovada a manutenção do item 23 no Plano Geral de Lutas. O item 28 - *Implementar ações de combate às Diretrizes*

Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e superior que comprometem a qualidade da educação com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares teve proposta de modificação do grupo 6: acrescentar “tecnológico” após “médio” e de “aos parâmetros curriculares” após “combate”; substituir “médio” por “básico” e acrescentar “e demais modalidades do ensino” após “superior”. Votação: com ampla maioria e sete abstenções, foram aprovadas as modificações propostas pelo grupo 6. Feitos os necessários ajustes gramaticais e quanto à terminologia constante dos documentos de referência do ANDES-SN, a redação final ficou: **28 – Implementar ações de combate aos Parâmetros Curriculares e às Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação que comprometem a qualidade da educação básica, da educação superior e de suas respectivas modalidades, com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.** Item 31 - *Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.* Houve a proposta do acréscimo de “e incentivo” após “ao estudante”. Foi aprovada a proposta de acréscimo por ampla maioria e seis abstenções, ficando assim o texto: **31 - Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.** Item 32 - *Aprofundar o debate, mediante a realização de eventos, sobre a política governamental de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação.* O grupo 3 apresentou a seguinte proposta de modificação: substituir “a política governamental” por “as políticas governamentais”. A Mesa entendeu que a proposta apresentada foi de correção gramatical, o que será feito de qualquer maneira, e procedeu ao encaminhamento da votação: pela aprovação ou não do item 32. Com um voto contrário e algumas abstenções, foi aprovado o item 32 em seu texto original, sem prejuízo de correções gramaticais. O item 33 - *Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado, realizando debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, encaminhando denúncias ao Ministério Público,* teve proposta do grupo 3 de incluir “fazendo o levantamento de dados e informações sobre essas instituições e”; suprimir “organizando dossiês” e substituir “necessário” por “possível”. O grupo 6 propôs substituir “encaminhando denúncias” por “dando encaminhamento”. Votação: manutenção do texto original ou o texto modificado. Por ampla maioria favorável e seis abstenções, foi aprovada a modificação do texto original. A seguir, procedeu-se à votação da modificação proposta pelo grupo 3 contra a do grupo 6: por ampla maioria e várias abstenções foi aprovada a proposta do grupo 6. A redação final passa a ser a que segue: **33 – Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado, realizando debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário,**

dando encaminhamento ao Ministério Público. Item 35 - *Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em circunstâncias de greve.* Houve propostas de modificação, no grupo 2, – substituir “assinados em “circunstâncias de greve” por “firmado no final da greve de 2001”; e, no grupo 7, substituir “circunstâncias de greve” por “em processo de negociação realizado pelo Sindicato”. A primeira votação foi pela manutenção ou modificação do texto original. Com ampla maioria e cinco abstenções, foi aprovada a modificação do texto. O delegado Edmundo Dias (ADUNICAMP) fez proposta de compatibilização: a manutenção da proposta do grupo 7 acrescida de “em especial, a greve de 2001”. Posta em votação, a redação compatibilizada foi aprovada por ampla maioria, com alguns votos contrários e algumas abstenções, com a seguinte redação: *35 - Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas, e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em processo de negociação realizado pelo Sindicato, em especial, dos firmados no final da greve de 2001.* O item 37 - *Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: (a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; (b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; (c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade* recebeu a seguinte proposta de substitutivo do grupo 3: “Contribuir com as entidades e movimentos organizados da sociedade civil para a luta em favor da democratização dos meios de comunicação social, com ações tais como: (a) interferência nas formas de concessão dos canais de rádio e de televisão e na constituição dos sistemas de comunicação; (b) conscientização da sociedade quanto à necessidade de uma leitura crítica das posturas adotadas pela mídia; (c) definição de políticas de apoio à cultura nacional, por meio da mídia impressa e/ou eletrônica”. A Mesa encaminhou a votação pela manutenção do texto original ou sua substituição. Por ampla maioria, alguns votos pela substituição e oito abstenções, foi aprovada a manutenção do texto original. Item 38 - *Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor, sustentado no debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias de TV por assinatura; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) a luta por uma regulamentação da TV Digital que considere perspectivas estratégicas do país e os interesses da sociedade, não se restringindo aos interesses de alguns grupos nacionais, nem sucumbindo às pressões de conglomerados econômicos internacionais.* O grupo 2 propôs substituir “sustentado no” por “de comunicações, considerando”; acrescentar “em especial das rádios e TV comunitárias” após “radiodifusão”. O grupo 7 propôs suprimir “a luta por”; acrescentar “a adoção e o desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira” após “considere”, e supressão do restante da frase. O grupo 10 propôs acrescentar “de comunicação” após “para o setor”. A primeira votação foi pela manutenção ou modificação do texto original: por ampla maioria, seis votos pela manutenção e algumas abstenções foi aprovada a modificação do texto. A seguir, colocou-se em votação a proposta do grupo 2 contra a proposta do grupo 7, sendo aprovada a proposta do grupo 7, com alguns votos favoráveis à proposta do grupo 2 e algumas abstenções. A redação ficou assim: *38 - Lutar, em conjunto com*

entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor de comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias de TV por assinatura; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) uma regulamentação da TV Digital que considere a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira. Item 40 - Implementar ações para extinguir os Fundos Setoriais, evitando, dessa forma, a ingerência do mercado no financiamento público de ciência e tecnologia. Houve encaminhamento no sentido de deslocar o item para o Tema III, no bojo do TR sobre Política de Ciência e Tecnologia. Votação: manutenção do item no Plano Geral de Lutas ou seu deslocamento para o Tema III. Por maioria, alguns votos pelo deslocamento e algumas abstenções, o item foi mantido no Plano Geral de Lutas. Item 41 - Intensificar a luta pela manutenção da previdência pública estatal. O delegado José Miguel (ADUFRJ) destacou, argumentando que, no TR 29, - Seguridade Social - há a sugestão de um regime único para a Previdência e que, caso este item seja aprovado, ficará prejudicado. O delegado Edmundo Dias (ADUNICAMP) propôs que a elaboração final seja feita no Tema III, no bojo dos TR que tratam da Seguridade Social, e o resultado seja deslocado para o Plano Geral de Lutas, ao final das deliberações do Tema III, pois a discussão é central. Votação: pela manutenção do item no Plano Geral de Lutas contra a proposta de seu deslocamento para a Plenária do Tema III. Por ampla maioria, cinco votos pela remessa para o Tema III e algumas abstenções, foi aprovada a permanência do item no Plano Geral de Lutas. O mesmo item foi apreciado pela Plenária do Tema III, por sua própria iniciativa, retornando o resultado à Relatoria da Plenária do Tema I, como segue: aprovado o texto original, por ampla maioria, com registro de algumas abstenções, com a seguinte redação final: 41 – Intensificar a luta pela manutenção da Previdência Social pública. Item 42 - Lutar pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores de forma a garantir esse princípio, tanto aos trabalhadores do setor público quanto privado, contrariamente à situação atual que trata diferentemente os trabalhadores públicos e privados e aos aposentados do setor público e aos que futuramente vierem a se aposentar conforme as propostas hoje em curso no Congresso Nacional. O grupo 3 propôs o deslocamento do item para o Tema III, no bojo do TR 29. Votação: o item foi mantido no Plano Geral de Lutas por ampla maioria, cinco votos pela remessa ao Tema III, registrando-se abstenções. Item 43 - Indicar às Seções Sindicais que, articuladamente com os servidores de outras entidades nacionais e das esferas estadual e municipal, permaneçam mobilizadas para uma resposta imediata à iminente possibilidade de aprovação de Reforma Previdenciária que venha cassar direitos conquistados ao longo de nossa luta. Houve proposta do grupo 7 de inclusão de “indicando a possibilidade de greve” ao final da frase. O delegado Paulo Rizzo (APUFSC) encaminhou que, caso o indicativo de greve proposto no TR 76 seja aprovado, este item fique no Plano Geral de Lutas. O delegado Edmundo Dias (ADUNICAMP) esclareceu que não se estava decidindo greve agora, mas caso o indicativo viesse a ser aprovado, deveria ser deslocado para o Plano Geral de Lutas. A delegada Marina Barbosa (ADUFF) encaminhou que o item ficasse em suspenso, até a deliberação do TR 76. Votação: manutenção do texto original ou sua modificação, após a discussão da greve. Por maioria e registro de algumas abstenções, foi aprovada que a modificação seja feita após a discussão do TR 76 – no item greve. Item 44 - Indicar às Seções Sindicais a promoção de seminários, encontros, debates, atos etc., com o objetivo de: O grupo 10 apresentou

proposta de acréscimo de “e a produção de documentos de distribuição em massa”, após a palavra “atos”. Posta em votação a manutenção do texto original ou a modificação proposta, foi aprovada a proposta de modificação do item, por ampla maioria, nenhum voto contrário, com algumas abstenções, ficando o texto com a seguinte redação: *44 - Indicar às Seções Sindicais a promoção de seminários, encontros, debates, atos e a produção de documentos de distribuição em massa, com o objetivo de: Item 44.2 - Denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social, engendrando programas como a Universidade Solidária, os Amigos do Transplante, os Amigos da Escola e outros, criados pelo governo FHC e ainda vigentes, que procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.* Houve a proposta de supressão de “engendrando programas como a Universidade Solidária, os Amigos do Transplante, os Amigos da Escola e outros, criados pelo governo FHC e ainda vigentes”. Votação: por maioria e algumas abstenções a proposta de modificação foi vencedora, ficando o texto com a seguinte redação: *44.2 - Denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e que procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.* Item 45 - *Indicar a produção de documentos fundamentados no efeito perverso que a reforma proposta exercerá sobre os servidores públicos. Estes documentos servirão, também, de instrumento para trabalho de militância junto aos parlamentares eleitos, manifestando a posição contrária do ANDES-SN às propostas desta reforma previdenciária.* Houve proposta de modificação no grupo 5: acrescentar “proposta de” antes da palavra “reforma” e, depois dela “da previdência”; acrescentar “e sobre a economia da União, dos estados e dos municípios” ao final da primeira frase. Votação: por ampla maioria e com cinco abstenções, foi aprovada a proposta de modificação, ficando o item 45 com a seguinte redação: *45 - Indicar a produção de documentos fundamentados no efeito perverso que a proposta de reforma da previdência exercerá sobre os servidores públicos e sobre a economia da União, dos estados e dos municípios. Estes documentos servirão, também, de instrumento para trabalho de militância junto aos parlamentares eleitos, manifestando a posição contrária do ANDES-SN às propostas desta reforma previdenciária.* Item 46 - *Indicar a necessidade de criação de fóruns e outros organismos, onde não existirem, ou integração aos já existentes com o objetivo de intensificar a luta em defesa do regime próprio de previdência do setor público.* Os grupos 2, 5 e 10 propuseram modificações, a saber: grupo 2 – substituir “do setor público” por “pública”; grupo 5 – substituir “do regime próprio da Previdência do Setor Público” por “da Previdência Pública e dos direitos dos servidores públicos”; grupo 10 – substituir “do regime próprio de Previdência do Setor Público” por “da Previdência Social pública”. O delegado José Miguel (ADUFRJ) destacou, alegando que este item se encontra na mesma situação que ele havia destacado anteriormente, ou seja, enquanto não se discutisse se seria aprovado um regime único para a Previdência, o item ficaria prejudicado. A Mesa encaminhou que, como as modificações eram pertinentes, seriam colocadas em votação. Por ampla maioria, três votos favoráveis ao texto original e com cinco abstenções, foi aprovada a adoção de modificações no texto original. Antes, porém, da discussão do conteúdo das modificações, a Plenária aprovou o seguinte encaminhamento: enviar o item para discussão e deliberação na Plenária do Tema III, devendo a síntese dessa deliberação retornar ao Plano Geral de Lutas do Sindicato. Finda a Plenária do Tema III, a Relatoria da Plenária do Tema I foi informada da deliberação ocorrida: rejeição do item 46. Votação: ampla maioria

favorável à rejeição, alguns votos pela manutenção e algumas abstenções. Assim sendo, o item 46 será suprimido. O item 47 - *Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, religião, gênero, orientação sexual, idade e nacionalidade, intensificando a construção, durante o ano de 2003, de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados, sob a coordenação do GT Etnia, Gênero e Classe* teve proposta de modificação no grifo 6: inclusão de “e região” após “nacionalidade” e a supressão de “sob a coordenação do GT Etnia, Gênero e Classe”. Postas em votação, com seis votos pela manutenção do texto original e quatro abstenções, foram aprovadas as propostas de inclusão e supressão, ficando assim o item: **47 - Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade e região, intensificando a construção, durante o ano de 2003, de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.** A Mesa encaminhou que os acréscimos seriam discutidos iniciando-se pelo proposto no **TR 76 – Atualização do Plano de Lutas**. O TR 76 teve a seguinte situação nos grupos: os grupos 1, 2, 5, 6 e 7 aprovaram-no, com modificações; os grupos 9 e 10 remeteram-no à Plenária; e o grupo 8 aprovou-o integralmente. A Mesa encaminhou que se começasse pelas propostas de modificação no *caput*: **O 22º CONGRESSO aprova o indicativo de greve, conforme apontado na Plenária dos SPF ocorrida em 18/2/03, caso seja retomada a tramitação do PLP 9/99 e adota o seguinte calendário:** cinco grupos propuseram modificações e a Mesa abriu a discussão. A partir desse momento, houve uma grande corrida para a entrega de cartões, dificultando sobremaneira o registro da ordem correta de inscrições. Seguiu-se uma profusão de encaminhamentos e apresentações de questões de ordem, dificultando o trabalho de registro pela Secretaria da Mesa Coordenadora da Plenária. A Mesa aglutinou vários encaminhamentos e apresentou-os à Plenária para apreciação da seguinte forma: a) decidir se todos falam independentemente do conteúdo ou b) se já falou com o conteúdo definido. A constituição de blocos ficou para o segundo momento de deliberações de encaminhamentos. Após algumas intervenções e questões de ordem, a Mesa avisou que faltavam oito minutos para o encerramento da Plenária e que esse tempo deveria ser utilizado para a definição de procedimentos de encaminhamentos. Acatada a recomendação da Mesa, passou-se à primeira votação: intervenções livre contra intervenções de conteúdo direcionado. No segundo momento, procedeu-se à votação: se seriam abertos blocos de cinco inscrições com possibilidade de novas inscrições durante a primeira fala. A Plenária aprovou este encaminhamento. A seguir foi apresentado o terceiro encaminhamento: se a ordem das intervenções seria a mesma adotada pela Mesa ou se haveria sorteio. A Plenária aprovou a ordem adotada pela Mesa. A quarta votação destinou-se a decidir se deverá ser remetido à Plenária do Tema II o debate sobre o TR conforme os encaminhamentos aprovados, bem como os demais itens do Tema I não apreciados, sendo a proposta aprovada por ampla maioria, com registro de algumas abstenções. A Plenária do Tema II foi instalada às 14 horas, tendo os trabalhos sido reiniciados às 14h36, quando se confirmou o quorum regimental. A Mesa avisou às delegações das seções sindicais que a Revista Universidade e Sociedade estreia, a partir das 16 horas, à disposição na sala de imprensa. A Mesa retomou os encaminhamentos aprovados na parte da manhã e anunciou o primeiro bloco de inscritos: Eduardo Rolim (ADUFRGS), Amarílio Júnior (ADUFSCar), Aparecida Menezes (ADUFPB-JP), Beatriz Couto (APUBH) e Celi Taffarel (Diretoria). Ao final das cinco intervenções, a Mesa submeteu à votação a

abertura – ou não – de mais um bloco de cinco inscritos: por amplíssima maioria, alguns votos contrários e registro de cinco abstenções, a Plenária aprovou a abertura de mais um bloco de cinco oradores: David (ADUFEPE), Rodrigo (ADUnB), Antonio Bosi (Diretoria), José V. Zago (Diretoria) e Fernando Pereira (ADUFG). A Mesa procedeu a mais uma votação por nova abertura – ou não - de um bloco de cinco oradores, o que foi aprovado por amplíssima maioria, com sete votos contrários e uma abstenção. Cláudia Gonçalves (ASDUERJ), Romero Júnior (ADUFS - não estava presente), Carlos Schmidt (ADUFRGS), Edmundo (ADUNICAMP), José Miguel (ADUFRJ), Rubens (ADUFRGS). Nova votação pela abertura de mais um bloco de cinco intervenções: por ampla maioria, alguns votos contrários e quatro abstenções, abre-se mais um bloco de cinco intervenções. Márcio Antônio (APES-JF), Paulo Rizzo (APUFSC), Aparecida Castro (ADUFRGS), André Martins (APES-JF) e Luiz Galetti (ADUFMAT). Votação pela abertura – ou não - de mais um bloco de cinco intervenções: por ampla maioria e com quatro abstenções, a Plenária aprovou mais um bloco de cinco intervenções: Daniela Marzola (ADUFRGS), Luciano Menezes (ADUFRJ), Edson Domingos (SINDOCEFET-PR), João de Deus (ADUFG - não estava presente), Maria Odete (APUFSC) e Roberto Leher (ADUFRJ). Mais uma votação pela abertura de um novo bloco de cinco: com oitenta e cinco votos favoráveis foi aprovada a proposta de encerramento de abertura de novos blocos de intervenção. O delegado Eduardo Rolim (ADUFRGS) encaminhou que se aprecie a modificação proposta pelo grupo 1, com duas defesas para cada, posto que não houve falas contrárias à greve. A Mesa esclareceu que o grupo 1 informou que aprovou o texto da Diretoria, suprimindo a expressão “conforme aprovado na Plenária dos SPF”. O delegado Antônio de Pádua (ADUFPI) apresentou questão de ordem de que há uma proposta discutida no grupo 7, cujo conteúdo foi o indicativo de greve, caso haja a tramitação do PLP 9/99. Há uma outra proposta que diz que o indicativo deverá ser remetido para as bases. A Mesa propõe que haja uma intervenção a favor e uma contrária para cada uma das propostas. A Plenária se manifestou favorável a deliberar imediatamente, sem abrir espaço para defesas. Encaminhamento: que se deixe bem claro para a sociedade que este Sindicato é contra o PLP 9 e isso precede qualquer votação. A Mesa entende que isto está superado, porque já foi votado nos Eixos de Luta. Votação: mantém o texto original ou modifica: Vários encaminhamentos foram apresentados até que a Mesa encaminhou pela manutenção do texto original ou do texto com modificação. Encaminhamento do delegado Amarílio Júnior (ADUFSCar): uma proposta contra a outra. Primeira votação: proposta da Mesa contra a proposta de Amarílio. Por esmagadora maioria, alguns votos contrários e quatro abstenções, a Plenária manteve o encaminhamento da Mesa. Segunda votação: favoráveis à manutenção do texto original: cento e cinquenta e três votos favoráveis, noventa e três contrários e oito abstenções. Declarações de voto: 1) *todos nós fomos favoráveis à greve – justa, oportuna. Todos nós somos contra o projeto de reforma. O que somos contra é a decisão aqui, sem discussão com as bases, e por que (pergunta à Diretoria) não constou a proposta de GREVE não foi pautada no Caderno de Textos? Além disso, não foram nem usados os canais (inclusive do parlamento) de pressão. Esta é a mensagem que vou levar para a UFMG – Rosângela Carrusca Alvim – UFMG; 2) Não houve discussão na base e em protesto pelas duas votações – Romão da Cunha Nunes; 3) Embora sendo a favor do indicativo de greve, entendo que: 1) neste momento, a negociação não se esgotou nem com o governo, nem com o parlamento; 2) não houve posição da plenária dos SPF por indicativo de greve e sim indicativo de paralisação, ao contrário inclusive do*

relatório da reunião da plenária, conforme relatam os delegados presentes à mesma; 3) é fundamental que as ADs discutam previamente o indicativo de greve, o que o texto proposto não contempla – Maria Aparecida Castro Livi – ADUFRGS. O delegado José Miguel (ADUFRJ) apresentou questão de ordem, alertando que a mesma irá ter como consequência um recurso de votação, explicando que a forma como vinham sendo encaminhadas as votações anteriores colidiu com a maneira como a Mesa encaminhou esta votação, pois o grupo 1 aprovou o indicativo de greve, mas sugeriu uma pequena modificação no texto. Uma vez que a votação não foi encaminhada como vinha sendo anteriormente, ou seja, aprova, sem prejuízo de modificação ou rejeita, o grupo 1 ficou prejudicado em sua proposta. O delegado Amarílio Júnior (ADUFSCar) apresentou outra questão de ordem, alegando que a questão levantada por José Miguel não tem sentido, porque se trata de uma manobra. Lucas (Diretoria) apresentou a questão de ordem de que o recurso de votação proposto por José Miguel seja votado. Após algumas questões e propostas de encaminhamento a Mesa abriu uma inscrição a favor e outra contra o recurso de votação. O delegado Paulo Rizzo (APUFSC) alertou que a Mesa tem a obrigação de encaminhar qualquer proposta à Plenária, avisando que José Miguel esclareceu a forma como o encaminhamento da Mesa vinha se dando, e está correto, e, assim, houve prejuízo, porque a proposta de seu grupo não pôde ser apreciada e, portanto, deve ser recolocada. O delegado Francisco Duarte (APUB) avaliou que a Mesa leu o encaminhamento e, mesmo diferente dos demais, as pessoas aceitaram. A Mesa coloca em votação o recurso de votação: com cento e setenta e um votos favoráveis, setenta e cinco contrários e catorze abstenções, a Plenária acatou o recurso de votação. Declarações de voto: 1) *Este recurso de votação expressa que o verdadeiro conteúdo da discussão atende a interesses partidários e fora do Sindicato. Voltar atrás é uma manobra para tentar ocultar que não havia na plenária a unanimidade desejada e expressa na imprensa – Eduardo Rolim de Oliveira – Adufrgs;* 2) *Abstive-me de votar no recurso de votação porque a primeira votação foi legítima, mas como não agradou a posição majoritária, anulou-se uma votação legítima, pisando nas tradições do Sindicato ANDES – Cláudio Scherer;* 3) *Me abstive porque o recurso de votação foi claro e inequívoco, mas como o resultado não demonstrou o anunciado previamente pelo Presidente desta entidade de que havia unanimidade no indicativo de greve imediato, este recurso foi impetrado – Daniela Marzola Fialho – Adufrgs;* 4) *O TR 77 trouxe um erro de substância pois falseou, sob o patrocínio da ANDES que escreveu o relatório, o resultado da Plenária de 18 de fevereiro de 2003 dos SPF, quando trocou o resultado da plenária, que foi decisão pela “paralisação” por decisão pela greve; houve também erro de forma quando, face a um resultado desfavorável, encaminhou recurso de votação para modificar uma decisão claramente decidida e encaminhada. Todo este processo lamentável é o resultado infeliz da tentativa de bloquear a discussão política dentro do Sindicato – Beatriz Couto - APUBH.* A Mesa encaminhou: 1) mantém o texto sem prejuízo de modificações ou rejeita o texto: por duzentos e dezesseis votos favoráveis à manutenção, vinte e nove contrários e vinte e três abstenções, o texto original foi mantido, sem prejuízo de modificações. Às dezesseis horas e cinquenta e oito minutos, a Mesa colocou em votação a prorrogação da Plenária por mais trinta minutos (até às dezessete horas e trinta minutos). Por ampla maioria, alguns votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a prorrogação da Plenária por mais trinta minutos; 2) caso o texto seja mantido, mantém a redação original ou modifica a redação do texto e leu as propostas de modificação. Por duzentos e onze votos favoráveis à modificações no texto original, dezessete pela manutenção da redação

original e onze abstenções, foram aprovadas modificações no texto original. Declarações de voto: 1) *Me abstive nesta votação por considerar que ela parte de uma manipulação da votação anterior e não pretendo compactuar com esta manipulação – Daniela Marzola Fialho – ADUFRGS*; 2) *Eu me abstive porque considero que esta votação decorre da votação inicial viciada e não se justifica ferir as práticas democráticas que devem pautar a prática deste sindicato – Beatriz Couto - APUBH*. A Plenária foi encerrada às dezessete horas e trinta minutos, com a Mesa conclamando todos os presentes a aderirem ao ato público que foi aprovado ontem. A Plenária do Tema I foi reinstalada às dezenove horas, com o reinício dos trabalhos às vinte horas e quarenta e cinco minutos, quando foi confirmado o quorum regimental. A Mesa recapitulou as duas últimas votações ocorridas antes da interrupção, informando ter na mesa a proposta do grupo 1, porque houve problema no relatório, e solicitando que todos anotassem as deliberações do grupo 1: suprimir “conforme apontado na plenária dos SPF ocorrida em 18/2/03”. A outra proposta não foi aprovada, mas conseguiu um percentual de votos que permitiu que ela viesse para a Plenária. A terceira proposta de modificação veio do grupo 2 e a quarta proposta para apreciação é a que veio do grupo 6, que mantém a proposta original, mas substitui “e” por “concomitantemente”, com nova pontuação na frase original. A Mesa encaminhou a seguinte votação: propostas de manutenção ou exclusão da expressão “conforme apontado na Plenária dos SPF ocorrida em 18/2/03”. Votação: cento e quarenta e nove votos favoráveis à supressão, treze contrários e quatro abstenções. Segunda votação: manutenção do texto aprovado no grupo 1 ou opção pelo acréscimo. Caso fosse votado o acréscimo, definir-se-ia qual seria ele. O delegado Amarilio Júnior (ADUFSCar) apresentou outro encaminhamento: argumentou que o que diferenciava as três propostas era tirar o indicativo de greve aqui ou remetê-lo para as bases; que haveria um mesmo espírito; que, então, o melhor procedimento seria votar-se o espírito, sem prejuízo das mudanças. A Mesa coloca em votação a sua proposta contra a de Amarilio. Votação: por ampla maioria e três abstenções venceu a proposta da Mesa. Então o encaminhamento da votação foi: manutenção do texto do grupo 1 ou adoção do acréscimo. Por ampla maioria, alguns votos contrários e duas abstenções, foi aprovado o acréscimo. Em seguida, foram trabalhadas as propostas de acréscimo, uma contra a outra (grupos 1 e 2): cinquenta e um votos favoráveis ao grupo 1; cento e quarenta e sete votos favoráveis ao grupo 2 e quatro abstenções. O ‘caput’ passa a ter a seguinte redação: [...]. *O 22º CONGRESSO aprova e encaminha à imediata apreciação das Seções Sindicais dos 3 Setores o indicativo de greve, caso seja retomada a tramitação do PLP 9/99, e adota o seguinte calendário*: Em seguida, passou-se às deliberações relativas ao calendário. Item 1 - *Ato nos estados contra o PLP 9/99 no dia 20/3 (em conjunto com o lançamento da Campanha Salarial dos SPF)*. Não existe proposta de rejeição, somente de acréscimo de “e nos municípios”, pelo grupo 5. Votação: manutenção da redação original ou com o acréscimo do grupo 5. Por maioria, alguns votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a inclusão de “e” nos municípios”. Item 2 - *Participação no Seminário em Defesa da Previdência Pública Solidária e Regime de Repartição, a ser realizado no dia 25/03 em Brasília*. A votação foi encaminhada pela aprovação contra a rejeição do item. Por maioria e seis abstenções foi aprovado o item 2. Item 3 - *Realização, entre a 2ª quinzena de abril e a 1ª quinzena de maio, de um ato nacional e nos estados para denunciar a proposta de reforma do governo federal* teve proposta de acréscimo pelo grupo 5 de “nos municípios”. Encaminhamento do delegado Carlos Alberto Olivieri (ADUFSCar): trocar a 2ª quinzena pela 1ª quinzena. Primeira votação: inclusão de “municípios”.

Por ampla maioria, quatro votos contrários e algumas abstenções foi aceita a inclusão de “nos municípios”. Segunda votação: proposta do texto contra proposta de 1ª quinzena. Por amplíssima maioria e algumas abstenções vence a proposta de substituição da 2ª pela 1ª quinzena, ficando o texto final com a seguinte redação: *3 – Realização, entre a 1ª quinzena de abril e a 1ª quinzena de maio, de um ato nacional, nos estados e nos municípios, para denunciar a proposta de reforma do governo federal.* Havia ainda uma proposta de acréscimo do grupo 6: “O ANDES-SN indica que cada Seção Sindical mobilize suas bases no sentido de exercer pressão direta sobre os parlamentares de seu estado, objetivando barrar a tramitação do PLP 9/99”. Posta em votação, por maioria, três votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a proposta do grupo 6. A proposta do grupo 7 foi entendida como superada pela aprovação do acréscimo que recebeu o número quatro. Recomendação do grupo 5: “Organização de material de divulgação contra o PLP 9/99, tais como cartazes, folders, cartilhas, matéria paga nos meios de comunicação, visando a prestar esclarecimento à população”. Votação: a recomendação foi aprovada por ampla maioria, dois votos contrários e algumas abstenções. Passou-se ao **TR 43** - Dois grupos propuseram que o TR 43 se constituísse em um novo item do Plano Geral de Lutas do Sindicato. O grupo 10 apresentou a proposta de inclusão do TR na íntegra, ou seja: *“Exigir do novo governo federal o cumprimento dos dispositivos legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro. Entre eles: 1) Art. 26 das Disposições Constitucionais Transitórias: “No prazo de um ano, a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. Parágrafo 1º - A comissão terá a força legal de comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União. Parágrafo 2º - Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível. 2) Os itens V e VII do artigo 52 da Constituição da República: “V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios; VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal.”* O grupo 2 apresentou a proposta de inclusão apenas do caput do TR 43 acrescido de *“em especial o art. 26 das Disposições Transitórias e os incisos V e VII o art. 52 da Constituição Federal”* após brasileiro, suprimindo o restante do texto desde “entre elas”. A Mesa encaminhou a votação da seguinte forma: aprovação ou não da inclusão do TR 43 com o novo item do Plano Geral de Lutas. Por ampla maioria, foi aprovada a inclusão. A seguir foi colocada em votação a proposta do grupo 10, ou seja: texto original versus texto modificado (proposta do grupo 2), sendo aprovada, por ampla maioria, a proposta do grupo 2. Fica o texto com a seguinte redação: *Exigir do novo governo federal o cumprimento das disposições legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro, em especial do art. 26 das Disposições Transitórias Constitucionais e os incisos V e VII do art. 52 da Constituição Federal.* Proposta de inclusão do grupo 10: “Que o ANDES-SN, se possível, com a CNESF e a CUT, organize um ato público nacional durante a abertura do Seminário da Previdência na UFRJ, em 18 de março de 2003, com a presença dos Ministros

Berzoini e Cristovam Buarque, em defesa da Previdência Social Pública solidária e por regime de repartição, pelo arquivamento do PLP 9/99 e pela auditoria na Previdência”. Encaminhamento do delegado Paulo Rizzo (APUFSC): não entrar no Plano de Lutas, mas deixar para amanhã, à luz de maiores informações, se o ANDES irá participar desta manifestação. A Mesa acatou o encaminhamento do prof. Paulo Rizzo. Proposta do grupo 3: inclusão, após o item 9, de: “apoiar as lutas dos povos que buscam a autodeterminação”. (aprovado por maioria, com algumas abstenções). Item proposto pelo grupo 7 para inclusão: “Denunciar a utilização do pós-graduando como docente nas universidades onde realiza a sua pós-graduação. Combater a precarização do trabalho docente pela utilização desses alunos como forma de não contratação de docentes. Defender o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização”. Por ampla maioria, algumas abstenções e dois votos contrários o item foi aprovado. O segundo item proposto pelo grupo 7 foi considerado superado, dada a aprovação do conteúdo do TR-43. Recomendações. 1ª votação: se a Plenária aprova ou suprime a recomendação: por ampla maioria, com alguns votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a inclusão do item. Votação: será incluído no Plano geral de Lutas ou remetido para o Tema III. Foi aprovada, por ampla maioria, a manutenção da recomendação no Plano Geral de Lutas do Setor. Outro item: atuem, em conjunto com as entidades estudantis e técnicos-administrativos, na realização de ações contra a cobrança de taxas nas IES públicas. Aprovado por maioria e uma abstenção. Item: realizem, no primeiro semestre de 2003, seminário sobre precarização do trabalho docente nas IES. Foi aprovada a transferência desta recomendação para o Tema III. Votação pela prorrogação do Tema II por mais trinta minutos (aprovada com um voto contrário e uma abstenção). O 22º CONGRESSO recomenda ao ANDES-SN que: Item 1 da recomendação: “por intermédio do GT Seguridade Social, desenvolva um estudo qualitativo, de abrangência nacional, que possa ser realizado pelas próprias Seções Sindicais, com o objetivo de traçar um completo perfil das questões que relacionem o trabalho do docente com suas condições de saúde” (pela supressão ou manutenção): por ampla maioria, alguns votos pela supressão e algumas abstenções. Segunda votação: remetido para o Tema III ou ficar no Plano Geral de Lutas: por maioria, algumas abstenções, foi aprovada a ida para o Tema III. Item 2 da recomendação: “discuta propostas concretas para as Seções Sindicais do ANDES-SN evitarem a mediação de convênios que implementem planos de saúde privados, reforçando a defesa do SUS, na direção de universalizar uma assistência à saúde pública e de qualidade”. Votação: pela manutenção ou supressão sendo aprovada a proposta de manutenção. Votação: fica no Plano ou vai para o Tema III. Por ampla maioria, foi aprovada a transferência do item 2 da recomendação para o Tema III. Votação em bloco do Plano de Lutas do Sindicato: com um voto contra e uma abstenção, foi aprovado o Plano de Lutas do Sindicato. A presidente da Mesa solicitou que todos pegassem a segunda parte do Relatório Consolidado, da qual consta o **TR 9 – Plano de Lutas do Setor das IFES**. Situação nos grupos: grupo 1 – Aprovado com modificação; grupo 2 – Aprovado com modificação; grupo 3 – Sem informação; grupo 4 – Sem informação; grupo 5 – Aprovado com modificação; grupo 6 – Sem informação; grupo 7 – Remetido à Plenária; grupo 8 – Aprovado com modificação; grupo 9 – Remetido à Plenária; grupo 10 – Remetido à Plenária. A proposta de modificação começa no *caput*: “O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma o seu Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado no 21º CONGRESSO e propõe as seguintes atualizações:” Dois grupos apresentaram modificações: o grupo 1 propõe

um substitutivo – “O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma: I) o Plano de Lutas do 21º CONGRESSO, destacando como prioritário para o Setor das Federais as deliberações referentes a: carreira docente, escolha de dirigentes, liberdade e liberação para mandato sindical, financiamento das IFES, vagas docentes e discentes, autonomia e caráter público das IFES; II) a Pauta de Reivindicações já protocolada no Ministério da Educação e o empenho na abertura de negociações. O Congresso ainda aprova as seguintes atualizações:” e o grupo 8, que propôs o seguinte acréscimo: “destacando como prioritário para o Setor das Federais as deliberações referentes a: carreira docente, vagas, docentes e discentes, escolha de dirigentes, liberdade e liberação para mandato sindical, financiamento das IFES, autonomia e caráter público das IFES a pauta de reivindicações já protocolada no MEC e o empenho na abertura de negociações” após “21º CONGRESSO” e antes de “propõe as seguintes atualizações:”. Encaminhamento da Mesa: o texto original ou modifica. Votação: original x grupo 8: por ampla maioria favorável, com algumas abstenções, foi aprovada a proposta do grupo 8. Caput do TR 9, ficando com a seguinte redação: *O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma o seu Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado no 21º CONGRESSO, destacando, como prioritário para o Setor das Federais, as deliberações sobre: carreira docente, vagas, docentes e discentes, escolha de dirigentes, liberdade e liberação para mandato sindical, financiamento das IFES, autonomia e caráter público das IFES e a pauta de reivindicações já protocolada no MEC e o empenho na abertura de negociações e propõe as seguintes atualizações: O item 1 - Articular com as entidades da CNESF ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF de 2003. Foi aprovado pelos grupos 1, 2, 5 e 8; remetido à Plenária pelos grupos 4, 7, 9 e 10. Submetido à votação, foi aprovado por maioria, com algumas abstenções. Item 2 - Articular com as entidades da CNESF ações de mobilização contra a reforma do Estado e suas implicações nas reformas previdenciária, trabalhista, sindical, tributária, educacional e da saúde – denunciando à sociedade, para seu esclarecimento, os reais efeitos destas reformas no serviço público federal, em especial da reforma da Previdência. O item foi aprovado pelos grupos 1, 2, 5 e 8; remetido à Plenária pelos grupos 4, 7, 9 e 10. Submetido à votação, foi aprovado por ampla maioria, com um voto contrário e uma abstenção. Item 3: Promover, articuladamente com as entidades do serviço público (federal, estadual e municipal), um amplo debate com a sociedade que esclareça os reais objetivos da reforma da Previdência da maneira como ela está sendo concebida pelo atual governo (conforme informações veiculadas na mídia e programa de governo). Os grupos 1, 2, 5 e 8 remeteram este item ao TR 29 e os demais grupos remeteram à Plenária. Uma vez que o item 4 – Construir uma proposta do ANDES-SN para a Seguridade Social Pública, com base nos seguintes princípios: a) Defesa do Sistema da Previdência Social Pública com Regime Único para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada; b) Aposentadoria integral, limitada ao teto atual do maior vencimento do servidor público; c) Fim do Fator Previdenciário e mudança na base de cálculo dos proventos de aposentadoria, de forma a dar peso maior aos meses mais recentes; d) Paridade ativos-aposentados, conjugada à proteção dos salários contra a inflação; e) Superávits do sistema absorvidos pelo Estado e déficits cobertos também pelo Estado, com taxação do capital, emissão de moeda e/ou negociação social sobre critérios para concessão de benefícios (idade para aposentar-se, etc.); f) O cálculo das contribuições e outras fontes de custeios - se encontra na mesma situação, o encaminhamento foi no sentido de votar que os itens 3 e 4 sejam mantidos no TR 9 contra o seu deslocamento para o Tema III, no bojo*

do TR 29. Votação: por ampla maioria e algumas abstenções, foi aprovado que os itens 3 e 4 sejam remetidos para o Tema III, com discussão e deliberação no bojo do TR 29. O Item 5 – *Articular com as entidades cutistas do serviço público das três esferas (municipal, estadual e federal) a construção, apresentação e defesa de teses conjuntas no próximo CONCURTO, em especial no que se refere à proposta da reforma de previdência do governo e o posicionamento da central sindical* e o Item 6 – *Realizar um encontro sindical nacional das entidades de servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), cutistas e não-cutistas, antecedendo o CONCURTO, a fim de preparar a intervenção das entidades e afunilar as teses construídas*, teve votação nos grupos para remeter à discussão e deliberação no Tema III, no bojo do TR 32. O encaminhamento foi de submeter à seguinte votação os itens 5 e 6: pela sua manutenção no TR 9 ou seu deslocamento para discussão e deliberação no Tema III, no bojo do TR 32. Por ampla maioria e algumas abstenções, os itens 5 e 6 foram remetidos para discussão e deliberação no Tema III, no bojo do TR 32. O Item 7 - *Lutar pela retirada do Congresso de todos os PLs que propõem regulamentar as greves dos servidores públicos* foi aprovado pelos grupos 1, 2, 5 e 8; sendo remetido à Plenária pelos grupos 4, 6, 9 e 10. Submetido à votação, o item 7 foi aprovado por maioria, com algumas abstenções. O Item 8 – *Lutar pelo cumprimento do termo de acordo assinado pelo MEC ao fim da greve de 2001* foi aprovado pelos grupos 1, 2, 5 e 8; sendo remetido à Plenária pelos grupos 4, 6, 9 e 10. Submetido à votação, foi aprovado por unanimidade. **Acréscimos propostos:** Item 9 – *Lutar pela reposição salarial emergencial: 46,95%*. Item 10 – *Lutar pela reposição das perdas salariais do governo FHC: 122,39%*. Item 11 – *Lutar pela incorporação de todas as gratificações*. Item 12 – *Lutar em defesa da Seguridade Social Pública; contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão; pelo arquivamento do PLP 9/99 e das PEC 136 e 137; revogação da EC 20*. Vieram do plenário pedidos de esclarecimento sobre esses acréscimos, os quais foram prestados pela delegada Marina Barbosa (ADUFF): “quando o Caderno de Textos foi feito, a Plenária Nacional dos SPF ainda não havia acontecido por isso a necessidade do acréscimo. O delegado José Miguel (ADUFRJ) encaminhou a votação separadamente. A Mesa acatou. Primeira votação: aprovação ou rejeição dos itens 9 e 10: por ampla maioria, com dois votos contrários e 4 abstenções, foram aprovados os itens 9 e 10. Segunda votação: aprovação ou rejeição dos itens 11 e 12: por unanimidade, os itens 11 e 12 foram aprovados. A proposta do grupo 8 - *Lutar pela incorporação das gratificações* foi considerada superada em razão da aprovação do item 11. **TR 44 - A Questão Salarial dos Docentes das IFES.** Situação dos grupos: grupo 1 – Rejeitado; grupo 2 – Remetido ao Tema III; grupo 3 – Sem informação; grupo 4 – Remetido à Plenária; grupo 5 – Remetido à Plenária; grupo 6 – Remetido à Plenária; grupo 7 – Remetido à Plenária; grupo 8 – Rejeitado; grupo 9 – Remetido à Plenária; grupo 10 – Remetido à Plenária. A partir da situação dos grupos, a Mesa encaminhou a votação pela manutenção ou rejeição do TR 44. Por ampla maioria, alguns votos pela manutenção e algumas abstenções, o TR 44 foi rejeitado. O **TR 45 - PROPOSTA DE EIXO DE LUTA PARA AS IFES** teve a seguinte situação nos grupos: grupo 1 – Rejeitado; grupo 2 – Remetido ao Tema III; grupo 3 – Sem informação; grupo 4 – Remetido à Plenária; grupo 5 – Remetido à Plenária; grupo 6 – Remetido à Plenária; grupo 7 – Remetido à Plenária; Grupo 8 – Rejeitado; grupo 9 – Remetido à Plenária; grupo 10 – Remetido à Plenária. A Mesa colocou em votação a manutenção ou a rejeição do TR 45. Por ampla maioria, alguns votos pela manutenção e algumas abstenções, o TR 45 foi rejeitado. **TR 46 - POR UMA UNIVERSIDADE SEMPRE PÚBLICA, GRATUITA E SOCIALMENTE**

REFERENCIADA. Situação nos grupos: grupo 1 – Rejeitado; grupo 2 – Remetido ao Tema III; grupo 3 – Sem informação, grupo 4 – Remetido à Plenária; grupo 5 – Remetido à Plenária; grupo 6 – Remetido à Plenária, grupo 7 – Remetido à Plenária, grupo 8 – Rejeitado; grupo 9 – Remetido à Plenária; grupo 10 – Remetido à Plenária. A Mesa colocou em votação a manutenção ou a rejeição do TR 46. Por amplíssima maioria, um voto pela manutenção e uma abstenção, o TR 46 foi rejeitado. Votação do Plano de Lutas do Setor das IFES no conjunto: aprovado por amplíssima maioria. A Mesa lembrou que era necessário remeter os TR 10, 11 e 75 à Plenária do Tema III. Por ampla maioria, foi aprovado que os TR 10, 11 e 75 sejam remetidos para a Plenária do Tema III. Às nove horas do dia treze de março de dois mil e três foi instalada a Plenária do Tema III, para a qual haviam sido remetidos os TR remanescentes do Tema I. Às dez horas e oito minutos, com quórum regimental confirmado, foram iniciados os trabalhos. A presidente da Mesa comunica à Plenária o início dos trabalhos sobre os TR 10, 11 e 75. A seguir, passou a coordenação dos trabalhos para o vice-presidente da Mesa, Prof. Eudes Baima, que comunicou à Plenária a substituição da delegada Maria Odete Santos (APUFSC) pelo observador Carlos Henrique Lemos Soares. Passou-se à leitura do **TR 10 - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES - INTENSIFICAR A ORGANIZAÇÃO DOCENTE NAS IEES.** Situação nos grupos: grupo 1 – Aprovado com modificação; grupo 2 – Aprovado com modificação; grupo 3 – Sem informação; grupo 4 – Remetido à Plenária; grupo 5 – Aprovado com modificação; grupo 6 – Sem informação; grupo 7 – Remetido à Plenária; grupo 8 – Remetido à Plenária; grupo 9 – Remetido à Plenária; grupo 10 – Remetido à Plenária. A primeira proposta de modificação foi do caput, tendo o grupo 2 proposto o seguinte substitutivo: “O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma as decisões do 21º CONGRESSO e do 45º CONAD e delibera:”. A Mesa encaminha a votação da redação original do texto contra a proposta de substitutivo do grupo 2. Por ampla maioria, poucos votos contrários e duas abstenções, foi aprovada a substituição do caput. O item 1 - *Realizar o I Encontro Nacional das IEES para construção de pauta nacional e mapeamento do seu quadro geral. A Tesouraria do ANDES-SN e as Secretarias Regionais ficam autorizadas a destinar recursos às seções sindicais com dificuldades financeiras, desde que os tenham em disponibilidade. A data e o local indicativos para a realização deste evento serão a 2ª quinzena de maio de 2003 e a cidade de São Paulo, respectivamente,* teve proposta de modificação pelo grupo 2 – substituir “ficam autorizadas a” por “podem” e deslocamento de “(desde que os tenham em disponibilidade) para após seções sindicais e o acréscimo de: e que sejam respeitados critérios políticos já definidos em experiências anteriores, devidamente atualizados” após “Seções Sindicais” e no grupo 5 – acréscimo de “para a viabilização deste Encontro” após “recursos” e de “mediante encaminhamento de planilha de custos pelas Secretarias Regionais para apresentação no próximo CONAD.” após “dificuldades financeiras,”. A proposta de manutenção do texto original foi votada versus a modificação. Caso vença a modificação, proceder-se-á outra votação. O delegado Glauco Tostes (SESDUENF) pediu esclarecimento sobre a inclusão do grupo 2. A delegada Géria Montanaro (ADUFSCar) esclareceu que a discussão política deverá vir colada na financeira e que já há um certo acúmulo em termos de critérios; a idéia é resgatar-se este acúmulo já existente. Votação: por ampla maioria, vários votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a modificação do texto. A delegada Maria Inês Marques (APUB) corrigiu o relatório do grupo 5, quanto à indicação do mês para a realização do evento: “julho de 2003” e não “maio de 2003”. Houve acordo entre os grupos proponentes quanto ao período de realização do Encontro no 2º semestre de 2003.

Votação: Por ampla maioria, foi aprovada a proposta de realização do encontro será realizado no 2º semestre de 2003. A delegada Géria Montanaro (ADUFSCar) encaminhou que se votasse apenas o que estava em negrito nas propostas dos grupos. Primeiro as propostas de modificação do grupo 2: por ampla maioria e algumas abstenções foram aprovadas as propostas de mudança do grupo 2. A seguir, passou-se à votação das propostas de mudança do grupo 5. Por ampla maioria, foram adotadas as mudanças propostas pelo grupo 5. A redação final do item 1 ficou da seguinte maneira: *1 - Realizar o I Encontro Nacional das IEES para construção de pauta nacional e mapeamento do seu quadro geral. A Tesouraria do ANDES-SN e as Secretarias Regionais podem destinar recursos às seções sindicais, para a viabilização deste Encontro, desde que os tenham em disponibilidade e sejam respeitados critérios políticos já definidos em experiências anteriores, devidamente atualizados, e mediante encaminhamento de planilha de custos, pelas Secretarias Regionais, para apresentação no próximo CONAD. A data e o local indicativos para a realização deste evento serão o 2º semestre de 2003, e a cidade de São Paulo, respectivamente.* O item 2 - *Apoiar as experiências de luta em defesa da autonomia universitária em curso nos estados, assegurando a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal* teve proposta de modificação no grupo 2: substituir “apoiar as experiências de” por “Intensificar a”. Votação: manutenção da redação original do texto contra sua modificação. Por ampla maioria, poucos votos contrários e algumas abstenções, foi aprovada a modificação do item 2, que ficará assim redigido: *2 - Intensificar a luta em defesa da autonomia universitária em curso nos estados, assegurando a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal.* Item 3 - *Apoiar as experiências de luta por Plano de Carreira nas IEES, assegurando a defesa da proposta de Carreira Docente do ANDES-SN junto às seções sindicais.* Houve proposta de modificação por parte do grupo 2: substituir “apoiar as experiências de” por “Intensificar a”. Votação: manutenção da redação original do item contra a sua modificação. Por ampla maioria, um voto contrário e nenhuma abstenção foi aprovada a proposta de modificação ao texto original com a seguinte redação: *3 - Intensificar a luta por Plano de Carreira nas IEES, assegurando a defesa da proposta de Carreira Docente do ANDES-SN junto às seções sindicais.* Houve ainda uma **proposta de acréscimo**: agregar um item 4 ao TR - *4) Que esse Encontro seja precedido de encontros regionais.* Posta em votação, a proposta de acréscimo de um novo item foi aprovada por ampla maioria, alguns votos contrários e várias abstenções. **Recomendações:** *O 22º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda: 1. que as seções sindicais das IEES tentem organizar reuniões com representações das entidades dos servidores públicos estaduais e municipais, em seus estados, ou integrando os Fóruns de servidores já existentes, com o objetivo de construir resistência e luta contra as reformas previdenciária, trabalhista, sindical e tributária que atinjam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado das deliberações para os Congressos Estaduais da CUT.* Houve sugestão de modificação proposta pelos grupos 1 e 2. Primeira votação: se o texto será mantido ou modificado. Por ampla maioria, alguns votos contra e poucas abstenções, foi aprovada a introdução de modificação. Marcio Antônio (APES-JF) encaminhou e a Mesa acatou a votação de cada texto, separadamente. Primeiro foi apreciada a proposta do grupo 1: substituir “previdenciária, trabalhista, sindical e tributária que atinjam os interesses e direitos” por “que atacam as conquistas e condições de vida”. Após, foi apreciada, pontualmente, cada uma das modificações feitas no grupo 2: substituir “tentem organizar” por *organizem* e “atinjam” por *firam*; acrescentar *federais*, após “públicos”.

Votação: favoráveis à modificação da proposta do grupo 1: 69 favoráveis, 65 contrários e 22 abstenções. Proposta do grupo 2: ampla maioria pela adoção de emendas, alguns contrários e algumas abstenções. Com essas votações, a redação final da recomendação passa a ser a que segue: *O 22º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda: 1. que as seções sindicais das IEES organizem reuniões com representações das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, em seus estados, ou integrando os Fóruns de servidores já existentes, com o objetivo de construir resistência e luta contra as reformas que firam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado das deliberações para os Congressos Estaduais da CUT.* Posto em votação o texto do TR 10, foi aprovado por ampla maioria com 6 abstenções. A seguir, passou-se à apreciação do **TR 11 – Plano de Lutas do Setor das IPES**. Márcio (APES-JF) apresentou questão de encaminhamento sobre se o TR 11 será remetido ou não para o Tema II. José Carlos argumenta que se deve discutir já a questão pois, caso, remetida ao Tema II, a discussão poderá ficar prejudicada. Marcio lembra que, como se trata de uma questão estatutária, o mesmo só poderá ser discutido no Tema II. A proposta é que ele seja o primeiro texto a ser discutido no Tema II. Votação: favoráveis a que se remeta a discussão ao Tema II: por ampla maioria, alguns votos contrários e algumas abstenções, a discussão do TR está remetida para o Tema II. A seguir, passou-se ao TR 75, que é a continuidade do Plano de Lutas das IPES. Há uma única modificação proposta no item 4 do TR: *A realização de seminários regionais preparatórios, buscando assegurar a presença de docentes dos três setores, (IEES, IFES e IPES), assim como da base não-organizada, e desenvolvendo a seguinte pauta de discussão: (a) concepção e representatividade sindical; (b) organização por local de trabalho; (c) Seções Sindicais Multi-institucionais; e (e) política de expansão do ANDES-SN.* A proposta de modificação que vem do grupo 1 consiste em substituir os itens “(b)” e “(c)” por um único, com a seguinte redação: “(b) formas de organização sindical.” Encaminhamento da votação: remeter para questões organizativas, no Tema II, ou discutir nesta Plenária: com várias abstenções e alguns votos contra, foi discutido o item 4. O encaminhamento da Mesa foi: primeiro, votar-se a manutenção do texto original do TR ou a modificação proposta pelo grupo 1. Votação: por ampla maioria e algumas abstenções, foi adotada a modificação proposta pelo grupo 1. Votação do conjunto do TR 75: por ampla maioria, 1 voto contrário e 2 abstenções foi aprovado o TR 75. Os trabalhos foram encerrados às dez horas e cinquenta e quatro minutos, tendo sido instalada a Plenária do Tema II imediatamente. Eu, Janete Luzia Leite, lavrei a presente ata que vai assinada por mim e pela presidente da Mesa Coordenadora da Plenária do Tema I, Profª Vera Lúcia Jacob Chaves.

Janete Luzia Leite
2ª Secretária

Vera Lúcia Jacob Chaves
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

Às onze horas e onze minutos do dia 13 de março de 2003, no auditório do Rio Poty Hotel, foi instalada a Plenária do tema II – Questões Organizativas e Financeiras, sendo a Mesa Coordenadora composta pelos diretores Maria Lia Silva e Reis, presidente; Mario Luiz Alves, vice-presidente; João Francisco Ricardo K. Negrão, 1º secretário e Francisco Carlos Vitória, 2º secretário. Iniciados os trabalhos, o prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente do Sindicato, fez um relato sobre o que está ocorrendo no momento em Brasília em relação à Reforma da Previdência buscada pelo governo. Pelos informes, a Plenária tomou conhecimento da reunião realizada pelo governo com a bancada do PT quando foi construído um apoio da maioria dos deputados petistas à tramitação e votação do PLP 9/99, além disso, foram dadas informações sobre uma reunião do CODES (Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social) em que foram deliberadas algumas linhas que estarão pautando as ações do governo no processo de implantação da Reforma da Previdência. Após o relato, foi apresentada pela Mesa uma proposta de ordenamento dos trabalhos, por esta os temas seriam divididos em bloco de TR com assuntos similares ou afins na seguinte seqüência. As deliberações terão seu início pelo TR 11, originalmente colocado no elenco do Tema I, e remetidos para este tema. Na continuação, o exame do TR 12, que trata das alterações estatutárias, terá, no bloco 1, o exame da criação de seções sindicais multiinstitucionais: Art. 48, parágrafo único; no bloco 2, está a sindicalização via secretaria regional: art. 8º, art. 16, inciso III, art. 25, inciso 2, art. 41, incisos II e III. Das disposições gerais – inclusão: art. ***, parágrafo único; no bloco 3, o assunto será a redução de CONADs: art. 26, inciso I, art. 60, art. 73, art. 30 e também, neste bloco, serão examinadas as questões das disposições transitórias – inclusão: art.***, parágrafo único; no bloco 4, tratar-se-á das disposições transitórias: art. 70, art. 71, art. 72, art. 74. Após estes blocos, será examinado o TR 13 – Hegemonia e Estrutura do ANDES-SN; TR 50 – Proposta de questão organizativa; TR 73 – Alteração Estatutária; TR 14 – Conselho Editorial do Informandes; TR 16 – Prestação de Contas do 45º CONAD; TR 17 – Homologação de Transformação/Criação de seção sindical; TR 48 – Sobre o recurso apresentado pelo prof. Dalton Melo Macambira; TR 49 – Eleição de delegados para os Congressos; TR – 52 – Nova fórmula de cálculo do rateio de Congressos e CONADs; TR 18 – Sede do 23º CONGRESSO do ANDES-SN. A proposta de encaminhamento foi apreciada e aprovada por ampla maioria. A seguir, foi iniciada a apreciação do **TR 11 – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES**. *O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova: 1 – a constituição de seções sindicais multiinstitucionais, compostas por docentes de diferentes instituições do mesmo setor, localizadas no mesmo estado; 2 – o processo de criação das novas S.SIND. multiinstitucionais dar-se-á respeitados os requisitos estatutários e resguardadas as seções sindicais já constituídas.* Verificadas as posições dos grupos quanto ao TR foram, apresentados destaques. A seguir, o que, foram abertas inscrições para discussão do tema. Neste momento, ficou estabelecido, que nesta Plenária, onde forem abertas inscrições para discussão, será adotado, como metodologia, ouvir blocos de cinco falas e ao final de cada bloco a Plenária será consultada sobre a necessidade de abertura de outro bloco. Feitas várias intervenções e observados os conteúdos das mesmas, a Mesa propôs que fosse encaminhada a votação da seguinte forma: a proposta de acréscimo apresentada no Grupo Misto Nove (9)

versus o texto de resolução do Grupo Misto Onze (11). Aceito o encaminhamento e feita a votação, foi aprovado por ampla maioria, o TR formulado pelo Grupo Onze, sem prejuízo de modificações. A esta votação foi apresentada declaração de voto do delegado Humberto Dória Silva nos seguintes termos: “Não foi possível expor a opinião da inclusão, da palavra precária ou transitório, poderia conciliar a proposta, porém, não foi aprovado pelo pleno o último bloco de falas”. Modificação do Item I – Substituir: do mesmo setor por ensino privado, ficando com a seguinte redação: “Por docentes de diferentes instituições do ensino privado, localizadas no mesmo estado”. A seguir, foi iniciada a análise do texto de resolução doze (12). De início, foi colocada a necessidade de observância de que este TR envolve alteração estatutária e que, neste caso, a alteração deverá ser aprovada por mais de 50% dos delegados credenciados (157 delegados). Feita a observação pela Mesa, foi aberta a discussão. Em meio a várias intervenções, foi apresentada proposta do prof. Ciro, adendada pelo professor Roberto Abreu. Antes da votação foi solicitada pela Mesa a verificação do quorum na Plenária. Feita a verificação, constatou-se um número estatutariamente insuficiente e encaminhou-se, então, neste momento, a suspensão da Plenária devendo a votação ser realizada na reabertura dos trabalhos. Reiniciados os trabalhos, foi aberta uma nova rodada de inscrições, solicitada pela Plenária para debater os destaques apresentados para avaliação. Após as intervenções, passou-se à votação das propostas. Inicialmente foi votada e aprovada a proposta de modificação do item 1 do TR 11 por ampla maioria. O TR 11 ficou com a seguinte redação final: **TR 11 – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES - O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova: 1 – a constituição de seções sindicais multiinstitucionais, compostas por docentes de diferentes instituições do ensino privado, localizadas no mesmo estado; 2 – o processo de criação das novas seções sindicais multiinstitucionais dar-se-á respeitados os requisitos estatutários e resguardadas as seções sindicais já constituídas.**”.

A seguir, passou-se à discussão do **TR 12 – ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA –** Votada, a proposta foi aprovada com 182 votos favoráveis, 5 votos contrários e 18 abstenções, e, desta forma, o parágrafo em apreciação ficou com a seguinte redação: **§ 3º - A sindicalização dar-se-á por intermédio da Seção Sindical, da AD-seção sindical, da seção sindical multiinstitucional, estas constituídas exclusivamente de IES privadas e, nas IES, onde esta não existir, por intermédio da secretaria regional. Recomendação: as seções sindicais de IES públicas que até o momento são multiinstitucionais deverão, até o 23º CONGRESSO, regularizar sua situação desmembrando-se de acordo com o artigo 8º.** Antes de dar continuidade à votação, foi anunciado à Plenária a substituição do delegado Paulo Clinger de Souza que, por motivos particulares, se afasta do CONGRESSO e em seu lugar assume como delegado o professor Joacir Teixeira de Melo, ambos pertencentes à delegação da APES. Passou-se então à discussão da alteração do artigo 48, incisos I, II, III e IV, mantendo o caput e substituindo o parágrafo único por incisos. A proposta de substituição foi votada e aprovada com 179 votos favoráveis, 2 votos contrários, 14 abstenções, ficando com a seguinte redação final: **I – para a constituição de seções sindicais ou AD seções sindicais, a jurisdição territorial compreenderá uma Instituição de Ensino Superior. II – para as seções sindicais multiinstitucionais, a jurisdição será definida nos seus regimentos, que estabelecerão as IES que irão constituí-las, não podendo ultrapassar os limites do Estado. III – não poderá haver duplicidade de jurisdição territorial de qualquer seção sindical em relação a qualquer IES, nem duplicidade de sindicalização no âmbito de**

qualquer IES. IV – os docentes de qualquer IES, onde já exista seção sindical, só poderão ser sindicalizados ao ANDES-SN por meio dessa seção sindical. Foi apresentada ainda proposta de inclusão de artigo nas disposições transitórias, o que foi aprovado com 162 votos favoráveis, 4 contrários e 19 abstenções com a seguinte redação: **Art. ** - a criação de seções sindicais multiinstitucionais de IES privadas e as modificações estatutárias decorrentes deverão ser objeto de avaliação e ratificação a cada Congresso do ANDES-SN, a partir do 23º.** A Plenária manifestou-se sobre a proposta de encaminhamento, feita pelo delegado Carlão, de **enviar às seções sindicais as questões que compõem o bloco 2, que trata da sindicalização via secretaria regional.** Posta em votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria. Com a aprovação do encaminhamento, ficam superadas as votações dos artigos 8º; 16; 41 inciso II; Inclusão de artigo – Título VI Disposições Gerais. No momento seguinte, uma inversão na pauta permitiu tratar das alterações estatutárias contidas nos artigos 70, 71, 72. **TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS - Art. 70 e 71. Atualizar “22º CONGRESSO” para “23º CONGRESSO”. - Art. 72. Atualizar “21º CONGRESSO” para “22º CONGRESSO” e “22º CONGRESSO” para “23º CONGRESSO”.** Aprovado com 170 votos favoráveis; 5 contrários, sem abstenção. Retomando os trabalhos, passou-se à apreciação do - *art. 26. O CONAD se reúne:* Substituir o inciso I por: I - ordinariamente, uma vez por ano, entre os meses de julho e agosto, em data e local fixados pelo CONAD anterior; no que se refere à substituição do inciso I, por deliberação da Plenária, foram abertas duas intervenções favoráveis e duas contrárias e, a partir daí, realizada a votação com o seguinte resultado: 142 votos favoráveis, 64 votos contrários e 16 abstenções. A proposta foi rejeitada por não atingir o quorum estatutário necessário. A não-aprovação tem por consequência a superação dos artigos 26, 60, 73 e 30 e também a inclusão do parágrafo único. Às dezoito horas, foi votado o encerramento da sessão do tema II e instalada, por deliberação do Plenário, a Plenária de encerramento que continuou apreciando as matérias do tema II. Supressão do **art. 74. A Diretoria do ANDES-SN deverá submeter ao 22º CONGRESSO proposta de regimento das secretarias regionais compatibilizando-o com as alterações aprovadas no presente Estatuto.** Ao tratar do artigo 74 do Estatuto, o professor Márcio solicitou esclarecimento da Diretoria sobre o assunto. Prestados os esclarecimentos, procedeu-se à votação, ficando aprovada a supressão do artigo pela seguinte votação: 176 votos favoráveis, 1 contrário e 9 abstenções. Neste momento, foi apresentada pelo prof. Roberto Leher proposta de encaminhamento de que todos os itens sobre matéria estatutária fossem encaminhados para apreciação do 23º CONGRESSO. A proposta foi aprovada por ampla maioria, nenhum voto contrário, registrando-se e algumas abstenções. Com esse encaminhamento, ficaram superados todos os itens relativos à matéria estatutária ainda não votada. Passou-se ao próximo item: **TR 14 - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES** - *O 22º CONGRESSO aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, para executar as atribuições que lhe foram conferidas no Congresso anterior, terá a seguinte composição no período 2003/2004: a - Diretor representante da Diretoria: Antonio José Vale da Costa. b - Sindicalizado de base indicado pelo GTCA na reunião do dia 19.10.2002: Roberto Boaventura de Sá. c - Especialista em Comunicação Sindical: Paulo Miranda (Sindicato dos Jornalistas de Brasília).* Aberta a discussão e prestados os esclarecimentos no que diz respeito aos componentes do Conselho, o assunto foi colocado em votação sendo aprovado, com o acréscimo que se segue, por ampla maioria. **ACRÉSCIMO - 1 – (...)** do sindicato; 2 – O 23º CONGRESSO recomenda que, no 46º CONAD, sejam aprovados os

suplentes para cada membro do conselho editorial, corrigindo Roberto Boaventura de Sá para: Roberto Boaventura da Silva Sá. **O TR 14 - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES ficou com a seguinte redação final: O 22º CONGRESSO aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, para executar as atribuições que lhe foram conferidas no Congresso anterior, terá a seguinte composição no período 2003/2004. a - Diretor representante da Diretoria: Antonio José Vale da Costa. b - Sindicalizado de base indicado pelo GTCA na reunião do dia 19.10.2002: Roberto Boaventura da Silva Sá. c - Especialista em Comunicação Sindical: Paulo Miranda (Sindicato dos Jornalistas de Brasília). d – Em caso de impedimento de qualquer dos membros, as instâncias deliberativas do Sindicato nomearão seus substitutos. e – O 22º CONGRESSO recomenda que, no 46º CONAD sejam aprovados os suplentes para cada membro do conselho editorial. O TR 16- PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 45º CONAD foi aprovado por ampla maioria e dois votos contrários, com a seguinte redação; O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 45º CONAD. TR 17 - HOMOLOGAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO/CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL – Aberta a discussão e apresentada proposta de substituição no texto do item 4, que trata da ADCEFET-GO - substituir: “ da transformação da ADCEFET- GOIAS em” por “ constituição da ...”. A votação foi realizada da seguinte forma: Votados em bloco os itens 1, 2, 3, 5 e 6, foram aprovados por ampla maioria; no item 4, ocorreu a substituição de “transformação” por “constituição”, aprovada por ampla maioria. O TR 17 ficou com a seguinte redação final: **Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 22º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN: 1 - SINDIUVA - PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú com a denominação de SINDIUVA, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Profª Celi Zulke Taffarel - Secretária Geral; 2 – SESDFIMES – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior em Mineiros com a denominação de SESDFIMES, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Profª Celi Zulke Taffarel Secretária Geral; 3 – SINDFUNESA – PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Estadual de Alagoas com a denominação de SINDFUNESA, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Profª Celi Zulke Taffarel - Secretária Geral; 4 - SINDCEFET-GO - PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás com a denominação de SINDCEFET-GO, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Profª Celi Zulke Taffarel - Secretária Geral; 5 - SINDUECE - PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à****

homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES na Universidade Estadual do Ceará - UECE com a denominação de SINDUECE, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Profª Celi Zulke Taffarel - Secretária Geral; 6 - SINDUEPG - PARECER - A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa com a denominação de SINDUEPG, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN. Brasília, 15 de janeiro de 2003. Profª Celi Zulke Taffarel - Secretária Geral. Em razão da apresentação do *TR 48 - SOBRE O RECURSO APRESENTADO PELO PROF. DALTON MELO MACAMBIRA -*, O 22º CONGRESSO delibera a retirada de pauta do *TR 15*, o que foi aprovado por ampla maioria, registrando-se duas abstenções. Com esta votação foi considerado superado o ***TR 15 - ATRIBUIÇÃO EFEITO SUSPENSIVO – requerido pelo professor DALTON MELO MACAMBIRA - O 22º CONGRESSO do ANDES-SN rejeita o recurso apresentado pelo ex-diretor, professor Dalton Melo Macambira, e mantém a deliberação do 44º CONAD de impor-lhe suspensão dos quadros do Sindicato pelo período de 60 meses.*** Em seguida, pautou-se o ***TR 49 - ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA CONGRESSOS - 1. O CONGRESSO delibera que a eleição de delegados para os congressos do Sindicato levará em conta o número de sindicalizados presentes na assembléia. Para cada delegado a que a AD tem direito é necessária a presença de 10 sindicalizados na assembléia. 2. Esta decisão não se aplica às ADs que já estabelecem quorum mínimo para as assembléias em seu regimento.*** O TR foi rejeitado por ampla maioria, nenhum voto favorável, registrando-se 6 abstenções. A professora Marina Barbosa apresentou um relato sobre repressão por parte da direção da FAETEC, sobre os servidores públicos do Estado do Rio de Janeiro, que, neste momento, encontram-se em greve. Na seqüência, encaminhou-se a discussão do ***TR - 13 - HEGEMONIA E ESTRUTURA DO ANDES-SN a) isenção de 6 (seis) meses da contribuição sindical para as ADs pequenas; b) realização de apenas 1 (um) CONAD anual, em oposição aos 2 (dois) atuais; c) financiamento por parte do ANDES-SN das passagens aéreas e alimentação de delegados das ADs-Seções Sindicais com menos de 200 filiados em GTs, setores, seminários e encarregaturas; d) contribuição sindical diretamente proporcional ao número de professores da IES e inversamente proporcional ao percentual de sindicalizados.*** Passou-se à apreciação das recomendações vindas dos grupos sobre o TR. Após a discussão do item “a”, foi realizada a votação de um texto substitutivo ao TR. A aprovação do texto substitutivo foi por ampla maioria, ficando com a seguinte redação: ***TR - 13 - HEGEMONIA E ESTRUTURA DO ANDES-SN. Que a diretoria do ANDES-SN dê continuidade à discussão da política de finanças do Sindicato, resgatando as discussões acumuladas nos encontros de tesoureiros, no encontro de política sindical em Niterói/RJ (2001) e no GT Verbas, produzindo texto de apoio e respectivo TR, a serem discutidos no 47º. CONAD e aprovados no 23º. CONGRESSO, visando, dentre outras questões, a incentivar e viabilizar a participação nos encontros do Sindicato Nacional de seções sindicais com baixo volume de arrecadação ou em processo de criação. TR - 51 - A MEMÓRIA DA LUTA COMO INSTRUMENTO PARA QUALIFICAR AS DELIBERAÇÕES DO SINDICATO - 1 - Que a Diretoria do ANDES SN, com auxílio dos setores do Sindicato e dos GTs, proceda à atualização do Documento “Deliberações de CONADs e CONGRESSOS”, apresentado no 42º CONAD, consolidando as deliberações tomadas pelo Sindicato a partir desse evento; 2 – Que tal consolidação constitua-se em um***

banco de dados, disponibilizado na página do ANDES-SN, que será atualizado a cada evento deliberativo do ANDES-SN por parte das Diretorias que se sucederem no Sindicato. O TR foi aprovado por ampla maioria e com algumas abstenções. Passou-se então à discussão da caracterização do TR se como recomendação ou resolução. A proposta de caracterização do TR como resolução foi aprovada por ampla maioria. Quanto ao **TR – 52 - NOVA FÓRMULA DE CÁLCULO DO RATEIO DE CONGRESSOS E CONADs** - *Congresso delibera que o rateio dos Congressos e CONADs sejam assim calculados: 1. A despesa líquida apurada será dividida em duas parcelas iguais. 2. Uma parcela servirá para cálculo conforme os fatores de ponderação estabelecidos a partir do número de sócios. A outra parcela será utilizada para aplicar os fatores de ponderação aqui aprovados levando em consideração a distância da AD do local do evento conforme a tabela abaixo: de 0 até 528 km – 18,0; de 528 até 656 km – 17,0; de 656 até 984 km – 16,0; de 984 até 1312 km – 15,0; de 1312 até 1640 km – 14,0; de 1640 até 1968 km – 13,0; de 1968 até 2296 km – 12,0; de 2296 até 2624 km - 11,0; de 2624 até 2952 km – 10,0; de 2952 até 3280 km – 9,0; de 3280 até 3608 km – 8,0 de 3608 até 3936 km – 7,0; de 3936 até 4264 km – 6,0; de 4264 até 4592 km – 5,0; de 4592 até 4920 km – 4,0; de 4920 até 5240 km – 3,0; de 5240 até 5576 km – 2,0; acima de 5576 km – 1,0; 4. Esta forma de cálculo será aplicada a partir do próximo evento nacional que ocorrer.* Este TR foi considerado superado pela votação do TR 13. Dando prosseguimento aos trabalhos colocou-se o **TR-73 – ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA: Propomos a complementação do título II do Art. 9 do estatuto do ANDES-SN, com a seguinte frase final: “inclusive das reuniões setoriais e dos Grupos de Trabalho, com direito a voz”.** O TR foi considerado superado pelo encaminhamento que remeteu todos os itens sobre matéria estatutária para discussão no 23º CONGRESSO. **TR 18 – O 23º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado na cidade de Salvador – BA, sob a organização da APUB Seção Sindical.** Proposta aprovada por aclamação. **TR 19 - GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN** - *As seções sindicais que desejarem integrar ou modificar sua participação nos GTs deverão encaminhar suas propostas à Secretaria do ANDES-SN para homologação no 22º CONGRESSO.* Proposta de representantes das seções sindicais nos grupos de trabalho do ANDES-SN: **1 – ADUNESP** - GTSS – Ana Maria Ramos Estevão; **2 – APUB** - GTPE – Menandro Ramos , Uilma Amazonas, Luiz Humberto e Maria Inês Marques GTPFS – Francisco Santana, Paulo Balanco, Eduardo Reis, Maria Inês Marques - GT C&T – Graça Druck, Arthur Neto, Luis Malbouisson - GT Comunicação e Arte – Lana Bleicher, Saja, Virgínia Chaves, Lúcia Lobato - GTSS – Eduardo Reis, Wilma Cova e Luis Filgueiras - GT Verbas – Nice Americano e Paulo Balanço - GTPA – Geraldo Sampaio, Antônio Câmara e Bandeira Ramos; **3 – ADUR-RJ** - GTPE –.Marco Antonio de Moraes, Ana Maria Dantas Soares, Célia Regina Otranto, Lia Maria Teixeira de Oliveira, Lucília Augusta Lino de Paula, Amaparo Vila Cupolilo, Luis Edmundo da Silva, Rosana Ferreira de Oliveira, Luciana de Amorim Nóbrega, Elisa Guaraná de Castro e Nídia Majerowicz - GTPFS – Luiz Mauro Sampaio Magalhães, Rômulo de Andrade, Frederico José Falcão. - GT C&T –.Edmundo Henrique Ventura, Ricardo Mota Miranda, Ricardo Luis Louro Berbara, Aurea Echevarria e Rosana Ferreira de Oliveira. GT Comunicação e Arte – GTSS – Irlete Braga da Trindade, Luciana de Amorim Nóbrega, Generoso Manoel Chagas - GT Verbas – GTPA – Elisa Guaraná de Castro, Caetana Damascena, Canrobert Penn Lopes, Marcos Peixoto - GT Carreira – André Scarabone Zau e Nídia Majerowicz - GTEGC - Caetana Damascena, Margarete de Almeida Gonçalves - GTHMD – Ana Lúcia Santa Cruz Oliveira; **4 – ADUFPB** - GTPE – Galdino Toscano de B. Filho e Marizete

Fernandes de Lima - GTPFS – Maria Aparecida Tavares F. Bezerra e Paulo César dos Santos Cardoso - GT C&T – Tadeu Antônio de Azevedo e Eridon Celso Pereira - GTSS/A – Terezinha Diniz e Francisco de Assis Fernandes de Carvalho - GT comunicação – Derval Gomes Golzio e Wellington Pereira - GT Carreira – Jaldes Reis de Menezes e José Ernesto Pimentel Filho; **5 – SINDOCEFET-PR** - GTPE – Nanci Stanki Filho, Luis Allan Kunsle, Adilson G. Tavares e Domingos L.L. Filho - GTPFS – Luis Allan Kunsle, Edson Fagundes Tavares, Domingos L.L. Filho - GT C&T – Edson Fagundes Tavares, Adilson G. Tavares, Nanci Stanki Filho, Domingos L.L. Filho, Luis Allan Kunsle e Rosemary Batista de Oliveira. GTPA – Edson Fagundes Tavares, Luis Allan Kunsle - GT Carreira – Edson Fagundes Tavares, Adilson G. Tavares, Nanci Stanki Filho, Domingos L.L. Filho, Luis Allan Kunsle - GTEGC - Nanci Stanki Filho, Adilson G. Tavares; **6 – APUFPR** - GTPE – Carmen Lúcia F. Diez - GTPFS – Marco Aurelio Visintin - GTPA – José Edson Araújo Santos - GTEGC - Carmen Lúcia F. Diez; **7 – ADUFPI** - GTEGC – Ana Beatriz de Sousa Gomes - **8 – ADUFERPE**; GTPE – Argus Almeida, Jadson Augusto e Paulo de Jesus - GTPFS – Levy Pás Barreto, Irenilda S. Lima, Hélio Cabral, Wilibaldo B. da Silva e Argus Almeida - GT C&T - Cláudio Câmara - GTPA – Lúcio Melo, Martha Matos, Elizabete Pereira, Irenilda S. Lima - GT Carreira – Irenilda S. Lima e Fátima Massena - GT Carreira – Levy Paes Barreto e Jaqueline Bianqui - GTEGC – Jadson Augusto, Fátima Massena e Aderaldo Alexandrino; **9 – SINDUFAP** - GT C&T – Marinalva Silva Oliveira - GT Carreira – Arley José Silveira da Costa - GTPE – Antonio Costa Andradre - GT Verbas – Luizel Simões de Brito - GTSS/A – Sandra Monteiro; **10 – ASDUERJ** - GTPE – Cláudia Gonçalves de Lima, Jorge Máximo, Suzana Padrão e Cláudio Costa - GTPFS – Cleier Marconsin - GT C&T – Carlos Alberto, Marcos Santos e Cláudio Costa - GTSS – Mary Jane, Antônio Carlos Ferrão e José Bruno - GT Verbas – Antônio Coscarelli - GT Carreira – Cláudia Gonçalves de Lima e Antônio Coscarelli - GTEGC – Cláudia Gonçalves de Lima, Edmundo Tavares e Jorge Máximo; **11 – ADURN** - GTPE – Teresinha Dantas de Sousa, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, Ana Lúcia Xavier, Maria Goretti Cabral Barbalho, Francisco Welton de Lima da Silva e Maria Vilma da Cunha - GTPFS – Maria Cristina de Moraes, Raimundo Nonato Nunes e João Wanderley Rodrigues Pereira - GT C&T – José Humberto de Araújo e Francisco de Assis Olímpio Cabral e Delando Nasário - GTSS/A – Zilda Luiz Maria, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, Gilson de Vasconcelos Torres e Teresinha Dantas de Sousa - GT Carreira – Gilson de Vasconcelos Torres, José Humberto de Araújo, Ana Lúcia X. Vieira e Raimundo Nonato Nunes - GTCA - Francisco Welton de Lima da Silva, Paulo Roberto Medeiros de Azevedo, Carlos Augusto de Lima, Luiz Guilherme de Souza; **11 – ADUFRJ** - GTPE – Rosanne Evangelista Dias (Coord.), Regina Pugliese, Raquel Goulart Barreto, Maria de Lourdes Barros e Miriam Karusca - GTPFS – GT C&T – Cleusa Santos (Coord.), Salatiel Menezes, Carlos Strauss, Francisco Ary Menezes e Luiz Acosta - GTSS/A – Sra Granemann, Sara Nigri, Walcyr de Oliveira Barros, José Augusto Bisneto, José Miguel Saldanha e Janete Luzia Leite; **12 – ADUFES** - GTPE – Marlene Pires, Edna Castro e Izabel Cristina Novaes - GT C&T – Edson Pereira Cardoso, Mônica Bianco e José Geraldo Mill - GTSS – Odiléia Dessaune de Almeida, Maria Ignez Pfister e Maria Aparecida Santos Correa - GT Verbas – Edson Cardoso e Luiz Jorge Vasconcelos P. Mendonça - GT Carreira – Fábio Dutra e José Antônio Rocha - GTEGC – Yara Regina Candelária da Rocha, Eulália Eunise Cardoso e Antônio Carlos Amador Gil; **13 – ADUFF** - GTPE – Margarida Carvalho de Santana, Sonia Monnerat Barbosa e Selma Rodrigues de Castilho - GTPFS – Marina Barbosa Pinto e Marcelo Badaró Mattos - GTSS/A – Sônia Lucio Rodrigues de Lima e Ângela Maria

de Araújo Lisboa - GT Verbas – José Raphael Bokehi - GT Carreira – Paulo Antonio Cresciulo de Almeida e Waldyr Lins de Castro - GTEGC - Sérgio Ricardo Abourd Dutra e Margarida Carvalho de Santana; **14 – APES-** GTPE – Walcyr Duarte Nascimento, Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Joacir Teixeira de Melo, André Silva Martins, Daniela Motta de Oliveira - GTPFS – Maria Lúcia de Araújo Leopoldo, Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Márcio Antônio de Oliveira - GTSS – Maria Lúcia de Araújo Leopoldo e Paulo Clinger de Souza - GT Verbas – Márcio Antônio de Oliveira - GT Carreira – Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Paulo César de Souza Ignácio, André Silva Martins e Daniella Motta de Oliveira - GTCA – Eduardo Sérgio Leão de Souza - GTHMD – Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Maria Lúcia de Araújo Leopoldo, Márcio Antônio de Oliveira; **15 – ADUFRGS-** GTCA – Daniela Marzola Fialho - GT Verbas – Valério De Patta Pillar - GTPE – Elisabete Búrigo - GT Carreira – Carlos Alberto Schmidt - GTSS/A – Eduardo Rolim de Oliveira e Marilene Schmarczek - GTPFS – Nádyá Pesce da Silveira; **16 – ADUFU** - GTSS/A – Nilza Alves de Oliveira; **17 – APUFSC** - GTPA – Luis Carlos Pinheiro Machado e Clarilton Ribas - GTEGC – Marcelo Tragtenberg - GTC&T – Feliz Gómez - GTPE – Maria da Graça Bollmann - GT Verbas – Maria Odete Santos e Carlos Soares - **18 – SINDCEFET-MG** - GTCA – Cícera Vanessa Maia - GTPE – Rute Ribeiro de Moraes Castro - GTC&T – Fausto de Camargo Júnior - GTPFS – Sérgio Ricardo de Souza; **19 – ADUSP** - GTPE – César Augusto Minto, João Zanetic, Lighia Matsushigue e Rubens Barbosa de Camargo; **20 – ADUPE** - GTEGC – Itamar Lages; **21 – ASPUV** - GTC&T – Aloízio Ferreira - GTPFS - Aloízio Ferreira - GT Carreira – Hélio Costa - GTPE – Ranah Manezenco - GTSS/A – Ieda Lobo da Silveira; **22 – ADUFMAT** - GTPE – Aquiles Lazzarotto, José Ricardo de Souza e Vinicius Machado P. dos Santos - GTPFS – Luiz Carlos Galetti - GTSS/A – Waldir Bertúlio, Liliâne Capilé Charbel Novaes e Luiz Carlos Galetti - GT Verbas – Carlos Alberto Eilert - GTCA – Alcides Teixeira da Silva, Gabriel Oliveira e Roberto Boaventura S. Sá - GT Carreira – Mauro Miguel Costa e Marluce Souza e Silva - GTEGC – Marluce Souza e Silva, Edir Pina de Barros, Madalena R. dos Santos Vieira, Vera Lúcia Bertoline, Vinicius Machado P. dos Santos e Waldir Bertúlio - GTHMD – Tomaz Boaventura. **O 22º CONGRESSO homologa inscrição dos representantes das seções sindicais nos grupos de trabalhos do ANDES-SN conforme a proposta** Às 21h15, nada mais havendo a tratar a Plenária foi encerrada e eu, Francisco C. Vitória lavei a presente ata que será assinada por mim e pela presidente.

Francisco Carlos Vitória
2º Secretário

Maria Lia do Perpétuo Socorro Silva e Reis
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DO TEMA III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE

Às vinte e uma horas e vinte minutos do dia quinze do mês de março do ano de dois mil e três no Auditório do Hotel Rio Poty, na Cidade de Teresina – Piauí, foi instalada a Plenária do Tema - III - Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe. A Mesa Coordenadora dos trabalhos foi composta pelo prof. José Domingues de Godoy Filho (presidente), Josevaldo Pessoa da Cunha (vice-presidente), Benedito Gomes Santos Filho (1º secretário) e Cláudia March Frota de Souza (2ª secretária). O companheiro Domingues submeteu à Plenária a proposta da Mesa de ordenação dos trabalhos, a saber: Etnia, Gênero e Classe (TR 36, 37, 38, 68), Seguridade Social (TR 29, 30, 31, 58, 59, 60, 61 e 62) Política Educacional (TR 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 39, 53, 54, 55, 56, 57, 64 e 69), Financiamento, Carreira Docente, Sindical (TR 32), Ciência e Tecnologia (TR 33, 65, 66, 67 e 72), Comunicação, Agrária (TR 35 e 70), Relações Internacionais (proposta 1). Foi apresentada uma outra proposta (proposta 2) – iniciar os trabalhos por Seguridade Social. Após a defesa das duas propostas, foi encaminhada a votação, tendo sido vitoriosa a proposta 1. Iniciando a apreciação do TR 36, a Mesa apresentou a situação do TR 26 nos grupos – 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 que remeteram a discussão à Plenária; o grupo 3 aprovou o TR, por unanimidade, com a inclusão de dois itens e reordenação dos itens de forma que estes sejam os itens 1 e 2 e os itens originais do TR sejam os itens 3, 4, 5 e 6). O grupo 1 ressaltou que sua proposta não foi contemplada no relatório e a apresentou à Plenária, a saber, alteração do Item 4 “Realizar um seminário nacional sobre democracia racial e ações afirmativas, durante o ano de 2003” por “Realizar um seminário nacional sobre *democracia, raças e ações afirmativas*, durante o ano de 2003”. Consultando o relatório do grupo 1, foi confirmada a aprovação pelo grupo da proposta de alteração do texto. Os três primeiros itens do TR 36, por não terem sido destacados, foram submetidos à apreciação e aprovados na íntegra por ampla maioria. Posteriormente foi encaminhada a votação do item 4 do TR 36, a saber: manutenção do 4º item do texto do TR 36 versus a proposta de alteração do grupo 1. Foi mantida a redação original do TR 36, item 4, por ampla maioria. Em seguida, foi encaminhada a votação da proposta de acréscimo apresentada pelo grupo 3, a saber: “1 - O ANDES-SN, reconhecendo a inexistência de democracia racial no Brasil, reafirme seu compromisso com as lutas no sentido de combater essa desigualdade racial, quer seja: no campo econômico; no direito ao acesso e à permanência em todos os níveis de ensino; ao emprego, à participação no poder político e à presença nos meios de comunicação. 2 - O ANDES-SN defende o estabelecimento de ações afirmativas, por meio de políticas públicas que visem a acelerar o processo de inclusão social dos diferentes setores da sociedade que têm sido historicamente vítimas de discriminação social e étnica, como os negros e os povos originários do território nacional.” Foi aprovada, por ampla maioria, a inclusão dos dois itens propostos pelo grupo 3 e a reordenação dos itens proposta pelo mesmo grupo, ficando a resolução aprovada com a seguinte redação: **“O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: 1- reconhecendo a inexistência de democracia racial no Brasil, reafirme seu compromisso com as lutas no**

sentido de combater essa desigualdade racial, quer seja: no campo econômico, no direito ao acesso e à permanência em todos os níveis de ensino; ao emprego, à participação no poder político e à presença nos meios de comunicação; 2 - defenda o estabelecimento de políticas afirmativas, por meio de políticas públicas que visem a acelerar o processo de inclusão social dos diferentes setores da sociedade que têm sido historicamente vítimas de discriminação social e étnica, como os negros e os povos originários do território nacional; 3 – mantenha, na pauta permanente do Sindicato, a discussão sobre as questões de etnia, gênero e classe social, priorizando a sistematização de um quadro conceitual acerca das temáticas: políticas afirmativas e ações reparatórias, enfocadas estrutural e conjunturalmente, objetivando subsidiar as futuras deliberações do Sindicato; 4 – explicita, no contexto das políticas públicas, a discussão sobre a universalização e as ações de focalização (políticas afirmativas); 5 – realize um levantamento, via seções sindicais e secretarias regionais, que explicita a implementação das políticas de cotas nos estados; 6 – realize um seminário nacional sobre democracia racial e ações afirmativas, durante o ano de 2003.” Em seguida, foi colocado em discussão o TR 37 (situação no grupos: todos remeteram-no à Plenária). Na discussão, foi apresentado um destaque de alteração do texto e foi encaminhada a votação da seguinte forma: manutenção do texto original versus o texto alterado, a saber: **“O 22º. CONGRESSO reconhece a importância da Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras, realizada em Brasília, nos dias 6 e 7 de junho de 2002, que contou com a participação de milhares de mulheres que estão na vanguarda da luta feminista pela justiça de gênero no Brasil e por uma sociedade internacional justa, fraterna e solidária”**, tendo sido a proposta de alteração aprovada por ampla maioria. Sobre o TR 38, a situação nos grupos foi a seguinte: Os grupos 1, 2, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 3 aprovou a sua supressão. Aberta a discussão e após algumas intervenções, foram apresentados destaques nos itens 8 e 11 do TR 38. Os itens não destacados 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 9, 10, 12 e 13 foram apreciados em seguida, e a votação foi encaminhada da seguinte forma - manutenção dos itens versus supressão dos itens, tendo sido a supressão dos itens aprovada por ampla maioria. A votação do item 8 foi encaminhada da seguinte forma: manutenção do item sem prejuízo de modificações versus supressão do texto. A proposta de supressão do texto venceu por ampla maioria. Em seguida foi apreciado o item 11- **Que o ANDES-SN se solidarize com a luta dos habitantes dos aproximadamente, 900 quilombos no território nacional pelo assentamento dos quilombolas nas terras de seus ancestrais. Esses assentamentos, de forma análoga aos reivindicados pelo MST, dependem da vontade política do governo e da pressão social para que a justiça fundiária seja feita.** Foi votada a manutenção do item versus a sua supressão, sendo aprovada a manutenção por ampla maioria. Iniciando a discussão do tema “Seguridade Social” (TRs 29, 30, 31, 58, 59, 60, 61 e 62), foi colocado em discussão o TR 29 (situação nos grupos – grupos 1, 2, 5, 8 e 10 remeteram-no à Plenária e grupos 3, 4, 6, 7 e 9 aprovaram-no com modificações). Representantes dos grupos 1 e 5 registraram que discutiram o TR 29 e não houve registro no relatório consolidado, o que foi confirmado pela Mesa e solicitado que os referidos grupos apresentassem as questões na medida em que os itens do TR fossem sendo discutidos. Houve um destaque na redação do caput do TR com a seguinte proposta de alteração **“O 22º CONGRESSO do ANDES-SN estabelece princípios gerais, diretrizes e fundamentos como contribuição para**

a construção de um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores do serviço público e privado”, que foi aprovada por ampla maioria. Os itens I.1. e I.1.a não foram destacados e foram aprovados por ampla maioria com a redação que se segue - **1) Que o ANDES-SN intensifique a pressão sobre os parlamentares e empreenda ações locais e nacionais com o objetivo de defender um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores dos setores público e privado, com base nos seguintes pressupostos: a) integração com as políticas de saúde e assistência social;** Sobre o item I.1.b. foi aberta a discussão, e após algumas intervenções, foi encaminhada pela Mesa a votação da seguinte forma: manutenção versus alteração proposta pelo grupo 3 – tendo sido vencedora, por ampla maioria, a manutenção do texto, a saber: **(b) incorporação de todos os trabalhadores no Regime Único.** O presidente da Mesa submeteu à Plenária a proposta de prorrogação da sessão até as 24 horas do dia 13 de março de 2003, a qual foi aprovada por unanimidade. O item I.1.c foi colocado em discussão e, após algumas intervenções, foi encaminhada a votação da seguinte forma: manutenção ou não do texto original (sem prejuízo de modificação), sendo que, por ampla maioria, foi aprovado o texto sem prejuízo de modificações. Em seguida, foram apreciadas as propostas de modificação – grupo 1 versus a proposta do grupo 9, tendo sido aprovada a proposta do grupo 9, a saber **I.1.c. “gestão pública, democrática e transparente dos recursos da Seguridade Social, com a participação majoritária dos trabalhadores ativos e aposentados.”.** Em seguida, foi submetida à votação a proposta do grupo 7 de alteração, tendo sido a mesma rejeitada por ampla maioria. Iniciada a discussão sobre o item I.1.d., foi votada a manutenção do texto original versus a manutenção do texto com modificações. Aprovada, por ampla maioria, a proposta de modificação do texto. Foi apreciada a proposta de modificação do grupo 1, a saber: **“custeio coberto pelas contribuições dos trabalhadores e seus empregadores, pela receita de impostos e contribuições, especialmente as incidentes sobre ganhos de capital”**, tendo sido esta proposta aprovada por ampla maioria. Colocado em discussão o item I.1.e., foi votada inicialmente a manutenção do texto versus sua modificação, tendo sido aprovada a modificação. Apreciadas as modificações propostas (grupos 1, 3 e 6), houve votação inicial da modificação proposta pelo grupo 1, a qual foi rejeitada por unanimidade. Em seguida, foi encaminhada a votação da proposta de redação do grupo 3 versus a proposta de redação do grupo 6, tendo sido vitoriosa, por ampla maioria, a proposta de redação do grupo 6, a saber: **“e) integralidade dos vencimentos no momento da aposentadoria, com teto igual ao maior salário do serviço público, nos termos da Constituição Federal;”.** Sobre o item I.1.f, houve uma rodada de intervenções e a votação em seguida pela supressão versus a manutenção do texto sem prejuízo de modificações, tendo sido vitoriosa a manutenção, sem prejuízo de modificações. As propostas de modificação apresentadas foram as dos grupos 1, 4 e 7, tendo sido aprovada por ampla maioria a redação do grupo 1. **f) paridade de proventos entre trabalhadores ativos e aposentados com as mesmas características funcionais ou reajuste dos benefícios de acordo com o índice geral de salários, garantindo um mecanismo de proteção contra a inflação.** Sobre o item I.1.g, foi encaminhada a votação da seguinte forma – manutenção do texto original versus texto com modificações, tendo sido aprovada, por ampla maioria, a manutenção do texto sem modificações, a saber: **I.1.g) extinção do Fator Previdenciário atualmente em vigor no Regime Geral da Previdência Social (RGPS).** Colocado em discussão o item I.1.h, a votação foi encaminhada da seguinte forma:

manutenção do texto original versus a modificação do texto, tendo sido vitoriosa, por ampla maioria, a proposta de modificação do texto. As propostas de modificação do texto dos grupos 6 e 7 foram aprovadas por ampla maioria com a seguinte redação: **I.1.h) restabelecimento do tempo de serviço como critério para concessão do benefício de aposentadoria, em substituição ao tempo de contribuição atualmente em vigor para todo o sistema previdenciário**". Sobre o item I.1.i, foi encaminhada a votação da seguinte forma: manutenção do item sem prejuízo de modificações versus supressão e venceu a manutenção sem prejuízo de modificações. Apreciadas as modificações (grupos 1, 4 e 5), foi inicialmente votada a proposta dos grupos 4 e 5 versus a manutenção do texto original e ganhou a manutenção do texto original. Em seguida, foi apreciada a proposta do grupo 1, que foi rejeitada por ampla maioria, tendo sido aprovada então a manutenção do texto original, a saber - **i) restabelecimento do tempo de serviço desvinculado de idade mínima para a concessão do benefício de aposentadoria aos servidores públicos**; Sobre o item I.1.j, houve a votação da manutenção do texto versus a supressão tendo sido aprovada a manutenção do texto original, a saber **j) garantia de regras especiais para concessão de aposentadorias para trabalhadores em condições especiais**; O item I.1.k, não foi destacado e foi aprovado, por ampla maioria, com a redação original: **k) garantia da não-contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas**. Houve em seguida a discussão da proposta de inclusão de um novo item feita pelo grupo 1, que, submetida à votação, não foi aprovada. Iniciando a discussão do item I.2, foi apreciado o caput e encaminhada a seguinte votação: manutenção da redação original versus modificação, tendo sido aprovada por ampla maioria a manutenção do item com sua redação original: **2) Que o ANDES-SN promova, articuladamente com outras entidades representativas de servidores públicos, ações de propaganda contra a reforma previdenciária anunciada pelo governo federal, enfatizando:**". O item I.2.1, submetido à votação, foi mantido, por ampla maioria, com a redação original: **a necessidade de aprofundar e ampliar o debate sobre a reforma e suas conseqüências e a impossibilidade de fazê-la no curto espaço de tempo pretendido pelo governo federal**; No item I.2.2, a Mesa encaminhou a proposta de manutenção do texto original, sem prejuízo de modificação, versus supressão, sendo aprovada a manutenção com modificação, passando o item a ter a seguinte redação: **a importância da realização da reforma tributária anterior à reforma previdenciária**. O presidente da Mesa submeteu à apreciação dos presentes à Plenária a proposta de prorrogação do 22º CONGRESSO por mais um dia (dia 14 de março de 2003), que foi aprovada por unanimidade. O item I.2.3 não foi destacado e foi aprovado por unanimidade com a redação original: **a desmitificação das falácias sobre "privilégios previdenciários" dos servidores públicos e do "déficit" da previdência**. Em seguida, foi apreciada a proposta de supressão do item I.1.4., que foi aprovada por ampla maioria. Sobre o item I.3, foi encaminhada a votação e aprovada a redação original: **3) O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN proponha, por intermédio de sua Diretoria, à CNESF, a criação de um Fórum em defesa da Previdência Social Pública**. O texto original do item 4 foi colocado em votação versus o substitutivo, sendo vencedora, por ampla maioria, a manutenção do texto original: **4) proponha à CNESF a realização do III Encontro Sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos no 2º Semestre de 2003**. Sobre o item I.5, que não foi destacado, foi aprovada sua manutenção com a redação original: **5) O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN realize, no segundo semestre de 2003, um seminário sobre mercantilização da educação,**

precarização do trabalho docente e saúde do trabalhador em educação. Sobre o item 1.6, houve, no grupo 1, a proposta de substituição do texto que submetida à votação, foi aprovada, ficando o texto com a seguinte redação: **“encaminhe uma pesquisa sobre a situação em que se encontram os Hospitais Universitários e de Ensino, incluindo o que se refere à sua privatização por meio de fundações de apoio, aproveitando a experiência metodológica acumulada pela ADUSP no levantamento das Fundações de Apoio de Direito Privado da USP.”** Sobre o item 7, havia uma proposta de alteração oriunda do grupo 7, que foi encaminhada à votação da seguinte forma: manutenção do texto original versus sua modificação tendo sido aprovada, por ampla maioria, a manutenção do texto original: **7) intensifique o debate sobre assistência social, vinculando-o à Seguridade Social.** O item 1.8 não foi destacado e foi encaminhado à votação, tendo sido aprovado por unanimidade em sua redação original: **“8) realize o IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, na primeira quinzena do mês de maio, em Brasília, preferencialmente em espaço da Câmara Federal, tendo como tema central a defesa da Seguridade Social, discutindo amplamente suas três áreas: Saúde, Previdência e Assistência Social como um todo”.** Em seguida, foram apreciadas as propostas de inclusão ao item I do TR 29. A primeira proposta de inclusão ao TR 29, aprovada por ampla maioria, foi a proposta apresentada pelo grupo 6, a saber: **c) Que o GTSS/ ANDES-SN produza uma análise da proposta da CUT para a Previdência a fim de subsidiar os delegados da base do Sindicato aos Congressos Estaduais e Nacional da Central.** A proposta de inclusão do grupo 7 foi aprovada por ampla maioria, com a seguinte redação - **a) Que o ANDES-SN lute conjuntamente com as outras entidades representativas dos servidores públicos e com a sociedade civil organizada dado que a reforma tributária deverá preceder a reforma previdenciária.** As demais propostas de alteração oriundas dos grupos de trabalho 3, 4, 6 e 9 foram submetidas à votação e rejeitadas por ampla maioria. Em seguida, foi apreciada a proposta de remeter o item II do TR 29 para o TR 32 (política de formação sindical), proposta aprovada por unanimidade. Finalizada a discussão do TR 29, este foi submetido à votação e aprovado na íntegra com as modificações já aprovadas. A Mesa iniciou a discussão do TR 30 (situação nos grupos: grupos 1, 2, 4, 8 e 10 remeteram-no à Plenária, grupos 3 e 5 rejeitaram-no e grupos 6, 7 e 9 aprovaram-no com modificações). Foi encaminhada a votação inicial pela manutenção do texto original sem prejuízo de modificações versus a supressão do texto, tendo sido aprovada a supressão por ampla maioria. A Mesa iniciou a discussão do TR 31. Foi encaminhada a votação inicial pela manutenção do texto original, sem prejuízo de modificações, versus a supressão do texto, tendo sido aprovada a supressão por ampla maioria. A discussão sobre o TR 58 foi iniciada (situação nos grupos: 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária; o grupo 5 aprovou-o com modificações; o grupo 7 aprovou-o). O grupo 1 apresentou sua proposta ao plenário pois a mesma não constava do relatório. A votação foi encaminhada da seguinte forma: manutenção do texto original contra a manutenção do texto com modificações sendo vencedora, por ampla maioria, a manutenção do texto com modificações. As modificações propostas foram apreciadas e inicialmente foi encaminhada a votação da alteração proposta pelo grupo 5, a qual foi rejeitada por ampla maioria. Em seguida, foi votada a proposta de modificação do grupo 1, no item c do TR 58, suprimindo o trecho “... e em defesa do MERCOSUL...”, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade. Analisadas as propostas de alteração no TR 58 e não havendo proposta de alteração nos demais itens do TR, a votação do

TR todo com as modificações já aprovadas foi encaminhada, tendo sido o mesmo aprovado por ampla maioria com a seguinte redação: **O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES SN: a) reafirme sua disposição de engajamento na construção do Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública; b) garanta em seus meios de comunicação espaços para divulgação de matérias e documentos que fortaleçam a adesão de entidades e movimentos sociais ao Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública; b) coopere para garantir a realização do I Fórum Sul Americano em defesa da Seguridade Social Pública, a realizar-se acoplado ao I Fórum Mundial da Saúde e à II Assembléia de Saúde dos Povos, a realizarem-se em Porto Alegre-Brasil, em julho de 2004; c) participe da Reunião Internacional de Delegados de Entidades Nacionais e de Bases interessadas na questão da Seguridade Social e de representantes de Movimentos Sociais dos países da América Latina, a realizar-se na Argentina, acoplada às atividades relacionadas à luta contra a ALCA, em final de abril ou início de maio do corrente ano, que deve discutir a organização do I Fórum Sul Americano em Defesa da Seguridade Social Pública; d) atue junto à CNESF no sentido de que a mesma, até a reunião da Argentina, participe da Coordenação desse processo organizativo, propondo que a CUT integre-se à representação de entidades que foram indicadas para cumprir essa tarefa.** O TR 59 (situação nos grupos: 1, 2, 3, 4, 6, 8, 9 e 10 remeteram-no à plenária e os grupos 5 e 7 aprovaram-no com modificações) foi discutido e a votação encaminhada da seguinte forma: manutenção do texto original contra a manutenção do texto com modificações, sendo vencedora, por ampla maioria, a manutenção do texto com modificações. A proposta de modificação apresentada pelo grupo 7 de supressão do trecho “.... na condição de entidade promotora” no item 2 do TR foi aprovada por ampla maioria. As modificações propostas pelo grupo 7 foram consideradas superadas por já estarem contempladas. Analisadas as propostas de alteração no TR 59 e não havendo proposta de alteração nos demais itens, a votação do TR todo com as modificações já aprovadas foi encaminhada, tendo sido o mesmo aprovado por ampla maioria com a seguinte redação: **O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES SN: 1 – articuladamente com outras entidades e movimentos sociais preocupados e atuantes em torno do direito à saúde, desencadeie discussões preparatórias à realização, até setembro de 2003, de uma Oficina de Trabalho sobre políticas de promoção de saúde, na perspectiva de respaldá-la como estratégia de operacionalização e qualificação das ações do SUS; 2 – integre-se, na condição de entidade promotora, aos trabalhos de organização do I Fórum Mundial da Saúde, a realizar-se em julho de 2004, em Porto Alegre, indicando à suas seções sindicais o desenvolvimento de atividades locais preparatórias a participação de seus representantes nesse evento, assim como na II Assembléia de Saúde dos Povos que se desenvolverá na mesma oportunidade; 3 – na perspectiva de contribuir com o exercício do controle social, pautar para análise nas reuniões do GT Seguridade Social a proposta de ação política do Governo Lula para a área da Saúde, acompanhando sua implementação e posicionando-se em relação às medidas que venham a ser desencadeadas.** Em seguida foi apreciado o TR 60 (situação nos grupos: grupos 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária, os grupos 5, 6 e 7 rejeitaram-no). A votação foi encaminhada da seguinte forma: manutenção do texto contra a supressão do texto, tendo sido vitoriosa, por ampla maioria, a supressão do TR 60. Em seguida foi apreciado o TR 61 (situação nos grupos: grupos 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 10

remeteram-no à Plenária, os grupos 5, 6 e 7 rejeitaram-no). A votação foi encaminhada da seguinte forma: manutenção do texto contra a supressão do texto, tendo sido vitoriosa, por ampla maioria, a supressão do TR 61. Em seguida, foi apreciado o TR 62 (situação nos grupos: grupos 1, 2, 3, 4, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária, os grupos 5, 6 e 7 rejeitaram-no). A votação foi encaminhada da seguinte forma: manutenção do texto contra a supressão do texto, tendo sido vitoriosa, por ampla maioria, a supressão do TR 62. Neste momento, a Mesa encaminhou a retomada de TRs pendentes da Plenária do Tema I, que foram remetidos para o Tema III. Do TR 74, o item que está com a seguinte redação: “Intensificar a luta pela manutenção da previdência pública estatal” foi aprovado com a seguinte redação: **“Intensificar a luta pela manutenção da Previdência Social Pública”**. Ainda do TR 74, o item que está com a seguinte redação: **“1- por intermédio do GT Seguridade Social, desenvolva um estudo qualitativo, de abrangência nacional, que possa ser realizado pelas próprias seções sindicais, com o objetivo de traçar um completo perfil das questões que relacionem o trabalho do docente com suas condições de saúde”** foi aprovado por ampla maioria. Já o item que tem a seguinte redação: **“2- discuta propostas concretas para as seções sindicais do ANDES-SN evitarem a mediação de convênios que implementem planos de saúde privados, reforçando a defesa do SUS, na direção de universalizar uma assistência à saúde pública e de qualidade”** foi aprovado por ampla maioria. O presidente da Mesa encaminhou o início das discussões sobre Política de Formação Sindical - TR 32 - (Situação nos grupos: todos remeteram o TR à Plenária). Submetido à votação, o texto foi provado por ampla maioria em sua redação original: **O 22º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que: 1 - O GTPFS pautará em suas reuniões a questão da reforma sindical, reafirmando o posicionamento historicamente construído e defendido pelo ANDES-SN, baseado na concepção de sindicalismo autônomo, classista e plural, que conflita com a continuidade do Imposto Sindical e da Unicidade Sindical, pilares principais de sustentação da atual estrutura sindical. O resultado destas discussões será sintetizado em um Caderno ANDES. RECOMENDAÇÕES: 1 - O 22º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda às seções sindicais que: 1.1- organizem grupos de trabalho sobre política e formação sindical em suas bases, indicando representantes para o GTPFS nacional, cuja tarefa de contribuir na discussão de questões como reforma trabalhista e sindical para intensificar nossa resistência será fundamental. 1.2- que as seções sindicais dos três setores estimulem reuniões com representações das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais em seus estados, com o objetivo de construir resistência e luta contra as que firam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado de tais posicionamentos para os Congressos estaduais da CUT.** O presidente da Mesa encaminhou o início da discussão sobre Política Educacional (TR 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 39, 53, 54, 55, 56, 57, 64 e 69). Iniciando a discussão sobre o TR 29, o presidente destacou que, em relação ao TR 29, havia itens remetidos à Plenária ou aprovados sem modificações (1, 2, 4, 6, 7a, 7b, 7e, 7g, 7m, 7p, 7q e as recomendações) e que o encaminhamento proposto era o de que, caso não houvesse destaques em plenário aos itens remetidos à Plenária, este conjunto de itens do TR seria submetido à aprovação em bloco. Foi aberta a inscrição para os destaques pertinentes, entretanto não houve destaques e a Mesa encaminhou a votação dos referidos itens em bloco, tendo sido os mesmos aprovados por ampla maioria. A seguir a Mesa passou à apreciação do

TR 20 (Política Educacional). A prof^a Vera Jacob apresentou o seguinte encaminhamento: que os itens do TR 20, já aprovados, sem destaques, em todos os grupos mistos, fossem aprovados em bloco pela Plenária sem abertura de debate. Submetida à votação, a proposta foi aprovada por ampla maioria. **O 22º CONGRESSO delibera que: 1- O ANDES-SN deverá desenvolver ações imediatas junto ao governo federal e ao Congresso Nacional com a finalidade de impedir a aprovação da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES, que objetiva regulamentar a autonomia universitária prevista no artigo 207 da CF/88, com a intenção de legalizar a privatização interna das IFES, normatizar a cobrança de taxas e mensalidades na pós-graduação (lato sensu, mestrados profissionalizantes) e na extensão; de contratar pessoal fora do RJU e de desregulamentar a carreira docente das IFES. 2 - As seções sindicais do ANDES-SN deverão implementar ações junto aos órgãos superiores das universidades pela não-aprovação da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES, denunciando seu caráter privatista e inconstitucional. 4 - O ANDES-SN deverá lutar pela retirada imediata do Projeto de Emenda Constitucional n. 573/2002 (de autoria do Padre Roque, Wellington Dias e outros), denunciando seu caráter de tributação sobre direitos constitucionais (artigo 206 CF/88) mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física, pelos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público, sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior. 6 - O ANDES-SN deverá intensificar sua participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública com vista ao seu fortalecimento, reconhecendo-o como locus político de consenso e legítimo representante das entidades científicas, sindicais e estudantis da sociedade brasileira na interlocução com o governo federal para a proposição das políticas educacionais para o país. 7 – O ANDES-SN deve intensificar a luta para que sejam implementadas pelo governo federal, como medidas emergenciais para a educação, as resoluções já aprovadas pelas instâncias deliberativas do Sindicato. 7.a. Consolidação de um Sistema Nacional de Educação conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, revogando imediatamente toda a legislação que impeça ou fira a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira. 7.b – Respeito ao artigo 207 da CF/88 (que garante a autonomia das universidades), revogando todo o entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.) que restrinjam o exercício pleno da autonomia universitária; 7.e – Revogação do Decreto 3.860/2001, das Portarias Ministeriais 1.465/2001; 1.466/2002 e 2.402/2001 e da Medida Provisória 2.143-35 de 27 de julho de 2001 (que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições, autorização para expansão de vagas e dão outras providências); 7.g – Revogação dos Decretos 3.276/99 e 3.462/2000 e de todas as resoluções do CNE que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET, e aprovação o PDL 385/2000, que faz cessar os efeitos do Decreto 3.276/99, restabelecendo o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação; 7.m – Reconhecimento do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação brasileira; 7.p – Extinção do Provão e da Avaliação das**

Condições de Oferta (por meio da revogação da Lei 9.131/95), do ENEM e do SAEB, instituindo mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, mediante uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parta das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos;

7.q – Suspensão da implantação de cursos sequenciais. Iniciou-se então a discussão dos itens aprovados com modificações e/ou suprimidos pelos grupos. Em relação ao item 3 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 aprovaram-no na íntegra e o grupo 10 aprovou-o com modificações - acréscimo), foi encaminhada a votação da seguinte forma: manutenção do texto original contra a manutenção do texto com acréscimo proposto pelo grupo 10. O acréscimo foi aprovado por unanimidade e a redação do texto final ficou como que se segue: **3. As seções sindicais do ANDES-SN deverão intensificar as ações de denúncia e combate às medidas que vêm sendo implementadas pelas administrações das IES públicas que acentuam e aceleram o processo de privatização interna e a mercantilização das atividades educacionais, por meio de contratos e convênios de prestação de serviços com governos municipais e estaduais e empresas públicas e privadas. “Elaborar levantamentos detalhados dos cursos atualmente pagos e suas formas em cada IES.”** Em seguida, foi colocado em discussão o item 5 do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 2, 3, 5, 6, 7, 8 e 10 aprovaram-no com modificações e os grupos 4 e 9 aprovaram-no na íntegra). A Mesa encaminhou a votação, num primeiro momento, da seguinte forma: manutenção do texto original contra a manutenção do texto com modificações, tendo sido aprovada por ampla maioria a proposta de modificação do texto. Após uma breve discussão das propostas de modificação, foi encaminhada a votação e a proposta de modificação do grupo 7 foi aprovada por ampla maioria, ficando a redação final do item da seguinte forma: **5 - Fica aprovada a Proposta de Educação Técnica e Tecnológica do ANDES-SN, consolidada no II Encontro sobre Educação Técnica e Tecnológica, devendo sua aplicação prática ser amplamente discutida no interior de cada Instituição Pública de Ensino”** Em seguida, foi colocado em discussão o item 7c do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupo 4 aprovou-o com modificações e os grupos 2, 3, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 aprovaram-no na íntegra). A Mesa encaminhou a votação, num primeiro momento, da seguinte forma: manutenção do texto original contra a manutenção do texto com modificações, tendo sido aprovada por ampla maioria a proposta de modificação do texto. A proposta de alteração do texto do grupo 4 foi então submetida à votação e aprovada por unanimidade, ficando a redação final do referido item da seguinte forma: **7.c.Revogação do Decreto 1.916/96 e da Lei 9.192/95, que regulamentam a escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino, respeitando as normas estabelecidas pela comunidade acadêmica no interior de cada Instituição de Ensino para normatização e definição do processo de escolha dos dirigentes de modo que o processo se esgote no âmbito das IFEs;** Em seguida, foi colocado em discussão o item 7d do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 4 e 7 aprovaram-no e os grupos 2, 3, 5, 6, 8, 9 e 10 aprovaram-no com modificações). A Mesa encaminhou a votação, num primeiro momento, da seguinte forma: manutenção do texto original contra a manutenção do texto com modificações, tendo sido aprovada, por ampla maioria, a proposta de modificar o texto. Aberta a discussão, houve proposta de

supressão do texto. A Mesa então encaminhou da seguinte forma: primeira votação – alteração da redação substituindo o termo **médio** por **técnico de nível médio**, cujo resultado foi a aprovação da substituição; em seguida foi encaminhada a votação pela supressão do texto ou por sua manutenção com a alteração anteriormente aprovada, tendo sido vitoriosa a manutenção do texto com a alteração aprovada e ficando o texto final da seguinte forma: **d – Revogação, em caráter de urgência, do Decreto 2.208/97 e toda a legislação que consolidou a Reforma do Ensino Técnico, com IMEDIATO RETORNO DO ENSINO TÉCNICO DE NÍVEL MÉDIO INTEGRADO (formação profissional integrada à educação geral) nos CEFET (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos, até que seja realizada uma nova reforma para a Educação Técnica e Tecnológica com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos;** Em seguida, foi colocado em discussão o item 7f do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupo 6 aprovou-o na íntegra e os grupos 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10 aprovaram-no com modificações). A Mesa encaminhou a votação, num primeiro momento, pela manutenção do texto original ou manutenção do texto com modificações, tendo sido aprovada, por ampla maioria, a manutenção do texto com modificações. Ao ser iniciada a discussão das modificações, houve a proposta de que se considerasse a proposta de modificação do grupo 4 como a que consolida melhor o conjunto das propostas de mudanças feitas pelos grupos. Sendo assim, a Mesa encaminhou a votação, tendo sido a proposta de modificação do grupo 4 aprovada por ampla maioria com a seguinte redação: **7.f. Criação do Fórum Nacional de Educação e alteração do CNE, tanto na sua composição quanto nas suas atribuições, tomando como referência os princípios estabelecidos no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira e no projeto de LDB (texto aprovado na comissão de Educação e Cultura e Desporto da Câmara dos deputados em 28/06/1990), atualizando-os conforme a realidade atual.** Em seguida, foi colocado em discussão o item 7h do TR 20 (situação nos grupos: grupos 1, 5, 7 e 8 remeteram-no à Plenária, grupo 2 suprimiu o texto, grupo 10 aprovou-o e os grupos 3, 4, 6 e 9 aprovaram-no com modificações). Aberta a discussão do item, houve várias intervenções e foram apresentadas pelas companheiras Vera Jacob e Méri propostas de redação de transformação deste subitem em um novo item do conjunto de resoluções oriundas do TR 20 a ser colocado após o item 7 do TR. Ficando o texto com a seguinte redação: **7.h. O ANDES-SN deve intensificar a luta para que seja implementada pelo governo federal, como medida emergencial, a transformação, em Universidade, dos CEFETs que contemplem os princípios defendidos pelo movimento docente de acordo com a proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, a proposta de LDB da ANDES-SN e o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira; e lutar para manter, nessas instituições, além de cursos de graduação e pós-graduação, os cursos técnicos integrados ao ensino médio (cursos técnicos de nível médio).** A Mesa encaminhou a votação pela manutenção do texto original ou substituição do mesmo pela redação anteriormente apresentada, tendo a substituição obtido ampla maioria na Plenária. Em seguida, foi colocado em discussão o item 7i do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 2, 3, 4, 5, 7, 8 e 9 aprovaram-no na íntegra e os grupos 6 e 10 aprovaram-no com modificações). A Mesa encaminhou a votação pela manutenção do texto original ou modificação do texto, tendo a proposta de modificação do texto obtido ampla maioria. Em seguida, a Mesa encaminhou a votação da proposta de alteração do grupo 6 contra a proposta de alteração do grupo 10, tendo sido a proposta do

grupo 6 aprovada por ampla maioria, ficando o item com a seguinte redação - **“7.i..Realização de auditoria urgente para investigar a utilização dos recursos financeiros do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), nas Fundações de Apoio (das Universidades, das Faculdades Isoladas e dos CEFETs) e nas Cooperativas existentes nas instituições federais de ensino”**. Em seguida, foi colocado em discussão o item 7j do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária e os demais grupos aprovaram-no na íntegra). *Submetido à votação, o item foi mantido com a redação original por ampla maioria - j – Reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede Federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com realização de concurso público pelo RJU. Em seguida, foi colocado em discussão o item 7k do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9 aprovaram-no na íntegra e o grupo 10 aprovou-o com modificações). Encaminhada a votação pela manutenção do texto original contra a proposta de alteração do texto aprovada pelo grupo 10, foi vencedora, por ampla maioria, a manutenção do texto original, a saber: k – Expansão das vagas para discentes nas IFES, condicionadas à ampliação de recursos orçamentários, criação de vagas para docentes e técnicos-administrativos, melhoria na infraestrutura e aquisição de equipamentos, garantindo o padrão unitário de qualidade, conforme o caderno 2 da ANDES. Em seguida, foi colocado em discussão o item 7l do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 9 aprovaram-no na íntegra e grupos 8 e 10 aprovaram-no com modificações). Inicialmente foi encaminhada a votação pela manutenção do texto original ou manutenção do texto com modificações, tendo a proposta de modificação obtido a ampla maioria, ficando com a seguinte redação: l – suspensão do Programa de Qualificação Institucional (criado pelo MEC em 2002) com imediata restauração do PICDT, bem como a ampliação do número de bolsas para mestrado e doutorado, com reajuste nos valores dessas bolsas e a abertura de discussão para implantação do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN. Em seguida, aberta a discussão, foi apresentada pela companheira Vera Jacob uma proposta de compatibilização da redação dos dois grupos, 8 e 10, a qual, submetida à votação, foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, foi colocado em discussão o item 7n do TR 20 (situação nos grupos: grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 5, 6, 7, 8 e 10 aprovaram-no na íntegra e os grupos 3, 4 e 9 aprovaram-no com modificações). Inicialmente foi encaminhada a votação pela manutenção do texto original ou manutenção do texto com modificações, tendo a proposta de modificação obtido ampla maioria. As propostas de modificação foram apreciadas e foi aprovada, por ampla maioria, a proposta de alteração do texto apresentada pelo grupo 9 e que tem a seguinte redação - “7.n. Suspender, de imediato, a criação de novas Instituições de Ensino Privadas e a autorização de novos cursos, bem como iniciar o processo de revisão das autorizações de cursos e do credenciamento das referidas Instituições desde 2000, de modo a garantir o padrão unitário de qualidade, até que sejam redefinidas as atribuições e a composição do Conselho Nacional de Educação.” O item 7.o. foi considerado superado. Em relação ao TR 20, foram ainda apreciadas as propostas de acréscimo apresentadas pelos grupos 8 e 10. Os itens 1 e 2 da proposta de acréscimo do grupo 8 foram considerados superados. Aberta a discussão sobre os demais itens (3 e 4) da proposta do grupo 8, foi então encaminhada a votação, tendo sido rejeitada por ampla maioria a inclusão dos referidos itens. Em seguida, foi*

apreciada a proposta de inclusão de um novo item apresentada pelo grupo 10, a saber **“Realização de auditoria urgente sobre a utilização e distribuição dos recursos financeiros do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação)”**, a qual foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, a Mesa colocou em votação a transformação da Recomendação do TR 20 em item 8 do mesmo TR, o que foi aprovado por ampla maioria. **8 – As seções sindicais desenvolvam estudos sobre os processos seletivos para ingresso nas IES públicas e privadas (como vestibular, seleção seriada e outros) para posterior posicionamento sobre os mesmos.** Encerrada a discussão, a Mesa colocou em votação a aprovação do TR todo com as alterações, supressões e inclusões já aprovadas, tendo sido o TR aprovado por unanimidade. Foi então iniciada a discussão do TR 21, itens 1, 2 e 3 (situação nos grupos – 1 e 5 remeteram-no à Plenária, grupos 3, 4 e 6 aprovaram-no na íntegra, grupo 8 rejeitou-o e grupos 2, 7, 9 e 10 aprovaram-no com modificações. Inicialmente foi encaminhada a votação pela manutenção do texto original ou manutenção do texto com modificações, tendo a proposta de modificação obtido a ampla maioria. Submetidas à apreciação, as propostas de modificação foram encaminhadas à votação, tendo sido vencedora, por ampla maioria, a proposta de redação do grupo 10, a saber: **TR 21.1. “Que o ANDES-SN e suas seções sindicais intensifiquem a luta contra o processo de privatização interna nas IES públicas, viabilizado pelas fundações de direito privado ditas “de apoio”, tomando medidas objetivas para levantamento de informações a respeito da atuação dessas entidades, iniciando esse processo pela elaboração de um dossiê, com estas informações, a ser apresentado até o próximo congresso.”** Foram apresentadas ainda propostas de acréscimo ao item que consolidadas pelos propositores, deram origem a uma proposta de acréscimo na forma de recomendação à diretoria do ANDES-SN com a seguinte redação - **“A diretoria do ANDES-SN deve encaminhar uma consulta às seções sindicais com objetivo de receber manifestações sobre as Instituições em que serão coletadas as informações a respeito do processo de privatização interna das IES públicas por meio das Fundações de direito privado”**, a qual foi aprovada por ampla maioria. Foi iniciada a discussão do item 2 do TR 21 (situação nos grupos – grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 3, 4, 7, 8 e 9 aprovaram-no na íntegra e grupos 2 e 10 aprovaram-no com modificações). Inicialmente foi encaminhada a votação pela manutenção do texto original ou manutenção do texto com modificações, tendo a proposta de modificação obtido a ampla maioria. Apreciadas as propostas de modificação, foi encaminhada a votação, tendo sido vencedora a proposta de modificação do grupo 10, com a seguinte redação: **TR 21.2 O 22º CONGRESSO recomenda às seções sindicais, às secretarias regionais e ao coletivo jurídico do ANDES-SN que sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis (pedido de instauração de inquérito civil público junto ao Ministério Público, apuração dos crimes de responsabilidade administrativa dos agentes públicos quanto aos atos de improbidade administrativa, ação popular) em todos os casos em que existam elementos suficientes que comprovem ilegalidades nas relações entre fundações de direito privado e IES públicas.** Foi iniciada a discussão do item 3 do TR 21 (situação nos grupos – grupo 1 remeteu-o à Plenária, grupos 2, 3, 7, 8 e 9 aprovaram-no na íntegra e os grupos 4 e 10 aprovaram-no com modificações). A votação foi encaminhada pela manutenção do texto original ou a manutenção do texto com modificações, tendo sido aprovada, por ampla maioria, a manutenção do

texto original, a saber: **TR 21.3 - Dar divulgação nacional aos procedimentos a serem seguidos para se realizar o levantamento de dados a respeito das fundações privadas que atuam no âmbito das IES públicas, conforme discutido no encontro de Salvador do coletivo jurídico do ANDES-SN em 2002.** O presidente da Mesa encaminhou então a votação do TR 21 com as modificações e acréscimos já aprovados, tendo sido o TR 21 aprovado por ampla maioria. Foi iniciada a discussão do TR 22, item 1 (situação nos grupos – grupos 1, 5 e 7 remeteram-no à Plenária, grupos 3, 4, 6 e 8 aprovaram-no na íntegra, grupos 9 e 10 sem informação e o grupo 2 aprovou-o com modificações). Encaminhada a votação, foi mantida a redação original por ampla maioria, a saber: **“TR 22. 1.1 - Lutar junto ao MEC e aos Poderes Executivos Estaduais para que seja implantada uma política responsável de expansão do ensino superior público, com o objetivo de reduzir a relação ensino privado/ensino público e manter a qualidade deste último. Para isto, considerar nos próximos quatro anos:”.** Foi iniciada a discussão do TR 22, item 1.a.(situação nos grupos – grupos 1, 5 e 7 remeteram-no à Plenária, grupos 2, 3, 4, 6 e 8 aprovaram-no na íntegra, grupos 9 e 10 sem informação). Encaminhada a votação, foi mantida a redação original por ampla maioria, a saber: **TR 22.1.a.a instalação de novos campi, no caso das universidades já estabelecidas, ou a criação de novas universidades federais ou estaduais, em função da densidade populacional de potenciais alunos, pautada em diagnóstico e critérios transparentes, discutidos com a sociedade, tendo como princípio norteador a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão;** Foi iniciada a discussão do TR 22, item 1.b.(situação nos grupos – grupos 1, 5 e 7 remeteram-no à Plenária, grupos 2, 3, 4 e 8 aprovaram-no na íntegra, grupos 9 e 10 sem informação e o grupo 6 aprovou-o com modificações). Encaminhada a votação, foi mantida a redação original por ampla maioria, a saber: **TR 22.1.b. a expansão do ensino superior público, a taxas não superiores a 25% ao ano, para permitir a adaptação do sistema, com concomitante ampliação do financiamento; isto permitiria aumentar a oferta de vagas, em quatro anos, de fator próximo a 2,5 vezes.** Foi iniciada a discussão do TR 22, item 1.c.(situação nos grupos – grupos 1, 5 e 7 remeteram-no à plenária, grupos 2, 3, 4, 6 e 8 aprovaram-no na íntegra, grupos 9 e 10 sem informação). Encaminhada a votação, foi mantida a redação original por ampla maioria, a saber: **TR 22.1.c.que o custo médio de um aluno de graduação universitária tenha, como referência, um valor mundialmente aceitável, isto é, da ordem de 3000 dólares por aluno/ano; este corresponde a aproximadamente 60% do PIB/per capita para a maioria dos países em desenvolvimento.** Foi iniciada a discussão do TR 22, item 1.d.(situação nos grupos – grupos 1, 5 e 7 remeteram-no à Plenária, grupos 2 e 3 aprovaram-no na íntegra, grupo 4 aprovou-o com alterações, grupos 6 e 8 suprimiram-no, grupos 9 e 10 sem informação). Encaminhada a votação, foi mantida a redação original por ampla maioria, a saber: **TR 22.1.d.que a relação alunos/professor no ensino superior, respeitado o tripé ensino-pesquisa-extensão, situe-se entre 10 e 15, sendo, portanto, necessário acoplar a expansão de vagas à contratação de professores corretamente habilitados, para manter a proporção citada. (O sistema nacional de pós-graduação formou nos últimos anos um número considerável de mestres e doutores em quase todas as áreas, o que facilita a implementação deste quesito).** Foi iniciada a discussão do TR 22, item 1.e.(situação nos grupos – grupos 1, 5 e 7 remeteram-no à Plenária, grupos 2, 3, 4 e 6 aprovaram-no na íntegra, grupo 8 suprimiu-o, grupos 9 e 10 sem informação). Encaminhada a votação, foi mantida a redação original por

ampla maioria, a saber: **TR 22.1.e. e que, além de salas de aula, a criação de novos campi/universidades não prescindia da imediata instalação, com planos de futura ampliação, de bibliotecas e de laboratórios didáticos e de pesquisa, com quadro técnico-administrativo condizente com as funções a serem desempenhadas.** O presidente da Mesa encaminhou então a votação do TR 22 tendo sido o mesmo aprovado por ampla maioria. Iniciando a discussão do TR 23, foi informada a situação nos grupos em relação aos três itens (grupos 1, 4, 5, 6, 7 e 10 remeteram-no à Plenária, grupo 3 rejeitou-o, grupo 9 sem informação e grupos 2 e 8 aprovaram substitutivos ao TR todo). A votação foi encaminhada pela manutenção do texto sem prejuízo de modificações contra a supressão do texto, tendo sido aprovada a manutenção do texto sem prejuízo de modificações. Em seguida, foram apreciadas as propostas de substituição dos grupos 2 e 8, tendo sido aprovada por ampla maioria a proposta do grupo 2, a saber: **TR 23 - O 22º CONGRESSO indica que o GTPE e GTC&T, com urgência: a) realizem uma reunião para resgatar, sistematizar e consolidar as propostas já elaboradas e aprovadas nas instâncias do ANDES-SN, referentes à pós-graduação; b) juntamente com a diretoria nacional, solicitem audiência com o MEC para discutir especificamente a pós-graduação; c) estudem a proposta apresentada pela ADUSP quanto à construção de uma nova modalidade de análise tanto do sistema nacional quanto dos programas de pós graduação, que leve em conta os aspectos qualitativos característicos da formação em cada área do saber; d) - debatam os critérios de avaliação utilizados para os programas de pós-graduação e a pertinência da CAPES como responsável por esse processo; e) - reivindicuem a suspensão imediata do incentivo à diminuição dos prazos de duração dos cursos de mestrado e doutorado bem como as restrições relativas à idade mínima.** O TR 24 foi considerado contemplado nos TR aprovados anteriormente. Sobre o TR 25, item 1 (situação nos grupos: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 2 aprovou-o com modificações) foi encaminhada a votação da seguinte forma: manutenção do texto original contra a redação do texto proposta pelo grupo 2, a saber: **TR 25.1. "Lutar para garantir políticas de formação de professores por meio de cursos de graduação plena, presenciais com, pelo menos, quatro anos de duração, oferecidos em instituições de ensino superior que contemplem, de forma articulada, as dimensões pedagógicas e de conteúdo específico, e que realizem, de forma indissociada, atividades de ensino, pesquisa e extensão."**, tendo sido a alteração de redação proposta pelo grupo 2 aprovada por ampla maioria. Sobre o TR 25, item 1 (situação nos grupos: 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 2 aprovou-o com modificações) foi encaminhada a votação da seguinte forma: manutenção do texto original contra a redação do texto proposta pelo grupo 2, a saber: **TR 25.2. "Lutar para garantir políticas de aperfeiçoamento docente continuado por meio de cursos presenciais adequados e não só por treinamento em serviço."**, tendo sido a alteração de redação, proposta pelo grupo 2, aprovada por ampla maioria. O TR 26 tinha a seguinte situação nos grupos - grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 2 estava sem informações. Após esse informe, a Mesa abriu para destaques e houve destaque de supressão. Encaminhada a votação pela manutenção do texto contra a supressão, foi aprovada por ampla maioria a supressão do TR 26. O TR 27 tinha a seguinte situação nos grupos - grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 2 estava sem informações. Após esse informe, a Mesa abriu para destaques e houve destaque de supressão de parte do texto, ficando o texto proposto com a seguinte

redação: 1)O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN realize gestões efetivas, com a maior ênfase possível, junto aos Poderes da República, pela revogação da Lei 9192/95; 2) realize, por meio do GTPE, um levantamento junto à Câmara dos Deputados, visando a acompanhar o processo de tramitação de projetos que modifiquem a Lei 9192/95 e outros relativos ao tema. 3) reitere a resolução do 41º CONAD (Pelotas, 2000) que determina: Que as Seções Sindicais retomem e aprofundem a discussão sobre a eleição de dirigentes, encaminhando o debate sobre: a) o processo de escolha de dirigentes e a luta pela participação de todos os segmentos da comunidade; b) os processos específicos de cada instituição, juntamente com outras entidades representativas, tendo como referência a proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, que estabelece que a escolha de dirigentes nas IES deve ser realizada através de processos estabelecidos e finalizados nas próprias instituições; c) o caráter autoritário e antidemocrático da Lei 9192/95, bem como a necessidade de se construir o enfrentamento desta medida. 4) intensifique esforços junto a todas as forças acadêmicas, políticas, sociais e comunitárias do Brasil, passíveis de serem mobilizadas por todas as instâncias do Movimento Docente do ANDES-SN e pelas Seções Sindicais, articuladas com os segmentos estudantis e técnico-administrativos das IES públicas brasileiras, visando: a) retomar nestas instituições a discussão sobre a escolha de dirigentes, reiterando resolução do XVIII CONGRESSO (Fortaleza, 1998) que recomendava a articulação com os demais segmentos da comunidade universitária na intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase nos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias; b) empreender gestões, com ênfase redobrada, junto aos Poderes da República, pela efetiva consagração da Autonomia Universitária como definida nos artigos 205 e 207 da Constituição Federal, por meio de todas as instâncias devidas, de caráter acadêmico, patrimonial, financeiro e gerencial, removendo-se todos os vestígios da legislação autoritária remanescente, buscando-se sustar todas as afrontas à universidade; c) promover, em todos os espaços de relacionamento que se abrirem, o esclarecimento da opinião pública e da própria comunidade das IES públicas, a começar por suas instâncias dirigentes, bem como dos administradores públicos, dos políticos e da imprensa, para que a questão da democracia interna nas instituições de ensino superior torne-se tema nacional, de modo a consolidarmos, na opinião nacional, a autonomia de direito que conquistamos e ampliarmos a implementação dela até os reais limites constitucionais. Encaminhada a votação pela manutenção do texto original contra a alteração proposta e anteriormente transcrita, foi aprovada por ampla maioria, a proposta de modificação. O TR 28 tinha a seguinte situação nos grupos - grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 2 estava sem informações. Após esse informe, a Mesa abriu para destaques e houve destaque de supressão do TR todo. Encaminhada a votação, a proposta de supressão foi aprovado por ampla maioria. O TR 39 tinha a seguinte situação nos grupos - grupos 1, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 2 estava sem informações. Após esse informe, a Mesa abriu para destaques e houve destaque de supressão do TR todo. Encaminhada a votação, a proposta de supressão foi aprovada por ampla maioria. Em seguida, foi iniciada a discussão do TR 53, item 1, cuja situação nos grupos era a seguinte: grupos 1, 3, 4, 5, 6, 8 e 9 remeteram-no à Plenária, grupo 2 sem informações e os grupos 7 e 10 aprovaram-no com a recomendação de que se atualizasse o nome do caderno. Submetido à

votação, o item 1 do TR53 foi aprovado com a recomendação dos grupos 7 e 10. **O 22º CONGRESSO delibera que a Diretoria do ANDES-SN apresente uma versão atualizada e revisada da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, consubstanciada no Cadernos ANDES N°2 (Guaratinguetá, 1996), para apreciação do 46º CONAD, compatibilizando-a com deliberações posteriores de CONGRESSOS e CONADs. Recomendação: que seja atualizado também o nome do Caderno. Em seguida, foi iniciada a discussão do TR 53, item 2, cuja situação nos grupos era a seguinte: grupos 1, 3, 4, 5, 6, 8 e 9 remeteram-no à Plenária, grupo 2 sem informações e os grupos 7 e 10 suprimiram-no. Encaminhada a votação, foi aprovada, por ampla maioria, a supressão do texto do item 2 do TR53. Em seguida, foi iniciada a discussão do TR 54, cuja situação nos grupos era a seguinte: todos os grupos remeteram-no à Plenária. Aberta a discussão foi apresentado um destaque de modificação do texto, a saber: **O 22º CONGRESSO delibera que: 1 - O ANDES-SN indique às entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a realização do 5º CONED no 2º Semestre de 2004, tendo como objetivos a avaliação das políticas educacionais em curso no Brasil, tomando como referência o PNE-Proposta da Sociedade Brasileira e a preparação de subsídios para as discussões da Plataforma Mundial de Educação no FME. 2 - O ANDES-SN, integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sugira a articulação com o Fórum Mundial de Educação para a formulação da “Plataforma Mundial de Educação”, proposta na Declaração de Porto Alegre-janeiro de 2003.** O TR 55 foi considerado superado. O TR 56 foi considerado como já contemplado. A discussão do TR 57 foi iniciada e a situação nos grupos era a seguinte: todos os grupos remeteram-no à Plenária. Iniciada a discussão, foram abertas as inscrições e, após algumas intervenções, houve o encaminhamento do companheiro Bosi de que os TR 57 e 69 tratavam do mesmo assunto e poderiam ser votados um contra o outro. O companheiro Américo encaminhou contrariamente à proposta de encaminhamento de Bosi e a Mesa encaminhou a votação dos dois encaminhamentos, tendo sido vitoriosa, por maioria, a proposta de Américo de que se votassem os TR (57 e 69) em separado. O presidente da Mesa encaminhou então a votação do TR 57 (havia a proposta de manutenção do texto e a de supressão do texto) e a manutenção do texto foi vitoriosa por maioria. **TR 57 - Que o Sindicato Nacional constitua um grupo de trabalho para elaborar propostas de destinação de recursos fiscais mínimos para o custeio das IES públicas brasileiras. Estas propostas seriam posteriormente avaliadas pelo movimento como reivindicações a serem encaminhadas aos governos e aos poderes legislativos. É necessário que este grupo tenha em conta as particularidades das receitas tributárias relativas aos governos federal e de cada estado.** Em seguida, o presidente da Mesa encaminhou a votação do TR 69 e a manutenção do texto foi vitoriosa por maioria. **TR 69 -1. Que o ANDES-SN promova, por meio do GT Verbas e dos Setores das IFES e das IEES, estudos sobre as receitas tributárias dos estados e da União sobre os orçamentos das IFES, das IEES e sobre a evolução dos salários, visando a subsidiar a luta pela reposição salarial e pelo cumprimento do financiamento público integral das IES públicas. 2. Que as Seções Sindicais estimulem a construção democrática dos orçamentos em suas respectivas IES públicas, tomando como referência os princípios da gratuidade do ensino e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo que cada instituição apresente proposta de orçamento que contemple o financiamento público integral da IES pública.** O**

TR 64 foi considerado superado. A Mesa encaminhou a retomada do TR 74 referente à Política Educacional, que foi remetido da Plenária do Tema I para a Plenária do Tema III. O item que está com a seguinte redação: **“O 22º CONGRESSO delibera que as seções sindicais 1- avaliem, a partir de consulta às assessorias jurídicas, a possibilidade de apresentar denúncia ao Ministério Público contra a ausência de transparência por parte das fundações ligadas às IES públicas, no que se refere à administração dos recursos financeiros”**, foi aprovado por ampla maioria. O item, que está com a seguinte redação: **“3-realizem, no primeiro semestre de 2003, seminário sobre precarização do trabalho docente nas IES”**, foi aprovado por ampla maioria. A Mesa encaminhou a discussão do TR 33 (situação nos grupos – todos os grupos remeteram-no à Plenária) e abertas as inscrições houve uma proposta de aprovação do texto como RECOMENDAÇÃO, a qual foi submetida à Plenária e aprovada por ampla maioria. O texto ficou então com a seguinte redação: **O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova como recomendação: A) A realização, em conjunto com o GTSS/A, em Brasília-DF ou em Florianópolis-SC (APUFSC), no 1º semestre-2003, de um Seminário sobre a Política Nacional de Pesquisa Científico-Tecnológica de Medicamentos e Assistência Farmacêutica para preparar e organizar a participação do ANDES-SN e de suas seções sindicais na Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica. B) A realização, na ADUFF, no 2º semestre-2003, de um seminário nacional sobre a Pesquisa Oceânica nas Universidades Brasileiras para discutir a formação de pessoal, os tratados que envolvem os recursos naturais das bacias costeiras, os limites da costa brasileira e o Projeto Antártico. C) A realização, na Regional Leste, em Belo Horizonte-MG, de um encontro sobre Formas de Organização da Universidade e as Demandas Científico-Tecnológicas da Sociedade Brasileira, para discutir como a universidade deve organizar-se para melhor interagir com a sociedade e para responder aos desafios da construção do conhecimento. D) A realização, em conjunto com a Regional Nordeste-II e respectivas seções sindicais, de atividades durante a 55ª Reunião Anual da SBPC, em Recife-PE, de 13 a 18.7.03, para discutir ciência e tecnologia no novo governo, política industrial e inovação tecnológica, energia nuclear no Brasil e os tratados de não-proliferação de armas, a ética da ciência e dos pesquisadores e o financiamento da pesquisa no estado de São Paulo. E) A realização das seguintes atividades, em conjunto com as secretarias regionais: 1 – Norte I e Norte II – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os povos indígenas e as populações tradicionais, campos de estágio para interação com estudantes e docentes de outras regiões. 2 – Nordeste I, II e III – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os movimentos sociais, campos de estágio para a interação com estudantes e docentes de outras regiões. 3 – Sul – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os movimentos sociais, campos de estágio para a interação com estudantes e docentes de outras regiões. 4 – Rio Grande do Sul – Encontro sobre a Política de C&T nos países do Mercosul F) A realização, em conjunto com a Regional Rio e respectivas seções sindicais, de um debate, na Academia Brasileira de Ciência, sobre “A Pesquisa Científica e a Formação de Pessoal no Brasil”, para discutir os programas e projetos do MCT e buscar um diálogo com a ABC. G) A realização, em conjunto com a Regional São Paulo e Regional da SBPC/São Paulo, de um seminário sobre A Pesquisa Espacial Brasileira para discutir a pesquisa do setor, a formação de pessoal, o Centro**

de Lançamento de Alcântara e o SIVAM. H) A promoção, em conjunto com as secretarias regionais, de discussões sobre a Lei da Propriedade Intelectual e suas implicações para a pesquisa científico-tecnológica e para a indústria no Brasil. I) A realização, em conjunto com as Secretarias NE I e II e respectivas seções sindicais, de um seminário sobre a pesquisa científico-tecnológica no semi-árido e a transferência dos resultados para região. A seguir foi iniciada a discussão do TR 65 (situação nos grupos – todos os grupos remeteram-no à Plenária), houve algumas intervenções e foi apresentada uma proposta de modificação do texto pelo companheiro Paulo Rizzo, a saber: “TR 65 - O 22º CONGRESSO do ANDES – SN aprova: 1 – Que o GT de Ciência e Tecnologia do ANDES-SN realize um estudo aprofundado do processo de transformação crescente das unidades de pesquisa do MCT em Organizações Sociais, observando-se ali a concretização explícita e antecipada da maioria das propostas do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica ainda e discussão; 2 – A realização de um seminário nacional, durante o primeiro semestre de 2003, com a participação do MCT, sociedades científicas e de pesquisa tecnológica e o setor industrial para discutir a política científica e tecnológica do novo governo (MCT)**”. Encaminhada a votação pela manutenção do texto ou proposta de modificação apresentada pelo Paulo Rizzo, foi vencedora, por maioria, a proposta de modificação. A Mesa encaminhou a discussão sobre o TR 66 (situação nos grupos – todos os grupos remeteram-no à Plenária) e os presentes consideraram superado o item 1 do TR 66. Sobre o item 2 do mesmo TR, foi indicada a supressão da palavra “distribuição”, tendo sido a mesma aprovada por maioria e ficando a redação final aprovada da seguinte forma: **O 22º CONGRESSO delibera por: 2 - Lutar pela revisão da política dos fundos setoriais de forma a atender todos os setores da universidade**. Sobre os itens 3, 4 e 5 do mesmo TR, foi apresentada a proposta de transformação em recomendação, tendo sido aprovada por ampla maioria com a seguinte redação: **O 22º CONGRESSO recomenda que o ANDES-SN 3 - participe de forma mais efetiva da discussão para elaboração de uma política de informática para o país. 4 e suas seções sindicais, por meio do GTCA, elaborem uma política de informática para o sindicato, inclusive com a possibilidade de substituir, o mais breve possível, o software de seus computadores, substituindo o software proprietário por software livre e de código aberto. 5 - participe mais efetivamente da luta para a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia nacional de televisão digital**. Sobre os itens 6 e 7 do mesmo TR, foi aprovada, por ampla maioria, a sua manutenção com a redação original, a saber: **6 - Lutar pela aprovação de uma projeto de lei proibindo o uso de transgênicos no país. 7 - Lutar pela revogação da lei de patentes**. Discutido e votado todo o TR 66, a Mesa encaminhou a votação do mesmo com todas as modificações e supressões aprovadas, tendo sido o mesmo aprovado por ampla maioria. A Mesa iniciou então a discussão do TR 67 (situação nos grupos – todos remeteram-no à Plenária) encaminhando a votação, tendo sido o TR 67 aprovado, por ampla maioria, com a redação original: **O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN: engaje-se na Campanha Mundial pelo reconhecimento das sementes como patrimônio da humanidade, articuladamente com os movimentos sociais comprometidos com esta luta como MST e Via Campesina, produzindo um cartaz nacional com esta temática, e somando-se efetivamente ao calendário deste movimento, junto às demais organizações. Em relação ao TR 72, a situação nos grupos foi a seguinte – todos os grupos remeteram-no à Plenária, sendo que, ao serem****

abertas as discussões sobre o TR, foi apresentada a proposta de transformar todo o TR em RECOMENDAÇÃO, a qual foi aprovada por ampla maioria com a redação original: 1 - Intensificar a discussão no GT C&T do ANDES-SN no sentido de resgatar a discussão acumulada e as propostas anteriormente elaboradas pelo Sindicato para esta área (Caderno 2 do ANDES-SN e demais documentos). 2 - Realizar um seminário nacional do ANDES-SN, com a finalidade de elaborar propostas com vista a um modelo nacional de políticas de ciência & tecnologia, voltado para as questões sociais e ao desenvolvimento do país na construção de uma sociedade justa e igualitária. 3 - Intensificar a inserção e o diálogo do ANDES-SN com outras entidades da sociedade civil organizada, incluindo as sociedades científicas e a SBPC, no sentido de procurar estabelecer espaços para a construção de propostas para a elaboração de um novo modelo nacional de ciência & tecnologia. Em seguida, a Mesa iniciou a discussão do TR 35, que tinha a seguinte situação nos grupos – grupos 1, 2, 3, 4, 5, 7, 8, 9 e 10 remeteram-no à Plenária e o grupo 6 aprovou-o com modificações. O item 1 do TR foi aprovado, por ampla maioria, com a proposta de alteração de redação do grupo 6, ficando com a seguinte redação: **TR 35.1.1 – O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN 1.1 - realize, em 2003, o III Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, com vista a atualizar a discussão e os encaminhamentos sobre a questão agrária no Sindicato e aprofunde a relação com as entidades dos movimentos sociais de luta pela terra.** Os demais itens (2 e 3) foram aprovados por ampla maioria com a redação original, a saber: **2 – retomar contatos e rearticular-se com as organizações que lutam pela terra e discutem a questão agrária com os objetivos de discutir e implementar ações que tratem de: a) denúncias de violências promovidas contra os que lutam pela terra; b) combate à criminalização dos movimentos sociais; c) consolidação e ampliação da rede de pesquisadores sobre a questão agrária, existente no MST, ampliando-se essa articulação para a Via Campesina. 3 – Investir na rede de pesquisadores comprometidos com movimentos sociais, para contribuir na elaboração de um projeto popular de desenvolvimento agrário, junto à Via Campesina, que congrega o MST, o MPA, o MAB, a CPT, entre outros movimentos sociais.** A recomendação foi rejeitada por ampla maioria. O companheiro Rodrigo apresentou proposta de inclusão de um novo item ao TR (item 4), a saber: **“Articule uma política nacional e sistemática das IES com os movimentos sociais organizados, no sentido de propiciar aos camponeses o acesso ao ensino superior público”**, a qual foi aprovada por ampla maioria. O último TR em discussão no tema III – TR 70 (situação nos grupos – todos remeteram-no à Plenária) foi aprovado por ampla maioria, com a redação original: **1 – Que o ANDES-SN, com recomendação as Seções Sindicais, intensifique as ações no sentido de estreitar as relações com os trabalhadores do campo, com a perspectiva de encontrar as lutas que taticamente nos unifiquem, principalmente em relação à luta pelo direito à terra, defesa ambiental e preservação da vida, vinculando-as na rede de pesquisadores comprometidos com os movimentos sociais. 2 – Que o ANDES-SN, com recomendação as Seções Sindicais e articuladamente com entidades civis, parlamentares e todos aqueles que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos, se engaje na campanha do povo Xukuru encaminhando e-mail, fax e cartas para a Presidência da República, Ministério da Justiça, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Funai e para o Procurador Geral da República, exigindo das autoridades brasileiras que, conforme determina a Constituição**

Federal, cumpram as reivindicações do povo Xukuru como única forma eficaz de resolver o problema da demarcação de suas terras, inclusive com a imediata retirada de todos os invasores do seu território. 3 – Que o GTPA do ANDES-SN, articuladamente com os GTPAs locais e entidades civis, parlamentares e militantes que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos, coordene a elaboração de um Dossiê Sobre a Situação dos Povos Indígenas Brasileiros, para fins de denúncia e subsídio na formulação de suas teses, contendo o mapeamento das áreas de conflitos pelo direito a terra dos povos indígenas em todo território nacional. O presidente da Mesa encerrou os trabalhos, saudando todos os presentes e comunicando que a Plenária de Encerramento iniciar-se-á logo em seguida. Nada mais havendo a tratar, eu Cláudia March Frota Sousa, lavrei a presente ata que, após lida, será assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Cláudia March Frota Sousa
2ª Secretária

José Domingues de Gody Filho
Presidente

ATA DA PLENÁRIA DE ENCERRAMENTO

Instalada desde às dezenove horas do dia treze de março de 2003, iniciou-se às quatro horas e cinqüenta e oito minutos do dia 14 de março de 2003, a sessão de encerramento do 22º CONGRESSO. A Mesa foi composta pelos companheiros Luiz Carlos Gonçalves Lucas, presidente do ANDES-SN; Celi Zulke Taffarel, secretária geral do sindicato; José Vitório Zago, 1º tesoureiro do sindicato; Rosilda Silva Dias, 2ª vice-presidente da Regional Nordeste I e Edna Magalhães, presidente da ADUFPI. O presidente da Mesa passou, de imediato, a palavra à secretária geral do sindicato para apresentação das moções, propondo que elas não fossem lidas, mas apresentadas em sínteses orais, devido à exigüidade do tempo. As moções foram aprovadas por unanimidade. O congresso prestou homenagem póstuma ao companheiro Genildo Batista (assessor do deputado Ivan Valente). A secretária geral leu a carta de Teresina, que sintetiza a produção do congresso e ressalta as perspectivas para ano de 2003. Dando seqüência aos trabalhos, o presidente da Mesa externou os seus mais profundos agradecimentos às equipes de apoio do evento, à comissão organizadora, aos companheiros da ADUFPI pela acolhida carinhosa e expressou a sua solidariedade aos diretores que coordenaram as mesas das sessões plenárias, em especial, a do Tema I. Em seguida, a Mesa passou a palavra à companheira Rosilda Silva Dias, 2ª vice-presidente da Regional Nordeste I, que fez um breve discurso ressaltando os desafios impostos pela conjuntura e a importância de nos mantermos mobilizados. O Professor Lucas passou a palavra à companheira Edna que fez um pronunciamento sobre a relevância do congresso para os docentes da ADUFPI e para o movimento docente, pelas decisões importantes tomadas neste evento, que requerem compromisso político de todos os docentes. Por fim, o prof Lucas proferiu um conciso e enfático discurso sobre o significado deste evento para os rumos políticos do Sindicato e conclamou os congressistas a assumirem as importantes tarefas traçadas para movimento docente. Nada mais havendo a ser tratado, foi, por esta Plenária, encerrado o 22º CONGRESSO do ANDES-SN, e eu Celi Zulke Taffarel, lavrei a presente ata que será assinada por mim e pelo presidente da Mesa.

Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente

CARTA DE TERESINA

Às vésperas de mais um anunciado holocausto promovido pela necessidade do capital imperialista de reconstituir seus lucros e avançar numa ainda maior concentração de poder econômico e militar, no controle geopolítico sobre as fontes petrolíferas e toda a região do Oriente Próximo, via imposição de uma guerra covarde e genocida, 356 delegados e observadores, representando 67 (sessenta e sete) Seções Sindicais, reuniram-se, no 22º CONGRESSO do ANDES-SN, em Teresina, Piauí, de 8 a 13 de março de 2003, para aprovar o Plano Geral de Lutas do Sindicato, frente aos imensos desafios colocados pela conjuntura nacional e internacional.

Mais do que nunca é preciso dar à palavra mudança o significado de transformação social. A postura de autonomia sindical é essencial para o desenvolvimento da luta.

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirmou sua solidariedade internacionalista ao povo do Iraque, à heróica luta do povo palestino, exemplo histórico de resistência popular antiimperialista e à luta de todos os povos latino-americanos, em especial, neste momento, com os trabalhadores da Argentina, Bolívia e Venezuela que, resistindo à ofensiva do capital e aos golpes imperialistas, apontam uma perspectiva de transformação revolucionária que abre uma nova etapa da luta pela unidade socialista da América Latina.

O balanço realizado no 22º CONGRESSO confirma o quadro de crise generalizada no mundo e, em especial, na América Latina, território onde se realizam profundos processos da luta das massas contra a exploração capitalista e as avassaladoras investidas imperialistas para impor o domínio americano sobre todos os povos, classes trabalhadoras e nações. A implementação das políticas neoliberais, cujo cerne é a retirada de direitos dos trabalhadores, é viabilizada pelas chamadas reformas do Estado.

Essas políticas vêm, há mais de uma década, se traduzindo em abertura desregrada das fronteiras nacionais, perda do patrimônio nacional, privatizações, desarticulação das cadeias produtivas, endividamento externo, aprofundamento da dependência. As contra-reformas empreendidas por FHC trouxeram conseqüências dramáticas: desemprego, trabalho precário, destruição dos serviços públicos, ataques a direitos e conquistas históricas dos trabalhadores. O que surpreende é que hoje se pretenda, como ontem, com Collor e FHC, fazer do funcionalismo público o responsável pela crise que vivemos, desviando a atenção dos verdadeiros responsáveis pela secular exploração e opressão do nosso país, a saber, o grande capital internacional, sobretudo financeiro, suas instituições e seus aliados e as classes dominantes brasileiras.

As políticas e medidas até aqui anunciadas pelo governo, na continuidade da Carta aos Brasileiros (Julho de 2002), de manutenção do acordo de agosto/2002 com o FMI (firmado por FHC), de constituição de um ministério a que são alçadas figuras empresariais como Henrique Meirelles, Luiz F. Furlan e Roberto Rodrigues chocam-se frontalmente com as aspirações dos trabalhadores responsáveis pela vitória eleitoral.

Premido pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas, por um lado, e pelas exigências ditadas pelo imperialismo, por outro, o governo atual aplica e aprofunda a política macroeconômica dos que foram derrotados nas urnas, em

2002: continuidade do pagamento da dívida externa, elevação do superávit fiscal primário para 4,25% do PIB, elevação da taxa básica de juros para 26,5% e, sobretudo, a continuidade da política salarial e das reformas indicadas por FHC. Nenhuma política econômica foi alterada. Todas foram reforçadas.

No centro da continuidade das “reformas”, está a da Previdência. O governo acaba de anunciar a urgência na votação do PLP 09/99, pressionando o Congresso Nacional para acelerar a sua tramitação. A eventual aprovação do PLP regulamentaria os dispositivos da EC nº 20/98, que fixa um teto para a aposentadoria dos servidores e introduz a Previdência Complementar Privada. O caminho da privatização integral da Previdência estaria aberto, bem como se estabeleceria um vasto terreno de rapina para as seguradoras. A esta política o povo brasileiro já disse NÃO repetidas vezes, inclusive nas eleições de 2002.

Eis porque nos negamos a abrir mão do direito de estabelecer nossas pautas de reivindicações, de organizar a luta pelo seu cumprimento e negociar com governos e patrões a partir delas. E não reconhecemos como instância de negociação o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social, instrumento privilegiado para a elaboração e legitimação de medidas que tentam suprimir o inalienável direito dos trabalhadores de lutarem e negociarem a partir dos interesses exclusivos da classe. Ao tentar-se diluir estes interesses, no âmbito de um ilusório bem comum social, ataca-se não só a independência dos sindicatos, mas a base da própria democracia, a saber, o direito de livre expressão política dos interesses de classes contraditórios e antagônicos. A composição do CODES, feita por indicação governamental e sem qualquer consulta à sociedade, com uma esmagadora maioria das classes patronais, de empresários, membros do governo e de ONGs, contra uma pequena minoria de representantes dos trabalhadores, indica o seu caráter legitimador das propostas que visam à destruição das conquistas sociais e democráticas das maiorias populares. Por isto, votamos que a CUT, Central única dos Trabalhadores, à qual estamos filiados, saia do Conselho. Por isto, dizemos: negociação, sim; pacto social, não!

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN expressou sua firme convicção de que o povo trabalhador não abrirá mão da vitória obtida contra FHC, em 2002, e não aceitará que os derrotados e os exploradores sigam ditando a política do país. Nós, docentes das universidades brasileiras, temos completa confiança em que, ao lado dos demais trabalhadores, saberemos dar seguimento às vitórias de 2002, agora pelo método da luta cotidiana, fundada na independência e autonomia de nossas entidades.

Organizamos, desde já, nesse espírito, a resistência ao PLP 09/99 para barrar sua tramitação e conquistar sua retirada. Para tanto, o 22º CONGRESSO do ANDES-SN encaminha para apreciação das suas Seções Sindicais o indicativo de greve com o conjunto dos servidores públicos do país.

O 22º CONGRESSO compreende que esta luta diz respeito ao conjunto dos trabalhadores, particularmente aos servidores públicos, razão pela qual o movimento docente irá se empenhar no fortalecimento da articulação com as demais categorias dos servidores, em âmbitos federal, estadual e municipal e exigirá que a CUT tenha papel relevante na organização da luta.

O lugar estratégico que devem ocupar a luta sindical e as tarefas do sindicalismo classista, independente e autônomo, assume, portanto, um caráter necessário, urgente e vital. Não podemos somente reagir a medidas encaminhadas e aprovadas ou legitimar propostas de reforma. O papel do sindicalismo classista e combativo é agir, barrar, impor derrotas à pretensão do capital de fazer dos países

endividados os financiadores da guerra e fazer dos direitos duramente conquistados, em anos de luta, fonte de lucros do capital especulativo. Contra o discurso que pretende que o sindicalismo rebaixe suas bandeiras e abra mão de seus meios de luta, sob pena de incorrer em “corporativismo”, reivindicamos para os trabalhadores a vigência da organização de classe independente.

Ao discutir seu Plano de Lutas, o ANDES-SN reafirma suas bandeiras históricas: contra as guerras imperialistas; Contra a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo; Contra a entrega da Base de Alcântara; Não à ALCA e OMC; Por um plebiscito oficial sobre a ALCA; Pela retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA; Contra a Reforma da Previdência, em defesa da previdência pública, solidária, em regime de repartição; Não ao PLP 09/99 ou qualquer reforma que institua a previdência complementar e os fundos de pensão; Em defesa da educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, em todos os níveis, e dos serviços públicos em geral; Pela liberdade de organização e prática sindicais; Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego; Reajuste salarial já! Fora o FMI! Não ao pagamento da dívida externa; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Contra as reformas que atacam as conquistas e as condições de vida dos trabalhadores; Contra as “reformas” e pactos que retirem direitos dos trabalhadores; Negociação, sim, pacto social, não; Pela reestatização das empresas privatizadas; Contra a participação no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social; Não à autonomia do Banco Central; Fora Israel dos territórios ocupados da Palestina.

O 22º CONGRESSO aprofundou a discussão da nossa organização democrática e aprovou alterações estatutárias como a criação das Seções Sindicais Multiinstitucionais, no sentido de ampliar e fortalecer a organização na base e ampliar as possibilidades de sindicalização dos que vêm sofrendo a forte investida da superexploração do trabalho docente nas instituições particulares de ensino.

As políticas sociais aprovadas no 22º CONGRESSO apontam, ainda, para a defesa da educação pública, gratuita, laica, socialmente referenciada, indicam o PNE da sociedade brasileira como parâmetro para as definições na política educacional, defendem o projeto de universidade do ANDES-SN, historicamente construído pelo Movimento Docente, que prevê a autonomia universitária, segundo o Artigo 207 da Constituição Federal, o financiamento público para a educação pública, a carreira e política de capacitação docente. Apontam também a rejeição do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica.

Com esta orientação, o ANDES-SN continuará participando das lutas internacionais e nacionais contra a ALCA e a OMC e contra a mercantilização dos serviços públicos. Participará da CNESF e entrará nos congressos estaduais e nacional da CUT para que esta adote um preciso programa e plano de lutas contra as reformas de destruição dos serviços públicos, impulsionando, assim, a perspectiva classista e combativa do sindicalismo, no Brasil, colocando-nos na primeira fileira dos que buscam fazer com que o sentido da mudança seja o das transformações sociais.

A população brasileira indicou, claramente, sua vontade de alterar as condições políticas e sociais que vêm, secularmente, destruindo e negando sua possibilidade de existência. O ANDES-SN reafirma a necessidade e o desejo de ser sujeito histórico ativo nas lutas pelo processo de transformação social.

Teresina, 13 de março de 2003

MOÇÕES

1 - MOÇÃO DE REPÚDIO

O MOVIMENTO DOCENTE E A LUTA DO POVO XUKURU PELA RETOMADA DAS SUAS TERRAS EM PERNAMBUCO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, diante dos graves fatos recentes que atingiram o **Cacique Marcos Luidson de Araújo** e o **Povo Indígena Xukuru**, na cidade de Pesqueira, estado de Pernambuco, e com base em documentos subscritos e tornados públicos por entidades civis, parlamentares e militantes que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos no Estado de Pernambuco, repudiam veementemente:

1 - a atitude criminosa dos **mandantes e dos executores da** chacina contra índios Xukuru, ocorrida na manhã do dia sete de fevereiro de 2003, no trecho da estrada que liga a cidade de Pesqueira à Vila de Cimbres, estado de Pernambuco, onde dois índios foram brutalmente assassinados em uma covarde emboscada tramada por um grupo de pistoleiros a serviço de fazendeiros da região contra o **cacique Marcos Luidson de Araújo** (filho do Cacique Xicão), que sofreu graves ferimentos por projéteis de armas de fogo;

2 - a postura parcial da **imprensa falada e escrita de Pernambuco** que, ao noticiar a chacina contra os índios Xukuru como sendo resultante de intrigas entre facções indígenas, distorceu e camuflou a veracidade dos fatos pois, diferentemente do que foi amplamente divulgado com ressonância nacional, a chacina é, como se sabe, consequência de um cruel processo de dizimação do povo Xukuru, comandado e arquitetado pelos fazendeiros que querem as terras dos índios a todo custo;

3 - a falta de efetiva vontade política e de capacidade operacional das **instituições federais em Pernambuco** (Polícia Federal, Procuradoria da República e Ministério Público Federal), caracterizada pela omissão, pela deficiência, e, às vezes, pela parcialidade de suas atuações, que não foram capazes de elucidar esta chacina e os inúmeros assassinatos em consequência do conflito pela posse da terra Xukuru, deixando impunes, até os dias atuais, todos os criminosos sabidamente envolvidos, ou sob suspeição.

Enviar para: Presidente da FUNAI
Conselho Indigenista Missionário (CIM)

Teresina, 13 de fevereiro de 2003.

2 - MOÇÃO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, repudiam a aplicação do Exame Nacional de Cursos (Provão) por considerá-lo um desserviço ao país na medida em que tem servido para escamotear a real situação da educação superior brasileira, pois:

- “avalia” o aluno e não o processo educacional (sobretudo o projeto político-pedagógico da instituição e sua aplicação), não oferecendo alternativas ao estudante com pretensão mau desempenho;
- pretende avaliar o futuro desempenho profissional do estudante, mas o faz de forma pedagogicamente inconsistente, pois a atuação do dentista, do fisioterapeuta, do médico, do professor não pode ser aferida por meio de uma prova escrita, pontual e restrita;
- no critério comparativo, atualmente adotado pelo MEC, vários cursos em instituições de ensino superior, cujos alunos apresentaram péssimo desempenho no Provão, têm, mesmo assim, obtido conceitos A e B na Avaliação Oficial, enganando a sociedade, com o aval do governo;
- várias instituições privadas já criaram “cursinhos”, visando ao simples treino de seus alunos quanto a questões prevalentes no Provão, desvirtuando a verdadeira finalidade do ensino, a formação ampla e de qualidade;

- não se constitui em instrumento conveniente para a avaliação do ensino superior, pelo que traz conseqüências deletérias à real avaliação da qualidade do ensino;
- em seu lugar, o Censo de Educação Superior e a Avaliação Institucional, incluindo a Avaliação das Condições de Ensino, poderão ser utilizados como instrumentos que, reconceituados e mais bem estruturados, irão desempenhar a função adequada de Avaliação da Qualidade do Ensino Superior.

Apresentada por ADUSP, ADUNESP, ADUFSCar, ADUNIFESP ADUNICAMP, E ADUNIMEP

Enviar para: Ministro da Educação
INEP/MEC
Agências de Notícias

3 - MOÇÃO

“Verbas Públicas para o ensino público”

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, denunciam e repudiam a proposta da Secretaria Estadual de Educação de São Paulo de instituir bolsas para 25 mil estudantes carentes, em Instituições de Ensino Superior privadas, sem vincular essa concessão à qualidade do ensino oferecido pelas mesmas, por considerar que:

- as verbas públicas seriam aplicadas de forma socialmente mais consistente e, mesmo mais eficiente, na ampliação de vagas nas universidades estaduais, mantendo e/ou ampliando sua qualidade, reconhecidamente superior;
- da forma como foi estruturado, o programa da Secretaria de Educação do Estado de São Paulo mais parece encobrir uma ação de ajuda às faculdades da rede privada, várias enfrentando sérios problemas com altas taxas de inadimplência.
- ao exigir do estudante, como contrapartida, prestação de serviço nas escolas públicas do ensino básico, esta modalidade de intervenção estatal pode, ademais, influir negativamente também neste nível de ensino.

Proponentes: ADUSP, ADUNESP, ADUFSCar, ADUNIFESP, ADUNICAMP e ADUNIMEP.

Enviar para: Secretaria Estadual de Educação de São Paulo
Agências de Notícias

Teresina-PI, 13 de fevereiro de 2003.

4 – MOÇÃO DE APOIO E DE REPÚDIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam o seu irrestrito apoio aos professores de 1º e 2º Graus do CEFET-PI, pelas razões a seguir expostas.

O CEFET-PI vem mantendo vários docentes do seu quadro em desvio de função. Atualmente são oferecidos 14 cursos de nível superior (10 de Tecnólogos e 4 de Licenciaturas) que funcionam sem professores concursados, visto que jamais foi feito concurso e/ou preenchimento de cargo de professor de nível superior.

O Ministério Público Federal no Piauí já recebeu Representação sobre o desvio de função dos professores. Foi feita Petição junto à SEMTEC para resolver o problema dos professores, uma vez que a Diretoria do CEFET-PI os tem obrigado a ministrar aulas nos cursos superiores, sem concurso e/ou preenchimento de cargo de professor de nível superior, além de não lhes conceder a GED (Gratificação de Estímulo à Docência) referente a tal nível.

Manifestam também seu repúdio à lamentável atitude da Diretoria do CEFET-PI.

Proponente: Francisco Martins de Sousa - SINDUECE

Para:

- Diretoria do CEFET-PI
Rita Martins de Cássia
Praça da Liberdade, 1597 - Teresina-PI

- CONDSEF
- Ministro da Educação e Secretário da SEMTEC/MEC

5 – MANIFESTAÇÃO DE PESAR

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, transmitem aos familiares do companheiro Genildo, ao deputado Ivan Valente e à sua assessoria o seu reconhecimento pela inestimável contribuição que, como bravo combatente socialista na luta contra a ditadura e pela construção de uma sociedade justa, fraterna e solidária, deu à causa da Educação Pública e o profundo pesar pelo seu falecimento, constatando que Genildo deixa, como ser humano e profissional, lacuna impossível de ser preenchida.

No momento em que os docentes discutiam em grupo as propostas de política educacional, que constam da programação do 22º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES – SN), foi recebida a triste notícia do falecimento do companheiro Genildo Batista.

A coincidência dessa lamentável notícia com a discussão educacional que estava sendo travada trouxe à lembrança dos que conviveram com Genildo seu imprescindível papel, na qualidade de assessor do deputado federal Ivan Valente (PT), na elaboração de textos e ações que encaminharam a tramitação da LDB e do Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira.

Teresina, 11 de março de 2003

Proponentes: Delegados da ADUSP
Enviar para: Familiares, dep. Ivan Valente e Assessoria

6 - MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, repudiam o ato do Governador do estado de Goiás, Marconi Perillo (PSDB-GO) que, por meio do Decreto nº 5715, de 06/02/2003, demitiu mais de 150 professores e cortou 2h/aulas das atividades de todos os professores da Universidade Estadual de Goiás.

A demissão desses professores traz significativo prejuízo às atividades de ensino, pesquisa e extensão, já prejudicadas pelas condições precárias de trabalho docente desenvolvidas na instituição, no momento em que a reitoria anuncia a expansão de novos cursos para a universidade.

Sob o argumento de ter que cumprir a Lei de Responsabilidade Fiscal, o ato autoritário do Governador Marconi Perillo aprofunda a crise na instituição que tem, no seu quadro docente, a maioria dos professores contratados provisoriamente. Para garantir o restabelecimento das condições mínimas de ensino, pesquisa e extensão, exigimos a imediata reintegração dos professores demitidos.

Proponentes: Delegados da ADUFG

Enviar para: Marconi Perillo (PSDB-GO) Governador do estado de Goiás e Denise de Carvalho, Secretária de Ciência e Tecnologia

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

7 - MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam solidariedade aos professores da Universidade Estadual de Goiás demitidos autoritariamente pelo Governador Marconi Perillo (PSDB-GO).

No contexto da defesa da universidade pública, gratuita, democrática, laica e socialmente referenciada, é inadmissível ato de tal irresponsabilidade e arbítrio, como o praticado pelo governo do estado de Goiás em frontal ataque à autonomia universitária penalizando toda a comunidade escolar pelo desgoverno de suas contas públicas.

Proponentes: Delegados da ADUFG

Enviar para:

- Professores da Universidade Estadual de Goiás
- Marconi Perillo (PSDB-GO) Governador do estado de Goiás
- Denise de Carvalho, Secretária de Ciência e Tecnologia

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

8 - MOÇÃO DE REPÚDIO AO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, repudiam e denunciam a ação cruel do governador do estado do Piauí, Wellington Dias, do Partido dos Trabalhadores, que demitiu 14.500 (quatorze mil e quinhentos) servidores prestadores de serviço do Estado do Piauí.

Nestas demissões, estão incluídos servidores(as), gestantes, doentes graves, deficientes, idosos e outros, muitos com mais de 10 anos de trabalho. Estes trabalhadores foram demitidos da forma mais perversa possível, sem nenhuma garantia dos seus direitos trabalhistas. Muitos foram despedidos com apenas um telefonema, ou até mesmo tomaram conhecimento pela imprensa local. O desespero tomou conta de muitos pais e mães de família, alguns já cometeram até suicídio.

Enquanto isso, o governo justifica este festival de demissão em nome da “legalidade e moralidade” dos serviços públicos e em obediência a uma liminar da justiça do trabalho e em respeito à Constituição Brasileira, citando o art. 37 que trata do acesso ao serviço público por meio de concurso. Mas é apenas um falso discurso quando, na verdade, o governador já anunciou que vai terceirizar os setores da limpeza, vigilância e outros, numa demonstração clara que seu objetivo é privatizar os serviços públicos. Uma grande contradição também é a de não respeitar a nossa Constituição, em seu art. 1º, no que diz respeito “à cidadania e à dignidade da pessoa humana” e os seus valores sociais do trabalho que são princípios fundamentais da vida. Ora, como assegurar esses direitos gerando mais desemprego?

A verdade é que o governador está demitindo com o objetivo de enxugar a máquina, reduzir gastos com serviços públicos e em cumprimento à LRF. O governo aplica a mesma política dos governos anteriores de continuar pagando todos os meses os juros da dívida externa e interna, sacrificando trabalhadores e favorecendo banqueiros e megaempresários, sobretudo os ligados ao FMI e ao Banco Mundial, remetendo todo mês a quantia de 23 milhões de reais para esses agiotas nacionais e internacionais.

Diante do exposto, exigimos que o governador Wellington Dias suspenda imediatamente todos os atos de demissão e que regularize a função de todos os servidores que estão trabalhando. E que realize concurso público para o quadro de necessidades e demanda do serviço público estadual.

Proponente: David Cavalcante – UFPE e Marcelo Barreto - UFPE

Enviar para:

- Governador do Estado do Piauí
- Secretário de Educação do Estado do Piauí

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

9 - MOÇÃO EM DEFESA DO PROF. SINÉSIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, apresentam a V.Exa. seu mais veemente repúdio ante as perseguições políticas ao sindicalista Professor Francisco Sinésio da Costa Soares (professor Délio), praticadas pela Prefeitura Municipal de Teresina-PI, em razão de que, na condição de Presidente eleito do Conselho dos Diretores das Escolas Municipais, orientou todos os diretores das Escolas Municipais de Teresina a não registrarem faltas no ponto dos grevistas, como queriam o Prefeito Firmino Filho e seu secretário da Educação Kleber Montezuma, quando da heróica greve de 27 dias dos Servidores Municipais do referido município, ocorrida em abril de 2002.

Consideramos um verdadeiro absurdo que um professor venha a ser retaliado por ter liderado um movimento que teve como pauta, não apenas melhorias salariais e das condições de trabalho da categoria, mas também a luta por uma educação pública, gratuita e de qualidade.

É inadmissível a exoneração do Prof. Délio do cargo de diretor do Escolão do Parque Piauí, para o qual foi eleito por voto universal, pela grande maioria da comunidade escolar, e como a retenção de seus salários, e, ainda, sua transferência para outra escola. Tais medidas, sem dúvida alguma, são um ataque não somente ao Professor Délio, mas a todos os sindicalistas do Piauí, ainda mais quando sabemos que a Prefeitura de Teresina, desde a greve, parou de descontar e repassar a contribuição sindical de seus servidores ao Sindicato dos Servidores Municipais – SINDSERM, cometendo crime contra a organização sindical, que organizou e dirigiu a referida greve.

Consideramos também um verdadeiro absurdo, prova maior da perseguição política perpetrada, que a abertura de três inquéritos administrativos forjados pelo Secretário Municipal de Educação, Kleber Montezuma, contra Professor Sinésio, para servir como ameaça de demissão, nos quais o sindicalismo foi inocentado diante de acusações totalmente descabidas.

Assim, exigimos o fim das perseguições políticas ao companheiro Francisco Sinésio da Costa Soares, seu retorno do professor a sua escola de origem e a realização de eleições diretas para a direção do CEC do Parque Piauí, que está sob intervenção do Secretário de Educação, bem como o restabelecimento do repasse das contribuições dos servidores ao Sindicato dos Servidores Municipais de Teresina – SINDSERM.

Proponente: David Cavalcante – UFPE e Marcelo Barreto - UFPE

Enviar para: Prefeito Municipal de Teresina - PI
Teresina-PI, 13 de março de 2003.

10 - MOÇÃO EM DEFESA DOS ESTUDANTES DA UFPI

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam repúdio e exigem o fim das perseguições políticas contra os Diretores do DCE da Universidade Federal do Piauí, Jonas Viteco Rosmann e Magno Vila Castro Júnior; e os estudante, Luzanildo Frazão, da Física, a bolsista Iranilda Pereira da Silva, o diretor do C.A de Filosofia, Erisvaldo Alves de Araújo, o ex-presidente do Grêmio do CAT, Francisco de Paula. As perseguições praticadas pelo reitor Pedro Leopoldino Ferreira Filho, têm como propósito calar o movimento estudantil, como fica evidenciado no relato a seguir:

No dia 31 de outubro de 2002, o Comitê Contra a ALCA da Universidade Federal do Piauí (UFPI), formado pela ADUFPI, SINTUFPI e DCE, organizou uma manifestação em frente à Reitoria daquela Instituição de Ensino Superior para manifestarem-se contra a política de sucateamento das universidades públicas e a implementação da Área de Livre Comércio das Américas. Na manifestação, o DCE mobilizou um grupo de 400 estudantes de diversos cursos da UFPI.

Uma comissão, formada por representantes do DCE, da ADUFPI e do Grêmio do Colégio Agrícola de Teresina – CAT, tentou uma audiência com o reitor para entregar a pauta de reivindicações do movimento estudantil e de docentes, além de protestarem contra a arbitrariedade do diretor do CAT, prof. José Fonseca Castelo Branco, que suspendeu o almoço dos estudantes naquele dia (31/10), em represália à panfletagem de mobilização realizada nas salas de aula.

O reitor negou, sem justificativas, a aceitar a audiência e, além disso, chamou as Polícias Federal e Militar e os vigilantes da UFPI para retirar os estudantes à força. Com efeito, logo em seguida, o reitor iniciou sua perseguição aos estudantes abrindo processos junto à Comissão de Processo Disciplinar e, apresentando queixa junto à Polícia Federal e Justiça Federal. Diante de fatos tão condenáveis, o arquivamento de todos os processos movidos contra os estudantes.

Proponente: David Cavalcante – UFPE e Marcelo Barreto - UFPE

Enviar para:

1 – Ministro da Educação e Secretário da SESU/MEC

2 - Francisco Hélio Camelo Ferreira
(Juiz Federal Substituto da 1ª Vara-PI)
Justiça Federal de 1ª Instância
Av. Antônio Freire, 1473, Ed. Sistel – Centro
64001-040 - Teresina-PI
Fax: (86) 215-1100

3 – Dr. Daniel Guimarães de Oliveira
Delegado de Polícia Federal
Superintendência de Polícia Federal do Piauí
Av. Maranhão, 1022 – Centro
64000-10 – Teresina-PI

4 – Reitor Pedro Leopoldino Ferreira Filho
Reitor – Campus da Iningá
64049-550 – Teresina-PI
fax: (86) 237-1812

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

11- MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, repudiam a atitude autoritária da Diretoria das Faculdades Montenegro, na cidade de Ibicaraí (Ba), que demitiu oito colegas que empreendem, desde 2001, luta contra o sucessivo atraso salarial. Entre eles, os dois diretores da APUNI – Seção Sindical e o companheiro Harmenz Van Rim Moraes de Assis, diretor da APUNI-SSind e 2º tesoureiro da Regional Nordeste III, do ANDES-Sindicato Nacional.

Proponente: Secretaria Regional Nordeste III – ANDES-SN

Enviar para: Diretoria das Faculdades Montenegro de Ibicaraí – Ba.

Imprensa Baiana (Jornal da Tarde, Correio da Bahia e Tribuna da Bahia).

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

12 - MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam irrestrita solidariedade aos colegas demitidos pela Direção das Faculdades Montenegro (Ibiraicaí-Ba), inclusive os companheiros dos diretores da APUNI-Seção Sindical e Harmenz Van Rim Moraes de Assis, 2º Tesoureiro da Regional Nordeste III.

Reconhecemos como dignificante a luta dos companheiros em defesa da livre organização sindical e contra atraso salarial desde 2001.

Proponente: Secretaria Regional Nordeste III – ANDES-SN
Enviar para: Harmenz Van Rim Moraes de Assis (2º Tesoureiro da Regional NE III)
Imprensa Baiana (Jornal “A Tarde”, Correio da Bahia,
Tribuna da Bahia)
Diretoria das Faculdades Montenegro.

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

13 - MOÇÃO DE APOIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, considerando

- que a ADUNEMAT S. Sindical do ANDES-SN encontrava-se instalada em um imóvel alugado nas proximidades da Universidade do Estado de Mato Grosso;
- que, na noite de 14 de janeiro de 2002, a ADUNEMAT foi vítima de um incêndio criminoso, que destruiu totalmente suas instalações, seu patrimônio material, móveis e equipamentos, inclusive o acervo que era constituído da memória de suas lutas empreendidas nos seus 15 anos de existência;
- que, mesmo a polícia já tendo chegado aos executores e ao mandante do ato criminoso e descartado qualquer conotação política, até o momento os danos causados não foram ressarcidos;
- que as políticas, conhecidas por nós, tentadas e implementadas pelo Governo do Estado de Mato Grosso, têm demandado uma atuação constante da ADUNEMAT, no sentido de defesa da universidade pública, gratuita e socialmente referenciada e dos direitos sociais dos trabalhadores;
- as tentativas do governo do estado e da direção da UNEMAT de implantar, apressadamente, proposta de reforma previdenciária de caráter privatista, por meio de fundos de pensão, que visam à destruição das conquistas e direitos sociais de servidores públicos;
- as características dessa universidade multicampi, a dimensão territorial do estado de Mato Grosso e as tarefas de organização colocadas para essa seção sindical, que conta com uma arrecadação pequena;
- a conjuntura política nacional e estadual na qual se faz importante o trabalho de organização e mobilização;
- as demandas colocadas para essa Seção Sindical e o fato criminoso que destruiu a sede da ADUNEMAT, colocando obstáculos e dificuldades para a realização do seu trabalho político,

apóiam e solidarizam-se com os companheiros da ADUNEMAT, indicando para o conjunto do ANDES-SN a destinação de ajuda material e financeira para que essa seção sindical restabeleça urgentemente a sua capacidade de luta que historicamente tem sido a sua marca.

Proponente: José Domingues de Godoi Filho
Mário Luiz Alves

Enviar para:

- Seções Sindicais e Diretoria do ANDES-SN
- Governador do estado do Mato Grosso
- Secretário de Ciência e Tecnologia

Teresina, 13 de março de 2003.

14 - MOÇÃO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, repudiam e denunciam a atitude do governo do Rio de Janeiro pelo cerceamento e repressão à liberdade sindical e se solidarizam com o companheiro Gualberto Tinoco (Pitéu) e com o conjunto dos servidores públicos estaduais do Rio de Janeiro na luta por seus direitos

ameaçados e contra as tentativas de criminalização do movimento sindical, em razão do exposto a seguir.

Tentando colocar uma nuvem de fumaça sobre os problemas que afligem o Rio de Janeiro (greve dos servidores públicos estaduais contra o seqüestro do 13º salário, corrupção, violência), a governadora do Estado, Rosinha Garotinho, passou a utilizar a sua polícia para reprimir o movimento sindical e seus dirigentes, servindo-se, inclusive, do “entulho” da ditadura que sobrevive até hoje pela incúria do aparato judicial brasileiro.

Em resposta a um protesto dos servidores públicos na ALERJ (Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro), no dia 17/2, o companheiro Gualberto Tinoco, dirigente do SEPE-RJ (Sindicato Estadual dos Profissionais da Educação do Rio de Janeiro), foi chamado a prestar depoimento na 1ª Delegacia de Polícia. Após um interrogatório baseado em tentativas de intimidação e incriminação de outros dirigentes sindicais e sem conseguir seu intento, o delegado Alberto Leite invocou um mandado de prisão expedido em 1976, referente à condenação à revelia por participação em uma passeata estudantil para, com isso, deter o companheiro na carceragem da POLINTER. Segundo os advogados do Sindicato, além de cerceamento da ação dos mesmos, não houve a menor preocupação do policial em consultar a Justiça para verificar a prescrição da pena. Assim, o companheiro Pitéu, como Gualberto é conhecido, só foi liberado no dia seguinte por meio de um “habeas-corpus”.

Proponente: Secretaria Regional Rio de Janeiro

Destinatários: Governadora do estado do Rio de Janeiro

SEPE-RJ

CUT-RJ

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

15 - MOÇÃO DE REPÚDIO E SOLIDARIEDADE

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, repudiam a atitude arbitrária e violenta da administração da FAETEC que, em 13 de março de 2003, usou o “aparato de segurança” para reprimir a legítima manifestação dos servidores estaduais em greve por seus direitos.

Ao mesmo tempo, solidarizam-se, incondicionalmente, com estes companheiros e com sua luta.

Proponentes: Delegados da ASDUERJ

Enviar para:

- Direção da FAETEC
- ASDUERJ
- Comando de Greve
- Governadora do estado do Rio de Janeiro

Teresina-PI, 13 de março de 2003.

16 – MOÇÃO DE REPÚDIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam seu repúdio à Assembléia Legislativa do Estado do Ceará pela votação e aprovação, quase unânime, da Mensagem 6.572 pelos motivos abaixo relacionados:

1 – A vinculação do Conselho de Educação do Ceará à Secretaria de Educação Básica – SEDUC, alterando suas competências, retirando sua autonomia, ferindo frontalmente o Artigo 230 da Constituição Estadual do Ceará.

2 – A Reforma Administrativa em tela significa um aprofundamento do modelo neoliberal implementado no governo Tasso Jereissati, alterando de forma arbitrária a gestão pública dando-lhe um caráter meramente gerencial.

3 – A mensagem, implementando no serviço público o regime de contratação pela CLT, permite a dispensa de licitação para obras e serviços públicos.

Pelo caráter autoritário e reducionista da ação do estado, manifestam seu repúdio ao Governo do Estado do Ceará.

Proponentes: SINDURCA, SINDUECE e Secretaria Regional Nordeste I do ANDES-SN.

Enviar para:

- Presidente da Assembléia Legislativa do estado do Ceará
- Secretário de Educação Básica do estado do Ceará
- Conselho de Educação do estado do Ceará

17- MOÇÃO DE SOLIDARIEDADE E REPÚDIO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam sua mais integral solidariedade aos companheiros da ASDUERJ e aos demais servidores em greve no Estado do Rio de Janeiro. Repudiam com veemência a insensibilidade do governo estadual no trato com trabalhadores mobilizados em defesa de direitos inalienáveis. Não satisfeito em descumprir a lei e desrespeitar suas obrigações de empregador, o governo da Srª Garotinho parece comprazer-se no exercício da repressão indissolúvelmente ligada ao tétrico cenário de decomposição da esfera pública que hoje vive o Rio de Janeiro e para o qual têm decisivamente contribuído as forças que hoje ocupam a administração estadual.

Diante da arbitrariedade, a firme resistência dos companheiros da ASDUERJ confirma uma capacidade de luta forjada em embates anteriores e representa, mais uma vez, referência obrigatória para o conjunto do movimento docente e dos trabalhadores brasileiros.

Proponente: Delegados da ASDUERJ

Enviar para:

- Governadora do Rio de Janeiro
- Secretário de Educação do estado do Rio de Janeiro
- Secretário de Ciência e Tecnologia

18 – MOÇÃO DE REPÚDIO E ADESÃO

Os delegados ao 22º CONGRESSO do ANDES-Sindicato Nacional, realizado em Teresina - PI, de 8 a 13 de março de 2003, manifestam veemente repúdio à iminente guerra criminosa há anos planejada pelos Estados Unidos e seus aliados contra o povo iraquiano e subscrevem a Declaração do Movimento Internacional de Trabalhadores de oposição á guerra contra o Iraque a seguir transcrita.

Diante da ameaça iminente de uma guerra contra o Iraque, nós sindicalistas de todo o mundo, nos unimos ao *US Labor Against The War* (Movimento dos Trabalhadores dos EUA contra a Guerra) e aos sindicatos dos Estados Unidos eu, representando mais de 4 milhões de trabalhadores, se opõem a esta guerra.

Como sindicalistas, temos a responsabilidade de informar todo o povo trabalhador sobre as questões que afetam suas vidas, seu trabalho e suas famílias e de nos fazer ouvir no debate internacional sobre estas questões.

Opomo-nos à guerra dirigida pelos Estados Unidos contra o Iraque por muitas razões.

Não existe qualquer objetivo evidente nesta guerra que possamos apoiar. Não existe qualquer vínculo convincente entre o Iraque e Al Qaeda ou os ataques de 11 de setembro, e nem o governo Bush. Nem as inspeções da ONU demonstraram que o Iraque represente uma ameaça real para os norte-americanos ou para as demais nações.

Está claro que, de fato, a intervenção militar no Iraque aumentará a probabilidade de atos terroristas de represália em todo o mundo contra objetivos ocidentais.

Esta ação contra o Iraque, por parte dos exércitos dos Estados Unidos e de outras nações que a eles possam juntar-se, ameaça a solução pacífica dos conflitos entre Estados, comprometendo a segurança em todo o mundo.

Sabemos que as principais vítimas de qualquer ação militar no Iraque serão os filhos e filhas das famílias da classe trabalhadora que prestam o serviço militar, bem como civis iraquianos inocentes que tanto já sofreram.

A razões desta disputa não justificam o ataque a homens, mulheres e crianças do Iraque, nem de qualquer outro país.

Estamos contra o gasto de bilhões de dólares para organizar e fazer esta guerra, quando nossas ações precisam de dinheiros para a educação, a saúde, a moradia e outras necessidades básicas.

Opomo-nos a que se utilize esta guerra e a ameaça de guerra como pretexto para atacar os direitos dos trabalhadores, os direitos democráticos, os direitos dos imigrantes e os direitos humanos nos Estados Unidos e em outras nações.

Consideramos que a marcha de Bush para a guerra serve de cobertura e distração para o afundamento da economia dos Estados Unidos, para a corrupção das grandes empresas e para as demissões.

Como representantes do movimento dos trabalhadores em todo o mundo, desde muito tempo, temos tido um papel histórico na luta pela justiça. Conclamamos nossos filiados a protestar ativamente contra esta guerra. No início do século XXI unimos-nos à grande maioria da população do mundo, que busca uma vida melhor e que anseia por uma solução deste e de outros conflitos.

US Labor Against The War

Proponente: Karla Viana Teixeira – Delegada da ADUFU S.Sind.

Enviar para:

Embaixadora dos Estados Unidos

Embaixador do Iraque

Embaixador da Turquia

Embaixador do Iran

Embaixador da Espanha

RESOLUÇÕES

RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO TEMA I - EIXOS DOS PLANOS DE LUTAS; BANDEIRAS DE LUTA; PLANO GERAL DE LUTAS DO SINDICATO; PLANOS DE LUTAS DOS SETORES (IFES, IEES, IPES)

I - EIXOS DO PLANO GERAL DE LUTAS

- 1.** Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista e radicalmente democrática. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores.
- 2.** Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos.
- 3.** Combater a intervenção no Oriente Médio (a questão palestina, a guerra contra o Iraque) e na Ásia Central, nas tentativas de violentar a independência e a democracia da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul, golpe na Venezuela, imposição da ALCA, sucessivas tentativas de internacionalização da Amazônia e de apropriação da Base de Alcântara, destruição de populações tradicionais etc.), assim como no ataque aos direitos civis e na criminalização dos movimentos de luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.
- 4.** Lutar contra todas as formas e espécies de discriminação e opressão, visando à construção histórica de uma sociedade e de uma cultura radicalmente democráticas.
- 5.** Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo todo e a ofensiva neoliberal encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington e o Fórum de Davos, intensificando as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, e fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.
- 6.** Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul.
- 7.** Combater a política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia, da saúde e da previdência; nessa perspectiva, combater todos os projetos governamentais orientados pela lógica de ampliação da ingerência do mercado no setor público, com conseqüente desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento, universalização da oferta e controle de serviços públicos de qualidade.
- 8.** Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada com os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais dos trabalhadores e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.

- 9.** Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais.
- 10.** Lutar, em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.
- 11.** Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial.
- 12.** Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente: Emprego Público nas IES públicas, aumento no número de contratações por tempo determinado, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.
- 13.** Lutar contra qualquer proposta de reforma administrativa que dê continuidade ao projeto de reforma do Estado que vinha sendo implementado pelo governo FHC.
- 14.** Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, democrática, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação e seu impacto e conseqüências nas relações do trabalho docente.
- 15.** Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 1996) e nas diretrizes e metas do PNE da Sociedade Brasileira.
- 16.** Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento públicos, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais).
- 17.** Lutar contra todas as formas de privatização da pesquisa desenvolvidas com recursos públicos; contra a redução dos fundos públicos; contra o favorecimento das fundações de direito privado; contra as políticas de favorecimento dos projetos direcionados às demandas de mercado e/ou interesses privado; pela revogação da legislação que dá suporte jurídico à existência de fundações de direito privado.

18. Lutar pela integralidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que buscam fragmentar e mercantilizar essas ações de forma a facilitar a sua privatização.

19. Lutar por uma reforma tributária que seja verdadeiramente progressiva, que diminua a carga tributária dos trabalhadores e da população de menor poder aquisitivo e aumente os tributos sobre as altas rendas, o capital e as grandes fortunas.

II - BANDEIRAS DE LUTA

A. CONTRA AS GUERRAS IMPERIALISTAS. CONTRA A MILITARIZAÇÃO DA AMÉRICA LATINA E A POLÍTICA IMPERIALISTA EM TODO O MUNDO. CONTRA A ENTREGA DA BASE DE ALCÂNTARA.

B. NÃO À ALCA E À OMC. POR UM PLEBISCITO OFICIAL SOBRE A ALCA E PELA RETIRADA DO GOVERNO BRASILEIRO DAS NEGOCIAÇÕES DA ALCA.

C. CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA, EM DEFESA DA PREVIDÊNCIA PÚBLICA, SOLIDÁRIA, EM REGIME DE REPARTIÇÃO. NÃO AO PLC 09 DE 99 OU QUALQUER REFORMA QUE INSTITUA A PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR E S FUNDOS DE PENSÃO.

D. EM DEFESA DA EDUCAÇÃO PÚBLICA, GRATUITA, LAICA, DE QUALIDADE E SOCIALMENTE REFERENCIADA, EM TODOS OS NÍVEIS E DOS SERVIÇOS PÚBLICOS EM GERAL.

E. PELA LIBERDADE DE ORGANIZAÇÃO E PRÁTICA SINDICAIS.

F. PELA RECUPERAÇÃO DE PERDAS HISTÓRICAS E ESTABILIDADE NO EMPREGO.

G. REAJUSTE SALARIAL JÁ!

H. FORA O FMI!

I. NÃO AO PAGAMENTO DA DÍVIDA EXTERNA!

J. REFORMA AGRÁRIA SOB CONTROLE DOS TRABALHADORES!

L. CONTRA AS REFORMAS QUE ATACAM AS CONQUISTAS E AS CONDIÇÕES DE VIDA DOS TRABALHADORES.

M. CONTRA REFORMAS E PACTOS QUE RETIREM DIREITOS DOS TRABALHADORES. NEGOCIAÇÃO, SIM! PACTO SOCIAL, NÃO!

N. PELA REESTATIZAÇÃO DAS EMPRESAS PRIVATIZADAS!

O. CONTRA A PARTICIPAÇÃO DE REPRESENTANTES DA CUT NO CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL.

P. NÃO À AUTONOMIA DO BC!

Q. PELA RETIRADA DE ISRAEL DOS TERRITÓRIOS OCUPADOS NA PALESTINA!

Recomendação

O 22º CONGRESSO recomenda que o Sindicato aprofunde a discussão a respeito da Dívida Externa.

III - PLANO GERAL DE LUTAS

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a atualização do Plano Geral de Lutas do Sindicato, que passa a ter a seguinte redação:

- 1.** Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA.
- 2.** Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, participando da divulgação dos resultados do plebiscito da ALCA e das próximas etapas da campanha pela retirada do governo brasileiro das negociações do acordo, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial.
- 3.** Promover, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros de abrangências internacional, nacional, regional e local sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical.
- 4.** Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, valorizando o plebiscito popular já realizado sobre a ALCA e a Base de Alcântara.
- 5.** Aprofundar a discussão e ampliar a campanha contra a mercantilização da educação. Aprofundar a discussão sobre as conseqüências da ALCA na educação pública/universidade pública.
- 6.** Lutar pela realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA e contra o acordo que cede a Base de Alcântara aos Estados Unidos e a proposta de autonomia do Banco Central.
- 7.** Intensificar a participação do Sindicato na Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa intransigente da educação pública, laica, gratuita, democrática, de qualidade, socialmente referenciada e sua universalização em todos os níveis.
- 8.** Indicar que as Seções Sindicais participem ativamente da Rede Internacional de Solidariedade Ativa, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento.
- 9.** Apoiar as lutas dos povos que buscam a autodeterminação.
- 10.** Recomendar às Seções Sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade ao povo palestino, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promover debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo.
- 11.** Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores.
- 12.** Exigir do novo governo federal o cumprimento das disposições legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro, em especial do art. 26, das Disposições Constitucionais Transitórias, e os incisos V e VII, do art. 52, da Constituição da Federal.

- 13.** Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o eufemismo flexibilização, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.
- 14.** Lutar por políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores, pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.
- 15.** Combater qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade acadêmica em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais, oferecendo solidariedade político-sindical, assistência jurídica e apoio material, por meio das estruturas do movimento docente. Realizar campanhas de denúncia como forma de prevenir e enfrentar tais atos das administrações universitárias.
- 16.** Organizar firme oposição à continuidade da subordinação das políticas macroeconômicas às determinações do FMI, cujas conseqüências são o aprofundamento do arrocho salarial e o sucateamento do serviço público, como expressado na recente medida do governo, de elevação de meta da 'superavit' primário de 3,75% para 4,25% do PIB.
- 17.** Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital, em âmbitos nacional e internacional.
- 18.** Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses dos trabalhadores em educação.
- 19.** Mobilizar as Seções Sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador quanto a direitos e formas de financiamento e gestão, que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.
- 20.** Combater a contratação, via CLT/ Emprego Público, nas IES públicas bem como todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES.
- 21.** Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN, na forma do seu Estatuto.
- 22.** Desenvolver ações contra quaisquer tentativas de regulamentação do direito de greve bem como contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no Congresso Nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.
- 23.** Envidar esforços no sentido de divulgar a avaliação do Sindicato contrária à regulamentação do direito de greve.
- 24.** Articular, no interior das Coordenações Estaduais dos SPF, a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve, e trabalhar junto aos parlamentares nos estados nesse sentido.
- 25.** Intensificar a luta da categoria pela implementação da Carreira Única, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

- 26.** Combater todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da Constituição Federal, desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o arquivamento das proposições em tramitação.
- 27.** Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para:
- 27.1.** o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;
- 27.2.** a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação da instituição (o Exame Nacional de Cursos – “Provão” – e a avaliação das condições de oferta), a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores.
- 28.** Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior.
- 29.** Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade e região, intensificando a construção, durante o ano de 2003, de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.
- 30.** Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN.
- 31.** Denunciar a utilização de pós-graduando como docente, nas universidades onde realiza a sua pós-graduação. Combater a precarização do trabalho docente pela utilização desses alunos, como forma de não contratação de docentes. Defender o direito de formação continuada, impedindo que o tempo dessa formação seja prejudicado por essa precarização.
- 32.** Implementar ações de combate aos Parâmetros Curriculares e às Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação, que comprometem a qualidade da educação básica, da educação superior e de suas respectivas modalidades, com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.
- 33.** Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnicos-administrativos (contratos por concurso público e pelo regime estatutário) e à infra-estrutura das IES resgatada a sua autonomia.
- 34.** Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos.
- 35.** Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência e incentivo ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica, entre outras), com orçamento definido,

revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.

36. Aprofundar o debate, mediante realização de eventos, sobre as políticas governamentais de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação.

37. Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado, realizando debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, dando encaminhamento ao Ministério Público.

38. Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.

39. Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas, e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em processo de negociação realizado pelo Sindicato, em especial, dos firmados no final da greve de 2001.

40. Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções emergenciais com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais.

41. Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: (a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; (b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; (c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade.

42. Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor de comunicações, considerando o debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias de TV por assinatura; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) uma regulamentação da TV Digital que considere a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia que contemple os interesses da sociedade brasileira.

43. Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações (sistemas digitais, provedores estrangeiros de educação etc.), à lei de Patentes, e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país.

44. Implementar ações para extinguir os Fundos Setoriais, evitando, dessa forma, a ingerência do mercado no financiamento público de ciência e tecnologia.

45. Intensificar a luta pela manutenção da previdência social pública.

46. Lutar pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores de forma a garantir esse princípio, tanto aos trabalhadores do setor público quanto privado,

contrariamente à situação atual que trata diferentemente os trabalhadores públicos e privados e aos aposentados do setor público e aos que futuramente vierem a se aposentar conforme as propostas hoje em curso no Congresso Nacional.

47. Indicar às seções sindicais que, articuladamente com os servidores de outras entidades nacionais e das esferas estadual e municipal, permaneçam mobilizadas para uma resposta imediata à iminente possibilidade de aprovação de reforma previdenciária que venha cassar direitos conquistados ao longo de nossa luta, indicando a possibilidade de greve.

48. O 22º CONGRESSO aprova e encaminha à imediata apreciação das Seções Sindicais dos 3 Setores o indicativo de greve, caso seja retomada a tramitação do PLP 9/99, e adota o seguinte calendário:

1) Ato contra o PLP 9/99, nos Estados e Municípios, no dia 20/03 (em conjunto com o lançamento da Campanha Salarial dos SPF).

2) Participação no Seminário em Defesa da Previdência Pública Solidária e em Regime de Repartição, a ser realizado no dia 25/03, em Brasília.

3) Realização, entre a 2ª quinzena de abril e a 1ª quinzena de maio, de um ato nacional, bem como nos estados e municípios, para denunciar a proposta de reforma do governo federal.

4) O ANDES-SN indica que cada seção sindical mobilize suas bases no sentido de exercer pressão direta sobre os parlamentares de seu Estado, objetivando barrar a tramitação do PLC 9/99

49. Indicar às Seções Sindicais a promoção de seminários, encontros, debates, atos e a produção de documentos de distribuição em massa, com o objetivo de:

49.1. desvelar a falácia do governo sobre o deficit da Previdência Social e de apreender o real significado da Reforma da Previdência proposta pelo novo governo;

49.2 – denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mitificam a política de Assistência Social e procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.

49.3 – combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, equidade e integralidade, conforme o Art. 196 da Constituição Federal de 1988.

50. Indicar a produção de documentos fundamentados sobre o efeito perverso que a proposta de reforma da previdência exercerá sobre os servidores públicos e sobre a economia da União, dos estados e dos municípios. Estes documentos servirão, também, de instrumento para trabalho de militância junto aos parlamentares eleitos, manifestando a posição contrária do ANDES-SN às propostas desta reforma previdenciária.

51 – Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, religião, gênero, orientação sexual, idade, nacionalidade e região, intensificando a construção, durante o ano de 2003, de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados.

RECOMENDAÇÕES:

O 22º CONGRESSO recomenda às seções sindicais que:

1 – Organizem de material de divulgação contra o PLP 9/99, tais como cartazes, 'folders', cartilhas, matéria paga nos meios de comunicação, visando prestar esclarecimento junto à população.

2 – atuem, em conjunto com as entidades estudantis e de técnicos-administrativos, na realização de ações contra a cobrança de taxas nas IES públicas.

IV - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma o seu do Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado no 21º CONGRESSO, destacando como prioritário para o Setor das Federais, as deliberações sobre: carreira docente, vagas, docentes e discentes, escolha de dirigentes, liberdade e liberação para mandato sindical, financiamento das IFES, autonomia e caráter público das IFES e a pauta de reivindicações já protocolada no MEC e o empenho na abertura de negociações e propõe as seguintes atualizações:

1. Articular, com as entidades da CNESF, ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF, de 2003.
2. Articular, com as entidades da CNESF, ações de mobilização – contra a reforma do Estado e suas implicações nas reformas previdenciária, trabalhista, sindical, tributária, educacional e de saúde –, denunciando à sociedade, para seu esclarecimento, os reais efeitos dessas reformas no serviço público federal, em especial da reforma da Previdência.
3. Lutar pela retirada do Congresso de todos os projetos de lei que propõem regulamentar as greves dos servidores públicos.
4. Lutar pelo cumprimento do termo de acordo assinado pelo MEC, ao fim da greve de 2001.
5. Lutar pela reposição salarial emergencial: 46,95%.
6. Lutar pela reposição das perdas salariais do governo FHC: 122,39%.
7. Lutar pela incorporação de todas as gratificações.
8. Lutar em defesa da Seguridade Social Pública; contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão; pelo arquivamento do PLP 9/99 e das PEC 136 e 137; pela revogação da EC 20.

V - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN reafirma as decisões do 21º CONGRESSO e do 45º CONAD e delibera:

1. Realizar o I Encontro Nacional das IEES para construção de pauta nacional e mapeamento do seu quadro geral. A Tesouraria do ANDES-SN e as Secretarias Regionais podem destinar recursos às Seções Sindicais, para a viabilização deste encontro, desde que os tenham em disponibilidade e sejam respeitados critérios políticos já definidos em experiências anteriores, devidamente atualizados, e mediante encaminhamento de planilha de custos, pelas Secretarias Regionais, para apresentação no próximo CONAD. A data e o local indicativos para a realização desse evento serão o 2º semestre de 2003 e a cidade de São Paulo, respectivamente. Que esse encontro seja precedido de encontros regionais.
2. Intensificar a luta em defesa da autonomia universitária em curso nos estados, assegurando a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal.

3. Intensificar a luta por Plano de Carreira nas IEES, assegurando a defesa da proposta de Carreira Docente do ANDES-SN junto às seções sindicais.

RECOMENDAÇÃO:

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda:

Que as seções sindicais das IEES organizem reuniões com representações das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais, em seus estados, ou integrando os fóruns de servidores já existentes, com o objetivo de construir resistência e luta contra as reformas que firam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado das deliberações para os congressos estaduais da CUT.

IV - PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

Considerando o atual quadro de expansão e diversificação das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES), tanto geográfica como acadêmica, e o substancial aumento de docentes vinculados à iniciativa privada, e prosseguindo com a necessária ampliação das ações no Setor das IPES pelo ANDES Sindicato Nacional, o 22º CONGRESSO reafirma, por permanecerem atuais, os Planos de Lutas do Setor das IPES aprovados nos 20º e 21º CONGRESSOS (Rio de Janeiro, RJ – 2001; Rio Grande, RS – 2002, respectivamente) e no 45º CONAD (Belém, PA – 2002), atualizando, por pertinente, os itens 3 e 7.

1 - A prioridade, entre suas estratégias de ação, de linhas de ação política que permitam a intervenção junto ao Executivo federal, ao Conselho Nacional de Educação e ao Legislativo federal, no sentido de:

1.1. fornecer as informações necessárias para que a expansão desenfreada das IPES seja amplamente discutida, no que se refere tanto à política de subsídios de recursos financeiros públicos como à facilitação de seu funcionamento;

1.2. recuperar a prática de audiências públicas, forjada nas lutas das IES públicas, que deverá agora ser estimulada com o objetivo de promover a ampla discussão do ensino superior privado no país e de formular propostas que controlem, reduzam ou inibam tal expansão.

2. A atuação junto ao Ministério Público para que sejam apuradas as irregularidades de que se tenha conhecimento, tanto nas relações trabalhistas como no relacionamento entre o poder público e as instituições privadas de educação superior, em especial no que tange a fiscalização, financiamento, avaliação, autorização para criação e funcionamento de IPES e cursos, e expansão de matrículas.

3. A realização, durante o ano de 2003, de um seminário nacional sobre a Expansão do Ensino Privado, as Condições de Trabalho dos Docentes e a Liberdade de Organização Sindical, com o objetivo de inserir, no âmbito do MD, a discussão relativa à Política de Expansão do ANDES-SN.

4. A realização de seminários regionais preparatórios, buscando assegurar a presença de docentes dos três setores, (IEES, IFES e IPES), assim como da base não-organizada, e desenvolvendo a seguinte pauta de discussão: (a) concepção e representatividade sindical; (b) formas de organização sindical e (c) política de expansão do ANDES-SN.

5. A reafirmação da necessidade tanto do enfrentamento, pela categoria, do PLC 134/01 (flexibilização da CLT) como da articulação de ações unificadas com as CUT estaduais.

6. O estudo, pelo GTCA em conjunto com o setor das IPES, da produção e lançamento de peças publicitárias divulgando as campanhas salariais futuras do Setor, dadas a amplitude deste e a diversidade de datas-base da categoria.

7. A ampla divulgação de informações referentes ao Setor e à Campanha Salarial 2003, por meio de uma Edição Especial do InformANDES, ainda no 1º semestre de 2003.

RECOMENDAÇÃO

O 22º Congresso do ANDES-SN recomenda que as seções sindicais do Setor das IPES e as Secretarias Regionais encaminhem as campanhas salariais tendo como referência a Pauta Unificada para os Docentes das IPES – 2003, aprovada no 45º CONAD (Belém, PA – Novembro/2002), abaixo transcrita.

PAUTA UNIFICADA PARA OS DOCENTES DAS IPES – 2003

1. Diretrizes gerais

O Sindicato, dando conseqüência à luta pela implementação da Carreira Única e pela melhoria das condições de trabalho nas IPES, construiu uma proposta de pauta unificada que vem sendo anualmente atualizada, de acordo com a demanda da sua base organizada, tendo como referência as seguintes diretrizes gerais:

1.1. Gestão democrática - as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), como a participação dos docentes em órgãos colegiados, eleições de dirigentes, dentre outras.

1.2. Liberdade de organização sindical com pleno reconhecimento da organização local dos docentes e do sindicato pelo qual optarem, como instância legal e legítima de representação e de negociação coletiva de trabalho da categoria.

2. Carreira e Capacitação Docentes

Devem-se tomar como referências o Projeto de Carreira Única para o Magistério das IES e o Plano de Capacitação Docente, constantes da Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 1996), criando-se estímulos para a sua adequação e implementação, em cada IPES, por intermédio de uma política de valorização da qualificação stricto sensu, como defendemos:

2.1. a criação e a implementação dos Planos de Carreira e de Capacitação Docentes;

2.2. o pagamento de adicional por qualificação;

2.3. a contratação, por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade,;

2.4. a garantia das condições necessárias à capacitação (afastamento remunerado, por exemplo)

2.5. a garantia das condições necessárias à participação em eventos acadêmicos e culturais como parte do processo de capacitação;

3. Regime de Trabalho

É fundamental que se avance no sentido da superação das contratações pelo regime horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, conforme a Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira (Cadernos ANDES, nº 2, 1996) contemplando:

3.1. o plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes;

3.2. o piso de dois salários-mínimos do DIEESE, por 20 (vinte) horas semanais;

3.3. a inclusão, na jornada de trabalho do docente:

a) das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

b) das atividades de administração acadêmica e de participação em órgãos colegiados;

c) de horas para preparação de suas atividades didáticas (aulas, provas, materiais didáticos, etc.), equivalentes a, pelo menos, o número de aulas ministradas;

A transição do regime de trabalho horista para o regime de trabalho contínuo será avaliada pelas Assembléias Gerais – Locais e Regionais, objetivando criar as condições de aproximação gradativa do padrão unitário de qualidade defendido pelo ANDES Sindicato Nacional.

4. Questões Salariais

Nesse item, as pautas de reivindicação devem contemplar:

4.1. o piso salarial de dois salários-mínimos, calculados pelo DIEESE (R\$ 1.168,92), correspondentes a 20 (vinte) horas semanais para todos os docentes, independentemente do regime de trabalho (horista ou Regime de Tempo Contínuo);

4.2. a reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE;

4.3. o fornecimento ao docente de documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: número de horas/aula, horas extras, adicional noturno, descontos efetuados, valor líquido pago no mês, valor do depósito do FGTS e demais registros pertinentes;

4.4. a garantia do pagamento de horas complementares aos professores horistas, destinadas à preparação de aulas, instrumentos de avaliação, correção de trabalhos em geral e atendimento de alunos;

4.5. a convocação, fora do horário de trabalho dos docentes, deverá ser considerada hora extra, com 100% de acréscimo, para efeito de remuneração;

4.6. a garantia, a todos os docentes, do adicional denominado anuênio, da ordem de 1% (um por cento) sobre seu salário-base, a cada 1 (um) ano de efetivo exercício na IPES, contados a partir da data de contratação;

4.7. a garantia da irredutibilidade da carga horária e da remuneração mensal;

4.8. a remuneração dos docentes contratados em regime de hora-aula, com base no regime de trabalho contratado, sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas. Já estão aí incluídas as quatro semanas e meia e incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto).

4.9. o cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não-dadas pelo valor correspondente à hora contratada;

4.10. a garantia do pagamento de adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), pelas atividades docentes realizadas a partir das 22 horas, independentemente do regime de trabalho;

4.11. a negociação entre as partes, caso haja alteração na política salarial vigente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da mudança verificada.

5. Estabilidade e Garantia do Emprego

As pautas de reivindicação prevêm:

5.1. a garantia de estabilidade de emprego aos professores, aprovada na Convenção nº 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa, precedida de inquérito administrativo, no qual se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, a prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato de demissão e que conte com 50 % (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do departamento a que estiver vinculado o docente.

5.2. a garantia de estabilidade à gestante até sessenta dias após o término da licença maternidade. Em caso de adoção de criança recém-nascida, será concedida ao adotante estabilidade por período de 180 dias contados a partir da data de concessão legal de guarda do adotando.

5.3. o pagamento de multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

5.4. o direito ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, de percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do ano letivo subsequente; este direito é extensivo ao previsto no item 5.1 das Questões Sociais;

5.5. a obrigatoriedade de indicação, pela IPES, na carta-aviso, do motivo que deu origem à dispensa, quando houver demissão por justa causa, nos termos do Art. 482, da CLT. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

5.6. a desobrigação de firmar contrato de experiência por docente que seja readmitido até 12 (doze) meses após seu desligamento;

5.7. a garantia de empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria que estejam contratados pela IPES há pelo menos 3 (três) anos. O cálculo de que trata este item levará em conta 1 (um) ano de estabilidade para cada 5 (cinco) trabalhados.

6. Questões Sociais

As pautas de reivindicações devem garantir:

6.1. a isenção integral de taxas e mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, quando houver opção do(a) docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio(a), seu (sua) companheiro(a), filhos(as) e outros dependentes, sem restrições;

6.2. a creche para filhos (as) de docentes, quando do seu período de trabalho na instituição;

6.3. o transporte ao docente residente em outro município, quando se dirigir para atividades na universidade, bem como o pernoite, sempre que necessário, em decorrência do trabalho noturno, sem ônus para o docente;

6.4. o seguro de vida em grupo;

6.5. a integralização do salário do docente, de modo a completar o benefício do auxílio-doença da Previdência Social durante o período do seu afastamento;

7. Relações Sindicais

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o livre exercício e o fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurada ao docente dispensa das atividades acadêmicas, sem prejuízo de funções e vencimentos, quando:

7.1. exercer mandato sindical no ANDES - SN, ou na Seção sindical;

7.2. participar de eventos e atividades do Sindicato.

RELATÓRIO DA PLENÁRIA DO TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS

I – PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova:

1. A constituição de seções sindicais multiinstitucionais, compostas por docentes de diferentes instituições do ensino privado, localizadas no mesmo estado;
2. O processo de criação das novas S.SINDs multiinstitucionais dar-se-á respeitados os requisitos estatutários e resguardadas as S.SINDs já constituídas.

II – ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

O 22º CONGRESSO aprova as alterações estatutárias dos artigos, parágrafos e incisos, abaixo apresentados:

Art. 8º

§ 3º A sindicalização dar-se-á por intermédio da seção sindical, da AD-seção sindical, ou da seção sindical multiinstitucional, estas constituídas exclusivamente de IES privadas e, nas IES onde esta não existir, por intermédio da secretaria regional.

Art. 48.

I – para a constituição de seções sindicais ou AD-seções sindicais, a jurisdição territorial compreenderá uma instituição de ensino superior.

II – para as seções sindicais multiinstitucionais, a jurisdição será definida nos seus regimentos, que estabelecerão as IES que irão constituí-las, não podendo ultrapassar os limites do estado.

III – não poderá haver duplicidade de jurisdição territorial de qualquer seção sindical em relação a qualquer IES, nem duplicidade de sindicalização no âmbito de qualquer IES.

IV – os docentes de qualquer IES, onde já exista seção sindical, só poderão ser sindicalizados ao ANDES-SN por meio dessa seção sindical.

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o 23º CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em assembléia geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs às quais se refere o caput deste artigo, para se constituírem em seções sindicais, deverão, até o 23º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembléias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação

perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o 23º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.

Art. 72. O 22º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 23º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.

Parágrafo único – Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que foi usado na compra da sede do Sindicato.

Art. 74. – Por deliberação do 22º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL o art. 74 fica suprimido do Estatuto do ANDES-SN.

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Inclusão de um novo artigo:

Art. ** - a criação de seções sindicais multiinstitucionais de IES privadas e as modificações estatutárias decorrentes deverão ser objeto de avaliação e ratificação a cada Congresso do ANDES-SN, a partir do 23º.

RECOMENDAÇÃO:

As seções sindicais de IES públicas que, até o momento, são multiinstitucionais deverão, até o 23º CONGRESSO, regularizar sua situação desmembrando-se de acordo com o artigo 8º.

III – SINDICALIZADO VIA SECRETARIA REGIONAL

1. A representação dos sindicalizados, via secretária regional, em Congresso e em CONAD, tem o seu “*quorum*” estabelecido pelo regimento das secretarias regionais.

2. A contribuição dos filiados, via secretaria regional, ao Sindicato Nacional será de 1% dos seus vencimentos.

IV - HEGEMONIA E ESTRUTURA DO ANDES-SN

Que a Diretoria do ANDES-SN dê continuidade à discussão da política de finanças do Sindicato, resgatando as discussões acumuladas nos encontros de tesoureiros, no encontro de política sindical em Niterói/RJ (2001) e no GT Verbas, produzindo texto de apoio e respectivo TR, a serem discutidos no 47º. CONAD e aprovados no

23º. CONGRESSO, visando, dentre outras questões, a incentivar e viabilizar a participação nos encontros do Sindicato Nacional de seções sindicais com baixo volume de arrecadação ou em processo de criação.

V - CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES

O 22º CONGRESSO aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, para executar as atribuições que lhe foram conferidas no Congresso anterior, terá a seguinte composição no período 2003/2004:

a - Diretor representante da Diretoria: Antonio José Vale da Costa.

b - Sindicalizado de base indicado pelo GTCA na reunião do dia 19.10.2002: Roberto Boaventura da Silva Sá.

c - Especialista em Comunicação Sindical: Paulo Miranda (Sindicato dos Jornalistas de Brasília).

d – Em caso de impedimento de qualquer dos membros, as instâncias deliberativas do Sindicato nomearão seus substitutos.

e – O 22º CONGRESSO recomenda que, no 46º. CONAD, sejam aprovados os suplentes para cada membro do conselho editorial.

VI - PRESTAÇÃO DE CONTAS DO 45º CONAD

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 45º CONAD.

Nº	ITEM	Previsão	Despesas ADFCAP	Despesas ANDES-SN
1	Pessoal			
1.1				
	Horas extras (6 funcionários)	5.000,00	0,00	6.721,09
	Diárias (5 funcionários)	1.750,00	0,00	1.750,00
	Hotel (2 apartamentos duplos e 1 single)	2.338,60	0,00	2.377,76
	Passagens aéreas	6.223,50	0,00	6.024,62
	Táxi	300,00	0,00	151,00
	SUBTOTAL	15.612,10	0,00	17.024,47
1.2	ADFCAP S. SINDICAL			
	Horas extras	600,00	591,68	0,00
	Pessoal de apoio - Pró-labore	2.840,00	2.985,00	0,00
	SUBTOTAL	3.440,00	3.576,68	0,00
2	Imprensa e Divulgação			
	Impressão do cartaz Conad	1.750,00	1.750,00	0,00
	Impressão de xonvites	124,00	157,20	0,00
	Correio (ADFCAP)	485,75	583,35	375,00
	Banner	515,00	595,00	0,00
	Filmagem	800,00	800,00	0,00
	Fotografo	100,00	100,00	0,00

	Reforma salas e banheiros	6.800,00	6.800,00	0,00
	Faixas e colocação	200,00	805,00	0,00
	SUBTOTAL	10.774,75	11.590,55	375,00
3	Infraestrutura			
	Xerox	100,00	171,43	0,00
	Papelaria	2.052,45	1.787,93	190,00
	Mantimentos/material consumo	764,34	973,93	0,00
	Lanche/Alimentação	1.321,55	1.964,11	0,00
	Combustível	454,00	130,00	0,00
	Água mineral	160,00	100,00	0,00
	Som (auditório)	140,00	140,00	0,00
	Farmácia	47,00	49,01	0,00
	Coquetel de abertura	3.500,00	3.750,00	0,00
	Táxi	317,00	432,60	0,00
	SUBTOTAL	8.856,34	9.499,01	190,00
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores			
	Pastas	2.700,00	2.700,00	0,00
	Camisetas	1.604,00	1.604,00	0,00
	Blocos- rascunhos	200,00	200,00	0,00
	Crachás/ cartão de Votos	1.071,00	1.071,00	0,00
	SUBTOTAL	5.575,00	5.575,00	0,00
	TOTAL	44.258,19	30.241,24	17.589,47
TOTAL DE GASTOS COM ORGANIZAÇÃO:		47.830,71		

Acerto ADFCAP X ANDES-SN:

Nº	ITEM	Crédito
1	Adiantamento de despesas 17/10/02 (cheque 850598)	10.889,00
2	Adiantamento de despesas 20/12/02 (cheque 850611)	5.000,00
3	Contribuição devida referente outubro/02	743,58
4	Contribuição devida referente novembro/02	693,13
5	Contribuição devida referente dezembro/02	836,02
6	Cota do rateio da ADFCAP	549,86
	Total	18.711,59
	Valor total despesas da ADFCAP	30.241,24
	Saldo a receber	11.529,65

VII - A MEMÓRIA DA LUTA COMO INSTRUMENTO PARA QUALIFICAR AS DELIBERAÇÕES DO SINDICATO

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

Que a Diretoria do ANDES SN, com auxílio dos setores do Sindicato e dos GTs, proceda à atualização do Documento “Deliberações de CONADs e Congressos”, apresentado no 42º CONAD, consolidando as deliberações tomadas pelo Sindicato a partir desse evento. Que tal consolidação constitua-se em um banco de dados, disponibilizado na página do ANDES SN; que será atualizado a cada evento deliberativo do ANDES-SN por parte das Diretorias que se sucederem no Sindicato.

VIII - SEDE DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN será realizado na cidade de SALVADOR -BA, sob a organização da APUB Seção Sindical do ANDES-SN.

IX – HOMOLOGAÇÃO DE CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 22º CONGRESSO do ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

1. SINDIUVA

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú com a denominação de **SINDIUVA**, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel

Secretária Geral

2. SESDFIMES

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior em Mineiros com a denominação de **SESDFIMES**, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel

Secretária Geral

3. SINDFUNESA

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical

dos Docentes da Fundação Universidade Estadual de Alagoas com a denominação de **SINDFUNESA**, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel

Secretária Geral

4. SINDCEFET-GO

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás com a denominação de **SINDCEFET-GO**, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel

Secretária Geral

5. SINDUECE

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES na Universidade Estadual do Ceará - UECE com a denominação de **SINDUECE**, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel

Secretária Geral

6. SINDUEPG

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual de Ponta Grossa com a denominação de **SINDUEPG**, de acordo com o artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel

Secretária Geral

X – INSCRIÇÕES DE SEÇÕES SINDICAIS NOS GRUPOS DE TRABALHO

1. ADUNESP

- GTSS – Ana Maria Ramos Estêvão

2. APUB

- GTPE – Menandro Ramos , Uilma Amazonas, Luiz Humberto e Maria Inês Marques.

- GTPFS – Francisco Santana, Paulo Balanco, Eduardo Reis, Maria Inês Marques
- GT C&T – Graça Druck, Arthur Neto, Luis Malbouisson.
- GT Comunicação e Arte – Lana Bleicher, Saja, Virgínia Chaves, Lúcia Lobato.
- GTSS – Eduardo Reis, Wilma Cova e Luis Filgueiras
- GT Verbas – Nice Americano e Paulo Balanco
- GTPA – Geraldo Sampaio, Antônio Câmara e Bandeira Ramos.

3. ADUR-RJ

- GTPE – Marco Antonio de Moraes, Ana Maria Dantas Soares, Célia Regina Otranto, Lia Maria Teixeira de Oliveira, Lucília Augusta Lino de Paula, Amaparo Vila Cupolilo, Luis Edmundo da Silva, Rosana Ferreira de Oliveira, Luciana de Amorim Nóbrega, Elisa Guaraná de Castro e Nídia Majerowicz
- GTPFS – Luiz Mauro Sampaio Magalhães, Rômulo de Andrade, Frederico José Falcão.
- GT C&T – Edmundo Henrique Ventura, Ricardo Mota Miranda, Ricardo Luis Louro Berbara, Aurea Echevarria e Rosana Ferreira de Oliveira.
- GT Comunicação e Arte –
- GTSS – Irlete Braga da Trindade, Luciana de Amorim Nóbrega, Generoso Manoel Chagas
- GT Verbas –
- GTPA – Elisa Guaraná de Castro, Caetana Damascena, Canrobert Penn Lopes, Marcos Peixoto.
- GT Carreira – André Scarabone Zau e Nídia Majerowicz
- GTEGC - Caetana Damascena, Margarete de Almeida Gonçalves
- GTHMD – Ana Lúcia Santa Cruz Oliveira

4. ADUFPB

- GTPE – Galdino Toscano de B. Filho e Marizete Fernandes de Lima
- GTPFS – Maria Aparecida Tavares F. Bezerra e Paulo César dos Santos Cardoso
- GT C&T – Tadeu Antônio de Azevedo e Eridon Celso Pereira
- GTSS/A – Terezinha Diniz e Francisco de Assis Fernandes de Carvalho
- GT comunicação – Derval Gomes Golzio e Wellington Pereira
- GT Carreira – Jaldes Reis de Menezes e José Ernesto Pimentel Filho

5. SINDOCEFET-PR

- GTPE – Nanci Stanki Filho, Luis Allan Kunsle, Adilson G. Tavares e Domingos L.L. Filho
- GTPFS – Luis Allan Kunsle, Edson Fagundes Tavares, Domingos L.L. Filho
- GT C&T – Edson Fagundes Tavares, Adilson G. Tavares, Nanci Stanki Filho, Domingos L.L. Filho, Luis Allan Kunsle e Rosemary Batista de Oliveira.
- GTPA – Edson Fagundes Tavares, Luis Allan Kunsle
- GT Carreira – Edson Fagundes Tavares, Adilson G. Tavares, Nanci Stanki Filho, Domingos L.L. Filho, Luis Allan Kunsle.
- GTEGC - Nanci Stanki Filho, Adilson G. Tavares

6. APUFPR

- GTPE – Carmen Lúcia F. Diez
- GTPFS – Marco Aurelio Visintin
- GTPA – José Edson Araújo Santos
- GTEGC - Carmen Lúcia F. Diez

7. ADUFPI

GTEGC – Ana Beatriz de Sousa Gomes

8. ADUFERPE

- GTPE –. Argus Almeida, Jadson Augusto e Paulo de Jesus
- GTPFS – Levy Pás Barreto, Irenilda S. Lima, Hélio Cabral, Wilibaldo B. da Silva e Argus Almeida
- GT C&T - Cláudio Câmara
- GTPA – Lúcio Melo, Martha Matos, Elizabete Pereira, Irenilda S. Lima
- GT Carreira – Irenilda S. Lima e Fátima Massena
- GT Carreira – Levy Paes Barreto e Jaqueline Bianqui
- GTEGC – Jadson Augusto, Fátima Massena e Aderaldo Alexandrino

9. SINDUFAP

- GT C&T – Marinalva Silva Oliveira
- GT Carreira – Arley José Silveira da Costa
- GTPE – Antonio Costa Andradre
- GT Verbas – Luizel Simões de Brito
- GTSS/A – Sandra Monteiro

10. ASDUERJ

- GTPE –. Cláudia Gonçalves de Lima, Jorge Máximo, Suzana Padrão e Cláudio Costa
- GTPFS –Cleier Marconsin
- GT C&T – Carlos Alberto, Marcos Santos e Cláudio Costa
- GTSS – Mary Jane, Antônio Carlos Ferrão e José Bruno
- GT Verbas – Antônio Coscarelli
- GT Carreira – Cláudia Gonçalves de Lima e Antônio Coscarelli
- GTEGC – Cláudia Gonçalves de Lima, Edmundo Tacaes e Jorge Máximo

11. ADURN

- GTPE – Teresinha Dantas de Sousa, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, Ana Lúcia Xavier, Maria Goretti Cabral Barbalho, Francisco Welson de Lima da Silva e Maria Vilma da Cunha
- GTPFS – Maria Cristina de Moraes, Raimundo Nonato Nunes e João Wanderley Rodrigues Pereira
- GT C&T – José Humberto de Araújo e Francisco de Assis Olímpio Cabral e Delando nasário.
- GTSS/A – Zilda Luiz Maria, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, Gilson de Vasconcelos Torres e Teresinha Dantas de Sousa
- GT Carreira – Gilson de Vasconcelos Torres, José Humberto de Araújo, Ana Lúcia X. Vieira e Raimundo Nonato Nunes.

- GTCA - Francisco Welson de Lima da Silva, Paulo Roberto Medeiros de Azevedo, Carlos Augusto de Lima, Luiz Guilherme de Souza

11. ADUFRJ

- GTPE – Rosanne Evangelista Dias (Coord.), Regina Pugliese, Raquel Goulart Barreto, Maria de Lourdes Barros e Miriam Karusca
- GT C&T – Cleusa Santos (Coord.), Salatiel Menezes, Carlos Strauss, Francisco Ary Menezes e Luiz Acosta.
- GTSS/A – Sra Granemann, Sara Nigri, Walcyr de Oliveira Barros, José Augusto Bisneto, José Miguel Saldanha e Janete Luzia Leite.

12. ADUFES

- GTPE – Marlene Pires, Edna Castro e Izabel Cristina Novaes
- GT C&T – Edson Pereira Cardoso, Mônica Bianco e José Geraldo Mill
- GTSS – Odiléia Dessaune de Almeida, Maria Ignez Pfister e Maria Aparecida Santos Correa
- GT Verbas – Edson Cardoso e Luiz Jorge Vasconcelos P. Mendonça
- GT Carreira – Fábio Dutra e José Antônio Rocha
- GTEGC – Yara Regina Candelária da Rocha, Eulália Eunise Cardoso e Antônio Carlos Amador Gil

13. ADUFF

- GTPE – Margarida Carvalho de Santana, Sonia Monnerat Barbosa e Selma Rodrigues de Castilho
- GTPFS – Marina Barbosa Pinto e Marcelo Badaró Mattos
- GTSS/A – Sônia Lucio Rodrigues de Lima e Ângela Maria de Araújo Lisbôa
- GT Verbas – José Raphael Bokehi
- GT Carreira – Paulo Antonio Cresciulo de Almeida e Waldyr Lins de Castro
- GTEGC - Sérgio Ricardo Abourd Dutra e Margarida Carvalho de Santana

14. APES

- GTPE – Walcyr Duarte Nascimento, Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Joacir Teixeira de Melo, André Silva Martins, Daniela Motta de Oliveira.
- GTPFS – Maria Lúcia de Araújo Leopoldo, Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Márcio Antônio de Oliveira.
- GTSS – Maria Lúcia de Araújo Leopoldo e Paulo Clinger de Souza
- GT Verbas – Márcio Antônio de Oliveira
- GT Carreira – Agostinho Beethoven Macedo Beghelli Filho, Paulo César de Souza Ignácio, André Silva Martins e Daniella Motta de Oliveira
- GTCA – Eduardo Sérgio Leão de Souza
- GTHMD – Petrônio Barros Ribeiro de Jesus, Maria Lúcia de Araújo Leopoldo, Márcio Antônio de Oliveira.

15. ADUFRGS

- GTCA – Daniela Marzola Fialho
- GT Verbas – Valério De Patta Pillar
- GTPE – Elisabete Búrigo
- GT Carreira – Carlos Alberto Schmidt

- GTSS/A – Eduardo Rolim de Oliveira e Marilene Schmarczek
- GTPFS – Nádyá Pesce da Silveira

16. ADUFU

- GTSS/A – Nilza Alves de Oliveira

17. APUFSC

- GTPA – Luis Carlos Pinheiro Machado e Clarilton Ribas
- GTEGC – Marcelo Tragtenberg
- GTC&T – Feliz Gómez
- GTPE – Maria da Graça Bollmann
- GT Verbas – Maria Odete Santos e Carlos Soares

18. SINDCEFET-MG

- GTCA – Cícera Vanessa Maia
- GTPE – Rute Ribeiro de Moraes Castro
- GTC&T – Fausto de Camargo Júnior
- GTPFS – Sérgio Ricardo de Souza

19. ADUSP

- GTPE – César Augusto Minto, João Zanetic, Lighia Matsushigue e Rubens Barbosa de Camargo.

20. ADUPE

- GTEGC – Itamar Lages

21. ASPUV

- GTC&T – Aloízio Ferreira
- GTPFS - Aloízio Ferreira
- GT Carreira – Hélio Costa
- GTPE – Ranah Manezenco
- GTSS/A – Ieda Lobo da Silveira

22. ADUFMAT

- GTPE – Aquiles Lazzarotto, José Ricardo de Souza e Vinicius Machado P. dos Santos
- GTPFS – Luiz Carlos Galetti
- GTSS/A – Waldir Bertúlio, Liliane Capilé Charbel Novaes e Luiz Carlos Galetti
- GT Verbas – Carlos Alberto Eilert
- GTCA – Alcides Teixeira da Silva, Gabriel Oliveira e Roberto Boaventura S. Sá.
- GT Carreira – Mauro Miguel Costa e Marluce Souza e Silva
- GTEGC – Marluce Souza e Silva, Edir Pina de Barros, Madalena R. dos Santos Vieira, Vera Lúcia Bertoline, Vinicius Machado P. dos Santos e Waldir Bertúlio
- GTHMD – Tomaz Boaventura

**RELATÓRIO DO TEMA III - POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL,
FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA,
COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES
INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE**

I – ETNIA, GÊNERO E CLASSE

1. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1.1. reconhecendo a inexistência de democracia racial no Brasil, reafirme seu compromisso com as lutas no sentido de combater essa desigualdade racial, quer seja: no campo econômico; no direito ao acesso e à permanência em todos os níveis de ensino, ao emprego, à participação no poder político e à presença nos meios de comunicação.

1.2. defenda o estabelecimento de políticas afirmativas, por meio de políticas públicas que visem a acelerar o processo de inclusão social dos diferentes setores da sociedade que têm sido historicamente vítimas de discriminação social e étnica, como os negros e os povos originários do território nacional;

1.3. Mantenha, na pauta permanente do Sindicato, a discussão sobre as questões de etnia, gênero e classe social priorizando a sistematização de um quadro conceitual acerca das temáticas: políticas afirmativas e ações reparatórias, enfocadas estrutural e conjunturalmente, objetivando subsidiar as futuras deliberações do Sindicato;

1.4. explicita, no contexto das políticas públicas, a discussão sobre a universalização e as ações de focalização (políticas afirmativas);

1.5. realize um levantamento, via S.SINDs e secretarias regionais, que explicita a implementação das políticas de cotas nos estados;

1.6. realize um seminário nacional sobre democracia racial e ações afirmativas, durante o ano de 2003”.

1.7. solidarize-se com a luta dos habitantes dos, aproximadamente, 900 quilombos no território nacional pelo assentamento dos quilombolas nas terras de seus ancestrais. Esses assentamentos, de forma análoga aos reivindicados pelo MST, dependem da vontade política do governo e da pressão social para que a justiça fundiária seja feita.

2. O 22º. CONGRESSO reconhece a importância da Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em Brasília entre os dias 6 e 7 de junho de 2002 e que contou com a participação de milhares de mulheres que estão na vanguarda da luta feminista pela justiça de gênero no Brasil e por uma sociedade internacional justa, fraterna e solidária.

II – POLÍTICA DE SEGURIDADE SOCIAL – ASSUNTOS DE APOSENTADORIA

1. O 22º CONGRESSO do ANDES-SN estabelece princípios gerais, diretrizes e fundamentos como contribuição para a construção de um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores do serviço público e privado.

- a) integração com as políticas de saúde e assistência social;
- b) incorporação de todos os trabalhadores no Regime Único;
- c) “gestão pública, democrática e transparente dos recursos da Seguridade Social, com a participação majoritária dos trabalhadores ativos e aposentados”;
- d) custeio coberto pelas contribuições dos trabalhadores e seus empregadores, pela receita de impostos e contribuições, especialmente as incidentes sobre ganhos de capital;
- e) integralidade dos vencimentos no momento da aposentadoria, com teto igual ao maior salário do serviço público, nos termos da Constituição Federal;
- f) paridade de proventos entre trabalhadores ativos e aposentados com as mesmas características funcionais ou reajuste dos benefícios de acordo com o índice geral de salários, garantindo um mecanismo de proteção contra a inflação;
- g) extinção do Fator Previdenciário atualmente em vigor no Regime Geral da Previdência Social (RGPS);
- h) restabelecimento do tempo de serviço como critério para concessão do benefício de aposentadoria, em substituição ao tempo de contribuição atualmente em vigor para todo o sistema previdenciário”;
- i) restabelecimento do tempo de serviço desvinculado de idade mínima para a concessão do benefício de aposentadoria aos servidores públicos;
- j) garantia de regras especiais para concessão de aposentadorias para trabalhadores em condições especiais;
- k) garantia da não-contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

2. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN promova, articuladamente com outras entidades representativas de servidores públicos, ações de propaganda contra a reforma previdenciária anunciada pelo governo federal, enfatizando:

2.1. a necessidade de aprofundar e ampliar o debate sobre a reforma e suas conseqüências e a impossibilidade de fazê-la no curto espaço de tempo pretendido pelo governo federal;

2.2 - a importância da realização da reforma tributária anterior à reforma previdenciária;

2.3 - a desmitificação das falácias sobre os “privilégios previdenciários” dos servidores públicos e do “déficit” da previdência.

2.4 - os efeitos nefastos para a classe trabalhadora do fortalecimento dos fundos de pensão, mecanismos da instituição da Previdência Complementar, apresentados como a solução para o falso problema do déficit;

3. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN proponha:

3.1. por intermédio de sua Diretoria, à CNESF, a criação de um Fórum em defesa da Previdência Social Pública.

3.2. Proponha à CNESF a realização do III Encontro Sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos no 2º Semestre de 2003.

4 – O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

4.1. realize, no segundo semestre de 2003, um seminário sobre mercantilização da educação, precarização do trabalho docente e saúde do trabalhador em educação.

4.2. encaminhe uma pesquisa sobre a situação em que se encontram os Hospitais Universitários e de Ensino, incluindo o que se refere à sua privatização por meio de fundações de apoio, aproveitando a experiência metodológica acumulada pela ADUSP no levantamento das Fundações de Apoio de Direito Privado da USP.

4.3 - intensifique o debate sobre assistência social, vinculando-o à Seguridade Social.

4.4. realize o IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, na primeira quinzena do mês de maio, em Brasília, preferencialmente em espaço da Câmara Federal, tendo como tema central a defesa da Seguridade Social, discutindo amplamente suas três áreas: Saúde, Previdência e Assistência Social como um todo.

4.5. produza, por intermédio do GTSS/ ANDES-SN, uma análise da proposta da CUT para a previdência a fim de subsidiar os delegados da base do Sindicato aos Congressos Estaduais e Nacional da Central.

4.6. lute conjuntamente com as outras entidades representativas dos servidores públicos e com a sociedade civil organizada dado que a reforma tributária deverá preceder a reforma previdenciária.

5. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

5.1. reafirme sua disposição de engajamento na construção do Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública;

5.2. garanta, em seus meios de comunicação, espaços para divulgação de matérias e documentos que fortaleçam a adesão de Entidades e Movimentos Sociais ao Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública;

5.3. coopere para garantir a realização do I Fórum Sul Americano em defesa da Seguridade Social Pública, a realizar-se acoplado ao I Fórum Mundial da Saúde e a II Assembléia de Saúde dos Povos, a realizarem-se em Porto Alegre-Brasil, em julho de 2004;

5.4. participe da Reunião Internacional de Delegados de Entidades Nacionais e de Bases, interessadas na questão da Seguridade Social, bem como de representantes de Movimentos Sociais dos países da América Latina, na Argentina, acoplada as atividades relacionadas à luta contra a ALCA, em final de abril ou início de maio do corrente ano, que deve discutir a organização do I Fórum Sul Americano em Defesa da Seguridade Social Pública;

5.5 - atue junto a CNESF no sentido de que a mesma, até a reunião da Argentina, participe da Coordenação desse processo organizativo, propondo que a CUT integre-se à representação de Entidades que foram indicadas para cumprir essa tarefa.

6. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN

6.1. articuladamente a outras entidades e movimentos sociais preocupados e atuantes em torno ao direito à saúde, desencadeie discussões preparatórias à realização, até setembro de 2003, de uma Oficina de Trabalho sobre políticas de

promoção de saúde, na perspectiva de respaldá-la como estratégia de operacionalização e qualificação das ações do SUS;

6.2. integre-se, na condição de entidade promotora, aos trabalhos de organização do I Fórum Mundial da Saúde, a realizar-se em julho de 2004, em Porto Alegre, indicando às suas Seções Sindicais o desenvolvimento de atividades locais preparatórias à participação de seus representantes nesse evento, assim como na II Assembléia de Saúde dos Povos que se desenvolverá na mesma oportunidade;

6.3. pautar, na perspectiva de contribuir com o exercício do controle social para análise nas reuniões do GT Seguridade Social, a proposta de ação política do Governo Lula para a área da Saúde, acompanhando sua implementação e posicionando-se em relação às medidas que venham a ser desencadeadas.

7. intensifique, por intermédio do GT Seguridade Social a luta pela manutenção da previdência social pública:

7.1. desenvolva um estudo qualitativo, de abrangência nacional, que possa ser realizado pelas próprias Seções Sindicais, com o objetivo de traçar um completo perfil das questões que relacione o trabalho do docente com suas condições de saúde;

7.2. discuta propostas concretas para as seções sindicais do ANDES-SN evitarem a mediação de convênios que implementem planos de saúde privados, reforçando a defesa do SUS, na direção de universalizar uma assistência à saúde pública e de qualidade.

III – POLÍTICA SINDICAL

1. O 22º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

1.1. O GTPFS pautar em suas reuniões a questão da reforma sindical, reafirmando o posicionamento historicamente construído e defendido pelo ANDES-SN, baseado na concepção de sindicalismo autônomo, classista e plural, que conflita com a continuidade do Imposto Sindical e da Unicidade Sindical, pilares principais de sustentação da atual estrutura sindical. O resultado destas discussões será sintetizado em um Caderno ANDES.

RECOMENDAÇÕES

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN recomenda às seções sindicais

1. organizarem grupos de trabalho sobre política e formação sindical em suas bases, indicando representantes para o GTPFS nacional, cuja tarefa de contribuir na discussão de questões, como reforma trabalhista e sindical, para intensificar nossa resistência será fundamental.

2. estimularem reuniões com representações das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais em seus respectivos estados, como objetivo de construir resistência e luta contra as reformas que firam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, as deliberações para os Congressos estaduais da CUT.

IV – POLÍTICA EDUCACIONAL

O 22º CONGRESSO delibera que:

- 1.** O ANDES-SN desenvolva ações imediatas junto ao governo federal e ao Congresso Nacional com a finalidade de impedir a aprovação da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES, que objetiva regulamentar a autonomia universitária prevista no artigo 207 da CF/88, com a intenção de legalizar a privatização interna das IFES, normatizar a cobrança de taxas e mensalidades na pós-graduação (lato sensu, mestrados profissionalizantes) e na extensão; de contratar pessoal fora do RJU e de desregulamentar da carreira docente das IFES.
- 2.** As seções sindicais do ANDES-SN implementem ações junto aos órgãos superiores das universidades pela não-aprovação da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES, denunciando seu caráter privatista e inconstitucional.
- 3.** As seções sindicais do ANDES-SN deverão intensificar as ações de denúncia e combate às medidas que vêm sendo implementadas pelas administrações das IES públicas que acentuam e aceleram o processo de privatização interna e a mercantilização das atividades educacionais, por meio de contratos e convênios de prestação de serviços com governos municipais e estaduais e empresas públicas e privadas. Elaborar levantamentos detalhados dos cursos atualmente pagos e suas formas em cada IES.
- 4.** O ANDES-SN lute pela retirada imediata do Projeto de Emenda Constitucional nº 573/2002 (de autoria do Padre Roque, Wellington Dias e outros), denunciando seu caráter de tributação sobre direitos constitucionais (artigo 206 CF/88) mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física, pelos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público, sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior.
- 5.** Fica aprovada a Proposta de Educação Técnica e Tecnológica do ANDES-SN, consolidada no II Encontro sobre Educação Técnica e Tecnológica, devendo sua aplicação prática ser amplamente discutida no interior de cada Instituição Pública de Ensino.
- 6.** O ANDES-SN intensifique a sua participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública com vista ao seu fortalecimento, reconhecendo-o como locus político de consenso e legítimo representante das entidades científicas, sindicais e estudantis da sociedade brasileira na interlocução com o governo federal para a proposição das políticas educacionais para o país.
- 7.** O ANDES-SN intensifique a luta para que sejam implementadas pelo governo federal, como medidas emergenciais para a educação, as resoluções já aprovadas pelas instâncias deliberativas do Sindicato:
 - 7.a.** Consolidação de um Sistema Nacional de Educação conforme propõe o PNE: Proposta da Sociedade Brasileira, revogando imediatamente toda a legislação que impeça ou fira a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira.
 - 7.b.** Respeito ao artigo 207 da CF/88 (que garante a autonomia das universidades), revogando todo o entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.) que restrinjam o exercício pleno da autonomia universitária;
 - 7.c.** Revogação do Decreto 1.916/96 e da Lei 9.192/95, que regulamentam a escolha de dirigentes das Instituições Federais de Ensino, respeitando as normas estabelecidas pela comunidade acadêmica no interior de cada Instituição de Ensino

para normatização e definição do processo de escolha dos dirigentes de modo que o processo se esgote no âmbito das IFEs;

7.d. Revogação, em caráter de urgência, do Decreto 2.208/97 e toda a legislação que consolidou a Reforma do Ensino Técnico, com imediato retorno do ensino técnico de nível médio integrado (formação profissional integrada à educação geral) nos CEFET (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos, até que seja realizada uma nova reforma para a Educação Técnica e Tecnológica com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnico-administrativos;

7.e. Revogação do Decreto 3.860/2001, das Portarias Ministeriais 1.465/2001; 1.466/2002 e 2.402/2001 e da Medida Provisória 2.143-35 de 27 de julho de 2001 (que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições, autorização para expansão de vagas e dão outras providências);

7.f. Criação do Fórum Nacional de Educação e alteração do CNE, tanto na sua composição quanto nas suas atribuições, tomando como referência os princípios estabelecidos no PNE – Proposta da Sociedade Brasileira e no projeto de LDB (texto aprovado na comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos deputados em 28/6/1990) atualizando-os conforme a realidade atual;

7.g. Revogação dos Decretos 3.276/99 e 3.462/2000 e de todas as resoluções do CNE que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET, e aprovar o PDL 385/2000, que faz cessar os efeitos do Decreto 3.276/99, restabelecendo o papel da universidade como locus da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação;

7.h. Realização de auditoria urgente sobre a utilização dos recursos financeiros do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), nas Fundações de Apoio (das universidades, das faculdades isoladas e dos CEFETs) e nas Cooperativas existentes nas instituições federais de ensino.

7.i. Reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede Federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFETs), com realização de concurso público pelo RJU;

7.j. Expansão das vagas para discentes nas IFES, condicionadas à ampliação de recursos orçamentários, criação de vagas para docentes e técnicos-administrativos, melhoria na infra-estrutura e aquisição de equipamentos, garantindo o padrão unitário de qualidade;

7.k. Suspensão do Programa de Qualificação Institucional (criado pelo MEC em 2002) com imediata restauração do PICDT, bem como a ampliação do número de bolsas para mestrado e doutorado, com reajuste nos valores dessas bolsas e a abertura de discussão para implantação do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN.

7.l – Reconhecimento do PNE: Proposta da Sociedade Brasileira como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação brasileira;

7.m– Extinção do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta (por meio da revogação da Lei 9.131/95), do ENEM e do SAEB, instituindo mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, mediante uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parta das

condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos;

7.n. Suspensão da implantação de cursos seqüenciais.

7.o. Suspensão imediata da criação de novas Instituições de Ensino Privadas e a autorização de novos cursos, bem como iniciar o processo de revisão das autorizações de cursos e do credenciamento das referidas Instituições desde 2000, de modo a garantir o padrão unitário de qualidade, até que sejam redefinidas as atribuições e a composição do Conselho Nacional de Educação.

8. O ANDES-SN deve intensificar a luta para que seja implementada pelo governo federal, como medida emergencial, a transformação em Universidade dos CEFETs que contemplem os princípios defendidos pelo movimento docente de acordo com a proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, a proposta de LDB do ANDES-SN e o PNE – Proposta da Sociedade Brasileira; e lutar para manter, nessas instituições, além de cursos de graduação e pós-graduação, os cursos técnicos integrados ao ensino médio (cursos técnicos de nível médio);

9. Seja realizada auditoria urgente sobre a utilização e a distribuição dos recursos financeiros do FUNDEF (Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério) e do FNDE (Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação).

10. O ANDES-SN e suas seções sindicais intensifiquem a luta contra o processo de privatização interna nas IES públicas, viabilizado pelas fundações de direito privado ditas “de apoio”, tomando medidas objetivas para levantamento de informações a respeito da atuação dessas entidades, iniciando esse processo pela elaboração de um dossiê com estas informações, a ser apresentado até o próximo Congresso.

11. O ANDES-SN divulgue nacionalmente os procedimentos para a realização do levantamento de dados a respeito das fundações privadas que atuam no âmbito das IES públicas, conforme discutido no encontro de Salvador do coletivo jurídico do ANDES-SN em 2002.

12. O ANDES-SN lute junto ao MEC e aos Poderes Executivos Estaduais para que seja implantada uma política responsável de expansão do ensino superior público, com o objetivo de reduzir a relação ensino privado/ensino público e manter a qualidade deste último. Para isto, considerar nos próximos quatro anos:

12.1. a instalação de novos campi, no caso das universidades já estabelecidas, ou a criação de novas universidades federais ou estaduais, em função da densidade populacional de potenciais alunos, pautada em diagnóstico e critérios transparentes, discutidos com a sociedade, tendo como princípio norteador a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão;

12.2. a expansão do ensino superior público, a taxas não superiores a 25% ao ano, para permitir a adaptação do sistema, com concomitante ampliação do financiamento; isto permitirá aumentar a oferta de vagas, em quatro anos, de fator próximo a 2,5 vezes;

12.3. que o custo médio de um aluno de graduação universitária tenha, como referência, um valor mundialmente aceitável, isto é, da ordem de 3000 dólares por aluno/ano; este corresponde a aproximadamente 60% do PIB/per capita para a maioria dos países em desenvolvimento.

12.4. que a relação alunos/professor no ensino superior, respeitado o tripé ensino-pesquisa-extensão, situe-se entre 10 e 15, sendo, portanto, necessário acoplar a expansão de vagas à contratação de professores corretamente habilitados, para

manter a proporção citada. (O sistema nacional de pós-graduação formou nos últimos anos um número considerável de mestres e doutores em quase todas as áreas, o que facilita a implementação deste quesito).

12.5. que, além de salas de aula, a criação de novos campi/universidades não prescindia da imediata instalação, com planos de futura ampliação, de bibliotecas e de laboratórios didáticos e de pesquisa, com quadro técnico-administrativo condizente com as funções a serem desempenhadas.

13. O 22º CONGRESSO recomenda que:

13.1. as seções sindicais desenvolvam estudos sobre os processos seletivos para ingresso nas IES públicas e privadas (como vestibular, seleções seriadas e outros) para posterior posicionamento sobre os mesmos.

13.2. as seções sindicais deverão intensificar as ações de denúncia e combate às medidas que vêm sendo implementadas pelas administrações das IES públicas que acentuam e aceleram o processo de privatização interna e a mercantilização das atividades educacionais por meio de contratos e convênios de prestação de serviços com governos municipais e estaduais e empresas públicas e privadas e que elaborem levantamentos detalhados dos cursos atualmente pagos e suas formas em cada IES.

13.3. as seções sindicais, as secretarias regionais e ao coletivo jurídico do ANDES-SN tomem as medidas judiciais cabíveis (pedido de instauração de inquérito civil público junto ao Ministério Público, apuração dos crimes de responsabilidade administrativa dos agentes públicos quanto aos atos de improbidade administrativa, ação popular) em todos os casos em que existam elementos suficientes que comprovem ilegalidades nas relações entre fundações de direito privado e IES públicas.

14. O 22º CONGRESSO delibera que o GTPE e GTC&T, com urgência:

14.1. realizem uma reunião para resgatar, sistematizar e consolidar as propostas já elaboradas e aprovadas nas instâncias do ANDES-SN, referentes à pós-graduação;

14.2. solicitem, juntamente com a Diretoria nacional, audiência com o MEC para discutir especificamente a pós-graduação;

14.3. estudem a proposta apresentada pela ADUSP quanto à construção de uma nova modalidade de análise tanto do sistema nacional quanto dos programas de pós-graduação, que leve em conta os aspectos qualitativos característicos da formação em cada área do saber;

14.4. debatam os critérios de avaliação utilizados para os programas de pós-graduação;

14.5. reivindiquem a suspensão imediata do incentivo à diminuição dos prazos de duração dos cursos de mestrado e doutorado bem como as restrições relativas à idade mínima.

15. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN lute para garantir políticas de :

15.1. formação de professores por meio de cursos de graduação plena, presenciais com, pelo menos, quatro anos de duração, oferecidos em instituições de ensino superior que contemplem, de forma articulada, as dimensões pedagógicas e de conteúdo específico, e que realizem, de forma indissociada, atividades de ensino, pesquisa e extensão.”

15.2. aperfeiçoamento docente continuado por meio de cursos presenciais adequados e não só por treinamento em serviço.

16. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

16.1. realize gestões efetivas, com a maior ênfase possível, junto aos Poderes da República, pela revogação da Lei 9192/95;

16.2. realize, por meio do GTPE, um levantamento junto à Câmara dos Deputados, visando a acompanhar o processo de tramitação de projetos que modifiquem a Lei 9192/95 e outros relativos ao tema.

16.3. reitere a resolução do 41º CONAD (Pelotas, 2000), que determina: que as Seções Sindicais retomem e aprofundem a discussão sobre a eleição de dirigentes, encaminhando o debate sobre:

16.3.1. o processo de escolha de dirigentes e a luta pela participação de todos os segmentos da comunidade;

16.3.2. os processos específicos de cada instituição, juntamente com outras entidades representativas, tendo como referência a proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira, que estabelece que a escolha de dirigentes nas IES deve ser realizada mediante processos estabelecidos e finalizados nas próprias instituições;

16.3.2. o caráter autoritário e antidemocrático da Lei 9192/95, bem como a necessidade de se construir o enfrentamento desta medida.

16.4. intensifique esforços junto a todas as forças acadêmicas, políticas, sociais e comunitárias do Brasil, passíveis de serem mobilizadas por todas as instâncias do Movimento Docente do ANDES-SN e pelas seções sindicais articuladas com os segmentos estudantis e técnico-administrativos das IES públicas brasileiras, visando:

16.4.1. retomar nestas instituições a discussão sobre a escolha de dirigentes, reiterando a resolução do XVIII CONGRESSO (Fortaleza, 1998) que recomendava a articulação com os demais segmentos da comunidade universitária na intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase nos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias;

16.4.2. empreender gestões, com ênfase redobrada, junto aos Poderes da República, pela efetiva consagração da Autonomia Universitária como definida nos artigos 205 e 207 da Constituição Federal, por meio de todas as instâncias devidas, de caráter acadêmico, patrimonial, financeiro e gerencial, removendo-se todos os vestígios da legislação autoritária remanescente, buscando-se sustar todas as afrontas à universidade;

16.4.3. promover, em todos os espaços de relacionamento que se abrirem, o esclarecimento da opinião pública e da própria comunidade das IES públicas, a começar por suas instâncias dirigentes, bem como dos administradores públicos, dos políticos e da imprensa, para que a questão da democracia interna nas instituições de ensino superior torne-se tema nacional, de modo a consolidarmos na opinião nacional a autonomia de direito que conquistamos e ampliarmos a implementação dela até os reais limites constitucionais.

17. O 22º CONGRESSO delibera que a Diretoria do ANDES-SN apresente uma versão atualizada e revisada da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, consubstanciada no Caderno ANDES N°2 (Guaratinguetá, 1996), para apreciação do 46º CONAD, compatibilizando-a com deliberações posteriores de CONGRESSOS, e CONADs. Recomenda-se que seja atualizado o nome do caderno.

18. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

18.1. indique às entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a realização do 5º CONED no 2º Semestre de 2004, tendo como objetivos a avaliação das políticas educacionais em curso no Brasil, tomando como referência o PNE-Proposta da Sociedade Brasileira e a preparação de subsídios para as discussões da Plataforma Mundial de Educação no FME.

18.2. sugira, como integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, sugira a articulação com o Fórum Mundial de Educação para a formulação da “Plataforma Mundial de Educação”, proposta na Declaração de Porto Alegre-janeiro de 2003.

18.3. constitua um grupo de trabalho para elaborar propostas de destinação de recursos fiscais mínimos para o custeio das IES públicas brasileiras. Estas propostas seriam posteriormente avaliadas pelo movimento como reivindicações a serem encaminhadas aos governos e aos poderes legislativos. É necessário que este grupo tenha em conta as particularidades das receitas tributárias relativas aos governos federal e de cada estado.

18.4. promova, por meio do GT Verbas e dos Setores das IFES e das IEES, estudos sobre as receitas tributárias dos estados e da União sobre os orçamentos das IFES, das IEES e sobre a evolução dos salários, visando subsidiar a luta pela reposição salarial e pelo cumprimento do financiamento público integral das IES públicas.

19. O 22º CONGRESSO delibera que as seções sindicais

19.1. estimulem a construção democrática dos orçamentos em suas respectivas IES públicas tomando como referência os princípios da gratuidade do ensino e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo que cada instituição apresente proposta de orçamento que contemple o financiamento público integral da IES pública.

19.2. avaliem, a partir de consulta às assessorias jurídicas, a possibilidade de apresentar denúncia ao Ministério Público contra a ausência de transparência por parte das fundações ligadas às IES públicas, no que se refere à administração dos recursos financeiros.

19.3. realizem, no primeiro semestre de 2003, seminário sobre precarização do trabalho docente nas IES.

20 – O 22º CONGRESSO recomenda que a diretoria do ANDES-SN deve encaminhar uma consulta às Seções Sindicais com o objetivo de receber manifestações sobre as instituições em que serão coletadas as informações a respeito do processo de privatização interna das IES públicas por meio das fundações de direito privado.

V – CIÊNCIA E TECNOLOGIA

1. O 22º CONGRESSO do ANDES-SN aprova como recomendação:

1.1. a realização, em conjunto com o GTSS/A, em Brasília-DF ou em Florianópolis-SC (APUFSC), no 1º semestre-2003, de um seminário sobre a Política Nacional de Pesquisa Científico-Tecnológica de Medicamentos e Assistência Farmacêutica para preparar e organizar a participação do ANDES-SN e de suas seções sindicais na Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica.

1.2. a realização, na ADUFF, no 2º semestre-2003, de um seminário nacional sobre a Pesquisa Oceânica nas Universidades Brasileiras para discutir a formação de

pessoal, os tratados que envolvem os recursos naturais das bacias costeiras, os limites da costa brasileira e o Projeto Antártico.

1.3. a realização, na Regional Leste, em Belo Horizonte-MG, de um encontro sobre Formas de Organização da Universidade e as Demandas Científico-Tecnológicas da Sociedade Brasileira, para discutir como a universidade deve organizar-se para melhor interagir com a sociedade e para responder aos desafios da construção do conhecimento.

1.4. a realização, em conjunto com a Regional Nordeste-II e respectivas seções sindicais, de atividades durante a 55ª Reunião Anual da SBPC, em Recife-PE, de 13 a 18.7.03, para discutir ciência e tecnologia no novo governo, política industrial e inovação tecnológica, energia nuclear no Brasil e os tratados de não-proliferação de armas, a ética da ciência e dos pesquisadores e o financiamento da pesquisa no estado de São Paulo.

1.5. a realização das seguintes atividades, em conjunto com as secretarias regionais:

1.5.1. Norte I e Norte II – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os povos indígenas e as populações tradicionais, campos de estágio para interação com estudantes e docentes de outras regiões.

1.5.2. Nordeste I, II e III – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os movimentos sociais, campos de estágio para a interação com estudantes e docentes de outras regiões.

1.5.3. Sul – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os movimentos sociais, campos de estágio para a interação com estudantes e docentes de outras regiões.

1.5.4. Rio Grande do Sul – Encontro sobre a Política de C&T nos países do Mercosul.

1.6. a realização, em conjunto com a Regional Rio e respectivas seções sindicais, de um debate, na Academia Brasileira de Ciência, sobre “A Pesquisa Científica e a Formação de Pessoal no Brasil”, para discutir os programas e projetos do MCT e buscar um diálogo com a ABC.

1.7. a realização, em conjunto com a Regional São Paulo e Regional da SBPC/São Paulo, de um seminário sobre A Pesquisa Espacial Brasileira para discutir a pesquisa do setor, a formação de pessoal, o Centro de Lançamento de Alcântara e o SIVAM.

1.8. a promoção, em conjunto com as secretarias regionais, de discussões sobre a Lei da Propriedade Intelectual e suas implicações para a pesquisa científico-tecnológica e para a indústria no Brasil.

1.9. a realização, em conjunto com as Secretarias NE I e II e respectivas seções sindicais, de um seminário sobre a pesquisa científico-tecnológica no semi-árido e a transferência dos resultados para região.

2. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES–SN:

2.1. realize, por intermédio do GT de Ciência e Tecnologia, um estudo aprofundado do processo de transformação crescente das unidades de pesquisa do MCT em Organizações Sociais, observando-se ali a concretização explícita e antecipada da maioria das propostas do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica ainda em discussão;

2.2. realize um seminário nacional, durante o primeiro semestre de 2003, com a participação do MCT, sociedades científicas e de pesquisa tecnológica e o setor industrial para discutir a política científica e tecnológica do novo governo (MCT)".

2.3. engaje-se na Campanha Mundial pelo reconhecimento das sementes como patrimônio da humanidade, articuladamente com os movimentos sociais comprometidos com esta luta como o MST e a Via Campesina, produzindo um cartaz nacional com esta temática, e somando-se efetivamente ao calendário deste movimento, junto às demais organizações.

3. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN lute pela:

3.1. revisão da política dos fundos setoriais de forma a atender todos os setores da universidade.

3.3. aprovação de um projeto de lei proibindo o uso de transgênicos no país.

3.4. revogação da lei de patentes.

4. O 22º CONGRESSO recomenda que o ANDES-SN e suas seções sindicais:

4.1. participem de forma mais efetiva da discussão para elaboração de uma política de informática para o país.

4.2. elabore, por meio do GTCA, uma política de informática para o Sindicato, inclusive com a possibilidade de substituir o mais breve possível o software de seus computadores, substituindo o software proprietário por software livre e de código aberto.

4.3. participem mais efetivamente da luta para a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia nacional de televisão digital.

4.4. intensifiquem a discussão no GT C&T do ANDES-SN no sentido de resgatar a discussão acumulada e as propostas anteriormente elaboradas pelo Sindicato para esta área (Caderno 2 da ANDES-SN e demais documentos).

5. O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN realize um seminário nacional, com a finalidade de elaborar propostas com vista a um modelo nacional de políticas de ciência & tecnologia, voltado para as questões sociais e para o desenvolvimento do país na construção de uma sociedade justa e igualitária.

6. Intensifique a inserção e o diálogo com outras entidades da sociedade civil organizada, incluindo as sociedades científicas e a SBPC, no sentido de procurar estabelecer espaços para a construção de propostas para a elaboração de um novo modelo nacional de ciência & tecnologia.

VI - POLÍTICA AGRÁRIA

O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1. realize, em 2003, o III Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, com vista a atualizar a discussão e os encaminhamentos sobre a questão agrária no Sindicato e aprofunde a relação com as entidades dos movimentos sociais de luta pela terra.

2. retome contatos e rearticule-se com as organizações que lutam pela terra e discutem a questão agrária com os objetivos de discutir e implementar ações que tratem de:

2.1. denúncias de violências promovidas contra os que lutam pela terra;

- 2.2.** combate à criminalização dos movimentos sociais;
- 2.3.** consolidação e ampliação da rede de pesquisadores sobre a questão agrária, existente no MST, ampliando-se essa articulação para a Via Campesina.
- 3.** invista na rede de pesquisadores comprometidos com movimentos sociais, para contribuir na elaboração de um projeto popular de desenvolvimento agrário, junto à Via Campesina, que congrega o MST, o MPA, o MAB, a CPT, entre outros movimentos sociais.
- 4.** articule uma política nacional e sistemática da universidade com os movimentos sociais organizados, no sentido de propiciar aos camponeses o acesso ao ensino superior público.
- 5.** intensifique, com recomendação às seções sindicais, as ações no sentido de estreitar as relações com os trabalhadores do campo, com a perspectiva de intensificar as lutas que taticamente nos unifiquem, principalmente em relação à luta pelo direito à terra, defesa ambiental e preservação da vida, vinculando-as na rede de pesquisadores comprometidos com os movimentos sociais.
- 6.** engaje-se, com recomendação às seções sindicais e articuladamente com entidades civis, parlamentares e todos aqueles que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos, na campanha do povo Xukuru encaminhando e-mail, fax e cartas para a Presidência da República, Ministério da Justiça, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Funai e para o Procurador Geral da República, exigindo das autoridades brasileiras que, conforme determina a Constituição Federal, atendam às reivindicações do povo Xukuru como única forma eficaz de resolver o problema da demarcação de suas terras, inclusive com a imediata retirada de todos os invasores do seu território.
- 7.** coordene, por intermédio do GTPA nacional, articuladamente com os GTPAs locais e entidades civis, parlamentares e militantes que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos, a elaboração de um Dossiê sobre a situação dos povos indígenas brasileiros, para fins de denúncia e de subsídio na formulação de suas teses, contendo o mapeamento das áreas de conflitos pelo direito à terra dos povos indígenas em todo território nacional.

RATEIO DO 22º CONGRESSO

°	AD	Nº Filiados	Nº Delegados PERMITIDO	Nº Delgados Presentes	Fator	COTA	Taxa Observadores	Passagem Aérea/Terres	PAGAR RECEBER(-)
NORTE 1									
1	ADUA	835	8	2	2,0	5.196,10	0,00	4.884,00	312,10
2	ADUNIR	237	4	1	1,0	2.598,05	0,00	3.148,00	-549,95
3	ADUFAC	377	5	2	2,0	5.196,10	0,00	6.412,00	-1.215,90
4	SESDUF-RR	152	3	2	2,0	5.196,10	0,00	5.784,00	-587,90
NORTE 2									
5	ADUFPA	1.387	9	4	4,0	10.392,20	0,00	5.528,00	4.864,20
6	SINDUFAP	88	2	2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
NORDESTE I									
7	SINDUECE	40	2	2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
8	APRUMA	912	8	2	2,0	5.196,10	0,00	140,00	5.056,10
9	ADUFC	1.920	10	9	9,0	23.382,45	0,00	882,00	22.500,45
10	SINDURCA	57	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
11	ADUNIFOR	259	4	2	2,0	5.196,10	0,00	196,00	5.000,10
12	ADUFPI	1.237	9	9	9,0	23.382,45	200,00	0,00	23.582,45
13	ADCESP	350	5	5	5,0	12.990,25	80,00	0,00	13.070,25
NORDESTE II									
14	ADUEPB	519	7	1	1,0	2.598,05	0,00	2.172,00	426,05
15	ADUFPB-CG	830	8	4	4,0	10.392,20	0,00	13.008,00	-2.615,80
16	ADUC	96	2	2	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
17	ADUPE	779	8	5	5,0	12.990,25	0,00	8.590,00	4.400,25
18	ADUFERPE	600	7	7	7,0	18.186,35	80,00	12.026,00	6.240,35
19	ADUFPB-PATOS	80	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
20	ADFURRN/ADUERN	545	7	2	2,0	5.196,10	0,00	2.952,00	2.244,10
21	ADUFEPE	1.860	10	10	10,0	25.980,50	0,00	17.180,00	8.800,50

22	ADURN	2.027	11	11	11,0	28.578,55	0,00	16.236,00	12.342,55
23	ADUFPB-JP	2.066	11	11	11,0	28.578,55	120,00	23.892,00	4.806,55
NORDESTE III									
24	ADUFAL	1.092	9	4	4,0	10.392,20	0,00	7.656,00	2.736,20
25	ADUSC	346	5	1	1,0	2.598,05	0,00	2.258,00	340,05
26	SINDFUNESA	0	1	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
27	ADUSB	496	6	4	4,0	10.392,20	0,00	9.032,00	1.360,20
28	ADUCSAL	351	5	4	4,0	10.392,20	0,00	9.032,00	1.360,20
29	ADUFS-SE	680	7	5	5,0	12.990,25	0,00	9.770,00	3.220,25
30	APUB	2.531	12	7	7,0	18.186,35	0,00	15.806,00	2.380,35
31	ADUNEB	460	6	3	3,0	7.794,15	0,00	6.774,00	1.020,15
PLANALTO									
32	ADUNB	1.439	9	8	8,0	20.784,40	0,00	14.896,00	5.888,40
33	ADUFG	1.585	10	10	10,0	25.980,50	0,00	20.120,00	5.860,50
PANTANAL									
34	ADUFMAT	1.180	9	5	5,0	12.990,25	0,00	12.250,00	740,25
35	ADUNEMAT	368	5	1	1,0	2.598,05	0,00	2.450,00	148,05
LESTE									
36	ASPUV	897	8	3	3,0	7.794,15	0,00	7.062,00	732,15
37	APUBH	2.728	12	12	12,0	31.176,60	40,00	27.672,00	3.544,60
38	APES-JF	1.026	9	9	9,0	23.382,45	20,00	22.536,00	866,45
39	ADUFLA	371	5	1	1,0	2.598,05	0,00	2.306,00	292,05
40	ADUFU	1.250	9	9	9,0	23.382,45	0,00	19.314,00	4.068,45
41	SINDCEFET-MG	461	6	5	5,0	12.990,25	0,00	11.530,00	1.460,25
42	ADUFES	1.161	9	3	3,0	7.794,15	0,00	8.136,00	-341,85
43	ADFUNREI	207	4	2	2,0	5.196,10	0,00	4.692,80	503,30
44	ADUFOP	321	5	1	1,0	2.598,05	0,00	2.328,00	270,05
RIO DE JANEIRO									
45	ASDUERJ	1.457	9	9	9,0	23.382,45	0,00	22.878,00	504,45

46	ADUFRJ	3.398	13	7	7,0	18.186,35	0,00	17.794,00	392,35
47	ADCEFET-RJ	520	7	2	2,0	5.196,10	0,00	5.084,00	112,10
48	ADUNIRIO	625	7	2	2,0	5.196,10	0,00	5.084,00	112,10
49	ADUR-RJ	684	7	6	6,0	15.588,30	0,00	15.252,00	336,30
50	SESDUENF	130	3	1	1,0	2.598,05	0,00	2.542,00	56,05
51	ADUFF	2.581	12	11	11,0	28.578,55	0,00	26.972,00	1.606,55
SÃO PAULO									
52	ADUNICAMP	1.990	10	4	4,0	10.392,20	0,00	10.112,00	280,20
53	ADUFSCAR	693	7	7	7,0	18.186,35	0,00	17.619,00	567,35
54	ADUNIMEP	435	6	2	2,0	5.196,10	0,00	5.000,00	196,10
55	ADUNESP	1.570	10	6	6,0	15.588,30	0,00	14.760,00	828,30
56	ADUSP	3.027	13	10	10,0	25.980,50	0,00	24.600,00	1.380,50
57	ADUNIFESP	512	7	1	1,0	2.598,05	0,00	2.460,00	138,05
SUL									
58	SINDOCEFET-PR	1.040	9	9	9,0	23.382,45	40,00	24.768,00	-1.345,55
59	APUFSC	2.295	11	11	11,0	28.578,55	20,00	32.120,00	-3.521,45
60	ADUNIOESTE	34	2	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
61	SINDUEPG	0	1	1	0,0	0,00	0,00	0,00	0,00
62	ADUEL	398	5	2	2,0	5.196,10	0,00	5.504,00	-307,90
63	APUFPR	2.449	11	11	11,0	28.578,55	0,00	30.272,00	-1.693,45
RIO GRANDE DO SUL									
64	SEDUFMS	1.172	9	2	2,0	5.196,10	0,00	6.544,00	-1.347,90
65	ADUFPEL	1.135	9	5	5,0	12.990,25	0,00	15.950,00	-2.959,75
66	ADUFRGS	2.689	12	12	12,0	31.176,60	0,00	36.648,00	-5.471,40
67	APROFURG	690	7	4	4,0	10.392,20	0,00	12.440,00	-2.047,80
					310,0		600,00	673.053,80	

José Vitório Zago
1º Tesoureiro do ANDES-SN

Francisco das Chagas Cardoso
Diretor Fincanceiro da ADUFPI

PREVISÃO DE GASTOS 22º CONGRESSO

Especificação	Previsão
1 - PESSOAL	
ANDES-SN (Secretaria, Tesouraria e Imprensa)	
Passagens aéreas (5 funcionários)	5.940,00
Diárias (5 funcionários)	2.650,00
Hora extras (5 funcionários)	8.500,00
Hotel	3.500,00
Táxi	800,00
	21.390,00
ADUFPI	
Horas extras (7 funcionários)	3.000,00
Alimentação	1.500,00
Bolsistas	3.000,00
	7.500,00
Apoio	
Pessoal Limpeza	2.000,00
Transporte	330,00
	2.330,00
2 - COMUNICAÇÃO	
Instalação de linhas telefônicas	600,00
Internet (Provedor)	500,00
Conta telefônica	2.000,00
	3.100,00
3 - IMPRENSA E DIVULGAÇÃO	
Caderno Textos (fotolito, editoração, impressão)	3.338,54
Correios (Sedex e Vaspex)	1.600,00
Cartaz, Faixas, Convites e Bandeiras, Blocos, Banners, Canetas, Outdoor, Crachás	19.000,00
Filmagem	2.500,00
Fotografo	1.000,00
Pastas	7.000,00
Camisetas e Bonés	7.000,00
	41.438,54
4 - INFRAESTRUTURA	
Estrutura Física	
Aluguel de Equipamentos, Xerox, Computadores	7.500,00
Aluguel salas e auditórios	8.580,00
Despesas com Comissão Organizadora	1.718,00
	17.798,00
Prestação de Serviços	
Serviços Prestados de Manutenção em Computadores	1.500,00
Decoração Salão	500,00
Coffee Break e Coquetel, Água e Café	14.400,00
Músico	300,00
Som Plenária	300,00
Show de Abertura	1.500,00

Combustível	1.000,00
Assessoria de Imprensa (ADUFPI)	2.000,00
Traslado de Repres. Movimento Sociais)	300,00
	21.800,00
Material de Consumo	
Material de Limpeza, Café, Chás e Biscoitos	2.500,00
Material de Escritório, Informática e Consumo	3.000,00
	5.500,00
TOTAL	120.856,54

José Vitório Zago
1º Tesoureiro do ANDES-SN

Francisco das Chagas Cardoso
Diretor Financeiro da ADUFPI

RESUMO DA PREVISÃO DE DESPESAS

ITENS	RECEITA	DESPESA
1 - Pessoal		31.220,00
2 - Comunicação		3.100,00
3 - Imprensa e Divulgação		41.438,54
4 - Infraestrutura		45.098,00
		120.856,54
Receita de Observadores	600,00	
Total de Gastos na Organização		120.856,54
Margem de Segurança (10%)		12.085,65
Transporte de Delegados		673.053,80
Valor a ser rateado		805.395,99
Taxa de rateio		2.598,05

José Vitório Zago
1º Tesoureiro do ANDES-SN

Francisco das Chagas Cardoso
Diretor Financeiro da ADUFPI

CADERNO DE TEXTOS

22º CONGRESSO DO ANDES-Sindicato Nacional

Teresina - PI, 8 a 13 de março de 2003.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 3º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 322-7561

Fax: (061) 224-9716

Gestão 2002/2004

Presidente: Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Secretária Geral: Celi Zulke Taffarel

1º Tesoureiro: José Vítório Zago

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Antônio José Vale da Costa

Revisora responsável pelos textos da Diretoria: Maria Margarida Pinto Coelho

Secretária: Maria Angélica Campelo Bezerra

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

Apresentação

O 22º CONGRESSO DO ANDES-SN realiza-se em momento oportuno quando, a materialização das principais medidas do governo Lula estão anunciadas e os dois grandes Fóruns Mundiais – Educação e Social Mundial ocorreram, indicando como central a resistência aos avanços da implementação mundializada da política neoliberal, modelo político esgotado que conduziu à destruição dos postos de trabalho, à devastação dos serviços públicos, ao questionamento de todos os direitos conquistados ao longo de décadas, à desnacionalização da economia e à destruição do patrimônio público.

Vamos ter oportunidade de analisar com maior profundidade a conjuntura atual para melhor compreensão do impacto das políticas violentas praticadas pelos governos das "grandes potências" capitalistas sobre a vasta maioria da humanidade com o objetivo de criar estratégias de enfrentamento capazes de romper com o mito da inexorabilidade da lógica capitalista imposta ao mundo e potencializar a luta pela construção da sociedade socialista. A compreensão dessa conjuntura exige avaliar o significado para o mundo das decorrências dos massacres do povo palestino e das investidas ferrenhas na América Latina, exacerbados pela iminência da guerra contra o Iraque.

O 22º Congresso permitirá ao conjunto da categoria posicionar-se, quanto às medidas anunciadas pelo novo governo da principal nação latino-americana que se estruturou alicerçado na colaboração de classes, com adoção de um programa capitalista com a participação de representantes da burguesia financeira. As preocupações que demarcam o momento estão ligadas às composições políticas do governo Lula às primeiras medidas que estão sendo tomadas.

Trata-se de um governo cujo eixo é um partido construído na luta do movimento sindical e operário, das organizações de esquerda e dos movimentos populares: o PT, mas numa coligação burguesa de governo cujo programa está estruturado sobre as mesmas teses fundamentais que presidiram a administração FHC, tanto no que diz respeito à política econômica quanto no que se refere à concepção de políticas sociais descomprometida com a perspectiva da "focalização nos mais pobres", ou seja, com o caráter universal do serviço público e dos direitos.

As medidas anunciadas pelo governo Lula configuram um quadro de expectativas bastante negativo para o movimento sindical, inclusive para o movimento docente.

O governo Lula inicia-se premido pelo antagonismo de classe expresso na expectativa popular de justiça social protagonizada pelas massas e na exigência, cada vez maior, de manutenção das condições de acumulação de capital protagonizada pelos agentes do Imperialismo, ante o que o governo Lula busca os meios de aplicar a política de flexibilização e desregulamentação e o beneplácito das organizações dos trabalhadores.

No que concerne em especial à Educação, Cristóvam Buarque assume o Ministério com uma forte pressão das demandas e reivindicações colocadas ao longo da história. Já anunciou os três principais eixos do governo Lula para a Educação, a saber: o analfabetismo; a educação básica; e a universidade. O ANDES-SN apresentou ao Ministro o Projeto de Universidade e a sua Pauta de Reivindicações atualizada e a ser protocolada no MEC. Com os seguintes documentos: O PNE da sociedade brasileira, que estabelece 10 % do PIB para educação; novas contratações; a incorporação de gratificações; a instalação de mesas de negociação; a não-aprovação da Lei de Inovação Tecnológica.

A reposição salarial emergencial; a recuperação de perdas históricas; a incorporação de gratificações e o cumprimento dos termos de acordo de greve são reivindicações das quais o movimento docente não poderá abdicar.

Estamos apresentando, anexo ao presente caderno de texto, as resoluções já aprovadas no 21º Congresso e no 43º CONAD e introduzindo novas resoluções a serem debatidas e avaliadas durante o Congresso e, assim, armar o conjunto da categoria para o enfrentamento necessário às políticas de ajuste estrutural.

O ANDES-SN, reafirmando sua postura histórica de sindicato classista combate a reforma anunciada e defende os direitos previdenciários dos servidores na sua integralidade, ao mesmo tempo em que luta pela extensão destes direitos ao conjunto da classe trabalhadora. O ANDES-SN mantém a mesma posição do movimento sindical brasileiro, isto é, de recusar toda quebra de direitos trabalhistas codificados na CLT. Em relação à reforma sindical, ratifica a posição histórica da CUT de defesa da Convenção 87 da OIT, que assegura plena liberdade e autonomia sindicais.

A diretriz básica das relações do Sindicato Nacional com o novo governo será estabelecida a partir da autonomia e independência sindical e com base nas reivindicações. O ANDES-SN não se dispõe, como sujeito político, a implementar medidas que retirem dos trabalhadores direitos e conquistas históricas e que restrinjam a expansão das condições que dignificam a vida humana. Desta forma, fica claro o lugar que deve ocupar o sindicalismo classista, combativo, autônomo, democrático e independente. Fica claro, também, o papel do ANDES-SN e da Central Única dos Trabalhadores na reafirmação de suas plataformas de lutas com as bandeiras efetivamente capazes de promover a emancipação nacional e o atendimento das reivindicações populares: *Fora FMI; Não ao pagamento da dívida externa; Não à ALCA/OMC, por um plebiscito oficial sobre a ALCA, retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA; Não à guerra, contra a militarização e a entrega da base de Alcântara; Reforma agrária sob controle dos trabalhadores; Reestatização das empresas privatizadas; Não às reformas previdenciária e trabalhista e; Não ao pacto social que retira direitos dos trabalhadores.* Negociações Já.

A partir destas reivindicações e bandeiras, o ANDES-SN deve aprofundar suas relações com o conjunto dos movimentos sindical e popular, em especial o funcionalismo público, buscando a construção de uma unidade política e de ação capaz de afirmar uma plataforma classista que se oponha àquela posta em prática pela classe dominante em consonância com as políticas ditadas pelo FMI. Recomendamos às Seções Sindicais que participem dos congressos estaduais e nacional da CUT, para que neles reafirmemos as bandeiras e reivindicações acima e para que reconduzamos a CUT para uma perspectiva de sindicalismo classista e combativo que não se curve às políticas de conciliação de classes em detrimento dos direitos dos trabalhadores.

A LUTA CONTINUA

A Diretoria

SUMÁRIO

Pauta e Cronograma	
Regimento do 22º Congresso	
MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 1 – Movimento Docente e Conjuntura – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 2 – Análise das Eleições Gerais de 2002 - Análise de Conjuntura para o 22º Congresso da ANDES-SN - Contribuição dos profs. José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior (sindicalizados à ADUFOP SSind).	
Texto 3 -. A Questão Racial na Conjuntura Pós-Durban no Brasil, Cuba e Estados Unidos - contribuição do prof. Dr. Marcelo Tragtenberg - Departamento De Física da UFSC e membro do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN e da APUFSC.	
Texto 4 - O Governo Lula e o Desafio Histórico da Construção de um Projeto Democrático e Popular de Sociedade – contribuição do prof. Rodrigo de Souza Dantas, Professor-Adjunto de Filosofia na Unb, Doutor em Filosofia pela UFRJ e Secretário Geral da ADUNB S.Sind.	
Texto 5 - Movimento Docente, Universidade e Capitalismo do Conhecimento - contribuição da professora Beatriz Couto – sindicalizada da APUBH S. Sind.	
Texto 6 - Tendências do Capitalismo e Movimento Docente - contribuição do Prof. José Glauco Tostes – sindicalizado da ADUENF/SESDUENF.	
Texto 7 - "Uma Outra Integração Latino-Americana é Possível" – contribuição da professora Alejandra Pascual – diretoria da ADUnB-S.Sind.	
TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
Texto 8 – Eixos do Plano Geral de Lutas – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 9 – Plano de Lutas do Setor das IFES – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 10 – Plano de Lutas do Setor das IEES – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 11 – Plano de Lutas do Setor das IPES – Diretoria do ANDES-SN.	
Tema II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 12 – Alteração Estatutária – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 13 – Hegemonia e Estrutura do ANDES-SN - contribuição da diretoria do SINDUFAP-S.Sind.	
Texto 14 – Conselho Editorial do INFORMANDES - Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 15 – Atribuição – Efeito Suspensivo – Requerido pelo Professor Dalton Melo Macambira - Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 16 – Prestação de Contas do 45º CONAD - Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 17– Homologação de Transformação/Criação de Seções Sindicais - Diretoria do ANDES-SN - Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 18 – Sede do 23º Congresso - Diretoria do ANDES-SN - Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 19– Inscrições nos Grupos de Trabalho - Diretoria do ANDES-SN.	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
Texto 20– Política Educacional – As Instituições de Educação Superior e a Nova Conjuntura Política Brasileira - Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 21– O Combate à Privatização da Universidade Pública pelas Fundações Privadas ditas “De Apoio” - contribuição da diretoria da ADUSP-S.Sind.	
Texto 22 – Expansão (com Qualidade) do Ensino Superior Público - contribuição das diretorias da ADUSP-S.Sind e da ADUNESP-S.Sind.	
Texto 23 – Organização da Pós – Graduação no País - contribuição da diretoria da ADUSP-S.Sind.	
Texto 24 – Organização de um efetivo Sistema Nacional de Educação - contribuição da diretoria da ADUSP-S.Sind.	
Texto 25 – Políticas de Formação de Professores - contribuição da diretoria da ADUSP-S.Sind.	
Texto 26 – Autonomia Universitária - contribuição da diretoria da APUBH e aprovado pela Assembléia dos Professores da UFMG.	

Texto 27 – Escolha de Dirigentes - contribuição da diretoria da APROFURG-S.Sind.	
Texto 28 – Sistema Nacional de Educação, Transformação Social e Políticas Públicas - contribuição professoras Gelta Terezinha Ramos Xavier e Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira (sindicalizadas ADUFF).	
Texto 29 – Seguridade Social – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 30 – Reforma da Previdência - contribuição da diretoria da APUBH e Dept. de Carreira e Trabalho Docente.	
Texto 31 - Hospitais Universitários: Crise de Identidade e Paternidade - contribuição da Diretoria da APUBH, Departamento de Saúde e HU e representação no Conselho de Saúde)	
Texto 32 – Política de Formação Sindical – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 33 – Ciência e Tecnologia – Diretoria do ANDES-SN	
Texto 34 - Mudanças nas políticas de educação, ciência e tecnologia, um caminho próprio para o País na comunidade internacional - Contribuição do prof. João Carlos Hohl Abrahão (sindicalizado à ADUnB-SSind).	
Texto 35 – Política Agrária – Diretoria do ANDES-SN.	
Texto 36 – Etnia, Gênero e Classe – Diretoria ANDES-SN	
Texto 37– A Plataforma Política feminista e o empoderamento das mulheres - contribuição profs. José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior (filiaados à ADUFOP – S.Sind).	
Texto 38– A questão étnica e a ANDES-SN (negros e índios, cotas, ações afirmativas) - Contribuição dos professores Marcelo Tragtenberg e Regina Vasconcelos Antonio (Membros do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe da APUFSC).	
Texto 39 - Carreira Docente - contribuição da Diretoria da APUBH e aprovado pela Assembléia Geral dos Professores da UFMG.	
Apêndice – Plano Geral de Lutas do Sindicato aprovado no 45º CONAD.	

Os Textos Resolução receberam a mesma numeração que os Textos Apoio correspondentes. No caso de Texto Apoio sem Resolução, seu número foi preservado para que, porventura, sejam utilizados como propostas de Resoluções durante o evento.

SUMÁRIO

TEMA I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos.	
TR 8 – Eixos do Plano Geral de Lutas	
TR 9 – Plano de Lutas do Setor das IFES	
TR 10 – Plano de Lutas do Setor das IEES	
TR 11 – Plano de Lutas do Setor das IPES	
TEMA II – QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 12 – Alteração Estatutária.	
TR 13 – Hegemonia e Estrutura do ANDES-SN.	
TR 14 – Conselho Editorial do INFORMANDES.	
TR 15 – Atribuição – Efeito Suspensivo – Requerido pelo Professor Dalton Melo Macambira.	
TR 16 – Prestação de Contas do 45º CONAD.	
TR 17 – Homologação de Transformação/Criação de Seções Sindicais.	
TR 18 – Sede do 23º Congresso.	
TEMA III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe	
TR 20 – Política Educacional – As Instituições de Educação Superior e a Nova Conjuntura Política Brasileira	
TR 21 – O Combate à Privatização da Universidade Pública pelas Fundações Privadas ditas “De Apoio”	
TR 22 – Expansão (com Qualidade) do Ensino Superior Público.	
TR 23 – Organização da Pós – Graduação no País.	
TR 24 – Organização de um efetivo Sistema Nacional de Educação.	
TR 25 – Políticas de Formação de Professores.	
TR 26 – Autonomia Universitária.	
TR 27 – Escolha de Dirigentes.	
TR 28 – Sistema Nacional de Educação, Transformação Social e Políticas Públicas.	
TR 29 – Seguridade Social	
TR 30 – Reforma da Previdência.	
TR 31 - Hospitais Universitários: Crise de Identidade e Paternidade.	
TR 32 - Política de Formação Sindical.	
TR 33 - Ciência e Tecnologia	
TR 35 - Política Agrária.	
TR 36 - Etnia, Gênero e Classe	
TR 37 - A Plataforma Política feminista e o empoderamento das mulheres	
TR 38 – A questão étnica e a ANDES-SN (negros e índios, cotas, ações afirmativas)	
TR 39 - Carreira Docente	

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 22º CONGRESSO

8/3 Sábado	9/3 Domingo	10/3 2ª feira	11/3 3ª feira	12/3 4ª feira	13/3 5ª feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária Inicial Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 12h	Grupos Mistos Tema III 9h às 12h	Plenária do Tema I 9h às 12h	Plenária do Tema III 9h às 12h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema II 14h às 17h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Plenária do Tema II 14h às 17h	<i>Plenária do Tema III 15h às 18h</i>
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 20h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Plenária do Tema I 19h às 22h	Plenária do Tema II 19h às 22h	Plenária de Encerramento 19h às 22h

Temário:

Movimento Docente e Conjuntura

Tema I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos.

Tema II - Questões Organizativas e Financeiras

Tema III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

REGIMENTO DO 22º CONGRESSO

Capítulo I - Do CONGRESSO

Art. 1º - O 22º CONGRESSO do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES-SN, previsto no inciso I do Art. 13 do Estatuto do ANDES-SN, convocado pela Diretoria, conforme o inciso XII do Art. 30 do Estatuto do ANDES-SN, reúne-se de 8 a 13 de março de 2003, na cidade de Teresina (PI), organizado pela ADUFPI - SEÇÃO SINDICAL.

Art. 2º - O 22º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL tem como finalidade deliberar sobre a PAUTA aprovada em sua Plenária de Instalação, de acordo com o disposto no Art. 19 de seu Estatuto.

Capítulo II - Das Atribuições

Art. 3º - São atribuições do 22º CONGRESSO, conforme dispõem os incisos I a X do Art. 15 do ESTATUTO do ANDES-SN:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - excluir os sindicalizados, em consonância com o disposto no art. 11;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente da pauta do mesmo;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de AD-S.SIND, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das AD-S.SIND, observado o disposto no art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes."

Capítulo III – Dos(as) Participantes

Art. 4º - São participantes do 22º CONGRESSO:

I – delegados(as) devidamente credenciados(as), com direito à voz e a voto:

a – um(a) por diretoria de Seção Sindical (inciso I, Art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN;

b - de base de cada Seção Sindical (inciso II, Art. 16 do Estatuto) do ANDES-SN, escolhidos(as) em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17.

c - representantes dos(as) sindicalizados(as) via Secretarias Regionais (inciso III, Art. 16 do Estatuto).

II - os membros das Comissões Organizadora e Diretora do 22º CONGRESSO, com direito à voz;

III – os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN, devidamente credenciados(as) como observadores(as) pela sua respectiva Seção Sindical e SR(Secretaria Regional), com direito à voz. Estes(as) deverão ter seus nomes indicados na ata da Assembléia que constituiu a delegação ao 22º Congresso;

IV – os(as) convidados(as) pela Comissão Organizadora e Comissão Diretora, com direito à voz.

§ 1º - Os(as) sindicalizados(as) do ANDES-SN não poderão participar como convidados(as) do 22º CONGRESSO, salvo na condição de pesquisadores(as), participantes de seminários, para prestar assessoria ou dar esclarecimentos.

§ 2º - Os(as) delegados(as), devidamente credenciados(as), só podem ser substituídos(as), durante a realização do 22º CONGRESSO, obedecidas as seguintes condições:

a – comprovar, junto à Comissão Diretora, a necessidade de ausentar-se definitivamente do 22º CONGRESSO.

b – os(as) suplentes de delegados(as) indicados(as) pelas assembleias das AD/SSIND, e pelas assembleias dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, devem estar credenciados(as) como observadores(as) no 22º CONGRESSO;

c – quando o(a) delegado(a) de AD/SSIND ou SR comprovadamente se ausentar definitivamente, sem providenciar a substituição, a Comissão Diretora o fará, respeitando o presente Regimento.

Art. 5º - O presidente do ANDES-SN preside o 22º CONGRESSO, com direito à voz e a voto em suas sessões, e os demais membros efetivos da Diretoria do ANDES-SN dele participam com direito à voz e sem direito a voto.

Capítulo IV - Do Credenciamento

Art. 6º - O prazo de credenciamento dos(as) delegados(as) e observadores(as) das Seções Sindicais do ANDES-SN e dos(as) delegados(as) representativos(as) dos(as) sindicalizados(as), via Secretarias Regionais, ao 22º CONGRESSO encerrar-se-á ao término da Plenária de Instalação.

§ 1º - Para o credenciamento dos(as) delegados(as), será exigida ata (ou extrato) da assembleia geral que deliberou sobre sua escolha, com a respectiva lista de presença.

§ 2º - Para o credenciamento dos(as) observadores(as), será exigida ata (ou extrato) e, no caso de não ter havido assembléia geral, será exigido documento da Seção Sindical indicando os(as) mesmos(as).

§ 3º - Fica assegurado a qualquer delegado(a) credenciado(a) ter vista e cópias da totalidade de documentos que credenciam os(as) delegados(as) e observadores(as) de qualquer Seção Sindical, mediante requerimento à Comissão Diretora.

§ 4º - Quaisquer recursos acerca do credenciamento poderão ser apresentados na Plenária de Instalação que deverá deliberar sobre os mesmos até o seu final.

Capítulo V - Do Funcionamento

Seção I - Dos órgãos

Art. 7º - São órgãos do 22º CONGRESSO:

I – As Comissões:

a) Organizadora

b) Diretora.

II – Os Grupos Mistos.

III – As Plenárias.

§ 1º - As Comissões Organizadora e Diretora são criadas a partir da convocação do 22º CONGRESSO;

§ 2º - Os demais órgãos têm existência restrita ao período de realização do 22º CONGRESSO;

§ 3º - O quorum mínimo de funcionamento de cada órgão do 22º CONGRESSO é de metade mais um dos membros desse órgão com direito a voto.

§ 4º - Passados 15 minutos do horário definido para o início dos trabalhos dos órgãos, o quorum de funcionamento reduz-se para 30% dos seus membros com direito a voto, só podendo ocorrer deliberação após verificado o quorum previsto no parágrafo 3º deste artigo.

Seção II - Da Comissão Organizadora

Art. 8º - A Comissão Organizadora é constituída por 2 (dois/duas) representantes da ADUFPI - SEÇÃO SINDICAL e por 2 (dois/duas) diretores(as) do ANDES-SN, indicados(as) pela Secretaria Geral e pela 1ª Tesouraria do ANDES-SN.

Art. 9º - É de competência da Comissão Organizadora:

I - preparar a infra-estrutura necessária à realização do 22º CONGRESSO;

II - organizar a sessão de abertura do 22º CONGRESSO;

III - responsabilizar-se pelas receitas e despesas do 22º CONGRESSO, organizando o rateio entre as Seções Sindicais;

IV – participar da Comissão Diretora;

V – realizar, junto com a Comissão Diretora, o credenciamento dos(as) participantes do 22º CONGRESSO.

Seção III - Da Comissão Diretora

Art. 10 - A Comissão Diretora do 22º CONGRESSO é composta pelos(as) diretores(as) do ANDES-SN e pelos membros da Comissão Organizadora.

Art. 11 - É de competência da Comissão Diretora:

I - responsabilizar-se pelo credenciamento dos(as) participantes do 22º CONGRESSO;

II – decidir e efetivar a substituição de delegados(as) de acordo com o disposto no parágrafo 2º, alíneas “a” e “c” do Art. 4º deste Regimento e anunciar a substituição ao CONGRESSO;

III – elaborar a prestação de contas do 22º CONGRESSO para apreciação no próximo CONAD;

IV - organizar e compor as Mesas Diretoras das Plenárias do 22º CONGRESSO;

V - organizar a composição dos Grupos Mistos do 22º CONGRESSO em consonância com o disposto neste Regimento.

Parágrafo único - Das decisões da Comissão Diretora cabe recurso às Plenárias.

Seção IV - Dos Grupos Mistos

Art. 12 - Os Grupos Mistos são compostos por:

I – Delegados(as), devidamente credenciados(as), de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as) via SR e pelo presidente do ANDES-SN, todos(as) com direito à voz e a voto;

II – Observadores(as) devidamente credenciados(as), de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as) via SR, com direito à voz;

III – Diretores(as) do ANDES-SN, com direito à voz;

IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), com direito à voz.

Art. 13 – Cada Grupo Misto é composto por, no máximo, 35 delegados(as) e igual número de observadores(as).

Parágrafo único – Só poderá haver, no mesmo grupo, mais de um delegado(a) de uma mesma AD/ S.Sindical ou mais de um delegado(a) representativo(a) dos(as) sindicalizados(as) de uma mesma

Secretaria Regional, caso o respectivo número de delegados(as) seja superior ao número de Grupos Mistos. Esta mesma regra se aplica aos(às) observadores(as).

Art. 14 - Os Grupos Mistos são dirigidos por uma Mesa Coordenadora, composta por 1 (um/uma) coordenador(a), 1 (um/uma) relator(a) e 1 (um/uma) secretário(a).

§ 1º - Os membros da Mesa Coordenadora são eleitos(as) pelos(as) delegados(as) componentes dos grupos.

§ 2º - O(a) coordenador(a) e o(a) secretário(a) da Mesa Coordenadora serão eleitos(as) entre os(as) delegados(as) componentes dos grupos e o(a) relator(a) poderá ser, excepcionalmente, um(a) observador(a) credenciado(a).

§ 3º - A qualquer momento, os(as) delegados(as) integrantes do grupo podem deliberar sobre proposta de alteração da Mesa Coordenadora.

Art. 15 - As reuniões dos Grupos Mistos iniciar-se-ão nos horários previstos no Cronograma do 22º CONGRESSO, observado o quorum de metade mais um dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 1º - Passados 15 (quinze) minutos do horário previsto para o início das reuniões do grupo, o quorum mínimo será de 30% dos(as) delegados(as) participantes do grupo.

§ 2º - Passados 30 (trinta) minutos do horário previsto, iniciar-se-ão os trabalhos com qualquer número de delegados(as) presentes, recolhida a 1ª (primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista.

§ 3º - As deliberações só serão tomadas com a presença de metade mais um dos(as) delegados(as).

Art.16 - Compete ao(à) coordenador(a) dirigir os trabalhos do grupo, orientando os debates e promovendo as votações de acordo com as normas deste Regimento.

Art.17 - É de competência do(a) relator(a):

I - elaborar o relatório dos trabalhos do grupo de acordo com as normas deste Regimento e demais instruções da Comissão Diretora, e

II - fazer constar do relatório o número de votos de cada proposta submetida à deliberação.

Art. 18 - Compete ao(à) secretário(a) auxiliar o(a) coordenador(a) e o(a) relator(a) em suas atividades.

Art. 19 – Os(as) relatores(as) dos Grupos Mistos dispõem de um prazo máximo de 3 (três) horas, após o encerramento da reunião, para entregar à Comissão Diretora, o Relatório Consolidado de seu grupo, digitado, garantidas as condições pela Comissão Organizadora.

Parágrafo único - Excetuam-se do prazo estabelecido no caput deste Artigo Relatórios de Grupos Mistos cujas reuniões terminarem após as 19 horas. Para esses casos, o prazo limite é até as 10 horas do dia seguinte.

Art. 20 – A consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos será feita em conjunto pelos membros da Comissão Diretora para tal designados e os(as) relatores(as) dos diversos Grupos Mistos.

§ 1º - Será obrigatoriamente lavrada ata da reunião para consolidação dos Relatórios dos Grupos Mistos.

§ 2º - A reunião prevista no parágrafo anterior será amplamente divulgada pela Comissão Diretora.

Art. 21 - Dos Relatórios Consolidados que serão apresentados às plenárias do 22º CONGRESSO constam, necessariamente:

I - as propostas aprovadas por maioria simples;

II - as propostas que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos delegados(as) presentes em pelo menos um dos Grupos Mistos.

III – as propostas de redação compatibilizadas pela Comissão Diretora e relatores(as).

§ 1º - Na consolidação dos relatórios dos Grupos Mistos a serem apreciados nas plenárias, não serão consideradas as propostas de acréscimo ou alteração que impliquem redação pela Comissão Diretora.

§ 2º - O disposto neste artigo aplica-se às propostas das plenárias dos diversos temas do 22º CONGRESSO.

§ 3º- A Comissão Diretora poderá redigir e incluir no Relatório sugestões de propostas decorrentes de sistematização das propostas oriundas dos Grupos Mistos.

Art. 22 - O início das reuniões dos Grupos Mistos obedecerá, rigorosamente, aos horários previstos no Cronograma do 22º CONGRESSO.

Art. 23 - A duração dos Grupos Mistos dos Temas I, II e III será de 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, contadas a partir do horário previsto para o seu início.

Parágrafo Único - O prazo previsto no caput deste Artigo poderá, por deliberação do Grupo, ser prorrogado por, no máximo, 1 (uma) hora, no seu total e a seu critério quanto ao período, desde que não venha a interferir no funcionamento de outras atividades do 22º CONGRESSO.

Seção V - Das Plenárias

Art. 24 - As plenárias são compostas por:

- I – Delegados(as) de S.Sind., AD-S.Sind. e de sindicalizados(as) via SR, devidamente credenciados(as), e pelo presidente do ANDES-SN, todos com direito à voz e a voto;
- II – Observadores(as) de S.Sind., de AD-S.Sind. e de sindicalizados(as) via SR, devidamente credenciados(as), com direito à voz;
- III - Membros das Comissões Organizadora e Diretora com direito à voz; e
- IV – Convidados(as), devidamente credenciados(as), a critério da Comissão Diretora, com direito à voz.

Art. 25 - Os trabalhos das plenárias do 22º CONGRESSO serão dirigidos por uma Mesa Coordenadora composta por 1 (um/uma) presidente, 1 (um/uma) vice-presidente, 1 (um/uma) 1º(1ª) secretário(a) e 1 (um/uma) 2º(2ª) secretário(a).

§ 1º - A Comissão Diretora indica entre seus membros os(as) componentes da Mesa Coordenadora das Plenárias;

§ 2º - A Plenária poderá, a qualquer momento, deliberar sobre proposta de modificação da Mesa Coordenadora, devendo os membros não pertencentes à Comissão Diretora do 22º CONGRESSO ser eleitos(as) pelos(as) delegados(as) presentes à Plenária.

§ 3º - As deliberações observam a maioria simples dos(as) delegados(as) presentes a cada sessão, ressalvado o disposto no Art. 21 do Estatuto do ANDES-SN.

Art. 26 - Compete ao(a) presidente da Mesa Coordenadora:

- I - preparar junto com o(a) 1º(1ª) Secretário(a) a ordem dos trabalhos da Plenária, e
- II - dirigir a Plenária, orientando os debates e promovendo a votação de acordo com este Regimento.

Art. 27 - Compete ao(à) vice-presidente da Mesa Coordenadora:

- I - auxiliar o(a) presidente em suas atividades;
- II - substituir o(a) presidente em suas ausências ou impedimentos.

Art. 28 - Compete ao(à) 1º (1ª) secretário(a):

- I - preparar junto com o(a) presidente a ordem dos trabalhos da Plenária;
- II - elaborar o Relatório Final das deliberações da Plenária.

III – o Relatório deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitado e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 29 - Compete ao(à) 2º(2ª) secretário(a):

- I - auxiliar o(a) 1º(1ª) secretário(a) em suas atividades;
- II - elaborar a ata da Sessão Plenária.

III – a ata deverá ser entregue à Comissão Organizadora, digitada e na forma definitiva, até 24 horas após a conclusão da Plenária.

Art. 30 - A duração de cada plenária, contada a partir do horário previsto para o seu início, será a seguinte:

- a - Plenária de Abertura - 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1(uma) hora;
- b - Plenária de Instalação - 2 (duas) horas, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora;
- c- Plenária Inicial de Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura – 4 horas , com possibilidade de prorrogação por mais uma hora
- d - Plenária do Tema I - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;
- e - Plenária do Tema II - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total;
- f - Plenária do Tema III - 6 (seis) horas, em 2 (dois) períodos, com possibilidade de prorrogação por mais 1 (uma) hora no total; e
- g- Plenária de Encerramento - 3 (três) horas.

§ 1º - A Plenária de Encerramento poderá ter seu início antecipado, por deliberação da plenária anterior;

§ 2º - A Plenária de Encerramento poderá ser prorrogada a critério do plenário.

§ 3º - As questões que não forem deliberadas no prazo estipulado no caput deste artigo terão seu encaminhamento decidido pela plenária.

§ 4º - Compete à Plenária de Instalação:

- aprovar o Regimento e Cronograma do 22º CONGRESSO;
- deliberar sobre a inclusão, nas discussões e deliberações do 22º CONGRESSO, de textos encaminhados após a publicação do Anexo ao Caderno de Textos desse evento;
- deliberar sobre recursos acerca dos credenciamentos ao 22º CONGRESSO;

Art. 31 - A verificação do quorum, no início das plenárias do 22º CONGRESSO, será feita por meio de lista de presença da qual constará o nome do(a) delegado(a), o nome da S.Sind., AD-S.Sind. ou SR, assinatura do(a) delegado(a) e o horário da assinatura.

§ 1º - Passados 30 minutos do horário previsto para o início das plenárias, será recolhida a 1ª

(primeira) lista de frequência e aberta uma nova lista;

§ 2º - A verificação de quorum, em qualquer momento do andamento da plenária, será feita pela contagem dos(as) delegados(as) mediante cartão de voto.

Capítulo VI - Das Discussões e Votações

Art. 32 - Quando uma proposição estiver em debate nas reuniões, a palavra somente será concedida, para discuti-la, a quem se inscrever na Mesa Coordenadora, respeitada a ordem cronológica de solicitações.

Art. 33 - Para discussão de cada matéria, será estabelecido um período de tempo compatível com o atendimento da discussão de todas as matérias e o prazo de duração para o funcionamento do grupo ou plenária.

§ 1º - O número de inscrições observará o prazo definido no caput deste Artigo.

§ 2º - O plenário poderá deliberar, a qualquer momento, sobre a prorrogação ou encerramento das discussões, atendidas as inscrições feitas antes da decisão.

Art. 34 - As discussões e votações têm o seguinte procedimento:

I - fase de discussão: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrição;

II - fase de encaminhamento de votação de cada proposta: com tempo de 3 (três) minutos, improrrogáveis, para cada inscrito(a) em encaminhamentos contra e a favor, alternadamente e em igual número, com prévio conhecimento por parte da plenária e dos(as) inscritos(as).

III - fase de votação: por meio de levantamento do cartão de voto pelos(as) delegados(as), de acordo com o encaminhamento dado pela Mesa Coordenadora, com aprovação do plenário.

§ 1º - Na fase prevista no item II, não havendo encaminhamento contrário, não haverá encaminhamento a favor.

§ 2º - Só serão apreciadas e deliberadas nas plenárias as seguintes propostas:

a - aprovadas nos Grupos Mistos;

b - minoritárias que tenham obtido, no mínimo, 30% dos votos dos(as) delegados(as) presentes em, pelo menos, um dos Grupos Mistos;

c - oriundas dos Grupos Mistos e que resultem em sistematização no plenário;

d - sugeridas pela Comissão Diretora, conforme o parágrafo 3º do artigo 21.

Art. 35 - As questões de ordem, encaminhamento e esclarecimento têm precedência sobre as inscrições, sendo apreciadas pela Mesa Coordenadora, cabendo recurso à plenária.

§ 1º - Na fase de encaminhamento das votações, só serão aceitas questões de ordem e esclarecimento.

§ 2º - Na fase de votação, não são aceitas questões de ordem, de encaminhamento e esclarecimento.

Art. 36 - As deliberações que impliquem alterações do Estatuto do Sindicato Nacional terão de ser aprovadas por mais de cinquenta por cento (50%) dos(as) delegados(as) inscritos(as) no 22º CONGRESSO, conforme dispõe o Art. 71 do seu Estatuto.

Capítulo VII - Das Disposições Gerais e Finais

Art. 37 - As propostas de moções devem ser entregues, por escrito, na Secretaria do 22º CONGRESSO, até as 19 (dezenove) horas do dia 12 de março de 2003, endereçadas à Comissão Diretora, sendo especificados(as) os(as) responsáveis e os(as) destinatários(as) com endereço completo.

§ 1º - A Comissão Diretora deve divulgar aos participantes do 22º CONGRESSO uma cópia das moções propostas até as 12 (doze) horas do dia 13 de março de 2003.

§ 2º - A critério da Plenária, podem ser acrescentadas e apreciadas outras moções, cuja natureza ou conteúdo justifiquem não terem sido apresentadas no prazo previsto.

Art. 38 - As contagens de votos nas plenárias serão efetuadas pelos integrantes da Comissão Diretora.

Art. 39 - Nos Grupos Mistos e nas plenárias só serão aceitas declarações de voto de delegado(a) que se abster no momento da votação.

§ 1º - Das declarações de voto feitas nas plenárias só constarão do Relatório Final aquelas apresentadas por escrito à Mesa.

§ 2º - Não cabe declaração de voto em votação referente a propostas de encaminhamento.

Art. 40 - A Diretoria tem um prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contados a partir do efetivo encerramento do 22º CONGRESSO, para divulgar o seu Relatório Final.

Art. 41 - Os casos omissos neste Regimento serão solucionados pela Comissão Diretora, cabendo recurso ao plenário.

Art. 42 - Este Regimento entra em vigor a partir de sua aprovação pela Plenária de Instalação do 22º CONGRESSO do ANDES-SN.

Teresina-PI, 8 de março de 2003.



Diretoria do ANDES-SN

MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA

1. O imperialismo norte-americano lança um novo ataque destinado a estender sua dominação mundial. São mais de 100 mil soldados, navios e aviões dotados de armas de destruição maciça, lotados na região do Golfo Pérsico. Ao arripio de toda norma jurídica, de todas as instituições internacionais e, até, na ausência da mais leve sombra de uma prova (os enviados da ONU inspecionaram mais de 300 locais “suspeitos” de estocarem armas nucleares ou químicas sem achar absolutamente nada), os EUA decidem impor a sua vontade imperial e unilateral, com o objetivo de submeter os povos do mundo periférico, e também os seus concorrentes imperialistas como, Europa Ocidental e Japão, aos ditames do capital financeiro norte-americano. Os protestos dos países europeus (que solicitaram que as supostas “provas” em poder da CIA, transformada numa espécie de polícia mundial, sejam submetidas ao controle da ONU) não ocultam que, sob pressão, e para defender seus próprios interesses, a Europa prepara sua intervenção na guerra. Sob a mesma pressão norte-americana, também Rússia e China, declarando sua oposição à guerra, se aliam contra o Iraque, como, já fizeram no passado, na guerra contra o Afeganistão. Com a decisão de atacar o Iraque, o imperialismo norte-americano procura ampliar os limitados objetivos da “guerra contra o terror” até uma completa colonização do Oriente Médio, incluindo o Golfo Pérsico e a Ásia Central, consideradas como regiões estratégicas não só para a produção e o transporte de petróleo, mas também para o controle político de todo Oriente e a costa do Pacífico e para o que seus estrategistas chamam de “tabuleiro euro-asiático”. Esta decisão não reflete apenas a determinação de Bush de controlar o petróleo iraquiano. Seu objetivo estratégico é impor uma completa reorganização política de todo o Oriente Médio em benefício dos interesses norte-americanos. O ataque de alcance mundial a um suposto “eixo do mal”, demonstra a extensão também mundial da empreitada guerreira dos EUA: a perspectiva de um ataque à Coreia do Norte soma-se a outras ameaças que procuram pretextos para transformar o mundo inteiro numa espécie de protetorado militar dos EUA.

2. Bush tornou pública uma “doutrina de segurança” que estabelece o direito de os EUA lançarem ataques preventivos e unilaterais contra todo aquele que pretenda “ameaçá-la”; enviou ao Congresso uma declaração de “poderes de guerra” e tratou como irrelevante a oferta do Iraque de permitir o retorno de seus inspetores militares. Alguns senadores admitiram que a declaração de “poderes de guerra” enviada por Bush “é tão ardilosa que poderia ser usada pela Casa Branca como autorização para atuar não só no Iraque, mas também em países como a Síria ou o Irã. É um cheque em branco que autoriza o presidente a fazer virtualmente qualquer coisa em qualquer lugar do Oriente Médio”. O petróleo iraquiano é outro objetivo essencial: um novo governo iraquiano anularia todas as concessões petrolíferas estabelecidas por Saddam e possivelmente desfilariaria o Iraque da OPEP, o cartel mundial dos países produtores de petróleo. Com o aumento da produção iraquiana nas mãos norte-americanas, e o desmantelamento da OPEP, seria provocada uma queda generalizada dos preços do petróleo. A diminuição dos preços provocada pelo petróleo iraquiano forçaria a Arábia Saudita a privatizar em massa a exploração do petróleo cru, condicionaria o desenvolvimento petrolífero russo e geraria a quebra de dezenas de companhias rivais dos EUA em todo o mundo. Com o imperialismo norte-americano marchando decididamente para a guerra, cada uma das potências mundiais e regionais ver-se-ia obrigada a adequar seus interesses ao novo quadro. James Woolsey, ex-chefe da CIA e atual assessor das grandes empresas, não teve pudor em afirmar que “a França e a Rússia têm importantes petrolíferas e interesses econômicos no Iraque. Devemos dizer-lhes que, se nos apoiarem no esforço em conseguir que o Iraque disponha de um regime decente, faremos o possível para que as novas autoridades de Bagdá e as companhias petrolíferas norte-americanas cooperem com suas empresas”. Putin, por sua vez, reclama dos grandes contratos petrolíferos firmados por Saddam, e também do apoio norte-americano à investida russa contra a Geórgia. A resolução norte-americana de manter um “Iraque unificado” e de evitar a dissolução das forças armadas iraquianas está levando a Turquia e as nações árabes a colaborar no esforço militar norte-americano. Aos enclaves curdos se ofereceu a autonomia em um Iraque federal. Aos militares iraquianos se ofereceu o poder político, se dessem um golpe que derrotasse Saddam e fizessem os EUA pouparem os 200 bilhões de dólares que custará a guerra. Estes compromissos políticos, muitos

deles contraditórios, já começam a redesenhar todo o quadro político do Oriente Médio. A guerra contra o Iraque nada tem a ver com a “democracia” ou com a “segurança mundial”. Por este meio bárbaro, o imperialismo norte-americano está tentando encontrar uma saída para a crise mundial e para sua própria crise.

3. Nas Nações Unidas, Bush lançou dois ultimatos. Um contra o Iraque, ameaçando-o com a invasão e a destruição total, caso ele não se renda incondicionalmente. O outro, contra o resto do mundo, ameaçando-o de, caso não apóie sua “cruzada” contra Saddam, os EUA irão atacar assim mesmo. Sob a pressão norte-americana, os demais membros do Conselho de Segurança (Grã-Bretanha, Rússia e China) se uniram à campanha contra o Iraque. Pelo discurso, a Europa parecia se opor à guerra, mas não tem nem a força nem a unidade política para brecá-la. Assim, depois da Grã-Bretanha, Espanha, Itália, um a um os países, somaram-se à campanha com o argumento de que o Iraque deveria cumprir as resoluções da ONU. França e Alemanha rejeitam a guerra. Aqueles que se associam para o massacre do povo iraquiano o fazem em defesa de seus próprios interesses.

4. Bush é um capitalista vinculado ao negócio do petróleo, assim como o seu vice-presidente Cheney; seu gabinete está repleto de figuras provenientes da indústria petrolífera que financiou sua campanha eleitoral. É natural, portanto, que em sua campanha contra o Iraque, os interesses das grandes companhias petrolíferas estejam em primeiro plano. Desde que chegou à presidência, Bush seguiu a política de diversificar as fontes de abastecimento de petróleo. Seu objetivo, segundo as palavras de um senador republicano, é “sair da dependência dos estados criminosos, como a Arábia Saudita e o Iraque”, e reduzir a capacidade da OPEP (o cartel que agrupa os produtores) para manipular os preços do petróleo cru. Nesta direção, autorizou a exploração petrolífera no Alasca, respaldou os esforços de Putin para expandir a produção petrolífera russa e estabeleceu um protetorado sobre o Afeganistão para garantir o traçado dos oleodutos que levem o petróleo cru da Ásia Central até o Oriente e Ocidente. A invasão do Iraque está no quadro desta política. O Iraque tem a segunda maior reserva mundial de petróleo; sua capacidade produtiva é de 5 milhões de barris diários (hoje extrai menos de um milhão). Um governo pró-EUA em Bagdá, com o concurso de maciços investimentos norte-americanos para reabrir poços e reconstruir sua infra-estrutura, poderia inundar de petróleo cru o mercado mundial em um prazo de 3 a 5 anos: os preços cairiam para menos de 15 dólares por barril (ou até, segundo analistas, para menos de 10 dólares). Semelhante diminuição dos preços deixaria fora do mercado a maioria dos produtores atuais, por exemplo, a espanhola Repsol-YPF, ou a brasileira Petrobras, cujos custos de produção são substancialmente maiores aos do Golfo ou da Rússia; seus despojos poderiam ser presa fácil dos monopólios norte-americanos. Significaria, também, o fim da OPEP, que perderia sua capacidade para fixar os preços internacionais. A própria Arábia Saudita seria duramente golpeada, porque suas receitas petrolíferas se reduziriam substancialmente (o que forçaria a monarquia a “abrir” a exploração de suas jazidas às companhias privadas). Os grandes beneficiários seriam os monopólios petrolíferos norte-americanos (que iriam apoderar-se dos poços iraquianos) e também o grande capital norte-americano, que veria reduzido o custo de energia. Estes planos enfrentam contradições explosivas. A eclosão da guerra levaria a um aumento imediato do preço do petróleo que alguns situam em 50 dólares por barril (um aumento de 65%) ou ainda mais, se o Iraque decidir atacar os poços do Kuwait e da Arábia Saudita. Um aumento dos preços do petróleo de tal magnitude arrastaria a economia norte-americana - golpeada pelas quebras e pela queda da bolsa- e a economia mundial a uma recessão; os bancos que acumulam enormes perdas pelo fim da bolha da Internet, as falências das telecomunicações e a queda das Bolsas de Valores poderiam não sair intactas deste novo golpe. A guerra de 1991, sem alcançar semelhantes níveis de preços, levou os EUA à recessão que teve como custo a derrota de George Bush Sr. Mas, além da recessão, a economia norte-americana deverá arcar com o enorme custo da guerra, 200 bilhões de dólares, o equivalente a 2,5% do PIB norte-americano. Em 1991, os árabes, a Europa e o Japão arcaram com 80% dos gastos da guerra; desta vez não aconteceria o mesmo.

5. O governo Bush está intimamente associado ao petróleo e, em menor grau, às indústrias do setor militar. O atual vice-presidente, ex-secretário da defesa e ex-dirigente da *Halliburton Corporation*, Dick Cheney, é o principal representante desses interesses. A Halliburton, com um valor nominal de mercado superior aos 18 bilhões de dólares, é a maior fornecedora de petróleo em todo o mundo. A empresa também se tornou uma das mais importantes contratantes do setor da construção para o setor militar dos EUA, desde o início da administração Bush. Se a Chevron-Texaco (a qual batizou um navio com o nome da assessora para a Segurança Nacional de Bush, Condoleezza Rice) precisar da Nigéria ou de novos poços de petróleo no Ártico, a Halliburton estará lá. Há uma porta giratória permanente entre o governo e os negócios nos EUA. Essa, naturalmente, não é uma realidade exclusivamente americana, mas de todos os governos capitalistas do mundo. Utilizando o estado de espírito belicoso da atmosfera pós-11 de setembro, os chamados “falcões” da classe dirigente

ocuparam o primeiro plano, embora não sem contradições e oposição real de outros setores da classe dominante, do governo e dos militares, que temem algumas das conseqüências de uma nova guerra. Essas conseqüências incluem a possibilidade de uma alta nos preços do petróleo e a pressão inflacionária que atingiria a já perturbada economia; a ulterior desestabilização de uma região já em ebulição devido à "Guerra contra o Terrorismo" e ao apoio dos EUA a Israel; e o esgotamento dos recursos de um exército de "voluntários" do qual se exige cada vez mais, entre outros motivos. As forças que defendem uma nova guerra também têm divisões entre si. Outra motivação é que os EUA têm escassos resultados para mostrar em sua "Guerra contra o Terrorismo". Até agora, o Mulá Omar e Osama bin Laden não têm colaborado e não entregaram os seus cadáveres para a foto da vitória como troféus. Embora os imperialistas tenham, obviamente, obtido muitos ganhos no Afeganistão, a guerra parece ter perdido o seu ímpeto, sem que muitas das importantes questões tenham sido resolvidas a seu favor. Uma guerra contra o Iraque desviaria as acusações de falta de "severidade" com relação à Al Qaeda e ao "Eixo do Mal", vindas da parte da extrema-direita dos EUA e, também, de alguns democratas. Outra motivação é o petróleo, e não somente o petróleo no interior das fronteiras do Iraque. A competição entre os poderes imperialistas pelo acesso e o controle do petróleo tem aumentado desde o colapso da União Soviética. O velho equilíbrio entre as potências imperialistas diante da comum ameaça soviética acabou, significando que é provável que cada uma dessas potências persiga seus próprios objetivos de energia, incluindo o acesso direto ao petróleo. Os EUA e a Grã-Bretanha, contando com quatro entre as cinco mais importantes companhias de petróleo do mundo, foram mantidos fora do controle de mais de 10% do petróleo do mundo, produzido pelo Iraque. Em função disso, causará alguma surpresa que esses dois países sejam os mais inflexíveis em continuar as sanções e, agora, declarar guerra, sejam quais forem as conseqüências para o povo iraquiano? O Japão e a Alemanha, por sua vez, quase não têm recursos petrolíferos próprios, de forma que a segunda e a terceira economias do mundo têm que comprar o acesso ao mercado do petróleo, pois continuam dependentes dos EUA para proteger seu acesso ao petróleo. Para os EUA, o controle do petróleo significa poder sobre os seus aliados, que são também seus rivais: os EUA fizeram a Alemanha e o Japão desembolsarem dezenas de bilhões de dólares pelo petróleo do Kuwait durante a última Guerra do Golfo. A recessão e os problemas políticos internos tornam a Alemanha e o Japão muito menos propensos a repetir a experiência. Os mais belicosos membros do governo dos EUA vêem o controle do petróleo como o ponto de partida de suas respectivas políticas: quando olham os mapas do mundo, eles vêem os recursos e as zonas de influência. Com tudo o que ocorreu durante a última década, eles sentem uma necessidade urgente de reconfigurar partes do mundo segundo seus próprios interesses e, quase uma obrigação predestinada de fazê-lo em razão de pertencerem à única superpotência. Essa não é uma atitude nova da administração Bush. As intervenções "humanitárias" da administração Clinton estavam baseadas na mesma visão arrogante, que considera que o Oriente Médio é demasiadamente importante para ser deixado ao seu próprio povo. O objetivo desse grupo é impor a *Pax Americana* na região. Os custos e as conseqüências dessa brutalidade só podem ser imaginados, mas a destruição que Israel está infligindo aos palestinos é um bom lugar para começar a fazê-lo.

6. A raiz da política imperialista praticada pelo governo dos EUA é a natureza própria do capitalismo que impõe violentamente os interesses das "grandes potências" capitalistas à vasta maioria da humanidade. As vidas arruinadas de muitos estão por trás do lucro e do poder de poucos. Nós, os povos trabalhadores do mundo, não somos simplesmente "as massas exploradas" pelas quais se deve ter compaixão. Nós somos um poder que, através da luta pelos nossos próprios interesses, buscamos a liberação de toda a humanidade. As crises estão, atualmente, fazendo tremer continentes, em função das conseqüências dos últimos vinte e cinco anos de cruzada neoliberal. De Jacarta a Buenos Aires, de Johannesburgo a Jenin, de Seattle a Gênova, as pessoas têm marchado contra a guerra. É hora de dar um nome a esse sentimento, para a utilização comum, racional e compartilhada dos recursos naturais, finitamente, concedidos ao planeta, em outras palavras, o socialismo. Os trabalhadores, as "massas exploradas" também existem nos EUA, embora em geral mais silenciosamente do que no resto do mundo. A escalada guerreira dos EUA tem como pano de fundo a crise capitalista mundial, em especial nos próprios EUA. Em Nova York –como em Los Angeles, Chicago e outras grandes cidades dos Estados Unidos– o céu está coberto por uma espessa nuvem de pessimismo. Uma profunda perda de confiança nas condições de funcionamento do mercado é o sinal para a abertura de uma verdadeira crise social. Esse pessimismo tem uma base real. Todos os indicadores referentes à produção e ao comércio indicam que a economia de ponta do sistema está se curvando para um novo mergulho depressivo depois de ter ensaiado uma recuperação. O *Federal Reserve* divulgou o seu *Industrial Production and Capacity Utilization*, relatório que sustenta as avaliações de curto prazo da economia mundial, mostrando que a produção de bens duráveis –o núcleo regulador da produção industrial dos EUA, e conseqüentemente da

economia mundial– apresentou sua primeira queda mensal depois de nove meses de expansão. Este estratégico setor apresentou também a primeira queda mensal da utilização da capacidade e da produção em termos de valor agregado. Outros indicadores evidenciam que a economia dos EUA já pode ter iniciado o temido mergulho para uma depressão econômica mundial. Os ramos que mais sofreram com esse enfraquecimento das encomendas para a indústria foram os produtores de equipamentos de transportes, particularmente o da aviação civil (*Boeing*) e o das montadoras de veículos (GM e Ford). Outra coisa importante: os pedidos para os ramos produtores de bens de capital (capital fixo) desabaram 6,6%. Foi o maior declínio desde setembro de 2001. O mundo do capital está patinando em cima de uma fina camada de gelo. O perigo de um mergulho nas profundezas da depressão industrial aumentou desde o quarto trimestre do ano 2002. Qualquer descuido dos reguladores da economia pode detonar a explosão. Houve um sinal de que poderia estar ocorrendo o início de uma fuga em massa dos investidores em ações, o que levaria ao colapso do sistema de crédito mundial. As 500 maiores empresas dos Estados Unidos estão valendo apenas a metade do que valiam trinta meses atrás. Apenas a metade do capital continua de pé, a outra metade já virou cinzas, com o maior índice de queda em um único ano desde 1937. As grandes companhias compraram coordenadamente ações, prorrogando o desabamento do mercado. Mas essas intervenções têm limites: a “lei da gravidade” do capital vai acabar se impondo.

7. No quadro da guerra, continua o massacre do povo palestino. Desde a fundação do Estado de Israel, em 14 de maio de 1948, o mito do “retorno”, e as falsificações sobre a existência e os direitos dos palestinos foram incentivados e divulgados por todo mundo. A máquina de propaganda do Estado israelense tentou transformar os palestinos em cidadãos de segunda classe, tratando-os como animais. Toda luta palestina legítima foi associada ao terrorismo e à brutalidade. Na atualidade, o Estado de Israel recebe em torno de US\$ 5 bilhões anuais dos Estados Unidos, dinheiro proveniente diretamente do bolso dos contribuintes norte-americanos, para salvaguardar a segurança do país. Grande parte do capital recebido vai para as forças armadas e para o aparato de segurança israelenses, que compram tratores e armas usados para derrubar edifícios e matar civis inocentes. A política tradicional dos governos israelenses tem sido destruir casas, expulsar famílias de suas terras, aumentar as taxas de desemprego entre os palestinos, criar assentamentos ilegais e massacrar populações civis, conseqüentemente levando muitos jovens sem perspectivas a cometer atos extremos, como os atentados suicidas. Os judeus, como qualquer outro povo, merecem viver com liberdade e dignidade onde quer que seja. Preconceito, racismo e opressão devem ser combatidos em todas as instâncias. O povo judeu certamente sofreu perseguições por séculos e foi vítima dos horrores monstruosos do Holocausto nazista. Isso é algo que deve ser sempre lembrado para nunca mais ocorrer, assim como as crueldades cometidas contra os negros durante a escravidão no período colonial e o massacre dos índios americanos, para citar apenas alguns exemplos. É inaceitável que perseguições e massacres ainda possam ocorrer contra civis inocentes de quaisquer raças e religiões na atualidade. Esse tipo de preconceito deve ser atacado. Por isso, qualquer estado fascista que oprime e mata homens, mulheres e crianças todos os dias deve ser combatido. O criminoso de guerra Ariel Sharon, assim como muitos outros dirigentes israelenses, portanto, deveriam imediatamente ser levados a julgamento por um tribunal internacional dos povos, por diversos crimes contra a humanidade. Enquanto os EUA continuarem a dar apoio irrestrito às políticas israelenses, a solidariedade com a causa palestina fará parte da luta geral contra o imperialismo, expressa no lema: Todo o apoio aos palestinos em sua luta pela liberdade, independência e soberania.

8. A economia da América Latina, 10 anos depois das incursões “neoliberais” feitas pelos “nacionalistas” (e até “socialistas”) de outrora, apresenta um quadro caótico de crise generalizada, que desmente qualquer análise que a reduza a “dificuldades conjunturais”. Uma das características desse período foi a abertura desregrada das fronteiras nacionais com a drástica redução das tarifas alfandegárias, ampliando a oferta de produtos importados. A contrapartida de ampliação das exportações não se consolidou, e o resultado foi o salto de uma situação de *superávit* (US\$ 29,5 bilhões em 1989, que eram sugados pelo pagamento da dívida externa) para a de *déficit* (US\$ 45,8 bilhões em 1999). Era a estratégia de combater a inflação com produtos importados a preços menores do que os nacionais. Dizia-se: a indústria nacional precisa modernizar-se para competir. Cadeias produtivas inteiras foram desarticuladas, a dependência externa aumentou e consolidou-se ainda mais. Outro aspecto dessa política foi a desvalorização dos patrimônios nacionais (segundo a tendência mundial de queda dos valores) vendidos a empresas multinacionais a preços irrisórios, para garantir a entrada de dólares e cumprir as obrigações com o capital financeiro. No Brasil, as privatizações, renderam US\$ 63,6 bilhões. Mesmo assim, a dívida externa saltou de US\$ 123,9 bilhões em 1991 para US\$ 236 bilhões em março de 2002. Com as reformas, as conseqüências sociais foram dramáticas: desemprego aberto, perdas de postos assalariados e trabalho precário. De 1989 para 1999, o número de desempregados na AL aumentou em 11,1 milhões, com a taxa de

desemprego aberto saltando de 4,8% da população economicamente ativa para 9,2%, de acordo com os dados oficiais da OIT. Caiu também o emprego assalariado. Em 1989, 57,8% do total da ocupação latino-americana eram assalariados. Em 1999, esse percentual havia caído para 51%, com a perda de 4,7 milhões de empregos, sendo 3 milhões só no setor industrial. A renda per capita média dos latino-americanos em relação aos norte-americanos era de 33,5% em 1980, caindo para 22,9% em 1990 e para menos de 20% na virada do século. Em 2000, mais de 36% das famílias latino-americanas (220 milhões de pessoas) viviam abaixo da linha de pobreza.

9. Só na Argentina, a atividade econômica regrediu entre 1998 e 2002 mais do que o dobro do que na “grande depressão” da década de 1930. A situação da Argentina não é uma exceção, mas um resumo das contradições econômicas e sociais da América Latina nas malhas da voracidade do capital financeiro internacional. O outrora país mais rico da América Latina produz atualmente alimentos em quantidade suficiente para alimentar 262 milhões de pessoas (mais de 7 vezes a sua população total) e exporta o equivalente a 9000 calorias diárias por habitante, no entanto, mais de 50% das suas crianças sofrem de anemia por falta de ferro, e 15 milhões de pessoas, oficialmente (40% da sua população) vivem abaixo do limite da pobreza absoluta. Quadro agravado com a desvalorização do peso, com a qual pretendia-se incentivar as exportações e proteger o mercado interno mediante a desvalorização dos salários e do gasto público como saída para os capitalistas. A desvalorização foi estimulada também pelo FMI e o imperialismo norte-americano, que pretendiam o barateamento dos ativos argentinos, a privatização dos bancos estatais e o afastamento da competição dos investidores europeus. A desvalorização da moeda nacional foi aplaudida por grande parte do espectro político. O quadro da economia do país é catastrófico. O desemprego alcança 28% dos trabalhadores e o subemprego 20%, enquanto que o salário real (para os que ainda conservam o emprego) retrocedeu 25% em 7 meses. Em que pese a brutal queda dos salários, a cada mês 50.000 trabalhadores ficam sem trabalho. O rápido aumento do desemprego e a precariedade das condições de trabalho pressionam os esquilidos salários, destruindo o consumo interno do país. Mais da metade da população é considerada pobre e mais de 20%, indigente. Saiu à luz nos meios de comunicação de todo o mundo a morte de centenas de crianças apenas na província de Tucumã, no entanto, diariamente morrem 33 crianças em todo o país. A queda de 13% do PIB não reflete as verdadeiras dimensões do colapso (como consequência da deflação, o valor da massa de produto caiu em quase 50%, o que implica uma forte quebra de capitais). Duhalde teve que retroceder em suas intenções repressivas e diante de novas vitórias populares (a extensão do seguro-desemprego a dois milhões de desempregados, a expropriação de várias empresas ocupadas, aumentos salariais e inclusive a redução da jornada de trabalho para os trabalhadores do metrô de Buenos Aires sem redução salarial, também se breiou a repressão policial contra as casas ocupadas pelas organizações “piqueteiras”). A crise da Argentina, junto à do Uruguai, marca um limite histórico do capitalismo no Prata e coloca a alternativa de revolução ou barbárie. O PIB argentino chegou a ser superior ao faturamento das maiores corporações mundiais, só perdendo para as 30 maiores delas. O PIB argentino representava 50% do PIB latino-americano, o porto de Buenos Aires só era superado, nas Américas, pelo porto de Nova Iorque; atualmente, não atinge 10% do latino-americano. A economia argentina acompanhou o retrocesso geral da América Latina no mercado mundial, marcado pelo “baixo crescimento” predominante a partir da década perdida dos 80. Como o resto da região, contribuiu para a recuperação hegemônica norte-americana, financiando o saneamento dos bancos norte-americanos afetados pela dívida regional, abrindo novos mercados para a exportação da principal potência e facilitando a remessa de utilidades das corporações radicadas na zona. A classe dominante argentina viabilizou esse processo de transferência de ingressos em detrimento do mercado interno e fracassou, assim como também fracassou na criação de um pólo de negócios de certa autonomia em torno ao Mercosul. Isso acontece também com as economias vizinhas: a Bolívia, por exemplo, desaparece do comércio exterior: em 1980, a Bolívia participava com 0,05% das exportações mundiais e, em 1999, esta porcentagem seria de 0,02%, o que representa um retrocesso de 60%, de acordo com o informe do Ministério de Comércio Exterior. O setor externo registrou *déficits* comerciais de US\$ 5,14 bilhões de 1991 a 2000, o que representa quatro vezes mais que o alívio à dívida externa. Em meio ao processo de “mundialização” capitalista e, apesar da imediata abertura econômica, a Bolívia deixa de existir, salvo como reserva de matérias-primas e de biodiversidade questionável. A destruição das economias latino-americanas é a base da crescente produção e tráfico de narcóticos.

10. A implantação da ALCA que os EUA querem impor (principalmente como uma arma para excluir do seu “quintal” seus concorrentes europeus) só agravaria essa situação. A ALCA, que é essencialmente a extensão do NAFTA (Acordo de Livre Comércio assinado por EUA, Canadá e México em 1994), estenderia a todo o continente um tratado cujas consequências sociais já estão claras. Em seu período de vigência, o NAFTA demonstrou as consequências que traz para os

trabalhadores, a sociedade e o meio ambiente. Desde que o NAFTA entrou em vigor, o número de mexicanos que ganham menos de um salário-mínimo aumentou em um milhão, e 8 milhões de famílias submergiram na pobreza. Como agravante desse quadro sombrio, na região das indústrias "maquiladoras", ao longo da fronteira entre EUA e México, o crescimento da poluição e dos dejetos químicos, resultado da supremacia dos interesses comerciais consagrada no NAFTA, fez aumentar dramaticamente as taxas de hepatite e de deficiências nos recém-nascidos. Prevendo a livre circulação de capitais, a ALCA não estende essa "liberdade" ao trabalho: no México, o NAFTA provocou um enorme surto de desemprego, ao mesmo tempo em que cinco milhões de crianças são obrigadas a trabalhar. O "Muro da Vergonha" da fronteira México-EUA sobrevive e piora, em meio às pomposas declarações capitalistas sobre a "liberdade de comércio". Por outro lado, o NAFTA provocou uma onda de desregulamentação e de demissões nos próprios EUA. Só a partir de setembro de 2001, as demissões se elevaram a mais de 600 mil.

11. A ALCA degradaria ainda mais os direitos trabalhistas e as condições de trabalho e ampliaria também a destruição do meio ambiente. Depois da eventual assinatura da ALCA, para adotar qualquer norma destinada a preservar o meio ambiente ou a saúde, os Estados deverão assegurar que não se trata de um obstáculo ao comércio ou ao investimento, reservando-se às empresas o direito de questionar judicialmente estas normas. Para a América Latina, isso significará aprofundar uma política de depredação dos recursos naturais e descuido do meio ambiente e das populações locais. É o que já ocorre no NAFTA. No estado mexicano de Guerrero, 40% das florestas foram devastadas pela exploração predatória nos últimos anos. A ALCA vai ampliar para todo o continente as regras do NAFTA sobre o monopólio das patentes (particularmente importantes no setor farmacêutico e agrônômico), o que terá enormes conseqüências sobre o preço dos medicamentos e a saúde da população. Além disso, a ALCA, como o NAFTA, impedirá, sob pretexto de garantir segurança absoluta para os investimentos, qualquer regulação estatal considerada nociva aos investidores, mesmo quando esta se apóie em considerações de bem-estar geral ou de defesa da saúde pública ou do meio ambiente. O Canadá, por exemplo, foi processado e condenado no NAFTA por proibir um aditivo para gasolina considerado cancerígeno. O México enfrenta processos por causas similares. O acordo confirmará e aprofundará a privatização dos serviços sociais. O projeto da ALCA se estende também aos serviços, obrigando os Estados a garantir o direito das empresas privadas a concorrer com os serviços públicos. Isso abre espaço para privatizar o que ainda não foi entregue, entre outros setores, a educação e a saúde. A própria OMC (Organização Mundial do Comércio) está implementando regulamentação que define a educação como um serviço comercial, isto é, como uma mercadoria com preço submetido à lei do mercado, reivindicando a abertura irrestrita do "mercado educacional" da América Latina, visando à privatização da educação e abrindo uma nova linha de negócios para o capital financeiro internacional. A ALCA também exclui expressamente a possibilidade de reverter as privatizações já realizadas. O princípio geral é transformar os serviços sociais em mercadorias cujo acesso será regulado pela capacidade individual de pagamento. Em contrapartida, se oferecem medidas compensatórias avessas à manutenção dos direitos sociais universais. Isso permite às empresas –tal como já ocorreu no Canadá e no México– exigir as mesmas isenções e privilégios com que contam os serviços públicos. Alguns dos países latino-americanos com agricultura desenvolvida ou especializada não poderão sequer beneficiar-se de suas vantagens comparativas neste setor, já que os subsídios agrícolas (utilizados pelos EUA, para defender seus produtores) são uma das poucas exceções definidas pelo tratado. O acordo espalhará e aprofundará a pobreza e a desigualdade. Ele significará a criação de uma zona econômica, do Alasca à Terra do Fogo, em benefício das corporações transnacionais estadunidenses e de alguns sócios locais. A política norte-americana de subsídios agrícolas (US\$ 19 bilhões anuais) elimina a possibilidade do "grande mercado do norte" se transformar num escoadouro para a produção primária latino-americana. A hipótese de degringolada da ALCA, devido às suas próprias contradições, já levou o governo dos EUA a lançar um "Plano B", mediante negociações comerciais bilaterais com Chile e América Central.

12. Mas a Argentina é também a ponta avançada da organização social e política independente dos explorados. A América Latina é o cenário de profundos processos de luta de massas. Durante o verão de 2000, houve uma ampla onda de lutas operárias, camponesas, indígenas e populares, com epicentro na convulsionada região andina, mas que abarcou outros países: Costa Rica, Paraguai, Argentina. Uma nova onda de convulsões políticas e mobilização social começou a se estender: o novo levantamento indígena em Equador; a greve geral de 22 de março de 2001 na Colômbia; a incessante agitação na Bolívia; a polarização política e social na Venezuela; a virtual agonia do governo e a maciça mobilização camponesa no Paraguai... Em alguns dos processos mais agudos surgiram novas formas de organização e métodos radicalizados de luta: no Equador, sobre a base do grande levante camponês e indígena de 21 de janeiro de 2000, formou-se um Parlamento Popular.

Na Bolívia, em abril de 2000, a Coordenadora pela Água e pela Vida centralizou a rebelião de Cochabamba e em setembro um novo levantamento camponês comoveu o país. Na Argentina, a arma dos piquetes e bloqueios de estrada mostraram a extensão do protesto. As Assembléias Populares e o Bloco Piqueteiro Nacional são os filhos do “argentinaço”. As Assembléias nasceram ao calor da mobilização popular e se multiplicaram como cogumelos na semana posterior ao “argentinaço”. Iniciaram-se na *pueblada* que acabou derrubando Rodríguez Saá uma semana depois. As massas da América Latina começaram a lavar com suas próprias mãos os degraus na construção de uma subjetividade superior para os movimentos operário e popular.

13. A crise venezuelana é uma expressão da tendência mencionada. A Venezuela possui condições excepcionais de barganha com os EUA, pois disputa com a Arábia Saudita o título de maior fornecedora do petróleo importado pelo arco do norte. Os enunciados nacionalistas (o país passou a chamar-se República Bolivariana da Venezuela) conquistaram apoio popular, pelo inacreditável grau de corrupção e reacionarismo do “sistema democrático” anterior, que elevou de 33% a 67% a percentagem de venezuelanos com renda inferior a dois dólares diários. O emprego precário e o desemprego, por sua vez, passaram a afetar mais de 64% dos trabalhadores. O aumento da renda petrolífera (devido ao preço internacional atingido pelo barril) deveria, para os *chavistas*, evitar uma onda privatizante maior, assim como garantir os subsídios sociais prometidos pelo governo. Mas isto significa que a estabilidade política dependeria das oscilações do mercado mundial e, sobretudo, que todo o programa de Chávez estava condicionado pelas garantias dadas aos EUA de continuar pagando a dívida externa. No entanto, importantes interesses da classe dominante e, sobretudo, da velha burocracia política, foram contrariados pela “revolução bolivariana”.

14. Um grupo do alto escalão das forças armadas tentou um golpe em abril de 2002, quando a diplomacia norte-americana cometeu seu pior erro em décadas, reconhecendo um governo surgido de um golpe, ao qual teve de retirar apoio às pressas quando uma enorme mobilização popular devolveu Chávez ao poder. Mas os limites do nacionalismo de Chávez deram novas chances a uma oposição pró-imperialista desacreditada depois de seus fracassos golpistas. Chávez não resolveu nenhum dos problemas das grandes massas, nem os do subdesenvolvimento do país: não afetou a relação privilegiada da Venezuela com os EUA, abastecendo regularmente os portos dos EUA com petróleo que chega 10 vezes mais rápido que os carregamentos do Golfo. Como nunca antes, o petróleo representa mais de 70% das divisas que ingressam no país e transformou-se praticamente na única fonte de ingressos fiscais. O mercado interno venezuelano se encontra destruído e a desocupação alcança recordes. O governo de Chávez exerceu um papel fundamental no controle dos abastecimentos por parte da OPEP, o que permitiu elevar o preço do barril de petróleo de 10 para 25 dólares por barril desde 1999. Chávez evitou com isto um colapso orçamentário da Venezuela. Uma política destas características precisou de uma supervisão estatal dos investimentos privados nas áreas de exploração e extração. Esta estatização parcial foi no entanto acompanhada por uma política aberta de privatizações, em especial das telecomunicações. Chávez tampouco utilizou o excedente petrolífero para investimentos industriais em outros campos; quando enfrentou a burocracia privatista da empresa estatal, terminou recuando. As altas patentes nomeadas por Chávez trocaram de lado; o apoio ao governo constitucional se manifestou somente entre os oficiais médios. Chávez foi devolvido ao poder por uma multidão de dezenas de milhares de trabalhadores dos municípios vizinhos que haviam começado o assalto ao palácio de governo, no qual as prefeituras *chavistas* desses municípios tiveram um papel importante de mobilização. Apesar de contar com ingressos petrolíferos extraordinários (como combinação dos altos preços internacionais e de uma produção acima da “cota” estabelecida pela OPEP), a Venezuela sofre uma recessão forte e duradoura. A Venezuela cortou seu fornecimento de petróleo a Cuba, algo que os Estados Unidos vinham exigindo há muito tempo. As contradições domésticas em que a administração de George W. Bush se encontra, bloqueada pela resolução da OEA que defende uma saída “institucional” para a crise venezuelana, enfrenta, de um lado, pressões dos que, como Otto Reich, insistiam na remoção de Chávez, e, do outro, os que temem que a crise na Venezuela, responsável por quase 15% do fornecimento de petróleo aos EUA, resulte em um conflito armado no momento em que se prepara a guerra contra o Iraque. A substituição de Reich por um “falcão” ainda pior (de nome Noriega) abriu terreno para uma nova movimentação golpista da embaixada dos EUA na Venezuela, que devemos combater por meio da mobilização solidária com o povo venezuelano e com sua vontade democrática. Os EUA, ao mesmo tempo em que alentam a movimentação golpista, participam do “Grupo de Amigos da Venezuela”, promovido pelo governo Lula, demonstrando-se dispostos a usar todas as contradições políticas para impor seus interesses, em especial quando o petróleo está em jogo.

15. A crise da Venezuela combinou-se explosivamente com a da Colômbia. As FARC, fortemente armadas, contam com dezenas de milhares de homens e uma implantação muito forte nas zonas

rurais; seu mais recente desenvolvimento foi a aparição das milícias urbanas. Os norte-americanos encobrem sua intervenção direta com uma "privatização" crescente da guerra, ou seja, com a formação de exército de mercenários e o apoio da indústria bélica norte-americana ao Exército colombiano e aos paramilitares, sem passar pelo Pentágono. A fragilidade do Estado se completa no fato de que, por não ter domínio sobre seu próprio território, não arrecada impostos e nem oferece serviços educativos e sanitários. O exército colombiano, em que pese ser o que, depois de Israel e Egito, recebe mais ajuda militar dos Estados Unidos, é reduzido, débil, manifestamente inepto no combate. Sofreu humilhantes derrotas impostas por guerrilheiros e não exerce o monopólio da repressão estatal. O aparato do Estado está penetrado pelo narcotráfico, que também financia, junto com os criadores de gado, os paramilitares. A Colômbia tem um exército de camponeses pobres que envia para combater uma guerrilha camponesa em defesa do regime político dos latifundiários. Na Colômbia, 2.300 proprietários de terras (sendo um deles o atual presidente Uribe) possuem 40 milhões de hectares; 2,5 milhões de camponeses pobres possuem apenas 4,5 milhões de hectares.

16. A situação na América Latina, expressão da conjuntura mundial, é de instabilidade política, produto do esgotamento das políticas impostas ao continente pelo imperialismo norte-americano por meio das instituições multilaterais, em particular, o FMI e o Banco Mundial. É este esgotamento do modelo que conduziu à destruição dos postos de trabalho, à devastação dos serviços públicos, ao questionamento de todos os direitos conquistados ao longo de décadas, à desnacionalização da economia e à destruição do patrimônio público dos países da região que resultaram na falência dos governos que, na última década, foram os agentes do *diktat* do FMI e do Banco Mundial. Na Venezuela, em primeiro lugar, na Bolívia, no Equador e no Brasil, ainda que se apoiando em alternativas políticas distintas entre si, o povo trabalhador impôs importantes derrotas a candidatos pró-imperialistas em seus processos eleitorais. Este sentimento de recusa das políticas impostas ao continente que dá conteúdo aos resultados eleitorais citados é o mesmo que comanda o levante dos trabalhadores argentinos cuja ação ininterrupta não permitiu, até aqui, a recomposição do regime político, ou seja, não permitiu que a burguesia local abra uma alternativa política para a continuidade de sua dominação. A ascensão do governo Lula, do PT, foi vista, neste quadro histórico-político, com esperanças por todos os setores populares, mas também com atenção pelos representantes do governo e do *establishment* dos EUA. O novo governo da principal nação latino-americana se estruturou claramente como um governo de colaboração de classes, com um programa capitalista e com importantes representantes da burguesia financeira. Nesta crise política, as manobras de colaboração de classes, para tentar conter a inédita emergência do movimento operário e camponês da América Latina, não estão em contradição com outras armas complementares: existe um verdadeiro labirinto de organizações militares dos EUA na América Latina, além de uma dúzia de bases aéreas clandestinas, radares, centros de mando e outras posições militares que constituem uma teia de aranha que se estende desde Honduras e El Salvador, descendo até o Equador, Peru, Bolívia e Colômbia, incluindo o Brasil, prestes a entregar aos EUA a base de Alcántara, no Maranhão, ponto estratégico para o controle da região equatorial disputando-se, aqui, com a Europa o ponto ideal para o lançamento de foguetes, já que o fogete Ariane, europeu, é lançado pela França da vizinha Guiana que abrange o Cone Sul na "Tríplice Fronteira" e nos "Operativos Cabañas" na Argentina, e que fecha o polígono ao norte das ilhas de Curassau, Porto Rico e Bahamas. Desde as Américas Central e do Sul, até Israel e Golfo Pérsico, mais de 200 mil soldados norte-americanos e um número indefinido de "funcionários privados" são espalhados pelo mundo. Desde a época da Guerra Fria seu número se reduziu em 50%, mas 90% dessa redução teve lugar na Europa, principalmente na Alemanha. Em todos os outros lugares há um crescimento significativo da presença clandestina de tropas norte-americanas. Somente um salto de qualidade política, baseado no internacionalismo proletário, poderá abrir chances de vitória para a revolução latino-americana nas novas condições históricas. A América Latina existe como um projeto político, cujo destino repousa inteiramente nas mãos dos explorados e oprimidos de todo o continente.

17. É apenas neste contexto, no qual se evidencia a atividade política das massas oprimidas em todo o continente como elemento de desestabilização da ordem imperialista na América Latina, que se pode situar e entender a vitória do candidato do PT, Lula, em 27 de outubro. O voto em Lula, do ponto de vista da esmagadora maioria dos seus eleitores e, em particular, de frações organizadas da classe trabalhadora, se revestiu deste caráter de recusa da continuidade da política aplicada por FHC, ao longo de 8 anos, a mando do FMI, e da busca de um governo que pudesse inverter a situação. Ainda que difuso e confuso, este sentimento esteve na base do movimento que permitiu a vitória de Lula. O próprio dia da posse foi marcado, em primeiro lugar, pelo protagonismo dos 200 mil trabalhadores e jovens que, se promoveram um evento festivo, não deixaram de se manifestar pelas suas reivindicações por meio de faixas, panfletos e palavras de ordem. A presença das massas populares no cenário da luta política, mesmo que permeada por expectativas e ilusões, marca

profundamente o momento e deve ser considerada. O segundo e não menos importante traço da situação que vivemos reside no governo que Lula formou. Trata-se de um governo cujo eixo é um partido construído a partir do movimento sindical e operário, das organizações de esquerda e dos movimentos populares: o PT, mas numa coligação burguesa de governo fundada num programa estruturado sobre a base das teses fundamentais que presidiram a administração FHC, tanto no que diz respeito à política econômica quanto no que se refere à concepção de políticas sociais, ancoradas na perspectiva da “focalização nos mais pobres”, ou seja no questionamento do caráter universal do serviço público e dos direitos. Expressão cabal do caráter do governo é a equipe econômica, montada em torno do Ministro da Fazenda Antônio Palocci, em que despontam nomes como Henrique Meirelles, presidente do Banco Central, Roberto Rodrigues, da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e Luís Fernando Furlan, do Desenvolvimento, Indústria e Comércio, todos representantes dos bancos, dos grande proprietários de terra e do grande empresariado. Numa situação em que a crise econômica mundial não permite (a serem mantidas as cadeias que unem o Brasil ao comando das instituições do capital financeiro internacional) medidas reformistas ou nacionalistas. A continuidade da política econômica de Malan, no que ela tinha de essencial, abertamente anunciada pelo Ministro Antônio Palocci, determina, de um lado, uma presença ostensiva de setores nucleares da burguesia pró-imperialista no governo e, de outro, a aplicação de uma política cujo objetivo será de realizar as contra-reformas que FHC não pôde realizar, mercê da resistência popular.

18. Com efeito, uma missão do FMI visitou o Brasil em novembro de 2002 e se entrevistou com representantes do governo FHC e com a então “equipe de transição” do governo Lula. Em 6 e 7 de dezembro, o próprio Diretor-Gerente do FMI, Horst Kohler, veio ao Brasil reunir-se com FHC e com Lula. A Carta de Intenções enviada ao FMI pelo Ministro da Fazenda e pelo Presidente do BC, em 19/12/02, resultante destas conversações, mostra claramente os limites que as negociações com o Fundo estabelecem para o novo governo. No seu item 1, renova-se o compromisso do Brasil em aprovar no Congresso a autonomia operacional do BC. No item 2, é reafirmado o compromisso de votar no Congresso “a legislação remanescente para instituir os fundos de previdência complementar para os servidores públicos”. No item 3 da Carta de Intenções, o governo brasileiro dá conta da edição de medida provisória destinada a converter a contribuição social para o PIS num imposto sobre valor adicionado (cf. *site* do Ministério da Fazenda). Kohler, no mesmo dia 19, divulgou comunicado em Washington frisando que “um rápido processo no Brasil para assegurar a autonomia do BC conferirá apoio importante ao fortalecimento da credibilidade da política monetária (brasileira)”. Como se vê, o FMI tenta não permitir qualquer margem de manobra ao novo governo e condiciona todo acordo futuro ao aprofundamento das medidas destrutivas desenvolvidas desde o período de FHC. Ato contínuo à posse do novo governo, seus principais porta-vozes ministeriais começaram a anunciar as diretrizes orientadoras da política a ser aplicada. Já em sua posse, Meirelles anunciou que pretende manter a orientação macroeconômica anterior e avançar a proposição de atribuição de um mandato à diretoria do BC que nada mais é do que a independência do Banco reivindicada pelo FMI.

19. Ricardo Berzoini, da Previdência Social, no mesmo espírito da Carta de Intenções já referida, recolocou a necessidade de adotar as medidas que FHC brandiu ao longo de 8 anos e cuja adoção se chocou com a resistência dos trabalhadores: unificação dos regimes de previdência, estabelecimento de um teto máximo para o valor das aposentadorias, com a introdução do regime de previdência complementar privada, e contribuição de aposentados e pensionistas. Durante as primeiras semanas do governo, a imprensa patronal pautou em termos editoriais a exigência de que o novo governo efetive com prioridade a Reforma da Previdência, apresentada como uma espécie de “mãe de todas as reformas”, sem a qual o Estado brasileiro estaria fadado à falência e o governo, inviabilizado. Retomou-se com toda força o discurso do combate aos supostos privilégios dos trabalhadores do setor público. A CUT, pela boca de seu presidente, vem legitimando esta ofensiva da patronal quando pauta seu discurso pela exigência de que os militares não sejam excluídos do novo sistema, ao invés de denunciar o cínico discurso do “combate aos privilégios”, que esconde o desejo do capital de destruir a Previdência Pública. FHC, em que pese a aprovação da Emenda Constitucional n.º 20, não conseguiu implementar sua reforma até o fim, ou seja, estabelecer uma privatização do sistema à moda chilena. Apesar de ter-se dado um passo na quebra do regime de repartição solidária e na introdução dos sistemas de previdência complementar, a previdência complementar ainda não foi regulamentada. Ainda tramitam no Congresso, advindas da era FHC, e precisam ser agora barrados, o PL 09/99, que cria fundos de pensão complementar, a PEC 136/99, que trata da contribuição dos aposentados e a PEC 137/99, que autoriza estados, municípios e o DF a fixarem subtetos inferiores ao teto da União. Um importante aspecto é que FHC teve barrada no judiciário a quebra dos direitos previdenciários dos servidores que já estão no sistema. Sob este

ângulo, a reforma previdenciária anunciada por Berzoini aponta para perdas ainda mais drásticas do que aquelas impostas por FHC, por exemplo, quando empurra para o novo regime de previdência complementar inclusive os trabalhadores que estão hoje no sistema. A se crer nos anúncios do ministro, o projeto do novo governo garantiria os direitos dos atuais servidores proporcionalmente ao tempo de serviço no momento da publicação da nova lei, sendo que sobre o tempo de serviço restante incidiriam as novas regras, ou seja, o estabelecimento do teto de 10 salários, a partir do qual ter-se-ia que recorrer à previdência complementar. Respeitados parcialmente os direitos adquiridos, não haveria, na verdade, economia para os cofres públicos. Com o crescimento das despesas previdenciárias por mais algum tempo, e com a perda da receita advinda das contribuições dos servidores que ganham acima de 10 salários, uma vez que a parte superior ao teto seria dirigida aos fundos de pensão, só resta ao governo uma saída já tentada por FHC e rejeitada pelo Congresso e pelo Supremo: o confisco dos proventos dos aposentados mediante o desconto de contribuições – “taxar os aposentados”. Ou seja, a capitalização dos fundos de pensão seria feita às custas do desfinanciamento do Regime Próprio de Previdência. Este jogo teria como único vencedor o grupo das empresas seguradoras. O ANDES-SN combate a reforma anunciada, reafirma a defesa dos direitos previdenciários dos servidores na sua integralidade, ao mesmo tempo em que luta pela extensão destes direitos ao conjunto da classe trabalhadora.

20. Jacques Wagner, ministro do Trabalho, por sua vez, retoma o tema da reforma trabalhista e sindical e lança a proposição da extinção da multa de 40% por demissão imotivada. No que se refere à reforma trabalhista, o ANDES-SN mantém sua posição, que é a do movimento sindical brasileiro, isto é, de recusar toda quebra de direitos trabalhistas codificados na CLT. Em relação à reforma sindical, reafirma a posição histórica da CUT de defesa da Convenção 87 da OIT, que assegura a plena liberdade e autonomia sindicais.

21. Ainda que tenham um caráter fragmentário, as medidas anunciadas configuram um quadro de expectativas bastante negativo para o movimento sindical, inclusive para o movimento docente. Numa situação marcada pela expectativa popular e pelo protagonismo das massas de um lado, e, de outro, pelas exigências ditadas pelo imperialismo, o governo Lula busca os meios de aplicar a política de flexibilização e desregulamentação da legislação trabalhista com o beneplácito das organizações dos trabalhadores. Este é o sentido último dos apelos do presidente a um pacto social que ora se corporifica no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CODES), que se reuniu inicialmente sob o signo da Campanha Fome Zero. O significado do CODES foi dado pela declaração de Horácio Lafer Piva, presidente da FIESP, que afirmou que o pacto seria um fórum baseado na idéia de que “todos, empresários e trabalhadores, devemos aceitar perder um pouco”. O CODES, formado por 82 membros – dos quais já se nomearam 42, além dos presidentes da CUT, UNE, do representante do MST e alguns sindicatos, tem uma maioria de grandes empresários nacionais e internacionais. Neste momento, dos 42 indicados, estes últimos somam 22. No CODES, nivelam-se todos os participantes de tal forma que o peso da CUT, que representa vários milhões de trabalhadores, em eventuais posicionamentos do Conselho, seria o mesmo das ONGs ou de uma entidade patronal, todos reunidos num amálgama corporativista em torno do bem comum. Ou seja, dilui-se o caráter representativo e de classe das organizações, dissolvendo todos na “geléia geral” da chamada “sociedade civil”. O CODES, ao lado do Fórum Nacional do Trabalho, encarregado de preparar a Reforma Trabalhista e Sindical, tem, segundo o próprio governo, a tarefa de criar as condições para que as reformas tributária e fiscal, previdenciária, agrária e agrícola, além das medidas de geração de emprego e renda, sejam aprovadas no Congresso Nacional.

22. Desta forma, fica claro o lugar que deve ocupar na nossa luta a tarefa de preservar a independência do ANDES-SN e da Central Única dos Trabalhadores. Se não recusamos a negociação como parte do processo de luta sindical, não a confundimos com o estabelecimento de pactos que implicam um acordo permanente com os representantes das classes dominantes e do governo e, no caso concreto, de um acordo permanente para aplicar justamente as medidas de destruição dos direitos e conquistas dos trabalhadores. A ação do ANDES-SN, buscando realizar a unidade do serviço público das três esferas, sobre a base da defesa e da reafirmação das bandeiras consensuais dos trabalhadores do setor público, deve priorizar a preparação dos CECUTs e do CONCURT, instâncias nas quais será definido o destino da Central. No curso dos próximos meses, quando as novas reformas serão anunciadas à nação e enviadas ao Congresso Nacional, ao mesmo tempo em que a energia das massas, liberadas nos últimos meses, estarão voltados para a exigência de que o governo Lula atenda às reivindicações que impulsionaram o amplo movimento que o elegeu. Neste contexto, cabe ao ANDES-SN reafirmar sua plataforma de lutas com as bandeiras efetivamente capazes de promover a emancipação nacional e o atendimento das reivindicações populares:

- a) Fora o FMI;

- b) Não-pagamento da dívida externa;
- c) Não à ALCA e à OMC, por um plebiscito oficial sobre a ALCA, retirada do governo brasileiro das negociações da ALCA;
- d) Não à guerra, contra a militarização e a entrega da base de Alcântara;
- e) Reforma agrária sob controle dos trabalhadores;
- f) Reestatização das empresas privatizadas
- g) Não às reformas previdenciária, trabalhista sindical;
- h) Não a pactos que retirem direitos históricos dos trabalhadores.

Na base destas reivindicações, destas bandeiras, o ANDES-SN deve aprofundar suas relações com os demais componentes do movimento sindical e popular, buscando a construção de uma unidade política e de ação para a negociação com base em uma plataforma classista que se oponha àquela posta em prática pela classe dominante em consonância com as políticas ditadas pelo FMI.

23. A educação, durante as duas últimas décadas, principalmente nos anos do governo FHC, sofreu as severas consequências da implementação rigorosa e sem tréguas das medidas neoliberais¹. No campo da Educação Superior, no período de 1995 a 2000, houve queda de 72% no volume de investimentos (outros custeios e capital), queda de 17% nos recursos de manutenção, *deficit* de 7.000 docentes e de 20.000 técnicos. Paradoxalmente, ocorre um crescimento de 26,21 % no número de novas vagas para o vestibular - (Fonte: Indicadores de desempenho das IFES. ANDIFES: 19/6/02; FSPn20/06/02, p. C7). Os indicadores de investimento e expansão permitem identificar o impacto das medidas, bem como reconhecer os pontos estratégicos e prioritários sob os quais devem incidir a ação organizada em defesa da educação pública. Tarefa histórica, que o ANDES-SN, reconhece, não fará só, mas sim articulado com movimentos, fóruns, setores e organismos da luta de classe que defendem o projeto histórico socialista e os serviços públicos. O balanço dos oito anos de implementação da política neoliberal permite visualizar o lastro de consequências nefastas para a educação no Brasil. Os dados recolhidos pela equipe de transição do governo Lula, e não divulgados, o demonstram. A educação superior no período de FHC foi desvirtuada em seu sentido de universidade, com a privatização do sistema, com o desinvestimento programado do setor público, com o desrespeito à Constituição no que se refere à autonomia universitária e à democracia interna, no crescimento desenfreado de cursos endogênicos de pós-graduação, na privatização do espaço público por meio das famigeradas fundações de apoio, no desmantelamento do processo de avaliação institucional, no sucateamento da graduação mediante cursos seqüenciais, entre outras. A ameaça de desmantelamento do maior sistema nacional de fomento à ciência & tecnologia da América Latina - as universidades públicas brasileiras- e a conseqüente dependência tecnológica, tendem a acentuar-se caso sejam aprovadas leis que tramitam no parlamento como é o caso da Lei de Inovação Tecnológica. Os constantes contingenciamentos e não-repasse das verbas públicas suficientes para manutenção e investimentos, os hospitais universitários em colapso, o ensino privado em franca e desenfreada expansão, professores e técnicos-administrativos sem reajustes de suas perdas salariais, trabalho docente precarizado, termos de acordo de greve não cumpridos, entre outros, são indicadores do desmantelamento da educação pública. Por outro lado, cresce desenfreadamente o setor privado. Em 2001, o total de ingressantes foi de 72,20% no setor privado para 22,20 % no setor público. Os cursos que mais crescem (96%) no Brasil são os oferecidos por instituições privadas e noturnos. Medidas em tramitação junto à OMC permitirão que a educação deixe de ser considerada direito universal para se tornar rico filão de lucros fáceis a ser intensamente explorado, cada vez mais, pelos capitalistas nacionais e também internacionais. Atualmente lideram o ranking das universidades as particulares UNIP (Universidade Paulista) com 81 mil alunos e a Estácio de Sá (RJ) com 60 mil alunos e com um crescimento 76,6% em apenas um ano. Das 20 universidades que aparecem no ranking, 14 são instituições privadas.

24. Às medidas no campo da educação, ciência & tecnologia² somam-se as governamentais que atentaram contra todos os trabalhadores e que devem ser detidas no novo governo. Tais medidas podem ser reconhecidas na política de reajuste salarial, submetida aos acordos internacionais com o FMI, as propostas para a previdência pública, a flexibilização da CLT, o pacote antigreve. Medidas estas que foram rejeitadas no último pleito eleitoral com a derrota do candidato à sucessão de FHC.

¹ O Texto da Diretoria sobre Política Educacional, incluso no presente Caderno de Texto do 22º Congresso do ANDES-SN apresenta dados referentes à Herança Educacional do governo de FHC.

² O Texto da Diretoria sobre Ciência & Tecnologia, incluso no presente Caderno de Texto do 22º Congresso do ANDES-SN apresenta mais elementos referentes ao tema.

No período do governo FHC, o ANDES-SN enfrentou as investidas que pretendiam, sem êxito, implementar o reacionário projeto de regulamentação da autonomia universitária (Artigo 207 da Constituição Federal), inclusive valendo-se do reforço apresentado pela ANDIFES com o seu Projeto de Lei Orgânica para a Universidade. Enfrentou as iniciativas para eliminar as contratações pelo Regime Jurídico Único e a transição para o regime de emprego público, enfrentou a limitação dos concursos públicos e as contratações precarizadas de aproximadamente 8.000 mil professores substitutos nas IFES, bem como a introdução das gratificações produtivistas e as avaliações institucionais (Provão, Enem, Saeb) orientadas pela lógica do mercado. Vale lembrar que nesse processo de enfrentamento dos últimos 8 anos (1994 a 2001) foram necessárias cinco greves nas instituições federais de ensino (1994, 1996, 1998, 2000, 2001), bem como intensas e fortes greves deflagradas nas instituições estaduais de ensino (São Paulo, Rio de Janeiro, Paraná, Mato Grosso, Santa Catarina, Paraíba, Bahia, Ceará). O não-atendimento de reivindicações, o que culminava em greves, girou em torno da política de reajuste para resgatar perdas salariais; carreira e capacitação docente; política de pessoal; orçamento e verbas; democracia e autonomia; emprego e aposentadoria e política educacional para as instituições de ensino superior, ensino médio, técnico e educação tecnológica e financiamento para a área de ciência e tecnologia - aplicação imediata de 1,5% do PIB em ciência e tecnologia e destinação de recursos públicos capazes de garantir uma política de ciência e tecnologia que fortaleça a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão nas universidades públicas, assim como a democratização das agências de fomento como CAPES, CNPq e FINEP e, ainda, manutenção dos recursos para o programa PET (Programa Especial de Treinamento). Tal enfrentamento não evitou, que o débito educacional no Brasil seja um dos maiores do mundo e a qualidade de ensino uma das piores. Mas, permite que a imprensa burguesa reconheça que os professores e técnicos-administrativos das instituições federais e estaduais de ensino sobreviveram heroicamente ao período e não deixaram cair o prestígio da nossa pesquisa científica & tecnológica, basicamente realizada nas universidades públicas.

25. O governo Lula assume com um bilhão de recursos a menos para investimentos na educação. De 8 bilhões em 2002, passamos para 7 bilhões em 2003. Restrições estabelecidas a partir dos acordos com o FMI. O ministro da Educação, Cristóvam Buarque, assume o Ministério com uma forte pressão das demandas e reivindicações colocadas, ao longo da história, no campo da educação. Já anunciou durante a abertura do Fórum Mundial de Educação (19 a 22 de janeiro de 2003), os três principais eixos do governo Lula para a Educação, a saber: *O problema do analfabetismo* (entre 15 a 50 milhões de brasileiros não estão plenamente integrados no mundo das letras); *a educação básica* (O Brasil situa-se em um dos últimos lugares no mundo no que se refere à educação e tem um dos piores resultados educacionais entre todos os países do mundo); *mudanças na universidade brasileira* (universidades públicas foram relegadas e abandonadas e as particulares degradadas, por preferirem crescer em número em vez de crescer na qualidade de ensino). Durante o Fórum Social Mundial, reuniu os reitores (ANDIFES) e convidou o ANDES-SN, a FASUBRA e a UNE e anunciou a criação de três grupos de trabalho: um para levantar as condições de infra-estrutura; outro para estudar necessidades emergenciais de ocupação e criação de vagas, a instalação de cursos noturnos e engajamento das universidades nos dois principais projetos do governo Lula – Fome Zero e Erradicação do Analfabetismo – e, o terceiro grupo para apresentar uma nova proposta que servirá como base para reformular as universidades. O ministro já anunciou aos órgãos de imprensa que “havendo possibilidade de conceder aumento salarial, não vai ser preciso fazer greve. Se não houver possibilidade, a greve vai ser inútil”. Declarou ainda que não pretende interromper nenhum projeto da pasta, implementados nos últimos 8 anos durante o governo do ministro Paulo Renato (Folha de São Paulo 04/01/03, p. C15). O eixo da erradicação do analfabetismo em quatro anos, anunciado pelo governo e já severamente criticado, o eixo da educação básica e as mudanças da universidade surgem em um contexto de manutenção da política econômica, cujo ponto central de estabilidade é o pagamento das dívidas externa e interna, o que tem implicado descontinuidade de programas na área social e no não-investimento adequado na educação. Os gastos com o pagamento da dívida foram de, aproximadamente, 110 bilhões em 2002, cerca de 27% a mais do que as despesas financeiras ocorridas em 2001, que giraram em torno de 86,4 bilhões. Este montante equivale a aproximadamente o dobro (50,3 bilhões conforme acordo com o FMI) do esforço fiscal feito pelo setor público ao longo do ano de 2002. Em novembro de 2002, a dívida totalizava 869,5 bilhões, o equivalente a 57,5% do PIB. É daí que vem a pressão para o aumento do *superávit* primário – dinheiro que o governo economiza para pagar a dívida -, que já está acordado com o FMI, será de 3,75% do PIB em 2003 (Folha de São Paulo, 19/01/03, p. B1). Portanto, o ANDES-SN entende que o eixo da política econômica deve ser alterado e os esforços fiscais do setor público dirigidos para enfrentar as reivindicações históricas da classe trabalhadora.

26. O ANDES-SN apresentou ao ministro as suas demandas imediatas em reunião realizada na sede do Sindicato, quando foram entregues os seguintes documentos: Carta do 4º CONED; PNE da Sociedade Brasileira; Termo de Acordo entre o MEC, ANDES-SN e SINASEFE, assinado no fim da greve de 2001; Projeto de Lei de Carreira Única do ANDES-SN; Pauta de Reivindicações dos SPFs; Proposta do ANDES-SN de medidas emergenciais a serem implementadas pelo novo governo; Cadernos de Política Educacional do ANDES-SN: Nº 1, Set. de 2002 – “A Transformação da Educação em Mercadoria: ALCA, OMC e outros (Des) Acordos Internacionais”, Nº 2, outubro de 2002 – O Programa de Capacitação Docente do ANDES-SN em Tempos de PQI. A audiência com o ministro teve a finalidade de apresentar o Projeto de Universidade e a Pauta de Reivindicações do ANDES-SN, atualizada, a ser protocolada no MEC, e com isto pautar com o Ministério: O PNE da sociedade brasileira que, estabelece 10 % do PIB para educação; novas contratações; a incorporação de gratificações; a instalação de mesas de negociação; a não-aprovação do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica. São, portanto, reivindicações prioritárias, que não serão negligenciadas: a reposição salarial emergencial; a recuperação de perdas históricas; a incorporação de gratificações e o cumprimento dos termos de acordo de greve. Diante da pressão da pauta política e econômica do ANDES-SN, principalmente no item salários, o governo argumenta que está enfrentando a crise do reajuste que costuma seguir a meta da inflação, que saltou para 8,5%. O previsto no orçamento era 4%, compromisso que o novo governo não teve condições de honrar por falta de recursos. Quanto à Campanha Salarial 2003, os servidores públicos federais estão reivindicando emergencialmente 46,95% para compensar perdas salariais. O ANDES-SN propôs à CNESF, para deliberação na plenária do dia 18 de fevereiro, os eixos gerais e específicos, conforme definidos pelo Setor das IFES a saber: reposição salarial emergencial e recuperação das perdas históricas; incorporação das gratificações; pelo cumprimento dos termos de acordo de greve; defesa da seguridade pública, contra a previdência complementar e os fundos de pensão; pelo direito de greve e autonomia sindical; defesa da educação pública, gratuita, laica e de qualidade socialmente referenciada; reconhecimento do *PNE*; *Proposta da Sociedade Brasileira* como documento de referência política para a educação brasileira; pela retirada do Brasil das negociações da ALCA e pela realização do plebiscito oficial; contra o pagamento da dívida externa.

27. A prevalecer a política econômica traçada no governo de FHC e estendida ao governo Lula, as reivindicações encontram-se ameaçadas. Ou se atendem às exigências dos organismos internacionais ou se atendem às reivindicações da maioria da sociedade brasileira. Não cabe ao ANDES-SN recuperar o caráter classista do governo ou colocá-lo à esquerda, mas, fundamentalmente, defender nas mesas de negociação, as reivindicações do Movimento Docente no conjunto das lutas dos servidores públicos e das demais entidades classistas, estudantis, sindicais e populares. A diretriz básica das relações do Sindicato Nacional com o novo governo será estabelecida a partir da autonomia e independência sindical e com base nas reivindicações. O ANDES-SN não se dispõe, como sujeito político, a implementar medidas que retirem direitos e conquistas históricas e que restrinjam a expansão do que dignifica a vida humana.

28. Com essa orientação, o ANDES-SN vem participando das campanhas internacionais (Quito, México) e nacionais, contra a ALCA e a OMC, contra a mercantilização da educação, juntamente com executivas nacionais de curso e outras entidades classistas, estudantis, sindicais e movimentos populares. Participou do Fórum Mundial de Educação defendendo diretrizes para a educação pública de qualidade socialmente referenciada, indicada no PNE da sociedade brasileira e, defendendo uma plataforma mundial de educação que se contraponha aos interesses do capital. Participou com destaque da reunião da CNESF, realizada em Porto Alegre a 23 de janeiro passado junto ao Fórum Mundial Social impulsionando uma coordenação para construir uma pauta única a ser apresentada e adotada pelos congressos estaduais e nacional da CUT. Propomos também uma plenária nacional única de todo o funcionalismo público, dos três âmbitos (federal, estadual e municipal), que adote um claro programa e um preciso plano de lutas contra as reformas encaminhadas e contra a destruição dos serviços públicos. Propomos que essa plenária anteceda o Congresso Nacional da CUT (a ser realizado a partir de 23 de maio, em São Paulo), para pesar decisivamente na orientação política a ser adotada pela Central e para se contrapor à reforma previdenciária a ser proposta nessa data pelo governo ao Congresso Nacional. O 22º CONGRESSO do ANDES-SN impulsiona assim a perspectiva classista e combativa do sindicalismo no Brasil.



Contribuição dos profs. José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior (sindicalizados à ADUFOP SSind).

ANÁLISE DAS ELEIÇÕES GERAIS DE 2002 ANÁLISE DE CONJUNTURA PARA O 22º CONGRESSO DA ANDES-SN

1. INTRODUÇÃO

As eleições 2002 aconteceram cento e treze anos depois da Proclamação da República. No final do século XIX, em 1889, o povo assistiu “bestializado” a queda da única monarquia das Américas. Num país recém saído da escravidão, o povo não se constituía em um sujeito político capaz de influir nos rumos da nação. No início da construção do Estado Republicano e do regime presidencialista apenas 2% da população constituíam a parcela apta a votar. Ficavam de fora as mulheres, os analfabetos – que eram ampla maioria da população – os jovens, etc. Ao longo do século XX o eleitorado brasileiro foi crescendo progressivamente e teve uma universalização definitiva após a Constituição de 1988. Até as eleições de Jânio Quadros – o último presidente eleito antes da ditadura militar – o eleitorado não chegava a 20% da população. Na eleição de Fernando Collor – o primeiro presidente eleito depois da ditadura – o eleitorado ultrapassou ligeiramente os 50% da população. Na eleição de Lula, em 2002, o eleitorado já representava 66% da população brasileira e as mulheres, os analfabetos, os pobres e os jovens puderam se manifestar livremente através do voto.

O tamanho relativo do eleitorado já é um indicador da representatividade da democracia brasileira. Mas existem outros elementos. A urna eletrônica representou um grande avanço, pois possibilitou eleições limpas com resultados rápidos, ao contrário do que aconteceu, por exemplo, nos Estados Unidos onde o processo de apuração se arrastou por semanas e deu a vitória ao candidato com menos votos diretos depositados nas urnas. Outro fator positivo foi uma cobertura relativamente isenta da mídia falada e escrita. Os diversos candidatos dos partidos com representação no Congresso Nacional tiveram ampla divulgação de suas propostas não só através do horário eleitoral gratuito, mas pelas diversas entrevistas e debates em rádio, jornais e televisão que foram importantes para o esclarecimento das dúvidas da população.

A última vez que um presidente eleito dá posse a outro presidente eleito no Brasil ocorreu há 42 anos, quando da inauguração de Brasília por Juscelino Kubitschek. Em 2003, Fernando Henrique Cardoso, que não conseguiu eleger o candidato do seu partido, dará posse ao próximo presidente, advindo de um partido de oposição. As transições entre governos no Brasil têm sido marcadas por conflitos e desentendimentos. Contudo, a primeira transição política do século XXI tem sido conduzida de maneira muito transparente e democrática, mesmo ocorrendo num clima de grande instabilidade econômica.

A eleição de Luiz Inácio Lula da Silva por 61,4% dos votos válidos, no segundo turno, quebrou todos os recordes de votação da República Brasileira. Nunca um presidente brasileiro ganhou com uma votação tão expressiva e os quase 53 milhões de votos digitados representam a segunda maior votação do mundo, só perdendo para Ronald Reagan, que em 1984, obteve 54,4 milhões de votos nas eleições presidenciais americanas. Além desse aspecto quantitativo, a eleição de Lula tem vários significados qualitativos. Pela primeira vez um representante da classe operária chega ao poder. Pela primeira vez a esquerda brasileira chega ao poder. Pela primeira vez um partido construído de baixo para cima e com fortes ligações orgânicas na sociedade civil chega ao poder. Pela primeira vez a democracia brasileira vai ter, de fato, uma alternância de poder. A origem social e a formação política dos novos dirigentes marca uma verdadeira mobilidade de classe e de gênero e de raça. Não se trata, portanto, de uma alternância de poder dentro das elites dominantes.

Do ponto de vista do fortalecimento da democracia, o Brasil ganhou com as eleições de 2002. Vários mitos foram derrubados. Um deles é que a vitória da seleção brasileira de futebol favoreceria ao candidato do governo. Outro mito é que a esquerda brasileira sempre se divide, enquanto a direita se une. No ano do pentacampeonato de futebol, o Brasil elegeu um candidato que, além da esquerda, representa uma parcela da população que ficou excluída da gestão do poder nos 502 anos da história do Brasil. E o mais importante, tudo isso aconteceu num clima de paz e com respeito às regras democráticas. Como disse o presidente eleito: “a esperança venceu o medo”. Com a confirmação da vitória eleitoral, ele disse também: “o mais difícil começa agora”.

2. AS ELEIÇÕES PRESIDENCIAIS

Segundo estimativas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – a população brasileira era de 175,2 milhões de habitantes em outubro de 2002. Segundo o Tribunal Superior Eleitoral – TSE – o eleitorado brasileiro era composto por 115,25 milhões de pessoas em outubro de 2002. No primeiro turno, ocorrido em 6 de outubro, os resultados da apuração final dos votos para a Presidência da República foram os seguintes: total de votos apurados: 94.780.248, votos válidos: 84.931.917 e abstenções: 20.472.959. A tabela 1 mostra como ficaram distribuídos os votos.

Lula obteve uma votação consagradora, mas insuficiente para elegê-lo no primeiro turno. Ele se manteve na frente durante todo o processo eleitoral e foi responsável pela onda vermelha que elegeu a maior bancada na Câmara Federal e grandes bancadas parlamentares nos estados, como veremos mais à frente. O candidato governista, José Serra, atingiu o índice de 23% dos votos válidos. Vários candidatos a governador pelo PSDB também foram para o segundo turno. Outro candidato que surpreendeu foi Garotinho que chegou em terceiro lugar, conseguindo 18% dos votos válidos e conseguindo eleger sua esposa, Rosinha Matheus, governadora do Rio de Janeiro. O percentual de votos atingido por Garotinho no país corresponde, grosso modo, ao percentual da população evangélica do Brasil. O candidato Ciro Gomes, que chegou a estar em segundo lugar nas pesquisas, caiu para o quarto lugar e ficou com, aproximadamente, o mesmo percentual de votos que havia conseguido em 1998. Os candidatos do PSTU e do PCO tiveram um desempenho muito fraco e não souberam capitalizar os votos de protesto e os votos daqueles descontentes com a crise econômica ou com as propostas moderadas do PT.

Tabela 1
Resultado do primeiro turno das eleições presidenciais de 2002

Candidatos	Votos	%
Lula (PT)	39.443.876	46,44%
José Serra (PSDB)	19.700.470	23,20%
Garotinho (PSB)	15.175.776	17,87%
Ciro Gomes (PPS)	10.167.650	11,97%
Zé Maria (PSTU)	402.038	0,47%
Rui Pimenta (PCO)	38.608	0,05%
Nulos	6.975.128	
Branco	2.873.203	

Fonte: TSE

No segundo turno das eleições presidenciais cresceram os votos válidos em relação ao primeiro turno: 86.163.416, diminuíram os votos nulos e brancos, mas cresceu a abstenção que foi de 23.589.671 votos. Lula ganhou em todos os Estados, menos Alagoas, onde a vitória foi de Serra, por 56,39% contra 43,61%. Nos demais Estados a vitória de Lula foi inquestionável, sendo que em alguns casos houve uma margem esmagadora: 78,97% no Rio de Janeiro, 75,51% no Amapá, 71,78% no Ceará, 66,45% em Minas e 65,69% na Bahia.

Tabela 2
Resultado do segundo turno das eleições presidenciais de 2002

Candidatos	Votos	%
Lula (PT)	52.792.927	61,27%
José Serra (PSDB)	33.370.489	38,73%
Nulos	3.772.116	
Branco	1.727.746	

Fonte: TSE

3. AS ELEIÇÕES PARA A CÂMARA FEDERAL E O SENADO

A grande surpresa das eleições da Câmara Federal foi o fato do PT ter elegido a maior bancada: 91 deputados federais. Este fato se deu em decorrência da “onda Lula” que favoreceu a aliança PT/PL/PMN/PC do B. Vários deputados da aliança foram os mais votados em seus estados. De modo geral, os partidos à esquerda cresceram. Aumentaram as bancadas os partidos PT, PSB, PPS, PC do B e PL. O PDT cresceu em relação ao seu tamanho em setembro de 2002, mas elegeu menos deputados que em 1998. Os partidos que faziam parte da aliança governista (PMDB, PFL, PSDB, PPB e PTB) diminuíram suas bancadas.

Apesar do crescimento da bancada à esquerda, que fazia oposição ao governo FHC, os partidos que formam a base de sustentação inicial do governo Lula não atingiram a maioria da Câmara. Para conseguir maioria, o governo Lula terá que contar, além de seus aliados tradicionais, com partidos e deputados que faziam parte da base parlamentar do governo FHC, ou então contar com a migração de deputados. Um fato pitoresco da eleição 2002 foi que o candidato Enéas obteve mais de 1,5 milhões de votos, se tornando o deputado federal mais votado da história brasileira e arrastando consigo para a Câmara Federal, devido ao coeficiente eleitoral, deputados paulistas com menos de 500 votos. A tabela 3 mostra o número de deputados eleitos em 1998, a nova composição da Câmara em setembro de 2002 e o número de deputados eleitos em 2002.

Tabela 3
Os 11 maiores partidos brasileiros na Câmara Federal entre 1998 e 2002

Partidos	Deputados 1998		Setembro de 2002		<i>Eleitos em outubro/2002</i>	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
PMDB	105	20,47	87	16,96	74	14,42
PFL	99	19,30	98	19,10	85	16,57
PSDB	83	16,18	94	18,32	71	13,84
PT	60	11,70	58	11,31	91	17,74
PPB	60	11,70	53	10,33	48	9,36
PTB	29	5,65	33	6,43	26	5,07
PDT	25	4,87	16	3,12	21	4,09
PL	12	2,34	22	4,29	26	5,07
PSB	19	3,70	16	3,12	21	4,09
PPS	3	0,58	12	2,34	15	2,92
PC do B	7	1,36	10	1,95	12	2,34
Total	513	100,00	513	100,00	513	100,00

Fonte: TSE e Folha de São Paulo

Também no Senado o partido que apresentou o maior crescimento foi o PT, que passou de 8 para 14 senadores. O desempenho da esquerda melhorou, mas ainda está longe de atingir a maioria da Casa. PMDB e PFL ficaram com as maiores bancadas no Senado e adquiriram o direito de reivindicar a presidência da Casa.

Tabela 4
Os 10 maiores partidos brasileiros no Senado em 2002

Partidos	Setembro de 2002		Eleitos em outubro 2002	
	Número	%	Número	%
PMDB	24	29,63	19	23,46
PFL	17	20,99	19	23,46
PSDB	14	17,28	11	13,58
PT	8	9,88	14	17,28
PPB	2	2,47	1	1,23
PTB	5	6,17	3	3,70
PDT	5	6,17	5	6,17
PL	1	1,23	3	3,70
PSB	3	3,70	4	4,94
PPS	2	2,47	1	1,23
Total	81	100,00	81	100,00

Fonte: TSE e Folha de São Paulo

4. ELEIÇÕES: ASSEMBLÉIAS LEGISLATIVAS E GOVERNOS ESTADUAIS

A onda Lula que varreu o primeiro turno das eleições de 2002 chegou às Assembleias Legislativas. O PT elegeu 146 deputados estaduais contra 91 em 1998, um crescimento de 60%. Com isso, o Partido dos Trabalhadores passou a ter a maior representação estadual, deixando para trás PMDB, PFL e PSDB, conforme mostra a tabela 5. O PT também será o único partido com representação estadual em todas as Unidades da Federação, sendo que em Minas Gerais, São Paulo, Santa Catarina, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia e Distrito Federal terá a maior bancada (mas não a maioria dos deputados das Casas).

O partido que teve a maior queda foi o PFL que passou de 164 deputados estaduais em 1998 para 120 deputados em 2002. Apresentaram ganhos significativos o PPS e o PSB, mostrando que aqueles partidos que lançaram candidatos competitivos à presidência da República favoreceram suas bases estaduais.

Tabela 5
Os 10 maiores partidos brasileiros nas Assembleias Legislativas – 1998 e 2002

Partidos	Eleitos 1998	Eleitos 2002
PT	91	146
PMDB	166	135
PSDB	151	134
PFL	164	120
PPB	100	93
PDT	58	63
PTB	80	62
PL	68	61
PSB	49	58
PPS	30	45

Fonte: TSE

Nos governos estaduais o grande vencedor foi o PSDB que elegeu 7 governadores, dentre eles, aqueles que vão governar os dois maiores estados do Brasil. Em São Paulo, maior colégio eleitoral e a mais forte economia do país, o PSDB ganhou a sua terceira eleição consecutiva. Em Minas a eleição de Aécio Neves, presidente da Câmara e neto de Tancredo Neves, ocorreu no primeiro turno, com ampla vantagem sobre os concorrentes. Nunca uma eleição em Minas Gerais foi decidida com uma vantagem tão grande. Este fato coloca o governador Aécio como uma das lideranças políticas de maior projeção nacional. O PMDB teve um desempenho surpreendente ganhando 5 governadores, sendo os três da região sul do país. O PSB teve um ótimo desempenho elegendo 4 governadores, inclusive as únicas duas mulheres eleitas ao posto máximo de seus estados.

Tabela 6
Distribuição dos governadores eleitos, por partido, em 2002

Partidos	Número	Estados
PSDB	7	SP, MG, GO, CE, PA, PB, RO
PMDB	5	RS, SC, PR, PE, DF
PSB	4	RJ, ES, RN, AL
PFL	4	BA, MA, SE, TO
PT	3	MS, PI, AC
PPS	2	AM, MT
PDT	1	AP
PSL	1	RR

Fonte: TSE

O PT manteve o mesmo número de governadores, mas sofreu um grande baque ao perder o governo do Rio Grande do Sul, quinto colégio eleitoral do país. O PT foi o partido que mais concorreu aos governos estaduais no segundo turno. Porém, só conseguiu eleger 3 governadores e chegou muito perto em outros 3 estados. No Estado de São Paulo o PT teve o seu melhor desempenho da história, mas não foi suficiente para obter o cargo máximo. O PT ficou em segundo lugar nos 5 maiores estados do país. Mas, apesar da excelente votação que obteve em todo o país, a “onda Lula” não foi suficiente para eleger petistas nos governos dos estados, como aconteceu no segundo turno das eleições municipais de 2000. A falta de apoio nos governos estaduais pode se tornar a principal

fraqueza do governo Lula, já que muitos deputados tendem a votar em consonância com os interesses dos governos estaduais.

As eleições nos estados mostrou que o povo não deu cheque em branco para Lula. Em São Paulo, por exemplo, o povo votou, conscientemente ou não, em Lula (PT) e Alkimim (PSDB). O mesmo aconteceu em outros estados. É como se o eleitorado dissesse: “queremos Lula na presidência, mas governadores de outros partidos para contrabalançar o poder do PT”.

Como isto vai influenciar as eleições municipais? Nas eleições de 2000, os governadores fizeram a maioria das prefeituras. Se isto se repetir o PT não deve eleger tantos prefeitos como era de se esperar com a presidência da república nas mãos. Além disto, o desgaste natural de estar no poder pode atrapalhar a imagem petista. Será que o peso da máquina federal vai ajudar? Como será a aliança petista nos municípios? Se o PT ampliar o arco de alianças ele pode eleger muitos prefeitos/as, principalmente em cidades pequenas.

A maioria dos estados votam com o presidente vencedor. O Rio de Janeiro sempre votou contra a tendência do resto do país. Sempre votou majoritariamente com os candidatos de oposição. Pela primeira vez o Rio vota no candidato vencedor. Foi a maior vitória percentual de Lula em todos os estados. Como vai ficar a relação do povo carioca e fluminense com o novo presidente? O Rio tem grande peso dos funcionários públicos e isto deve influir nas avaliações futuras em relação ao governo Lula. O Rio de Janeiro é um estado pioneiro no lançamento de tendências nacionais e vai ser um termômetro da relação entre eleitores e seus representantes.

5. A POLÍTICA DE COTAS E PARTICIPAÇÃO FEMININA

Pela primeira vez na história do Brasil as mulheres são maioria do eleitorado. Setenta anos depois do direito de voto – conquistado em 1932 – as mulheres passam a ter um peso eleitoral reconhecido, apesar da pouca presença feminina entre os políticos eleitos. A ex-governadora Roseana Sarney ensaiou o lançamento de sua candidatura à presidência, mas desistiu diante de denúncias de irregularidades na campanha. O PSDB buscou uma vice-presidente no PMDB para compor a chapa governista. A atriz Patrícia Pilar teve um papel importante na candidatura de Ciro Gomes. No Rio de Janeiro quatro mulheres disputaram o governo do estado e a governadora eleita, Rosinha Matheus, foi fundamental na campanha de Antony Garotinho. O PT destinou muitas peças publicitárias para conquistar o eleitorado feminino.

O resultado de tudo isto foi o crescimento do número de mulheres eleitas e a política de cotas apresentou resultados positivos nas eleições de 2002. Segundo o CFEMEA, foram eleitas 42 mulheres deputadas federais em todo o país (8,2% do total). Isso significou um crescimento de 45% em relação às eleições de 1998, quando foram eleitas 29 deputadas (5,6% do total).

Neste pleito, cinco estados não elegeram nenhuma mulher deputada federal: Alagoas, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Sergipe. São Paulo e Rio de Janeiro elegeram o maior número de mulheres: 6 em cada estado. Também destaca-se o estado do Rio Grande do Sul, que terá 4 representantes na Câmara dos Deputados. Por outro lado, Minas Gerais elegeu apenas 1 mulher para as 53 vagas do estado. A distribuição das eleitas pelas Unidades da Federação foi ampliada, considerando-se que, nas eleições de 98, 9 estados não elegeram nenhuma mulher (BA, CE, PB, PR, PE, PI, RR, SE e TO).

Em relação à distribuição das mulheres eleitas pelos Partidos Políticos, também ampliou-se de 7 para 11 os Partidos que elegeram candidatas ao mandato de Deputada Federal. O grande destaque fica por conta do PT, que ampliou a sua representação na Câmara dos Deputados de 5 mulheres, eleitas em 98, para 14, em 2002. Na próxima legislatura, a Bancada Feminina será composta da representação dos seguintes Partidos: PT - 14 deputadas; PFL - 6 deputadas; PSDB - 6 deputadas; PC do B - 4 deputadas; PMDB - 4 deputadas; PSB - 2 deputadas; PTB - 2 deputadas; PSD - 1 deputada; PST - 1 deputada; PPB - 1 deputada; PDT - 1 deputada.

Em oito estados da Federação, as mulheres foram campeãs de votos: Perpétua Almeida (PCdoB/AC); Janete Capiberibe (PSB/AP); Vanessa Graziottin (PCdoB/AM); Maria Trindade (PT/PI); Denise Frossard (PSDB/RJ); Fátima Bezerra (PT/RN); Maria Helena (PST/RR); e Kátia Abreu (PFL/TO).

Nas Assembléias Estaduais e na Câmara Legislativa do DF o crescimento da participação feminina também foi expressivo. Segundo o CFEMEA, as deputadas estaduais/distritais eleitas em 2002 totalizam 133 em todo o país, contra 82 em 1994 e 106 em 1998. Este total representa um aumento de 25,5% em relação à eleição anterior, ampliando-se a representação feminina de 10% para 12,5% no conjunto das 1.059 cadeiras das Assembléias/Câmara Legislativas em todo o país.

Nas eleições de 2002, todas as Unidades da Federação elegeram mulheres deputadas estaduais/distritais. As Unidades da Federação que se destacaram quanto ao número de deputadas estaduais/distritais eleitas em 2002 são: Rio de Janeiro (15), São Paulo (10) e Minas Gerais (10). Maranhão, Ceará, Pará e Pernambuco elegeram 8 deputadas por Estado. Em termos relativos, a Bancada Feminina, em cada Assembléia/Câmara Legislativa, é mais expressiva nos seguintes Estados: Sergipe (25%), Rio de Janeiro (21,4%), Distrito Federal (20,8%), Pará (19,5%) e Maranhão (19%).

As mulheres foram eleitas por 19 partidos. Em termos do número absoluto de eleitas em todo o país, destacam-se os seguintes Partidos: PT (29 eleitas), PSDB e PMDB (22 cada) e PSB e PFL (9 cada). Em termos percentuais, o PC do B apresenta a maior Bancada Feminina, 29,4%, 5 mulheres nos 17 representantes eleitos por este partido. A seguir, destaca-se o PSC (23,1%), o PT (19,7%), o PMDB (16,4%), o PSDB (15,8%) e o PSB (15,2%). Os Partidos PAN e PTN também apresentam um percentual significativo de mulheres eleitas, embora suas Bancadas Partidárias sejam bem reduzidas, respectivamente 1 e 3.

Das 27 novas cadeiras de deputadas estaduais/ distritais, destacamos as seguintes movimentações de 1998 para 2002: o PT amplia em 11 cadeiras, o PSDB 6, o PSB 4, o PMDB 3. Já o PFL perdeu 6 cadeiras.

A política de cotas não se aplica ao Senado e aos governos estaduais. Mesmo assim houve um expressivo crescimento do número de mulheres eleitas para a Câmara Alta. Foram eleitas 8 candidatas (14,8% do total de eleitos). São elas: Marina Silva - PT/AC; Serys Marly - PT/MT; Ana Júlia - PT/PA; Fátima Cleide - PT/RO; Idely Salvati - PT/SC; Patrícia Gomes - PPS/CE; Lucia Vânia - PSDB/GO; Roseana Sarney - PFL/MA. Duas senadoras continuarão seus mandatos: Maria do Carmo (PFL/SE); e Heloisa Helena (PT/AL), totalizando assim uma bancada de 10 senadoras (12,3% das cadeiras do Senado).

No que se refere ao Executivo, havia apenas uma mulher governadora: Roseana Sarney que foi a única mulher eleita nos primeiros 500 anos do Brasil. Em 2002, foi eleita uma governadora em 1o turno: Rosinha Garotinho, do PSB/RJ, com 51,3% dos votos. No segundo turno, foi eleita a governadora Wilma Faria, do Rio Grande do Norte, também do PSB. Outras três mulheres disputaram o segundo turno das eleições de 2002.

Para o cargo de vice-governadora foram eleitas apenas duas mulheres em 1998: Dalva Figueiredo - PT/AP e Benedita da Silva - PT/RJ. Nas eleições de 2002 foram eleitas seis vice-governadoras: Maria de Lourdes Abadia do Distrito Federal, PMDB; Iraci Araújo Moreira do Mato Grosso, PPS; Valéria Vinagre Pires Franco do Pará, PFL; Maria Lauremília Assis de Lucena da Paraíba, PSDB; Odaisa Fernandes Ferreira de Rondônia, PSDB; Marília Carvalho Mandarinho de Sergipe, PPS

6. CONCLUSÕES

As eleições gerais de 2002 foram marcadas pelo fenômeno Lula. Este fenômeno decorreu em parte do desgaste do governo FHC e de um fortalecimento das esquerdas como um todo. Mas também houve uma vitória da persistência, da coerência e do carisma de um líder operário que soube vencer todos os obstáculos colocados na sua trajetória rumo ao Palácio do Planalto. Lula teve 25 milhões de votos a mais que a soma dos governadores do PT. Lula sempre foi maior que o PT. Ele ajudou a construir o partido e a conquistar a maior bancada federal e o maior número de deputados estaduais. Mas mesmo com todo o crescimento do PT, o partido não chegou a fazer 20% das cadeiras do Congresso Nacional. A presença minoritária do PT no Congresso torna a política de alianças um fato imprescindível para a governabilidade.

Ao contrário de Lula que sempre teve mais voto que os candidatos do PT, José Serra foi menor que o PSDB e ficou aquém da votação de seu partido. Os sete governadores do PSDB vão governar uma população equivalente a 45% da população brasileira. Por exemplo, em Minas Gerais o candidato do PSDB ao governo do Estado obteve quase 60% dos votos no primeiro turno, enquanto Serra obteve pouco mais de 30% dos votos no segundo turno. Este mal desempenho do candidato Serra, em parte, reflete os baixos índices de aprovação do governo FHC. No sistema presidencialista brasileiro é possível que o candidato de um partido ao cargo presidencial vá mal, mas o seu partido vá bem nas eleições parlamentares ou para as disputas dos executivos estaduais, ou vice-versa.

A especificidade das eleições de 2002 é que o país elegeu um presidente com amplo respaldo popular, mas um parlamento muito heterogêneo e com ampla dispersão de forças políticas. O presidente Lula tem, além do seu passado de luta, um patrimônio de mais de 52 milhões de votos e o respaldo da população brasileira que lhe deu a maior votação que um presidente já teve nos 113 anos da República brasileira. Mas este patrimônio não é eterno. A lua-de-mel entre o presidente e o

eleitorado um dia acaba e pode se transformar em crise, dependendo das dificuldades e dos problemas do dia-a-dia. Por um lado o novo governo vai ter que corresponder às expectativas populares e, por outro, vai ter que garantir a governabilidade, isto é, vai ter que garantir a harmonia entre os três poderes e a efetividade do Pacto Federativo.

O primeiro desafio vai ser aumentar o leque de alianças. Além de garantir a manutenção das alianças do primeiro e do segundo turno, o PT precisará conquistar novas alianças no chamado terceiro turno, ou seja, garantir a governabilidade a partir da posse em janeiro de 2003. Os partidos PT, PL e PC do B elegeram juntos 129 deputados. Os partidos que apoiaram Lula no segundo turno (PTB, PSB e PPS) elegeram 62 deputados. Assim, a soma dos deputados federais dos 6 maiores partidos que apoiam o governo não atinge a maioria simples da Câmara. Nesse sentido, o PT tem procurado o apoio do PMDB que elegeu 74 deputados em 2002. O problema é que o PMDB havia indicado a vice-presidente na chapa de José Serra e é um partido estruturalmente dividido. Certamente o apoio do PMDB (e de outros partidos que faziam parte da base parlamentar do governo FHC) poderá dar estabilidade parlamentar ao governo Lula, o problema é se este apoio vai descaracterizar ou não as propostas de mudança prometidas ao longo da campanha.

O segundo desafio vai se dar no âmbito do Pacto Federativo. Em janeiro de 1999, o governador Itamar Franco, junto com os governadores do PSB e do PT, lançou a Frente dos Governadores de Oposição ao governo FHC. Porém, eles eram apenas sete governadores e as próprias divergências internas não deram continuidade ao movimento. Ao contrário do governo passado, o governo Lula não conta com a maioria dos governadores. Mesmo contando com governadores de partidos aliados, o PT vai ter que enfrentar a pressão para renegociar as dívidas dos Estados ou fazer uma redistribuição das receitas via uma Reforma tributária. Os recursos são escassos e existe uma disputa entre a União, os Estados e os Municípios.

Um terceiro desafio, complementar ao segundo, é conter a ânsia tributária do governo, as pressões sobre os recursos federais vindos dos mais variados setores corporativistas e a necessidade de destinar recursos para a área social. Como se diz: o cobertor é curto para cobrir os pés e a orelha ao mesmo tempo. A carga tributária no Brasil já está num patamar muito alto e dificilmente os contribuintes vão aceitar pagar mais impostos. Mas o governo vai ter que atuar dentro dos limites da Lei de Responsabilidade Fiscal e terá que traçar sua política social sem comprometer a estabilidade da moeda.

Um quarto desafio vai se dar na relação entre o novo governo e as organizações populares da sociedade civil. O PT cresceu enquanto partido de oposição que tinha o apoio de amplos movimentos sociais e populares. No governo, contudo, o PT vai ter que tomar decisões, em nome do bem comum, que podem contrariar certos interesses específicos. Como será a relação entre o novo governo e estes movimentos? Uma alternativa seria esvaziar e cooptar as organizações da sociedade civil. Mas pela trajetória do PT e o passado de luta das diversas organizações o melhor caminho a seguir seria fortalecer a organização e manter a autonomia dos movimentos sociais, tornando-os parceiros na luta pelo avanço do processo civilizatório.

Um quinto desafio vai ser garantir uma inserção soberana do Brasil na comunidade internacional. A crise econômica mundial e a tendência conservadora dos governos do grupo do G-7 vão ser um obstáculos concreto aos interesses da nação brasileira. Particularmente importante vai ser o fortalecimento do Mercosul (mesmo com toda a crise da Argentina) e o processo de negociação da ALCA.

Por último, mas não menos importante, o governo Lula precisa equacionar o problema das dívidas interna e externa, abaixar a taxa de juros e garantir o crescimento econômico com pleno emprego e distribuição de renda. As potencialidades do país são grandes. As esperanças geradas pelas mudanças eleitorais também. A eleição de Lula gerou um ambiente de boa vontade geral no país e uma maior solidariedade entre as pessoas. A mobilização da sociedade civil, dos trabalhadores e do povo oprimido poderá criar uma nova correlação de forças que favoreça a transformação progressista do Brasil. O século XXI começa, assim, de forma alvissareira e espera-se que os próximos anos sejam o início de “outros quinhentos”.

TEXTO 03

Contribuição do prof. Dr. Marcelo Tragtenberg - Departamento de Física da UFSC e membro do Grupo de Trabalho de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN e da APUFSC.

A QUESTÃO RACIAL NA CONJUNTURA PÓS-DURBAN NO BRASIL, CUBA E ESTADOS UNIDOS

Estes três países apresentam tratamento diferenciado para negros e branco, com regimes político-econômicos diferentes e histórico de discriminação racial diferentes. Em todos eles houve escravidão, mas a composição racial da população é diferente.

No Brasil, segundo o IBGE (censo de 2000) há 45% de negros (sendo 5% pretos e 40% pardos). Em Cuba há aproximadamente 1/3 de negros, 1/3 de mulatos e 1/3 de brancos (segundo estatísticas oficiais e também o Livro de Dados da CIA - CIA Fact Book). Já nos EUA há somente 12% de negros.

Salta aos olhos a diferença de tratamento dos negros e brancos no Brasil, configurando uma verdadeira dívida histórica do Brasil com relação a esta raça. Como a Biologia Molecular moderna soterrou o conceito **biológico** de raça, a sua utilização só se justifica devido ao seu significado social. Ele é um conceito socialmente construído e se reproduz no cotidiano da vida brasileira (e também na cubana e estadunidense).

A Conferência de Durban (2001) sobre racismo e intolerância tratou de colocar na agenda internacional a questão da discriminação racial. No Brasil, ela teve o papel de mobilizar as forças do movimento negro e forças no interior do governo FHC que se colocam contra a discriminação racial. É notória a influência da imagem externa do dito governo em suas ações. Em consequência, surgiram propostas na delegação brasileira a Durban como cotas para negros em Universidades Públicas, que têm uma inusitada força de mobilizar uma intensa polêmica. Encontram-se opiniões favoráveis e contrárias a este tipo de proposta em todos os campos políticos, da extrema-direita à extrema-esquerda. No entanto, no movimento negro (que não é ideológico) ela é majoritariamente aceita.

Também a ANDES-SN somente começou a colocar em sua agenda de discussões a questão racial em 2001, ano de Durban. O grupo de trabalho de etnia, gênero e classe foi criado no 19º congresso(2000) da entidade e teve sua primeira reunião em 2001. Sobre a questão racial e de ações afirmativas a discussão na nossa entidade ainda é muito pobre. Havemos que reconhecer que a ANDES-SN também tem uma dívida histórica com relação à questão racial. O 20º Congresso (2001) tem uma resolução vaga sobre o assunto:

1- lutar contra as opressões, desigualdades e discriminações de gênero, etnia, cultura, idade, orientação sexual, classe, religião e nacionalidade, construindo durante o ano de 2001, sob a coordenação do GT Gênero, Etnia e Classe, estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos organizados;

2 - o ANDES-SN deve estimular o conjunto do sindicato e as universidades a se engajarem na luta contra o racismo e as desigualdades raciais, especialmente sobre as mulheres afrodescendentes. Que o conjunto do sindicato se engaje na discussão referente à preparação da 3ª Conferência Mundial contra o racismo, a discriminação racial, a xenofobia e as formas correlatas de intolerância”, convocada pela ONU para agosto/setembro de 2001.

O 21º Congresso só fez reconhecer a necessidade desta discussão:

O ANDES-SN deverá marcar reunião para a primeira quinzena de abril com o GTPFS e GT Gênero e Etnia, no sentido de discutir as seguintes proposições apresentadas no 21º CONGRESSO, conduzindo para sua apreciação no 44º CONAD: a) Que o ANDES-SN na sua busca pela justiça social e pelo respeito aos movimentos populares: - amplie a discussão sobre a questão de acesso à Universidade; - promova o grupo de trabalho sobre etnia e relações étnicas; - examine os documentos dos movimentos negros e indígenas, cujas posições vão além das cotas e enfocam o acesso como forma de quebra das hegemonias étnicas/raciais nas estruturas de poder; - discuta os paradigmas hegemônicos eurocêntricos que instruem uma educação universitária sem lugar para a pluralidade étnica cultural. b) As Seções Sindicais do ANDES-SN deverão promover debates sobre a política de cotas/reserva de vagas para acesso à educação superior pública a fim de atualizar a discussão e o posicionamento do MD sobre a questão, levando em conta, inclusive, as novas propostas apresentadas sobre o tema pelo governo federal, aquelas em fase de implementação por governos estaduais e o Congresso Nacional. c) Denunciar a política de “reserva de vagas” proposta pelo governo como sendo demagógica, pois não democratiza o acesso ao ensino superior, podendo estar inserida no quadro de uma política geral de destruição da universidade pública, ferindo sua autonomia, reafirmando a luta pela ampliação de vagas nas IES públicas exigindo melhoria da qualidade do ensino público que garanta as condições de qualidade e democratização no acesso ao ensino superior, ampliando o debate com os movimentos sociais. d) Que o ANDES-SN desencadeie

discussões nacionais sobre a questão do Racismo e Ação Afirmativa e temas decorrentes como cotas, sob responsabilidade do GT – Etnias, Racismo e Gênero e GTPE, remetendo estudos e subsídios para avaliação, condução e aprovação ao próximo CONAD. e) Que o ANDES-SN estabeleça diálogo com os diversos setores dos movimentos sociais a fim de definir seu posicionamento sobre reservas de vagas nas universidades públicas.

O 44º CONAD não deliberou a posição do movimento docente sobre o tema do combate à discriminação racial, remetendo-o agora para o 22º Congresso (2003), preparado por um Seminário Nacional sobre Racismo e Ações Afirmativas. Na melhor perspectiva, este Seminário ocorrerá dias antes do 22º Congresso. A discussão e o interesse objetivo sobre o assunto é irrisório no movimento docentes. Pouquíssimos GTs de Etnia locais se organizaram nas seções sindicais. Em 2002, o GT de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN se reuniu três vezes.

Por outro lado, a eleição de Lula à presidência abriu novas perspectivas no combate à discriminação racial. Na campanha do segundo turno, tanto ele quanto José Serra se posicionaram a favor de cotas nas universidades para negros. Isso coloca as ações afirmativas não só na cena política, mas também enquanto proposta de governo. Abriu-se com o novo governo um período de muita esperança, seja quanto à possibilidade de criação de empregos e riqueza, quanto no sentido de melhor distribuir esta riqueza e as oportunidades, particularmente para negros e índios.

No entanto, a herança a ser enfrentada é pesada:

a) 350 anos de escravidão,

b) Enorme preconceito contra negros,

c) não reconhecimento deste preconceito (a ideologia dominante, inclusive entre nossos colegas universitários, é a que não existe racismo no Brasil, que há democracia racial – distribuição de renda e oportunidades iguais entre negros e brancos, ideologia do branqueamento do Brasil via mestiçagem de brancos e negros em convivência harmoniosa),

d) invisibilidade dos negros (os veículos de comunicação não veiculam a imagem dos negros e quando o fazem é muitas vezes no sentido de denegri-los, no Sul do Brasil, que possui porcentagem de população negra parecida com a dos EUA teima-se em negar a presença negra).

Na atual situação, como devem se posicionar as forças progressistas? Como articular a luta contra as desigualdades sociais de classe com a luta contra o racismo? Com toda a humildade, esta é uma questão complexa e não respondida completamente no âmbito acadêmico, e mais ainda na esquerda brasileira, particularmente a de tradição marxista (diga-se de passagem majoritariamente branca).

Tentaremos, dentro de nossa parca percepção, contribuir para este debate do ponto de vista teórico e dentro da realidade brasileira, com ajuda dos casos cubano e estadunidense. A posição emitida nesta tese, ressalte-se, está impregnada de posicionamento político e militante, não se limitando a uma postura rigorosa e acadêmica. Acreditamos que pesquisas em profundidade devam ser empreendidas para tornar mais fundamentada esta posição.

Do ponto de vista teórico, é possível entender que o sistema capitalista tende a gerar desigualdade, ao transferir riquezas de uma classe explorada a uma classe exploradora, em termos gerais. Neste sentido, é necessário haver uma pressão política organizada de toda a classe explorada seja para reformar o ensino, saúde, habitação, como parece a atual etapa brasileira (para que haja expansão e melhoria do ensino público e gratuito, uma política habitacional distributiva, de universalização e gratuidade da saúde e uma política de emprego mais igualitária, entre outras medidas) ou para revolucionar as prioridades, numa perspectiva socialista, como no caso cubano e chinês.

No entanto, a questão racial deve ter um tratamento diferenciado. Por quê? Na realidade a diferença racial gera desigualdade na distribuição de renda e oportunidades sociais ! (no Brasil, em Cuba e nos EUA). Além disso, é causa de desunião entre os trabalhadores ao jogar brancos contra negros e criar uma super-exploração dos negros. Mais à frente, veremos como essa desigualdade racial se materializa e destrói o mito da democracia racial no Brasil (curiosamente, ele também foi gerado na Cuba pré revolucionária).

Portanto, estamos diante de duas fontes de desigualdades: a exploração capitalista e a discriminação racial. Torna-se imperativo para quem tem uma postura socialista abolir estes dois geradores de desigualdades. Não existe socialismo democrático ou libertário sem a abolição da exploração capitalista E DAS DESIGUALDADES RACIAIS. Mais adiante analisaremos os dados que temos sobre a experiência cubana dentro deste ponto de vista.

Por quê podemos afirmar que há desigualdades raciais no Brasil? Ou seja, por que podemos dizer que o negro pobre tem menor salário que o branco pobre, que sua escolaridade média é menor, que suas condições de habitação são piores, que seu atendimento hospitalar é pior, etc.

Até a década de 1950, era muito difundida a idéia que o Brasil apresentava uma convivência harmônica de raças, que a miscigenação não era vista de forma negativa. Foi até enviada pela ONU ao Brasil uma missão para conhecer a experiência brasileira de mistura de raças (cadinho de mistura), já que os EUA, a África do Sul e outros países tinham experiências de intolerância e segregacionismo. Qual não foi a surpresa dos enviados da ONU ao perceber uma forma particular de racismo, caracterizada pelo racismo cordial (Turra e Venturi, 1995). Estudos de Florestan Fernandes, Roger Bastide, Oracy Nogueira, Fernando Henrique Cardoso e Otávio Ianni, contribuíram decisivamente para desmascarar o mito da democracia racial.

Além disso, mais recentemente, tem-se analisado estatisticamente a distribuição de riqueza, habitação, escolaridade, trabalho infantil do ponto de vista racial. O estudo do IPEA "Desigualdades Raciais no Brasil", de autoria de Ricardo Henriques (2002) e o boletim do DIEESE "Desigualdade Racial no mercado de trabalho" (nov/2002) mostram que:

- a) Empregados negros ganham menos do que brancos,
- b) Negros são mais desempregados do que brancos, em várias regiões metropolitanas do país,
- c) Negros têm consistentemente 2,2 anos a menos de escolaridade média do que os brancos, desde 1929,
- d) Há mais trabalho de crianças negras do que brancas,
- e) A indigência é 70% negra embora os negros sejam 45% da população,
- f) As mulheres negras têm ainda maior desemprego e menor renda que os homens negros,
- g) A mortalidade infantil tem caído mais para brancos que para negros,
- h) O analfabetismo é maior entre negros que brancos, quadro que se mantém, apesar da diminuição do analfabetismo em ambos os grupos,
- i) O esgoto e a água tratada vão menos a lares negros do que brancos.

Tá bom, ou queres mais?

Uma pesquisa recente, nas universidades federais da Bahia, Brasília, Paraná e Maranhão mostra que consistentemente os negros têm bem menos assentos universitários que a proporção da população que representam. ("O negro na Universidade", coord. Delcele M. Queiroz, 2002).

A juventude destes estudos mostra como desconhecemos nossa realidade racial, invisibilizada pelo mito da democracia racial, que achava que não havia discriminação racial no Brasil.

A melhor crítica a esses estudos, no nosso entendimento, vem de César Benjamin (exposta em debate ocorrido na UFF, em 9/12/2002), que acredita que tirando os 1% mais ricos da população (que são brancos), basicamente negros e brancos têm situação social bastante parecida. Os resultados das pesquisas também apresentariam fortes desigualdades regionais embutidas. As regiões mais ricas do Brasil são mais brancas (sul e sudeste) e as mais pobres são negras (norte, nordeste e centro-oeste). É portanto uma nova versão da idéia da democracia racial, que pode ser exposta a testes estatísticos.

Esta versão de César Benjamin ataca frontalmente as pesquisas do IPEA, que se baseiam em valores médios. No entanto, no caso da universidade e da pesquisa do DIEESE ela está frontalmente em desacordo. Embora as pesquisas do IPEA mereçam ser desagregadas por região, há claras indicações de que há graves desigualdades raciais no Brasil, além da discriminação racial moral, intelectual e estética a que estamos expostos pelos meios de comunicação. Neles, o negro aparece sempre como preguiçoso, intelectualmente inferior e mais feio. A exceção é a mulata, "erguida no altar" de objeto sexual sem valor maior do que de uso.

No entanto, não devemos cair na armadilha de tentar opor negros a brancos. Acreditamos que, embora organismos internacionais como por exemplo, a Fundação Ford, contribuam para a visibilidade da situação do negro no Brasil, muitas vezes pode ser passada a mensagem de que os negros melhorarão se lutarem contra os brancos e não em conjunto com eles, por uma ordem social mais justas.

Índices preliminares indicam que, por exemplo, em Cuba, a mortalidade infantil dos negros é menor que nos EUA e que a porcentagem de médicos negros em relação à população total de negros é bem maior. Assim, em Cuba, um negro tem 4 vezes menos chance de se tornar médico que um branco, enquanto que nos EUA ele tem 50 vezes menos! Visite o sítio www.afrocubaweb.com, que contém este e outros dados. Este site se dedica à valorização da cultura negra em Cuba, respeitando os avanços conquistados pelos negros na revolução socialista na Ilha.

Em poucas palavras, temos indicações que ações afirmativas em um país capitalista rico são menos eficientes do ponto de vista da igualdade entre negros e brancos do que uma revolução socialista em uma ilha bloqueada internacionalmente.

Daí a necessidade de uma transformação radical das prioridades sociais e não somente da construção de ações de discriminação positiva em relação aos negros. E nesta luta, a unidade entre trabalhadores negros e brancos é essencial. Portanto, ações afirmativas devem ser conduzidas pelo convencimento dos brancos e não por um ambiente revanchista.

Classe, etnia e gênero parecem ser determinantes relativamente independentes de desigualdades, e devem ser combatidos em paralelo.

Um bom exemplo disto parece ser Cuba.

Com histórico de segregação física de espaços sociais semelhante ao dos EUA, conjugado a uma miscigenação grande (1/3 negros, 1/3 mulatos e 1/3 brancos, conforme o CIA FACTBOOK e o governo cubano) e com uma imagem de democracia racial (pré-revolução de 1959), obteve enormes avanços na inclusão de negros, exemplificados no número de médicos, mas reconhece grandes limitações na participação dos negros nos altos escalões de poder e na distribuição de bens e pasme-se, no alunado do ensino superior. Isso indica que uma revolução social radical desacoplada de uma abordagem racial, mantém o negro em situação de inferioridade em relação ao branco

Mas quem diz isso é a Fundação Ford, a CIA ou os cubanos anti-castristas?

Não, estas informações foram extraídas de discursos de Fidel e Raul Castro. (veja-se novamente o sitio www.afrocubaweb.com).

1- A questão da raça teve especial atenção nos anais do Quinto Congresso do Partido Comunista Cubano (outubro/97): “no presente, precisamos consolidar uma política justa de promoção de negros e mulheres, especialmente como quadros, da mesma forma que vem ocorrendo com os jovens, mas não sendo mecânicos. Esta é a política que garante a autoridade moral do Partido perante o povo. O Partido tem que insistir na aplicação desta política em todas as esferas da sociedade”.

2 - Discurso de Fidel na igreja Riverside, Harlem, NY (08/09/2000): “Não estou clamando que nosso país seja um modelo perfeito de igualdade e justiça. Acreditamos no começo que, quando estabelecemos a maior igualdade perante a lei e completa intolerância com demonstrações de discriminação sexual contra a mulher e de discriminação racial contra minorias étnicas, estes fenômenos desapareceriam de nossa sociedade. Foi há algum tempo atrás que descobrimos que a marginalidade e a discriminação racial relacionada a ela não são algo que a gente se desfaz com uma lei ou mesmo dez leis, e não conseguimos elimina-las completamente, mesmo em 40 anos. Nunca houve nem nunca haverá um caso em que a lei é aplicada de acordo com critérios étnicos. No entanto, descobrimos que os descendentes de escravos são os que vivem em bairros outrora de escravos são os mais pobres e continuam a viver, mesmo após a suposta abolição da escravatura, nas piores casas. Há bairros marginais; há centenas de milhares de pessoas que vivem em bairros marginais, e não só pretos e gente de raça misturada, mas também brancos. Há brancos marginais, também, e tudo isto herdamos do sistema social anterior. Eu disse que nosso país está em seu caminho para uma nova era. Eu espero algum dia poder dizer a vocês das coisas que estamos fazendo hoje e como continuaremos a fazê-las. Nós não temos dinheiro para construir casas para todo o povo que vive em condições marginais. Mas temos várias outras idéias que não vão esperar até o fim dos tempos e que nosso justo e unido e amado povo implementará para livrar-se dos menores vestígios de marginalidade e discriminação. Tenho fé que teremos sucesso porque é o caminho dos líderes de nossa juventude, nossos estudantes e nosso povo. Não direi mais, estou simplesmente dizendo que estamos a par da existência da marginalidade em nosso país. Mas existe a vontade de erradicá-la com os métodos apropriados para esta tarefa, para trazer mais unidade e igualdade para a nossa sociedade (aplausos).”

3 - Discurso pronunciado por Fidel no Congresso de Pedagogia (5/02/99)

“El presidente cubano Fidel Castro afirmo hoy que despues de 40 anos de Revolucion, aun existen en Cuba razgos de discriminacion heredados de la etapa esclavista, los cuales pueden percibirse en el ingreso de jovenes a cursar estudios universitarios. Durante la clausura del congreso Pedagogia 99, el mandatario cubano senalo que con la ocupacion norteamericana de la isla a principios de siglo, se introdujeron muchas costumbres entre las que se incluyo la discriminacion racial.

La revolucion encontro una sociedad mas discriminataria que lo que fue la sociedad colonial, recalco. Puntualizo que la exclavitud dejo la realidad de una grave pobreza, la cual obstaculizo el desarrollo de este sector de nuestra poblacion que vivia en las peores casas, sin posibilidades de acceso a las escuela y con salarios miserables. Con el triunfo de enero de 1959 -preciso- se hicieron nuevas

leyes, se abrieron todos los club exclusivos y discriminatorios, todas las playas, se echaron por tierra todas las manifestaciones de discriminacion. Se extendieron los derechos a todos los ciudadanos del pais sin excepcion, se acabaron las escuelas donde no podian ingresar ninos negros y se establecio lo que consideramos la mas plena igualdad del hombre.

Pensamos que decretar la igualdad de derecho absoluto habia sido suficiente para borrar estas secuelas, sin embargo, hoy se observa que los sectores mas pobres son todavia aquellos descendientes de los esclavos.

Fidel Castro senalo que antes del triunfo revolucionario existia en la isla una cultura de la pobreza y de la riqueza, donde las capas medias eran fundamentalmente blancas, tenian mas preparacion y mejores condiciones de vida material. Las personas con mayores niveles de educacion -agregoinfluyen en sus hijos porque les enseñan, los repasan, les exigen. De igual forma se va transmitiendo la pobreza.

Ratifico que por mucho que sea otorgada la igualdad ante la ley, por muchas que sean las prerrogativas, las mejores notas provienen de los nucleos familiares dirigidos por profesionales. Destaco que esto no significa que no se haya avanzado en estos anos, sino que a pesar de esa igualdad de posibilidades para todos, es dificil llevar a cabo una revolucion porque implica cambiar la sociedad. Conforme Agencia Latinoamericana de Noticias Prensa Latina, S.A. (PL) ”

4- Ainda no discurso de 05/02/99: “Aún se observa que los sectores más pobres dentro de una sola sociedad socialista son todavía aquellos descendientes de los esclavos”, y añadió: “¡Qué difícil es una revolución; qué difícil es cambiar una sociedad!”

5- Discurso de Raúl Castro no 7^o Congresso da Federação das Mulheres de Cuba (03/00): Improvações levaram à ruína políticas objetivando igualdade de gênero e raciais, afirmou o vice-presidente Raúl Castro durante discurso no 7^o Congresso da Federação das Mulheres de Cuba, que ele descreveu como amplo nos temas e dinâmico porque colocou assuntos secundários de lado e foi direto ao assunto. Ele declarou-se insatisfeito com os resultados dos esforços para promover mulheres e negros e mulatos cubanos a posições de liderança no governo e no Partido. Ele disse que antes da revolução, ele e outros líderes revolucionários foram educados nos valores ideológicos do Partido Comunista daquela época, mesmo no movimento clandestino, e que fizeram esforços para incluir na hierarquia do Partido a diversidade étnica do povo cubano. Ele mencionou que os mesmos procedimentos foram seguidos no antigo Partido Socialista Popular. ... Ele clarificou as pessoas que não se deve eleger simplesmente na base do gênero ou etnia, se os candidatos não estiverem devidamente treinados, e que este processo deve ser gerenciado e controlado, e que a lista de líderes de reserva para o governo e o Partido precisam ser revisadas, de forma a preparar e treinar estas pessoas para tarefas de direção. Alguns países europeus abordaram a questão de igualdade de gênero através de legislação e cotas, mas este sistema não resolve este tipo de problema. Ele enfatizou que precisamos abrir nossas mentes para esta questão e notou que esta é uma das tarefas político-ideológicas para o Partido Comunista Cubano, numa ocasião em que tarefas administrativas estão sendo minuciosamente reavaliadas. Raúl insistiu na necessidade de designar mais mulheres para os vários níveis de governo e no Partido. Poucas municipalidades das 169 são governadas por mulheres, e somente um governo, o de Camaguey, é feminino. © Copyright GRANMA INTERNATIONAL DIGITAL EDITION. La Havana. Cuba .Total or partial reproduction of the articles in this Website is authorized, as long as the source of the copyright is maintained”.

Estes discursos, já que temos acesso a poucas estatísticas cubanas, nos devem alertar que, se tratarmos desde já as questões de gênero e étnicas, uma revolução social futura poderá atacar mais amplamente a questão da igualdade e da discriminação. Note-se que estes discursos foram realizados nos últimos 6 anos, demonstrando recente preocupação da cúpula revolucionaria cubana com este tipo de questão.

Por coincidência, cerca de 80% dos cubanos exilados nos EUA são descendentes de espanhóis, e foram expropriados pela revolução cubana. Hoje eles representam na Florida, ao lado de Jeb Bush (irmão de George W. Bush), a linha de frente contra ações afirmativas naquele estado.

Aliás, as ações afirmativas como admissão universitária com pontuação para critério étnico vêm sendo consistentemente atacadas pelos governos neoliberais estadunidenses. Ronald Reagan, o primeiro deles, iniciou seu governo acabando com a prática de negar isenção de impostos a escolas privadas que discriminasse minorias (“Blacks and Social Justice” – B. Boxill, 1992). Indicou seguidamente membros à Suprema Corte, seguido por Bush pai e filho, de forma que a maioria atual do mais alto tribunal americano (que elegeu Bush filho) reinterpreta todas as leis sensíveis à cor contra as ações afirmativas, sem formalmente revogar nenhuma lei. Estas leis, lembre-se, foram

conquistadas a partir das lutas do movimento negro em 1950 contra a segregação e os direitos civis. No que diz respeito à Universidade, inicialmente foram estabelecidas cotas, mas, após o caso Bakke (1978), as cotas foram transformadas em metas percentuais acopladas a pontuação étnica extra aos candidatos ao Ensino Superior.

Portanto, a linha de frente contra as ações afirmativas nos EUA é formada pelos neoliberais e os defensores são os negros e os democratas. Dados preliminares das Universidades do Texas e Califórnia, onde admissões com critérios étnicos foram eliminadas, indicam diminuição da composição de minorias étnicas no alunado. No entanto, as ações afirmativas não foram suficientes para garantir igualdade sobre o capitalismo americano, pois 62% dos presos são negros, apontando para a necessidade de outras políticas sociais e superação do padrão capitalista no país mais rico do mundo.

Curiosamente no Brasil, o governo com maior tonalidade neoliberal, o de FHC, promoveu ações afirmativas em alguns ministérios através de cotas em serviços terceirizados e chamou a atenção para a questão racial. Na educação, o oferecimento de cursinhos para negros e carentes, subvencionado pelo Banco Mundial parece uma medida positiva, mas ainda muito tímida para subverter a sub-representatividade da população negra universitária. Obviamente seriam necessários muito mais recursos para que as ações afirmativas pudessem ser mais eficientes, e isso colidiria com interesses contraditórios no interior do governo, tanto meritocráticos (representados pelo ex-Ministro da Educação, Paulo Renato) quanto alinhados ao monetarismo (representado pelo ex-Ministro da Fazenda, Pedro Malan).

No novo governo Lula, a ANDES-SN deve apontar para políticas sociais (educação, saúde, emprego, moradia) voltadas à melhoria real da situação do povo em paralelo com ações afirmativas com vistas à igualdade entre negros e brancos em todas as regiões do país.

TEXTO 04

Contribuição do prof. Rodrigo de Souza Dantas, professor-adjunto de filosofia na UnB, Doutor em Filosofia pela UFRJ e Secretário Geral da ADUnB S.Sind.

O GOVERNO LULA E O DESAFIO HISTÓRICO DA CONSTRUÇÃO DE UM PROJETO DEMOCRÁTICO E POPULAR DE SOCIEDADE

O Sentido da Mobilização Social no Governo Lula

O que propriamente acontece quando o principal território de acumulação capitalista neo-colonial no hemisfério ocidental, após mais de uma década sob hegemonia neo-liberal, pela primeira vez elege para Presidente da República um ex-operário e sindicalista, egresso de movimentos sociais constituídos na perspectiva da reconstrução democrática e orgânica de uma alternativa socialista, idealizador, fundador e líder do Partido dos Trabalhadores, hoje reconhecidamente o maior partido de esquerda do mundo ?

Se a chegada ao governo pela via eleitoral, mediante uma estratégia política pautada pela adoção da linha de menor resistência, por alianças e compromissos com as classes dominantes, pela formação de uma ampla coalizão governamental de centro-esquerda e pela aposta na negociação de um pacto social, não podendo ser confundida com a tomada do poder, não é por si só suficiente para produzir as condições políticas, sociais e culturais indispensáveis ao processo de construção de uma sociedade livre, soberana e radicalmente democrática, quais os caminhos para que os objetivos históricos do PT e a esperança de transformação social que o levou à consagração nas urnas possam materializar-se a médio e longo prazo, para além dos constrangimentos impostos pela situação herdada, pelos novos modos de produção e reprodução global do poder e pela maneira como tudo isso veio a configurar pragmaticamente a estratégia adotada pelo PT para vencer as eleições e governar o país ?

Em outras palavras: que caminhos podem nos levar para além das determinações da agenda de curto prazo e de seus constrangimentos estruturais e conjunturais, de modo que o Governo Lula não se limite à administração da crise capitalista e à contenção política dos movimentos sociais pela adoção paliativa de políticas compensatórias ?

Para além das mistificações midiáticas e seus agendamentos conceituais enviesados, das opiniões de seus porta-vozes e intelectuais e da hegemonia que elas tem exercido sobre a opinião pública, o tempo político do processo eleitoral, da transição governamental e da composição do novo governo, a prevalência de um tom carismático e emocional e o caráter incipiente do processo têm contribuído para que a discussão sobre o Governo Lula ainda não tenha amadurecido na abrangência e profundidade necessárias. Tudo parece estar obnubilado pela ambigüidade entre as diretrizes políticas fundamentais do Governo Lula no médio e longo prazo e a cautela imposta no curto prazo pela necessidade de gerir um país avassalado pela acumulação financeira predatória, dependente dos fluxos de capital e dos humores do mercado financeiro, preso à ciranda da especulação e com mais da metade de seu orçamento comprometido com os juros da dívida no momento em que a desvalorização generalizada dos ativos financeiros e a retração do fluxo de investimentos globais sinalizam uma crise financeira internacional cuja real extensão e profundidade ainda não pode ser avaliada _ ambigüidade agravada pelo fato de os membros do governo não poderem explicitar seu dilema, por razões óbvias, contribuindo para o fatalismo dos que pretendem tipificar ou condenar prematuramente o Governo Lula em função de sua suposta adesão ao receituário econômico neo-liberal. Não deveríamos nos deixar iludir por essa ambigüidade, que constitui o eixo do tratamento que a grande mídia tem dado ao governo. A precariedade da situação econômica e financeira do país, o orçamento mais restritivo dos últimos anos, uma conjuntura internacional incerta e adversa, a necessidade de organizar politicamente o governo e a máquina estatal e uma correlação de forças ainda bastante desfavorável não deixam espaços para a transformação imediata de uma política econômica estruturalmente determinada pela subordinação do Estado e da economia aos imperativos extorsivos de uma acumulação financeira sem precedentes. Uma brusca ruptura ou mesmo qualquer medida que possa confrontar os interesses do mercado financeiro inviabilizaria precocemente o Governo Lula, mergulhando o país no abismo de uma crise econômica, política e social que comprometeria gravemente as condições de governabilidade. Ou para colocar as coisas do modo mais franco possível: num quadro restritivo como esse, uma ruptura com o FMI e com o receituário neo-liberal, seguida pela suspensão ou pelo não-pagamento das dívidas, acarretaria muito

provavelmente uma drástica reação dos EUA, a qual não teríamos forças para resistir. No momento em que ainda caminhamos no fio da navalha, uma atmosfera de enfrentamento e polarização acirrada, como na Venezuela sob locaute, tem de ser evitada a todo custo. A despeito da impaciência e indignação dos companheiros que desejariam que tudo pudesse ser feito imediatamente, de acordo com suas convicções políticas, deveríamos reconhecer que a estratégia do confronto, nos limites da atual conjuntura, apenas serviria aos interesses inconfessáveis de todos os que desejam o fracasso do Governo Lula e o grave retrocesso político que daí adviria.

Deveríamos reconhecer que a transição política de uma sociedade escandalosamente injusta e desigual, em que todos os processos de modernização permaneceram incompletos, enviesados e estruturalmente dependentes dos centros de acumulação capitalista global, para uma sociedade livre, soberana e democrática, orientada pelo horizonte social, político e cultural da cidadania, da justiça e da igualdade social, é necessariamente um processo a ser construído no médio e longo prazo. Uma transição profunda como essa não pode se dar de cima para baixo, mediante decretos governamentais e a execução de políticas públicas fundadas num processo de rígida centralização estatal e em ruptura imediata com as determinações estruturais e conjunturais do processo neo-colonial que domina ainda hoje a existência da sociedade brasileira; pelo contrário, as rupturas e transformações necessárias a essa transição exigem um profundo enraizamento político, social e cultural, sem o qual permaneceríamos presos à lógica destrutiva de um confronto prematuro, para o qual ainda não temos forças suficientemente acumuladas. Por ora, o conjunto de condições políticas, econômicas, sociais e culturais para uma ruptura ainda não estão suficientemente maduras; o que existe, em função do reconhecimento generalizado de uma situação de crise sistêmica e da insustentabilidade dos parâmetros políticos, econômicos, sociais e culturais que até aqui regeram nossa história, é tão só uma decisão e uma disposição política da sociedade brasileira no sentido de construir progressivamente o conjunto de condições que, a médio e longo prazo, permitirão a emergência consistente de uma sociedade livre, justa, fraterna, soberana e radicalmente democrática. Foi este o sentido do mandato popular outorgado a Lula. Esta decisão e disposição política, à medida que estão na base da vitória de Lula, de sua popularidade e da esperança suscitada por seu governo, precisam ser conseqüentemente trabalhadas no âmbito de uma articulação consistente e democrática entre o governo e a sociedade civil organizada, afim de que o processo não venha a ser abortado precocemente, ou, de outro modo, não permaneça enredado nas condições e determinações negativas que ele deve poder superar a médio e longo prazo.

Nos primeiros anos não podemos esperar por mudanças profundas, mas apenas pela sinalização e preparação do terreno para essas mudanças. Além dos constrangimentos herdados da era neo-liberal e da negociação das reformas a serem aprovadas no sentido de recuperar a capacidade de investimento da União e diminuir gradualmente o peso da cunha financeira sobre o sistema produtivo, o Governo Lula terá de lidar com o orçamento mais restritivo dos últimos anos, já aprovado pelo governo FHC, e que deixa apenas 7,2 bilhões de reais para investimentos, com a composição política do governo e de sua base de apoio no Congresso e com o tempo requerido para tomar conhecimento do funcionamento da máquina estatal e reorganizá-la tecnicamente em função de suas diretrizes políticas. Dada a profundidade dos problemas e carências nacionais e todas as mamarras deixadas por FHC, serão necessários ao menos dois anos até que todas essas transições e rearranjos possam preparar o terreno para que o Governo Lula comece a trabalhar em suas diretrizes e apresentar seus primeiros resultados. Daí a necessidade de se organizar consistentemente esse processo de transição, de modo a evitar crises econômicas, políticas ou institucionais e pavimentar o caminho até 2006, quando uma possível reeleição de Lula pode permitir que no segundo mandato se aprofundem de modo irreversível as transformações sociais que podem levar o Brasil a um outro patamar qualitativo no processo de construção histórica de uma sociedade soberana e radicalmente democrática.

Nesse sentido, o que propõe o Governo Lula é que antes de qualquer ruptura com a subordinação da economia e do Estado ao círculo de ferro da acumulação financeira é preciso exercer a paciência, o pragmatismo e a perseverança necessárias para o acúmulo histórico das forças políticas e sociais e a preparação das condições objetivas e subjetivas capazes de sustentar consistentemente o processo histórico de construção de uma sociedade soberana e radicalmente democrática _ que como disse Lula, durante a campanha, pode vir a se tornar neste percurso "uma sociedade socialista". O que se propõe não é portanto o abandono dos horizontes fundamentais que desde o início têm pautado e justificado a vida e a história do PT, mas a perspectiva política da linha de menor resistência como estratégia adequada às circunstâncias do presente. Não há dúvida de que a linha de menor resistência pode acabar se enredando nos limites, impasses e contradições entre uma proposta de radicalização da democracia política e social e a fatalidade histórica de ter de levá-la a cabo, num primeiro momento, no âmbito drasticamente restritivo das premissas estruturais e conjunturais do

regime do capital e da posição neo-colonial que nele ocupamos; isso já ocorreu em outros momentos, sempre citados como exemplos, o que seria suficiente para rejeitá-la caso fosse possível propor, de modo realmente viável, qualquer outro caminho político no âmbito dos limites, condições e determinações negativas impostos pela correlação de forças em que ora nos achamos. Será sempre difícil avaliar em que medida as concessões e compromissos assumidos são de fato excessivos ou apenas necessários de um ponto de vista estratégico; mas de todo modo, *se não desejamos nos pôr à margem de todo este processo, a questão que devemos colocar é precisamente a que pergunta pelas condições, decisões e caminhos a serem tomados para que uma estratégia etapista de construção de uma sociedade radicalmente democrática possa ser bem sucedida nos atuais contextos e circunstâncias nacionais e internacionais.*

Nesse contexto, me parece bastante apressado e inconseqüente nos rendermos sem mais aos variados tons que assumem as versões de um “PT cor de rosa” (venham elas da direita ou da esquerda), disposto a dar continuidade à política econômica neo-liberal e a se render incondicionalmente aos imperativos colocados pela gestão da crise capitalista. Ao corroborar essa versão, seduzidos pelas aparências, embalados por preconceitos ideológicos ou apenas confundidos pela ambigüidade da situação, não embarcaríamos numa profecia com enorme capacidade de auto-realização? Não seria necessário perguntarmo-nos, antes de tudo, a quem propriamente interessam estas versões e quais seus efeitos políticos nas atuais circunstâncias? Podemos considerar que os exemplos frequentemente citados do Partido Socialista francês, do Partido Trabalhista inglês e das frentes populares do passado seriam já por si só suficientes para antecipar o fracasso do Governo Lula _ ou deveríamos admitir que a diferença entre contextos e circunstâncias é muito grande para nos fiarmos em generalizações deste tipo? Nas atuais circunstâncias, não teríamos de começar por admitir que a adoção da linha de menor resistência talvez seja mesmo a única estratégia viável com vistas a preparar as condições objetivas e subjetivas para um projeto político de longo prazo, visando à democratização profunda da economia, da política e da sociedade? Uma vez que há uma disputa político-ideológica em torno do significado do Governo Lula, do modo como se deu sua eleição e do sentido das mudanças de orientação assumidas pelo PT nos últimos anos, confundir as reorientações exigidas pelos constrangimentos da era neo-liberal, pela nova configuração histórica do mundo contemporâneo e por uma correlação de forças bastante desfavorável com o puro e simples abandono histórico das diretrizes do partido em nome de um pragmatismo supostamente disposto a tudo pela conquista e pela preservação do poder governamental não seria, antes de tudo, adotar uma posição que na prática deixaria o Governo Lula entregue ao abraço de urso dos interesses estabelecidos? Ou o que dá na mesma, entregar os pontos antes de que o jogo tenha começado, como se ele já estivesse de antemão perdido?

Mas não haveria em tudo isso algo de mais essencial obstruindo o horizonte em que se trava toda essa discussão? No plano de consistência da discussão política e teórica, não seria o caso de perguntarmo-nos se os paradigmas, modelos e referências conceituais com que esses problemas tem sido abordados não estariam irremediavelmente defasados e descontextualizados? Não deveríamos antes de tudo buscar reconhecer o que de fato há de fundamentalmente inédito na situação histórica que ora vivemos? Para além do horizonte histórico-social, teórico e prático das categorias políticas, sociais, históricas e culturais do modernismo e das suas mais variadas vertentes teóricas, não seria necessária a produção de conceitos fundamentalmente novos, capazes de traduzirem a singularidade e originalidade dos novos contextos, contradições, desafios, impasses e oportunidades históricas colocadas pela eleição de Lula? Antes de apressarmo-nos em aplicar sem mais ao quadro político contemporâneo toda uma série de categorias conceituais oriundas da Europa dos séculos XIX e XX, não deveríamos começar pela admissão fundamental de que uma interpretação consistente do significado do Governo Lula exige e até mesmo pressupõe a elaboração de um quadro conceitual adequado aos novos modos de produção, reprodução, exercício, circulação e distribuição do poder, aos limites e constrangimentos que eles impõem à política, ao Estado e à sociedade civil, às novas configurações sociais, políticas e culturais dos movimentos de resistência, e ainda mais, no caso presente, à marcante singularidade da situação brasileira? Dada a magnitude do desafio e da oportunidade histórica que se abre para nós, antes de tudo seria preciso reconhecer na questão que nos coloca o Governo Lula, para além de uma questão teórica em aberto, um problema, uma carência e um desafio eminentemente políticos. A politização de que mais do que nunca carecemos exige que essa questão venha a se tornar a verdadeira obsessão de intelectuais e militantes comprometidos com a causa democrática e popular. Nesse contexto, ao invés de mais uma vez buscar medir o novo pelo velho e o desconhecido pelo conhecido, não seria o caso de reconhecermos, para além dos limites de nossos saberes e experiências históricas, que talvez ainda não saibamos e sequer possamos saber, ao menos a esta altura, quais os limites e possibilidades que se descortinam no ineditismo da oportunidade histórica aberta pela eleição de Lula?

Limites e possibilidades não estão dados de antemão; como quer que seja, eles não estão e não podem estar pré-inscritos nas determinações estruturais e conjunturais senão de modo puramente negativo _ e seria um grave erro político e teórico considerá-los apenas pela via negativa. *O que de fato determinará os limites e possibilidades históricas de uma transformação social e política de grande envergadura será precisamente, e como sempre o foi, o sujeito político de toda transformação histórico-social: a multidão em movimento, a mobilização de suas energias criativas, seu grau de consistência e articulação política e sua capacidade de construir uma hegemonia político-ideológica no seio da sociedade civil _ o que decerto depende da capacidade de mobilização social das entidades da sociedade civil organizada e das pontes que elas forem capazes de construir com o Governo Lula no sentido de traduzir processualmente os desejos de libertação da multidão em força política e capacidade articulada de transformação histórico-social.*

Nesta discussão, deveríamos reconhecer em seu princípio toda uma clivagem teórico-política absolutamente decisiva, e que talvez se deixe formular assim em seus termos mais fundamentais: de um lado, podemos conceber o momento presente como um desafio e uma oportunidade histórica, e portanto como um tempo aberto à gestação e ao amadurecimento do poder constituinte da sociedade, de sua capacidade de mobilização, de sua atividade, criatividade e produtividade histórico-social; de outro lado, podemos concebê-lo como algo já previamente enclausurado no círculo de ferro das relações de poder, nos modos de sua produção e reprodução e em uma correlação de forças desfavorável, colocando o peso da análise na objetividade das estruturas e no modo como elas definem de antemão os limites e possibilidades de uma situação histórica. Tem-se aí uma profunda clivagem política e epistemológica entre a análise do presente como análise da objetividade histórica herdada, de suas determinações estruturais e do modo como elas delimitam irremediavelmente o campo da ação possível, e um campo de análise do presente capaz de levar em conta suas virtualidades e potencialidades e o modo como a práxis dos sujeitos sociais e políticos pode, mediante sua atualização consistente, entrar em relação com essas mesmas estruturas criando uma dinâmica política, social e cultural de alargamento constante e progressivo das condições, limites e possibilidades de transformação histórico-social. Ao incluir as virtualidades e potencialidades latentes do presente e articulá-las ao sujeito político da transformação histórico-social, o primeiro campo de análise é condicionado por uma aposta na potência criadora da práxis política, social e cultural da multidão; ao se concentrar na objetividade histórica herdada, o segundo campo de análise tende a desprezar ou até mesmo ignorar o campo das virtualidades e potencialidades históricas, projetando as determinações do passado no presente e no futuro e tendendo assim a permanecer preso às determinações estruturais e conjunturais dos modos vigentes de produção e reprodução do poder. De modo geral, deveríamos ser capazes de reconhecer que qualquer tese ou posição político-teórica depende fundamentalmente de se tomar em consideração, como diz Antonio Negri, o poder que tem a multidão de fazer história e o modo como ela entra ou pode entrar em relação com as determinações estruturais de sua condição histórico-social, ou, de outro modo, optar por uma linha de análise que tem como fonte, ponto de partida e chegada o círculo de ferro da estrutura, da conjuntura e da objetividade histórica herdada. De um lado, na medida em que permanecermos confinados à objetividade histórica herdada, seja do ponto de vista de sua condenação ou justificação estamos fadados a fazer do capital e de suas premissas, condições e determinações o motor e o sujeito onipotente da história, assumindo ainda que às avessas o ponto de vista hegemônico do capital, com todas as consequências práticas e teóricas que daí advém. De outro lado, a história é compreendida do ponto de vista das capacidades e de toda a atividade produtiva, transformadora e revolucionária da multidão; do ponto de vista, portanto, da práxis e dos modos como ela é capaz de confrontar, deslocar e transformar, em suas virtualidades, potências e capacidades latentes, as determinações estruturais e conjunturais dos modos de produção e reprodução do poder. Ao submeter as potências da práxis e da ação política transformadora ao círculo de ferro das premissas e determinações estruturais dos modos de produção e reprodução do poder, tende-se seja a aceitar as premissas da estrutura e dos modos de produção e reprodução do poder como uma relação eterna, necessária, permanente e universal, seja a confrontá-las, de modo não-dialético, dogmático e sem quaisquer mediações possíveis, com o que de algum modo se presume serem as condições de sua superação absoluta e imediata. Ora, se nos limitamos a confrontar as premissas, condições e determinações estruturais e conjunturais do regime do capital, com todo o peso de sua historicidade acumulada, com a urgência e a pureza de nossos ideais e desejos de libertação e com o que julgamos serem as condições objetivas e universais de superação do regime do capital, nos arriscamos a permanecer confinados à impotência de um confronto inteiramente estéril, imaginário e sem quaisquer mediações possíveis entre nossos anseios revolucionários e todo o peso histórico-social, político e cultural das premissas e determinações estruturais do regime do capital, permanecendo inelutavelmente como presas do próprio feitiço que gostaríamos de exorcizar, relegados à insignificância histórica de que

apenas a vã pretensão de ter sempre a razão e um certo gozo inconfessável na contemplação do abismo poderia ainda nos consolar. De um modo ou de outro, “à direita ou à esquerda”, falta levar em consideração tanto a dialética das mediações necessárias como a presença virtual, potencial, latente ou mesmo atual do sujeito social e político revolucionário de toda história e de toda historicidade _ e sobretudo a fina sintonia e articulação entre ambos, de que tanto carecemos nesse momento, ao menos na medida em que pressupomos que o acúmulo de forças visando à conquista progressiva da hegemonia política, social e cultural na sociedade civil é o único caminho e a condição *sine qua non* para a construção histórica de uma sociedade livre, soberana e radicalmente democrática.

O círculo de ferro só pode mesmo ser rompido pelo círculo diametralmente inverso, o círculo da potência histórica e revolucionária que apenas a multidão em movimento é capaz de desencadear: para além da institucionalidade da política, da qual temos todos os motivos para desconfiar, apenas a temporalidade e a historicidade abertas da multidão em movimento são de fato capazes de engendrar consistentemente, em condições históricas propícias como talvez possam se revelar as condições atuais, os processos de substantiva transformação histórico-social.

A Via Revolucionária da Radicalização Democrática

Considerando o projeto de construção histórica de uma sociedade democrática e popular, tal como ele se acha diferentemente esboçado no programa de governo de Lula, no programa do PT e nas perspectivas abertas pelo novo governo, tudo parece estar orientado pela *construção de uma sinergia profunda entre as ações do governo e as capacidades e energias produtivas e criativas da sociedade civil. É dessa sinergia que poderá surgir o contra-poder, ou a contra-hegemonia capaz de fazer face à capacidade de reprodução dos modos vigentes de produção e reprodução do poder; é da produtividade histórico-social e político-cultural de seu poder constituinte que depende o processo épico de construção de uma nação historicamente aprisionada em sua condição colonial e neo-colonial; é de sua a potência emancipatória de democratização radical que depende a gestação histórica de uma cultura radicalmente democrática.*

Não se trata aí apenas de uma estratégia ou de uma questão de método: o recurso ao diálogo e à ampla negociação como condição da governabilidade e de uma nova cultura política, o recorrente chamado à mobilização social, o investimento político na construção de um pacto social, a concepção, articulação e execução dos projetos governamentais com a participação da sociedade civil, tudo isso aponta para o que uma análise acurada talvez seja capaz de reconhecer como uma questão de princípio, que talvez se deixe formular assim: *a democracia, no sentido radical de uma democracia ao mesmo tempo política, econômica, social e cultural, só pode ser construída pelo exercício constante do diálogo, da consulta, da negociação. Só se pode construir a democracia através da própria democracia. Ela não é um meio que vise a um fim, nem um fim que possa ser concebido em oposição aos meios empregados: em todos os níveis e sentidos, o processo de construção histórico-social de uma democracia radical, sobretudo nas condições brasileiras, é um processo incessante, , visando à democratização progressiva e irreversível de todos os âmbitos e setores da vida social e pressupondo um amplo processo de politização cultural, em que a identificação e desconstrução das práticas, conceitos e relações de poder e dos modos de dissolvê-las em relações politicamente democratizantes e emancipatórias de autoridade e responsabilidade compartilhada se apresenta como o único caminho viável na construção histórica de uma sociedade efetivamente democrática.*

Nesse sentido, não deveríamos ficar presos ao dilema insolúvel em que, por um lado, razoavelmente afirmamos que a construção da democracia é incompatível com as premissas estruturais da produção e da reprodução social no regime socio-metabólico do capital, e por outro, temos de admitir que a derrocada do capital se acha agora fora do horizonte histórico das possibilidades _ ou mesmo a uma outra versão deste mesmo dilema, em que por um lado supomos impossível construir uma nova ordem social sem a emergência de sujeitos sociais capazes de construí-la, e por outro, afirmamos que a emergência dos sujeitos sociais capazes de construir uma ordem social radicalmente democrática não pode se dar sob as premissas anti-democráticas do regime do capital. Os dilemas práticos e teóricos que essas proposições nos colocam parecem bem fundamentados; apenas deveríamos toma-los não propriamente como dilemas aporéticos ou axiomas anti-dialéticos de uma impossibilidade constitutiva, mas sim como desafios a serem dialeticamente superados pela energia, pela criatividade e pela imaginação prática e teórica dos sujeitos sociais.

Como nos tempos de Marx, mais uma vez somos confrontados pelo desafio histórico de articular uma análise da sociedade capitalista com a construção de uma vontade política capaz de transformá-la

numa sociedade mais livre, mais igual, mais humana _ e certamente não apenas de uma vontade política, mas do que permita que esta vontade crie os modos de ampliar-se e traduzir-se consistentemente em processos emancipatórios de transformação histórico-social.

Os processos histórico-sociais que levaram progressivamente à brusca implosão do “socialismo realmente existente”, neutralizaram a polarização entre capital e trabalho, dissolveram o caráter revolucionário do proletariado e na prática tornaram impossível a via revolucionária marxista-leninista, invalidando na mesma medida suas práticas, métodos e conceitos, exigem que a produção de novas alternativas leve em consideração as causas determinantes desse fracasso histórico, bem como seus efeitos e conseqüências políticas e teóricas _ o que de certo modo está na gênese histórica do Partido dos Trabalhadores e até mesmo de grande parte de seus cismas e conflitos internos. As condições de produção e reprodução social global dos modos de exercício e circulação do poder na sociedade contemporânea não nos autorizam a postular a existência homogênea de um sujeito social revolucionário como o foi o proletariado, cujos interesses e desejos de libertação, numa situação de acirramento das contradições, impasses e antagonismos do regime do capital até o limite de sua insustentabilidade, se traduziriam teleologicamente em uma capacidade revolucionária de superação política do regime do capital. Hoje temos de reconhecer que nem esse sujeito tem a homogeneidade que lhe foi atribuída, nem seus interesses foram capazes de se traduzir necessariamente em capacidade, nem essa capacidade foi por si só suficiente para superar as premissas estruturais do metabolismo social do capital, antes muito pelo contrário. Por outro lado, a tomada revolucionária do poder de Estado não se traduziu na socialização dos meios de produção, na democratização da sociedade e muito menos em vias e processos emancipatórios efetivamente capazes de dissolver as práticas e relações de poder em relações de autoridade compartilhada, mas sim na centralização e administração estatal, burocrática e muitas vezes totalitária dos meios de produção e de exercício do poder, configurando um processo brutalmente opressivo de extração de mais-valia politicamente motivada para fazer face à concorrência do sistema capitalista, tudo isso tendo sido em parte motivado e aprofundado pela necessidade de consolidar processos revolucionários em meio a guerras civis ou a guerras de resistência ao invasor estrangeiro _ o que comprometia já de início as condições para a construção do socialismo democrático, acabando por conduzir a ditaduras não propriamente do proletariado, mas sim de uma casta dirigente efetivamente capaz de centralizar, controlar e verticalizar autocraticamente todos os processos decisórios e sua implementação, assim como o controle disciplinar, político e policial do proletariado e da sociedade como um todo. A contradição entre o emprego de meios opressivos para a realização de fins socializantes, populares e democratizantes não é capaz de sustentar-se como estratégia política capaz de construir uma sociedade socialista e democrática, indicando em que medida não é possível pensar a construção do socialismo democrático pela guerra ou mesmo mediante polarizações acirradas, que de um modo ou de outro acabam por perpetuar a necessidade de uma violenta separação hierárquica entre sujeitos e objetos do exercício de uma autoridade que, se negando a ser compartilhada, horizontalizada e dissolvida, acabou por aniquilar o ideal socialista seja no pesadelo dos regimes totalitários, seja no fracasso político dos processos de polarização da sociedade, que costumam terminar seja em golpes de estado, termidorizações ou mesmo guerras civis prolongadas. Ademais, contrariamente ao que foi previsto por Marx, o que se passou não foi propriamente um agravamento constante das contradições e antagonismos do regime do capital até o limite de sua insustentabilidade, a ponto de se delinear historicamente as condições objetivas, subjetivas e sociais para uma revolução mundial; muito pelo contrário, toda uma série de processos imperiais e imperialistas permitiram, por um lado, nos países centrais e semiperiféricos, a diluição progressiva das contradições do regime mediante concessões que acabaram por fazer do proletariado desses países, pela mediação do Estado, parceiros no processo de exploração global do capital, e por outro, nos países periféricos, o aprofundamento infernal de toda uma série de processos brutais de exploração colonial e neo-colonial, de violência, exclusão e opressão social cujos desdobramentos os deixaram envoltos em conflitos sociais, políticos, étnicos e religiosos fratricidas, ou até mesmo em guerras civis que, de um modo ou de outro, terminaram por dilacerar inteiramente suas sociedades e extirpar qualquer possibilidade de construção política de vias emancipatórias.

O próprio conceito marxista de luta de classes acaba por se mostrar excessivamente estreito e algo anacrônico tendo em vista a envergadura ampliada da luta política em torno da construção histórica de um novo paradigma civilizatório. Pois já não se trata de conceber a luta política a partir da centralidade dos processos que visam à reapropriação dos meios de produção ou mesmo dos lucros do capital, o que acabou por ser decisivo para neutralizar a radicalidade política do movimento operário e levá-lo a seu enquadramento político, econômico, social e cultural por meio da concertação produzida pelas concessões feitas pelo capital, pelos benefícios do Estado-Providência, pela hegemonia política conquistada pela social-democracia e pela domesticação e esvaziamento dos

sindicatos e dos partidos comunistas e socialistas nos países centrais e semi-periféricos. Antes de tudo, deveríamos ser capazes de reconhecer que o espectro da exploração e da opressão global não se limita a uma luta de classes, nem tem seu lugar exclusivo ou privilegiado no espaço-tempo da produção; muito pelo contrário, o regime socio-metabólico do capital vem expandindo suas premissas e determinações estruturais à reprodução social como um todo, abrangendo hoje todos os campos e microcosmos da vida social, o que exige que a luta política contra ele seja capaz de formular conceitos, práticas e espaços de luta muito mais amplos, profundos e radicais do que os que são articulados implícita e explicitamente pelo conceito de luta de classes. É nesse sentido que já não caberia postular, como categoria central da luta política, a categoria de consciência de classe, que tem seu enraizamento e seu lugar privilegiado de ação e tomada de consciência no espaço-tempo da produção, mas sim a categoria muito mais ampla de consciência da opressão, visando a um alargamento progressivo, cumulativo e compreensivo das múltiplas práticas, lugares, relações e conceitos que portam a opressão e a formação de uma consciência social, política e cultural radicalmente democrática e emancipatória, capaz de ser construída organicamente mediante processos de identificação, desconstrução e superação de práticas, conceitos e relações de poder, na perspectiva de sua dissolução em práticas e conceitos capazes de levar a relações de autoridade compartilhada e horizontalizada _ o que diz respeito à construção de uma consciência não simplesmente de classe, mas ao que talvez poderíamos designar como uma consciência radicalmente democrática e emancipatória, que constitui o processo revolucionário não propriamente em torno das relações meio-fim e das práticas hierarquizantes, instrumentais e burocráticas que pautaram uma consciência revolucionária viciada e bloqueada pela luta pelo poder, mas antes de tudo pela construção cotidiana do sentido político, social e cultural organicamente democrático de suas práticas, métodos e lutas militantes em todos os micro-cosmos da vida social, único caminho que pode preparar as condições histórico-sociais e político-culturais para a superação consistente e progressiva das premissas e determinações estruturais mais profundas do regime socio-metabólico do capital e a construção de alternativas socialistas e/ou pós-capitalistas.

Se no princípio as lutas proletárias apresentavam um amplo espectro de perspectivas, que incluía aspirações profundas como a construção de uma nova subjetividade e de uma nova sociabilidade, a transformação radical da educação, a emancipação da mulher e a formação política de uma consciência social comunitária, não se limitando às perspectivas de uma mudança imediata das relações de produção, seria o caso de recolocar agora a questão da luta política em moldes semelhantes, na perspectiva de uma luta civilizacional, ao mesmo tempo econômica, social e comunicacional, política, biopolítica e cultural, a ser travada organicamente em todos os setores da vida social em torno de uma radicalização das práticas e procedimentos democráticos e emancipatórios _ em detrimento da perspectiva restrita da luta de classes, da consciência de classe e de seus conceitos, práticas e objetivos estratégicos, instrumentais e doutrinários.

Tudo isso indica sumariamente em que medida é necessário repensar as alternativas tendo em vista as causas, efeitos e determinações fundamentais do fracasso político da via revolucionária marxista-leninista _ não no sentido de um abandono tácito das perspectivas revolucionárias socialistas e de seus horizontes sociais e políticos mais fundamentais e de uma simples capitulação política ao caráter supostamente “permanente, eterno, necessário e universal” do regime do capital (Hegel), mas no sentido de pensar e gestar praticamente alternativas socialistas que, tendo em vista das condições objetivas e subjetivas do presente, tornem-se capazes de produzir processos emancipatórios, liberando energias e imaginações utópicas e articulando as mediações e transições necessárias à emergência de um sujeito revolucionário capaz de desenvolver e disseminar consistentemente práticas, conceitos e paradigmas que conduzam a uma sociedade radicalmente democrática.

O sentido, o horizonte, o espaço-tempo e a centralidade substantiva e estratégica da luta pela hegemonia política, social e cultural na sociedade civil, a ser travada pela radicalização orgânica da democracia, pela construção de um conceito de democracia radicalmente emancipatório e pela produção, articulação e disseminação consistente de conceitos, práticas e processos emancipatórios, na lógica da acumulação progressiva de forças, aponta nesses contextos para a via da radicalização da democracia e dos processos emancipatórios em relação às práticas, relações, identidades e conceitos portadores dos modos dominantes de produção, reprodução, circulação e distribuição de poder e das maneiras como eles configuram em todos os níveis e sentidos a totalidade do corpo social e de suas dinâmicas de produção de identidades, subjetividades e sociabilidades.

Nessa mudança de paradigma político, temos que começar por reconhecer que, mais do que como modo de produção, a reprodução ampliada do capital se desdobra hoje como totalidade estrutural de um modo de vida e de um universo simbólico, de uma racionalidade cognitiva-instrumental e de uma racionalidade prático-moral, de um modo de produção de subjetividades, identidades, imaginários e

sociabilidades que se configuram na totalidade de um modo de reprodução social que justifica plenamente o conceito marxiano de uma “subjetividade única e global do capital” _ o que torna incrivelmente mais complexa, densa e exigente a questão histórica pela gestação de alternativas socialistas, ou pós-capitalistas. Por outro lado, é precisamente nesse momento que a crise do capital chega à ativação de seus limites absolutos: a insustentabilidade e incontornabilidade estruturais do regime do capital nos leva hoje ao reconhecimento de que sua reprodução sempre ampliada implica necessariamente no agravamento de suas próprias crises, problemas e dilemas estruturais (ecológicos, sociais, econômicos, políticos e culturais), que tendo sido produzidos e aprofundados historicamente pelo próprio regime do capital, não poderão encontrar solução no âmbito de suas premissas e determinações estruturais. Nesse contexto, muito mais que a insustentabilidade estrutural de um modo de produção determinado, deveríamos ser capazes de reconhecer que vivemos a crise sistêmica de um paradigma civilizatório, que apenas se aprofunda à medida que não somos capazes de imaginar e propor alternativas imediatas e globais ao que vivemos e sofremos. Contudo, apenas a evidência e a consciência de uma situação-limite cuja reprodução ameaça estruturalmente as condições naturais de vida na Terra e compromete progressivamente os paradigmas, modelos e processos civilizatórios da modernidade capitalista e de sua ordem social não é suficiente para gerar as alternativas necessárias. Se em meio à irracionalidade absoluta e global do regime socio-metabólico do capital e aos sintomas evidentes de seu esgotamento histórico-social se nos coloca o desafio histórico de pensar alternativas capazes de superar estes dilemas e conceber um projeto de sociedade que supere as premissas e determinações estruturais do regime socio-metabólico do capital, os problemas e os dilemas que ela nos coloca e toda sua marcha auto-destrutiva, é certo que este desafio exige imaginar a superação de nossos problemas e dilemas atuais não em função de premissas utópicas, dogmáticas ou científicas abstratas mas, de modo realista, no âmbito das virtualidades e potencialidades latentes no seio da própria situação que vivemos, visando a definir os modos práticos de gerar os processos, relações, conceitos e mediações dialeticamente capazes de constituir, fortalecer e articular consistentemente o sujeito prático destas transformações sociais.

É nesse contexto que podemos postular o que aqui chamaremos a **via revolucionária da radicalização democrática**, como caminho para a construção orgânica dos movimentos sociais e dos partidos políticos e para o delineamento paradigmático dos meios e métodos de governo, visando a médio e longo prazo a produção das condições e processos histórico-sociais que podem conduzir ao socialismo democrático _ tudo isso na verdade em profunda consonância com os princípios políticos que desde o começo têm norteado a história de vitórias do Partido dos Trabalhadores. Por assentar-se utopicamente numa consciência social e num princípio de realidade que, em meio à crise dos paradigmas da modernidade capitalista, tende a tornar-se crescentemente partilhado e politicamente hegemônico, a via da radicalização da democracia política, social, econômica e cultural tem as características fundamentais que Gramsci considerava necessárias para a construção histórico-social de idéias, princípios, conceitos e práticas hegemônicas. Do ponto de vista de nossa sociedade, a articulação entre utopia democrática, consciência social e princípio de realidade se instala a partir de uma consciência cada vez mais generalizada da contradição entre as estruturas econômicas, políticas, sociais e culturais que têm regido a vida nacional _ estigmatizadas pela percepção de seu caráter decisivamente anti-social, anti-nacional e anti-democrático e pela consciência de sua insustentabilidade constitutiva _ e os desafios, metas e horizontes que articulam na consciência popular uma certa relação entre democracia, cidadania, justiça e igualdade social como condições para a construção de uma nação em que os mecanismos de produção de riqueza e de distribuição de poder não se voltem sistematicamente contra a natureza e a própria sociedade. É sobre o solo virgem e fecundo dessa consciência popular mais ou menos precária, difusa e generalizada que ora se apresentam os elementos a serem trabalhados no sentido da construção de uma hegemonia democrática na sociedade civil. Tudo isso exige práticas, métodos e procedimentos de radicalização política e social da democracia que venham a nortear não só os processos decisórios que levam às políticas de governo e sua execução, como todos os movimentos sociais e, de modo geral, a própria práxis cotidiana em todos os setores, relações e dimensões da vida social. Há uma evidente sinergia entre todas essas dimensões e o modo como elas podem vir a articular-se e potencializar-se reciprocamente _ e é precisamente no sentido da promoção dessa sinergia virtuosa que devem se fundar, de parte a parte, as relações entre as entidades da sociedade civil organizada e o novo governo.

A via política da radicalização democrática, no tempo próprio de seu aprofundamento consistente, de sua progressividade e de sua radicalização qualitativa, tem um potencial revolucionário à medida que exige e promove a tendência para uma transformação global dos modos de produção e do mundo do trabalho, do conhecimento crítico e científico, dos modos de vida e das dinâmicas de produção de

subjetividades, das formas de sociabilidade e dos universos simbólicos. Sua realização progressiva exige, promove e pressupõe a politização crítica da realidade, das relações sociais, das relações de produção e das práticas dos atores sociais, a valorização da produção e da expressão cultural próprias e o exercício radical da cidadania individual e coletiva, num processo de ativação e mobilização de todas as energias sociais, políticas e culturais de uma nação que, ainda no processo de sua constituição histórico-social, traz em si virtualidades e potencialidades que, talvez mais do que qualquer outra, pelas características de sua formação a habilitam ao desenvolvimento histórico de novos modos de realização da vida no momento em que todos os paradigmas da ordem social moderna se acham num processo irreversível de crise, deslegitimação e dissolução.

Os protagonistas dessa revolução democrática, como certa vez disse Boaventura de Sousa Santos, serão necessariamente todos os que, nas mais diversas constelações de poder que constituem as práticas sociais, têm consciência de que a sua vida é mais condicionada pelo poder que outros exercem sobre eles do que pelo poder que exercem sobre outrem. Ora, foi sempre a partir da consciência da opressão que se formaram os movimentos sociais _ e porque a opressão se exerce na medida em que constitui em todos os níveis e sentidos as práticas e relações sociais e políticas que perfazem o regime socio-metabólico do capital, e sua consciência se dissemina mais ou menos por toda parte, já não há mais como postular um sujeito revolucionário privilegiado ou homogêneo. Essa condição nova, se por um lado parece tornar mais caótico, diluído, lento e descentrado todo o processo de transformação histórico-social, por outro talvez faça com que suas raízes e sua radicalidade venham a ser potencialmente mais vigorosas e profundas do que aquelas que, no século passado, deram ensejo às revoluções marxista-leninistas.

O Governo Lula e a Via da Radicalização da Democracia

A via da radicalização da democracia está sendo proposta pelo Governo Lula em três eixos que me parecem fundamentais _ e evidentemente na profunda sinergia que eles são capazes de produzir em sua articulação.

O primeiro eixo é econômico, relativo ao mundo do trabalho e ao espaço-tempo da produção, possuindo dimensões sociais, políticas e culturais na medida em que se trata de fomentar alternativas socio-econômicas capazes de reorganizar, a longo prazo, o mundo do trabalho e da produção. Me refiro às propostas do Governo Lula no sentido de redefinir o sentido e as estratégias do desenvolvimento econômico, subordinando-o a processos em que inclusão social, combate ao desemprego, geração de renda e promoção da cidadania se articulem em torno da criação, fomento e ampliação de formas de produção, apropriação, controle e organização do trabalho e da produção que tem sido designadas pelo conceito geral de economia solidária. Essa redefinição, no sentido amplo da gestação e criação de um modelo de desenvolvimento econômico, científico e tecnológico que seja socialmente, ecologicamente e politicamente orientado, não se dá apenas pelo combate à subordinação estrutural da economia nacional à acumulação financeira, por políticas visando à formação interna de um mercado interno de consumo de massas como base da economia brasileira, por medidas que visem à redistribuição de renda ou por políticas industriais, científicas e tecnológicas capazes de potencializar nossas capacidades produtivas, de resto condições estruturais para uma reordenação social da economia. Para além disso, o que se propõe é mobilizar as energias sociais, econômicas e culturais que ora se acham bloqueadas pela perversidade de um modelo econômico baseado na subordinação à acumulação financeira, na abertura incondicional da economia, nas políticas de privatização da economia e no incentivo aos grandes conglomerados transnacionais, pela criação de políticas capazes de conferir um sentido social, político e cultural ao desenvolvimento econômico. A ação do Estado no sentido de fomentar, articular e promover, em articulação com a sociedade civil organizada e as comunidades locais, as cooperativas populares, a autogestão, as redes de trabalho doméstico, a reforma agrária e a agricultura familiar, as cooperativas de crédito e os bancos do povo, a incubação de empresas, os clubes de troca e as diversas modalidades de economia solidária, pretende constituir, incentivar e disseminar consistentemente toda uma série de modos de produção e organização do trabalho que visem não só à inclusão social, à geração de renda, à promoção da cidadania, ao combate ao desemprego (que não será superado de outro modo) e à formação de um mercado interno de consumo de massas, como à proliferação de modalidades alternativas, democráticas, populares e socializantes de organização prática, cooperativa e auto-gestionária do processo produtivo e do mundo do trabalho. Trata-se portanto de utilizar os recursos públicos não mais para subsidiar lucros de grandes corporações, mas para criar os meios que permitam uma efetiva integração social e econômica das pessoas ao mundo da produção e do trabalho, o que jamais será possível mediante o recurso exclusivo às forças cegas do mercado. Por outro lado, tomando como exemplo paradigmático a Amazônia, trata-se de criar modelos alternativos

de produção, organização do trabalho e desenvolvimento econômico, social, científico e tecnológico que, inspirados nos que tem sido adotados no Acre e no Amapá, sejam capazes de integrar saberes populares, recursos naturais, conhecimentos tecno-científicos, universidades e centros de pesquisa, políticas e recursos governamentais e demandas sociais, econômicas, políticas e culturais das comunidades locais a serviço da constituição de modelos, práticas e dinâmicas de desenvolvimento socialmente orientado, ecologicamente sustentável e tecno-cientificamente inovador _ na direção da formação de outro paradigma de desenvolvimento econômico, fundado na subordinação das determinações estritamente econômicas a toda uma série de imperativos sociais, políticos, ecológicos e culturais capazes de inspirar o conceito pós-capitalista de uma economia socialmente orientada, politicamente democrática e ecologicamente sustentável. Quanto à agricultura, as políticas de reforma agrária e de incentivo às cooperativas e assentamentos populares e à agricultura familiar, em articulação com o MST, possuem a capacidade de não apenas aumentar a produção agrícola nacional, como sobretudo fazê-lo pela adoção de modelos de produção e organização do trabalho socialmente orientados, ecologicamente sustentáveis, politicamente democráticos e culturalmente emancipatórios _ para o que será fundamental a participação ativa do MST e o incentivo às suas práticas sociais, políticas, econômicas e culturais socializantes, auto-gestionárias, comunitárias, democráticas e emancipatórias. Por fim, poderíamos citar ainda a questão do desenvolvimento tecno-científico de novas formas de energia no momento em que vivemos o esgotamento dos recursos energéticos não-renováveis e a crise sistêmica dos paradigmas modernos de produção e geração de energia, abrindo a oportunidade para que o Brasil, pela articulação entre recursos naturais, planejamento governamental estratégico e saber tecno-científico, numa cooperação entre a Petrobrás, as universidades, os centros de pesquisa e os órgãos de fomento e políticas públicas adequadas, possa tornar-se pioneiro na invenção de formas de geração de energia ecologicamente sustentáveis e economicamente viáveis, capazes de delinear o paradigma energético do terceiro milênio.

A articulação de todas essas potencialidades liga o eixo econômico ao social e ao ecológico, ao científico e tecnológico, ao cultural, político e educacional, na gestação de conceitos, práticas e modelos que apontam para a redefinição paradigmática da economia e do próprio conceito de desenvolvimento econômico, o que pode nos conduzir a longo prazo à criação de uma economia que talvez possamos designar como eco-socialista, na expressão de Boaventura de Sousa Santos, num momento em que os paradigmas de desenvolvimento econômico da modernidade capitalista apontam para o aprofundamento de uma crise social e ecológica de proporções gigantescas.

Nesse contexto, não há dúvida de que o papel da universidade pública será decisivo, ao menos se ela souber direcionar criativamente seus recursos educacionais, científicos e tecnológicos no sentido de se integrar, não aos departamentos dos grandes conglomerados transnacionais, como previa a política de CT do governo FHC, mas a todas as iniciativas democráticas, populares e socio-ecológicas acima descritas.

O segundo eixo é o político. O que propõe o Governo Lula é a criação de uma cultura política de diálogo, consulta e negociação social, em que as políticas governamentais, sua concepção, seu planejamento e sua execução contem com a participação ativa da sociedade civil organizada, dos setores da vida social e das comunidades locais envolvidas. Num segundo sentido, trata-se de articular consensos sociais e maiorias políticas que permitam a sustentação e consolidação dessas políticas, bem como a acumulação de forças que permita superar os interesses estabelecidos que terão derrotados politicamente. Num terceiro sentido, trata-se de desenvolver e ampliar modalidades políticas de governo democrático e participativo, controles sociais efetivos e toda uma cultura de valorização do sentido e da importância da política, da ação coletiva e da mobilização social _ tudo isso tendo em si o potencial de desenvolver o grau de enraizamento e legitimidade dos movimentos sociais e das entidades da sociedade civil organizadas, que são os atores decisivos na transição para uma cultura política radicalmente democrática. A médio e longo prazo, a conjugação dessas iniciativas talvez venha a configurar um quadro político, social e cultural que permita um salto qualitativo de grande envergadura na via da radicalização da democracia.

O terceiro eixo é o cultural/educacional/comunicacional. Nele trata-se de construir a médio e longo prazo a hegemonia política, social e cultural de uma consciência democrática e emancipatória.

Essa hegemonia pode ser construída por uma política cultural que, ao invés de entregar tudo às diretrizes do mercado, como no caso presente da Lei Rouanet, a partir da suposição de que fazer política cultural é levar a cultura ao povo, seja capaz de apoiar, valorizar e fazer circular a cultura produzida pelos atores sociais em suas comunidades, no sentido de que a valorização e a ampla visibilidade das manifestações culturais populares e das formas de cultura produzida nas comunidades locais permita a ampla manifestação, circulação e desenvolvimento das capacidades de

criação, expressão e consciência da população brasileira, de modo que elas possam vir a se contrapor à indústria cultural de massas e a suas modalidades ideológicas, semióticas, simbólicas e biopolíticas de fomento à barbárie de uma cultura da violência, cultura eminentemente individualista, consumista e narcisista, decisiva ao nível da produção de subjetividades e identidades e da afirmação de uma hegemonia cultural em todos os âmbitos dos processos de reprodução social.

No âmbito da comunicação, trata-se de democratizar o acesso à comunicação, criando as condições para a quebra do monopólio dos grandes meios de comunicação de massa. Isso pode ser feito, como está se propondo, pela legalização, fomento e disseminação das rádios comunitárias, pelo apoio a formas de produção e distribuição dos produtos culturais que sejam efetivamente capazes de quebrar o monopólio das grandes empresas, pela quebra do monopólio da televisão, seja por meio de uma política democratizante de concessão de canais e de regulação do setor, seja por meio de uma política de implementação da televisão digital que seja capaz de aproveitar ao máximo suas potencialidades democratizantes.

No âmbito da política educacional, trata-se num primeiro momento de articular o combate ao analfabetismo, envolvendo as universidades, os movimentos sociais ligados ao setor de educação e todos os setores da vida social, fazendo do combate ao analfabetismo um amplo processo de inclusão social, promoção da cidadania, resgate da auto-estima, politização e desenvolvimento das capacidades dos cerca de sessenta milhões de brasileiros que, não tendo concluído o ensino fundamental, se acham numa situação de analfabetismo, semi-analfabetismo ou analfabetismo funcional, o que decerto exigirá medidas, iniciativas e políticas de Estado que apenas poderão alcançar a abrangência e profundidade necessárias se articuladas a uma ampla mobilização da universidade e de todos os setores da vida social. Por outro lado, trata-se de investir na formação dos professores da rede pública de ensino, o que exigirá ampla participação da universidade nesse processo, na recomposição de seus salários e na democratização das escolas, visando a sua integração e articulação com as comunidades locais e a profundas mudanças no ensino, efetivamente capazes de fazer da educação de crianças e jovens um meio de promoção da cidadania individual e coletiva, de sua politização crítica e do desenvolvimento de suas capacidades criativas e cognitivas.

Quanto à universidade, segundo o que propõe Cristovam Buarque, trata-se sobretudo de desenvolver e aprofundar seu sentido público, social e político, recuperar suas condições de ensino e pesquisa, ampliar o sistema das IFES, regular e limitar o avanço desordenado do ensino superior privado, colocar todos os recursos educacionais, culturais, científicos e tecnológicos da universidade pública brasileira a serviço da construção de um outro modelo de desenvolvimento, chamando a comunidade universitária a envolver-se amplamente nos processos sociais e coletivos que visam, em todos os níveis e sentidos, à gestação de uma democracia ao mesmo tempo social, econômica, política e cultural.

Não pode haver dúvida de que a superação consistente das determinações estruturais e conjunturais que fazem do Brasil um dos países mais violentos, injustos e desiguais do mundo só será possível, a longo prazo, pela coordenação entre políticas governamentais e a participação ativa da sociedade civil. Nesse processo, a universidade pública deve se tornar um ator de primeira grandeza _ e para isso deverá ser capaz de reorganizar-se de modo a que ensino, pesquisa e extensão, numa profunda sinergia recíproca, passem a pautar-se pelos imperativos sociais, políticos, educacionais, científicos, tecnológicos e culturais de construção de uma nação soberana e radicalmente democrática.

Para isso será fundamental que os movimentos sociais _ e no que diz respeito à universidade, o ANDES-SN _ aprendam a reconstruir seus eixos de luta, a redefinir suas prioridades e a rever suas práticas e métodos, no sentido de adaptar-se criativamente aos desafios do novo tempo, superando uma agenda demarcada pelo combate sem tréguas ao neo-liberalismo por uma outra que, sem abandonar esse combate em todos os terrenos em que ele deve ser travado, seja capaz de envolver-se ativa e criativamente no processo de construção de um novo Brasil.

TEXTO 05

Contribuição da Professora Beatriz Couto* – sindicalizada da APUBH S. Sind.

MOVIMENTO DOCENTE, UNIVERSIDADE E CAPITALISMO DO CONHECIMENTO.

* Agradeço a leitura crítica de Virgínia Guimarães Ferreira e Otávia Fernandes de Souza Rodrigues.

Para José Henriques Maia Filho, Tostão, em memória.

O correspondente militar da democracia direta é a guerra civil. No momento histórico em que a potência hegemônica não pode ser mais desafiada militarmente pelos Estados Nacionais, cabe aos cidadãos sua própria defesa. A atitude dos Estados Unidos de levar dirigentes de outros países à corte de Haia ao mesmo tempo em que não reconhece sua autoridade quando americanos estão envolvidos; de não reconhecer a proteção da convenção de Geneve ou sequer a ordem jurídica liberal para seus prisioneiros; de obrigar outros países ao controle de armas nucleares enquanto ameaça a todos com o seu arsenal; de ser o maior poluidor mundial e não reconhecer a exigência multilateral de controle ambiental; de permitir a dedução no imposto de renda do dinheiro utilizado por companhias americanas para corromper servidores públicos de outros países ao mesmo tempo em que promove campanhas contra a lavagem de dinheiro do narcotráfico e dos movimentos revolucionários anti-americanos. Todo o unilateralismo da política externa americana em tempos de globalização coloca esse país em posição de externalidade interna no sistema global só questionável pela população civil, incluindo-se aí a própria população americana, como as marchas em Washington e na Califórnia contra a guerra no Iraque bem o demonstram.

E a população se divide entre os que adotaram a guerra civil como solução necessária (Al Qaeda, IRA, FARC) e os que almejam ativamente uma solução pacífica para os conflitos mundiais (Greenpeace, Médicos sem Fronteiras, Anistia Internacional, MST). Em ambos os casos a atuação se dá contra os representantes locais da ordem americana como bem o demonstram os ataques simbólicos aos McDonalds e Coca-Colas.

A pecha de terrorismo assacada contra os que se engajam no conflito armado corresponde ao trabalho de desmoralização política do que só pode ser a primeira Guerra Civil Global, única forma de resistência armada possível no século XXI. Os atentados suicidas colocam em pauta uma relação do Sujeito com a violência distinta daquela mobilizada por uma guerra nacional clássica em que a mediação do Estado aparece como o Outro da lei e do sentido e que poderia quem sabe explicar o altíssimo grau de violência e espe(ta)cularização dos atentados que provocam repúdio horrorizado. Parece que a introdução da Constituição Americana de 1776, “Nós, o povo” começa pouco mais de 200 anos depois a achar sua expressão concreta na ação popular multifocal mundial, pelo menos pelo viés do Terror tornado universal, quando se falha em estabelecer um laço social não-espoliativo. A construção compartilhada de um sentido alternativo ao pensamento único hegemônico é tarefa da resistência civil, armada ou pacífica, e também a esperança de uma saída social ao suicídio tornado arma.

Hobsbaum¹ afirmou que o 11 de setembro de 2001 não teve qualquer importância política. Isto ignora de forma clamorosa que foi este o evento que globalizou John Doe, algo que me parece impossível tivesse acontecido de outra forma, tal o isolacionismo geopolítico, paroquial mesmo, dos americanos comuns, exceto talvez através de um longuíssimo e impossível de conceber processo histórico menos tumultuado. A pobreza da interpretação oficial e popular dos atentados nos Estados Unidos (com as exceções de praxe da *intelligentsia* indígena), a visão maniqueísta do Eixo do Mal, o cerrar fileiras inicial em torno de Bush, o horror da reação armada que se seguiu no Afeganistão e sua iminência no Iraque demonstram com clareza o estilo permanente de toda reação conservadora e os riscos implicados em saída militar. Nisso Hobsbaum tem razão: o conservadorismo ganhou forças. A situação política dos países terceiromundistas com importantes reservas de petróleo, as aceitas ditaduras pró-Estados Unidos ou as ameaçadas anti-americanas; a democracia instável ou instabilizada (Venezuela) já não convence os próprios americanos e ingleses da vertente pacifista e mundialista que agora parecem retomar suas bandeiras aposentadas com o fim da Guerra do Vietnam. Os Estados Unidos mostraram bem sua posição ao “reconhecer” o golpe contra Hugo Chaves e ao tratar de impor uma democracia liberal (contradição em termos) aos países muçulmanos como desculpa para o controle das reservas mundiais de petróleo.

Talvez uma análise de classes pareça simplificadora para captar a riqueza política dos processos (culturais, religiosos) envolvidos nos eventos recentes. A defesa em nome próprio de culturas e modos de vida que não derivam da Revolução Industrial ressalta a violência dos métodos capitalistas utilizados para incorporar novas populações ao seu modo de produção quando este atinge seus limites históricos previamente estabelecidos. São esses limites e sua relação com a mudança nas relações de produção nas universidades que aqui estão sob questão.

Duas vertentes de expansão do capitalismo parecem em ação concomitante. A que expande extensivamente o modo de produção industrial clássico e que precisa de matéria prima (energia

¹ Milênio, GLOBONEWS, reapresentado em 13/01/2003.

principalmente nos dias de hoje) barata e a que expande intensivamente as relações de produção para incorporar o trabalho intelectual.

A cooptação das universidades do Primeiro Mundo, em estado de manifesta letargia crítica e acomodação frente dos processos de mudança de relações de produção a que estão sendo submetidas desde o início do século XX – relações estas já hegemônicas depois da 2ª Guerra –; a notória dependência intelectual das universidades do Terceiro Mundo em relação aos esquemas interpretativos oriundos dos intelectuais primeiro-mundistas – as idéias no lugar e fora dele –, têm mantido interpretações anacrônicas do papel das universidades e da posição política a ser daí assumida a que não escapa a própria ANDES, talvez uma das maiores organizações ocidentais de professores em posição estrutural de criticar e apresentar propostas alternativas de atuação.

Esta posição anacrônica se manifesta na dialética oitocentista do intelectual como servo/conductor do proletariado e no programa político daí decorrente que apenas compreende como eticamente válida a inserção abstrata do intelectual na luta política, ou seja, como coadjuvante e não como ator estrito senso por não poder ser reconhecido ou reconhecível – dentro do marco interpretativo do marxismo clássico – que também agora estamos submetidos à expropriação do produto do nosso próprio trabalho dentro mesmo das universidades no capitalismo do conhecimento. Não deixa de ser então comovente todo o esforço político-ideológico de “aproximar” o intelectual das massas através da denegação de sua função de intelectual estrito senso e da concomitante e análoga afirmação de que o trabalho manual também mobiliza a potência intelectual do trabalhador e entender de outra forma é operar a redução ideológica burguesa. Certamente. Portanto onde estaria o mal-estar em nos admitirmos como intelectuais se todo o trabalho humano é de fato trabalho intelectual?

O imobilismo político que decorre da concepção de que não somos sujeitos históricos clássicos tem impedido o reconhecimento do campo específico de atuação política dos professores universitários na pesquisa (o não reconhecimento do papel das agências de fomento, CAPES e CNPq, na promoção do produtivismo e da industrialização do trabalho intelectual há pelo menos duas décadas); no ensino (o não reconhecimento da expropriação do trabalho dos estudantes de graduação e pós-graduação, base material da ‘produtividade’ do alto clero); e da extensão (importante meio de indução à mudança nas relações de produção na universidade e elo final da mercantilização do trabalho intelectual que passa por mediações ou específicas do trabalho intelectual ou já historicamente superadas para o que atualmente se considera trabalho manual). A necessidade de ação propositiva nestes setores, bem como na defesa da autonomia da universidade e da liberdade acadêmica, é interpretada como mera tarefa pequeno-burguesa que não merece maior atenção frente a bandeiras históricas da classe trabalhadora e a política do sindicalismo público confunde-se, submete-se e é cooptada pela política partidária.

A compreensão da conjuntura exige o entendimento das duas vertentes atuais de expansão do capital: a **extensiva**, manifesta na guerra pelo controle das fontes de energia que comprarão um prazo extra para a tentativa de recuperação do combalido capitalismo industrial do século XX; e a **intensiva**, tão insidiosa que permanece desconhecida pelos próprios intelectuais a ela submetidos, mas que não deixa de estar reconhecida no cerne mesmo da organização capitalista pela bolsa NASDAQ, onde se ensaia medir os serviços intelectuais objetivados na organização capitalista atual e as incertezas ainda presentes quanto à sua subsunção.

O momento em que uma liderança popular assume o poder no Brasil merece de nós o apoio na forma de proposições que superem o atual imobilismo dogmático do Movimento Docente, escapando assim da mera formulação de bandeiras inócuas porque incontestáveis por sua abstração e generalidade. A proposta de financiamento da universidade e da pesquisa, de uma carreira que responda às mudanças históricas que vivemos e de avaliação do trabalho universitário que leve em conta a dimensão coletiva e pública do ensino, pesquisa e extensão restam como tarefas tornadas abstratas e, por esta via, recusadas pelo sujeito histórico de sua implementação.

TEXTO 06

Contribuição do prof. José Glauco Tostes – sindicalizado da ADUENF/SESDUENF

TENDÊNCIAS DO CAPITALISMO E MOVIMENTO DOCENTE

Atualmente, dentro do ANDES-SN, temos, consolidadas, duas grandes linhas políticas, ambas de inspiração marxista. Cada uma daquelas linhas vem se posicionando diferentemente quanto à

questão (talvez) central para todas as análises de conjuntura do MD: quais as atuais tendências do capitalismo? Cada uma das duas linhas emprega um determinado instrumental marxista de análise de conjuntura o que, em larga parte, responderá pelos seus respectivos posicionamentos quanto àquela questão central acima. É preciso, pois, explicitar os dois instrumentais de análise, os quais têm as suas origens no próprio Marx e perpassam movimentos marxistas ao longo de todo o séc. XX chegando até nossos atuais movimentos sindicais e suas avaliações de tendências e crises do capitalismo hoje.

Os dois instrumentais de análise de conjuntura do MD

O pensamento de Marx, caracterizado pela **unidade** de um só projeto revolucionário, vai, ao longo de praticamente toda a sua obra, oscilar entre um «**marxismo científico**» e um «**marxismo crítico**», constituindo-se aí uma contradição nuclear que por sua vez vai se propagar e enriquecer toda a história do marxismo no séc. XX e ainda lançar suas raízes no séc. XXI. Para os fins da presente contribuição temos, resumidamente, de um lado, o «marxismo científico», isto é, um marxismo que tende para um rígido e impessoal determinismo histórico: o «materialismo histórico», caracterizado por um rígido esquema de classes. Neste esquema, a consciência humana, em particular a «consciência de classe», seria rigidamente determinada pela base econômica de cada modo de produção e cada modo de produção, por sua vez, somente poderia ser revolucionariamente derrubado depois de ter esgotado completamente todas as suas possibilidades produtivas (é a «teoria da saturação» de cada modo de produção). De outro lado, temos o «marxismo crítico», que tende a defender uma relação dinâmica (transformação mútua) entre consciência (sujeito) e as condições materiais que ela, consciência, já encontra herdadas (objeto), ou seja, nesta relação o lado da consciência tende a fugir do rígido esquema de classes acima descrito, introduzindo um aspecto libertário ou voluntário (ou «autonomia relativa») na atividade da consciência face à sua base econômica (é o caso do próprio Marx, que defende os interesses da classe proletária ainda que seja um intelectual oriundo de camadas pequeno-burguesas). No primeiro marxismo acima temos uma tendência em direção à uma «ciência positiva» acima das ideologias de cada classe (é a «ciência inglesa», science); no segundo marxismo temos uma tendência a uma ciência ela própria construída ideologicamente, isto é, ligada às condições históricas e, em particular, ao conflito de classes («ciência alemã», wissenschaft). Estas duas tendências estão longe, em Marx, de se constituírem em fatores rígidos, separados e acabados. Ao contrário, tais tendências também mantêm uma relação dinâmica entre si, de modo que o «marxismo científico» de Marx sempre tende a conter ao menos um pouco do «marxismo crítico» e vice-versa. São estes dois marxismos que ora mais articulados, ora mais isolados, vão penetrar e permear teórica e praticamente, ao longo de todo o séc. XX, as lutas contra o motor civilizatório capitalista, desde as grandes revoluções socialistas, passando por partidos políticos socialistas até movimentos sindicais de categorias profissionais como o ANDES. Em particular, os dois marxismos vêm tendendo, respectivamente, a permear diferentes avaliações da conjuntura internacional na questão dos rumos do capitalismo em cada uma das duas linhas políticas do nosso sindicato nacional.

A questão das tendências atuais do capitalismo dentro e fora de análises marxistas

Temos hoje um amplo espectro de avaliações, seja sobre grandes tendências atuais do capitalismo em geral, seja sobre tendências atuais da «locomotiva» deste mesmo capitalismo, os EUA. Sobre o futuro do capitalismo nos EUA, têm-se avaliações «pessimistas» (perda daquele seu caráter de locomotiva) recentes desde autores **liberais** (P. Kennedy, D. Landes) até autores à **esquerda** (I. Wallerstein, G. Arrighi, ambos da famosa linha de F. Braudel). Enfatize-se que o nosso J.L.Fiori (também à esquerda) da UFRJ vem tecendo argumentos críticos às posições de Arrighi e Wallerstein. Ainda à **esquerda** temos o sociólogo Boaventura dos Santos, na linha de K. Polanyi, que julga detectar «limites finais» atuais no processo civilizatório capitalista. O mesmo se dá, agora em nível próximo do **marxismo crítico**, nos textos do alemão R. Kurz, espécie de temporão do «pessimismo apocalíptico» da primeira geração da Escola de Frankfurt.

Em nível **efetivamente marxista** destacamos o húngaro I. Meszaros, que avança suas atuais avaliações do capitalismo a partir de uma sólida avaliação do projeto civilizatório capitalista enquanto articulado ao seu principal opositor, o projeto igualmente civilizatório do «socialismo real», ao longo de todo o século XX. Esta articulação dinâmica entre estes dois oponentes implica em que nunca

teria havido um autêntico socialismo nas experiências soviética, chinesa, etc e sim uma outra forma diferenciada do «Capital», que aqui é interpretado como exploração geral de trabalho; portanto Meszaros mantém o conceito de «luta de classes». Assim, teríamos articulados, de modo conflitante, as economias do «Estado Capitalista» e do «Capitalismo de Estado» (uma expressão do próprio Lênin). Há semelhanças aqui com a análise da burocracia soviética por Castoriadis, que procura explicar a apropriação de ingredientes fordistas-tayloristas por parte de Lênin através de uma ambigüidade presumivelmente herdada do próprio Marx. Sobre Lênin poderíamos nós acrescentar que do início do séc. XX até a Revolução Soviética de 17 ele teria oscilado do marxismo científico (questão do empiriocriticismo de 1905) ao marxismo crítico («namoro» com Hegel por volta de 1915) para, pragmaticamente, voltar ao marxismo científico logo em seguida com a implantação do socialismo soviético. Caprichosamente, como do ponto de vista de um marxismo científico estrito a revolução soviética aconteceu «fora de hora e fora de lugar», esta guinada «voluntarista» de Lênin abriu por sua vez, logo a seguir na Europa, espaço para o marxismo crítico (Luckacs, Korsch, Gramsci etc). Quanto ao capitalismo propriamente dito, Meszaros julga nele detectar uma notável novidade econômica por volta dos anos 30 do séc. XX, que, ainda segundo Meszaros, não teria sido prevista por Marx, mas sim por Rosa de Luxemburgo já em 1913: **a produção destrutiva** do Estado Capitalista, encarnada no emergente complexo industrial-militar e na obsolescência programada da correspondente produção militar, «saída» do liberal Roosevelt ao ditador Hitler para a crise de 29. Guerras «quentes» e «frias» (alavancando economicamente o Welfare State), aceleração brutal da questão ambiental: eis alguns «frutos» - alguns deles ainda bem atuais - desta nova fase do capitalismo, que acabaram também encampados de algum modo pela União Soviética. Meszaros tende a admitir um processo de crise (decadência) contínua para o capitalismo atual. As formulações marxistas de Meszaros podem ser apropriadas politicamente pelos nossos movimentos progressistas. Destaque-se ainda as avaliações de inspiração **marxista** do economista norte-americano J. O'Connor. Em primeiro lugar sobre a crise e fim do Welfare State, um ciclo estatal do capitalismo: «A crise fiscal do Estado», no início dos anos 70 (que trouxe em seu lugar o atual ciclo [neo]liberal). Em resumo, para O'Connor a crise do Welfare State estaria fundada em combinação extremamente irracional do ponto de vista da acumulação de capital privado: a acumulação deste capital privado de um lado e largos investimentos sociais do Estado (emprego, previdência etc) de outro. Em segundo lugar, no fim dos anos 80, O'Connor formula o que ele denominou de «a segunda contradição do capitalismo» que segundo ele estaria sendo trazida via questão da destruição ambiental e que, além das crises de superprodução da «primeira contradição do capital» de Marx, agora ameaça levar o capitalismo a grandes crises de subprodução. Aí temos portanto uma avaliação original de uma tendência de crise no capitalismo hoje e que vem sendo apropriada como uma nova contradição do capitalismo capaz de fazer avançar a mobilização de classe. O'Connor tem sido o principal inspirador, nos EUA e México, do chamado «marxismo verde-vermelho» («red-green marxism»), onde hoje se destacam T. Benton, P. Burkett, J.B.Foster, N. Castree, E. Leff (este no México) etc. Aqui temos essencialmente o tronco do «marxismo científico». Na América Latina, desde o início dos anos 90 e coincidindo com o fim da URSS, começam a surgir formulações **marxistas** (ainda dentro do «marxismo científico») que se apropriam da questão ambiental como instrumento da luta de emancipação dos povos latino-americanos (exemplo: Fidel Castro, ECO-Rio 1992).

As tendências do capitalismo nas avaliações do MD

Nas duas grandes linhas políticas do nosso MD, temos – simplificada, é claro- uma linha do movimento que carrega no «institucional», isto é, que dá uma forte ênfase à relação entre vida sindical e instâncias partidárias e uma linha do movimento que tende a amenizar aquela mesma relação. É o velho binômio «movimento/instituição». A primeira linha tende a utilizar preferencialmente o «marxismo científico» nas suas análises sobre tendências do capitalismo, mas «temperadas» com alguma coisa de «marxismo crítico». A segunda delas tende a utilizar preferencialmente o «marxismo crítico», com algum «tempero» do «outro» marxismo. Queremos enfatizar breve e especificamente como se dá a articulação entre os «dois marxismos» em cada uma das linhas quando analisa as tendências atuais do capitalismo, inclusive quando critica, neste mesmo ponto, a linha ou corrente política oposta. Para o caso da primeira linha analisamos alguns textos recentes apresentados pela UFOP em dois CONAD (41º e 42º) e um Congresso do ANDES (20º). Para o caso da segunda linha, textos recentes da Diretoria em um CONAD (41º) e em um Congresso do ANDES (20º).

A primeira linha ou «linha institucional» utiliza o «marxismo científico» como instrumento de crítica a diversas posições da segunda linha sobre tendências do capitalismo e sobre possibilidades revolucionárias demasiado «imediatistas». 1) crítica da possibilidade de regressões à barbárie no capitalismo levantada pela segunda linha; tal crítica se faz em nome do progresso linear das forças

produtivas, típico elemento do «marxismo científico» de Marx; 2) crítica da «terminalidade apocalíptica» do capitalismo – presumidamente defendida pela segunda linha - como sendo expressão de um «voluntarismo» que não avalia as condições objetivas da realidade social. Daí, não fazendo uma correta análise de conjuntura, a segunda linha arriscar-se-ia a não proceder às alianças políticas convenientes (perda de oportunidades históricas); 3) crítica da «aceleração» das condições revolucionárias da luta de classes; tal crítica contra a segunda linha se faz em nome da teoria da saturação de cada modo de produção do marxismo científico (tal como vimos no início desta presente contribuição) de Marx e em nome da crítica a aceleração inadequada da revolução soviética; esta revolução, como vimos acima (revolução «fora de hora e fora de lugar»), teria levado a uma inadequada totalidade articulada capitalismo/socialismo real e minado desde o início a revolução russa..

No entanto, esta mesma primeira linha, apesar do maior peso concedido ao marxismo científico: 1) tende para o «marxismo crítico» quando defende a geração de elementos de cidadania de uma futura sociedade pós-capitalista já agora na atual sociedade capitalista, em função da luta de classes: esta é uma posição tipicamente dialética («alemã»), com origem em Hegel; 2) tende a se apropriar do «marxista ocidental» Antonio Gramsci, em termos políticos (quando traz a tona a questão da «guerra de posição» e da «guerra de movimento», que a rigor já fora avançada pelo próprio Engels no final do séc. XIX). No entanto esta tentativa de utilizar, de um lado, marxismo científico como instrumento de análise da realidade social e se apropriar, de outro lado, do marxismo crítico gramsciano para fazer política, não poderá ficar plenamente impune. Ciência e política, em cada um deles, se misturam. Além disto, os dois marxismos não são plenamente isoláveis um do outro além da existência de uma contradição nuclear entre eles, como já notamos acima. Em outras palavras, a primeira linha acabará «contaminada» inevitável e contraditoriamente por elementos da segunda e vice-versa. **Inclusive na análise das tendências do capitalismo atual.**

As próprias três críticas acima listadas (penúltimo parágrafo) da primeira linha contra a segunda linha, por contraste evidenciam maior aderência desta última ao marxismo crítico. No entanto, no Texto 14 da Diretoria (segunda linha política do MD) do 20º Congresso do ANDES (tema: ciência e tecnologia) temos um forte recurso ao marxismo científico de Marx: metabolismo homem-natureza como contraponto a separação fundamental da modernidade européia e posteriormente apropriada pelo capitalismo, a saber, separação entre cultura e história de um lado e natureza («neutra») do outro. Inclusive com citação de um texto de Edgar Morin ! Voltamos a lembrar que a apropriação da metáfora do metabolismo é fundamental no que chamamos acima de «marxismo verde-vermelho», pesadamente lastreado no marxismo científico. Aí também emerge um enorme interesse pela «ciência da complexidade» de Illya Prigogine (Prêmio Nobel de Química) por parte destes mesmos marxistas.

Afinal, o capitalismo está ou não apresentando sinais claros e evidentes de crise «terminal»? Cada um dos dois instrumentais marxistas de análise do capitalismo no nosso MD tende hoje, respectivamente, para uma das duas respostas (sim e não). Porém, mesmo sem o rótulo por demais contundente de «crise terminal», o processo civilizatório capitalista vem desenvolvendo uma tendência que se não for revertida (reversão esta que nos parece extremamente difícil) certamente poderá lhe ser mortal. Como sabemos, o capitalismo nos últimos 200 anos vem transformando em mercadoria tudo que encontra a sua frente: trabalho, natureza, cultura, a **vida** humana em geral. Porém, grosso modo a partir dos anos 30 – tomando a análise de Meszaros como ponto de partida – o capitalismo cada vez mais se apropria e de algum modo mundialmente mercadoriza **a destruição, a morte, a violência**. E pior: talvez a mercadorização da morte, mais do que a da vida, esteja liderando o processo de acumulação de capital privado. Esta apropriação sintetiza e congrega uma série de atividades destrutivas do capitalismo no séc. XX, desde as guerras «frias e quentes», passando pela destruição ambiental e exploração abusiva de recursos naturais, até os «melhores negócios» do mundo de hoje: armas e drogas. Este é um ponto que deveria merecer a maior das atenções de nossos movimentos sindicais progressistas, pois aqui certamente mais do que em qualquer outro lugar poder-se-ia tentar denunciar a penetração do «vírus» da **barbárie** no capitalismo. E uma barbárie com ingredientes modernos e não mais apenas com ingredientes pré-capitalistas. A apropriação da morte é um ponto polêmico, certamente, pois para muitos de nossos companheiros a morte seria um limite «inapropriável» pelo capital. Infelizmente não é.

Em resumo. Podemos apontar riscos latentes em cada uma das duas linhas políticas do ANDES, quando tendem a aplicar predominantemente cada um dos dois marxismos. De um lado a rígida avaliação de oportunidades pode resvalar para o «oportunismo». De outro lado, a vontade pode resvalar para o «voluntarismo». Em segundo lugar, o tema da mercadorização da morte e da destruição, destacando o elemento «**barbárie**» nas entranhas do capitalismo, deveria ser importante

elemento de reavaliação da primeira linha quanto as suas análises das «tendências do capitalismo». Finalmente, também no sentido de reavaliação da primeira linha, cremos que as atuais condições objetivas e históricas nos orientam, movimentos progressistas, para um papel de destaque na formulação de projetos marxistas de civilização no lugar da sociedade de mercado ou, numa linguagem mais simples, **de volta às utopias**. Como disse o velho Lênin: «não há revolução sem teoria avançada». Os povos latinos, inclusive em setores à esquerda, precisam avançar para além de um persistente estágio de colonização intelectual e serem capazes desta espécie de formulação teórica que o Norte já vem praticando há muito. Evidentemente o marxismo não acabou. Em primeiro lugar, porque o **capitalismo não acabou**. Em segundo lugar, devido a sua extremamente fecunda contradição central: **os dois marxismos**.

TEXTO 07

Contribuição da professora Alejandra Pascual – diretoria da ADUnB-S.Sind

"UMA OUTRA INTEGRAÇÃO LATINO-AMERICANA É POSSÍVEL"

O processo de integração da América Latina.

Na América Latina, a idéia de integração ou confederação não é nova. Nasce com as lutas pela independência e ressurgiu em distintas épocas, nos diversos países.

Um dos primeiros a defender as idéias de uma união da América Latina foi Simón Bolívar, ainda durante a fase de lutas pela independência política dos estados do "Novo Mundo". Os ideais bolivarianos de união americana foram melhor explicitados e sistematizados na famosa e extensa carta que "El Libertador" escreveu na Jamaica, em 6 de setembro de 1815, na qual ele manifesta ser "uma idéia grandiosa pretender formar de todo o Novo Mundo uma só nação com um só vínculo que ligue suas partes entre si e com o todo".

Apesar do fato de que, em certo sentido, Bolívar possa ser considerado o patrocinador das primeiras idéias integracionistas na América Latina, seus esforços fracassaram. As tendências localistas das burguesias nacionais associadas aos interesses do capital inglês, determinaram que a América Latina pós-independência se fragmentasse em estados nacionais.

As classes dominantes desses países se identificavam cultural e politicamente muito mais com seus pares europeus do que com seus próprios povos, predominantemente índios e negros. O modelo agrário-exportador, decorrente da inserção da América Latina na divisão internacional do trabalho, criava laços mais fortes entre cada país e a Europa do que entre os diversos países americanos.

Depois da Primeira Guerra Mundial (1914-18), a constituição do capitalismo monopolista assistiu à mudança da hegemonia internacional da Inglaterra para os Estados Unidos, o qual passou a definir os ritmos econômicos e políticos do continente americano, contando, para isso, com o apoio das burguesias locais.

Algumas tentativas de integração na América Latina.

A rigor, as propostas de união latino-americana só tomam concretamente o caráter de movimento em prol de uma integração propriamente dita a partir do pós-guerra.

"A orientação economicista -melhor dizendo, comercialista-acabou predominando no processo de integração latino-americana que se iria concretizar na criação da 'Associação Latino-americana de Livre Comércio' (ALALC) e do 'Mercado Comum Centro-americano' (MCCA). É visível a preocupação básica e quase exclusiva dos integracionistas latino-americanos com os aspectos comercialistas, preocupados que sempre estiveram com as dificuldades enfrentadas pela América Latina em seu comércio internacional, com a falta de relações comerciais intralatinas e com a necessidade de se criar o mercado regional. (...) Esta concepção estreita do fenômeno integracionista foi-se concretizando na prática institucional".¹

¹ Conforme SILVA, Celso J. da. Antecedentes históricos do processo de integração latino-americana: ALALC, MCCA, Pacto Andino. In: SEITENFUS, Vera Maria P. et al. Temas de integração latino-americana. Porto Alegre: Universidade Federal de Rio Grande do Sul, 1990. p. 32-81. Silva, 1990, p.38.

Até finais da década de setenta a visão de conflito prevalecia em qualquer análise realizada sobre as relações entre o Brasil e a Argentina. Porém, a partir de meados da década de oitenta, com a restauração do poder civil nesses dois países passou-se a falar com otimismo da necessidade da integração regional, colocando ponto final às rivalidades locais.

A aproximação entre Brasil e Argentina foi estimulada pelos Estados Unidos desde o início da constituição do Mercosul, a partir da nova estratégia desse país em relação às tentativas de integração na América Latina. Nesse sentido, o chamado "Documento Secreto da Política Reagan para a América Latina" elaborado em maio de 1980, propõe, na quinta parte, dedicada às "Relações interamericanas", que os Estados Unidos estimulem "ainda ativamente a aproximação argentino-brasileira, o que abrirá novas possibilidades para um rápido desenvolvimento econômico do Cone Sul, (...)" (Documento, 1981, p.87). (grifo nosso).

O processo de integração através do Mercosul esteve sempre conduzido por meio de tratativas diretas entre a Chancelaria argentina e o Ministério de Relações Exteriores brasileiro; apenas o setor empresarial com poder de influência nas decisões governamentais tem podido participar mais ativamente deste processo.

O Mercosul tem sido apresentado à opinião pública como sendo uma forma de integração de países latino-americanos livremente decidida e com autonomia no campo das decisões. Contudo, os acordos e protocolos firmados não passaram pela discussão e decisão dos respectivos parlamentos; os sindicatos de maneira geral têm ficado às margens do processo - sendo que o Mercosul tem importantes conseqüências nas condições de vida dos trabalhadores desses países; enquanto que a população em geral só ficava sabendo dos andamentos do Mercosul através das notícias da imprensa.

O fracasso das tentativas de integração

Ary Burguer (1990, p.256) explica que as diversas experiências de integração latino-americana fracassaram em maior ou menor grau, pelos seguintes motivos:

- a) o desejo de imitação; fazer porque os outros o estão fazendo e copiando o que fazem, sem o prévio exame das peculiaridades regionais;
- b) não foram estudadas em profundidade as estruturas que se pretendiam integrar;
- c) não foram, em conseqüência, estabelecidas formas consentâneas de integração, minimizando o risco de fracasso, seja por erros na execução, seja pelas pressões políticas dos setores prejudicados;
- d) não houve, pela falta de conhecimento das peculiaridades e possibilidades dos setores econômicos regionais, a correta definição de prioridades;
- e) por último, e mais grave, as experiências de integração careceram de um 'timing', de um planejamento no tempo, como fez o Mercado Comum Europeu, de modo a permitir as necessárias adaptações setoriais e o prazo de amadurecimento para as diversas etapas do processo.

Pensamos acrescentar, aos motivos apontados, dois outros que consideramos da maior importância:

- a) a orientação economicista que acabou predominando no processo de integração: esta concepção estreita do fenômeno integracionista foi-se concretizando na prática institucional, com escasso tratamento dos aspectos políticos, sociais e culturais;
- b) o modo de se fazer a integração prevaleceu pelo que Octavio Ianni (1989, p.105) chama de processo feito "desde cima", isto é, conforme os interesses comprometidos com o *status quo* ou o aperfeiçoamento deste, sem a efetiva participação da sociedade na tomada das decisões.

Nos Acordos do Mercosul, lamentavelmente foram cometidos os mesmos erros que levaram ao fracasso as anteriores tentativas de integração na América Latina.

Do exame dos aspectos negativos do Mercosul pode surgir uma idéia residual positiva: o tema da integração foi colocado na mesa do debate nacional nos países do Cone Sul. Assim, depuradas as "deformações", a integração poderia ser levada a constituir-se em "ato de política nacional" -deixando de ser um mero "ato de governo".

Reacender a utopia da integração latino-americana dentro das Universidades

A opção pela integração na América Latina deveria assumir importância histórica se o projeto se constituísse em fator de desenvolvimento econômico e social da região, assim como garantia da efetiva implementação e defesa do sistema democrático.

Para compreender a dimensão atual da integração latino-americana é necessário pensá-lo à luz da nossa realidade político-social. Desprezar tais elementos, em qualquer análise que se pretenda elaborar, pode significar, do nosso ponto de vista, estreitar a magnitude histórica do projeto.

Consideramos que cabe às universidades latino-americanas um relevante papel na proposta, discussão e promoção da integração latino-americana; a idéia não é nova, era o sonho de nosso libertador Simón Bolívar quando os diversos estados de nosso continente começaram o processo de independência das antigas metrópolis européias e, como já afirmava José Martí sobre a necessidade de continuar o que Bolívar não conseguiu realizar ...; nesse sentido, a história de nosso continente é rica em experiências e tentativas de integração; as causas dos sucessivos fracassos poderiam nortear as novas tentativas para não cair nos mesmos erros do passado; e manter o mesmo receio que há mais de dois séculos Simón Bolívar também tinha em relação às intenções hegemônicas dos Estados Unidos na região e seus desejos imperialistas.

A última grande experiência latino-americana foi através da fantástica idéia e trabalho do chamado "Grupo de Contadora" e "Grupo de Apóio a Contadora", iniciados a começos da década de oitenta e que posteriormente deu origem ao chamado "Grupo do Rio" ou "Grupo dos Oito", que chegou a propor, inclusive, a criação de um grupo de países devedores para estabelecer condições conjuntas perante a banca credora para o pagamento da dívida externa. É necessário, pois, re-visitar Contadora!

Temos, pois, uma América Latina rica em experiências de integração; as universidades poderiam constituir-se em celeiros dessas idéias, em fornos de cozimento do pão da integração, para dar alimento à tão necessária discussão, contraponto à atual tentativa de nos impor o modelo de dependência social, educacional, econômica, cultural, política através da ALCA.

Como afirmava García Marques, em 1982, em ocasião do recebimento do Prêmio Nobel de Literatura:

"... perante esta realidade estarrecedora, nos sentimos com o direito de acreditar que ainda não é tarde demais para empreender a criação da utopia contrária. Uma nova e arrasadora utopia da vida, onde ninguém possa decidir por outros até a forma de morrer, onde deveras seja verdadeiro o amor e seja possível a felicidade, e onde as estirpes condenadas a cem anos de solidão tenham por fim e para sempre uma sempre uma segura oportunidade sobre a terra".



Diretoria do ANDES-SN

TR - 08

EIXOS DO PLANO GERAL DE LUTAS

1 – Fortalecer a luta pela construção de uma sociedade socialista. Esta luta requer a derrota do imperialismo, por meio da unidade internacional dos trabalhadores, para defender a independência nacional dos povos oprimidos e a expropriação do grande capital internacional pelos trabalhadores.

2 – Denunciar a campanha internacional do imperialismo norte-americano e seus aliados contra os direitos e a independência dos povos.

3 - Combater a intervenção no Oriente Médio (a questão palestina, a guerra contra o Iraque) e na Ásia Central, nas tentativas de violentar a independência e a democracia da América Latina (Plano Colômbia, manobras militares no Cone Sul, golpe na Venezuela, imposição da ALCA, sucessivas tentativas de internacionalização da Amazônia e de apropriação da Base de Alcântara, destruição de populações tradicionais etc.), assim como no ataque aos direitos civis e na criminalização dos movimentos de luta dos trabalhadores e minorias oprimidas em todos os países.

4 – Lutar contra todas as formas e espécies de discriminação e opressão sociais das chamadas minorias, visando à construção histórica de uma sociedade e de uma cultura radicalmente democráticas.

5 – Combater a ofensiva capitalista contra os trabalhadores do mundo todo e a ofensiva neoliberal encabeçada por entidades como FMI, Banco Mundial e OMC inspiradas pelo Consenso de Washington e o Fórum de Davos, intensificando as lutas contra o pagamento da dívida externa e os tratados de livre comércio que operam medidas econômicas e sociais responsáveis pela exploração dos trabalhadores e a promoção da miséria em larga escala em nosso país, e fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital.

6 – Reforçar a unidade da classe trabalhadora, internacionalmente e, em particular, na América Latina, por meio de iniciativas concretas a serem tomadas pelo ANDES-SN para a unificação da luta do movimento docente universitário da América do Sul, em especial do Cone Sul.

7 – Combater a política de submissão e subserviência do Brasil às orientações de organismos internacionais como o FMI, o Banco Mundial e a OMC, que vêm determinando a mercantilização e a privatização da educação, da ciência e da tecnologia, da saúde e da previdência; nessa perspectiva, combater todos os projetos governamentais orientados pela lógica de ampliação da ingerência do mercado no setor público, com conseqüente desresponsabilização do Estado em relação ao financiamento, universalização da oferta e controle de serviços públicos de qualidade.

8 – Combater todo tipo de violência contra direitos e conquistas democráticas da classe trabalhadora, intensificando a luta unificada com os movimentos populares e com a CUT, por transformações que atendam aos direitos fundamentais da maioria da população e pelos direitos constitucionais de organização, manifestação e ação sindicais, na perspectiva do sindicalismo classista, autônomo e democrático.

9 – Lutar pelo direito à liberdade de organização e manifestação sindicais; contra quaisquer formas de cerceamento deste direito no setor privado; contra qualquer regulamentação, em especial no setor público, do direito de greve, e contra quaisquer instrumentos legais ou medidas que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, combatendo todo ato de intimidação, perseguição ou punição a membros da comunidade acadêmica, em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais.

10 – Lutar, em todos os âmbitos administrativos, tanto do setor público como do privado, pela garantia de políticas salariais que assegurem poder de compra aos trabalhadores e pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

11 – Lutar pela valorização do trabalho docente, reivindicando a implementação da carreira única, do Plano Nacional de Capacitação Docente, do piso e da malha salariais propostos pelo ANDES-SN, bem como pela formulação de políticas permanentes de reposição salarial.

12 – Lutar contra todas as formas de precarização do trabalho docente: Emprego Público nas IES

públicas, aumento no número de contratações por tempo determinado, prestação de serviços via convênios que descaracterizem a carreira docente, redução do número de vagas efetivas e as diversas modalidades de trabalho informal e voluntariado.

13 – Defender intransigentemente a educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização, em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos, combatendo todas as formas de privatização e mercantilização da educação e seu impacto e conseqüências nas relações do trabalho docente.

14 – Lutar intransigentemente em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia, nos termos do artigo 207 da Constituição Federal, bem como dos princípios da indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão, do acesso universal com gratuidade plena, do padrão unitário de qualidade, tendo a ampliação do financiamento público estatal e o autogoverno democrático como pilares da expansão e do desenvolvimento das IES públicas, nos marcos referenciais políticos, conceituais e metodológicos da *Proposta da ANDES-SN para a Universidade Brasileira* (Cadernos ANDES, nº 2, 1996) e nas diretrizes e metas do *PNE da Sociedade Brasileira*.

15 – Lutar pelo estímulo a pesquisas não vinculadas às demandas do mercado e pela ampliação das verbas orçamentárias para os órgãos de fomento à ciência e à tecnologia, pelo seu pleno controle social e pela participação ativa da comunidade acadêmica na gestão democrática dos órgãos de fomento federais e estaduais, na definição das políticas, prioridades e planejamentos do setor; pela alocação de recursos não condicionada a programas governamentais (como os Institutos do Milênio) e empresariais (como os Fundos Setoriais).

16 – Lutar contra a privatização dos fundos estatais destinados à pesquisa, por meio de fundações de direito privado.

17 – Lutar pela integralidade da seguridade social mediante políticas que encaminhem as questões de saúde, previdência e assistência social de forma a garantir um conjunto integrado de ações nessas áreas, com planejamento e com orçamento únicos, combatendo as estratégias em curso que buscam fragmentar e mercantilizar essas ações de forma a facilitar a sua privatização.

BANDEIRAS DE LUTA

A - Contra as guerras imperialistas.

B - Contra a ALCA, a militarização da América Latina e a política imperialista em todo o mundo.

C - Contra a reforma da previdência e outras reformas que atacam conquistas e condições de vida dos trabalhadores.

D - Em defesa da Educação Pública, em todos os níveis e dos serviços públicos em geral.

E - Pela liberdade de organização e prática sindical.

F - Pela recuperação de perdas históricas e estabilidade no emprego.

G - Reajuste salarial JÁ!



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IFES

TEXTO DE APOIO

O final do governo FHC assinala uma década de profundas transformações para o funcionalismo público federal e para a Educação em particular.

A reorganização do capitalismo internacional implicou uma nova divisão político-econômica mundial, na qual o Estado-Nação é progressivamente subsumido por “áreas” territorialmente organizadas a partir de finalidades específicas, a exemplo da ALCA e da OMC. Isto porque as tensões das economias em dificuldades estão minando os sistemas políticos das democracias liberais, parlamentares ou presidenciais, assim como já minaram todos os sistemas políticos vigentes no Terceiro Mundo. As próprias unidades básicas da política, os Estados-Nação territoriais, soberanos e independentes, vêem-se esfacelados pelas forças de uma economia supranacional ou transnacional.

O Estado, entendido em seu arcabouço institucional-representativo, presencia uma crise de legitimidade, o que contribui para a sua progressiva falência. Reafirma-se, por um lado, o valor do Estado democrático como o âmbito natural da justiça e como instância estratégica de redistribuição de recursos e, ao mesmo tempo, ele é desmantelado em função do reforço darwiniano do mercado, procurando, desse modo, a manutenção dos lucros. Esta crise se manifesta de forma tensionada, notadamente devido à supressão dos vários direitos de cidadania que a saída do Estado da esfera da garantia da distribuição de bens públicos engendra. A iminente deflagração de guerra irá deteriorar, ainda mais, a já frágil economia brasileira, especialmente as contas públicas, podendo levar o FMI a exigir ainda mais *superávit* primário e juros ainda mais altos, impossibilitando todas as políticas sociais

A subserviência do governo brasileiro aos organismos financeiros internacionais manifestou-se, por um lado, na implementação das políticas de ajuste e redução de receitas e de recursos humanos. Por outro lado, vinculou-se umbilicalmente aos ditames da Organização Mundial do Comércio (OMC) no que tange à mercantilização de serviços. Neste sentido, o setor público – e nele contidas as áreas da Educação e da Seguridade Social – foi um dos alvos privilegiados de desmonte.

Na trilha já aberta por Collor, o governo FHC prosseguiu com a satanização e a desqualificação do Serviço Público, utilizando-se indiscriminadamente da força da mídia, a fim de construir um imaginário social apto a incorporar a lógica da ineficiência e ineficácia de tudo o que é público. Cria-se, portanto, o caldo ideológico necessário à entrada do mercado para suprir as lacunas provocadas. Assim, os serviços particulares e filantrópicos são postos como sinônimo de resolutivos (mesmo que os profissionais sejam os mesmos) e o Estado desresponsabiliza-se pela manutenção do público, o que incide frontalmente em seus pilares centrais: seus funcionários e a prestação de seus serviços.

No primeiro caso, os oito anos de arrocho salarial e o desgaste da imagem dos serviços públicos, provocados pelos meios de comunicação, incutiram uma auto-imagem de desencanto nos servidores públicos, levando muitos à migração para o setor privado e promovendo, em um primeiro momento, o arrefecimento da mobilização de todo o funcionalismo público federal, tão aguerrido durante a década de 80. No tocante à prestação de serviços, o sucateamento deliberado das instituições públicas colocou-as em estado falimentar, corroborando, na prática, a imagem construída no imaginário social.

Concomitantemente – e ainda obedecendo à Reforma do Estado, exigida pelo receituário neoliberal – , transfere-se para os servidores e para a “sociedade civil”¹ a responsabilidade de promover alternativas para a garantia dos serviços públicos.

Assim, no setor da educação, durante a década de 90, proliferaram as Fundações de direito privado como alternativa para o financiamento, mas que, na verdade, conduzem à privatização, e dos cursos pagos, que apontam no sentido de questionamento do ensino público e gratuito. Foram instituídas e consolidadas as gratificações produtivistas, a flexibilização e a precarização do trabalho do conjunto dos servidores públicos federais.

A implementação das reformas encontrou forte resistência por parte do MD, que infligiu derrotas de grande monta a vários projetos governamentais, tais como o Emprego Público para as IFES, a continuidade da gratificação por produtividade em patamares diferenciados entre os docentes de 1º, 2º e os de 3º grau e a quebra da isonomia entre ativos e aposentados. Tal resistência esteve e estará ancorada no princípio da constituição de uma universidade pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada, com seu financiamento assegurado por verbas públicas e intransigente na manutenção do tripé ensino/pesquisa/extensão. O anteprojeto de lei da autonomia universitária foi bloqueado provisoriamente no interior da Andifes, cujos setores majoritários vinham apoiando, não tendo condições políticas de ser votado até o final do mandato de FHC. O mesmo acontecendo com o projeto de lei de inovação tecnológica proposto pelo governo FHC que não foi aprovado ainda e continua em tramitação.

Expressão desta situação de crise foi o fato de que o ministro Paulo Renato, que se alçara como candidato a suceder FHC, diante da derrota imposta pelo movimento docente na greve de 2001, assistiu ao descenso de sua candidatura, abrindo caminho para José Serra como candidato oficial.

A assunção de Lula à Presidência do Brasil demonstrou, indubitavelmente, a esperança de milhões de brasileiros na transformação do país.

No que pesem as mais alvissareiras intenções, os pronunciamentos iniciais dos ministros e representantes do governo, que tomaram posse no dia 1º de janeiro de 2003, já dão a entender que

¹ E aqui, mimetiza-se o conceito gramsciano. Neste caso, “sociedade civil” passa a ser absolutamente tudo e nada.

as mudanças não estão sendo construídas no sentido de fortalecer os direitos sociais em uma perspectiva republicana, capaz de assegurar um serviço público compatível com as expectativas de cidadania.

Assim, pois, no que se refere à Educação, permanece o falso antagonismo entre o ensino fundamental e o ensino superior e, ainda, políticas focalizadas de alfabetização desvinculadas do sistema de ensino.

Também, as primeiras indicações políticas para a reforma da Previdência colidem frontalmente com o conceito de previdência historicamente defendido pelos trabalhadores do setor público, conceito consagrado na CF de 1988, mas violentamente desfigurado pela reforma FHC (EC-20 e PL-9/99).

Isto porque a Constituição de 88 e sua articulação jurídico-política ficaram sob fogo cerrado desde o início do governo FHC, tendo já sofrido tantas emendas que seu texto original foi completamente desfigurado. A idéia da reforma constitucional, que não medrou no tempo de Collor nem no de Itamar, avançou claramente com FHC à frente do Executivo Nacional. Um dos maiores exemplos é o concernente à Seguridade Social, que vem sendo submetida a uma gradual estagnação em seu desenvolvimento.

O conceito de seguridade social inscrito no texto Constitucional de 1988, do ponto de vista funcional, não aconteceu: as três esferas da seguridade não foram unificadas e nem organizadas de forma concertada. As três áreas que compõem o complexo da Seguridade Social (Saúde, Assistência e Previdência) não foram agregadas a uma mesma instituição ou a um mesmo corpo administrativo e nem partilham planos e projetos comuns.

As boas intenções impressas e expressas na Constituição, portanto, estão sofrendo uma atrofia. Os recursos essenciais para promover a cidadania e ampliar os direitos sociais estão se tornando cada vez mais escassos e a Carta Magna resta desprovida de qualquer referência sobre sua futura inserção orgânica e funcional na estrutura da administração pública. A pressão neoliberal pela privatização e focalização das políticas de seguridade social estão na base desses acontecimentos. Assim, perpetua-se o ciclo no qual, desde seus primórdios, as políticas sociais no Brasil serviram para modelar certos traços da ordem burguesa e do padrão de acumulação capitalista, como a tendência à concentração do poder e à exclusão das classes populares dos circuitos de decisão econômica, política e cultural do país.

O governo FHC engessou a proposta orçamentária para 2003, com base em acordos com o FMI, em uma situação de paralisia da economia e de estagnação do PIB. Acordos dessa magnitude só podem ser aplicados em um quadro de perda de direitos sociais mínimos para impor novos e inauditos sacrifícios à nação. De fato, o acordo com o FMI para garantir o pagamento da dívida externa, implica, necessariamente, o arrocho salarial e intensificação do sucateamento dos serviços públicos, aprofundando o quadro de miséria, desemprego e barbárie social no país.

Assim, o governo FHC deixou como legado o comprometimento das metas sociais do atual governo, o que significa pesados obstáculos para a execução de seu plano de governo para a educação, a saúde, o salário e contra o próprio emprego. Caberá ao ANDES-SN, juntamente com os movimentos sociais, denunciar esse grave quadro e se manifestar em favor da retomada das políticas sociais, fortalecendo a agenda política transformadora.

Seguramente, os acordos assinados com as categorias que realizaram greve em 2001 (principalmente as dos setores de educação e saúde) não foram cumpridos em razão das metas acordadas com o FMI e por serem antagônicos às políticas neoliberais de FHC. Os servidores públicos federais devem sustentar a legitimidade e a exequibilidade dos acordos firmados. As reivindicações podem ser atendidas se houver vontade política.

Ao atualizar seus Eixos e Plano de Lutas, no 45º CONAD, o ANDES-SN indicou suas reivindicações prioritárias. Na articulação com o conjunto dos SPF definiram-se três eixos emergenciais de reivindicação para serem encaminhados ao governo: 1) Reposição emergencial de 25,72%; 2) Incorporação das gratificações; e 3) Cumprimento dos Termos de Acordo.

Durante o período de transição para o governo Lula, estes eixos foram, articuladamente com o conjunto das entidades que compõem a CNESF, apresentados a parlamentares e à equipe de transição. Após um número expressivo de reuniões com parlamentares não participantes da equipe de transição e alguns técnicos, os servidores ouviram reiteradamente destes a avaliação da impossibilidade de margem de manobra no orçamento 2003. O encaminhamento “possível”, sugerido pelos parlamentares, foi o de que se garantisse “janelas” no orçamento, sob a forma de emendas que pudessem garantir a discussão como um caminho para o atendimento das reivindicações dos servidores públicos.

Os cálculos do impacto dessa pauta no orçamento atestam que as reivindicações podem ser

atendidas. A despeito de um orçamento “engessado” por acordos, os servidores públicos estarão avançando em sua Campanha Salarial de 2003.

Para que as expectativas da população possam ser realizadas e, particularmente, para que seja possível implementar as metas presentes no *PNE - Sociedade Brasileira* e no Projeto ANDES-SN para a Universidade Brasileira, é preciso perseverar na luta contra as políticas do FMI e os acordos da ALCA, uma aspiração amplamente afirmada pelo recente plebiscito de 1 a 7 de setembro, com mais de 10 milhões de brasileiros dizendo não à ALCA e à entrega da Base de Alcântara ao controle militar dos EUA e que deve avançar pela luta para a realização de um plebiscito oficial. Assim, as reivindicações de não-pagamento da dívida externa e da retirada do Brasil das negociações com a Alça e com a OMC e luta pela realização de um plebiscito oficial devem assumir neste momento destaque.

Diante de tão magnos desafios, a unificação e coordenação política dos trabalhadores na CUT, e no caso dos servidores públicos federais, também na CNESF, são imperativos. A forma concreta de levar à frente as aspirações da classe trabalhadora é mantermo-nos coerentes com o programa de luta do ANDES-SN e com a Carta de Princípios da CUT. A unidade com os demais trabalhadores do campo e da cidade será indispensável para que possamos ampliar os direitos da cidadania no país e, sobretudo, para impedir que as forças reacionárias – dentro e fora do país – continuem desenvolvendo as políticas neoliberais que o povo brasileiro repudiou nas urnas.

Frente ao quadro apresentado, torna-se imperativa a intensificação da mobilização dos servidores públicos a fim de que as reivindicações pautadas possam ser atendidas. O êxito da pauta dos SPF expressará uma vitória da luta em defesa dos serviços públicos e da universidade pública, gratuita e de qualidade e será, também, um grande passo para resgatar a dignidade das condições de trabalho dos servidores, dentre eles os professores e técnicos administrativos.

A fim de dar conseqüência a estas diretrizes, é importante que todas as Seções Sindicais intensifiquem a luta com os demais SPF nos estados, articulando-se com os movimentos sociais organizados e entidades da sociedade civil e atuando no interior das CUTs estaduais no sentido de implementar a campanha salarial dos SPF 2003.

A reunião do Setor das IFEs, realizada em janeiro de 2003, indicou que a Pauta Unificada dos SPF para a Campanha Salarial de 2002 permanece atual e deve ser ratificada. As atualizações a serem feitas seguem o avanço da conjuntura.

Neste sentido, para além da atualização dos índices de reposição emergencial (junho de 98 a abril de 2003) e recomposição integral (junho de 95 a abril de 2003), a defesa da data-base em 1º de maio deve ser destacada.

Urge enfatizar o avanço da proposta da reforma da Previdência, que deve ser destacada como um eixo emergencial da campanha. Nesse sentido, a reunião do Setor (janeiro 2003) indicou que o ANDES-SN deve construir, em conjunto com as entidades da Cnesf, uma proposta de diretrizes para Seguridade Social Pública que possa congregiar os seguintes princípios: Defesa do Sistema da Previdência Social Pública com Regime Único para Servidores Públicos e trabalhadores da iniciativa privada; Aposentadoria integral, limitada ao teto atual do maior vencimento do Servidor Público; Fim do Fator Previdenciário e mudança na base de cálculo dos proventos de aposentadoria, de forma a dar peso maior aos meses mais recentes; Paridade ativos-aposentados, conjugada à proteção dos salários contra a inflação; *Superávits* do sistema absorvidos pelo Estado e *déficits* cobertos também pelo Estado, com taxaçoão do capital, emissão de moeda e/ou negociação social sobre critérios para concessão de benefícios (idade para aposentar-se, etc.); cálculo das contribuições e outras fontes de custeios.

É fundamental que o eixo da defesa da educação pública, de qualidade, socialmente referenciada seja priorizado.

Com a possibilidade de retomada das mesas de negociação com o MEC (referente ao acordo da greve de 2001, não cumprido pelo governo anterior), a incorporação das gratificações produtivistas devem ser priorizadas, assim como um conjunto de reivindicações que consideramos emergenciais para a política educacional.

Tais reivindicações devem estar contidas na Pauta Unificada da Campanha Salarial de 2003 como eixos gerais. Além disso, é importante destacar como reivindicações emergenciais os seguintes pontos: Reajuste Emergencial (atualizar os índices pelo DIEESE); Estabelecer uma política de recomposição das perdas salariais desde 1995; Incorporação das Gratificações (inclusive as produtivistas); Cumprimento dos Termos de Acordo de greve/2001; Defesa da Seguridade Social Pública - Contra a Previdência Complementar e os Fundos de Pensão; Estabelecer a data-base dos servidores públicos federais em 1º de maio.

TR - 09

O 22º Congresso do ANDES-SN reafirma o seu do Plano de Lutas do Setor das IFES aprovado no 21º Congresso e propõe as seguintes atualizações:

1 - Articular com as entidades da CNESF ações de mobilização para implementação da Campanha Salarial dos SPF de 2003.

2 - Articular com as entidades da CNESF ações de mobilização – A reforma do Estado e suas implicações nas reformas da Previdência, trabalhista, sindical, tributária, educação e saúde – denunciando/esclarecendo a sociedade sobre os reais efeitos destas reformas no serviço público federal, em especial a reforma da previdência.

3 - Promover, articuladamente com as entidades do serviço público (federal, estadual e municipal), um amplo debate com a sociedade que esclareça os reais objetivos da reforma da previdência da maneira como ela está sendo concebida pelo atual governo (conforme informações veiculadas na mídia e programa de governo);

4 - Construir uma proposta do ANDES-SN para a Seguridade Social Pública, com base nos seguintes princípios:

a) Defesa do Sistema da Previdência Social Pública com Regime Único para servidores públicos e trabalhadores da iniciativa privada;

b) Aposentadoria integral, limitada ao teto atual do maior vencimento do servidor público;

c) Fim do Fator Previdenciário e mudança na base de cálculo dos proventos de aposentadoria, de forma a dar peso maior aos meses mais recentes;

d) Paridade ativos-aposentados, conjugada à proteção dos salários contra a inflação;

e) *Superávits* do sistema absorvidos pelo Estado e *déficits* cobertos também pelo Estado, com taxação do capital, emissão de moeda e/ou negociação social sobre critérios para concessão de benefícios (idade para aposentar-se, etc.);

f) O cálculo das contribuições e outras fontes de custeios.

5 - Articular com as entidades cutistas do serviço público das três esferas (municipal, estadual e federal) a construção, apresentação e defesa de teses conjuntas no próximo CONCUT, em especial no que se refere à proposta da reforma de previdência do governo e o posicionamento da central sindical.

6 - Realizar um encontro sindical nacional das entidades de servidores públicos das três esferas (municipal, estadual e federal), cutistas e não cutistas, antecedendo o CONCUT, a fim de preparar a intervenção das entidades e afunilar as teses construídas.

7 - Lutar pela retirada do Congresso de todos os PLs que propõem regulamentar as greves dos servidores públicos.

8 - Lutar pelo cumprimento do termo de acordo assinado pelo MEC ao fim da greve de 2001.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IEES

INTENSIFICAR A ORGANIZAÇÃO DOCENTE NAS IEES

TEXTO DE APOIO

Nestes últimos seis meses o setor das IEES empenhou-se em um levantamento da situação em que se encontram suas instituições em âmbito nacional ao mesmo tempo em que procurou identificar em que medida tem-se dado a inserção do ANDES-SN em sua organização política sindical. O primeiro quadro construído pode ser visualizado na tabela abaixo:

Secretarias Regionais	Estado	IEES	Seções Sindicais Funcionando	Seções Sindicais Desativadas	Associações ou Sindicatos não vinculados ao ANDES-SN
Rio Grande do Sul	Rio Grande do Sul	UERGS			ATUERGS
Sul	Santa Catarina	UDESC	APRUDESC		
	Paraná	UEL UNIOESTE UEPG UNICENTRO UNESPAR UEM	ADUEL ADUNIOESTE SINDUEPG		SINDIPROL SINTEOESTE SINTESPO SINTEEMAR
São Paulo	São Paulo	USP UNESP UNICAMP FAMEMA FAMERP FAENQUIL FATEC	ADUSP ADUNESP ADUNICAMP ADFAMEMA ADFATEC		
Leste	Minas Gerais	UEMG UNIMONTES		SINDUEMG ADUNIMONTES	
Rio de Janeiro	Rio de Janeiro	UERJ UENF	ADUERJ ADUENF		
Pantanal	MS	UEMS	ADUEMS		
	MT	UNEMAT	ADUNEMAT		
Planalto	GOIÁS	UEG		ADESA	
	TOCANTINS	UNITINS		ADUNITINS	
Norte I	AMAZONAS	UEA			
		UTAM	SINDUTAM		
Norte II	PARÁ	UEPA			
Nordeste III	BAHIA	UNEB UNESB UEFS UNESC	ADUNEB ADUNESB ADUEFS ADUESC		
		ALAGOAS	FUNESA	SINDFUNESA	
Nordeste II	PERNAMBUCO	UPE	ADUPE		
	PARAÍBA	UEPB	ADUEPB		
	RIO GRANDE DO NORTE	UERN	ADUERN		
Nordeste I	CEARÁ	UECE URCA UVA	SINDUECE SINDURCA SINDIUVA		
		PIAUI	UESP	ADCESP	
	MARANHÃO	UEMA			ASPROEMA

FONTE: Censo Universitário de 2001/SESU/MEC. Setor das IEES/ANDES-SN.

São 63 IEES, com 26 seções sindicais funcionando e 4 desativadas. O mapeamento ainda está incompleto, pois faltam informações sobre número e natureza de fundações, número e localização de campi, número de alunos, número de docentes, modalidades de cobrança de taxas e mensalidades, número de sindicalizados por seção sindical, regimes de trabalho e planos de carreira. Além deste mapeamento, as três reuniões do Setor das IEES realizadas em Curitiba, Salvador e Belo Horizonte, nos permitiram identificar demandas, situações e lutas existentes nas IEES que podem ser sintetizadas em torno das seguintes questões: 1) Orçamento e Financiamento; 2) Condições de Trabalho e Precarização do trabalho docente; 3) Cursos Pagos e Mensalidades; 4) Previdência Social; 5) Privatização interna das IEES viabilizada pelas Fundações de Apoio.

No plano do financiamento público das IEES, como foi alertado no 45º CONAD, há diversas iniciativas dos governos estaduais de reduzirem o orçamento público das IEES ao mesmo tempo em que expandem essas instituições. No Paraná, em fevereiro de 2002, o governo Lerner tentou impor um projeto de lei orgânica cujo objetivo era a fixação de 9% da quota parte do ICMS para as 6 IEES existentes, o que, na prática, correspondia a valores inferiores ao executado no ano de 2001. Na UPE (Universidade Estadual de Pernambuco), o governo Jarbas Vasconcelos impôs, para o ano de 2003, um orçamento de 73,7 milhões de reais, quando a instituição solicitou 146,8 milhões. Na prática, o

governo empurra a UPE para a captação de verbas, na ordem aproximada de 73,1 milhões de reais. Onde já existe vinculação de repasse orçamentário para as IEES, na Constituição Estadual, como é o caso do Ceará, os últimos governos, incluindo o de Lúcio Alcântara, descumpriram o artigo constitucional e também empurraram as três IEES/CE para a captação de recurso, via fundações, cobrando mensalidades por cursos de Especialização e Cursos Sequenciais. Mesmo em São Paulo, o índice de ICMS que, constitucionalmente deve ser repassado para as IEES/SP, todo ano, é motivo de luta e articulação dos movimentos docente, técnico-administrativo e estudantil. Todas estas experiências indicam que o arrocho nos orçamentos das IEES tem origens comuns, localizadas no compromisso com o pagamento da dívida e nos compromissos de governos com a expansão da rede privada, reforçada recentemente pelo enfoque da OMC, que passou a defender a educação como mercadoria. Indicam, ainda, que a luta pela manutenção e ampliação do financiamento público das IEES ocorre também onde existem repasses orçamentários vinculados à Constituição.

As condições de trabalho nas IEES são muito diversas e refletem a tendência atual de desregulamentação e precarização do trabalho docente. Num primeiro plano o avanço contra as atividades de pesquisa e de extensão é freqüente e objetiva redimensionar o trabalho docente apenas na órbita do ensino, imprimindo uma rotina "aulista" na vida dos docentes. Talvez, o caso mais evidente seja o da FUNESA (Fundação Universidade Estadual de Alagoas), em que os docentes recebem por hora-aula. Na Universidade Estadual do Oeste do Paraná, existe regulamentação interna determinando um comprometimento mínimo com atividades de ensino que deve ser superior a 50% da carga horária total do docente. Nas IEES do Ceará, também há regulamentação interna que define um mínimo de 16 horas em sala de aula. Além disso, em diversas IEES, é imposto aos docentes o trabalho em cursos desregulamentados, em condições muito difíceis, nos fins de semana ou, como na UESPI, em horários pré-matutinos (das 5h às 8h da manhã) e pós-noturno (das 22h às 24h).

Em todas elas, os cursos pagos são regra e, em larga medida, garantem parte das receitas das IEES. Até mesmo na USP, recente estudo publicado pela ADUSP revelou um grande número de cursos pagos cujas receitas não ficam com a instituição, mas com as fundações de apoio. Há também cobrança de mensalidade em cursos de graduação. Na UPE, os valores das mensalidades variam de R\$29,00 a R\$109,00, dependendo do curso. Na UEMG, excetuando o Campus de Belo Horizonte, os cursos de todos os Campi distribuídos no interior do Estado cobram mensalidades.

Diante deste quadro, o Setor tem tentado trabalhar no sentido de construir uma pauta unificada que permita uma maior articulação das IEES. Entendemos que esta condição depende do fortalecimento e da inserção do ANDES-SN nas IEES. Entretanto, muitas das seções sindicais das IEES, por serem pequenas, não possuem finanças para acompanhar a agenda do Sindicato e, em especial, do setor. Outras, embora tenham recursos suficientes, têm dificuldades políticas de caráter organizativo para participar dos fóruns do ANDES-SN. Diante deste quadro, o setor dimensionou sua tarefa para superar esta situação. Além de tentar acompanhar pontualmente a consolidação das seções recém-criadas, de problemas específicos e localizados tais como carreira, perseguição política a dirigentes sindicais, o setor planeja a realização do Encontro Nacional das IEES como um momento de amadurecimento desse processo de organização dos docentes das IEES.

TR - 10

O 22º Congresso do ANDES-SN delibera:

1. Realizar o I Encontro Nacional das IEES para construção de pauta nacional e mapeamento do seu quadro geral. A Tesouraria do ANDES-SN e as Secretarias Regionais ficam autorizadas a destinar recursos às seções sindicais com dificuldades financeiras, desde que os tenham em disponibilidade. A data e o local indicativos para a realização deste evento serão a 2ª quinzena de maio de 2003, na cidade de São Paulo, respectivamente.
2. Apoiar as experiências de luta em defesa da autonomia universitária em curso nos estados, assegurando a auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal.
3. Apoiar as experiências de luta por Plano de Carreira nas IEES, assegurando a defesa da proposta de Carreira Docente do ANDES-SN junto às seções sindicais.

RECOMENDAÇÕES:

O 22º Congresso do ANDES-SN recomenda:

1. que às seções sindicais das IEES tentem organizar reuniões com representações das entidades dos servidores públicos estaduais e municipais, em seus estados, ou integrando os Fóruns de servidores já existentes, com o objetivo de construir resistência e luta contra as Reformas da Previdência, Trabalhista, Sindical e Tributária que atinjam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado das deliberações para os Congressos Estaduais da CUT.

2. que o ANDES-SN, no âmbito das Secretarias Regionais, promova a continuidade do debate sobre Finanças Públicas e Receita das Universidades ocorrido em São Paulo, na ADUSP.

TEXTO 11

Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TEXTO DE APOIO

1 - O processo de mercantilização, embora presente em todos os níveis e modalidades de ensino, foi particularmente acelerado na educação superior a partir da submissão dos governos Fernando Collor e, sobretudo, Fernando Henrique Cardoso - que tomaram a si a tarefa de transformar em política educacional as orientações do Banco Mundial para a educação dos países periféricos.

2 - A essa política somou-se a tendência à interiorização dos estabelecimentos privados, particularmente no sudeste e sul do país, a partir dos anos 80, fato que instaurou uma nova dinâmica para o setor. Notadamente, o país viu crescer uma demanda reprimida do ensino superior nas regiões onde os processos de urbanização e industrialização estavam se estabelecendo, com a criação de escolas isoladas de caráter privado, cujo objetivo principal de transformação era o mercado e o lucro. O setor privado da educação, em franca expansão ao longo destes últimos 20 anos, graças às benesses da legislação e o visível consentimento do governo federal, incorporou, nessa demanda, sua estratégia de transformação da educação num negócio rentável de multiplicação de lucro.

3 - Em 1980, o país contava com 682 IPES, majoritariamente faculdades isoladas (643, ou 94% do total). Ao longo dos 14 anos seguintes, houve alguma retração no setor, da ordem de -7,18%, quando o número total de IPES chegou a 633, enquanto o setor público encolheu mais de 4% (de 218 para 209 IES públicas). Vale porém registrar que esse “encolhimento” do setor privado se deu, na verdade, no âmbito das escolas isoladas, posto que as universidades triplicaram (de 20, em 1980, para 59, em 1994) e as faculdades integradas - centros universitários - mais que quadruplicaram (19, em 1980, e 84, em 1994). Portanto, as IES privadas tiveram uma expansão da ordem de 20,7% passando de 633 para 764. Quanto às matrículas, somente entre 1998 e 1999, houve aumento percentual total de 11,8%, com expansão destacada no setor privado (16,9%, contra 8,4% nas federais e 10,3% nas estaduais). O setor privado “abocanhou”, no período, cerca de 60% das matrículas do ensino superior.

Tabela 1 - Expansão das Matrículas nas IES Privadas - 1994-1998

Tipo de IES	1994	1998	Expansão	
Universidades	463.118	767.349	304.231	65,7%
Centros universitários e Faculdades integradas	193.127	216.137	23.010	11,9%
Estabelecimentos isolados	314.339	337.743	23.404	7,4%
TOTAL	970.584	1.321.229	350.645	36,1%

Fonte: MEC/INEP. *Evolução do Ensino Superior - Graduação - 1980 - 1998*. Brasília, 2000.

4 - Estudos recentes têm desvelado como vem se produzindo a superioridade numérica das IPES: o aumento das ofertas de vagas e de cursos é coerentemente tratado pelo empresariado da educação como uma estratégia de mercado. A expansão se apóia na existência de demandas a serem atendidas e em duas dinâmicas instrumentais legalmente possíveis: a de promover a fragmentação das carreiras já existentes, formadoras de profissionais liberais de alto prestígio social (isso no imaginário dos “consumidores” potenciais) e a da abertura de novas e “modernas” carreiras, ambas resultando em ações de adaptação ao mercado com o objetivo de atrair um número cada vez maior de “consumidores”. Por outro lado, as estratégias de marketing, o maciço investimento em construções suntuosas, equipamentos e laboratórios de última geração, associados ao alardeamento

do “conceito MEC”, utilizados como instrumentos de sedução em peças publicitárias, contribuem para manter as altas taxas de matrícula e acirrar a concorrência. É inegável que tais estratégias exercem um imenso poder cooptador para a sociedade, mesmo quando falseiam o padrão da realidade educativa.

5 - Nessa perspectiva, o quadro de preponderância numérica das instituições particulares, que até os anos 90, se apresentava como recorrente nos estados do sudeste, aparece hoje como situação comum a todo o território nacional, decorrente de um amplo processo reformista - no Estado, na administração pública, na previdência, etc. - que exigiu a construção de uma nova configuração jurídica, representativa do ideário neoliberal para a educação, cuja expressão legal é a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB - Lei 9394/96) e suas regulamentações.

6 - Essa política privilegiou um processo educacional, empreendido pela rede privada, distanciado do princípio de indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão e baseado na precarização do trabalho docente. Contudo, mesmo com as facilidades oferecidas e o tratamento preferencial dado pelo poder público ao empresariado da educação superior ao longo da década de 90, o século XX fechou com nível de engajamento ainda baixo: somente 11,7% dos jovens entre 18 e 24 anos estavam matriculados em cursos de graduação. O Censo Escolar 2001 registra porém um expressivo aumento nas matrículas do ensino superior, entre 1998 e 2001, da ordem de 43%. Hoje 69,02% estão nas IPES.

TABELA 2 - Matrículas do ensino superior/2001

Instituições	N de matrículas	Distribuição %
Públicas	939.225	30,98
Privadas	2.091.529	69,02
Total	3.030.754	

Fonte: MEC/INEP: *Censo da Educação Superior*, Brasília, 2001.

7 - A ocupação pela iniciativa privada dos espaços educacionais - públicos, inclusive - torna extremamente maior e mais importante o papel do ANDES-SN e do MD. A atual invasão pela lógica empresarial de um espaço de concessão do poder público representa, na prática, o aumento do controle patronal, organizado em sindicatos e outras entidades. Além do distanciamento do padrão unitário de qualidade, da Carreira Única do ANDES-SN, possibilita maior repressão à livre organização dos trabalhadores.

8 - Lidar com essas realidades é um desafio para o Sindicato Nacional. Essas contradições devem, na verdade, incentivar o espírito de solidariedade de todo o MD na defesa dos direitos dos docentes, independentemente de sua vinculação patronal. O quadro abaixo evidencia o quantitativo de docentes empregados pela iniciativa privada.

Tabela 3 - Evolução dos quadros docentes em exercício nas IPES

Anos	Números absolutos	% de expansão
1980	48.980	----
1994	66.197	+35,0%
1998	81.384	+22,9%
1999	92.953	+14,2%
2000	109.558	+17,8%
2001	128.997	+17,7%

Fonte: MEC/INEP: *Censo da Educação Superior*, Brasília, 2001.

9 - Constata-se, pois, um crescimento expressivo de profissionais vinculados à iniciativa privada e à vulnerabilidade expressa em seus contratos de trabalho, na grande maioria, desvinculados de uma carreira de docente. Assim como a preponderância de docentes com mais de um vínculo empregatício, dado o regime horista, majoritário nas IPES.

10 - O ANDES-SN vem, ao longo de sua trajetória, buscando a organização dos docentes das instituições particulares. Os resultados são ainda inexpressivos em relação à totalidade dos docentes empregados na iniciativa privada. A conformação que o setor privado vem adotando nos últimos anos na relação capital-trabalho dificulta mais ainda que a organização se dê por local de trabalho. A realidade impõe que o MD leve em consideração o fato de que a grande maioria de docentes não está sindicalizada, ou buscou como alternativa vincular-se a sindicatos que majoritariamente

representam docentes do ensino fundamental e médio, sindicatos estes (como os SINPRO) que não possuem um projeto de universidade, tampouco de carreira docente. A situação posta indica que o MD reveja sua posição passando a incorporar outras formas que possibilitem avanços efetivos para consolidar a representação dos docentes das IPES.

11 - Algumas considerações devem ser analisadas para além do expressivo contingente de profissionais empregados na iniciativa privada e da precarização do trabalho desses docentes:

a) a posição histórica do MD de representação de todos os docentes do ensino superior, independentemente do padrão ao qual estejam vinculados. Essa decisão política foi incorporada ao Estatuto do ANDES-SN, no seu artigo 5º, Inciso I, que afirma ser objetivo precípua **“congregar docentes das IES de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades”**. Também o Artigo 8º que diz - **“São sindicalizados ao ANDES-SN todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que junto a ele queiram sua sindicalização”**;

b) a política de transição, especialmente nas IPES, explicitada no **Cadernos 2 - Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira, Guaratinguetá, 1996**, aponta no sentido da superação progressiva dos entraves à realização de um ensino entendido como serviço público. Esta política objetiva alcançar o padrão unitário de qualidade que tem como um dos princípios basilares a condição de trabalho dos docentes;

c) a Política de expansão do ANDES-SN, aprovada em Congressos e CONAD, que tem insistentemente indicado a necessidade da construção de estratégias que contemplem a variedade das situações determinadas pelas entidades mantenedoras patronais e promovam a mobilização e organização classista dos docentes das IPES;

12 - Por seu turno, a sindicalização, via secretarias regionais, garantida estatutariamente, demonstrou, nesses vinte anos de existência do Sindicato, constituir um instrumento de caráter transitório (enquanto fosse estruturada a ssind por local de trabalho); todavia vem exibindo sua fragilidade como forma organizativa no Setor, tendo em vista a inexistência de uma única experiência de negociação coletiva estabelecida junto ao patronato. A ausência de instrumentos normativos como convenções coletivas estaduais e/ou municipais que regulem os contratos e o regime de trabalho, garantam o piso salarial, aprovado nacionalmente, estabeleçam o valor da hora/aula e possibilitem uma cobertura legal às causas trabalhistas, têm dificultado a inserção do Sindicato entre os docentes do Setor.

É necessário ressaltar que os acordos coletivos originários das negociações estabelecidas pelas ssinds estruturadas têm legitimidade apenas para os docentes da própria instituição.

13 - No atual quadro de composição do setor privado, registra-se o expressivo quantitativo de IES que, de acordo com a sua especificidade e nível de oferta de cursos, empregam em média 50 docentes. Essas IPES totalizam 1.115 distribuídas pelas categorias: Centros Universitários, Faculdades Integradas e Escolas Isoladas, (Censo da Educação Superior, Brasília, 2001). De um lado, o reduzido número de professores em exercício dificulta a organização sindical por local de trabalho e, de outro, facilita o controle patronal e viabiliza a punição dos docentes “transgressores”. O MD conhece vários exemplos desse processo de autoritarismo (UNISA, SINDUNIT);

14 - Também é de fundamental importância registrar que as ssinds pequenas, que não têm possibilidade de expansão do número de sindicalizados por já serem constituídas pela totalidade dos docentes da IES, ficam inviabilizadas, sem sustentação política e financeira, impedidas portanto de uma real inserção no SN, à medida em que fica tolhida a sua participação nos espaços de discussão e deliberação do ANDES-SN. No Setor das IPES, dois exemplos podem ilustrar a situação: a SINDIFAFICA/SSind, Caruaru/Pe, e a APUNI/SSind, Ibicarai/Ba, que possuem 50 sindicalizados, a totalidade dos professores e uma arrecadação em torno de R\$800,00. Da situação posta demandam algumas perguntas cruciais:

- Estarão os companheiros verdadeiramente inseridos no ANDES-SN?

- Como participar dos foros do MD?

- Crescer para onde?

15 - Outro fator recorrente diz respeito às relações de trabalho dos docentes das IPES que, em sua grande maioria, mantêm vínculo empregatício com mais de uma instituição. Os contratos de trabalho, no geral de caráter precário (contratos por hora-aula, por curso, por semestre e outras modalidades), não pagam férias, 13º salário, licença saúde, não dão acesso à capacitação, violam os direitos dos trabalhadores e particularmente o direito à organização sindical.

16 - Todos esses fatores devem ser arrolados quando se analisa o processo educativo na perspectiva da qualidade e da universalização do ensino público, entendendo-se o papel que as instituições privadas vêm assumindo. Claramente o empresariado da educação tem posições identificadas com a mercantilização do ensino, já o docente trabalhador dessas instituições, que atua sob pressão máxima dos ditames da CLT ou sem essa “proteção” trabalhista; sem estabilidade, carreira e formas de capacitação; com salários muitas vezes aviltados, o que os obriga a buscar emprego em mais de uma instituição, mantêm uma postura diversa. É de fundamental importância lembrar que a legislação brasileira é hoje, no mundo, uma das que concedem aos patrões maior liberdade para demitir arbitrariamente e o setor convive de perto com a truculência do empresariado.

17 - Como uma alternativa para superar a história fragilidade de representação do Setor (7 ssinds representando 1500 docentes, num universo de 128. 997), a Diretoria do ANDES-SN propõe a constituição de seções sindicais multiinstitucionais, resguardando o princípio da organização por local de trabalho e as seções sindicais já estruturadas.

18 - A constituição de seção sindical multitiinstitucional deve atender aos requisitos básicos para a sua criação, ser aprovada em instâncias deliberativas do Sindicato e agregar docentes sindicalizados do mesmo setor, com vínculo empregatício em uma ou mais IES, constituindo-se num patamar de superação de alguns problemas diagnosticados, como: existência de docentes trabalhadores em mais de um local que possa representar as IPES e ser o elemento de ligação entre o ANDES-SN e sua base; proteger o emprego; superar os entraves financeiros advindos de situações em que o reduzido número de sindicalizados inviabiliza o trabalho político; permitir o estabelecimento de negociações coletivas com os sindicatos patronais, dada à multiplicidade de representações de IES; gerar convenções coletivas de trabalho cuja abrangência daria ao Sindicato o status de representante nacional de todos os docentes do ensino superior.

19 - A proposta não deve inviabilizar a constituição de ssind que congreguem docentes trabalhadores em IES localizadas em diferentes municípios, num raio de distância que garanta a efetiva participação nas assembléias docentes e outras atividades programadas.

TR - 11

O 22º Congresso do ANDES-SN aprova:

1 - a constituição de seções sindicais multiinstitucionais, compostas por docentes de diferentes instituições do mesmo setor, localizadas no mesmo estado;

2 - o processo de criação das novas ssind multiinstitucionais, dar-se-á respeitados os requisitos estatutários e resguardadas as ssinds já constituídas.

TEXTO 12

Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

TEXTO DE APOIO

É de pleno conhecimento que o Conselho do ANDES-Sindicato Nacional (CONAD) é a instância deliberativa intermediária do Sindicato e tem como atribuições fundamentais implementar o cumprimento das deliberações dos Congressos regulamentá-las, quando necessário, atualizar o plano de lutas aprovado no Congresso e exercer as funções de Conselho Fiscal. Reúne-se ordinariamente uma vez por semestre e, extraordinariamente, quando convocado por um quarto (¼) das seções sindicais ou pela Diretoria do Sindicato.

Desde sua criação, o ANDES-Sindicato Nacional tem elaborado contribuições importantes, tanto para o exercício dos seus objetivos precípuos quanto na construção, politicamente articulada com os movimentos sociais organizados, de uma sociedade democrática, fraterna e justa. Aumentou sua base social e ampliou seu campo de atuação incorporando, por conta disso, práticas que têm contribuído para expandir a sua base democrática. Estas práticas são fundamentadas nos princípios da sua constituição e têm possibilitado a consolidação de sua legitimidade frente à categoria que organiza e representa sindicalmente: os docentes das instituições de ensino superior brasileiras.

O processo de legitimação do ANDES-SN, diante da categoria dos docentes universitários e junto ao movimento social organizado, tem levado ao acúmulo de deliberações nos CONGRESSOS e CONADs, o que tem resultado numa situação que pode nos levar ao seguinte cenário: o tempo aproximado de quatro meses entre um CONGRESSO e os dois CONADs ordinários, por ano, está ficando 'pequeno' para que a Diretoria e as Seções Sindicais encaminhem e avaliem as deliberações dessas instâncias e, em decorrência, proponham atualizações das deliberações de uma dessas instâncias para a que se reunirá em seguida. Além do mais, as demandas emergenciais e do cotidiano sindical têm dificultado a integral implementação do plano de lutas e a conseqüente reapresentação de propostas não-executadas. Acrescente-se que em períodos excepcionais, como nas greves de 2001 (IEES e IFES), o intervalo entre o 43º CONAD (Brasília-DF, 14 a 16/12/2001) e o 21º CONGRESSO (Rio Grande-RS, 23 a 28/02/2002) foi de um pouco mais de dois meses. A percepção de que este quadro pode ser alterado vem sendo discutida há alguns anos nas bases do movimento docente e nos CONADs e CONGRESSOS do ANDES-Sindicato Nacional.

Nesse sentido, a pauta das discussões ocorridas tanto nas bases (seções sindicais) quanto nas instâncias deliberativas superiores (CONGRESSOS e CONADs) tem incluído a questão da redução de dois para um CONAD ordinário por ano. Propostas referentes a esta matéria foram objeto de apreciação por vários CONGRESSOS e CONADs.

No XIII CONGRESSO, Viçosa-MG (21 a 26/2/1994), surgiram propostas de alterações estatutárias no que diz respeito à frequência dos CONADs. O referido Congresso não deliberou sobre a matéria e remeteu-a às seções sindicais para discussão e posterior deliberação.

No XXIV CONAD, Niterói-RJ (29/11 a 3/12/1994), a Diretoria do ANDES-SN trouxe para deliberação a proposta de que as seções sindicais e vice-presidências regionais, promovessem no interior da categoria uma discussão sobre a frequência e duração dos CONADs, e que o assunto fosse pautado para o XIV CONGRESSO.

No XIV CONGRESSO, Brasília-DF (14/2 a 18/2/1995), foi apresentada uma proposta de alteração estatutária, modificando a frequência dos CONADs. A discussão volta no XXXIV CONAD, Palmas – TO (4 a 6/7/1997), sendo aprovada a indicação de que no XVII CONGRESSO fosse discutida a questão da frequência e localização dos CONADs.

No XXXV CONAD, Belém (23/10 a 26/10/1997), foi apresentada proposta aprovada em Assembléia da APUB-S.Sind indicando a redução de dois CONADs ordinários para um.

Finalmente, no XVII CONGRESSO, Porto Alegre-RS (6 a 12/2/1998), foram apresentadas quatro propostas - sendo uma da Diretoria do ANDES-SN (gestão 1996-1998) - que, por razões diferentes, tinham em comum a redução de dois para um CONAD ordinário por ano. Não houve deliberação desta matéria naquele CONGRESSO, no qual foram priorizados outros assuntos da pauta de

deliberação.

A realização de três grandes eventos deliberativos anuais (um CONGRESSO e os dois CONADs) permitiu que o ANDES-SN delineasse seus contornos políticos e estabelecesse seus objetivos, além de contribuir com a necessária organização do Sindicato. Porém, com o passar dos anos, o acúmulo de tarefas deliberadas nos CONGRESSOS tem feito com que os CONADs do primeiro semestre, algumas vezes, sejam realizados muito mais para dar cumprimento aos Estatutos do que como fruto de uma necessidade política determinada pela conjuntura. Assim, coloca-se como alternativa para dar continuidade às questões organizativas e ao bom encaminhamento das deliberações do Sindicato realizar, ordinariamente, um CONGRESSO e um CONAD por ano, a partir de 2003.

Além do mais, a retirada da exigência estatutária da organização de dois CONADs ordinários por ano não significa, em nenhum sentido, impedimento legal de fazê-lo pois, tal como continua disposto no Estatuto, a qualquer época que a conjuntura política indique pode haver a convocação extraordinária do CONAD, pela Diretoria ou por um quarto das Seções Sindicais (inciso II, do Art. 26).

Por outro lado, torna-se premente a reapresentação da proposta de criação de SSinds Multiinstitucionais, diante do quadro de expansão do ensino superior privado, cujos dados e argumentos estão postos no Plano de Lutas do Setor das IPES.

Esse quadro explicita a situação imposta pelo capital à classe trabalhadora que diante da inexistência da estabilidade no emprego e da pauperização dos salários, tem buscado formas múltiplas de sobrevivência, a que se reproduz, com freqüência, no interior da categoria docente. No atual contexto, a multiplicidade dos contratos de trabalho, no geral de caráter precário, em diferentes instituições, tornou-se corriqueira para os docentes trabalhadores das empresas educacionais. A Diretoria compreende ser necessário investir politicamente no processo de organização desses docentes. Essa fração da categoria gira em torno de 130.000 docentes que permanecem dessindicalizados ou vinculados a sindicatos que organizam os docentes do ensino fundamental e médio.

É importante ressaltar que a organização do patronato tem progredido na mesma velocidade que os seus investimentos na educação, donde o sigilo sindical aliado aos instrumentos que normatizam as relações de trabalho, tornam-se instrumentos fundamentais para a política de expansão do ANDES-SN. Nesse sentido, propõe-se que as Seções Sindicais Multiinstitucionais sejam constituídas por docentes do mesmo setor, com vínculo empregatício em uma ou mais IES de um mesmo estado. Compreende-se, então, por local de trabalho as IES do mesmo setor, com as quais os docentes mantêm vínculo empregatício.

Por último, a questão da sindicalização via Secretarias Regionais, alternativa constante no Estatuto do ANDES-SN (art. 8º, § 3º), mereceu uma acurada avaliação. A análise do quantitativo de sindicalizados nas doze Secretarias demonstrou que, apesar do real crescimento das instituições públicas estaduais e privadas, não houve ampliação no quadro de filiações via SR, o que permite avaliar sua ineficácia como estratégia da política de expansão do Sindicato.

Secretaria Regional	Número de sindicalizados
Norte I	----
Norte II	-----
Nordeste I	-----
Nordeste II	-----
Nordeste III	06
Leste	-----
Planalto	-----
Pantanal	-----
Rio de Janeiro	-----
São Paulo	01
Sul	50
Rio Grande do Sul	-----
TOTAL	57

Fonte : *Tesouraria do ANDES-SN, 2002.*

A proposta de suspensão das sindicalizações, via Secretarias Regionais, vem articulada com a proposta de criação de Seções Sindicais Multinstitucionais. Se um dos argumentos para investir na expansão com garantia de sigilo para os sindicalizados é a filiação via SR, o quadro acima

desmistifica essa premissa pois, nas IPES temos em torno de 120.000 professores não filiados e as SR têm apenas 7 filiações de docentes desse setor.

No entendimento da diretoria, os sindicalizados via S.Sind. Multinstitucionais terão maior proteção no emprego à medida em que esta se configura como uma organização por locais múltiplos de trabalho, portanto com diretoria eleita e protegida por mandato sindical. O MD tem, com esta nova formulação uma possibilidade de expandir o Sindicato, de forma mais coerente com o princípio da horizontalidade, pois esta expansão dar-se-á através da criação de uma S.Sind., evitando portanto, distorções na representação da base em nossos eventos nacionais.

TR - 12

O 22º Congresso aprova as alterações estatutárias dos artigos, parágrafos e incisos, abaixo apresentados:

TÍTULO II - DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES.

Art. 8.

§ 3º. Suprimir a frase... “e, nas IES onde esta não existir, por intermédio da Secretaria Regional”.

TÍTULO III - DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

CAPÍTULO I - DO CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art.16.

III – suprimir a citação (art.8, § 3º).

CAPÍTULO II - DO CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 25.

Inciso II – suprimir todo o inciso.

Art. 26. O CONAD se reúne:

Substituir o inciso I por:

I - ordinariamente, uma vez por ano, entre os meses de julho e agosto, em data e local fixados pelo CONAD anterior;

CAPÍTULO III - DA DIRETORIA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 41.

II – suprimir o inciso.

III – suprimir a palavra CONADs.

b) suprimir art. 25, II.

CAPÍTULO IV - DAS SEÇÕES SINDICAIS OU ADS-SEÇÕES SINDICAIS

Art. 48. suprimir a partir de: vinculados à sua jurisdição territorial.

Parágrafo único. *Suprimir.*

TÍTULO V - DO PATRIMÔNIO E FINANÇAS

CAPÍTULO II - DA RECEITA E DAS DESPESAS

Art. 60. Supressão do artigo e seus incisos.

TÍTULO VI - DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Inclusão: Art. **. Os atuais sindicalizados via Secretaria Regional têm seus direitos assegurados enquanto não for criada uma S.Sind. à qual serão filiados.

Parágrafo único. O sindicalizado recolherá o percentual de 1% de seus vencimentos à Secretaria Regional à qual está filiado e esta repassará 0,2% ao ANDES-S.N.

TÍTULO VII - DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70 e 71. Atualizar “22º Congresso” por “23º Congresso”.

Art. 72. Atualizar “21º Congresso” por “22º Congresso” e “22º Congresso” por “23º Congresso”.

Art. 73. Suprimir.

Inclusão: Art. **. O mandato da Diretoria, biênio 2002/2004, ficará prorrogado por até 20 dias para dar cumprimento às alterações estatutárias.

Parágrafo único. A posse da Diretoria, biênio 2004/2006 ocorrerá no 47º CONAD (julho de 2004).

ESTATUTO

(ATUALIZADO E CONSOLIDADO ATÉ O XXII CONGRESSO – TERESINA – PI, de 8 a 13 de março de 2003)

TÍTULO I

DA ENTIDADE, SEUS FINS, SEDE E DURAÇÃO

Art. 1º. A Associação Nacional dos Docentes do Ensino Superior - ANDES, criada originalmente pelo Congresso Nacional dos Docentes Universitários, a 19 de fevereiro de 1981, em Campinas, Estado de São Paulo, como pessoa jurídica de direito privado, com natureza e fins não lucrativos e duração indeterminada, constituiu-se em Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior, a partir do II CONGRESSO Extraordinário, realizado de 25 a 27 de novembro de 1988, na cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, para fins de defesa e representação legal dos docentes, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades,^{1[5]} das Instituições de Ensino Superior - IES, públicas e privadas, por prazo indeterminado, com a denominação de ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo Único - Incluem-se, entre as Instituições de Ensino Superior, os Centros de Educação Tecnológica.

Art. 2º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem sua sede jurídica e administrativa em Brasília e sua jurisdição em todo o território nacional.

Art. 3º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por finalidades precípuas a união, a defesa de direitos e interesses da categoria e a assistência a seus sindicalizados.

Art. 4º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL é uma entidade democrática, sem caráter religioso nem político-partidário, independente em relação ao Estado, às mantenedoras e às administrações universitárias.

Art. 5º. O ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precípuos:

I - congregar e representar os docentes das IES de todo o país, sejam estes da educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades^{2[6]};

^{1 [5]} Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

^{2 [6]} Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

- II - expressar as reivindicações e lutas dos docentes das IES no plano educacional, econômico, social, cultural e político;
- III - defender condições adequadas para o bom desempenho do trabalho acadêmico, bem como a indissociabilidade entre o ensino, pesquisa e extensão;
- IV - incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à Entidade;
- V - fortalecer e estimular a organização da categoria por local de trabalho, respeitando sua autonomia, nos limites deste Estatuto;
- VI - coordenar e unificar o movimento dos docentes das IES nas suas iniciativas de alcance nacional, respeitando as dinâmicas regionais e setoriais;
- VII - buscar a integração com movimentos e entidades nacionais e internacionais condizentes com a defesa dos interesses dos docentes;
- VIII - buscar a integração com entidades representativas dos professores, dos trabalhadores em geral e de outros setores, na luta pela democracia e pelos interesses do povo brasileiro;
- IX - defender a Educação como um bem público, como uma política educacional que atenda às necessidades populares e ao direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos;
- X - defender a democratização, a autonomia e um padrão unitário de qualidade para as IES do país.

Art. 6º. Constituem prerrogativas e deveres do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com este Estatuto:

- I – representar e defender, perante as autoridades administrativas e judiciais, os interesses gerais da categoria e os interesses individuais de seus sindicalizados, inclusive como substituto processual;
- II - celebrar convenções e acordos coletivos;
- III - estabelecer contribuições financeiras para todos os sindicalizados de acordo com as decisões tomadas no CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominado CONAD, e no CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominado CONGRESSO;
- IV - referendar a constituição de SEÇÕES SINDICAIS (S.SIND).

TÍTULO II

DOS SINDICALIZADOS, SEUS DIREITOS E DEVERES

Art. 7º. O número de sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL é ilimitado.

Art. 8º. São sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL todos os docentes das IES públicas ou privadas, de todo o país, que junto a ele requeiram sua sindicalização.

§ 1º. Docentes, para efeito deste Estatuto, são os que exercem atividades de magistério, seja na educação básica ou da educação superior e respectivas modalidades^{3[7]}, nas IES de todo o país.

§ 2º. O disposto neste artigo aplica-se aos docentes aposentados, em disponibilidade ou desempregados.

§ 3º. A sindicalização far-se-á por intermédio da SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou da AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND), e, nas IES onde esta não existir, por intermédio da Secretaria Regional.

Art. 9º. São direitos dos sindicalizados:

- I - votar e ser votado para qualquer cargo de representação na Entidade, ressalvado o disposto no art. 53;
- II - participar de todas as atividades do ANDES-SINDICATO NACIONAL;
- III - apresentar ao CONAD ou ao CONGRESSO, diretamente ou por intermédio de seus representantes, propostas, sugestões ou representações de qualquer natureza, que demandem providências daqueles órgãos deliberativos;
- IV - recorrer das decisões da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL, denominada DIRETORIA, ao CONAD ou ao CONGRESSO imediatamente subsequente a estas decisões.

Art. 10. São deveres dos sindicalizados:

- I - observar o Estatuto e os regimentos da Entidade;
- II - pagar pontualmente as suas contribuições financeiras;

^{3 [7]} Acréscimo efetuado no XV Congresso da ANDES-SN.

III - zelar pelo cumprimento dos objetivos do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV - exigir da DIRETORIA o cumprimento das decisões das instâncias deliberativas da Entidade.

Art. 11. Os sindicalizados estão sujeitos a sanções pelo descumprimento das normas estatutárias e regimentais do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único – As sanções são de advertência, suspensão e exclusão, sendo as duas primeiras aplicáveis pelo CONAD e a última exclusivamente pelo CONGRESSO, garantido sempre o amplo direito de defesa.

Art. 12. Serão excluídos automaticamente os sindicalizados que solicitarem, por escrito, o seu desligamento.

TÍTULO III

DA ESTRUTURA ORGANIZATIVA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 13. São instâncias do ANDES-SINDICATO NACIONAL:

I - CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONGRESSO);

II - CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL (CONAD);

III - DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL (DIRETORIA);

IV - SEÇÕES SINDICAIS (S.SINDs) ou ADs-SEÇÕES SINDICAIS (ADs-S.SINDs) constituídas por:

a) Assembléia Geral;

b) Diretoria;

c) outros órgãos constituídos no seu interior nos limites deste Estatuto e de seu regimento.

CAPÍTULO I

DO CONGRESSO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 14. O CONGRESSO é a instância deliberativa máxima do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 15. São atribuições do CONGRESSO:

I - estabelecer diretrizes para a consecução dos objetivos previstos no art. 5º;

II - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões de exclusão de sindicalizados tomadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs.;

III - decidir, em última instância, os recursos interpostos às decisões do CONAD ou da DIRETORIA, que constarão obrigatoriamente de sua pauta;

IV - estabelecer a contribuição financeira dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto;

VI - referendar ou homologar a constituição de S.SINDs, ou revogar sua homologação, observado o disposto no art. 45;

VII - elaborar o regimento das eleições da DIRETORIA, conforme o disposto no art. 52;

VIII - decidir sobre a filiação do ANDES-SINDICATO NACIONAL a organizações nacionais e internacionais conforme o disposto no art. 65;

IX - referendar as alterações verificadas nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, observado o disposto no art. 45;

X - criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Art. 16. O CONGRESSO é composto:

I - por um (1) delegado de cada Diretoria de S.SIND ou AD-S.SIND;

II - por delegados de base de cada S.SIND ou AD-S.SIND indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17;

III - por delegados representativos dos sindicalizados via Secretarias Regionais (art. 8º, § 3º) indicados em sistema de proporcionalidade fixado pelo § 1º do art. 17;

IV - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único. Os demais membros efetivos ou em exercício da DIRETORIA, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 17. Os delegados de base da S.SIND ou AD-S.SIND e dos sindicalizados via Secretaria Regional são eleitos em Assembléia Geral convocada expressamente para tal finalidade nos termos de seu regimento, ou por votação direta e secreta do conjunto dos sindicalizados na respectiva S.SIND ou AD-S.SIND ou Secretaria Regional.

§ 1º. Os delegados de base das S.SINDs ou ADs-S.SINDs e dos sindicalizados via Secretarias Regionais serão eleitos na seguinte proporção cumulativa:

I - até quinhentos (500) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de cem (100) ou fração;

II - de quinhentos e um (501) a mil (1.000) sindicalizados, um (1) delegado por conjunto de duzentos e cinqüenta (250) ou fração;

III - a partir do milésimo sindicalizado, um (1) delegado por conjunto de quinhentos (500) ou fração.

§ 2º. A decisão sobre as alternativas constantes do caput deste artigo será tomada pelas Assembléias Gerais das S.SINDs ou ADs-S.SINDs ou dos sindicalizados via Secretarias Regionais.

Art. 18. O CONGRESSO se reúne:

I - ordinariamente, uma vez por ano, entre o mês de janeiro e a primeira quinzena do mês de março, em data e local fixado pelo CONGRESSO anterior;

II - extraordinariamente, quando requerido pelo CONAD, em data e local por este fixados.

Art. 19. Por ocasião da convocação do CONGRESSO, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

§ 1º. O CONGRESSO delibera sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início.

§ 2º. O CONGRESSO deve incluir obrigatoriamente em sua pauta a discussão dos assuntos previstos no inciso IV do art. 9º.

Art. 20. O quorum mínimo de funcionamento de cada plenária é de maioria absoluta (cinqüenta por cento mais um - 50% + 1) dos delegados inscritos no CONGRESSO.

Art. 21. As deliberações do CONGRESSO são adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes em cada plenária.

Parágrafo único. As deliberações referentes aos itens seguintes exigem a aprovação de pelo menos dois terços (2/3) dos delegados inscritos no CONGRESSO:

I - alteração do Estatuto (inciso V do art. 15); (1)

II - apreciação e deliberação, em grau de recurso, da penalidade de exclusão de sindicalizado decididas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs (inciso II do art. 15);

III - destituição de membros da DIRETORIA de acordo com o disposto no art. 42;

IV - dissolução do ANDES-SINDICATO NACIONAL de acordo com o disposto no art. 66.

(1) NOTA IMPORTANTE: *este inciso está com sua vigência suspensa, nos termos do art. 71, Título VII - Disposições Transitórias.*

CAPÍTULO II

DO CONSELHO DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 22. O CONSELHO do ANDES-SINDICATO NACIONAL - CONAD - é a instância deliberativa intermediária do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 23. São atribuições do CONAD:

I - deliberar sobre quaisquer matérias que, por determinação do CONGRESSO, lhe forem atribuídas, no limite desta atribuição;

II - implementar o cumprimento das deliberações do CONGRESSO;

III - regulamentar, quando necessário, as deliberações do CONGRESSO;

IV - exercer as funções de conselho fiscal do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - examinar e aprovar, em última instância, os relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias apresentadas pela DIRETORIA;

VI - decidir sobre os recursos interpostos às decisões da DIRETORIA;

VII - convocar, extraordinariamente, o CONGRESSO;

VIII – apreciar e deliberar, em grau de recurso, as penalidades de advertência e suspensão aplicadas aos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, conforme o disposto no art. 11;

IX - criar comissões e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes;

X - alterar a contribuição financeira dos sindicalizados, ad referendum do CONGRESSO subsequente;

XI - homologar a constituição das S.SINDs, ou as alterações nos seus regimentos, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Art. 24. Nos intervalos entre as reuniões do CONGRESSO, por motivos imperiosos e justificados, o CONAD pode deliberar sobre o previsto no inciso I do art. 15, ad referendum do CONGRESSO subsequente.

Parágrafo único. Essas deliberações não podem contrariar decisões tomadas em CONGRESSOS anteriores.

Art. 25. O CONAD é composto:

I - por um (1) delegado de cada S.SIND ou AD-S.SIND escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral;

II - por um (1) delegado representativo dos sindicalizados, via cada uma das Secretarias Regionais, escolhido na forma deliberada por sua Assembléia Geral;

III - pelo Presidente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, que o preside, com direito a voz e voto em suas sessões.

Parágrafo único. Os demais membros efetivos ou em exercício da DIRETORIA, excetuados aqueles cujo âmbito de competência e atuação limita-se à área de sua Regional, dele participam com direito a voz e sem direito a voto.

Art. 26. O CONAD se reúne:

I - ordinariamente, uma vez por semestre, em data e local fixados pelo CONAD anterior;

II - extraordinariamente quando requerido por um quarto (1/4) das S.SIND ou pela DIRETORIA, em data e local fixados por quem o requerer.

Parágrafo único. As reuniões do CONAD não podem coincidir com as reuniões do CONGRESSO.

Art. 27. Por ocasião da convocação do CONAD, a DIRETORIA deverá apresentar proposta de pauta e de cronograma de atividades.

§ 1º. O CONAD poderá deliberar sobre todo e qualquer assunto constante da pauta aprovada no seu início.

§ 2º. O CONAD deve incluir obrigatoriamente em sua pauta a discussão dos assuntos previstos no inciso IV do art. 9º.

Art. 28. O quorum mínimo para funcionamento das plenárias do CONAD é de maioria absoluta (cinquenta por cento mais um - 50% + 1) dos delegados inscritos e as deliberações adotadas por maioria simples (maior número de votos) dos delegados presentes a cada sessão.

CAPÍTULO III

DA DIRETORIA DO ANDES-SINDICATO NACIONAL

Art. 29. A DIRETORIA é o órgão executivo do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 30. À DIRETORIA, coletivamente, compete:

I - representar a Entidade e defender os interesses da categoria perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias, podendo a DIRETORIA nomear mandatário por procuração;

II - cumprir e fazer cumprir este Estatuto, os regimentos e as normas administrativas do ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como as decisões dos CONGRESSOS e CONADs;

III - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL no estabelecimento de negociações coletivas;

IV - gerir o patrimônio, garantindo sua utilização para o cumprimento deste Estatuto e das deliberações de CONGRESSOS e de CONADs;

V - organizar serviços administrativos internos do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

VI - elaborar relatórios financeiros, prestações de contas e previsões orçamentárias semestrais do ANDES-SINDICATO NACIONAL, remetendo-os às S.SIND ou ADs-S.SINDs, até trinta (30) dias antes das reuniões do CONAD que irá examiná-los;

VII - aplicar sanções, nos termos deste Estatuto;

VIII - dar posse à DIRETORIA eleita para o mandato consecutivo;

IX - convocar as reuniões extraordinárias do CONAD, nos termos do inciso II do art. 26;

X - constituir comissões, coordenações e grupos de trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer assuntos, indicando seus componentes;

XI - submeter seu relatório político e financeiro final ao CONAD no qual tome posse a DIRETORIA consecutiva;

XII - elaborar as convocações do CONAD e do CONGRESSO, ordinários e extraordinários, conforme o disposto nos artigos 19 e 27 deste Estatuto.

Art. 31. A DIRETORIA será eleita por escrutínio secreto, universal e direto dos sindicalizados do ANDES-SINDICATO NACIONAL, no gozo de seus direitos, e terá mandato de dois (2) anos.

Art. 32. A DIRETORIA é composta de membros efetivos assim distribuídos:

I - cargos da Presidência, em número de quatro (4): Presidente, Primeiro-Vice-Presidente, Segundo-Vice-Presidente e Terceiro-Vice-Presidente;

II - cargos da Secretaria, em número de quatro (4): Secretário-Geral, Primeiro-Secretário, Segundo-Secretário e Terceiro-Secretário;

III - cargos da Tesouraria, em número de três (3): Primeiro-Tesoureiro, Segundo-Tesoureiro e Terceiro-Tesoureiro;

IV - Primeiros-Vice-Presidentes Regionais e Segundos-Vice-Presidentes Regionais, representando as seguintes regiões:

a) Norte I: Acre, Amazonas, Rondônia e Roraima;

b) Norte II: Pará, Amapá;

c) Nordeste I: Ceará, Maranhão e Piauí;

d) Nordeste II: Rio Grande do Norte, Paraíba e Pernambuco;

e) Nordeste III: Alagoas, Sergipe e Bahia;

f) Planalto: Distrito Federal, Goiás e Tocantins;

g) Pantanal: Mato Grosso e Mato Grosso do Sul;

h) Leste: Espírito Santo e Minas Gerais;

i) Rio de Janeiro;

j) São Paulo;

l) Sul: Paraná e Santa Catarina;

m) Rio Grande do Sul.

V - fazem parte ainda da DIRETORIA um Primeiro-Secretário Regional, um Segundo-Secretário Regional, um Primeiro-Tesoureiro Regional e um Segundo-Tesoureiro Regional, cujo âmbito de atuação e competência se limita à área de sua Regional.

§ 1º. É vedada a acumulação de cargos na DIRETORIA.

§ 2º. É vedada a participação de membros efetivos da DIRETORIA como delegados no CONAD, no CONGRESSO e nas reuniões setoriais, como representantes de S.SIND ou ADs-S.SINDs ou de sindicalizados via Secretarias Regionais, excetuados os Secretários e Tesoureiros Regionais.

§ 3º. Na primeira reunião da DIRETORIA, serão deliberadas, entre outras, as seguintes atribuições de responsabilidade dos Diretores:

a) encarregado de relações internacionais;

b) encarregado de imprensa e divulgação;

c) encarregado de relações sindicais;

d) encarregado de assuntos jurídicos;

e) encarregado de assuntos de aposentadoria.

§ 4º. As atribuições de responsabilidades a Diretores previstas no parágrafo anterior, bem como outras que vierem a ser criadas, deverão ser regulamentadas em regimento próprio a ser apreciado pelos sindicalizados nos CONGRESSOS do ANDES-SINDICATO NACIONAL^{4[8]}.

§ 5º. Devem ser divulgados, para conhecimento imediato das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, os nomes dos diretores aos quais foram atribuídas as responsabilidades constantes do § 3º deste artigo e outras que venham a ser definidas pela DIRETORIA.

Art. 33. A DIRETORIA se reúne:

I - ordinariamente, uma vez a cada dois (2) meses, em data e local fixados pela reunião anterior;

II - extraordinariamente, quando convocada pelo Presidente ou por um terço (1/3) de seus membros, em data e local fixados por quem a convocou.

Art. 34. As deliberações da DIRETORIA são adotadas por maioria simples de votos dos Diretores presentes, exigindo-se a presença de, no mínimo, cinquenta por cento mais um (50% + 1) do número de diretores em efetivo exercício.

Art. 35. Compete ao Presidente:

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL em juízo ou fora dele, inclusive na qualidade de substituto processual, podendo delegar poderes a outro diretor, nos termos do artigo 6º, incisos I e II;

II - abrir, instalar e presidir o CONGRESSO, o CONAD e as reuniões de DIRETORIA;

III - convocar as eleições para a nova DIRETORIA, de acordo com o previsto no art. 51;

IV - abrir, rubricar e encerrar os livros do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - assinar a correspondência oficial do ANDES-SINDICATO NACIONAL e, juntamente com o Secretário-Geral, toda a correspondência que estabeleça quaisquer obrigações para o ANDES-SINDICATO NACIONAL;

VI - movimentar, juntamente com o Tesoureiro em exercício, as contas do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Parágrafo único. Onde houver S.SIND ou AD-S.SIND constituída, os poderes aludidos no inciso I ficam automaticamente delegados aos Diretores da S.SIND ou AD-S.SIND, conforme seu próprio regimento, para agir no respectivo âmbito local e sempre em nome do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 36. Compete aos Vice-Presidentes, pela ordem, assumirem a Presidência no caso de vacância e/ou impedimento do Presidente.

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo do Presidente, compete ao Primeiro-Vice-Presidente assumir a Presidência, ao Segundo-Vice-Presidente assumir a Primeira Vice-Presidência e ao Terceiro-Vice-Presidente assumir a Segunda-Vice-Presidência.

Art. 37. Compete ao Secretário-Geral:

I - ter sob sua guarda e responsabilidade o arquivo da Secretaria;

II - secretariar as reuniões da DIRETORIA;

III - encarregar-se do expediente e da correspondência que estabeleçam quaisquer obrigações para o ANDES-SINDICATO NACIONAL;

IV - coordenar, em âmbito nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Secretários Regionais.

Art. 38. Compete aos Secretários, pela ordem, assumir a Secretaria Geral, no caso de falta e/ou impedimento do Secretário-Geral.

Parágrafo único. No caso de afastamento definitivo do Secretário-Geral, compete ao Primeiro-Secretário assumir a Secretaria Geral, ao Segundo-Secretário assumir a Primeira Secretaria e ao Terceiro-Secretário assumir a Segunda Secretaria.

Art. 39. Compete ao Primeiro-Tesoureiro:

I - ter sob sua responsabilidade e guarda os bens e valores do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

II - ser responsável pelos recebimentos e pagamentos das despesas;

III - assinar, junto com o Presidente, os cheques para pagamento de despesas;

IV - movimentar, junto com o Presidente, as contas bancárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL;

V - organizar o balanço anual e balancetes semestrais;

⁴ [8] Alteração procedida pelo XVIII CONGRESSO da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

VI - apresentar o balanço ao Presidente quinze (15) dias após seu afastamento definitivo do cargo;
VII - coordenar, em âmbito nacional, em conjunto com os Vice-Presidentes Regionais, a atuação dos Tesoureiros Regionais.

Art. 40. Compete ao Segundo-Tesoureiro:

I - substituir o Primeiro-Tesoureiro nas suas faltas e/ou impedimentos, nas competências definidas nos incisos I a IV do artigo anterior, combinado com o artigo 35, inciso VI;

II - assumir a Primeira Tesouraria no caso de afastamento definitivo do Primeiro-Tesoureiro.

Parágrafo único. O Terceiro-Tesoureiro assumirá o cargo de Segundo-Tesoureiro no caso previsto no inciso II deste artigo.

Art. 41. Compete aos Vice-Presidentes Regionais:

I - representar o ANDES-SINDICATO NACIONAL, na Região de sua jurisdição, perante os Poderes Públicos, mantenedoras e administrações universitárias, e a referida Região, no ANDES-SINDICATO NACIONAL,

II - sindicalizar os docentes das IES onde não exista S.SIND ou AD-S.SIND;

III - convocar Assembléia Geral dos sindicalizados via Secretaria Regional com vista à participação nos CONADs e CONGRESSOS até quinze (15) dias antes dos referidos eventos, para:

a) discussão do temário do evento em questão;

b) escolha de delegados (arts. 16, III, e 25, II);

IV - convocar Assembléia Geral da categoria dos docentes onde não exista S.SIND ou AD Seção Sindical, no âmbito máximo de sua base territorial, por IES isoladamente ou em grupo:

a) ordinariamente, uma vez por ano, com a finalidade de promover a campanha salarial da categoria, fixando as bases das negociações, respeitadas as decisões estabelecidas e aprovadas no CONAD e no Congresso do ANDES-SN;

b) extraordinariamente, sempre que houver fatos de interesse da categoria que justifiquem a convocação;^{5[9]}

V - assinar acordos de trabalho e representar em dissídio nos termos do inciso III do art. 30 no âmbito da Região, ressalvado o disposto no art. 50;

VI - estimular e acompanhar a criação de S.SINDs.

§ 1º. Da composição da Secretaria Regional fazem parte um Primeiro-Secretário, um Segundo-Secretário, um Primeiro-Tesoureiro e um Segundo-Tesoureiro.

§ 2º. O Segundo-Vice-Presidente Regional substituirá o Primeiro-Vice-Presidente Regional nas suas faltas, impedimentos e afastamento definitivo.

§ 3º. Os diretores de Secretarias Regionais substituirão os Segundos-Vice-Presidentes Regionais nas suas faltas, impedimentos ou afastamento definitivo.

VII – Movimentar, juntamente com o tesoureiro em exercício as contas da Secretaria Regional.

Art. 42. Qualquer membro da DIRETORIA pode ser destituído em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, observado o disposto no art. 21, parágrafo único, III, o mesmo se aplicando à DIRETORIA coletivamente.

Parágrafo único. No caso de destituição de metade mais um dos diretores, o CONGRESSO previsto neste artigo deverá eleger uma diretoria provisória e convocar eleições num prazo de noventa (90) dias.

Art. 43. Em caso de vacância de toda a DIRETORIA, o CONAD convocará, num prazo de trinta (30) dias a partir da data da vacância, um CONGRESSO Extraordinário para eleição de uma DIRETORIA PROVISÓRIA que completará o mandato anterior.

CAPÍTULO IV

DAS SEÇÕES SINDICAIS OU ADS-SEÇÕES SINDICAIS

Art. 44. A SEÇÃO SINDICAL (S.SIND) ou AD-SEÇÃO SINDICAL (AD-S.SIND) é a menor instância organizativa e deliberativa territorial do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

§ 1º. A S.SIND ou AD-S.SIND possui regimento próprio aprovado pela Assembléia Geral dos docentes a ela vinculados, respeitado o presente Estatuto.

^{5 [9]} Alteração procedida no XIV Congresso do ANDES-SN.

§ 2º. A S.SIND ou AD-S.SIND tem autonomia política, administrativa, patrimonial e financeira, dentro dos limites deste Estatuto.

Art. 45. A constituição de uma S.SIND será homologada mediante apresentação das atas das assembleias gerais que, convocadas especificamente para este fim, com ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com no mínimo setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 70, parágrafo único), propuseram sua constituição e aprovaram seu regimento compatível com este Estatuto.

§ 1º. A realização da Assembleia Geral deve ser previamente comunicada ao Vice-Presidente Regional da respectiva Região de modo a possibilitar o seu acompanhamento.

§ 2º. O CONAD ou a DIRETORIA podem homologar a constituição de uma S.SIND, ad referendum do CONGRESSO, atendidas as exigências previstas no caput deste artigo.

§ 3º. O CONGRESSO ou o CONAD, ad referendum do CONGRESSO, apreciará a revogação da homologação de constituição de S.SIND ou AD-S.SIND se esta deixar de repassar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL, por prazo igual ou superior a seis (6) meses.

Art. 46. As alterações nos regimentos das S.SINDs ou ADs-S.SINDs serão homologadas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD, ad referendum do CONGRESSO, que verificará exclusivamente sua compatibilidade com este Estatuto.

Art. 47. São atribuições da S.SIND ou AD-S.SIND:

I - sindicalizar os docentes de sua jurisdição ao ANDES-SINDICATO NACIONAL;

II – representar e defender perante as autoridades administrativas e judiciais os interesses gerais e individuais da categoria docente de sua jurisdição nas questões que lhes sejam específicas, observado o disposto no parágrafo único do artigo 35;

III - fixar a contribuição financeira dos sindicalizados de sua jurisdição territorial destinada ao seu custeio nos termos do seu regimento;

IV - receber e repassar à Primeira Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL as contribuições financeiras estabelecidas pelo CONGRESSO ou pelo CONAD.

Parágrafo Único - O regimento da S.SIND ou AD-S.SIND estabelece, dentro dos limites deste Estatuto outras atribuições, entre elas, aquisição, administração e destinação de seu patrimônio, eleição de seus diretores e respectivos processos eleitorais.

Art. 48. A S.SIND ou AD-S.SIND tem como instância deliberativa máxima a Assembleia Geral dos sindicalizados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL vinculados à sua jurisdição territorial.

Parágrafo único: Por jurisdição territorial compreende-se uma Instituição de Ensino Superior.

Art. 49. O regimento da S.SIND ou AD-S.SIND pode estabelecer outros órgãos deliberativos ou executivos, além da Assembleia Geral e Diretoria.

Parágrafo único. A S.SIND ou AD-S.SIND elege sua Diretoria pelo voto secreto e universal dos sindicalizados a ela vinculados e em pleno gozo de seus direitos.

Art. 50. As S.SINDs ou ADs-S.SINDs estão subordinadas às suas respectivas Assembleias Gerais para assinatura de acordos, convênios ou contratos de trabalho, podendo a Assembleia delegar à DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL a sua assinatura.

TÍTULO IV

DAS ELEIÇÕES

Art. 51. A eleição da DIRETORIA é convocada para o mês de maio dos anos pares pelo Presidente em exercício, com pelo menos noventa (90) dias de antecedência, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 42.

§ 1º. A eleição da DIRETORIA dá-se pelo voto secreto e universal dos sindicalizados da Entidade em suas respectivas IES.

§ 2º. Não sendo convocada eleição dentro do prazo previsto no caput deste artigo, cabe ao CONAD convocá-la no máximo trinta (30) dias após este prazo ter se esgotado.

Art. 52. O CONGRESSO anterior à data da realização das eleições elabora o regimento e elege uma comissão eleitoral que é responsável pelo processo, de acordo com o previsto neste Estatuto.

Art. 53. São condições para participar das eleições:

I - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de inscrição de candidaturas perante o CONGRESSO, para ser votado;

II - ser sindicalizado do ANDES-SINDICATO NACIONAL há pelo menos noventa (90) dias antes da data de realização das eleições, para votar;

III - estar em dia com o pagamento da contribuição financeira prevista no art. 10, inciso II, deste Estatuto.

Parágrafo único. É vedada a recondução como diretor do ANDES-SINDICATO NACIONAL de qualquer membro da DIRETORIA por mais de uma vez consecutiva.

Art. 54. Os candidatos deverão compor chapas que serão registradas por ocasião do CONGRESSO ordinário imediatamente anterior à data de realização das eleições.

§ 1º. Durante o CONGRESSO, o registro de chapa(s) é procedido mediante a apresentação de manifesto e dos candidatos a Presidente, Secretário-Geral e Primeiro-Tesoureiro.

§ 2º. A(s) chapa(s) deverá(ão) registrar os candidatos aos demais cargos até trinta (30)^{6[10]} dias após o encerramento do CONGRESSO.

Art. 55. É proclamada eleita a chapa que obtiver maior número de votos, sendo empossada como DIRETORIA eleita num prazo de até quarenta e cinco (45) dias após a data da realização das eleições, durante o CONAD.

TÍTULO V

DO PATRIMÔNIO E FINANÇAS

CAPÍTULO I

DA AQUISIÇÃO E ALIENAÇÃO DE BENS DO ATIVO PERMANENTE

Art. 56. O patrimônio do ANDES-SINDICATO NACIONAL é constituído de:

I - bens imóveis que o ANDES-SINDICATO NACIONAL possui e/ou venha a adquirir;

II - móveis e utensílios;

III - doações e legados recebidos com especificações para o patrimônio.

Art. 57. A aquisição, alienação ou aceitação de doações de bens imóveis e títulos de valores mobiliários, classificados como investimentos de caráter permanente do ANDES-SINDICATO NACIONAL, só poderão ser efetuadas com aprovação do CONGRESSO, ressalvado o disposto no parágrafo único do art. 47.

Parágrafo único. Excetua-se do disposto no caput deste artigo, as aquisições de móveis e utensílios e de títulos de valores mobiliários caracterizados como investimentos transitórios, que podem ser efetuados por deliberação da DIRETORIA.

Art. 58. Os bens patrimoniais do ANDES-SINDICATO NACIONAL não respondem por execuções resultantes de multas eventualmente impostas à Entidade por razão de dissídio coletivo de trabalho ou qualquer outro tipo de ação judicial.

CAPÍTULO II

DA RECEITA E DAS DESPESAS

Art. 59. A receita do ANDES-SINDICATO NACIONAL é classificada em ordinária e extraordinária:

I - constituem a receita ordinária:

- a) o produto das contribuições financeiras dos sindicalizados;
- b) os juros provenientes de depósitos bancários realizados pelo ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como de títulos incorporados ao patrimônio;
- c) a renda dos imóveis, dos bens e valores de propriedade do ANDES-SINDICATO NACIONAL, quando possuir;
- d) a renda de doações feitas ao ANDES-SINDICATO NACIONAL.

II - constituem a receita extraordinária:

- a) as subvenções de qualquer natureza;
- b) as multas e rendas eventuais;

^{6 [10]} Alteração procedida no XV Congresso da ANDES-SN.

c) as contribuições financeiras provenientes de cláusula inserida em Acordo ou Convenção Coletivos de Trabalho ou em sentença normativa da Justiça do Trabalho, conforme decisão das Assembléias Gerais de cada AD-S.SIND.

Parágrafo único. Da contribuição financeira prevista na alínea "c" do inciso II deste artigo, o CONGRESSO fixa anualmente porcentagem, nunca superior a quarenta por cento (40%), a ser enviada para a Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 60. A deliberação sobre os relatórios financeiros, prestação de contas e previsões orçamentárias do ANDES-SINDICATO NACIONAL dar-se-á da seguinte forma:

I – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o primeiro semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

II – a previsão orçamentária de receitas e despesas do ANDES-SINDICATO NACIONAL para o segundo semestre de cada ano será apresentada pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do ano anterior, para exame e deliberação provisória, e ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano em curso, para exame, eventual revisão e deliberação definitiva;

III – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao primeiro semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no segundo semestre do mesmo ano, para exame e deliberação;

IV – os relatórios financeiros e prestações de contas relativos ao segundo semestre de cada ano serão apresentados pela DIRETORIA ao CONAD que se realiza no primeiro semestre do ano seguinte, para exame e deliberação.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 61. Os membros da DIRETORIA do ANDES-SINDICATO NACIONAL assim como os da DIRETORIA das S.SINDs ou ADs-S.SINDs, efetivos e suplentes, gozarão de estabilidade sindical, conforme o disposto no inciso VIII do art. 8º da Constituição Federal.

Art. 62. Os membros da DIRETORIA que representarem a Entidade em transações que envolvam responsabilidades primárias não são pessoalmente responsáveis pelos compromissos assumidos em razão de suas funções.

Art. 63. Nenhum sindicalizado, individual ou coletivamente, responderá subsidiariamente pelos encargos que seus representantes contraírem.

Art. 64. Os membros da DIRETORIA não recebem remuneração pelas atividades que desempenham no ANDES-SINDICATO NACIONAL, ressalvado o ressarcimento de despesas feitas para o desempenho das atividades sindicais, bem como eventual ônus de liberação de Diretor(es), pela categoria, aprovado em CONAD ou CONGRESSO.

Art. 65. O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá filiar-se a organizações nacionais e internacionais que lutem pelos princípios e objetivos no presente Estatuto, desde que a filiação seja aprovada em CONGRESSO em cuja pauta deverá constar esta matéria.

Art. 66. O ANDES-SINDICATO NACIONAL poderá ser voluntariamente dissolvido em CONGRESSO convocado especificamente para este fim, de acordo com o disposto no art. 21, parágrafo único, IV.

Parágrafo único. No caso de dissolução, o destino dos bens do ANDES-SINDICATO NACIONAL será definido pelo CONGRESSO que o dissolver.

Art. 67. As contribuições dos sindicalizados são reconhecidas como contribuições ao ANDES-SINDICATO NACIONAL e devem ser repassadas pelas S.SINDs ou ADs-S.SINDs, consideradas depositárias fiéis, à Tesouraria do ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. 68. O ANDES-SINDICATO NACIONAL luta contra toda taxa compulsória sindical não deliberada nas suas instâncias competentes.

Parágrafo único. Toda taxa compulsória, referida neste artigo, recebida pela Entidade, deverá ser devolvida àqueles de quem foi descontada, na forma definida pelo CONGRESSO.

Art. 69. Os casos omissos neste Estatuto serão resolvidos pelo CONGRESSO.

TÍTULO VII

DISPOSIÇÕES TRANSITÓRIAS

Art. 70. O ANDES-SINDICATO NACIONAL reconhece e dá prerrogativas de seções sindicais (ADs-S.SINDs) a todas as Associações de Docentes (ADs) filiadas até o 22º^{7[11]} CONGRESSO, ressalvados os direitos daquelas que, em Assembléia Geral, decidirem ao contrário.

Parágrafo único. As ADs a que se refere o caput deste artigo, para se constituírem em ADs-S.SINDs, deverão, até o 22º CONGRESSO, aprovar seus regimentos e encaminhar à DIRETORIA atas das assembleias gerais convocadas especificamente para este fim, juntamente com comprovação de ampla divulgação prévia, inclusive em órgão de imprensa oficial ou de grande circulação local com, no mínimo, setenta e duas (72) horas de antecedência (art. 45), para homologação perante o CONAD, ad referendum do CONGRESSO (art. 23, XI), ou perante o CONGRESSO (art. 15, VI).

Art. 71. Fica prorrogada até o 22º CONGRESSO a possibilidade de alteração dos Estatutos do ANDES-SN, desde que a alteração seja aprovada por mais de cinquenta por cento (50%) dos delegados nele inscritos, suspensa, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21.^{8[12]}

Art. 72. O 21º CONGRESSO do ANDES-SINDICATO NACIONAL estabelece o 22º CONGRESSO como prazo final para a implantação da política de contribuição dos filiados ao ANDES-SINDICATO NACIONAL no percentual de 0,2% (dois décimos por cento) do salário ou vencimento básico de cada docente.^{9[13]}

Parágrafo único – Durante o período de abril de 2002 a março de 2004, este percentual será de 0,21% (vinte e um centésimos por cento) para recompor o Fundo de Solidariedade que será usado na compra da Sede do Sindicato.

Art. 73. Os termos do art. 60 entrarão em vigor a partir do 44º CONAD, inclusive.

Parágrafo Único. O 44º CONAD deliberará sobre os relatórios financeiros e prestações de contas do ano de 2001, aprovará provisoriamente o orçamento do primeiro semestre de 2002 e aprovará provisoriamente o orçamento de 2003.

Art. 74. A Diretoria do ANDES-SN deverá submeter ao 22º CONGRESSO proposta de Regimento das Secretarias Regionais compatibilizando-o com as alterações aprovadas no presente Estatuto.

⁷ [11] Alteração procedida no XIV Congresso da ANDES-SN; por deliberação do XIX Congresso da ANDES-SN (Juiz de Fora), ficou prorrogado até o XX Congresso, o processo de transformação das Associações Docentes em ADs Seções Sindicais.

⁸ [12] Alteração procedida no XIX (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN: "... fica prorrogada até o XX Congresso a possibilidade de alteração seja aprovada por mais de 50% (cinquenta por cento) dos delegados nele inscrito, ...". O XIV Congresso da ANDES-SN havia realizado a seguinte alteração: "Fica prorrogada até o XV Congresso a possibilidade de alteração, desde que aprovados por cinquenta por cento mais um (50% + 1) dos delegados nele inscritos, suspensas, até então, a vigência do inciso I do parágrafo único do art. 21 (vinte e um)". Agora, prevalece a alteração mais recente.

⁹ [13] Artigo acrescido pelo XIX (Juiz de Fora) Congresso da ANDES-SN estebelecendo o prazo para o XX Congresso. Propomos a alteração no Art. 72.

TEXTO 13

Contribuição da diretoria do SINDUFAP-S.Sind

HEGEMONIA E ESTRUTURA DO ANDES-SN

TEXTO DE APOIO

O ANDES, enquanto Sindicato Nacional, deve estar atento para atender à sociedade através do fortalecimento da categoria docente ao longo de todo o território nacional, caso contrário, pode vir a se tornar um sindicato atrelado a algumas ADs-Seções Sindicais e passar a responder apenas aos interesses destas, o que resultaria na fragmentação de uma estrutura que tem lutado ano após ano em “defender a Educação enquanto um bem público e uma política educacional que atenda às necessidades populares, o direito ao ensino público, gratuito, democrático, laico e de qualidade para todos” com “um padrão unitário de qualidade para as IES do país” (Estatuto do ANDES).

Precisamos, pois, pensar a política do movimento do ANDES-SN, o que significa que devemos centrar nossas reflexões sobre qual nosso projeto e seus beneficiários. Uma análise realizada sob esta ótica não deixará de revelar ações que podem vir a ser criticadas. Contudo, como afirma Maar (2002) em seu artigo intitulado “A Universidade no Processo de Reprodução da Sociedade Brasileira” nos “(...) cabe desenvolver uma crítica da situação presente (...). Ressalve-se, contudo, que crítica não significa, como parece aos mais incautos, mero aporte do que não se quer ou do que é considerado equivocado. Essencial à crítica é que conforme seu contexto a transformação será ancorada em condições materiais reais – apreendidas criticamente – em vez de ser propositura ideal, desejável porém carente de desenvolvimento baseado em forças reais. A base para desenvolver uma nova política deve ser própria e sustentada de modo estritamente crítico na formação vigente.”

Partindo, pois, destes pressupostos de crítica que visam o desenvolvimento de novas políticas é que se pretende observar nossa própria política enquanto Sindicato Nacional. Nosso estatuto rege em seu artigo 5º que são objetivos do ANDES-SN segundo o item I “congregar e representar os docentes das IES de todo o país” e segundo o item IV “incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à Entidade”. Estes objetivos visam, em conformidade com o artigo 1º, a “defesa e representação legal dos docentes, sejam estes de 1º, 2º ou 3º grau, das Instituições de Ensino Superior – IES”. Em vista destes posicionamentos devemos nos perguntar sob quais condições estamos cumprindo nosso Estatuto. É necessário que apreendamos estas condições e seus efeitos para que se possa ancorar condições materiais reais que permitam propostas de uma nova política.

Nossa organização é composta por ADs-Seções Sindicais que são instâncias organizativas e deliberativas do ANDES-SN. Cada uma das ADs-Seções Sindicais possui vida e realidade própria de modo que, embora integrantes de um sindicato nacional, vivem questões e condições que lhe são inerentes. Estes aspectos e o modo como as diferentes ADs-Seções Sindicais podem articular-se entre si ou com o ANDES-SN são as condições reais que estamos buscando. Infundado dizer que qualquer das ADs-Seções Sindicais possua uma situação financeira absolutamente confortável. Assim, cada uma lida com suas próprias dificuldades.

No caso das ADs-Seções Sindicais pequenas o reduzido número de filiados gera um problema maior de existência e funcionamento. Utilizando a realidade da SINDUFAP-SSIND como exemplo percebe-se que, embora 80% dos professores da universidade estejam filiados e contribuindo regularmente desde julho de 2002 (primeiro desconto em folha), ainda assim a soma de recursos é extremamente reduzida. Este aparente paradoxo pode ser revelado imediatamente quando se considera que o universo de professores da universidade é pouco mais de uma centena, que a grande maioria está em início de carreira (a universidade foi criada em 1990) e não possui muitos afiliados titulados (apenas 7 professores possuem título de doutor). Sob tais contingências a arrecadação bruta da SINDUFAP-SSIND ultrapassa em pouco os dois mil reais (R\$ 2.000,00) que são ainda reduzidos após os encargos mensais que lhe são inerentes.

A situação das ADs-Seções Sindicais pequenas, portanto, passa a ser entrave para sua participação nos diferentes eventos e atividades sindicais a serem executados ao longo de cada ano. Isto porque qualquer deslocamento, mesmo que apenas do delegado, envolve custos altíssimos que facilmente sobrepõem a arrecadação mensal, principalmente se forem longas as distâncias entre a AD-Seção sindical e os locais onde podem se desenvolver congregações de instituições maiores do ANDES-SN como congressos e CONAD's. Há de se considerar que apenas os CONAD's ocorrem duas vezes

por ano e que ainda há a realização de eventos de ordem nacional como foi o plebiscito sobre a ALCA em 2002 e os de conotação local como a politização dos filiados.

Sob tal realidade, minimamente apresentada, das condições de existência das ADs-Seções Sindicais pequenas o ANDES-SN e seus representantes devem se perguntar sobre quais bases se mantém um sindicato que visa congregar e representar docentes de todo o país como preconizado em seu Estatuto. Afinal, como sempre foi interpretado no bojo deste movimento, a força do mesmo se encontra na atuação conjunta que faz com que atuemos melhor. Exatamente, por esta força do conjunto é que o ANDES-SN é um sindicato nacional com AD's ou Seções Sindicais locais (Coggiola, 2001). Esta estrutura de organização assim se constrói porque como nos afirmam Miraglia e Smaili (2002) "... só a mobilização massiva é capaz de reverter a diretriz de destruição dos serviços públicos essenciais, sem os quais aumentarão ainda mais a exclusão e o empobrecimento da maioria da população brasileira".

A proposta de congregação, contudo, parece não se revelar na prática e, assim, as contradições inerentes ao próprio movimento geram crises em seu funcionamento. No momento em que as ADs-Seções Sindicais pequenas deixam de participar com seus delegados, ou enviam um número reduzido de representantes e, portanto, de "vozes", suas idéias são menos difundidas e defendidas, fazendo com que as posições de ADs-Seções Sindicais maiores tornem-se hegemônicas no interior do movimento.

Este atrelamento às ADs-Seções Sindicais mais fortes e aos seus interesses nos mostra uma realidade em que se reconstrói no movimento docente a prática neoliberal de domínio pela classe hegemônica e a revelação de conflitos internos que podem resultar na fragmentação de nossa estrutura sindical. Aqueles possuidores dos recursos são exatamente os mesmos que podem vir a utilizar-se destes para estar sempre presentes e em grande número nos Conselhos e Congressos, de forma a serem maioria nos processos decisórios. Uma tal estrutura reproduz, como havíamos dito a prática neoliberal. O ANDES-SN caminha, assim, para a superespecialização, a superdescentralização e o superindividualismo que são sinais do princípio da desintegração institucional (Coggiola, 2001) do movimento.

É necessário, portanto, rompermos com esta estrutura, e reconstruirmos o movimento em bases mais socialistas, em que as diferentes ADs-Seções Sindicais, a despeito de seus recursos, possam se equivaler nos processos decisórios. É óbvio, contudo, que esta situação se constrói como reflexo direto da reprodução de um ambiente ao qual estamos inseridos e de onde derivamos grande parte de nossos valores. Estamos novamente a estabelecer classes que compõem uma sociedade (movimento) dividida, cada qual com seus valores e em um processo de choque que é sufocada através de aparelhos repressivos e ideológicos. Cumpre, portanto, sermos capazes de percebermos o processo ideológico intrínseco e atuarmos no sentido de nos des-ideologizarmos de forma que possamos identificar essa reconstrução e direcionemos nossas ações para reconstruirmo-nos sobre outros moldes, negando o que nos nega. Isto porque ao sermos parte integrante e partícipes de uma concepção hegemônica de mundo na qual estamos imersos é necessário que sejamos capazes de des-ideologizarmos nossas ações para reconhecermos que transplantamos uma determinada concepção para nossos atos, mesmo quando nos esforçamos na luta da defesa de uma outra concepção de mundo (Dias, 2002). Assim, nosso desafio é articularmos uma estrutura ao movimento que negue a sociedade de classes e que permita um desenvolvimento para o conjunto das ADs-Seções Sindicais que compõem o ANDES-SN.

Esta discussão pretende contribuir para a elaboração de implementação de um projeto de participação de ADs pequenas e periféricas que se estenda para além do financiamento de suas ações como componentes do ANDES-SN. Contudo, urge um debate que singre a discussão sobre a questão do financiamento das ADs-Seções Sindicais, em especial das pequenas e periféricas. Como mantê-las funcionando e integradas ao Movimento Docente Nacional? Como oferecer-lhes condições de colaborar na construção deste sindicato? Como atuar no sentido de que suas posições sejam reveladas e consideradas em uma estrutura de grupos hegemônicos?

O ANDES-SN, segundo seu estatuto, é nacional e representa TODOS os professores de IES, mas em sua estrutura de funcionamento atual as ADs-Seções Sindicais pequenas não têm condições de participar efetivamente dos eventos de âmbito nacional, transformando-o, assim, no sindicato dos professores das grandes universidades. Na tentativa de modificar tal situação propomos:

TR - 13

- a) isenção de 6 (seis) meses da contribuição sindical para as AD's pequenas;
- b) realização de apenas 1 (um) CONAD anual, em oposição aos 2 (dois) atuais;

- c) financiamento por parte do ANDES-SN das passagens aéreas e alimentação de delegados das ADs-Seções Sindicais com menos de 200 filiados em GT's, setores, seminários e encarregaturas;
- d) contribuição sindical diretamente proporcional ao número de professores da IES e inversamente proporcional ao percentual de sindicalizados.

ALTERAÇÃO NO ESTATUTO:

Atual:

Art. 59. A receita da ANDES-SINDICATO NACIONAL é classificada em ordinária e extraordinária:

I - constituem a receita ordinária:

- a) o produto das contribuições financeiras dos sindicalizados;
- b) os juros provenientes de depósitos bancários realizados pela ANDES-SINDICATO NACIONAL, bem como de títulos incorporados ao patrimônio;
- c) a renda dos imóveis, dos bens e valores de propriedades da ANDES-SINDICATO NACIONAL, quando possuir;
- d) a renda de doações feitas à ANDES-SINDICATO NACIONAL.

II - constituem a receita extraordinária:

- a) as subvenções de qualquer natureza;
- b) as multas e rendas eventuais;
- c) as contribuições financeiras provenientes de cláusula inserida em Convenção Coletiva de Trabalho, conforme decisão das Assembléias Gerais de cada AD-SSIND.

Parágrafo único. Da contribuição financeira prevista na alínea "c" do inciso II deste artigo, o CONGRESSO fixa anualmente porcentagem, nunca superior a quarenta por cento (40%), a ser enviada para a Tesouraria da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Incluir:

§ 2º - AD's-SSIND's em fase de estruturação/implantação ficarão isentas do repasse de percentual da contribuição de seus filiados à tesouraria nacional pelo período de 18 meses para sua completa estruturação, desde que solicitado e aprovado em CONGRESSO ou CONAD.

Coggiola, O. 2001. Políticas públicas, políticas privadas e avaliação. Universidade e Sociedade, 23: 7-13.

Dias, E.F. 2002. Gramsci e a política hoje. Universidade e Sociedade, 27: 129-144.

Maar, W.L. 2002. A universidade no processo de reprodução da sociedade brasileira. Universidade e Sociedade, 27: 69-73.

Miraglia, F. & Smaili, S. 2002. O financiamento público para a universidade pública é necessário. Universidade e Sociedade, 26: 32-36.



Diretoria do ANDES-SN

CONSELHO EDITORIAL DO INFORMANDES

TEXTO DE APOIO

Após a aprovação da Política de Comunicação do ANDES-SN no 20º Congresso (Rio de Janeiro, 2001), ficou pendente a composição do Conselho Editorial do InformAndes. Na verdade, a determinação congressual foi para que, até o 21º Congresso (Rio Grande, 2002), o Conselho pudesse estar constituído. Face a dificuldades operacionais de sua composição, apenas a estruturação do Conselho foi aprovada, no Congresso, sendo referendado o seguinte texto:

1. O Conselho Editorial do InformAndes será composto por 1 (um) representante da Diretoria; 1(um) sindicalizado de base, indicado pelo GTCA, em reunião convocada para este fim; e 1 (um) especialista com reconhecida inserção na área de comunicação sindical, indicado pela Diretoria;
2. São atribuições do Conselho Editorial discutir e avaliar, dentro de um processo sistemático de acompanhamento, a linha editorial e gráfica do InformAndes;

3. O Conselho Editorial reunir-se-á, em caráter deliberativo, ordinariamente a cada trimestre, em reunião específica, para o cumprimento de suas atribuições;
4. Os nomes indicados para compor o Conselho Editorial serão apresentados e referendados, anualmente, em plenário do Congresso;
5. os nomes indicados para compor o Conselho Editorial, no exercício 2002/2003, serão referendados no 44º CONAD.

De todas as deliberações acima, a da indicação dos nomes (item 5) não pôde ser operacionalizada para o período definido, em função da dificuldade de se encontrar o especialista em comunicação sindical em Brasília (área apontada pela Diretoria como desejável), com disponibilidade para colaboração com o Sindicato.

Por esta razão, e com o intuito de favorecer a constituição anual de vigência do Conselho Editorial do InformAndes, somente agora estamos apresentando os nomes dos integrantes daquele Conselho para serem discutidos e aprovados no 22º Congresso.

TR - 14

O 22º Congresso aprova que o Conselho Editorial do InformAndes, para executar as atribuições que lhe foram conferidas no Congresso anterior, terá a seguinte composição no período 2003/2004:

- a - Diretor representante da Diretoria: **Antonio José Vale da Costa**.
- b - Sindicalizado de base indicado pelo GTCA na reunião do dia 19.10.2002: **Roberto Boaventura de Sá**.
- c - Especialista em Comunicação Sindical: **Paulo Miranda** (Sindicato dos Jornalistas de Brasília).



Diretoria do ANDES-SN

ATRIBUIÇÃO EFEITO SUSPENSIVO – REQUERIDO PELO PROFESSOR DALTON MELO MACAMBIRA

TEXTO DE APOIO

A Diretoria do ANDES-SN recebeu, em 24 de junho de 2002, carta do ex-diretor – professor Dalton Melo Macambira – requerendo a atribuição de efeito suspensivo ao recurso que apresentou ao 22º CONGRESSO, da decisão do 44º CONAD, que deliberou impor-lhe a penalidade de suspensão dos quadros do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES-SN) pelo período de 60 (sessenta) meses.

Tendo sido remetida ao 45º CONAD, realizado em Belém-PA, de 1º a 3 de novembro de 2003, a solicitação do professor foi rejeitada, conforme consta da ata da Plenária do Tema II, cujo trecho relativo à referida deliberação é o seguinte: “Colocado em votação, o TR foi aprovado com duas abstenções e nenhum voto contrário, ficando com a seguinte redação: O 45º CONAD rejeita o pedido feito pelo ex-diretor – professor Dalton Melo Macambira – de atribuição de efeito suspensivo ao recurso que apresentou ao 22º CONGRESSO do ANDES-SN da decisão do 44º CONAD, que deliberou impor-lhe a penalidade de suspensão dos quadros do Sindicato pelo período de 60 meses”.

Considerando que o ex-diretor – professor Dalton Melo Macambira – não apresentou nenhum fato novo em seu recurso, a Diretoria do ANDES-SN propõe ao 22º CONGRESSO que rejeite o recurso oferecido pelo professor Dalton Melo Macambira e mantenha a decisão que lhe impôs a penalidade de suspensão dos quadros do Sindicato pelo período de 60 meses.

TR - 15

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN rejeita o recurso apresentado pelo ex-diretor – professor Dalton Melo Macambira - e mantém a deliberação do 44º CONAD de impor-lhe suspensão dos quadros do Sindicato pelo período de 60 meses.

Prestação de Contas do 45º CONAD

Nº	ITEM	Previsão	Despesas ADFCAP	Despesas ANDES-SN
1	Pessoal			
1.1				
	Horas Extras (6 funcionários)	5.000,00	0,00	6.721,09
	Diárias (5 funcionários)	1.750,00	0,00	1.750,00
	Hotel (2 apartamentos duplos e 1 single)	2.338,60	0,00	2.377,76
	Passagens Aéreas	6.223,50	0,00	6.024,62
	Táxi	300,00	0,00	151,00
	SUB-TOTAL	15.612,10	0,00	17.024,47
1.2	ADFCAP S. SINDICAL			
	Horas Extras	600,00	591,68	0,00
	Pessoal de apoio - Pró-labore	2.840,00	2.985,00	0,00
	SUB-TOTAL	3.440,00	3.576,68	0,00
2	Imprensa e Divulgação			
	Impressão do Cartaz Conad	1.750,00	1.750,00	0,00
	Impressão Convites	124,00	157,20	0,00
	Correio (ADFCAP)	485,75	583,35	375,00
	Banner	515,00	595,00	0,00
	Filmagem	800,00	800,00	0,00
	Fotografo	100,00	100,00	0,00
	Reforma salas e banheiros	6.800,00	6.800,00	0,00
	Faixas e Colocação	200,00	805,00	0,00
	SUB-TOTAL	10.774,75	11.590,55	375,00
3	Infraestrutura			
	Xerox	100,00	171,43	0,00
	Papelaria	2.052,45	1.787,93	190,00
	Mantimentos/Material Consumo	764,34	973,93	0,00
	Lanche/Alimentação	1.321,55	1.964,11	0,00
	Combustível	454,00	130,00	0,00
	Água Mineral	160,00	100,00	0,00
	Som (Auditório)	140,00	140,00	0,00
	Fármacia	47,00	49,01	0,00
	Coquetel de Abertura	3.500,00	3.750,00	0,00
	Taxi	317,00	432,60	0,00
	SUB-TOTAL	8.856,34	9.499,01	190,00
4	Material Distribuído para Delegados e Observadores			
	Pastas	2.700,00	2.700,00	0,00

	Camisetas	1.604,00	1.604,00	0,00
	Blocos- rascunhos	200,00	200,00	0,00
	Crachás/ Cartão de Votos	1.071,00	1.071,00	0,00
	SUB-TOTAL	5.575,00	5.575,00	0,00
	TOTAL	44.258,19	30.241,24	17.589,47

TOTAL DE GASTOS COM ORGANIZAÇÃO: 47.830,71

Acerto ADFCAP X ANDES-SN:

Nº	ITEM	Crédito
1	Adiantamento de despesas 17/10/02 (cheque 850598)	10.889,00
2	Adiantamento de despesas 20/12/02 (cheque 850611)	5.000,00
3	Contribuição devida referente Outubro/02	743,58
4	Contribuição devida referente Novembro/02	693,13
5	Contribuição devida referente Dezembro/02	836,02
6	Cota do Rateio da ADFCAP	549,86
	Total	18.711,59
	Valor total despesas da ADFCAP	30.241,24
	Saldo a receber	11.529,65

José Vitório Zago
1º Tesoureiro ANDES-SN

TR - 16

O 22º Congresso do ANDES-SN aprova a prestação de contas do 45º CONAD.



Diretoria do ANDES-SN

HOMOLOGAÇÃO DE TRANSFORMAÇÃO/CRIAÇÃO DE SEÇÃO SINDICAL

TR - 17

Em consonância com os dispositivos estatutários do ANDES-Sindicato Nacional e de acordo com a documentação apresentada, o 22º Congresso do ANDES-SN manifesta-se favorável à homologação da criação das seguintes seções sindicais do ANDES-SN:

1 - SINDIUVA

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Universidade Estadual Vale do Acaraú com a denominação de **SINDIUVA**, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.
Profª Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

2 - SESDFIMES

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Fundação

Integrada Municipal de Ensino Superior em Mineiros com a denominação de **SESDFIMES**, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

3 - SINDFUNESA

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical dos Docentes da Fundação Universidade Estadual de Alagoas com a denominação de **SINDFUNESA**, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Prof. Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

4 - SINDCEFET-GO

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da transformação da ADCEFET-GO em Seção Sindical dos Docentes do Centro Federal de Educação Tecnológica de Goiás com a denominação de **SINDCEFET-GO**, de acordo com o Artigo 70, Parágrafo Único do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

5 - SINDUECE

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical do ANDES na Universidade Estadual do Ceará - UECE com a denominação de **SINDUECE**, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

6 - SINDUEPG

PARECER

A Diretoria do ANDES-Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior manifesta-se favorável à homologação da constituição da Seção Sindical da Universidade Estadual de Ponta Grossa com a denominação de **SINDUEPG**, de acordo com o Artigo 45, § 2º do Estatuto do ANDES-SN.

Brasília, 15 de janeiro de 2003.

Profª Celi Zulke Taffarel
Secretária Geral

TEXTO 18

Diretoria do ANDES-SN

SEDE DO 23º CONGRESSO DO ANDES-SN

As Seções Sindicais que se dispuserem a sediar o 23º CONGRESSO do ANDES-SN deverão apresentar proposta, por escrito, até o dia 9/3/03, para oportunizar a discussão nos grupos mistos do tema Questões Organizativas e Financeiras.

TR - 18

O 23º CONGRESSO do ANDES-SN, será realizado na cidade de, sob a organização, daSeção Sindical do ANDES-SN.

TEXTO 19

Diretoria do ANDES-SN

GRUPOS DE TRABALHO DO ANDES-SN

As Seções Sindicais que desejarem integrar ou modificar a sua participação nos GTs, deverão encaminhar suas propostas à Secretaria do ANDES-SN para homologação no 22º Congresso.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA EDUCACIONAL

TEXTO DE APOIO

AS INSTITUIÇÕES DE EDUCAÇÃO SUPERIOR E A NOVA CONJUNTURA POLÍTICA BRASILEIRA

1 - A herança educacional do governo FHC

O governo Fernando Henrique Cardoso, comprometido com as classes dominantes brasileiras e com o capital financeiro internacional, consolidou o Brasil como laboratório para as reformas neoliberais, ao aprofundar, por meio de seus programas de estabilização e reforma econômica, a implementação de um modelo de características e proporções desastrosas, sem precedentes na história do país: desemprego maciço; salário mínimo de fome; arrochos e confiscos salariais para o funcionalismo público federal, em flagrante violação de dispositivo constitucional, no que foi acompanhado por seus aliados nos estados e municípios; ampliação da concentração de renda e da propriedade agrária; favorecimento generalizado do setor privado; deterioração da vida social nos grandes centros, com o aumento da violência, da mendicância e da criminalidade.

O ajuste fiscal exigido pelos acordos com o Fundo Monetário Internacional (FMI), e a opção política de submissão e subserviência às orientações do Banco Mundial (BM) e da Organização Mundial do Comércio (OMC), implicaram, de um lado, a configuração de um Estado cada vez mais retraído e descomprometido quanto ao financiamento de políticas públicas de interesse majoritário da sociedade e, de outro, o incentivo às iniciativas do setor privado em relação a essas mesmas políticas, constituindo dois dos pilares necessários à consolidação da agenda brasileira junto aos credores internacionais e ao capital financeiro.

Exemplo marcante disso foi a transferência, para o setor privado, por meio de inúmeros mecanismos, do papel do Estado de financiador da educação e da saúde. No caso específico da educação, as reformas implementadas alteraram de forma dramática as concepções e os processos das políticas educacionais concretizadas nos anos 90; seus resultados alarmantes, sempre escamoteados pela propaganda governamental, se traduziram, por exemplo, pela ocupação do 84º lugar mundial quanto ao financiamento da educação, ao nela aplicar, ao longo de seus dois mandatos, menos de 4% do PIB.

Os números e as características da herança

Não faltam dados e informações – obtidos em documentos oficiais¹ – que evidenciem um projeto deliberado de destruição da educação pública em nosso país. O governo de FHC nos deixa perto de 20 milhões de analfabetos, com idade a partir de 10 anos, dos quais aproximadamente 5 milhões na faixa de escolarização obrigatória (7 a 14 anos). A Educação Infantil foi intensamente negligenciada: instituições públicas (creches e pré-escolas) foram fechadas em todo o Brasil em decorrência, entre outros fatores, da exclusão desse nível de ensino das provisões do FUNDEF; menos de 5 milhões de crianças estão matriculadas, do universo de 22 milhões na faixa de 0 a 6 anos. Perto de 3 milhões de crianças, entre 7 e 14 anos, estão fora da escola por falta de vagas. Pelo menos 350 mil docentes continuam atuando na educação básica (em seus três níveis – infantil, fundamental e médio – e suas

¹ Os dados foram obtidos em: www.inep.gov.br, para educação básica e educação superior: www.ibge.gov.br, para dados populacionais; complementarmente em *Democratização do acesso ao ensino público: proposta para institucionalização da UNIREDE* (Brasília, DF: Unirede, 2002), *Os números do ensino privado no Brasil – 2002* [Ano Base: 2001] (Brasília, DF: ABMES, 2002) e *Novas Tecnologias e Desenvolvimento Humano – 2001*: Relatório. (OEA, 2001)

várias modalidades) sem a adequada formação.

O ensino médio, requisito básico para ingresso na educação superior, e particularmente o público, permanece em ritmo lento de expansão, mesmo tendo duplicado entre 1995 (959.545 concluintes) e 2001 (pouco mais de 2 milhões, majoritariamente de escolas públicas estaduais). Se se considera a população de 15 a 18 anos, essa expansão ficou longe de atender a prometida universilização progressiva desse nível de ensino. De um lado, não assimila a demanda gerada pelos egressos do ensino fundamental, de outro, não prepara satisfatoriamente o total de seu contingente para os processos de seleção adotadas para o acesso à educação superior pública. Também nesse nível de ensino, os empresários da educação encontram terreno fértil e lucro certo nos muitos e crescentes cursos do tipo “supletivo de 2º grau em 1 ano”, majoritariamente noturnos, de qualidade questionável, destinados aos alunos-trabalhadores que não encontram na escola pública e na sociedade em geral as condições imprescindíveis para concluir uma educação básica de qualidade.

Na educação superior, a expansão para atender à demanda reprimida se deu pelo favorecimento extremo do setor privado, cujas instituições, somente no 1º mandato de FHC, entre 1994 e 1998, cresceram 36,1%, gerando uma oferta de vagas que passou de 396.682, em 1994, quando empregava 66.197 docentes, para 570.306, em 1998, quando 81.384 professores atuavam no setor. No mesmo período, houve um “encolhimento” da ordem de 4% nas instituições do setor público, em que pese a expansão (pífia!) da oferta de vagas de 177.453, em 1994, para 205.725, em 1998.

O segundo mandato de FHC ampliou consideravelmente os números (e as benesses) do setor privado e manteve quase que estacionários os do setor público. As IES privadas preenchem, hoje, perto de 90% do total de IES, dado que, em junho de 2001, o INEP já registrava 86,84%. Destacam-se, nesse modelo de expansão, os centros universitários, destinados exclusivamente ao ensino, que se multiplicam de forma alarmante, passando de 49 (abril de 2000) para 64 (junho de 2001), uma expansão de 30,6% em apenas 14 meses. As matrículas em cursos presenciais de graduação chegaram a 2.091.529, em 2001, representando 69,02% do total nacional. Já as IES públicas – federais, estaduais e municipais – conseguiram insignificante expansão tanto no número de instituições (183 IES, ou 13,16%, em 2001) como no de matrículas (939.225 estudantes matriculados, em 2001; ou seja, apenas 30,98% do total). Com todo esse favorecimento, todavia é exatamente o setor privado que concentrava, em 2001, cerca de 330 mil vagas ociosas, indicando que o problema da expansão da educação superior não se resolve com benesses.

Foi no setor privado, ou em processos de privatização interna nas IES públicas, que a política educacional relativa à formação de professores encontrou maior ressonância, com os institutos superiores de educação e os aligeirados cursos normais superiores, instituídos pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/1996), normatizados por meio de incontáveis pareceres e resoluções do CNE – Conselho Nacional de Educação – e do combatido Decreto nº 3276/1999. Ao lado desses, foram criados inúmeros programas que, a título de formação continuada de docentes em exercício, vêm oferecendo diploma de graduação após programa de estudos igualmente aligeirado, muitos dos quais semipresenciais ou totalmente a distância que não passam de treinamentos específicos para implementação de parâmetros e diretrizes curriculares da educação básica.

Vê-se, assim, que essa parte da herança educacional do governo FHC tem implicações graves, de longo prazo, uma vez que esses tipos de cursos aligeirados vêm colocando no mercado profissionais do ensino com um padrão de formação questionável, que o poderão agravar a já precária qualidade do ensino fundamental e do ensino médio e suas modalidades. Nesse caso, à semelhança dos cursos seqüenciais (outra forma enviesada de expansão da educação superior), o CNE, instituído e constituído por FHC antes mesmo da promulgação da LDB (Lei 9.131/95, que também cria o Exame Nacional de Cursos de Graduação – o “provão”), teve papel da maior importância, tanto no favorecimento do setor privado, como na definição de diretrizes curriculares pautadas nas orientações técnicas do Banco Mundial.

Não apenas a formação profissional de futuros professores foi atingida pelas diretrizes emanadas do BM. A educação profissional, tanto de nível técnico (associada ao ensino médio) como de nível tecnológico (associada ao ensino de graduação), foi violentamente atacada, pelas mesmas premissas mercadológicas. Por meio, principalmente, do Decreto nº 2.208/1997, promoveram-se a dissociação entre a formação geral e a formação propriamente profissional, a fragmentação dos conteúdos mediante a modularização do ensino, o aligeiramento da formação pela redução de carga-horária. De um lado, o adestramento para cumprimento de tarefas específicas conforme as demandas de mercado, de outro, a formação geral, realizada em escolas de ensino médio, geralmente das redes estaduais, “concomitante” à formação específica, realizada nas escolas profissionalizantes (escolas técnicas, CEFET etc.) – em lugar da educação integrada, anterior ao decreto, e de sua movimentação

política e pedagógica na direção da escola unitária e da formação politécnica, tendo o trabalho como princípio educativo. Assim é que, no nível tecnológico, recupera-se, dos arquivos da década de 70, a figura do tecnólogo, treinado para atender a demandas de segmentos específicos do mercado, supostamente existentes ou passíveis de criação rápida, numa economia em constante mudança.

Também derivada de orientações do BM, a onda expansionista dos centros universitários, já citada, e que ganhou força adicional com o Decreto nº3.860/2001, concretizou a dissociação ensino-pesquisa-extensão, contra a qual tanto tem-se empenhado o movimento docente: diferenciam-se as instituições, separando as IES exclusivamente de ensino daquelas que também realizam pesquisa.

Do conjunto das reformas implementadas pelos governos de FHC para o desmonte da educação superior pública, destaca-se, ainda, na pós-graduação, o Programa de Qualificação Institucional – PQI, lançado no início do ano de 2002 pela CAPES em substituição ao Programa Institucional de Capacitação Docente e Técnica – PICDT. Tal programa tem sido combatido veementemente pelo ANDES-SN por promover na prática a “negação” da capacitação docente adequando o sistema nacional de pós-graduação aos principais eixos da política imposta pelo FMI e pelo BM para a educação superior do país: corte de verbas públicas e controle total sobre as IES. Como já denunciado por nosso Sindicato, o PQI, crivado de critérios discriminatórios e ilegais, veio reforçar o processo de precarização do trabalho docente, dificultando a obtenção da titulação necessária à progressão na carreira, relegando as IES de origem ao papel de meras reprodutoras dos conhecimentos produzidos nos centros receptores. Ao lado disso, veio buscar legitimação institucional para os cortes financeiros impostos pelo governo FHC e para as alternativas mercadológicas para esse financiamento. Como consequência, desde o 1º semestre de 2001, quando ocorreu a última distribuição de cotas, o PICDT se tornou “espécie em extinção” e milhares de docentes, em todo o país, com afastamentos já autorizados por suas IES, foram dramaticamente afetados pelas ações governamentais.

Em suma: Fernando Henrique entregou ao governo Lula um país em que a pífia expansão das vagas combinada com o congelamento dos recursos e do pessoal da educação superior pública aparecem como sérios elementos impeditivos do acesso, da permanência e da conclusão bem sucedida de estudos dos jovens da classe trabalhadora nas IES públicas, paralelamente a explícitos favorecimentos do setor privado, ao qual acorrem esses jovens, até que a inadimplência os expulsa da faculdade.

O legado de FHC, na educação superior, em especial, é um conjunto de IES públicas asfixiadas financeiramente, desprestigiadas institucionalmente, deterioradas materialmente, tornadas incapazes de cumprir, com qualidade e eficiência, suas funções indissociáveis de produção e transmissão de conhecimento. As fundações de apoio institucional, uma forma encontrada pelos administradores das IES para minimizar esses problemas, conduziram ao entendimento de que educação é um “serviço” que deve ser tratado como objeto de compra e venda, ou seja, como “mercadoria”, o que, conseqüentemente, justifica os processos de privatização interna das IES públicas. Ao lado disso, como já evidenciado, fica como herança a prioridade dada às IES privadas, que podem contar, no seu processo de expansão, com o Crédito Educativo, com o FIES (Fundo de Financiamento ao Estudante do Ensino Superior), canalizando recursos públicos para o setor privado e operando como forma compensatória das restrições a que foram submetidas as IES públicas. A esse conjunto de orientações, normas e ações convencionou-se chamar mercantilização da educação superior brasileira, que atinge, também fortemente, a educação profissional em todos os níveis, a pós-graduação e as atividades de pesquisa.

Cabe registrar, finalmente, a grande síntese da política educacional dos dois mandatos de FHC – o Plano Nacional de Educação, instituído pela Lei 10.271, de janeiro de 2001, após rápida elaboração nos gabinetes de Brasília. Em previsível reedição do processo de tramitação e derrota parlamentar do Projeto de LDB gerado, nas palavras de Florestan Fernandes, num “movimento social de conciliação aberta”, o *PNE: Proposta da Sociedade Brasileira*, construído coletivamente durante a realização dos I e II Congressos Nacionais de Educação (Belo Horizonte, MG: 1996, 1997), também foi derrotado no Congresso Nacional pelo conjunto de forças que optou por aprofundar as políticas de ajuste neoliberal que, iniciadas por Fernando Collor, teve seu clímax nos dois mandatos de FHC, com as desastrosas conseqüências conhecidas de todos. A esperada aprovação do PNE, de lavra totalmente governamental e com diretrizes e metas fundadas nas orientações do BM, teve, porém, inesperado desfecho, com os vetos presidenciais apostos, principalmente às metas de financiamento, inviabilizando as propostas para todos os níveis e modalidades educacionais, invocando-se a Lei de Responsabilidade Fiscal nas justificativas. Depois disso, o PNE que FHC deixa de herança sequer pode ser chamado de carta de intenções.

Cabe ressaltar que o MD combateu veementemente a política para a educação brasileira

implementada pelos dois governos de FHC, por meio de diversas ações (denúncias públicas, greves, mobilizações de rua, pressão no parlamento, etc.) que consolidaram o ANDES-SN como sujeito coletivo no confronto com a política governamental de destruição da educação superior pública.

2. Da herança à transição

Duas grandes questões, independentes, mas intimamente relacionadas – *autonomia universitária e financiamento estatal* -, permeiam todas (ou quase todas) as dificuldades apontadas para a educação superior pública, para suas relações com outros níveis e modalidades de ensino, para as instituições responsáveis por seu oferecimento, seja quanto à formulação de políticas seja quanto às formas de sua implementação, e para os profissionais que nelas atuam.

Autonomia Universitária: a luta continua

O MD tem historicamente indicado que na autonomia universitária, prevista no texto constitucional sem qualquer referência à necessidade de sua regulamentação por meio de legislação complementar, reside o grande fio condutor das ações necessárias e capazes de reverter o conjunto de problemas que, ao longo de anos, vêm sendo identificados e divulgados. Todavia, é esse mesmo preceito constitucional que, de tempos em tempos, é ameaçado por governantes que deveriam defendê-lo e dirigentes universitários que deveriam buscar as condições de seu pleno cumprimento.

Nos oito anos de governo FHC, inúmeras tentativas de regulamentação da autonomia foram feitas, com o propósito de possibilitar às universidades que operassem livremente no mercado, sem amarras estatais, para que, em curto prazo, as organizações pudessem caminhar por si próprias. A forte reação dos movimentos organizados de docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes, repelindo todas as propostas governamentais impossibilitaram a vitória do governo até o momento atual. Diante da resistência organizada dos movimentos universitários, o governo FHC, por meio do MEC, utilizou como tática a aproximação com os reitores que passaram a defender a posição governamental convencidos de que essa seria a única solução para resolver os problemas financeiros das universidades. Como resultado, a ANDIFES, desde 1996, vem insistentemente apresentando propostas de regulamentação da autonomia universitária com o fito de operacionalizar a conquista constitucional, defendendo a necessidade de regulamentação do art. 207 da CF/88, por meio de uma proposta de projeto de Lei Orgânica de Autonomia para as IFES. Com essa postura, a ANDIFES pretende fortalecer a política privatista imposta pelo MEC durante o governo FHC, passando a se confrontar com os movimentos organizados no interior das IFES.

Na última versão da proposta de LEI ORGÂNICA DAS IFES (agosto/2002), a ANDIFES fez algumas modificações pontuais no projeto de lei, na tentativa de minimizar as críticas feitas pelo ANDES-SN em relação às versões anteriores, iniciando pelo próprio título do PL, mas que não alteraram a essência da proposta em regulamentar o art. 207 da CF/88. Neste sentido, a avaliação efetivada pelo ANDES-SN e enviada às seções sindicais (Considerações Gerais sobre a Lei Orgânica da Autonomia da ANDIFES – versões de maio e junho) permanece atual, pois o que de fato a ANDIFES vem tentando implementar é justamente o que a Constituição proíbe que a universidade faça em nome de sua autonomia, isto é: a) a cobrança de taxas e mensalidades em diversas modalidades da pós-graduação e da extensão; b) a contratação de pessoal fora do RJU; e c) a fragmentação da carreira docente das IFES.

Dentre os graves problemas que a proposta apresenta, em todas as versões, destacam-se as concepções de *gestão democrática*, de *gestão financeira e patrimonial* e de *financiamento* das IFES.

Para a ANDIFES, *gestão “democrática”* compreende: a) **participação majoritária dos docentes nos órgãos colegiados**; b) **Sistema de IFES** e; c) **Conselho Superior**. Cabe ressaltar que os órgãos colegiados das IFES são instâncias que deliberam sobre o ensino, a pesquisa e a extensão, bem como sobre a administração (o que é omitido pelo projeto) e a gestão financeira e patrimonial. Para o ANDES-SN, cabe ao estatuto definir a forma de participação, desde que obedeça ao princípio constitucional da “gestão democrática”, ou seja, a “elaboração e reformulação dos estatutos das universidades serão feitas através de processo democrático que garanta a participação de professores, estudantes e servidores técnico-administrativos e deliberados por votação direta dos três segmentos, na forma estabelecida por cada universidade” (Caderno 2). De acordo com a proposta da ANDIFES, os estatutos das IES passarão a ser fundamentados pelo projeto de lei e não pela Constituição Federal o que contraria a posição defendida pelo ANDES-SN que compreende que a

autonormação e a autogestão (autogoverno) têm como fundamento o “gozo da autonomia”, conforme o art. 207 da CF/88.

Ao propor a criação de um Sistema de IFES, composto por instituições criadas ou incorporadas e mantidas pela União e, ainda, estender a autonomia – didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial – para as IFES não universitárias, a ANDIFES, além de ferir a constituição federal (que concede autonomia apenas às universidades), defende a fragmentação do Sistema Público de Educação, separando educação superior, básica, infantil e profissional.

Completando a concepção de gestão “democrática”, a proposta da ANDIFES estabelece a formação de um Conselho Superior, composto por dirigentes, (uma ANDIFES levemente ampliada) escolhidos pelos colegiados máximos das IFES, que teria como finalidade, dentre outras, a elaboração de modelos de distribuição orçamentária, a orientação de políticas de gestão de pessoal e a expansão do sistema. Essa proposta se contrapõe aos princípios democráticos defendidos pelo ANDES-SN que defende a criação de um Conselho Interuniversitário constituído por 21 membros que devem ser eleitos de forma direta com a participação dos três segmentos da comunidade universitária, garantindo o princípio da ampla representação (Caderno 2).

Sobre **gestão financeira e patrimonial**, em todas as versões da proposta de Lei Orgânica, a ANDIFES defende que as IFES devem gerar verbas próprias por meio da venda de serviços e cobrança de mensalidades nos cursos *lato sensu* e nos mestrados profissionalizantes, por exemplo. Entre outras ações, assegura a liberdade de trabalhar o orçamento globalmente, podendo remanejar recursos entre todas as rubricas. Desse modo, verbas de pessoal poderiam ser deslocadas para outros custeios de capital. A intenção é clara: reduzir salário efetivo e possibilitar a complementação salarial por meio de “adicional variável” de acordo com a “produtividade” de cada servidor na venda de serviços da instituição. A política de gratificações passaria a ser orgânica, prevendo adicionais variáveis não incorporáveis aos vencimentos e nem à remuneração. O pagamento dessas gratificações deverá ser na forma de pagamento a serviço de terceiros - pessoa física (quando efetuado diretamente pela instituição) com verbas arrecadadas pelo serviço prestado, o que hoje não é permitido para o servidor público. Além disso, somente após cinco anos de promulgada essa lei é que poderá haver suplementação de recursos para pagamento de pessoal, condicionado a um processo de avaliação quantitativa, o que significa na prática **congelamento do salário efetivo por 5 anos**, podendo, no entanto, o servidor que tiver maior empenho na venda de serviços da IFE, receber “penduricalhos” nunca incorporáveis ao salário ou à remuneração. Com isso, muda-se a lógica da instituição que passará a **priorizar** as atividades que possibilitarem **maior arrecadação de recursos externos**, instituindo-se a **lógica competitiva** entre docentes e técnicos-administrativos pela disputa por serviços mais bem pagos pelo mercado. O ensino de graduação e pós-graduação “gratuitos” serão secundarizados em detrimento das atividades que proporcionarem maiores “**ganhos individuais**”. Mantém, também, a liberdade às IFE em “realizar operações de crédito e prestar garantias”, ou seja, a instituição poderá penhorar o patrimônio público sem autorização do congresso nacional como hoje é exigido já que seus bens patrimoniais são propriedade pública.

Quanto ao **financiamento** das IFES, a ANDIFES propõe o **Orçamento Global** podendo haver movimentação de recursos entre as diversas rubricas, inclusive a de pessoal para OCC e vice-versa. O projeto tenta salvaguardar o custeio da folha de pagamento, preconizando que os recursos financeiros mensais assegurarão, no mínimo, as despesas de pessoal e custeio básico. Entretanto, tal garantia é uma falácia, na medida em que fixam um percentual mínimo de 15% para as verbas de OCC o que é incompatível com o custeio de folha de pagamento de pessoal, pois não se pode estabelecer um recurso fixo (85%) para o pagamento de salários por conta de nossa carreira. É importante ressaltar que, desde 1984, os gastos de pessoal têm oscilado entre 87% (1998) a 96% (1989), ora, ao **fixar** em 85% os gastos com pessoal haverá, na prática, a redução de salários dos servidores (o que é possível legalmente na medida em que cerca de 75% do salário atual corresponde a gratificações que podem ser reduzidas). Além disso, somente após 5 anos, se os recursos de pessoal ultrapassarem 85% do total, por meio de avaliação do Executivo, mais verbas deverão ser disponibilizadas pela União. Novamente, a avaliação empreendida pelo governo é associada a critério de distribuição de recursos financeiros. A avaliação é utilizada, desse modo, como instrumento coercitivo para ajustar as universidades aos parâmetros governamentais. Em síntese: a proposta de Orçamento Global da ANDIFES significa concretamente **redução de salário, destruição da carreira e demissão**. Na prática, representa uma capitulação da ANDIFES ao modelo de EXCELÊNCIA preconizado pelo MEC durante os governos de FHC, que nada mais é do que uma cópia do modelo defendido, desde 1991, pelo então Ministro GOLDEMBERG que propôs, também, um número fictício da verba a ser repassada pela União e que era insuficiente para a manutenção das IFE (tanto do custeio como da folha de pessoal).

Nosso sindicato, diferente da ANDIFES, não defende que uma lei infraconstitucional delimite o alcance da AUTONOMIA visto que o Art. 207 – em suas relações com os demais preceitos constitucionais – é, para o ANDES-SN, “bastante em si”. O MD tem, ao longo de sua história, se insurgido contra a submissão da universidade aos controles do poder e contra a sua função meramente de reprodutora das relações sociais. A luta do MD pela autonomia universitária representa: **“autonomia contra a dominação da universidade pelo poder político e pelo poder econômico; autonomia contra a dominação da universidade pelos interesses dos grupos econômicos e políticos dominantes; autonomia contra ser mero agente de dominação regida por critérios de produtividade cuja base é a escola, o ensino e o saber como mercadorias”**².

Em síntese, o anteprojeto de Lei Orgânica das IFES proposto pela ANDIFES se fundamenta na lógica do mercado, na restrição dos mecanismos democráticos de decisão, gestão e controle, na avaliação quantitativa como condição para a concessão do Orçamento Global com controle finalístico, reforçando e legalizando a privatização do ensino superior público. Ao propor uma lei para regulamentar a autonomia universitária, a ANDIFES se contrapõe à concepção de autonomia defendida pelo MD que colocando a necessidade de desenvolver ações imediatas junto ao governo federal e ao Congresso Nacional com a finalidade de denunciar o caráter **privatista e inconstitucional** da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES e intensificar a luta em defesa da construção de uma universidade que contemple, em seu caráter **público, a gratuidade, a democratização interna e o padrão unitário de qualidade**, com vistas a garantir o exercício do direito e garantia individual da *“liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber”* (art. 206, II da CF/88).

Financiamento da educação superior: novamente a mesma política de “fundos”

No que tange ao financiamento da educação superior, a realidade dos oito anos de FHC pode ser sintetizada em algumas palavras-chave: desresponsabilização; desrespeito; condicionamentos; contingenciamentos; restrições; favorecimentos. Em nome do ajuste fiscal, a sistemática desresponsabilização do Estado pelo provimento adequado e suficiente de recursos para as áreas sociais, entre elas, a educação, e a progressiva transferência, de diferente modos, para a esfera privada.

Evidenciaram-se, ao longo deste texto, algumas das modalidades de favorecimento à iniciativa privada, inclusive destinando-lhe recursos públicos subtraídos das instituições públicas, bem como os crescentes condicionamentos, contingenciamentos e restrições quanto à alocação de verbas para a educação pública, a capacitação de docentes, a pesquisa, o investimento nas IES públicas, em especial as federais, completamente asfixiadas financeiramente. As dotações que deveriam se constituir em rubricas orçamentárias passaram a ter existência, condicionada e limitada, por meio de FUNDOS. Inúmeras dessas medidas representariam desrespeito, mais ou menos flagrante, à Constituição Federal. Muito se invocou a Lei de Responsabilidade Fiscal para impedir ou restringir direitos, para inviabilizar ações de relevância social. Muito se emendou a Constituição para que várias dessas medidas governamentais não pudessem ser contestadas como inconstitucionais.

A transição de um governo assumidamente neoliberal para um de orientação democrática e popular gerou muitas e variadas expectativas, sobretudo quanto à reversão de todo o perverso legado de FHC para as áreas sociais e quanto à observância dos preceitos constitucionais.

Todavia, vem, precisamente do Partido dos Trabalhadores, uma Proposta de Emenda à Constituição - PEC, datada de 13 de novembro de 2002 – duas semanas após a vitória da Coligação Lula Presidente – cuja súmula informa: “Altera o caput e acrescenta três parágrafos ao art. 212 da Constituição Federal, ampliando as fontes de financiamento da Educação Superior e criando o FUNDES – Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior”.

Anexados à PEC, dois projetos de lei. Um, denominado “Projeto de Lei sobre Financiamento da Educação Superior”, que “regulamenta o art. 212 da Constituição Federal, disciplinando o Fundo Nacional de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Superior”, instituído no §6º, proposto para a PEC. O outro, intitulado “Projeto de Lei sobre a Instituição da Contribuição Social ao Ensino Superior Público – CSES”, que “Regulamenta o art. 212 da Constituição Federal, disciplinando a Contribuição Social para a Educação Superior (CES), a ser paga por detentores de diplomas de graduação e pós-graduação obtidos em IES públicas às mesmas Instituições.”, introduzida no §8º da PEC.

² CARDOSO, Miriam Limoeiro. Democracia ou controle da Universidade? Contribuição ao V Congresso da ANDES – Cadernos ANDES nº 1 – jan/88, p.86.

A justificativa que acompanha a PEC apresenta consistente argumentação de naturezas política e técnico-financeira, apontando, com clareza, a real possibilidade de ampliação de recursos para a educação superior pública. Todavia, alguns elementos dessa argumentação chamam a atenção, seja por omissão, seja por insistência, seja por escamoteação.

É verdade que “É preciso que o Brasil redefina seu projeto de educação superior, antes que a privatização se cristalize como modelo hegemônico, levando a crescente exclusão da maioria”, mas não se pode omitir que a crescente exclusão da maioria em muito reflete a degradação da qualidade do ensino fundamental que o FUNDEF não resolveu, pois não fazia parte da agenda do governo FHC oferecer à maioria da população uma educação de qualidade, e não resolverá, a persistirem seus atuais padrões operacionais e a falta de controle social desse Fundo. Usar o FUNDEF, assunto das páginas policiais dos jornais do país, como referência para explicitação do FUNDES é, no mínimo, inadequado.

Afirma-se que “O grande problema é a **falta de recursos públicos** mobilizáveis atualmente para se manter e ampliar as vagas dos cursos superiores em instituições federais e estaduais” Afirma-se, *insistentemente*, que parte do problema do financiamento do ensino superior público são os gastos com inativos e pensionistas nas universidades federais e estaduais. Omite-se, porém, que o percentual das Receitas Correntes Líquidas com **Serviços das Dívidas** foi da ordem de **42,6%**, enquanto as **Despesas com Pessoal (37,5%, incluídos os inativos e pensionistas)** somada às **Despesas com Ensino Superior (3,7%)** (dados de 2001) não chegam a esse montante. Faltam mesmo recursos? É de fato urgente “equacionar uma nova fonte de financiamento dos inativos e pensionistas das IFES e das IEES, certamente da seguridade social”? (grifos nossos).

Afirma-se, sobre a Contribuição Social ao Ensino Superior Público – CSES, tratar-se “... com efeito, de uma espécie de retribuição por benefício anteriormente obtido pelo atual contribuinte.” e que ela “oportunamente corrige uma injustiça que se acumulou historicamente: a de que poucos se beneficiaram mais de impostos pagos por todos.”. Escamoteia-se, assim, algo da maior gravidade: os poucos que se “beneficiaram mais” exerceram direito legítimo, constitucional, historicamente construído por todos. Na verdade, essa contribuição adicional do Imposto de Renda, eufemisticamente chamado de “contribuição social”, tem a peculiaridade de ser cobrado sobre direito constitucionalmente estabelecido e nesses termos exercido. E, como o próprio texto da justificativa reconhece, “gratuidade” tem mais valor retórico do que prático, já que nada – rigorosamente nada, na vida social – é gratuito. Essa proposta gera uma estranha sensação de “cheque pré-datado”, entregue ao cobrador de tributos no dia da matrícula em IES pública. A educação dessas pessoas terá deixado de ser gratuita, já que o cheque será descontado depois. Escamoteia-se, abertamente e por tortuosos caminhos, a violação do dispositivo constitucional referente à gratuidade do ensino em estabelecimentos oficiais (art. 206, da CF/1988).

Há duas vertentes a serem exploradas nessa proposta, assinada pelos Deputados Federais Padre Roque e Wellington Dias. Uma, de natureza técnica, a exigir que o movimento docente discuta os números apresentados, analise as várias fontes de arrecadação citadas, compare o modelo oferecido para financiamento com outro já discutido e aprovado nas instâncias deliberativas do sindicato etc., de modo a construir sua participação qualificada nos debates públicos que inevitavelmente acompanharão a tramitação dessa PEC. Outra, de natureza política, a requerer que a base social do ANDES SN se manifeste enfaticamente contra mais um tributo, entre os inúmeros existentes, agora – absurdamente! – sobre o exercício de direito constitucional.

Espera-se que essa PEC não seja amostra de outros instrumentos legais, igualmente repudiáveis, no todo ou em parte, que estejam em gestação no novo governo. A herança recebida de FHC é suficientemente maléfica. Nenhum acréscimo é necessário. Necessários são instrumentos legais capazes de remover do cenário educacional brasileiro todo o entulho autoritário dos últimos oito anos e também as palavras-chave com que abrimos a discussão sobre essa PEC.

3. Proposta do ANDES-SN para a Educação Técnica e Tecnológica

Desde a aprovação da proposta do ANDES-SN para a universidade brasileira, o movimento docente vem se dedicando à tarefa de formular uma proposta político-pedagógica para a educação técnica e tecnológica brasileira. Tendo em vista este propósito, a questão passou a ser debatida com maior profundidade pelo sindicato, sob a coordenação do Grupo de Trabalho de Política Educacional.

Após a edição do decreto 2208/97, que introduziu a reforma do ensino técnico, o debate se intensificou e vários eventos foram realizados, tanto pelas seções sindicais quanto pelo sindicato

nacional, visando denunciar os impactos nefastos da reforma para o sistema nacional de educação e acelerar a construção da proposta para contrapor à concepção político-pedagógica implantada.

Como fruto do amadurecimento deste debate, foi formulada a proposta de transformação dos CEFETs em Universidade Politécnica no I Encontro sobre Educação Técnica e Tecnológica, realizado em Belo Horizonte em 1999. Esta proposta foi apreciada pelo 19º Congresso do ANDES-SN de Juiz de Fora e aprovada, devendo ser formatada para incorporar, em caráter de complementação, o Caderno 2 do ANDES-SN. O 19º Congresso também indicou ao GTPE a formação de uma comissão especialmente designada para este fim. Deliberou, ainda, que a formatação proposta pela referida comissão deveria ser apreciada pelo 40º CONAD para sua efetiva incorporação ao Caderno.

A partir do acúmulo produzido nos debates sobre a proposta de Universidade Politécnica promovido por algumas seções sindicais e secretarias regionais, na gestão 2000/200, avaliou-se que as mesmas categorias teóricas que fundamentaram a formulação da concepção da Universidade Politécnica deveriam nortear a construção da proposta político-pedagógica para toda a rede de educação técnica e tecnológica, ou seja: a dimensão politécnica de educação e os princípios defendidos pelo ANDES-SN para a educação brasileira.

Para tanto, a coordenação do GTPE, gestão 2000/2002, deliberou por realizar um evento envolvendo docentes de toda rede nacional de educação técnica e tecnológica (das escolas técnicas e agrotécnicas vinculadas às universidades, dos CEFET's da base do ANDES-SN e do SINASEFE, do Centro Paula Souza, e dirigentes do SINASEFE). Este evento foi projetado para o segundo semestre de 2001 no Maranhão, mas, em decorrência da greve do setor das federais, ficou inviabilizada a sua realização no período.

A coordenação do GTPE da atual diretoria deu conseqüência a este intento e realizou, no período de 4 a 7 de dezembro em Niterói, o II Encontro Sobre Educação Técnica e Tecnológica que teve como tema central "**Os Nexos entre o Mundo do Trabalho e Educação Técnica e Tecnológica**". Como síntese do evento, pode-se destacar duas questões básicas, qual sejam: a reforma do ensino técnico e seu significado para o Sistema Nacional de Educação e a concepção de politécnica, escola unitária e o trabalho como princípio educativo, na perspectiva da formulação da proposta político-pedagógica para a rede nacional de educação técnica e tecnológica.

Os efeitos perversos da Reforma da educação profissional

A denominada reforma da educação profissional, sob o argumento de expansão, diversificação e flexibilização da oferta visou à constituição de um sistema de formação específico e a promoção de modalidades educativas substitutas ou alternativas à educação básica e superior, acentuando a dualidade estrutural e a segmentação social da educação nacional e produzindo uma situação de ambigüidade na qual as instituições públicas de educação técnica e tecnológica reduziram a sua oferta de educação regular e gratuita e incrementaram sua ação em cursos e atividades extraordinárias e pagas. Nesse sentido, a reforma educacional constituiu-se como instrumento de uma perversa estratégia de utilização de recursos públicos para induzir à desescolarização e ao empresariamento das instituições públicas, mediante o intento de sua reconversão em empresas educacionais situadas no âmbito de um mercado privado de educação profissional.

Segundo a lógica desta concepção, a educação profissional passa a ser complementar à educação básica, devendo realizar-se ao longo da vida dos indivíduos. O Decreto nº 2.208, de 17 de abril de 1997, tenta colocar em prática as orientações das políticas públicas para a educação básica e profissional já anunciadas no decorrer da década de 90, nos discursos, propostas e documentos apresentados pelo Estado brasileiro, empresários, organismos internacionais e sindicatos de trabalhadores.

Com as mudanças propostas pelo Decreto 2.208/97, o então governo esperava estar atribuindo maior coerência às políticas educacionais dos anos 90, quando o ensino fundamental era objeto de atenção como meio de garantir a equidade social mediante a extensão do seu atendimento (em padrões, vale ressaltar, muito baixos) e a educação profissional, vista como direção para o mercado de trabalho, melhor dizendo, para a empregabilidade.

O referido decreto separou a educação profissional da educação regular, ou seja, do ensino médio, agora etapa final da educação básica. A educação profissional passou à condição de complemento da educação básica e geral, constituindo-se em um sistema paralelo ao sistema escolar, que deverá organizar três tipos de formação, sendo elas: básica – não exigindo escolaridade prévia e podendo ter duração variável; técnica – educação profissional de nível médio que exige a conclusão da educação básica regular ou deve ser feita em concomitância com o ensino médio; e a tecnológica –

formação profissional de nível superior. Assim, a educação profissional passou a relacionar-se com outras modalidades de ensino e não mais só com o ensino médio.

Os argumentos em favor da reforma insistem na idéia de que a educação profissional deverá estar estreitamente vinculada aos estatutos profissionais regulamentados. Como já vem sendo demonstrado por estudos e pesquisas na área de educação e trabalho, a formação profissional nos últimos tempos tem apontado para um caráter mais genérico, o que tem valorizado a educação básica como necessária e indispensável. O reconhecimento dessa tendência tem obrigado os órgãos competentes a pensarem políticas que articulem as duas esferas de formação. Os sistemas públicos de ensino, imbuídos da obrigação legal e política de oferecer acesso universal à educação básica procuram propiciar aos excluídos do sistema econômico uma educação que permita a eles defenderem-se socialmente, buscando alternativas criativas e factíveis para tentarem garantir sua própria sobrevivência.

Nos relatos de experiências apresentados por docentes das várias instituições e unidades acadêmicas que constituem a rede nacional de educação técnica e tecnológica nacional foram analisados a realidade atual, desafios e perspectivas da educação técnica e tecnológica a partir do local de trabalho. Avaliou-se que as políticas e reformas educacionais realizadas no período de FHC foram norteadas pelo ideário neoliberal e, ainda que de maneira tópica, pontual, fragmentada e aparentemente caótica, tiveram uma direção e objetivos precisos: a fragmentação e aniquilamento do sistema nacional de educação, a progressiva privatização das instituições educacionais públicas e a completa submissão da atividade educacional à lógica e às práticas mercadológicas.

A visível degradação dos resultados da reforma nas já saudosas Escolas Técnicas Federais, a desqualificação da formação profissional e sua desarticulação com o ensino médio apontam um quadro onde é vital mudarmos a atual política. Seu caráter autoritário tem de ser alterado por uma profunda discussão nacional sobre a política de formação das classes trabalhadoras e sua relação com uma política de desenvolvimento sustentável da sociedade. A participação na construção de alternativas tendo em conta a realidade de um Estado desprivatizado é um dos grandes desafios na reconstrução dessa política. Sindicatos, universidades, entidades de classe e entidades profissionais não podem estar ausentes desse desafio. Uma postura cidadã ante a realidade das escolas de formação profissional os impulsiona à luta por mudanças.

A criação de um sistema nacional de educação, e não de sistemas fragmentados, é o caminho para a implementação dos esforços necessários a fim de garantir educação básica às gerações futuras, superando os limites da baixa escolaridade da população, o que compromete a formação profissional e o exercício da cidadania. Esse é o caminho já trilhado pelos países desenvolvidos. Esse caminho começa sustentando a educação como direito, democratizando seu acesso e garantindo a permanência de todos e de todas em um sistema nacional de educação com qualidade social, definida pelo IV CONED.

A concepção filosófica da proposta de Educação Técnica e Tecnológica do ANDES-SN

Um projeto de impacto para a formação profissional passa pela articulação dessa política em um "sistema nacional de ensino", que rompa com a fragmentação a que está submetida a atual política educacional, em que estados, municípios e união desenvolvem políticas de forma desarticulada, que despotencializam resultados e esperanças. A necessidade de um sistema nacional de educação integrado tem de estar, também, articulado com a revitalização do sistema produtivo nacional e com a produção de conhecimentos e tecnologia nas diversas áreas. A ativação dessa política possibilitará a ampliação do mercado interno e o crescimento equilibrado na agricultura, indústria, comércio e serviços. Esse esforço deve estar comprometido, sobretudo, com a redução das enormes desigualdades sociais e econômicas presentes em todas as regiões do país.

A educação é, nessa concepção, ao mesmo tempo determinada e determinante da construção do desenvolvimento social sustentável de uma nação soberana. É estratégica a superação definitiva da concepção que separa a educação geral, propedêutica, da específica e profissionalizante. A primeira, destinada aos ricos, e a segunda, aos pobres. Mais que isso, temos de eliminar a subordinação da política educacional ao economicismo e às determinações do mercado, que reduz a educação à treinamento, à preparação para ocupar postos de trabalho transitórios. Temos construído experiências teórico-políticas que apontam definitivamente para uma escola unitária, que supere o dualismo da organização social brasileira e que colabore para a organização do sistema nacional de educação.

A educação profissional não pode estar separada da educação básica. Ao contrário, a educação básica deve se estruturar em consonância com o avanço do conhecimento científico e tecnológico, fazendo da cultura técnica um componente da formação geral, definitivamente articulada com a produção de trabalho e renda. Não podemos adiar a construção de uma política educacional que possibilite uma formação integral, humanística e científica, construtora de sujeitos autônomos, críticos, criativos e protagonistas da cidadania ativa. Nesse sentido, precisamos superar a nomenclatura “nível básico, técnico e tecnológico”, pois essa configuração não tem sentido em um sistema educacional que entende a formação profissional fundamentada no conceito de educação tecnológica, que se inicia com a educação básica e se consolida com o ensino superior. Dessa forma, a política de educação básica, como parte do sistema nacional de educação, deve estar articulada política e institucionalmente com o ensino superior, como fator necessário para rompermos com a condição histórica de subalternidade e de dependência científica, tecnológica e cultural do país. Por essas características, as universidades públicas e os institutos de pesquisa devem ser integrados ao processo de desenvolvimento nacional, considerando sua importância na recuperação da capacidade de produção de tecnologia e seu papel de instância crítica perante a sociedade.

Nessa concepção, em que a educação profissional não está apartada do sistema de ensino, a educação básica deve ter como objetivo também a formação integral do cidadão. Isso significa que deve discutir o mundo do trabalho de seu caráter unitário. Para tanto, é urgente a revogação do Decreto 2.208/97 e de todo entulho autoritário que o sucedeu. Ele é radicalmente incompatível com um projeto democrático de educação adequado ao baixo nível de escolaridade básica e de formação profissional da população brasileira. Em seu lugar, a sociedade brasileira, por meio de entidades representativas das lutas populares, em especial de professoras e professores, estudantes e trabalhadores e trabalhadoras em escolas e universidades, deve ser chamadas a preparar as novas diretrizes e ações que o novo governo poderá implementar.

Também é fundamental restaurar o papel das escolas técnicas federais e estaduais e dos CEFETs, desestruturadas pelo decreto 2.208/97. A história da educação brasileira e seu processo de desenvolvimento mostra que é possível e necessária a existência dessa rede de escolas que desenvolvam, de forma integrada, a formação geral e a formação técnica, exatamente em uma perspectiva de educação tecnológica. O que é fundamental é retomar fortemente a integração do ensino médio ao técnico, já definidos pela LDB, possibilitando aos estudantes se integrarem ao trabalho complexo na produção bem como prosseguirem continuamente nos estudos.

Nessa mesma direção, torna-se urgente superar a ambigüidade da educação profissional fragmentada, desenvolvida por diferentes programas de governo. Hoje essa diversidade se expressa por meio do ROEP, no Ministério da Educação, do PLANFOR, no Ministério do Trabalho, do PROFAE, no Ministério da Saúde, além de tantos outros que coexistem a título de formação profissional continuada. O fundamental e estratégico é definirmos, a título de formação profissional inicial e continuada, o ensino fundamental como patamar mínimo de escolaridade, buscando-se, por intermédio do Plano Nacional de Educação, criar as condições necessárias para, a médio prazo, trazer esse patamar para a educação básica, isto é, o ensino fundamental mais o médio.

Um projeto de construção de uma nova hegemonia social tem como fundamento o princípio educativo do trabalho, a escola unitária e a politécnica. A Politécnica e a Escola Unitária, concebem a educação como prática sociohistórica centrada na relação entre a vida do indivíduo e a história do gênero humano. Este conceito identifica a atividade educacional orientada para o desenvolvimento das subjetividades mediante a relação entre objetivação e apropriação tendo em vista a humanização e a busca da superação da alienação. A escola unitária propõe-se a ser a síntese e a universalidade concretas, ou seja, ela seria o resultado da luta social contra a prevalência, na sociedade e nas relações educativas, da divisão social do trabalho, do individualismo, do localismo, do regionalismo, do nacionalismo chauvinista, do racismo e do sexismo. Tais tendências limitariam as perspectivas do desenvolvimento humano. Esse desenvolvimento, encontraria, na concepção da politécnica seu sentido omnilateral, ao considerar o ser humano como uma totalidade histórica e concreta, como unidade na diversidade física, psíquica e cultural.

Em síntese, as diretrizes para a formulação da proposta político-pedagógica para rede de educação técnica e tecnológica qual seja: o sistema nacional de educação deve considerar o trabalho como princípio educativo, a escola unitária como diretriz organizativa e estrutural e a formação politécnica como *práxis* pedagógica. Integrada a esse sistema, a educação técnica e tecnológica deve ser concebida como um processo de construção social que seja, a um só tempo, processo de qualificação profissional e de educação científica e ético-política. Um processo que considere a tecnologia como produção do ser social, isto é, produto das relações sociohistóricas e culturais de poder e propriedade e que, ao mesmo tempo, considere a educação como processo mediador que

relaciona a base cognitiva e material da sociedade. Nessa concepção, nem a educação pode ser considerada mercadoria, nem a educação técnica e tecnológica pode ser reduzida a meros processos de adestramento ou treinamento, senão que são direitos sociais inalienáveis e base de autodeterminação de um povo no contexto das complexas organizações societárias contemporâneas. Assim fundamentalmente a rede de educação técnica e tecnológica se estruturará em dois níveis de ensino: o médio e o superior. O nível médio compreende a transmissão do conhecimento a partir de uma dimensão global, apresenta-se como uma síntese superadora do academicismo clássico e do profissionalismo estreito.

A proposta curricular deve viabilizar: a compreensão das relações sociais de trabalho em articulação com as relações sociais mais amplas, por meio de conteúdos sociohistóricos não tomados em si mesmos, mas à luz de um processo de trabalho em questão; aquisição dos princípios científicos subjacentes a cada forma tecnológica específica do processo de trabalho em discussão; a aquisição dos códigos e das formas de comunicação específica de cada esfera produtiva; a discussão das formas de participação na vida social e política a partir da participação no processo produtivo.

Nessa perspectiva, não tem lugar o ensino da física ou da matemática ou da história em si mesmos, como se fossem áreas do conhecimento independentes e autosuficientes. A formação do técnico de nível médio possibilitará o ingresso imediato no mercado de trabalho ou o prosseguimento dos estudos pelo acesso à educação superior.

4 - Perspectivas apontadas na conjuntura atual para a política educacional

Antes mesmo de sua nomeação como Ministro da Educação, o Prof. Cristóvam Buarque, já apontava as dificuldades que teríamos em nossa relação com o novo governo. A proposta de criação do Ministério do Ensino Superior, uma pasta específica para cuidar das universidades federais, desencadeou uma reação imediata das entidades sindicais, acadêmicas e científicas, contrárias a tal possibilidade. Os setores populares e democráticos da sociedade brasileira, expressaram no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira que a organização da educação nacional deve ter como eixo central um Sistema Nacional de Educação, “concebido como expressão institucional do esforço organizado, autônomo e permanente do Estado e da sociedade brasileira pela educação, tendo como finalidade precípua a garantia de um padrão unitário de qualidade nas instituições educacionais públicas e privadas em todo o país (...) a articulação dos diferentes níveis e sistemas de ensino, integrando a educação formal e a informal” (p.23). A implementação de tal proposta “colidiria com todos os encaminhamentos contra a mercantilização do ensino produzidos ao longo dos ásteros anos 90 e coroaria o êxito das políticas neoliberais”³. Felizmente Lula da Silva não concordou com a implementação de uma medida dessa envergadura e o Ministro teve que recuar publicamente.

Demonstrando disposição ao diálogo, após ser anunciado como Ministro da Educação pelo presidente Lula, o prof. Cristóvam Buarque visitou o ANDES-SN, no dia 26 de dezembro quando anunciou que não tomará qualquer decisão relacionada às universidades sem consultar os interessados. Buarque disse ainda que seu gabinete estará permanentemente aberto para o ANDES-SN. “Sou um parceiro dos professores”, enfatizou e convidou o sindicato a participar da revolução na educação”. Apesar da disposição em dialogar com todos os movimentos organizados da educação nacional, conduta que difere do governo anterior, é absolutamente necessário que o Sindicato se mantenha vigilante nas ações do MEC pois, nas entrevistas do Ministro divulgadas pela mídia (que na sua maioria expressam suas idéias pessoais), algumas das suas pretensões divergem das posições históricas defendidas pelo MD para a educação pública brasileira (como exemplo: a defesa da manutenção do provão; adoção do processo seletivo seriado nas universidades; dobrar o número de vagas em universidades públicas, oferecendo, principalmente, novos cursos a distância nas áreas de licenciatura)

A conjuntura atual para a política educacional aponta a importância em ressaltar o papel do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública como legítimo porta voz da sociedade organizada junto ao novo governo na discussão das propostas educacionais para o país. Em audiência realizada no dia 14 de janeiro com o Ministro da Educação, foi enfatizada, a legitimidade do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, integrado por mais de 30 entidades de caráter sindical, acadêmico, científico, estudantil e movimentos populares, dos quais, 18 estavam presentes à audiência, num total de 25 pessoas. Como resultado da audiência, o Ministro reconheceu que o Fórum poderá ser uma

³ LEHER, Roberto; LUCAS, Luis Carlos – **Universidades no MEC, contra a mercantilização da Educação.**

base de apoio fundamental para construir propostas e um elemento-chave de pressão política. Ressaltou, ainda, a importância de manter o diálogo permanente com o Fórum para transformar as propostas em ações concretas, dispondo-se a participar do Seminário de Trabalho que o Fórum realizará nos dias 20 e 21 de fevereiro.

Sendo o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública o *locus* político de consenso entre as entidades científicas, sindicais e estudantis da sociedade brasileira, o ANDES-SN, como uma das entidades que integram sua Secretaria Executiva, deve se empenhar em seu fortalecimento, priorizando a Agenda Política do Fórum para 2003. A história nos ensina que somente com unificação da luta, mobilização e pressão política é possível conquistar nosso sonho de garantir ao povo brasileiro uma educação pública, gratuita, laica, democrática e de qualidade socialmente referenciada, conforme expressa no Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira.

Em síntese, a conjuntura atual aponta a necessidade do MD retomar urgentemente a mobilização para intensificar a luta em defesa da educação pública, gratuita, laica, democrática, autônoma e de qualidade socialmente referenciada, fortalecendo o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública na perspectiva de conseguir a implementação, pelo novo governo federal, de medidas emergenciais para a educação brasileira.

TR – 20

O 22º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que:

1. O ANDES-SN deverá desenvolver ações imediatas junto ao governo federal e ao Congresso Nacional com a finalidade de impedir a aprovação da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES, que objetiva regulamentar a autonomia universitária prevista no artigo 207 da CF/88, com a intenção de legalizar a privatização interna das IFES, normatizar a cobrança de taxas e mensalidades na pós-graduação (*laço sensu*, mestrados profissionalizantes) e na extensão; de contratar pessoal fora do RJU e de desregulamentação da carreira docente das IFES.

2. As Seções Sindicais do ANDES-SN deverão implementar ações junto aos órgãos superiores das universidades pela não aprovação da proposta de Lei Orgânica de Autonomia da ANDIFES, denunciando seu caráter privatista e inconstitucional.

3. As Seções Sindicais do ANDES-SN deverão intensificar as ações de denúncia e combate às medidas que vêm sendo implementadas pelas administrações das IES públicas que acentuam e aceleram o processo de privatização interna e a mercantilização das atividades educacionais por meio de contratos e convênios de prestação de serviços com governos municipais e estaduais e empresas públicas e privadas.

4. O ANDES-SN deverá lutar pela retirada imediata do Projeto de Emenda Constitucional n. 573/2002 (de autoria do Padre Roque, Wellington Dias e outros), denunciando seu caráter de tributação sobre direitos constitucionais (artigo 206 CF/88) mediante recolhimento de imposto na declaração de renda de pessoa física, pelos detentores de diplomas de graduação e pós-graduação de IES públicas, acabando, na prática, com a gratuidade do ensino superior público, sob a alegação de buscar complementação para o financiamento da educação superior.

5. A Proposta de Educação Técnica e Tecnológica do ANDES-SN, consolidada no II Encontro sobre Educação Técnica e Tecnológica, a ser aprovada neste evento, terá sua aplicação prática ser amplamente discutida no interior de cada Instituição Pública de Ensino.

6. O ANDES-SN deverá intensificar sua participação no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública com vista ao seu fortalecimento, reconhecendo-o como *locus* político de consenso e legítimo representante das entidades científicas, sindicais e estudantis da sociedade brasileira na interlocução com o governo federal para a proposição das políticas educacionais para o país.

7. O ANDES-SN deve intensificar a luta para que sejam implementadas pelo governo federal como **medidas emergenciais** para a educação, as resoluções já aprovadas pelas instâncias deliberativas do sindicato, abaixo indicadas:

a- Consolidação de um Sistema Nacional de Educação conforme propõe o *PNE: Proposta da Sociedade Brasileira*, revogando imediatamente toda a legislação que impede ou fere a organização e o funcionamento democrático da educação brasileira.

b- Respeito ao artigo 207 da CF/88 que garante a autonomia das universidades, revogando todo o entulho autoritário (leis, decretos, portarias, resoluções, medidas provisórias etc.) que restrinjam o exercício pleno da autonomia universitária;

c- Revogação do Decreto 1.916/96 e da Lei 9.192/95, que regulamentam a escolha de dirigentes das

Instituições Federais de Ensino, respeitando as normas estabelecidas pela comunidade acadêmica no interior de cada Instituição de Ensino para normatização e definição do processo de escolha dos dirigentes;

d- Revogação, em caráter de urgência, do Decreto 2.208/97 e toda a legislação que consolidou a reforma do ensino técnico, com IMEDIATO RETORNO DO ENSINO MÉDIO INTEGRADO (formação profissional integrada à educação geral) nos CEFET (antigos e novos), Colégios Técnicos e Agrotécnicos, até que seja realizada uma nova reforma para a Educação Técnica e Tecnológica com a ampla participação dos professores, estudantes e servidores técnicos-administrativos;

e- Revogação do Decreto 3.860/2001, das Portarias Ministeriais 1.465/2001; 1.466/2002 e 2.402/2001 e a Medida Provisória 2.143-35 de 27 de julho de 2001 (que dispõem sobre a organização do ensino superior, avaliação de cursos e instituições, autorização para expansão de vagas e dá outras providências);

f- Criação do Fórum Nacional de Educação e alteração do CNE, tanto na sua composição quanto nas suas atribuições, conforme proposto no PL nº 2442/2000 de autoria dos deputados Gilmar Machado e Valter Pinheiro, que restabelece o PL 1.258/88 (Projeto de Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aprovado pelo Câmara dos Deputados);

g- Revogação dos Decretos 3.276/99 e 3.462/2000 e de todas as resoluções do CNE que deslocam a formação dos docentes das Faculdades de Educação para as Escolas Normais Superiores, Institutos Superiores de Educação e CEFET, e aprovar o PDL 385/2000, que faz cessar os efeitos do Decreto 3.276/99, restabelecendo o papel da universidade como *locus* da formação do educador, no interior das faculdades e centros de educação;

h- Transformação dos CEFET (Rio de Janeiro, Paraná, Bahia, Minas e Maranhão) em UNIVERSIDADES, mantendo o ensino integrado, a graduação e a pós-graduação;

i- Realização de auditoria urgente da utilização dos recursos financeiros do FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), do PROEP (Programa de Expansão da Educação Profissional), nas Fundações de Apoio (das Universidades, das Faculdades Isoladas e dos CEFET) e nas Cooperativas das Escolas Técnicas transformadas em CEFET.

j- Reposição imediata das vagas dos docentes da Educação Superior e da Educação Básica da rede Federal (Colégios de Aplicação, Colégios Técnicos, Agrotécnicos e CEFET), com realização de concurso público pelo RJU;

k- Expansão das vagas para discentes nas IFES, condicionadas à ampliação de recursos orçamentários, criação de vagas para docentes e técnicos-administrativos, melhoria na infra-estrutura e aquisição de equipamentos, garantindo o padrão unitário de qualidade;

l- Suspensão do Programa de Qualificação Institucional (criado pelo MEC em 2002 em substituição ao PICDT) e ampliação do número de bolsas do PICDT (para mestrado e doutorado), com reajuste nos valores das bolsas e abertura de discussão para a implementação do Plano Nacional de Capacitação Docente do ANDES-SN;

m- Reconhecimento do *PNE: Proposta da Sociedade Brasileira* como documento de referência política, pedagógica e metodológica para a educação brasileira;

n- Suspensão da criação de novas Instituições de Ensino Superior privadas, bem como a autorização de novos cursos e investigação imediata das autorizações de cursos desde 2000;

o- Arquivamento do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica;

p- Extinção do Provão e da Avaliação das Condições de Oferta (por meio da revogação da Lei 9.131/95), do ENEM e do SAEB, instituindo mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos do Sistema Nacional de Educação, com a participação de todos os envolvidos no processo educacional, mediante uma dinâmica democrática, legítima e transparente, que parta das condições básicas para o desenvolvimento do trabalho educativo até chegar a resultados socialmente significativos;

q- Suspensão da implantação de cursos seqüenciais.

RECOMENDAÇÃO:

1 - O ANDES-SN recomenda as Seções Sindicais que desenvolvam estudos sobre os processos seletivos para ingresso nas IES públicas e privadas (como o vestibular, seleção seriada, e outros) para posterior posicionamento sobre o mesmo.

O COMBATE À PRIVATIZAÇÃO DA UNIVERSIDADE PÚBLICA PELAS FUNDAÇÕES PRIVADAS DITAS “DE APOIO”

TEXTO DE APOIO

“O que se passou, entretanto, no Direito Brasileiro é que foram criadas inúmeras pessoas designadas como “fundações”, com atribuições nitidamente públicas, e que sob este aspecto, em nada se distinguiam das autarquias. O regime delas estaria inevitavelmente atrelando-as às limitações e controles próprios das pessoas de Direito Público. Entretanto, foram batizadas de pessoas de Direito Privado apenas para se evadirem destes controles moralizadores ou, então, para permitir que seus agentes acumulassem cargos e empregos, o que lhes seria vedado se fossem reconhecidas como pessoas de Direito Público.” (Bandeira de Mello, 2001, pg 144)

“Outro aspecto que merece uma análise detalhada diz respeito aos convênios firmados entre instituições públicas de ensino superior, através de suas fundações de apoio e instituições particulares, para oferta de cursos de especialização em que os alunos pagam mensalidades...” (continuação parágrafo seguinte) “...porque estão sendo flagrantemente violados tanto o dispositivo do art. 206, inciso IV da CF, que trata da gratuidade do ensino nos estabelecimentos oficiais, como o art. 208, inciso V da CF que dispõe que o dever do Estado para com a educação deve se dar mediante a garantia de acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; quarto, porque o ensino pago passa, indevidamente, a também fazer parte do ensino de pós-graduação público” (Maliska, 2001, pg. 212)

No final dos anos 80 e ao longo dos anos 90, um mal-estar foi tomando corpo na Universidade de São Paulo. Os setores comprometidos com a defesa da escola pública, gratuita e de qualidade passaram a sentir que a USP vivia um processo de crescente privatização “por dentro”, caracterizada pela realização de negócios (venda de projetos, cursos e outros serviços) por grupos de docentes, os quais instituíram, com essa finalidade, fundações privadas montadas à sombra das próprias unidades.

Esse processo recebeu grande impulso com a chamada “flexibilização” do Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), que a USP passou a permitir desde 1988, quando da aprovação do estatuto em vigor. A “flexibilização”, ao fazer do RDIDP um regime de dedicação *integral, ma non troppo*, liberou os docentes que assim o desejassem para um intenso envolvimento com atividades privadas lucrativas, ao abrigo das autodenominadas “fundações de apoio”.

Na mesma época, no plano internacional e no plano nacional, criava-se um ambiente favorável às reformas que viriam a ser chamadas de neoliberais. A derrota do bloco democrático-popular nas eleições presidenciais de 1989 foi a senha para a implantação das primeiras medidas de cunho neoliberal, por iniciativa de Fernando Collor. Mas foi a partir de 1995, com a chegada de Fernando Henrique ao poder, que tomaram forma certas inovações legais destinadas a privatizar o serviço público, inclusive na educação, como a figura das “organizações sociais” concebida por Bresser Pereira e as benesses concedidas às fundações privadas na Lei de Licitações e no relacionamento com as universidades federais.

Na USP, apesar das fartas evidências de que as fundações “de apoio” constituíram-se num poder paralelo, e de que exerciam influência deletéria sobre a docência, a pesquisa e a extensão, as entidades representativas da comunidade defrontavam-se com a escassez de dados sobre a atividade daquelas instituições. Escassez, diga-se logo, devida à absoluta falta de transparência das fundações “de apoio”. Da necessidade de qualificar o debate, intervindo nele com informações substanciais sobre os resultados financeiros dessas instituições e as quantias repassadas à USP, bem como sobre a natureza de seus negócios, nasceu na direção da Associação dos Docentes da USP a idéia de empreender uma reportagem investigativa de fôlego sobre o assunto.

O dossiê publicado pela **Revista Adusp** em 2001, compreendendo as edições 22, 23 e 24 (disponíveis no endereço: www.adusp.org.br), correspondeu à expectativa e ao esforço nele aplicado, revelando uma massa de informações que não deixa margem a dúvidas sobre a extensão dos danos provocados à USP pela presença e atividade das fundações “de apoio”. A edição 27 (especial) da **Revista Adusp**, publicada em outubro de 2002, complementou o dossiê ao denunciar a inacreditável quantidade de cursos pagos oferecidos pela USP em “parceria” com instituições privadas.

Ao introduzir no debate esse substrato empírico, a Adusp tirou o chão aos defensores das fundações “de apoio”, acostumados a tecer longas arengas sobre as supostas qualidades das suas instituições, sem jamais mencionar o reduzido valor dos repasses efetuados às unidades da USP “apoiadas”, nem os elevados ganhos pecuniários de alguns docentes, responsáveis por projetos transacionados diretamente com o poder público, sem licitação, ou envolvidos com cursos de especialização oferecidos a empresas ao preço de 20 mil reais por aluno, ou com qualquer outro negócio privado realizado sob a chancela da marca “USP”.

A iniciativa da Adusp não somente estimulou a resistência de docentes, estudantes de graduação e pós-graduação e funcionários, mas foi por sua vez informada e enriquecida por tais experiências de luta. Solidarizou-se com a decisiva ação dos estudantes, que em 2001 por duas vezes precisaram ocupar o Conselho Universitário para impedir a aprovação de uma oportunista proposta da Reitoria de nova “regulamentação” dos vínculos com as fundações privadas “de apoio”, que na verdade retirava do Conselho Universitário a competência de aprovar os convênios com essas entidades, passando esse poder exclusivamente para o reitor, e em conjunto com estudantes e funcionários participou de uma audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa, conforme publicada no DO de SP de 22/11/2001, onde ficaram evidentes tanto as várias irregularidades da atuação dessas fundações privadas como a quase total falta de controle sobre elas, seja no âmbito da própria universidade, no Tribunal de Contas do Estado ou por parte da Curadoria das Fundações do Ministério Público.

O dossiê “Fundações” da **Revista Adusp** trouxe uma vasta gama de informações sobre as fundações “de apoio”: seu *modus operandi*, a escala de seus ganhos, os imbricamentos na burocracia da USP e no governo estadual. Tais dados foram colhidos mediante dificuldades surpreendentes, o que ensinou sobre o poder dessas entidades.

A maior parte dos documentos foi obtida nos arquivos da Curadoria de Fundações da capital paulista. As quase vinte fundações privadas “de apoio” vinculadas ao campus central da USP são, ou deveriam ser, fiscalizadas por essa Curadoria, pertencente ao Ministério Público Estadual. A ela cabe também fiscalizar cerca de 400 outras fundações privadas atuantes na capital e que nada têm a ver com a USP. Por lei, as fundações privadas, inclusive as “de apoio” à USP ou às suas unidades, têm de enviar a essa Promotoria seus balanços financeiros anuais, atas das reuniões dos órgãos de direção e outros documentos relevantes.

O estudo desse conjunto de papéis, cuja maior parte foi providentemente selecionada e copiada pela equipe da **Revista Adusp** antes mesmo de vir a público a primeira parte do dossiê “Fundações”, permitiu entender o que são e como agem essas organizações. Não foi por outro motivo que já a partir da publicação da **Revista Adusp** 22, a primeira do dossiê, nosso acesso à documentação da Promotoria foi interrompido, depois que o Reitor da USP, professor Jacques Marcovitch, que presidiu durante sete anos a Fundação Instituto de Administração (FIA), telefonou para a Promotoria para protestar contra a divulgação dos papéis.

Desse momento em diante, pode-se ter acesso a pouquíssimos documentos da Promotoria das Fundações da capital. Passou a ser necessário recorrer diretamente aos cartórios onde as fundações “de apoio” registram suas atividades. Descobriu-se, então, que algumas dessas entidades “espalham” documentos em mais de um cartório, o que dificulta a busca. Informações foram ainda acessadas nos tribunais de Contas da União (TCU) e do Estado (TCE) e em diversas fontes oficiais ou não.

E, especialmente a partir do segundo número do dossiê, foi dado amplo espaço para a manifestação dos dirigentes das fundações “de apoio”, por meio de entrevistas e artigos. O discurso dessas pessoas revela, de forma muito eloqüente, que tipo de fenômeno está (ou esteve) em curso na USP e em diversas outras universidades brasileiras: uma privatização insolente, realizada às escâncaras, que se pretende absolutamente “natural” e que joga na contramão da modernidade todos aqueles que ousam argumentar que há algo de errado com esse modelo.

No entanto, mesmo em face das inúmeras irregularidades que vêm sendo apontadas pelos mais ilustres juristas quanto ao verdadeiro caráter e as ilegalidades perpetradas por essas entidades, os porta vozes das fundações de apoio insistem em alardear que não existe privatização alguma, que suas instituições são muito úteis à USP, que os valores celebrados em alguns contratos ou cobrados

por alguns cursos são perfeitamente normais, que não existe quebra da isonomia salarial e assim por diante.

Em função desse levantamento, dos vários debates promovidos na USP sobre a questão e da audiência pública convocada pela Comissão de Educação da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo, em 21/11/2001, hoje é de conhecimento público que:

- 1) A Resolução 3592, de 07/11/1989, que regula as relações da USP com as fundações, foi editada sem respeitar integralmente a decisão do Conselho Universitário, que previa a necessidade de apresentação de relatórios anuais das atividades das fundações;
- 2) Em vários casos, existem fundações que desenvolvem atividades com a USP sem respeitar a exigência de convênio, conforme previsto na resolução de 1989 em vigor;
- 3) Em muitos casos, embora destaquem em seus estatutos que não operam com fins lucrativos, essas fundações atuam segundo estruturas e objetivos empresariais, não recolhem tributos e, em várias de suas atividades, usam recursos materiais e humanos da própria universidade, sem remunerá-la; por essa razão apropriam-se de modo indevido da infra-estrutura pública e estabelecem concorrência desleal no mercado de serviços;
- 4) Na USP, anualmente, a receita própria global das fundações alcança um montante equivalente, no mínimo, a cerca de um terço do orçamento da universidade;
- 5) Essa receita vem na sua maior parte de fontes públicas (SUS, secretarias de estado, prefeituras, bancos públicos, empresas estatais, etc.);
- 6) A parcela desses recursos que foram repassados para a universidade em 1999 e 2000, corresponderam respectivamente a R\$ 9,106 milhões e R\$ 13,248 milhões. Em 1999 o orçamento da USP foi de R\$ 918 milhões e de R\$ 1,173 bilhão em 2000. Desse modo, os repasses das fundações privadas para a USP nesses anos equivaleram a, respectivamente, 1% e 1,5% do orçamento da universidade;
- 7) Na maioria de projetos e serviços realizados por essas fundações trabalham docentes contratados pela USP em Regime de Dedicção Integral à Docência e à Pesquisa (RDIDP), os quais, não raro, recebem por esses serviços "complementos salariais" que superam em muito os salários pagos pela universidade;
- 8) Não existe o devido controle sobre as atividades desenvolvidas por esses docentes junto às fundações; não se sabe se tais atividades ficam restritas ao máximo de 8 horas semanais regulamentadas;
- 9) Os mecanismos de controle das atividades dessas fundações são extremamente limitados, tanto no âmbito da universidade, como do Ministério Público e dos Tribunais de Conta;
- 10) Essas fundações acabam utilizando, indevidamente, o nome e o prestígio da USP, enquanto instituição pública, mantida pelo Estado. Prestígio esse construído por seus docentes, funcionários, alunos e ex-alunos que se destacaram na sua atuação junto à sociedade, patrimônio esse inalienável;
- 11) Ao normatizar suas relações com as fundações (Resolução 3592/89) a USP deixa a cargo de cada Unidade - Conselho Técnico-Administrativo - fixar a porcentagem devida pelas fundações a título de taxa de ressarcimento pelo uso de equipamentos, serviços e material de consumo da universidade. Em regra, nesses casos, os próprios docentes que compõem as instâncias deliberativas sobre a taxa de ressarcimento à USP exercem atividades nas fundações privadas, como dirigente ou membro do conselho curador, ou ainda como "contratado" para ministrar aulas nos cursos de especialização. A improbidade neste caso é evidente: agentes do poder público, no exercício de suas funções, são responsáveis pela prática de atos administrativos relacionados à entidade privada de que participam, como o repasse de verbas à universidade, por exemplo;
- 12) Através das fundações, muitas unidades da USP oferecem os mais diferentes tipos de cursos pagos, driblando assim a norma constitucional que prevê o ensino gratuito (seja ele de graduação ou de pós-graduação, *stricto ou lato sensu*) nas instituições públicas de ensino superior.

Em relação aos cursos pagos é importante destacar que o que torna esses cursos particularmente atraentes é que eles oferecem diplomas "USP", em geral "legitimados" por força dos convênios firmados entre as fundações e as unidades respectivas. Isso, mesmo sendo o princípio da gratuidade no ensino público em estabelecimentos oficiais, assegurado pelo artigo 206 da Constituição Federal e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Destaque-se ainda que as fundações privadas não são instituições de ensino superior, portanto não podem ministrar cursos de ensino superior: o artigo 45 da LDB reza que a educação superior "será ministrada em instituições de ensino superior, públicas ou privadas". Caso um curso cuja responsabilidade legal, por força de convênio, seja da USP, ainda que

administrado por uma fundação privada, nem por isso deixa de ser da USP, portanto necessariamente terá de ser gratuito.

Desse modo, de fato, são essas Fundações que se apóiam na infra-estrutura pública da universidade em prol de interesses privados. Ao se valerem da credibilidade que somente a instituição universitária pública detém conseguem captar grandes somas de recursos públicos e oferecem os mais variados tipos de cursos pagos voltados para o “mercado”.

Fica evidente que a lógica dessas entidades, ao contrário do previsto nos seus estatutos, é mercantilista e que a perspectiva de hegemonia que as fundações privadas colocam nos ambientes em que atuam é incompatível com a necessária isenção, isonomia, autonomia de gestão e perspectiva de desenvolvimento humano e social inerentes a uma universidade pública.

Infelizmente, iniciativas similares para captar recursos, diretamente vinculadas ou não a fundações, vêm ocorrendo de modo crescente em outras universidades estaduais (vide **Revista Adunicamp, ano 4, nº 1 de novembro de 2002**) e federais, principalmente através de cursos pagos e mestrados profissionalizantes, de modo completamente irregular em relação aos dispositivos constitucionais que prevêm a gratuidade nas instituições públicas de ensino superior, como demonstram as seguintes iniciativas judiciais tomadas pelo Ministério Público:

- O Ministério Público Federal do Rio de Janeiro propôs Ação Civil Pública, com pedido liminar, em abril de 2001, contra a União, a Fundação CAPES, a Universidade Federal Fluminense, a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e a Fundação IBGE para que a UFF, UFRRJ e IBGE se abstenham de realizar qualquer cobrança aos seus alunos dos cursos de mestrado profissionalizante; que a União e a CAPES passem a fiscalizar a cobrança desses valores em instituições públicas de ensino superior no Estado do Rio de Janeiro, coibindo e reprimindo quando não forem oferecidos de forma gratuita. A Justiça Federal do Rio de Janeiro já se manifestou concedendo liminar favorável ao Ministério Público, contra a cobrança de valores nestes cursos até decisão final da ação, considerando que os mestrados profissionalizantes não constituem solução para resolver a escassez de recursos das instituições públicas;
- O Ministério Público Federal de São Paulo, em 2002, em razão de solicitação proveniente do Rio de Janeiro, iniciou apuração da cobrança de valores de cursos de mestrados profissionalizantes nas Universidades Federais de São Paulo para eventual promoção de Ação Civil Pública;
- O Ministério Público Federal do Ceará ingressou em julho de 2002 com Ação Civil Pública, com pedido liminar, em face da Universidade Federal do Ceará para que esta deixe de oferecer e realizar cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu*, dentro ou fora de suas instalações, mediante cobrança de mensalidades, ou ainda com outras entidades civis, pessoas jurídicas de direito privado, que não tenham atribuições legais de promover o aperfeiçoamento institucional de seus integrantes; não utilizar em cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* professores sem vínculo com a Universidade; somente utilizar professores em regime de dedicação exclusiva nos cursos de pós-graduação *lato* ou *stricto sensu* desde que eles não mantenham vínculo jurídico de qualquer natureza com pessoas jurídicas de direito privado; devolver todos os valores que foram pagos aos alunos a título de mensalidades após ajuizamento da ação civil pública.

No caso da USP, face ao procedimento administrativo em curso no Ministério Público Estadual iniciado por representação feita em 18/11/2002 pelo professor Marcio Augeli, da Unesp, quanto a irregularidades relacionadas à atuação das fundações privadas e à cobrança de cursos na USP (PJC-CAP: 02/722, Prot PJ: 5832/02), foi realizada audiência do presidente e da assessoria jurídica da Adusp com o promotor de justiça da Vara da Cidadania, Silvio Antônio Marques. O promotor solicitou que a Adusp fornecesse informações sobre o tema, uma vez que grande parte do material que fundamenta a representação corresponde justamente às publicações da Adusp.

A diretoria da entidade decidiu, então, encaminhar suas próprias razões ao Ministério Público, com o objetivo de melhor instruir o procedimento administrativo em curso e solicitar a instauração de Inquérito Civil Público para apuração dos fatos descritos relativos à cobrança de cursos e atuação de fundações privadas na USP. A íntegra do documento protocolado (nº 006229, de 06/12/2002) está disponível na página do jurídico no site da entidade (www.adusp.org.br/juris/representa.htm).

Nossa experiência revelou que o debate político a respeito da questão da privatização da universidade pública através das fundações de direito privado que atuam no seu interior, é diretamente fortalecido quando se quantifica e qualifica com base em informações concretas as formas de atuação, as receitas, as fontes das receitas, os vínculos administrativos e os envoltórios simultâneos dos agentes da administração da universidade com a administração das fundações privadas, o que inevitavelmente leva a conflitos de interesse e à ilegalidades. De modo complementar essas informações podem embasar ações no campo jurídico que têm o potencial de dificultar a

desenvoltura com a qual essas entidades e interesses mesquinhos hoje se instalam na universidade pública e mesmo, levar a significativas vitórias no sentido de impedir essa atuação.

Referências Bibliográficas

Bandeira de Mello, C.A., 2001. Curso de Direito Administrativo, 13ª Edição. Malheiros Editores, 870p.
Maliska M.A., 2001. O Direito à Educação e a Constituição, Sérgio Antonio Fabris Editor, 304p. .

TR - 21

1 - Intensificar a luta contra o processo de privatização interna nas IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado ditas “de apoio”, tomando medidas objetivas para levantamento de informações a respeito da atuação dessas entidades, iniciando esse processo em pelo menos 5 universidades públicas de grande porte onde os dados ainda não estejam disponíveis.

2 - Instruir o coletivo jurídico do Andes SN, para que através das Diretorias Regionais, sejam tomadas as medidas judiciais cabíveis (pedido de instauração de inquérito civil público junto ao Ministério Público, apuração dos crimes de responsabilidade administrativa dos agentes públicos quanto aos atos de improbidade administrativa, ação popular) em todos os casos onde existam elementos suficientes que comprovem ilegalidades nas relações entre fundações de direito privado e IES públicas.

3 - Dar divulgação nacional aos procedimentos a serem seguidos para se proceder ao levantamento de dados a respeito das fundações privadas que atuam no âmbito das IES públicas, conforme discutido no encontro de Salvador do coletivo jurídico do Andes em 2002.



Contribuição das diretorias da ADUSP-S.Sind e da ADUNESP-S.Sind

EXPANSÃO (COM QUALIDADE) DO ENSINO SUPERIOR PÚBLICO

TEXTO DE APOIO

A expansão do sistema de ensino superior no país deu-se basicamente no setor privado, com enorme perda de qualidade e atendendo prioritariamente aos interesses do mercado. Essa expansão raramente ocorreu em função de uma demanda detectada em análises da realidade social do país. Por exemplo, há uma carência de professores para os ensinos fundamental e médio, que será ainda maior caso se consiga diminuir o número de alunos/classe nesses níveis de ensino. Afora isso, atende-se hoje no ensino superior, dos jovens entre 17 e 24 anos, porcentagem muito inferior àquela que frequenta este grau de ensino em quase todos os países do mundo de comparável capacidade econômica, incluindo os países da América Latina. Se a atenção ficar restrita aos atendimentos públicos (estaduais e federal) de ensino superior, esta porcentagem situa-se sempre bem abaixo dos 10%, merecendo destaque a situação do Estado de São Paulo, que atende, através das suas três universidades estaduais e duas federais de pequeníssimo porte, menos de 3% de seus jovens. Note-se que os sistemas públicos são, na atualidade, os únicos que oferecem um padrão aceitável de qualidade, com exceção possivelmente de algumas universidades confessionais que se valem de subsídio público.

Se a necessidade de aumentar as vagas é, pois, incontestável, o perigo potencial que se apresenta são tentativas de atendê-la através de projetos de cunho populista, que resultem em degradação da qualidade do sistema público superior, situação já vivenciada pelos sistemas públicos de educação básica. Projeto recente (2001) do Conselho de Reitores das Universidades Estaduais Paulistas (CRUESP) teve exatamente esta característica ao propor a criação imediata de 47 mil novas vagas (praticamente triplicando as atualmente oferecidas) em cursos “seqüenciais e básicos” de apenas 2 anos de duração e com a previsão absurda de 40 alunos para cada professor contratado. Este projeto teve sua implantação, pelo menos quanto à USP e à UNICAMP, suspensa por intensa movimentação das entidades representativas da comunidade universitária paulista. Na verdade, o projeto do Cruesp apresenta um novo modelo de universidade, pautado nas diretrizes do Banco Mundial, que já está sendo implantado na UNESP e no CEETEPS, apesar da resistência das entidades dessas instituições.

Na UNESP, por pressão da Reitoria e em consonância com o Governo Alckmin, já foi aprovada a criação de oito novos campi no interior paulista (Dracena, Itapeva, Ourinhos, Registro, Rosana, Sorocaba/Iperó e Tupã), já pensados no novo modelo de universidade: professores itinerantes da própria UNESP, recebendo um adicional em diárias para ministrarem aulas; cursos modulares; sem infraestrutura básica (bibliotecas, laboratórios, funcionários, etc.). Esses *campi* serão viabilizados via “convênio com as prefeituras” desses municípios, sendo sujeitos à suspensão, caso os cursos não sejam bem sucedidos.

Além disso, existe a expansão dos *campi* já existentes, uma expansão artificial, já que várias unidades universitárias estão, há tempos, em precárias condições de trabalho, especialmente as de Ciências Humanas, que em 2002 entraram em greve por reposição imediata de docentes em RDIDP. Assim, há uma política em curso para o ensino superior público paulista que visa destruir a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão, princípio constitucional para a universidade pública brasileira.

O ANDES-SN precisa manifestar-se com clareza, tanto pela expansão responsável de vagas no ensino superior público, quanto pela manutenção e ampliação da qualidade deste ensino, com respeito ao princípio constitucional da indiciossabilidade entre ensino/pesquisa/extensão!

O ensino é de qualidade quando promove, tanto o aprendizado nos aspectos conceituais e metodológicos característicos da área e do nível enfocados, quanto a autonomia dos estudantes para aplicá-los a outras situações, com a capacidade da crítica às informações veiculadas. Um ensino de qualidade nunca é um simples **treino** em determinadas habilidades específicas. Um ensino universitário de qualidade apóia-se fortemente no tripé ensino – pesquisa - extensão-do-conhecimento-à-comunidade; por isto mesmo, universalmente, a relação alunos/professor situa-se entre 10 e 15, já que o ensino de graduação não é a única tarefa do docente. Por outro lado, cabe lembrar que, numa instituição universitária, é absolutamente essencial o apoio de bibliotecas, laboratórios didáticos e de pesquisa e de um quadro de profissionais, docentes e técnico-administrativos, altamente motivados.

O PNE - Sociedade Brasileira aponta alguns parâmetros para um ensino superior de qualidade, que foram utilizados nas propostas abaixo.

TR - 22

1 - Lutar junto ao MEC e aos Poderes Executivos Estaduais para que seja implantada uma política responsável de expansão do ensino superior público, com o objetivo de reduzir a relação ensino privado/ensino público e manter a qualidade deste último. Para isto, considerar nos próximos quatro anos:

a) a instalação de novos *campi*, no caso das universidades já estabelecidas, ou a criação de novas universidades federais ou estaduais, em função da densidade populacional de potenciais alunos, pautada em diagnóstico e critérios transparentes, discutidos com a sociedade, tendo como princípio norteador a indissociabilidade entre ensino/pesquisa/extensão;

b) a expansão do ensino superior público, a taxas não superiores a 25% ao ano, para permitir a adaptação do sistema, com concomitante ampliação do financiamento; isto permitiria aumentar a oferta de vagas, em quatro anos, de fator próximo a 2,5 vezes;

c) que o custo médio de um aluno de graduação universitário tenha, como referência, um valor mundialmente aceitável, isto é, da ordem de 3000 dólares por aluno/ano; este corresponde a aproximadamente 60% do PIB/*capita* para a maioria dos países em desenvolvimento.

d) que a relação alunos/professor no ensino superior, respeitado o tripé ensino-pesquisa-extensão, situe-se entre 10 e 15, sendo, portanto, necessário acoplar a expansão de vagas à contratação de professores corretamente habilitados, para manter a proporção citada. (O sistema nacional de pós-graduação formou nos últimos anos um número considerável de mestres e doutores em quase todas as áreas, o que facilita a implementação deste quesito).

e) que, além de salas de aula, a criação de novos *campi*/universidades não prescindia da imediata instalação, com planos de futura ampliação, de bibliotecas e de laboratórios didáticos e de pesquisa, com quadro técnico-administrativo condizente com as funções a serem desempenhadas.

ORGANIZAÇÃO DA PÓS – GRADUAÇÃO NO PAÍS

TEXTO DE APOIO

O Sistema Nacional de Pós-Graduação no nosso país tem já uma tradição de mais de três décadas e, certamente, merece uma reflexão profunda sobre a sua contribuição para a formação de pesquisadores no país.

Isso não significa que esse Sistema não tenha sido alvo, nos últimos oito anos, de debates e mudanças. Entretanto, esses debates ocorridos priorizaram, quase exclusivamente, aspectos econômicos e quantitativos. De fato, assim como aconteceu em outros níveis de ensino, a preocupação parece ter se voltado majoritariamente a uma melhora das estatísticas de conclusão e ao enxugamento de custos. Em decorrência disso, aconteceram as seguintes mudanças: diminuição drástica do tempo atribuído às conclusões de mestrado e doutorado, diminuição do número de bolsas de pós-graduação e o congelamento de seus valores, incentivo ao doutorado direto, criação do mestrado profissionalizante, entre outras. Ou seja, as mudanças, quase sempre emanadas diretamente dos ministérios e órgãos do governo FHC, sem diálogo com as universidades e as entidades da sociedade civil, redundaram no esvaziamento da formação de pesquisadores.

Um dos órgãos governamentais que mais influenciou no encaminhamento dessas mudanças foi a CAPES que, além de desempenhar o papel de agência de fomento à pesquisa, tinha e tem a responsabilidade de avaliar os programas de pós-graduação do país. Alguns dos critérios utilizados pela CAPES, como a ênfase na publicação de artigos em revistas internacionais e o tempo de duração de dissertações e teses, sinalizam uma avaliação que não respeita as demandas acadêmicas das diferentes áreas do saber, as quais têm modos de produção, desenvolvimentos históricos e inserções internacionais necessariamente diferentes. Cabe ser questionado também se é pertinente que uma agência financiadora da pesquisa, e, portanto, dos programas de pós-graduação, como é a CAPES, seja responsável pela avaliação desses programas.

Embora vários pesquisadores já tenham alertado para as conseqüências negativas provocadas pelas mudanças em curso, as universidades públicas em geral continuam a se adaptar às diretrizes emanadas da CAPES, a diminuir os prazos e a criar mestrados profissionalizantes e outras formas aligeiradas de pós-graduação, enquanto as universidades privadas descobriram nessas mudanças sua nova fonte de lucros.

É mais do que hora de se realizar uma avaliação crítica desse Sistema de pós-graduação, sustar a continuidade dessas mudanças negativas e construir um diálogo democrático e produtivo com as universidades e as entidades representativas da sociedade civil vinculadas a essa problemática.

Concluindo, com a expectativa de abandonarmos a análise exclusivamente baseada em premissas econômicas e/ou contabilistas, propomos como texto de resolução os seguintes pontos:

TR - 23

1 - Interferir junto ao MEC no sentido de viabilizar a constituição de uma instância, envolvendo eventualmente outros Ministérios, como o da Ciência e Tecnologia, para a construção de uma nova modalidade de análise tanto do nosso Sistema Nacional de Pós-Graduação, quanto dos programas de pós-graduação, que leve em conta os aspectos qualitativos característicos da formação em cada área do saber.

2 - Encaminhar ao governo a solicitação de que a CAPES deixe de ser responsável pela avaliação dos programas de pós-graduação, ficando esta tarefa provisoriamente a cargo de um dos setores do INEP.

3 - Solicitar que o MEC oriente para um congelamento provisório do tempo de duração dos mestrados e doutorandos, fazendo cessar o incentivo à diminuição desses prazos.

ORGANIZAÇÃO DE UM EFETIVO SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO

TEXTO DE APOIO

Em contraposição ao atual “sistema nacional de avaliação do rendimento escolar” (inciso IV, § 3º, Art. 87 da LDB), que tenta controlar a qualidade do ensino oferecido por meio de avaliações pontuais, principalmente dos egressos dos sistemas de ensino, a sociedade civil organizada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, propôs em 1997, no seu Plano Nacional de Educação – Proposta da Sociedade Brasileira (PNE da Sociedade), a formação do Sistema Nacional de Educação, orgânico e integrado. Neste Sistema estaria assegurada a autonomia das escolas e universidades na elaboração dos seus respectivos projetos político-pedagógicos, de acordo com as características e necessidades das comunidades regionais e locais, com garantia de financiamento público. Por sua vez, os currículos, articulados pelo Sistema Nacional de Educação, seriam organizados de forma a fortalecer a identidade do povo brasileiro e o desenvolvimento da cidadania, respeitadas as diversidades regionais, étnicas e culturais. A avaliação se daria, através de uma dinâmica transparente e democrática, por meio de mecanismos de avaliação interna e externa, em todos os segmentos desse Sistema.

No Sistema Nacional de Educação proposto pelo PNE da Sociedade, e, antes, em 1988, caracterizado na LDB submetida à Câmara Federal pela sociedade civil organizada, a política educacional na esfera macro seria formulada pelo Fórum Nacional de Educação, amplamente representativo dos setores sociais envolvidos com a educação. O órgão normativo e de coordenação superior do sistema, o Conselho Nacional de Educação (CNE) disporia de autonomia administrativa e financeira e se articularia com o poder legislativo, o poder executivo e com a comunidade educacional e a sociedade civil organizada. A representação nos Conselhos Nacional, Estadual e Municipal de Educação, com mandato de 4 anos, seria renovada pela metade a cada dois anos, as eleições sendo precedidas de conferências, em cada uma das esferas administrativas.

Ao longo da tramitação da LDB, na Câmara Federal, o CNE foi sendo descaracterizado tanto nas suas funções, quanto na sua composição. Definido no texto aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados, em 28/06/1990, como “*órgão normativo e de coordenação*” (Art. 10), cabia a ele, entre outras funções, “*formular e coordenar a política nacional de educação, articulando-a com as políticas públicas de outras áreas*” e “*definir as diretrizes e prioridades para o Plano Nacional; de Educação e sua expressão anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhando e avaliando a sua implementação*” (Art. 23, incisos I e II). O CNE acabou por tornar-se, na LDB, finalmente aprovada, apenas um órgão “*com funções normativas e de supervisão e atividade permanente, criado por lei*”. (Art. 9º, § 1º). Por outro lado, se no projeto original, o CNE era composto por 34 membros, sendo apenas 4 de indicação direta do Presidente, já no primeiro projeto aprovado na Câmara, a negociação havia ampliado a indicação direta para 12 dos 24 membros. Descaracterizado ainda mais pelo projeto Darcy Ribeiro, o CNE atual é facilmente dominado pelo setor privado.

Dessa forma, foi extinto o “balcão de negócios” que era o antigo Conselho Federal de Educação (CFE), ainda durante o governo Itamar Franco, por meio de Medida Provisória (MP nº 661, de 18/10/1994), sucessivamente reeditada, inclusive no governo Fernando Henrique Cardoso, até ser transformado no atual CNE pela Lei nº 9.131, de 24/11/1995. O CNE, que surgiu no lugar do CFE, entretanto, tem função apenas “*colaborativa*” e é fragmentado em duas Câmaras: “*de Educação Básica*” e “*de Educação Superior*”.

A exemplo do ocorrido com o CNE, ao longo da tramitação da LDB, abandonou-se o “Fórum Nacional de Educação”, órgão de ampla representação dos setores envolvidos com a educação, que deliberaria sobre a política nacional de educação, sobre a execução orçamentária para a área, e sobre o Plano Nacional de Educação.

O CNE hoje existente é um organismo acoplado ao Executivo de forma umbilical: não é ente orçamentário e os 24 conselheiros são diretamente indicados pelo Presidente da República a partir de listas apresentadas por entidades nacionais (indicação por meio de lista triplíce, segundo a Portaria do MEC nº 1.455, de 29/11/1995), determinadas por dispositivo legal (Decreto nº 1.716, de 24/11/1995), permitindo que o Executivo escolha, “*dedoticamente*”, os seus membros, o que tem conferido a esse órgão um caráter “*chapa branca*”, aliás muito providencial ao governo. Cabe-lhe

fiscalizar, em particular, o sistema universitário, público e privado e há indícios fortes de irregularidades, facilitadas por um predomínio acentuado do setor privado em sua composição. Esta atuação desastrosa do CNE, que inclui avaliações inadequadas (Provão, etc.) e omissão no que se refere à superação de defeitos e irregularidades constatadas, estão desmoralizando a educação superior como um todo e precisam ser rapidamente revistas.

Na perspectiva da implantação do Sistema Nacional de Educação, propõe-se:

TR - 24

1 - Indicar ao Poder Executivo Federal a necessidade de um dispositivo legal que altere a composição, a organização e as atribuições do CNE, baseando-se na proposta do PNE da Sociedade Brasileira e no projeto de LDB (texto aprovado pela Comissão de Educação, Cultura e Desporto da Câmara dos Deputados em 28/06/1990). (Ver texto em anexo).

2 - Indicar ao MEC a urgência de formulação de uma proposta concreta para a constituição do Fórum Nacional de Educação, a ser submetida à sociedade civil organizada no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública.

3 - Propor ao MEC a abolição do Exame Nacional de Cursos (Provão), substituindo-o por um processo de avaliação institucional do ensino superior, compreendendo a avaliação interna e externa de todos os segmentos envolvidos, tomando como referência o projeto político-acadêmico da instituição.

ANEXO

Art. 23 – Cabe ao Conselho Nacional de Educação:

- I – formular e coordenar a política nacional de educação, articulando-a com as políticas públicas de outras áreas;
- II – definir as diretrizes e prioridades para o Plano Nacional de Educação e sua expressão anual na Lei de Diretrizes Orçamentárias, acompanhando e avaliando a sua implementação;
- III – interpretar a legislação de diretrizes e bases da educação nacional, opinar sobre alterações de iniciativa do Poder Executivo e estabelecer normas comuns a serem observadas pelos sistemas de ensino;
- IV – decidir sobre recursos por arguição de contrariedade à legislação de diretrizes e bases da educação nacional, interpostos de decisões finais dos órgãos normativos dos sistemas de ensino dos Estados e dos órgãos deliberativos máximos das instituições que integram o sistema da União;
- V – articular-se com os órgãos normativos dos sistemas de ensino e com as Comissões de Educação do Congresso Nacional e estimular a integração entre as redes de ensino federal, estaduais, municipais e privadas;
- VI – fixar, após ouvir educadores e comunidades científicas das áreas envolvidas, diretrizes curriculares gerais, definindo uma base nacional de estudos para cada nível de ensino, curso ou área de formação;
- VII – estabelecer diretrizes gerais para organização e desenvolvimento da pós-graduação;
- VIII – fixar normas para revalidação de diplomas e certificados expedidos por instituições estrangeiras, de nível médio e superior;
- IX – aprovar a adoção de inovações educacionais e formas não-convencionais de educação, experimentadas com êxito no âmbito dos sistemas de ensino dos Estados ou por instituições educacionais de reconhecido valor;
- X – estabelecer diretrizes para validação e reconhecimento, pelos sistemas de ensino, das experiências adquiridas nos processos educativos extra-escolares;
- XI – estabelecer diretrizes para articular as instituições referidas no parágrafo único do art. 8º com os sistemas de ensino;
- XII – estabelecer normas para o reconhecimento e implantação de formas de educação à distância;
- XIII - estabelecer normas de avaliação de instituições de ensino e de seus cursos;
- XIV - estabelecer diretrizes para a expansão do Ensino Superior e normas para autorização de funcionamento de instituições e cursos desse nível;
- XV – referendar a autorização do funcionamento das instituições privadas de Ensino Superior ou de seus cursos;
- XVI – promover, através de comissões de especialistas, os processos de avaliação institucional necessários ao credenciamento e reconhecimentos, que atribua a qualificação de Universidade a instituições de Ensino Superior, emitindo parecer a respeito;
- XVII – publicar, anualmente, a relação das universidades do país, com os resultados das últimas avaliações a que foram submetidas;
- XVIII – designar, em articulação com os órgãos normativos dos respectivos sistemas, as universidades que, em cada região do país, registrarão os diplomas das instituições não-universitárias e aquelas que exercerão funções de apoio acadêmico a essas instituições, na respectiva área de influência, expedindo as normas necessárias;
- XIX – estabelecer normas e critérios gerais para destinação de recursos públicos e projetos de pesquisa e extensão a cargo de instituições privadas de Ensino Superior, nos termos do § 2º do art. 213 da Constituição;
- XX – exercer as funções de órgão normativo do sistema de ensino da União, cabendo-lhe, especialmente, nessa condição:

- a) deliberar, após conclusão de inquérito, sobre intervenção nas instituições federais de ensino;
- b) apreciar os estatutos e os projetos de criação, implantação e desenvolvimento de instituições federais de ensino, com vistas à autorização de seu funcionamento;
- c) apreciar os projetos de criação ou reformulação de cursos oferecidos por instituições não-universitárias de Ensino Superior federais;
- d) promover a avaliação quinquenal das instituições não-universitárias de Ensino Superior federais e dos seus cursos;
- e) publicar, anualmente, os resultados das últimas avaliações das instituições federais de Ensino Superior;
- f) definir critérios para a alocação de recursos orçamentários entre as instituições federais de ensino, avaliar os resultados de sua utilização e propor ao Poder Executivo, quando for o caso, as alterações necessárias.

Art. 24 - O Conselho Nacional de Educação terá a seguinte composição:

I – 4 conselheiros escolhidos livremente pelo presidente da República por indicação do ministro de Estado responsável pela área da Educação, observados critérios de representatividade regional e cobertura dos diferentes níveis e modalidades de ensino;

II – 3 conselheiros integrantes dos sistemas de ensino dos Estados, indicados por entidades nacionais que congreguem os secretários responsáveis pela educação nas unidades federadas e os órgãos normativos dos respectivos sistemas;

III – 3 conselheiros integrantes dos sistemas de ensino dos Municípios, indicados por entidade nacional que congregue os dirigentes municipais de Educação;

IV – 3 conselheiros indicados pela entidade nacional que congregue os Reitores das Universidades do País, sendo 1 representando as universidades federais, 1 as estaduais e 1 as privadas;

V – 2 conselheiros indicados pelas instituições de Ensino Superior não-universitárias, sendo um deles representando as públicas e outro as privadas;

VI – 1 conselheiro indicado pela entidade nacional representativa dos estabelecimentos privados de ensino básico;

VII – 2 conselheiros indicados pela entidade representativa do magistério superior, sendo 1 da rede pública e 1 da rede privada;

VIII – 2 conselheiros indicados pela entidade representativa do magistério do ensino básico, sendo 1 da rede pública e 1 da rede privada;

IX – 2 conselheiros indicados pela entidade representativa dos trabalhadores não-docentes da educação, sendo 1 da rede pública e 1 da rede privada;

X – 2 conselheiros indicados por entidades nacionais representativas dos estudantes de nível médio e superior;

XI – 3 conselheiros indicados por associações ou sociedades científicas nacionais que congreguem pesquisadores nas áreas da educação, da ciência e da tecnologia e da comunicação;

XII – 1 conselheiro representante da área de fomento à pesquisa do sistema de Ciência e Tecnologia, indicado pelo Ministério responsável pela área;

XIII - 1 conselheiro representante da área cultural-artística, indicado pelo Ministério responsável pela referida área;

XIV – 2 conselheiros representantes do Sistema de Formação Profissional, indicados pelo Conselho Nacional de Formação Profissional, previsto nesta lei;

XV – 1 conselheiro representante da área de Comunicação, indicado pelo Conselho de Comunicação Social previsto no art. 224 da Constituição, que não seja parlamentar;

XVI – 1 conselheiro indicado por entidade nacional que congregue associações comunitárias que realizem experiências populares de educação;

XVII – 1 conselheiro indicado por entidade nacional que congregue as instituições que atuam na área da proteção da criança e do adolescente, especialmente na saúde e na alimentação;

§1º. Todos os membros do Conselho Nacional de Educação serão nomeados pelo presidente da República para mandato de 4 anos, vedada a recondução imediata, cessando a cada 2 anos o mandato de metade dos conselheiros.

§2º. Cada membro do Conselho Nacional de Educação será indicado com seu suplente, que o substituirá nos termos do Regimento.

§3º. Os conselheiros previstos nos incisos XII e XIII serão escolhidos pelo ministro da área respectiva em lista tríplice eleita pela comunidade técnico-profissional do Ministério.

§4º. O Conselho Nacional de Educação será Unidade Orçamentária do Ministério responsável pela área e gozará de autonomia administrativa, cabendo-lhe aprovar seu regimento interno, observadas as disposições legais aplicáveis.

§5º. O Conselho se organizará internamente em câmaras, cujo número, denominação, atribuições e composição serão previstos no seu regimento interno.

§6º. Haverá uma Câmara de Educação Básica e uma de Educação Superior, dentre outras a serem especificadas no regimento, que determinará também quais as atribuições internamente delegadas às mesmas para decisão em caráter terminativo, assegurado sempre o recurso ao plenário.

§7º. A Câmara de Educação Superior terá, dentre outras, as atribuições referidas nos incisos VII, XIV, XV, XVI, XVII, XVIII e XIX, bem como os aspectos relativos ao nível superior das atribuições enumeradas nos incisos VI, VIII, XIII e XX.

1Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional: texto aprovado na Comissão de Educação, Cultura e Desporto da CD / com comentários de Dermeval Saviani ... [et al]. São Paulo, Cortez Editora, ANDE, 1990.

TEXTO 25

Contribuição da diretoria da ADUSP-S.Sind.

POLÍTICAS DE FORMAÇÃO DE PROFESSORES

TEXTO DE APOIO

A Lei nº 9.394/1996 (LDB) contém diretrizes para as políticas de formação de docentes no Brasil. Os setores sociais organizados, em especial as entidades sindicais, acadêmicas, movimentos sociais etc., que se articulam por meio do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, têm se posicionado contra as políticas de formação de professores que foram adotadas pelos governos com base nessas diretrizes. Por exemplo, esse Fórum posicionou-se contra os “Institutos Superiores de Educação” (ISE), que deverão manter *“cursos formadores de profissionais para a educação básica, inclusive o curso normal superior, destinado à formação de docentes para a educação infantil e para as primeiras séries do ensino fundamental; programas de formação pedagógica para portadores de diplomas de educação superior que queiram se dedicar à educação básica; programas de educação continuada para os profissionais de educação dos diversos níveis.”* (cf. LDB, Art. 63, incisos I a III).

Ao introduzir os ISE, a LDB acatou uma das orientações do Banco Mundial que, entre outras, recomenda aos países em desenvolvimento uma reforma do ensino superior para *“fomentar a maior diferenciação das instituições, incluindo o desenvolvimento das instituições privadas”, pois o incremento de instituições não-universitárias são mais eficazes para os países em desenvolvimento, e o fomento dos estabelecimentos privados contribuem para satisfazer a demanda social, por serem instituições menos onerosas, portanto mais atrativas para os estudantes e mais fáceis de serem criadas, além de contribuírem para a melhor adequação dos sistemas de ensino ao mercado de trabalho.* (cf. Banco Mundial, *La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia.* Washington. D. C., 1995, p. 4).

Por sua vez, durante os governos de Fernando Henrique Cardoso, a essa orientação-chave do Banco Mundial, o MEC fez corresponder três linhas de atuação: *“1. transformar as relações do poder público com as instituições de ensino (...); 2. expandir o sistema de ensino superior público através da otimização dos recursos disponíveis e da diversificação do atendimento, valorizando alternativas institucionais aos modelos existentes; e 3. reconhecer a diversidade e heterogeneidade do sistema, formulando políticas diversificadas que atendam às peculiaridades dos diferentes setores do ensino público e privado.* (MEC. *Planejamento Político Estratégico: 1995/1998*, 1995, p. 26).

Assim, ao estabelecer as *“políticas para o sistema como um todo”*, o documento citado aponta, entre outras, para a *“valorização dos modelos institucionais alternativos de formação para o mercado de trabalho, especialmente a formação de professores para o ensino básico”* (MEC, 1995, p. 27, grifo nosso). O Plano Nacional de Educação do governo, também coerente com as metas mencionadas anteriormente, considerou que as universidades públicas são muito onerosas, não devendo constituir-se no modelo único para todo o sistema, estabelecendo, então, como objetivo: *“diversificar o sistema superior de ensino, favorecendo e valorizando estabelecimentos não-universitários que ofereçam ensino de qualidade e que atendam clientela com demandas específicas de formação: tecnológica, profissional liberal, em novas profissões, para o exercício do magistério ou de formação geral.”* (MEC/INEP. *Plano Nacional de Educação: Proposta do Executivo ao Congresso Nacional.* Brasília/DF, 1998, p 53).

Observe-se que os modelos institucionais alternativos, principalmente no que se refere à formação de professores, estão sendo disciplinados por instrumentos legais que, ao normatizarem a LDB (por exemplo, os Decretos nº 3.276/99 e nº 3.554/00), recuperam dispositivos que já constavam do projeto

“A Lei da Educação”, apresentado ao Senado, em 1992, pelo então senador Darcy Ribeiro, mas que não foram incorporados pela LDB.

Ao possibilitar que o ISE inclua o Curso Normal Superior, visando a licenciatura de profissionais em educação infantil e de professores para os anos iniciais do ensino fundamental, a Resolução CNE/CP nº 1/99 abriu espaço para que a formação desses docentes fosse deslocada dos cursos de Pedagogia para essa “nova” instituição.

Convém lembrar que, para o Banco Mundial, a formação inicial, além de mais dispendiosa não se constitui em condição necessária para o melhor desempenho dos alunos, sendo a capacitação em serviço mais determinante nesse aspecto. Daí a recomendação de que as políticas educacionais dos países em desenvolvimento priorizem a capacitação em serviço, e que, tanto nesta, como na formação inicial seja enfatizada a modalidade da educação à distância, menos onerosa que a presencial, mais eficaz para aumentar o acesso dos grupos desfavorecidos, para promover a educação permanente e para melhorar os conhecimentos, como por exemplo, na formação dos professores em serviço (cf. TORRES, p. 125-193. In: DE TOMMASI et. al. *O Banco Mundial e as Políticas Educacionais*. 1996. São Paulo/SP: Cortez/PUC-SP/Ação Educativa).

O Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública tem lutado até hoje para que o teor dos Decretos nº 3.276/99 e nº 3.554/00 seja execrado, sendo que essa luta faz parte da tentativa de barrar um processo mais amplo, que tem a ver com a concepção de educação e, portanto, também com a concepção de formação de professores que tem sido contemplada na legislação e nas políticas de governo para a área. A política do MEC tem reforçado o aligeiramento da formação de professores quando, por exemplo: valoriza modelos institucionais alternativos de formação de professores para a educação básica; possibilita a criação dos institutos superiores de educação; regulamenta a formação de docentes para a educação básica num corpo de complementação; estabelece consórcios com instituições de ensino para certificar docentes por meio da universidade virtual.

A formação aligeirada de docentes, especialmente da educação infantil e dos anos iniciais do ensino fundamental, pairava há muito tempo no horizonte do governo. O famigerado Decreto nº 3.276/99 (e seu irmão univitelino, o Decreto nº 3.554/00) faz parte de uma seqüência de documentos legais que normatizam a LDB e, com eles, ajuda a compor um todo coerente e harmonioso em relação à política pública para o setor educacional. Assim, aprovações pontuais de legislações complementares conformam um modelo de educação e de formação docente, que abrange todos os níveis e modalidades de ensino, fazendo parte de um articulado plano governo.

Para mencionar um exemplo concreto, e também preocupante, no início de 2001, com a pretensa justificativa de cumprir os seguintes dispositivos da LDB: “*Até o fim da Década da Educação somente serão admitidos professores habilitados em nível superior ou formados por treinamento em serviço*” (Art. 87, § 4º) e “*Os sistemas de ensino promoverão a valorização dos profissionais da educação, assegurando-lhes, inclusive, nos termos dos estatutos e dos planos de carreira do magistério público: (...)aperfeiçoamento profissional continuado, inclusive com licenciamento periódico remunerado para esse fim;*” e “*período reservado a estudos, planejamento e avaliação, incluído na carga de trabalho;*” (Art. 67, incisos II e V, respectivamente), a Secretaria de Estado da Educação de S. Paulo (SEE-SP) celebrou um convênio com duas universidades estaduais (USP e UNESP) e com a Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC/SP) para realizar um “Curso especial de formação de professores de 1ª a 4ª série do Ensino Fundamental” (documento PEC/FOR PROF, versão de 11/04/2001), para habilitar e certificar, em nível superior, os professores efetivos dessas séries, formados em nível médio, com o uso de mídias interativas em comunicação e informação. Tal curso, modular, “presencial virtual”, com a duração de um ano e meio, terminou no fim da gestão Covas-Alckmin. Em 2003, cursos semelhantes a este, adquiridos na forma de “pacotes”, serão oferecidos por inúmeros municípios paulistas, inclusive pela cidade de São Paulo, podendo vir a tornar-se um “modelo” para todo o país.

Em síntese, a LDB e os dispositivos legais sobre a educação superior, hoje vigentes, explicitam o projeto que tem orientado as autoridades constituídas: a privatização desse nível educacional, já sinalizada em legislações anteriores, e a negação do modelo de universidade pautado na indissociabilidade entre as atividades de ensino, pesquisa e extensão de conhecimentos à comunidade. De fato, tal projeto traduz e aprofunda as diretrizes essenciais dos organismos internacionais: desresponsabilização do Estado, privatização generalizada, privilégio da racionalidade técnica, restrição da democracia, exclusão social. De acordo com a concepção desse projeto, a instituição que forma profissionais para a docência prescinde da pesquisa. Alega-se que o modelo de formação de profissionais que considera a tríade ensino, pesquisa e extensão – ainda sequer consolidado no país – é muito oneroso. Esse pressuposto, que também interfere no exercício da docência, é utilizado para justificar: o não investimento de recursos públicos; a necessidade de buscar

outras fontes de financiamento; e a oferta de formas diferenciadas de educação superior. As conseqüências desse modelo desdobram-se em cascata.

A adoção de formas diferenciadas de educação superior – universidades, centros universitários, faculdades integradas, faculdades, institutos superiores ou escolas superiores (Decreto nº 2.306/97, Art. 8º) – tenta privilegiar a “flexibilização” da formação, o aligeiramento e a fragmentação dos saberes veiculados, obscurecendo os reais objetivos das reformas educacionais em curso: o barateamento e a subserviência às regras do mercado. Senão, o que significariam tais instituições, hierarquizadas, mas sequer claramente definidas? Suas funções corresponderiam à oferta de cursos para ricos e treinamento profissional específico e aligeirado para pobres? A quem beneficiariam, de um lado, o uso indiscriminado da educação à distância com o objetivo de formar docentes e, de outro, o uso intensivo de tecnologias – Internet, vídeos, redes locais (LANs), CD-rom, tele-conferências, entre outras –, com objetivo de substituir cursos presenciais? A semelhança das “curtas” licenciaturas, os cursos seqüenciais¹ não contribuiriam para comprometer ainda mais a educação básica, com reflexos negativos na educação superior, colaborando para a manutenção de um ciclo vicioso e excludente?

O Plano Nacional de Educação: Proposta da Sociedade Brasileira aponta algumas diretrizes para as políticas de formação de profissionais em nível superior, em especial de docentes, que foram consideradas na elaboração das propostas a seguir:

TR - 25

1 - Lutar junto ao MEC e aos Executivos Estaduais e Municipais para garantir políticas de formação de professores por meio de cursos de graduação plena, presenciais, com pelo menos quatro anos de duração, oferecidos em instituições de ensino superior que contemplem, de forma articulada, as dimensões pedagógicas e de conteúdo específico, e que realizem, de forma indissociada, atividades de ensino, pesquisa e extensão.

2 - Lutar junto aos Executivos Estaduais e Municipais para que garantam políticas de aperfeiçoamento docente continuado por meio de cursos presenciais adequados e não só por treinamento em serviço.

3 - Lutar junto ao Executivo para que este revogue os Decretos nº 3.276/99 e nº 3.554/00.

4 - Solicitar a colaboração essencial das universidades públicas na oferta de cursos gratuitos com as características apontadas na TR1.

¹ Os cursos seqüenciais autorizam profissionais egressos de quaisquer cursos superiores a lecionar na Educação Básica (educação infantil, ensinos fundamental e médio) após breve complementação pedagógica.

TEXTO 26

Contribuição da diretoria da APUBH e aprovado pela Assembléia dos Professores da UFMG

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO DE APOIO

Um dos temas que deverá polarizar as atenções das comunidades acadêmica e científica nesse início de governo é o debate sobre a Autonomia Universitária, apesar de compreendermos que ela não pode ser vista como a panacéia para resolução de todos os problemas da universidade brasileira. Preocupados com a indefinição sobre a Autonomia Universitária, a Diretoria da APUBH, cumprindo deliberação de Assembléia de Professores da UFMG, traz novamente a este Congresso essa discussão.

A posição aprovada em Congresso da ANDES é a de que não cabe regulamentação da Autonomia por considerar como auto-aplicável o artigo 207 da Constituição Federal, que trata da matéria. As decisões das Assembléias dos Professores da UFMG e de outras IFES - consideramos que a existência de uma redação constitucional não é suficiente para garantir, de fato, a Autonomia Universitária - têm sido minoritárias dentro dos fóruns do movimento docente com relação a essa questão:

É bom lembrar que em 1999 o MEC chegou a lançar uma proposta de lei amplamente rejeitada pela comunidade universitária e entidades acadêmicas no Brasil e na UFMG em particular: concepção de uma “autonomia” mecanicista, que submetia as universidades aos ditames do MEC e de outros

órgãos governamentais, e que instituiu o mercado como o fórum demandante e definidor dos trabalhos de ensino, pesquisa e extensão.

Com relação à última proposta da ANDIFES (Anteprojeto de Lei intitulado Lei Orgânica das Universidades Públicas Federais), a Diretoria da APUBH e a Assembléia da UFMG reconheceram avanços em relação às propostas anteriores do MEC e da própria ANDIFES, sobretudo no que se refere à natureza jurídica da Universidade, à criação de um Conselho Superior, aos Planos de Carreira Únicos para professores e para funcionários das IFES, submetidos ao RJU. Algumas questões criticadas foram suprimidas. A Assembléia dos Professores da UFMG considerou também, como apoio à discussão, o Projeto de Lei do Deputado Florestan Fernandes e a proposta da ANDES para uma Universidade Autônoma (InformAndes n.93), tendo aprovado os seguintes princípios para norteamento da discussão:

- a) garantia de orçamento público para o Sistema de Instituições Federais de Ensino Superior;
- b) garantia de manutenção na esfera do MEC, dos Hospitais Universitários, Escolas Técnicas e Colégios de Aplicação;
- c) paridade entre ativos, aposentados e pensionistas;
- d) pagamento de aposentadorias e pensões diretamente pelas instituições de origem, com recursos do Tesouro Nacional, desconsiderado para fim de cumprimento do Artigo 212 da Constituição Federal de 88 – vinculação à Manutenção e Desenvolvimento no Ensino (MDE);
- e) avaliação institucional e acadêmica autônomas, nos termos da Constituição;
- f) instituição de ente jurídico universitário compatível com o pleno exercício da autonomia constitucional.

A forma como está redigido o artigo 207 da Constituição (*“As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*) tem revelado sua insuficiência para a defesa da Autonomia Universitária, o que permitiu ao governo Fernando Henrique Cardoso normatizar, autoritariamente, a organização da universidade. Uma demonstração inequívoca desse processo foi a instituição da Lei (nº9192/95) que estabelece a composição dos órgãos colegiados e determina as regras para a eleição dos dirigentes das IFES, bem como a Lei (nº 9131) que institui o exame nacional de cursos (*“provão”*). Um pressuposto básico para a implementação da autonomia é a revogação de toda a legislação infra-constitucional que trata da universidade.

Do ponto de vista da Diretoria da APUBH e dos professores da UFMG, cabe portanto a proposição de uma Lei Orgânica venha que detalhar o exercício da Autonomia Universitária e garanta o pleno exercício deste direito constitucional.

TR - 26

1 - O 22º Congresso entende como necessária a elaboração de uma Lei Orgânica para a Autonomia Universitária, devendo os professores e suas entidades representativas participarem ativamente da construção da mesma.



Contribuição da diretoria da APROFURG-S.Sind.

ESCOLHA DE DIRIGENTES

TEXTO DE APOIO

O debate sobre a escolha de dirigentes não pode estar dissociado do âmbito da luta pela democracia do país e da universidade. Nesta perspectiva, é marco fundamental a inclusão na Constituição Federal dos princípios da gestão democrática da educação e da autonomia universitária. Além disso, acrescente-se a construção da proposta do Andes-SN para a Universidade Brasileira.

A bandeira da autonomia universitária vem sendo desfraldada ao longo de sucessivos governos. Com diferentes conotações, os projetos governamentais, na sua essência mantêm e promovem restrições cada vez mais evidentes ao caráter público e democrático da universidade brasileira. Um dos focos de intervenção na autonomia universitária e na gestão democrática da universidade se dá no

processo de escolha de dirigentes.

Em 1979, a Lei 6733 estabeleceu que a escolha de reitores passava a ser prerrogativa exclusiva do governo federal (sem a existência de qualquer indicação por parte da comunidade universitária). A luta do movimento docente e dos demais segmentos da comunidade universitária resultou, em 1983, na derrubada da referida lei e no restabelecimento da legislação anterior.

Neste momento, a ação dos setores organizados das universidades públicas fez com que se adotasse uma série de mecanismos que contornavam os obstáculos ao exercício pleno da autonomia, naquilo que se referia à escolha de dirigentes imposta pela legislação vigente, conseguindo, na maioria dos casos, que a indicação definitiva respeitasse a escolha da comunidade.

Neste processo, vale lembrar a publicação da primeira versão da “Proposta das Associações de Docentes e da Andes-SN para a Universidade Brasileira”, em 1982, em que, respondendo à proposta do governo de designar dirigentes externos às IES, afirmamos: “os cargos de direção e gestão financeira deverão ser exercidos exclusivamente por professores das Universidade”. Naquele momento, também, propusemos eleições diretas e secretas de dirigentes em todos os níveis, com a participação de toda a comunidade universitária, cuja proporção deveria ser definida internamente, esgotando-se o processo no âmbito da instituição. Tal formulação foi revista, na segunda versão, em 1986, acrescentando a forma de eleição como *preferencialmente paritária*.

Atualmente entendemos a paridade como indicação, que deve ser discutida e definida pelas IES, a partir de seus regimentos e estatutos, seguindo os preceitos que defendíamos em nosso projeto de LDB: “o reitor e vice-reitor serão escolhidos através de eleições diretas e secretas, com a participação de todos os docentes, servidores, técnico-administrativos e estudantes, conforme definido em seus estatutos e regimentos, *encerrando-se o processo de eleição no âmbito da Universidade*” (grifo nosso).

A promulgação da Lei 9192, em 1995, estabeleceu novas regras para a escolha de dirigentes, recolocando nas mãos do governo federal a decisão final a respeito da definição dos cargos dirigentes da IFES, a partir de uma lista tríplice, elaborada por um Colégio Eleitoral, com ou sem consulta à comunidade universitária, com no mínimo 70% como peso do voto dos docentes.

Por meio desta lei o governo FHC estabeleceu regras que, mediante a apropriação do discurso de respeito à consulta aos três segmentos e reivindicando a estrita legalidade, conseguiu criar fissuras no movimento de luta pela democratização da gestão universitária, através, inclusive, da aceitação das normas impostas.

Foram empreendidos vários esforços para se organizar a luta e mobilizar os docentes para enfrentar mais esta investida do governo federal. Entre eles, salienta-se a realização do I Seminário Nacional sobre Escolha de Dirigentes, no final de 1996, precedido de discussões locais e regionais. Efetivados os encaminhamentos deste seminário, chegou-se às seguintes conclusões:

a) “Afirmar a existência da Lei 9192/95 para justificar a flexibilização de nossos princípios democráticos ou até mesmo o abandono dos mesmos não parece elemento suficiente que se possa dar conta da complexidade do problema. Basta ver os diferentes processos ocorridos (desde o cumprimento efetivo até outras possibilidades de eleição) na vigência da mesma lei num mesmo período. Dessa forma, se concordamos que a história do movimento docente já demonstrou as reais possibilidades de nos manifestarmos pautados em nossos princípios democráticos no processo de escolha de dirigentes, podemos concluir que a questão central não está unicamente na existência ou não de uma lei que permita ou restrinja o processo democrático nas IES”;

b) “a decisão final, no caso das IFES, permaneceu nas mãos do MEC e, no caso das estaduais, nas mãos dos governadores. Dessa forma, sejam as listas sêxtuplas, tríplexes, ou até mesmo por pura indicação externa, essas não poderão de forma alguma encobrir as disputas de projetos no interior das universidades. É necessário que as diferenças não só possam se estabelecer mas que, principalmente, possam ser expressas no respeito profundo aos desejos da comunidade universitária. É esse o significado da formulação do Andes-SN quando diz que as eleições encerram-se no âmbito da Universidade. Afirmar isso é dizer que, do ponto de vista da Universidade, a gestão democrática deve ser ampliada em toda a sua extensão, desde o Conselho Universitário, passando pelo reitor e diretores de unidade”;

c) “isto faz com que nos deparemos com o central do problema a ser enfrentado, o que o resultado dos diferentes processos de escolha ocorridos acarretam para o futuro da Comunidade Universitária. Onde estará o compromisso público e a garantia da função social da Universidade Brasileira? Onde se encontram os aliados, por onde transitam os inimigos ? (...) Vislumbramos assim no cenário político e educacional de 1998 um momento *sui generis* onde a democracia deve estar colocada na ordem do dia. Fazer valer nossos princípios, seja na escolha de dirigentes universitários, seja em

qualquer outra esfera, será nossa tarefa”¹.

O “cenário político e educacional” de 2003 coloca o país numa nova fase institucional, no que se refere à Universidade. Despidos de vãs ilusões, no entanto minimamente otimistas, cremos que é o momento de darmos passos decisivos na consolidação de nossos objetivos, especialmente no que se refere à gestão democrática e à garantia da Autonomia Universitária.

A maioria das IFES passará por processos de escolha de dirigentes em 2004. Muitas estão sob mandatos obtidos à luz da conjuntura legal vigente (Lei 9192/95), embora um número delas tenha adotado diversos expedientes para contornar os ranços autoritários impostos pela lei. Esta é uma situação que se pode considerar indigna de uma instituição universitária, ou seja, submeter-se à utilização de “subterfúgios” legais para garantir minimamente um espaço de democracia e de autonomia universitária.

Num quadro que se desenha complexo, é extremamente importante e necessário que se procure esclarecer a opinião pública e a própria comunidade universitária, bem como a visão dos administradores públicos, dos políticos e da imprensa, para que a questão da democracia interna nas instituições de ensino superior, além de voltar à pauta de todos, fomente a evolução e evite, mais uma vez, o refluxo institucional com que sempre contam as forças conservadoras.

Este ano de 2003 será de valor histórico para que venhamos, de uma vez por todas, definir nossa autonomia, a do Campo Educacional (*especialmente*, no nosso caso, Universitário, mas, também, com a *responsabilidade* de sermos inspiradores nacionais) como movimento social embaixador da nacionalidade (junto com outros), capaz de atinar com a contemporaneidade na medida para pensar o futuro, o que é e deve ser efetivamente nosso trabalho, esperança sempre de muitos, por isso essencial, significativo e valioso. Ou para, talvez, também de uma vez por todas, escolhermos nos recolher à resignação daqueles submetidos às correntes do Tempo de Outrem, alheios a qualquer pretensão de protagonismo, servos de uma heteronomia já reincidente, ainda que caduca, e suicida.

É imperioso para o Movimento Docente assumir a dianteira nessa luta, contando com sua entidade em nível nacional para estimular ações em todos os níveis.

TR - 27

1) Gestionar efetivamente, com a maior ênfase possível, junto aos Poderes da República, pela revogação da Lei 9192/95;

2) Através do GTPE, fazer um levantamento junto à Câmara dos Deputados, visando acompanhar o processo de tramitação de projetos que modifiquem a Lei 9192/95 e outros relativos ao tema.

3) Reiterar a resolução do XLI CONAD (Pelotas, 2000) que determina: Que as Seções Sindicais retomem e aprofundem a discussão sobre a eleição de dirigentes, encaminhando o debate sobre: a) o processo de escolha de dirigentes e a luta pela participação de todos os segmentos da comunidade; b) os processos específicos de cada instituição, juntamente com outras entidades representativas, tendo como referência a proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira, que estabelece que a escolha de dirigentes nas IES deve ser realizada através de processos estabelecidos e finalizados nas próprias instituições; c) o caráter autoritário e antidemocrático da Lei 9192/95, bem como a necessidade de se construir o enfrentamento a essa medida.

4) Instituir o **Ano Nacional da Autonomia Universitária**, de março de 2003 a fevereiro de 2004. Durante este Ano Nacional se intensificarão esforços junto a todas as forças acadêmicas, políticas, sociais e comunitárias do Brasil passíveis de serem mobilizadas por todas as instâncias do Movimento Docente, do Andes-SN a cada Seção Sindical, em acordo e em cooperação com os segmentos estudantis e técnico-administrativos da Universidade Brasileira, visando:

a) retomar nas universidades a discussão sobre a escolha de dirigentes, reiterando resolução do XVIII Congresso (Fortaleza, 1998) que recomendava a articulação com os demais segmentos da comunidade universitária na intensificação da luta pela democratização interna das IFES com ênfase nos processos de escolha de dirigentes e reformas estatutárias;

b) gerenciar, com ênfase redobrada, junto aos Poderes da República, pela efetiva consagração da Autonomia Universitária como definida nos artigos 205 e 207 da Constituição Federal, através de todas as instâncias devidas, de caráter acadêmico, patrimonial, financeiro e gerencial, removendo-se todos os vestígios da legislação autoritária remanescente, buscando-se sustar todas as afrontas à Universidade;

c) promover, em todos os espaços de relacionamento que se abrirem, o esclarecimento da opinião

¹ Caderno de Textos do XVII Congresso do ANDES-SN, p. 20.

pública e da própria comunidade universitária, a começar por suas instâncias dirigentes, bem como dos administradores públicos, dos políticos e da imprensa, para que a questão da democracia interna nas instituições de ensino superior torne-se tema nacional, de modo a consolidarmos na opinião nacional a autonomia de direito que conquistamos e ampliarmos a implementação dela até os reais limites constitucionais.

TEXTOS 28

Contribuição professoras Gelta Terezinha Ramos Xavier e Maria Lucia Cunha Lopes de Oliveira (sindicalizadas ADUFF).

SISTEMA NACIONAL DE EDUCAÇÃO, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E POLÍTICAS PÚBLICAS

TEXTO DE APOIO

Mudança tem sido - desde o período da recente disputa eleitoral no país - a palavra-chave do momento, sobrepondo-se à *transformação*, termo usado pelos que apostamos em processos revolucionários na década de 80 ou antes, nos anos 60.

Envolvidos neste clima, temos clareza de que as demandas do movimento docente, fortes ou fracas, prementes ou nem tanto, poderão se perder entre urgências e impossibilidades, combinar-se em consensos, assim como sugerir adequações, no sentido de resgate da capacidade de o Estado recriar-se. A correlação de forças entre os diversos atores/grupos organizados na sociedade brasileira apontará caminhos, mais ou menos abertos, para mergulharmos de cabeça em muitos projetos que formulamos, desenvolvemos, avaliamos e queremos ver revigorados.

Um desses projetos é o de estabelecer-se um sistema nacional de educação pública de qualidade, referenciada socialmente. Um diagnóstico crítico do quadro atual revela tremendo abismo entre o que almejamos e o que se evidencia, principalmente quando tratamos da educação na escola básica, pública ou privada. Como cidadãos, profissionais, pessoas amadurecidas, educadores, reconhecemos que, observando qualquer conjunto de critérios, a educação na escola básica é insuficiente para o pleno desenvolvimento humano, social, científico em uma sociedade democrática, em um país soberano. Temos atribuído tal quadro às dificuldades, renovadas a cada governo, para enfrentarmos os projetos políticos de Ministérios que, nem de longe, consideram as recomendações dos movimentos dos educadores (a exemplo do Fórum em Defesa da Escola Pública, o ANDES-SN, a ANFOPE, a ANPAE, entre outros).

A conjuntura, agora, certamente é outra. Em recente artigo publicado na Folha de São Paulo (03/11/02), Marilena Chauí mostra outra perspectiva política, outra lógica, outra história a alicerçar a defesa dos direitos sociais da maioria, lembrando que

"hoje (...), a mudança não está apenas no fato historicamente gigantesco de um operário de esquerda ter sido democraticamente eleito [...] mas também na afirmação de uma outra perspectiva política, simbolicamente anunciada no pronunciamento do novo presidente [sobre a fome o desemprego, a miséria, a desigualdade social]..."

Dias antes (29/10/02), em entrevista ao mesmo jornal, Chico de Oliveira ressaltara também a importância de evitar-se equívocos e frustrações no presente momento histórico, afirmando que

"Da perspectiva mais restrita da minha geração, é uma espécie de confirmação da crítica que fizemos no passado. Esses intelectuais devem encarar esse enorme desafio que é mergulhar de cabeça. Até onde sou parte desse sentimento, poderia dizer que não estou me equivocando. É mergulhar de cabeça para fazer avançar. Nosso processo é sempre montado em dois pontos: preservar para avançar. O socialismo é isso."

No cenário das universidades públicas, identificamos movimentos extremamente ricos de reformulações curriculares, férteis debates a respeito dos encaminhamentos pedagógicos e políticos dos cursos de graduação. A ênfase tem sido na formação humana e profissional pela qual deve se

responsabilizar a Universidade Pública, segundo o acúmulo de discussão que associações, como ABEPSS e ANFOPE produziram, particularmente no que diz respeito aos currículos e sua implementação em âmbito institucional.

O seminário sobre Educação Técnica e Tecnológica (dezembro de 2002, Niterói, RJ) abordou temas que pensamos valer a pena reapresentar e defender, considerando a conjuntura, os princípios do MD/ANDES-SN e as perspectivas de "*mergulharmos de cabeça*" para fazer avançar a educação pública e gratuita, de qualidade social transformadora com que nos comprometemos.

A base primeira, o eixo forte e seguro para isso, é a garantia de um Sistema Nacional de Educação, com sentido de redes que se atravessam, responsabilidades que se somam, multiplicam e dividem em todas as suas implicações, redes de sujeitos, práticas, saberes, espaços e tempos de formação.

Assim, apresentamos a proposta de que o ANDES-SN aprofunde e encaminhe a defesa, como parte do Sistema Nacional de Educação, da formação profissional para o magistério no âmbito das Universidades Tecnológicas, em que os CEFETs poderão se transformar. Transcendendo o que dissemos até aqui (que o *locus* exclusivo de formação para o magistério é a Universidade), defendemos a coexistência de espaços/projetos de formação, na *diversidade* do sistema público, reconhecendo a especificidade do que as diferentes áreas de produção do conhecimento (Química, Física, Biologia, História, Geografia, por exemplo) revelam em suas associações, debates, eventos, experiências, e ao mesmo tempo valorizando a *unidade* do sistema, da rede de formação.

Há referências de ações bem sucedidas, documentadas, assumidas por servidores públicos, mesmo geradas no caldo do neoliberalismo da década passada. Falamos de experiências que manifestaram resistência à arbitrariedade, ao aligeiramento na formação, mantendo o compromisso com a educação pública e revelando indiscutível competência.

Por exemplo, o trabalho de formação para o magistério em nível superior, em curso de 4 anos, realizado entre 1999 e 2002 no Instituto Superior do Rio de Janeiro, a tradicional escola pública "Instituto de Educação do Rio de Janeiro", está a exigir do MD uma análise rigorosa e vigorosa, no sentido de reconhecer-se o que é nuclear nos projetos educativos, o que essencialmente defendemos, que concepções e princípios nos orientam. Já há literatura e debate a respeito do assunto, mas neste breve texto cabe acentuar o desenho e a prática curricular de um curso que se organizou articulando atividades de extensão, preenchendo de significados os achados de pesquisa interdisciplinar e incorporando-os às realizações do ensino, a favor da formação de educadores críticos, investigativos, criadores, sujeitos instituintes. O fortalecimento de experiências desse gênero depende certamente das redes de colaboração e transformação nos espaços públicos.

Nos termos do que o marxismo como método e como teoria nos ensinou, defendemos a visão dialética na análise dos acontecimentos que nos cercam. Admitimos a complexidade, o movimento, inclusive o de amadurecimento de certas idéias. Estamos assim sugerindo a invenção de uma tradição, conforme Hobsbawm nos orienta. Perguntamo-nos sobre o que atravessa, neste momento, o debate sobre formação, restringindo à Universidade a condição de espaço de formação. Qual a relíquia que estamos a resguardar neste ambiente? Por que este não pode ser aberto e entrelaçado a outros espaços, desde que se construa a experiência de formação nas mesmas bases de integração pesquisa, ensino e extensão? Qual a tradição que preservamos? Quantas gerações se consolidaram antes de nós no Brasil, para nos apresentarmos como herdeiros de realizações que outros grupos não possam cultivar? Onde mais ancoramos a concepção de Universidade - patrimônio da humanidade - que não possa ser ampliada, compartilhada, tecida e aprimorada com outros sujeitos?

Consideramos, nesse sentido, o alerta implícito no texto de Chico de Oliveira acima citado, particularmente no que se refere a formulações para o confronto com projetos da direita e à urgência de nos apresentarmos com nossas respostas já amadurecidas para as ações necessárias.

Reiteramos essas propostas, destacando a necessidade de ampliação das vagas em instituições públicas, a importância de salários dignos e condições efetivas de trabalho e carreira, mantendo a realização de concursos públicos sempre em pauta. Aproximamo-nos, com isso, da reivindicação legítima do Movimento dos Sem Universidade.

É tempo de mergulhar nessa luta ("sem luvas", como disse Paulo Freire...), para vivermos plenamente a educação pública de qualidade, direito de todos, dever do Estado, conquista dos cidadãos.

TR - 28

1 - Que o ANDES-SN debata, aprofunde e defenda um projeto integrado de formação humana e

profissional, respaldado nos critérios de educação universitária.

2 - Que o ANDES-SN estude modos de apresentar e exerça pressão junto ao MEC e ao sistema estadual no sentido de ampliação, em quatro anos, de 100% das vagas no ensino superior/universidade pública.



Diretoria do ANDES-SN

Seguridade Social

TEXTO DE APOIO

A reestruturação do capitalismo mundial, diante de mais uma de suas crises, vem provocando profundas transformações societárias, que estão resultando na construção de novos processos de trabalho e de sociabilidade entre os trabalhadores - ou daqueles excluídos do mundo do trabalho - e, ainda, na perda substantiva de direitos e da crença em projetos coletivos emanados das lutas e das organizações de classe. A introdução do modelo neoliberal trouxe em seu bojo a primazia do mercado em detrimento das conquistas obtidas pela classe trabalhadora desde o início do século passado quando, ao longo dos trinta anos gloriosos, em que viveu o pacto social, típico do *welfare state* europeu. Na nova configuração que assumiu, o capitalismo internacional vem buscando incessantemente outros espaços de acumulação, desta vez, transformando aquelas conquistas que afirmavam a primazia do público em bens e serviços à disposição do mercado.

Sob o prisma neoliberal, a mercantilização das relações confiadas ao automatismo regulador do mercado anula todo o controle sobre o meio vital com que desenhamos e desenvolvemos nossas estratégias de vida. O acesso aos bens e serviços é só a consequência da maximização das redes de consumo para aqueles dispostos a pagar por estes bens e serviços, mas, em nenhum caso, respondem à demanda coletiva por uma redistribuição social dos recursos disponíveis; a integração a estes processos é meramente virtual porque o único processo societal que pretende integrar globalmente é invisível, imprevisível e atomizado: o mercado. Fica aí escamoteada a realidade de que anular a esfera pública e submetê-la às regras do mercado significa não mais liberdade e menos regulação do Estado, mas precisamente mais controle da vida cotidiana na exata medida em que a transforma num objeto de consumo individual, esvaziando o poder da discussão política e coletiva.

No Brasil, os oito anos do governo FHC deixaram sua marca na aplicação à risca do receituário neoliberal e dos ditames de seus mais ilustres representantes - o FMI e o BM. A truculência com que FHC solapou grande parte das políticas sociais é a prova cabal de que a direção social de seu governo foi contrária aos interesses dos trabalhadores, principalmente devido à mutilação dos direitos sociais, que foram caracterizados como privilégios tamanhos que comprometeriam a saúde financeira da Nação, ameaçando a estabilidade e promovendo o retorno do fantasma da inflação. A Reforma do Estado brasileiro só não se efetivou por completo devido à resistência dos movimentos sindicais e populares, que conseguiram barrar algumas das mais cruéis medidas propostas, a exemplo da reforma da Previdência Social, o que nos remete a um dos mais importantes títulos da Constituição Federal de 1988, qual seja, o da Seguridade Social. Neste caso, a ofensiva teve início com a postergação do cumprimento do prescrito na Carta Magna, substituindo-a por medidas provisórias, projetos de lei e decretos que inviabilizaram o seu evoluir.

O próprio texto constitucional estabelece no Art. 194: "À Seguridade Social compreende um conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinadas a assegurar os direitos relativos à Saúde, à Previdência e à Assistência Social"; associando-se a essa afirmativa, o item I do Parágrafo Único do mesmo Art. 194 - "universalidade da cobertura e do atendimento". Está posto o alcance da Seguridade Social e o tratamento que deve ser dispensado para as três áreas que a compõem. A concepção de Seguridade Social, portanto, é a da integralidade e universalidade presentes na tríade Saúde, Previdência e Assistência Social, sob pena de desfigurá-la como um direito social.

Nos últimos anos, a Saúde e a Assistência Social caracterizaram-se por uma elevada soma de projetos e programas desarticulados entre si. Em relação à Saúde - primeiro alvo para o processo de

privatização - acentuou-se a implosão premeditada dos hospitais públicos, colocados no limite mínimo de seus recursos financeiros e humanos. Esta situação abriu espaço para a consolidação de um “mercado da saúde” mediante a multiplicação de leitos privados e a instituição da compra de serviços - já esboçada pela ditadura militar -, contrariando a Lei Orgânica da Saúde, que preconiza a responsabilidade da União, estados e municípios na organização e oferta de serviços públicos. Na Assistência Social, o próprio Estado estimula e subsidia a criação de ONGs e de organismos sociais que, somados à filantropia empresarial, também estimulada, alcançam o objetivo de delegar a estas, em conjunto com a população, a responsabilidade pela assistência. Assim, passam a predominar as ações de cunho paliativo, focalista, pontual e fragmentado, com um forte apelo emocional, desconstruindo a noção da Assistência como um direito e reinstituindo a idéia de que a assistência é somente devida aos miseráveis, responsabilizando o indivíduo pela sua própria carência. Quanto à Previdência, o discurso e ações vão no sentido de entregá-la definitivamente ao mercado, ou seja, à Previdência Privada e aos Fundos de Pensão.

É impossível pensar no equacionamento de quaisquer destas problemáticas sem um fortíssimo protagonismo do Estado. Não há como se admitir a globalização da economia e querer enfrentar localmente, com ações pontuais e focalizadas, os problemas mais sérios do país. As atuais transformações societárias não podem prescindir das alavancas do Estado, mesmo se o objetivo é, paradoxalmente, o seu controle democrático e o fortalecimento da sociedade.

O enfrentamento dos complexos desafios colocados nesta luta, portanto, só se pode dar na ação coletiva, ação esta eminentemente política, para enfrentar a complicada situação de crise e impasses de maneira inovadora e criativa. Isto pressupõe articular as diversas esferas da sociedade (representativas e/ou reivindicatórias) numa perspectiva de ampliação e politização do debate em torno da tríade que compõe a Seguridade Social.

I) Previdência Social

Os embates do ANDES-SN no que diz respeito a perdas de direitos na Previdência Social remontam aos primórdios da fundação deste Sindicato. Já no I CONGRESSO do ANDES-SN (Florianópolis, 02/82), o Movimento Docente assumiu a luta contra o “Pacote da Previdência” que, baixado por Decreto Lei de 29 de dezembro de 1981, aumentava as alíquotas de contribuição e instituiu descontos para aposentados e pensionistas.

No Brasil, o Sistema Previdenciário consolidou-se a partir de um caráter misto de custeio, com recursos provenientes de contribuições dos segurados, receita de impostos e outras fontes. O Regime adotado foi o de repartição, no qual os trabalhadores da ativa custeariam as aposentadorias, configurando a solidariedade entre as diferentes categorias de trabalhadores e entre as gerações. Malgrado as modificações impostas durante os “anos de chumbo”, a lógica do sistema previdenciário permaneceu praticamente inalterada. É somente a partir dos anos 80, em concomitância à entrada do modelo neoliberal no país, que a questão previdenciária começa a ficar em evidência.

A Constituição de 1988 é um marco referencial para o entendimento da Previdência Social. Por sua letra, há que se transformar inclusive o entendimento corrente de Previdência, que deixa de ser vista como instituto voltado principalmente, aos idosos e idosas, órfãos e viúvas, e até de caráter indenizatório. A partir de uma nova compreensão, a Previdência Social passa a integrar a Seguridade Social, com caráter de prevenção.

Para o ideário neoliberal - à época já chegando em terras brasileiras - a Constituição recém-promulgada representava um grande empecilho, posto que implementava direitos justamente quando a orientação era a de restringi-los, notadamente os direitos sociais. Esses avanços sociais seriam uma ameaça para o capitalismo, dada a posição de destaque que o Brasil ocupa no cenário da América Latina.

Atualmente assistimos, em âmbito nacional e internacional, a veiculação na imprensa - falada e escrita - de reformas Previdenciárias pretendidas e realizadas por governos neoliberais de todo o mundo, defendendo a idéia da inevitabilidade de uma profunda reforma da Previdência. Esta idéia, no Brasil, encontra-se assentada em dois eixos axiais: um primeiro diz respeito a um suposto déficit da Previdência Social, tal como esta se caracterizou até o momento. O segundo imputa aos “privilégios” dos servidores públicos a inviabilidade da continuação desse sistema.

O Executivo Federal vem, desde 1990, encaminhando propostas de Emenda Constitucional na área da Previdência Social, buscando alterar - no todo ou em parte - o Capítulo da Seguridade Social, reportando sempre a um suposto “déficit” previdenciário. O que se pretendia, na verdade, era a minimização da Previdência Pública para, de uma parte, garantir mercado ao sistema privado, gerenciado, sobretudo, pelo capital financeiro organizado nos bancos e seguradoras e, de outra, para

utilizar os recursos arrecadados no pagamento de juros da impagável dívida contraída com os organismos internacionais.

Em 1998, no governo FHC, fruto de vários acordos na base aliada do governo, o Congresso Nacional aprovou a Emenda Constitucional nº 20 (trata da Reforma da Previdência) que, na verdade, configurou-se como um ajuste naquilo que já conhecemos como Reforma do Estado, com prejuízos para os trabalhadores. Como exemplos, podemos citar a desvinculação dos reajustes dos benefícios previdenciários do salário-mínimo (com teto fixado em R\$ 1.200,00, que correspondia a 10 SM, para o Regime Geral da Previdência - chegamos hoje a 7,8 SM como teto dos benefícios previdenciários) e a aprovação da Previdência Complementar, faltando apenas regulamentá-la por meio de Leis Ordinárias. Para todos, aboliu-se - observando-se as regras de transição - o tempo de serviço, estipulando-se o tempo de contribuição e este, “casado” com uma idade mínima que passou a ser exigida. Com a desvinculação dos reajustes dos benefícios previdenciários do salário-mínimo, o governo adotou 2 índices: um, que correspondia ao reajuste, aplicado somente para a correção dos benefícios previdenciários e outro, que tratava de ganho real, aplicado aos trabalhadores da ativa, sempre superior ao primeiro. Em seguida, foi instituído o Fator Previdenciário para os trabalhadores da iniciativa privada, que leva em conta a expectativa de sobrevida, isto é, quanto mais cedo a pessoa se aposentar, menos recebe, gerando também perdas significativas. Quanto mais tarde, mais recebe, observado o teto máximo do INSS.

Na execução orçamentária da Seguridade Social de 2001 apurou-se um total de receitas na ordem de R\$ 136,877 bilhões, enquanto que o conjunto das despesas realizadas com Saúde, Previdência e Assistência Social importou em R\$ 105,413 bilhões. O saldo positivo ficou na ordem de R\$ 31,464 bilhões. Não há, portanto, que se falar em “déficit” da Previdência se a considerarmos, como realmente é, parte integrante da Seguridade Social. Se observarmos as ações governamentais no que diz respeito à utilização da DRU (Desvinculação dos Recursos da União), constataremos que periodicamente o governo Federal, no ano de 2002, retirou recursos da Seguridade Social para serem utilizados em outras áreas.

O projeto FHC era liquidar com as conquistas sociais e abrir o campo da Previdência ao grande capital e, embora o início das votações para a Reforma Previdenciária parecesse haver marcado um tento para a esquerda, o Governo logo deixou claro que dispunha de mecanismos para reverter o processo, instituindo uma verdadeira “ditadura do Executivo”. Apesar de todos os esforços, o modelo de Previdência pensado pelo governo FHC não foi plenamente implementado, isto é, a privatização da Previdência tal como se disseminou por toda a América Latina, iniciada pelo Chile em 1981. Ao invés da privatização integral da Previdência, a proposta governamental seria a de reduzir o teto da Previdência Pública para três mínimos, com a privatização das parcelas salariais acima deste valor por três motivos: 1) a privatização total polariza o debate ideológico entre privatistas e estatistas, e isso não seria bom politicamente para o governo e empresas de capitalização; 2) as seguradoras não se interessam pelo pequeno poupador de três salários mínimos, pois os custos administrativos da Previdência Privada são muito altos e esse segmento precisaria de uma Previdência subsidiada de caráter estatal; e 3) os trabalhadores mais pobres têm dificuldades para participar da Previdência Privada (entender de aplicação financeira, acompanhar os extratos das contas, etc.). A orientação privatista de FHC fica evidente na indicação de ministros da Previdência escolhidos entre políticos componentes do PFL, partido que sustenta em seu programa a proposta de privatização da Previdência Social. A privatização da Previdência só não se consumou por dois motivos: 1) a reação contrária foi muito forte, principalmente no segmento dos servidores públicos, que contavam com o apoio dos partidos de oposição ao governo de FHC (opositores ao programa de privatização); e 2) os custos da privatização da Previdência nos moldes do Chile eram muito altos e repercutiriam negativamente nas contas do governo nos próximos 40 anos, o que a situação fiscal do Brasil não permitia.

Do governo FHC ainda tramitam no Congresso Nacional duas propostas de Emenda Constitucional: a PEC 136/99 (que trata da contribuição dos aposentados) e a PEC 137/99 (que, se aprovada, permite aos estados, Distrito Federal e municípios fixarem subtetos de cobertura previdenciária inferior ao fixado para a União). Acrescente-se o Projeto de Lei que regulamenta a Previdência Complementar para os servidores públicos. Ainda, este governo, por meio das ações já citadas, deixou clara a separação dos regimes de Previdência: o Regime Geral, o Regime Próprio dos Servidores Públicos, o Regime dos Militares e o Regime de Previdência Complementar.

O novo governo empossado procura dar conseqüência ao seu programa divulgado durante a campanha e, apesar de deixar explícito que a reforma será precedida de um intenso diálogo com as “organizações”, “movimentos sociais” e sindicatos dos trabalhadores, as suas linhas mestras estão pré-definidas: “(...) a criação de um sistema previdenciário básico universal, público, compulsório,

para todos os trabalhadores brasileiros, do setor público e privado. O sistema deve ter caráter contributivo, com benefícios claramente estipulados e o valor do piso e do teto de benefícios de aposentadoria claramente definido.” No item seguinte, esclarece o mecanismo da proposta: “(...) Em complemento ao sistema público universalizado, aos trabalhadores tanto do setor público como do privado, que almejam valores de aposentadoria superiores ao oferecido pelo teto da previdência pública, haverá o sistema de planos complementares de aposentadorias, com ou sem fins lucrativos, de caráter facultativo e sustentado por empregados e empregadores.”E continua: “(...) a previdência complementar, que pode ser exercida através de fundos de pensão, patrocinados por empresas ou instituídos por sindicatos (conforme a Lei Complementar 109), voltada para aqueles trabalhadores que querem renda adicional além da garantida pelos regimes básicos, deve ser entendida também como poderoso instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país. É necessário crescimento e fortalecimento dessa instituição por meio de mecanismos de incentivo.”

A proposta de reforma previdenciária está definida em seus elementos basilares. Uma análise preliminar, posto que o novo governo ainda a está construindo, nos leva a algumas conclusões. A privatização da Previdência Social Pública, mesmo que em parte, está dada como inevitável sob a justificativa de garantir a geração de uma certa economia dos gastos do governo, o que não é só um equívoco, mas também uma falácia, por dois motivos: 1) não apresenta perspectiva de ampliação de direitos sociais, mas de reduzi-los e 2) a Previdência, de fim, passa a ser meio, uma vez que parte dela - Previdência Complementar - é elevada ao *status* de “instrumento de fortalecimento do mercado interno futuro e fonte de poupança de longo prazo para o desenvolvimento do país”.

A Reforma da Previdência Social, com esses pressupostos, já demonstrou a sua total ineficiência nos países em que foi implementada. Além de não conseguir ampliar a cobertura previdenciária, ainda diminuiu as rendas de proventos e aposentadorias. Em muitos destes países (como o Chile e a Argentina), estas reformas trouxeram o agravamento da situação fiscal, a partir da redução do financiamento do Estado, precipitando crises político-econômicas de grande envergadura.

Se o novo governo, como vem anunciando publicamente, pretender, com a mudança do sistema previdenciário, a economia de recursos no curto prazo, isto só será possível com a transferência dos custos da transição para os servidores públicos. Isto significa que direitos fundamentais dos trabalhadores serão desrespeitados. Significa também retomar a proposta de taxaço dos aposentados e pensionistas e a inclusão dos atuais servidores ativos no modelo de Previdência, com o estabelecimento de redutores em suas aposentadorias.

Caso os direitos adquiridos sejam respeitados, como o governo quer fazer acreditar, as despesas com a Previdência, em curto prazo, ao invés de reduzirem, terão acréscimos significativos. Isso porque as despesas do Sistema Previdenciário de benefícios integrais continuarão crescendo por um bom tempo. Também haverá perda de receitas previdenciárias, pois hoje o servidor que ganha mais que R\$1.561,56 (maior salário-contribuição do Regime Geral da Previdência) contribui integralmente para o Regime Próprio. Com a mudança, o recolhimento do excedente deste salário-contribuição será dirigida aos Fundos de Pensão. Ou seja, a capitalização dos Fundos de Pensão será feita às custas do desfinanciamento do Regime Próprio de Previdência. O governo só terá duas alternativas: ou esta conta é transferida aos servidores embutida nos limites de gastos de pessoal, ou o governo terá que garantir recursos adicionais para capitalizar os Fundos de Pensão. Evidencia-se, então, uma aparente contradição: a Previdência, em qualquer das opções em tela, será entregue ao capital privado, tendo o Estado como seu principal financiador.

A Reforma da Previdência que está em andamento, portanto, encaminha-se para a revisão de benefícios previdenciários e, apoiada em contribuições diretas de trabalhadores, empregados e Estado, retoma a ótica de um seguro social limitado ao trabalho formal e, portanto, despreocupada com a proteção social ao conjunto da força de trabalho do qual fazem parte os trabalhadores precarizados e os que constituem o imenso exército industrial de reserva visível hoje em todos os quadrantes do país. Seu arcabouço central, ao trocar o conceito de Seguridade Social pelo de Seguro Social, consegue realizar o projeto idealizado pela equipe de FHC.

Para muitos é inadmissível que um governo que tem à sua frente um presidente oriundo da classe trabalhadora, esteja marchando na contra-mão da defesa dos direitos dessa classe. Além disso, a distância entre intenção e gesto parece ser a tônica inicial deste governo: ao mesmo tempo em que acena com uma ampla discussão com os setores envolvidos mais diretamente na Reforma da Previdência impõe um limite de tempo extremamente exíguo para a apresentação e apreciação do Projeto de Reforma. O regime proposto pelo governo Lula, portanto, não implica somente o fortalecimento do capitalismo financeiro internacional, mas, sobretudo, aponta para a extinção de direitos que os trabalhadores tão duramente arrancaram de seus algozes.

O ANDES-SN defende intransigentemente o regime de repartição em contraposição à lógica da capitalização, com a extensão da integralidade dos vencimentos para os trabalhadores da iniciativa privada; os princípios da paridade entre ativos e aposentados, a integralidade dos vencimentos no ato da aposentadoria e a não-contribuição previdenciária dos aposentados. É, portanto, contrário ao estabelecimento de qualquer plano de Previdência Complementar e/ou de Fundos de Pensão. Para tanto, torna-se imperativo desconstruir o modelo proposto, o que só será possível mediante a organização de toda a sociedade a partir de suas entidades representativas. Foi nesta perspectiva que as entidades que compõem a CNESF, ao final do II Encontro de Assuntos de Aposentadoria das Três Esferas, realizado em dezembro de 2002, aprovaram uma carta reafirmando a defesa da Seguridade Social e manutenção da Previdência Pública Estatal. Neste sentido, é fundamental que o ANDES-SN aja nas instâncias da CUT, a fim de garantir que a Central discuta junto às suas bases esta questão e encaminhe a defesa e os interesses da classe trabalhadora.

II) Saúde

O grande divisor de águas para o setor Saúde certamente foi a promulgação da Constituição de 1988, que instituiu princípios fundamentais para a consolidação do Projeto da Reforma Sanitária. Na nova Carta Magna, a saúde foi a área que mais sofreu transformações realmente significativas:

- a alteração do conceito de saúde, entendida não como um setor, mas como um processo de convergência de políticas públicas, econômicas e sociais;
- a instituição da saúde como direito de cidadania e dever do Estado;
- o SUS como um profundo reordenamento setorial, conferindo uma nova concepção sobre a saúde individual e coletiva;
- a descentralização das ações para as esferas estadual e municipal, delegando poderes para que estas formulem a política de saúde de acordo com as prioridades locais;
- a democratização do poder local, pelo estabelecimento de novos mecanismos de gestão, por meio dos Conselhos de Saúde.

A introdução do princípio da universalidade foi talvez uma das mudanças de maior importância, pois significa que toda a população passou a ter direito aos serviços de saúde, até então restritos aos contribuintes da Previdência Social. Entretanto, a consagração da universalidade na Constituição de 88 e as estratégias de construção de um Sistema Único de Saúde foram incapazes de alterar o tradicional caráter compensatório e excludente das políticas sociais e de saúde no país.

Todo este edifício, duramente erguido por meio de lutas, negociações, avanços e retrocessos, foi sendo desmontado no decurso da década de 90, mais especificamente a partir de 1994, com a sedimentação do projeto neoliberal no Brasil. Este processo repercute de maneira particular no âmbito da saúde, pois as reivindicações e demandas presentes pressionam e logram ampliar os direitos sociais da cidadania ao mesmo tempo em que se homogeneiza o consenso neoliberal; acelera-se o desmonte do Estado e consolida-se o mercado empresarial de serviços de saúde. A consolidação do projeto neoliberal deu-se por meio de uma desconcentração programada e seletiva do Estado em âmbitos estadual e municipal, nem sempre acompanhada da correspondente transferência de poder decisório.

A intervenção do Estado no setor saúde no Brasil, coerente com a estrutura e dinâmica da acumulação capitalista recente que condicionou as relações Estado/sociedade, não foi nem democratizante nem socializante; muito menos amenizadora das desigualdades e carências da população. Além de propiciar a constituição de um expressivo setor privado na área e a organização de um mercado de serviços de saúde, balizado pelo chamado complexo médico-industrial, a prática operacional do Estado no âmbito da assistência médica (materializada na atuação da burocracia em suas articulações com o setor privado) constitui um fator crucial na dinâmica setorial que se inaugura então. A desresponsabilização da atuação do Estado, propiciada pela crise econômica e política traz de volta seu caráter ambivalente, na medida em que, ao mesmo tempo em que se consolida a universalização da saúde como direito de cidadania e cria-se o SUS, amplia-se o mercado privado de serviços e desmantela-se o sistema público.

O fruto deste paradoxo determinou o que se denomina “universalização excludente”. O direito universal à saúde propugnado pela Constituição representou um grande avanço, na medida em que provocava uma ruptura com o modelo corporativo de benefício, ao eliminar a contribuição previdenciária como condição para o acesso aos serviços públicos de saúde. Mas a expansão da universalização do sistema de saúde veio acompanhada de mecanismos de racionamento, especialmente de uma visível queda de qualidade dos serviços públicos, o que acabou por expulsar

usuários provenientes de segmentos das camadas médias e do operariado mais qualificado. Na verdade, a universalização excludente corresponde a um fenômeno complexo no sistema público de saúde porque acarreta, por um lado, uma incorporação crescente das classes mais despossuídas - pela universalização total do sistema público de saúde - e, por outro, a expulsão de grupos sociais mais abastados para o sistema privado de atenção médica supletiva - graças à queda de sua qualidade.

Chocam-se, dessa forma, o consenso democratizante, centrado na universalização e descentralização de políticas (garantidos pela Constituição de 88), e o consenso neoliberal, pautado pela suposta falta de recursos disponíveis para todas as demandas. A inclusão das camadas populares foi acompanhada pelo racionamento dos gastos por parte do Estado, ocasionando o sucateamento da atenção prestada e, ao que tudo indica, sem conseguir quebrar a lógica de articulação entre o capital privado e a base de financiamento do sistema de proteção social.

A lógica economicista que orienta as formulações neoliberais da política de saúde tem pelo menos três grandes dimensões:

1- econômica □ combina cortes orçamentários e medidas de restrição ao consumo, com a participação econômica do usuário;

2- sanitária (organizativa) □ privilegia a cobertura à doença, em muitos casos de forma bastante precária, deixando os aspectos preventivos, que em geral dependem de gastos e investimentos estatais em segundo plano; e

3- sociocultural □ enfatiza a idéia de responsabilidade pessoal pela doença, culpando o indivíduo pelo seu desencadeamento e conseqüências, eludindo a estrutura socioeconômica e política do processo que desencadeiam doenças, morte precoce, incentivando sua impotência diante da estrutura sanitária.

A saúde enfrenta uma situação extremamente crítica nos serviços prestados, que se agravou dramaticamente com as crises sucessivas e com a interferência das medidas reformistas, que desorganizaram as práticas correntes anteriores, sem, entretanto, conseguir substituí-las por melhores alternativas. Evidencia-se uma reacomodação do sistema de serviços de saúde, que em nada favorece os grupos mais carentes ou marginalizados.

Uma vez que a saúde se relaciona diretamente com as condições de vida e de trabalho, questões altamente complexas se apresentam contemporaneamente no que diz respeito aos cuidados e assistência em saúde - individual e coletiva - posto que estas são determinadas conjuntural e estruturalmente. Uma destas questões se refere à ampla aceitação que vem ganhando o pensamento neoliberal que advoga o argumento segundo o qual os serviços de saúde e de assistência públicos são os principais obstáculos ao equilíbrio financeiro dos Estados. De acordo com as estratégias deste pensamento, o racionamento dos custos destinados à saúde se torna imprescindível. Assim, o que vem prevalecendo, desde a segunda metade dos anos 80, é uma forte tendência a cortes radicais nos gastos públicos com a saúde, baseados principalmente na exclusão do atendimento a determinadas demandas, como as que se referem a doenças de largo curso e alto custo (como no caso do câncer e da Aids) e tratamentos dentários. Passando a encabeçar o atendimento à saúde, os prestadores de serviços particulares também racionam seus gastos: limitam o número e a frequência de consultas e exames, demarcam os dias em que um indivíduo pode permanecer internado e excluem tratamentos, cirurgias e patologias a seu alvedrio. Além de tudo, racionam também o tempo que cada especialista deve gastar com um paciente.

O sistema público, portanto, é propositadamente posto no limite mínimo de recursos. Resultado: longas esperas por atendimento médico e realização de exames (mesmo os mais simples); repasse de verbas em atraso e um nível de atendimento bastante precário. Esta lógica implica a compulsoriedade da aquisição de serviços de saúde privados, servindo ainda para fomentar a idéia de que o serviço público é dispendioso, ineficaz e arcaico. Todo este dismantelamento ainda acarreta danos mais graves: o surgimento de um contingente considerável de indivíduos que apresenta problemas médicos que são redefinidos como sociais. Além disso, os problemas inerentes ao subdesenvolvimento persistem: doenças infecciosas, desnutrição, tuberculose,. A estes, somam-se novos: uma onda verdadeiramente epidêmica de violência, suicídios e distúrbios neuropsiquiátricos.

Velhas endemias ressurgem: o cólera, a dengue e a leptospirose matam hoje em grande escala.

Associada ao sistema de saúde, merece destaque a área de medicamentos, tanto no âmbito da produção, com as suas interfaces na ciência e na tecnologia, quanto no da distribuição e da assistência farmacêutica. Problemas como falta de medicamentos, preços abusivos desses, dependência de insumos e perdas consideráveis de capitais decorrentes de suas patentes, entre

outros, acrescentam-se aos já especificados anteriormente. É na percepção deste fato que a 11ª Conferência Nacional de Saúde (15 a 19/12/2000) optou pelo chamamento da 1ª Conferência Nacional de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica para discutir o assunto e deliberar sobre as possíveis ações que possam favorecer o conjunto da sociedade, uma vez que a composição desta caracterizar-se-á pela representatividade dos segmentos sociais e institucionais. Nessa perspectiva, o envolvimento dos movimentos sociais e entidades organizadas da sociedade civil é fundamental para o alcance de seus objetivos, considerando a luta por uma saúde integral.

Os sindicatos, malgrado a reafirmação constante da defesa da Seguridade Social e do SUS, possuem enormes dificuldades para operacionalizá-la, devido, principalmente, ao fato de grande parte destas organizações possuírem convênios com agências privadas de prestação de serviços de saúde. Temem que um posicionamento - o que implicaria um enfrentamento com estas empresas - represente a perda de muitos de seus sindicalizados.

Assim, a saúde - um dos *bens* mais importantes para os trabalhadores - vai perdendo seu elemento potencialmente revolucionário, posto que passa a ser vista como um *bem* individual e privado, esvaziando-se de seu conteúdo político e coletivo. Urge, portanto, que o movimento sindical retome a luta pela universalização da saúde (dentro da ótica da Seguridade Social), rompendo com a lógica perversa da retórica neoliberal, que transforma as questões políticas e sociais em questões técnicas, impingindo graves e grandes recuos nas conquistas que a mobilização popular conseguiu ao longo dos anos.

A dilapidação do sistema de saúde brasileiro ecoa, também, de maneira particular, na área da educação, incidindo em dois pontos centrais: na continuidade da manutenção dos seus Hospitais Universitários e na saúde do trabalhador.

a) Hospitais Universitários

Em decorrência do acordo firmado entre ANDES-SN, SINASEFE e MEC, por ocasião do término da greve de 2001, instalou-se Mesa para discussão entre ANDES-SN, FASUBRA e MEC sobre a situação pela qual passam os Hospitais Universitários, para posterior encaminhamentos. Por solicitação dos representantes do ANDES-SN, esta Mesa foi ampliada para possibilitar a participação da ABEM, da DENEM, da ABRAHUE e da ANDIFES, com o objetivo de estabelecer-se uma discussão aprofundada capaz de levar à apreensão da realidade destes Hospitais, condição essencial para a determinação de ações mais efetivas.

As negociações não avançaram. Uma única reunião foi efetivamente concretizada. Outras duas marcadas não foram realizadas, caracterizando o afastamento do MEC que, nesse momento, já havia acordado com o Ministério da Saúde e ABRAHUE o mecanismo de atender um HU por mês, escolhido de acordo com a situação de precariedade em que se encontrava. Não se tratava de, no conjunto dos HUs, considerando suas funções de ensino, pesquisa, extensão e assistência à saúde, dotá-los de condições satisfatórias de atendimento. Configurou-se, nesse momento, o tratamento dispensado aos HUs, ou seja, seriam atendidos na medida suficiente para não deixá-los "morrer", reforçando, nesse sentido, no seu interior, práticas privatistas em busca de recursos.

O ANDES-SN, independentemente do afastamento do MEC da Mesa, continuou o encaminhamento de ações em defesa desses Hospitais. Realizou, no mês de maio de 2002, uma Oficina de Trabalho sobre os HUs na Câmara dos Deputados, com a participação de convidados e de nossas Seções Sindicais. Organizou e executou, juntamente com a FASUBRA, a Mostra Científica Cultural *Vida e Morte dos HUs* no espaço cultural Mário Covas, da Câmara dos Deputados, com o trabalho da militância junto aos parlamentares. Ainda junto com a ABEM, a DENEM, a ABRAHUE, representantes da ANDIFES e convidados, participou de Audiência Pública, na Câmara dos Deputados, com o objetivo de discutir a situação dos HUs.

Estes passos serviram para que um diagnóstico fosse feito, constatando que, em consonância com o desmonte da saúde e da educação brasileiras, os HUs estejam sendo também postos em estado falimentar. Ao lado da privatização "por dentro" - consubstanciada pela inserção de laboratórios farmacêuticos, empresas de prestação de serviços de saúde e fundações de caráter privado -, grassa a terceirização de funcionários e o desencanto de professores e alunos. Os primeiros, justificam os recursos oriundos da iniciativa privada para a complementação de salários e a continuidade das pesquisas. Já os segundos, procuram as clínicas e hospitais particulares para estagiarem sob a desculpa da remuneração e da ausência de recursos no setor público. Em ambos os casos, abdica-se da saúde coletiva e da disponibilização do saber para a população, pois doenças crônico-degenerativas e "de pobre" não trazem lucro nem fama.

A nova "missão" dos HUs, largamente difundida, limita-se ao atendimento terciário de patologias

complexas e o desenvolvimento de tecnologia de ponta. Fecha-se o círculo de consumo de altas tecnologias e introjeção de conhecimentos externos. O futuro médico cada vez mais distancia-se do indivíduo doente, aprendendo a lidar somente com máquinas e protocolos médicos. Perde-se também o trabalho com outros profissionais de saúde, relegados à condição de meros “ajudantes” da equipe médica. Esgota-se a perspectiva, tão cara ao MD, do ensino/pesquisa/extensão.

Depreende-se, portanto, que está em curso uma mudança substantiva no sistema de saúde no Brasil, o que inclusive é de se esperar ante à natureza e profundidade da crise e os impasses colocados. É óbvio que para o cumprimento da norma constitucional será necessário aumentar o gasto público, o que parece pouco provável a curto prazo, dados os rumos do programa de ajuste econômico e as propostas e compromissos firmados pelo atual governo. Uma vez que os governos são os responsáveis diretos pela regulamentação dos serviços de saúde privados e pela alocação de recursos a serviços de saúde públicos (seja fixando orçamentos ou influenciando diretamente no nível das contribuições), a participação de entidades e profissionais envolvidos na definição das políticas dos HUs na luta pela descentralização das decisões e dos serviços deverá ser encaminhada no sentido da sua universalização de fato e de direito.

b) Saúde do Trabalhador

Na perspectiva da saúde como um direito de todos e responsabilidade do Estado, conforme a Constituição de 1988, é que diversas entidades tiveram e ainda têm um envolvimento muito grande nas atividades, eventos, campanhas, etc. que concorrem para garanti-la com equidade e universalidade. Cada vez mais as entidades sindicais debruçam-se sobre as questões da saúde, especificamente nos efeitos provocados pelo processo de reestruturação produtiva, procurando identificar os efeitos da mesma sobre a saúde dos trabalhadores.

Na articulação entre os sindicatos é que houve a oportunidade da criação de espaços de produção de saberes nesse campo para transforma-los em instrumentos de luta dos trabalhadores em defesa de seus interesses. Aqui, destacamos o DIESAT e o Instituto de Saúde do Trabalhador da CUT.

Essas entidades voltam-se, também, para o seu interior com o objetivo de implementar a luta e ações no sentido do estabelecimento de leis trabalhistas, previdenciárias e normas para a garantia de direitos aos trabalhadores referentes à saúde ocupacional.

No campo da educação, a Pauta do 4º CONED, em um de seus Eixos Temáticos (Trabalhadores e Trabalhadoras em Educação), destacou a discussão desse tema com realização de mesas e apresentação de trabalhos, originando uma das suas deliberações finais, tomada por consenso na Plenária Final do evento:

“O 4º CONED indica a premente necessidade de que o Instituto Nacional de Saúde do Trabalhador - INST/CUT, juntamente com as entidades nacionais sindicais em educação, realizem, por ocasião da 2ª Conferência Internacional em Saúde Ambiental e Ocupacional (17-20/06/2002, Salvador), uma Oficina de Trabalho sobre a Saúde do Trabalhador em Educação, com os seguintes objetivos:

- 1- Estruturar no INST um Grupo de Trabalho voltado especificamente para esta temática;*
- 2- Desenhar estratégias que conscientizem e mobilizem os trabalhadores em educação sobre esta questão de forma que dêem suporte às ações políticas voltadas para as conquistas relacionadas à prevenção, promoção e assistência à saúde dos trabalhadores em educação;*
- 3- Avaliar e indicar intervenções no campo das políticas públicas e da legislação trabalhista e previdenciária relativas à questão;*
- 4- Estabelecer um banco de dados que reúna a produção existente sobre o tema com o fim de disponibilizá-la às entidades que venham a ocupar-se da questão;*
- 5- Definir linhas de investigação nessa área, organizando o desenvolvimento de estudos multicêntricos, no sentido de diagnosticar a realidade nacional, subsidiando as intervenções prioritárias nesse campo.”*

O ANDES-SN respondeu a indicação do 4º CONED estando presente na 2ª Conferência Internacional em Saúde Ambiental e Ocupacional, participando do Seminário realizado sobre Saúde do Trabalhador, articulando a formação de um grupo intersindical para tratar da questão. Um primeiro passo foi a promoção, em conjunto com a FASUBRA, de uma Oficina sobre Saúde do Trabalhador em abril/2002 na Câmara Federal. Várias seções sindicais participaram. Na oficina procurou-se, discutir as bases teórico-conceituais e prático-metodológicas que orientam as análises referentes à saúde do trabalhador, analisar os efeitos das reformas neoliberais sobre as políticas de saúde do trabalhador, identificando seus principais pontos de estrangulamento, estabelecer relações entre o processo e organização do trabalho em educação e a saúde do trabalhador da educação e levantar

pontos para definição de um plano de luta articulado entre as entidades sindicais.

As apresentações e debates foram centradas nas relações entre processo de trabalho e saúde do trabalhador, na perspectiva de uma ação contra-hegemônica ao neoliberalismo e na contribuição para a ação política do Sistema Único de Saúde em seus diferentes níveis de governo e, particularmente dirigida aos trabalhadores da União, estados e municípios. Ao final dos trabalhos, apontou-se para, de um lado, a necessidade da continuidade de estudos sobre a saúde do trabalhador, com a conseqüente socialização destes para o conjunto do movimento docente e, por outro, uma mobilização constante das seções sindicais no sentido do estabelecimento de estratégias de luta e ações, com a finalidade de frear a mercantilização da saúde e preservação de espaços e condições de trabalho adequados à classe trabalhadora.

III) Assistência Social

Segundo o ideário neoliberal, a universalização de direitos pela intervenção estatal no mercado contradiz a liberdade de iniciativa e a igualdade de oportunidades no mercado, desestimulando o trabalho e estimulando a preguiça. Além disso, os valores de equidade e de justiça social, que fundamentaram a implementação das políticas sociais, resultariam injustos ao romper a igualdade do mercado e impor cargas tributárias (deveres) diferenciados. Por isso mesmo, a proteção social a cargo do Estado deve permanecer restrita aos casos específicos de pobreza fortemente acentuada, única justificativa para a atuação do Estado para elevar os cidadãos à condição mínima de subsistência.

Esse tipo de Estado tem claramente como chão uma crise cronicada, que é um pico de exasperação do movimento social; a tessitura social se crespa e esgarça. É um tensionamento que aumenta lenta e gradativamente até se banalizar. Mas esta crise é efetiva e não se resume a uma simples crise econômica; ela é uma crise econômica que atravessa a organização capitalista da vida, notadamente em seus processos sociopolíticos. Assim, no conjunto do movimento social, encontram-se uma atomização e uma pulverização absolutas, o que termina por transferir para os movimentos particulares um ônus de projetos estrategicamente dirigidos pelo Estado, corroborando o desprezo por este. Esse comportamento é marcado, muitas vezes por uma visão corporativista, particularista e sectária em suas demandas e formas de encaminhamento das lutas sociais, predominando uma visão instrumental, moral e conjuntural do Estado, das políticas sociais e das instituições que se pretende influenciar para reorientar as ações. A ótica predominante não é equitativa e/ou universalista, mas particularista e sua capacidade de mobilização está marcada pelo apelo emocional, o que limita e impede a luta coletiva, individualizando as demandas e promovendo um verdadeiro inventário de misérias. Com isso, tornam-se menos representativas, além de se esgotarem em lutas entre si.

Perde-se de vista que a “questão social” hoje é infinitamente mais grave, pois está dinamizada por processos de escala mundial (o que traz como conseqüência a mimetização de problemas velhos e novos de maneira bastante perversa). É neste sentido que, ao jogar pesadamente na “satanização” do Estado, o credo neoliberal termina por inculcar mistificadamente a idéia de que a sociedade civil pode (e deve) tomar para si as brechas deixadas pela ineficácia estatal. Perde-se também a clareza daquilo que é papel e responsabilidade do Estado e do que se deve remeter à sociedade civil organizada.

As políticas de ajuste econômico que os últimos governos vêm tentando implementar e executar implicam um aumento abusivo do desemprego e das desigualdades, o que também é causa de diversas manifestações de ira popular, de criminalidade e de insegurança cidadã. As representações coletivas tradicionais dos interesses da população se acham em crise, constituindo uma sociedade dual, estruturada, por um lado, sobre um pequeno setor de indivíduos integrados; e por outro, de setor de pessoas que vão ficando inteiramente excluídas, provavelmente de forma irrecuperável. Este chão aumenta sobremaneira a demanda por políticas de assistência social conseqüentes para o seu enfrentamento.

O mercado matura este formato e nele, as camadas médias da população vêm uma maneira de ascensão profissional, uma vez que a possibilidade de um emprego estatal está quase que esgotada. Por outro lado, as classes subalternas vêm-se presas a poucas possibilidades de auferir renda sem partir para criminalidade, ponteando, neste contexto, o trabalho *partime*, a prestação de serviços de qualquer tipo e a via informal. Uma malta de ambulantes, babás, guardadores, trabalhadores precários, etc. é definitivamente despolitizada e preocupa-se apenas em como sobreviver na nova “selva social”; desaparece-se da cidadania perdida e, em breve tempo, a organização para reivindicar direitos sociais passa a fazer parte da mitologia. Os meios de comunicação, valorosas

ferramentas do “presentismo”, transformam em lendas contemporâneas o que antes era chamado conquista de classe.

Para melhor aproveitar este “nicho”, constituem-se “empresas” especializadas e certificadas pelo Estado a atuar como seus agentes neste mundo (ao longo dos anos fica mais claro o perfil empresarial que permite a qualificação de ONGs e Organizações Sociais como empresas). A transferência gradual das políticas sociais para instituições da sociedade civil é, em um primeiro momento, uma exclusividade das Organizações Não-governamentais (ONGs); porém, rapidamente o “segundo setor” é atraído. As contribuições sofrem uma concorrência no seio do “mercado empresarial”. Os grandes conglomerados passam a perceber que o dito “terceiro setor” ganha corpo e é beneficiado com verbas oriundas da esfera privada e da esfera pública. As elevadas cifras dispendidas neste processo - necessidade de melhor administrar a ação estratégica em prol do nome da instituição sem perder o uso eficiente de estruturas contábeis - fazem com que o instituto das fundações também se afirme definitivamente, sendo agregado ao corpo diretivo e fazendo parte das diretrizes dos maiores conglomerados nacionais e transnacionais. As ONGs começam a perder mercado.

Assim, o neoliberalismo propicia a inserção da Filantropia Empresarial nos flancos abertos pelo Estado, notadamente na alquimia transformadora dos serviços e necessidades sociais, apresentados agora sob a forma de políticas privadas, setorizadas, residuais e, principalmente, rentáveis.

Há um intensivo bombardeio midiático sobre empresas “socialmente responsáveis”, mas sem o critério mais apurado de análise do conteúdo mercadológico dessas ações. Desta forma, existe um certo fortalecimento do mercado na implementação de políticas sociais, capitalizando ações que podem levar a uma “burra” ditadura do mercado. A burguesia pegou o gosto pelo desenvolvimento de seus próprios “organismos coletivos fora do Estado”; transformou em um mercado a miséria e em bons negócios a exclusão.

A metamorfose que transforma políticas sociais em bons negócios e transmuta questões do Estado para a iniciativa privada recolhe, na sua espuma, uma grande quantidade de intelectuais que, ulteriormente, cerraram fileiras em lados diferentes. As classes dominantes, então, buscam nas classes subordinadas, intelectuais “adicionais” que lhes propiciem “homogeneidade e auto-consistência”. O ato da cooptação deverá desligar o referido intelectual da classe de origem. Assim, o ato de liderar - presidir, assessorar - uma ONG ou fundação ou projeto empresarial pode levar este intelectual a não perceber (ou não querer percebê-lo) que se desvinculou da classe de origem. Outrossim, passa a funcionar como mais um difusor confuso; um instrumento desconectado e disforme a proferir um discurso recheado do “custo/beneficismo” empresarial, do qual poderá vir a ser um hábil manejador.

Este movimento também responde a uma tensão inercial entre setores “simbióticos”. As ONGs mais combativas já arrefecem o discurso, e a sensibilidade para esta “tomada de consciência” dos maiores grupos empresariais aumenta.

Que não parem dúvidas: se existem ações libertadoras no mutirão social privado, estas são fruto de descuido ou de organizações cuja sensibilidade social ainda está ligada a valores românticos ou nacionalistas. A rede de proteção social protege e perpetua o próprio modo de vida capitalista, dando ao lobo a capa de cordeiro.

A concepção de Assistência Social tal como constante na Constituição, ou seja, integrante da Seguridade Social que, mantida pelo Estado, é devida àqueles que não têm como prover a sua própria subsistência devido ao processo capitalista de exploração, não está sendo resgatada. Ao contrário: na continuidade da fragmentação das ações assistenciais e de sua responsabilidade pelo provimento das mesmas pode-se reforçar a culpabilização dos indivíduos pela sua situação de carência. O chamado à solidariedade e ao sacrifício - individual ou coletivo - da população é a tônica que inaugurou os programas assistenciais do novo governo. Desta forma, inviabilizadas por cima, as alternativas divergentes estão sendo inviabilizadas por baixo.

Joga-se o jogo neoliberal, no qual o capital não necessita da dimensão espacial e, quanto ao povo, interessa-se apenas por consumidores. O mundo do imperialismo não se comove nem se indigna com a morte de pessoas pobres e marginalizadas, criando alternativas que repõem cada vez mais a exclusão de populações inteiras.

Em continuidade ao iniciado no governo FHC, o atual governo desvincula a Assistência da Seguridade Social, ao criar o Ministério da Ação Social e o Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate à Fome. Esse processo não é nada mais do que a transformação de órgãos públicos e autarquias, postos de saúde e universidades, em fundações de direito privado, que receberão do governo o mínimo necessário à sua sobrevivência.

Alguns dos projetos já anunciados em linhas gerais permitem observar que a aplicação do receituário neoliberal permanece como tônica principal. Vejamos:

a) Fome Zero

Da mesma maneira que seu antecessor, o discurso de posse de Lula foi marcado pela reafirmação do compromisso com a erradicação da fome e do analfabetismo no Brasil. Chamou a população para um verdadeiro mutirão de solidariedade que, no lugar do *Comunidade Solidária*, ganhou o nome de *Fome Zero*.

É indiscutível que o combate à fome da população brasileira precisa ser enfrentado. Mas é igualmente discutível que esta questão não se resolve somente com a cessão de alimentos. Medidas que garantam emprego para a população não podem estar em absoluto desvinculadas das metas governamentais. O que ocorre é que o emprego decorre de uma formação educacional não disponível atualmente. Forma-se o ciclo: a ausência de educação ocasiona a expulsão do mercado de trabalho e a perpetuação da carência com sua conseqüente dependência da caridade.

b) Alfabetização

É também indiscutível que o exército de iletrados brasileiros ainda é vergonhoso. Entretanto, as propostas iniciais circulantes apontam, em primeiro lugar, para a alfabetização deste exército sem levar em conta a sua inserção e manutenção no circuito educacional. Na seqüência, apontam para o pagamento de estudantes para cada indivíduo alfabetizado e a contrapartida monetária também para cada indivíduo que aprender “as letras”.

TR - 29

I - O 22º CONGRESSO delibera que o ANDES-SN:

1- intensifique a pressão sobre os parlamentares e empreenda ações locais e nacionais com o objetivo de defender um Regime Único de Previdência Social Pública para os trabalhadores dos setores público e privado, com base nos seguintes pressupostos:

- a) integração com as políticas de saúde e assistência social;
- b) incorporação de todos os trabalhadores no Regime Único;
- c) gestão pública e democrática com garantia de transparência dos recursos da Seguridade Social;
- d) custeio coberto pelas contribuições dos trabalhadores e seus empregadores, pela receita de impostos, especialmente os incidentes sobre ganhos de capital, e outras fontes;
- e) integralidade dos vencimentos no momento da aposentadoria, com teto igual ao maior salário do serviço público, ou seja, vencimentos do Ministro Presidente do Supremo Tribunal Federal
- f) paridade de proventos entre trabalhadores ativos e aposentados com as mesmas características funcionais;
- g) extinção do Fator Previdenciário atualmente em vigor no Regime Geral da Previdência Social (RGPS);
- h) restabelecimento do tempo de serviço como critério para concessão do benefício de aposentadoria, em substituição ao tempo de contribuição atualmente em vigor no RGPS;
- i) restabelecimento do tempo de serviço desvinculado de idade mínima, para a concessão do benefício de aposentadoria para os servidores públicos;
- j) garantia de regras especiais para concessão de aposentadorias para trabalhadores em condições especiais;
- k) garantia da não-contribuição previdenciária dos aposentados e pensionistas.

2- promova, articuladamente com outras entidades representativas de servidores públicos, ações de propaganda contra a Reforma Previdenciária anunciada pelo governo federal, enfatizando:

- a) a necessidade de aprofundar e ampliar o debate sobre a reforma e suas conseqüências e a impossibilidade de fazê-la no curto espaço de tempo pretendido pelo governo federal;
- b) a importância da realização da reforma tributária anterior ou simultaneamente à Reforma Previdenciária;

- c) a desmitificação das falácias dos “privilégios previdenciários” dos servidores públicos e do “déficit” da previdência;
- d) a posição contrária do sindicato à instituição de qualquer tipo de previdência complementar, por considerá-la inserida num caráter privatista;
- e) os efeitos nefastos para a classe trabalhadora do fortalecimento dos fundos de pensão, mecanismo da instituição da Previdência Complementar, apresentados como a solução para o falso problema do déficit;
- 3) proponha, por intermédio de sua Diretoria, à CNESF, a criação de um Fórum em defesa da Previdência Social Pública.
- 4) proponha à CNESF a realização do III Encontro Sobre Assuntos de Aposentadoria dos Servidores Públicos no 2º Semestre de 2003.
- 5) realize, no segundo semestre de 2003, um Seminário sobre Mercantilização da Educação, Precarização do Trabalho Docente e Saúde do Trabalhador em Educação.
- 6) encaminhe, aproveitando a experiência metodológica da ADUSP sobre o encaminhamento de ações e estudos que deram visibilidade ao problema das Fundações de Apoio de Direito Privado e ensino pago na USP, pesquisa, em colaboração com as seções sindicais, com o objetivo de apreender a real situação em que se encontram, detectar seus problemas e os possíveis desvios ocorridos no seu interior;
- 7) intensifique o debate sobre Assistência Social, vinculando-o à Seguridade Social.
- 8) realize o IX Encontro Nacional Sobre Assuntos de Aposentadoria do ANDES-SN, a ser realizado na primeira quinzena do mês de maio em Brasília, preferencialmente em espaço da Câmara Federal, tendo como tema central a defesa da Seguridade Social, discutindo amplamente suas três áreas: Saúde, Previdência e Assistência Social como um todo.

II - O 22º CONGRESSO do ANDES-SN delibera que suas seções sindicais:

- 1) busquem aprovar nos congressos estaduais da CUT (CECUTs) as teses do Sindicato sobre Seguridade Social, em especial, as relativas à Reforma Previdenciária.
- 2) identifiquem os companheiros que participarão, como delegados, das Conferências Estaduais e Nacional de Política de Medicamentos e Assistência Farmacêutica, informando a Coordenação Nacional do GTSS/A, para favorecer uma articulação para inserção do ANDES-SN nessas atividades.

TEXTO 30

Contribuição da diretoria da APUBH e Dept. de Carreira e Trabalho Docente

REFORMA DA PREVIDÊNCIA

TEXTO DE APOIO

Qualquer Estado que tenha como prioridade o atendimento às necessidades da população precisa contar com um quadro de pessoas capazes de exercer as ações a serem desenvolvidas nas mais diversas áreas de interesse público. São funcionários que realizam estas tarefas, pagas pela população para a ela prestar serviços. São, portanto, servidores do Estado e não empregados de qualquer governo que estiver em seu comando do em determinado momento. Sendo assim, o governo, como administrador, tem a obrigação de promover a seguridade social da sociedade, incluindo os servidores públicos e os demais trabalhadores. Isso compreende a atenção à saúde, à assistência social e a Previdência. E é assim que a seguridade é definida na Constituição Brasileira de 1988 e não como um seguro que os trabalhadores pagam durante anos para usufruir quando pararem de trabalhar. No Brasil, além da contribuição dos trabalhadores e empregadores, outras fontes de recursos foram criadas para sustentar a seguridade social como a CPMF, o COFINS e outros que são pagos pelos contribuintes, isto é, toda a população.

A seguridade social como um todo, e a Previdência em particular, não podem ser tratadas de forma isolada, mas dentro da política geral definida para o país. Por isso qualquer problema da Previdência precisa ser tratado no quadro da política macro econômica e considerando os rumos que se quer dar ao desenvolvimento do país.

Mesmo antes da posse do novo governo e sem o amplo debate de um plano nacional de ações do governo no sentido de promover as mudanças prometidas e esperadas, já se definiu como prioridade a Reforma da Previdência e para isso muitas articulações foram feitas. Desde então todos os dias, todos os meios de comunicação vêm divulgando a já conhecida cantilena dos chamados privilégios dos servidores públicos, aqueles direitos por nós conquistados. Alardeiam com números e mais números o rombo da Previdência e de novo são os servidores os vilões da história.

O sistema previdenciário no Brasil se compõe de três regimes:

1- O Regime Geral de Previdência Social (RGPS) cuja filiação é compulsória para todos os trabalhadores que exercem atividades remuneradas na iniciativa privada e é administrado pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS).

2- O Regime Próprio de Previdência Social (RPPS) dos servidores da União, Estados, Municípios e Distrito Federal, de filiação compulsória para os servidores titulares de cargo efetivo no serviço público.

3- O Regime de Previdência Complementar (RPC) de filiação facultativa e administrado por entidades privadas, tendo por objetivo a complementação da aposentadoria acima do teto dos regimes anteriores.

O ponto de partida para justificar a pressa de fazer a tal reforma –o que, aliás, o governo FHC tentou várias vezes e não conseguiu – é o déficit apresentado nas contas da Previdência Pública, sendo necessário resolver isso rapidamente para equilibrar as contas públicas e atender às exigências do mercado financeiro e cumprir metas estabelecidas pelos credores internacionais.

No entanto, o déficit da Previdência pública no Brasil é meramente contábil. Todos os analistas demonstram que a Previdência, ao contrário da cantilena dos adversários dos direitos dos servidores públicos, não é deficitária. Explicitemos: no caso da Previdência dos Servidores Públicos, que é a que está em discussão, as fontes de recursos são as contribuições dos trabalhadores (11% do salário bruto) mais a contribuição patronal. Aí aparece o primeiro grande problema: ao contrário do que ocorre no RGPS, a União nunca contribuiu com sua parte estabelecida em lei. Além disso, estes recursos, juntamente com as demais fontes da Seguridade, vão para o Tesouro, que dispõe do montante arrecadado a seu talante como, por exemplo, para funções assistenciais não contributivas ou até mesmo para pagar os juros da dívida. Somam-se a isto a sonegação, fraude e a fiscalização deficitária. Tudo isto reafirma a nossa proposição de que a Previdência não pode ser tratada isoladamente da política geral sob pena de simplificarmos o problema e facilitarmos o discurso do servidor público como bode expiatório.

Os servidores públicos conquistaram os seguintes direitos consagrados na Constituição de 1988: aposentadoria integral pelo último salário; e a paridade da aposentadoria com a remuneração dos trabalhadores em atividade. No caso dos professores universitários, havia o direito à aposentadoria especial definida pelo tempo de serviço em 25 anos para as professoras e 30 anos para os professores que foi modificada no governo FHC por Emenda Constitucional, retirando a aposentadoria especial, e deixa de considerar o tempo de serviço para considerar agora o tempo de contribuição e a idade mínima de 55 anos para as professoras e 60 para os professores.

A proposta de reforma de Previdência que tem sido divulgada pelo governo prevê:

1. A unificação dos regimes previdenciários de filiação obrigatória, criando um “sistema previdenciário básico, universal, público e compulsório para todos os trabalhadores do setor público e privado”;
2. A definição clara dos valores de um piso e um teto de benefícios de aposentadoria a exemplo do que já existe no RGPS;
3. A Previdência Complementar de caráter privado, sustentada por empregados e empregadores com ou sem fins lucrativos.

Um sistema previdenciário universal representaria um avanço democrático para todos os trabalhadores, sobretudo se fosse integrado a um sistema amplo de Seguridade Social (aposentadoria, saúde, assistência social entre outros) de caráter público tanto no que se refere às fontes de recurso como em relação à distribuição dos benefícios, o que representaria o atendimento às necessidades básicas da população e significaria uma forma de redistribuição de renda amplamente exigida pela sociedade.

A proposta de reforma iguala o atual regime público ao atual INSS, sobretudo no que se refere ao teto e à não paridade entre ativos e aposentados, além de exigir também a contribuição dos atuais aposentados, o que tem sido reiteradamente interpretado pelo Judiciário no Brasil como imposto indevido já que esta contribuição não corresponderia qualquer benefício ulterior para o aposentado.

Tudo isto representa, enfim, um retrocesso frente aos direitos que já conquistamos e injustiça flagrante, se levarmos em conta toda a contribuição que já fizemos para a nossa aposentadoria. Nós, servidores públicos, não queremos privilégios, queremos a manutenção dos direitos adquiridos.

Além disso, a reforma não trata da Previdência dos trabalhadores da iniciativa privada, o que se constitui em flagrante injustiça, dada a disparidade entre o teto, definido por um dos menores salários mínimos do mundo, e o salário pelo qual esses trabalhadores contribuíram.

Se a proposta em discussão for aprovada, um dos problemas mais complexos será a da regra de transição entre os regimes, dada a disparidade das diversas situações que vivem os servidores públicos.

As mudanças nos regimes previdenciários podem ser positivas desde que inseridas em um processo mais amplo de mudanças que apontem um novo rumo para o Brasil e melhoria nas condições de vida e de trabalho do povo brasileiro.

TR – 30

Propor ao governo:

- 1: a auditoria das contas do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS);
- 2: a abertura de um amplo debate sobre a Seguridade Social e em especial sobre a Previdência.

TEXTO 31

Contribuição da Diretoria da APUBH, Departamento de Saúde e HU e representação no Conselho de Saúde)

HOSPITAIS UNIVERSITÁRIOS: CRISE DE IDENTIDADE E PATERNIDADE

TEXTO DE APOIO

Segundo dados da ABRAHUE (Associação Brasileira dos Hospitais Universitários e de Ensino) de abril de 2002, relatados durante a Oficina de Trabalho promovida pelo GT-Seguridade Social da ANDES-SN:

- Dos 104 hospitais filiados, 45 são vinculados a 29 IFES.
- Em relação ao SUS, os 104 hospitais - 2,4% do total de hospitais vinculados- respondem por 48% dos procedimentos de alta complexidade, 24% do movimento financeiro, 13% das internações e 9% dos leitos.
- O pessoal concursado é pago pelo MEC (37.934 pessoas com um custo mensal de 86,9 milhões de reais). Por ser esse número insuficiente, a demanda tem sido parcialmente resolvida por contratações através de Cooperativas e Fundações ligadas às universidades, além de outros mecanismos. Há cerca de 20.000 funcionários terceirizados (13.000 em regime CLT) orçados num custo de 190 milhões de reais (37% do total recebido do SUS).
- 66% dos hospitais premiados pela qualidade dos serviços prestados (pesquisa com 110.000 usuários do SUS) são HUs.

A situação atual dos Hospitais-Escola (HUs e outros hospitais de ensino) é apenas parte da asfixia a que está submetido todo o sistema público de saúde do país:

- O uso de verbas provenientes do SUS para pagamento de funcionários gera distorções e impropriedades, inviabilizando o funcionamento adequado e satisfatório dos HUs.
- Há anos não se realizam concursos públicos para a reposição necessária de pessoal.
- A verba anual suplementar (convênio MEC/MS) é insuficiente para cobrir um custeio que representa mais do dobro desse valor.
- A busca de recursos próprios propicia deformações como a “dupla porta de entrada” de usuários.
- No modelo de funcionamento atual não há integração entre custeio e investimentos e nem entre assistência e ensino/ pesquisa.

No entanto, segundo CALDAS Jr.(1999), “é preciso, porém, não se deixar enredar neste emaranhado de questões- trabalhistas, corporativistas, de produtividade, distribuição de recursos, pagamento de bonificações a docentes e funcionários, papel das fundações de apoio, etc.-que, a despeito de toda a importância que contenha, pode constituir uma cortina de fumaça a turvar nossa visão sobre as

questões de fundo dos HUs como espaços públicos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à sociedade.”

Mais que nunca, frente ao atual Governo que tem no seu Programa as questões sociais como prioritárias, é preciso delimitar uma pauta de lutas com relação aos HUs, tendo como eixos condutores:

- Defesa intransigente do SUS- público, universal, equânime, gratuito, de qualidade e sob controle social.
- Aprofundamento da inserção dos HUs no SUS, e não no sistema privado.
- Permanência dos HUs na esfera do MEC com orçamento suficiente para funcionamento pleno e de qualidade.
- Criação urgente nos HUs de Conselhos de Saúde- órgãos de representação popular de caráter normatizador, fiscalizador e com papel decisivo no destino dos HUs, com a finalidade de formular estratégias de controle e execução da política de saúde nos respectivos níveis. Apesar da lei federal 8142/90, ao que consta, somente o HC/UFMG tem o seu Conselho legalmente instituído e funcionante.

CALDAS Jr. A. L. A crise nos Hospitais Universitários: estratégia de privatização. *Caminhos* (revista da APUBH), v.18, p. 95-109, 1999.

TR - 31

O 22º Congresso recomenda que as entidades representativas mantenham a comunidade universitária informada e ativamente participante das reflexões e lutas sobre a problemática dos HUs. A ANDES-SN deve realizar imediatamente o diagnóstico da situação nacional dos HUs para subsídio de discussões a serem feitas com o atual Governo, visando ações que garantam o adequado funcionamento dos HUs como espaços públicos de ensino, pesquisa e prestação de serviços à sociedade.



Diretoria do ANDES-SN

POLÍTICA DE FORMAÇÃO SINDICAL

Texto de Apoio

O ANDES-SN, durante o 45º CONAD, realizado em Belém, reafirmou como fundamento de sua prática política a autonomia do Sindicato frente aos governos e aos partidos políticos. Reafirmou sua disposição de luta em defesa das reivindicações dos servidores públicos federais, da nossa categoria e dos trabalhadores em geral.

Entendemos que tal disposição de luta tem que ser materializada em ações concretas que auxiliem os servidores públicos em geral, nas três esferas – federal, estadual e municipal, a somarem forças com os movimentos sociais do campo popular e os sindicatos dos trabalhadores da iniciativa privada. Esta interação e unidade de luta são fundamentais para que possamos reverter o processo de destruição e sucateamento que foi implementado pelo governo FHC e garantir que, para o futuro, nossa esperança não se transforme em desilusão. Para isso, o GTPFS precisa ser uma realidade concreta, estar ativo, interagindo articuladamente dentro das secções sindicais e entre estas, para que a ação do ANDES-SN junto aos outros sindicatos e aos movimentos sociais seja substantiva e possibilite sua aproximação e interação com esses movimentos, num patamar qualitativamente superior ao que hoje existe, o que nos permitirá avançar, crescer, interna e externamente, bem como resistir às reformas que retiram direitos, suprimem a liberdade de organização e expressão, ameaçam o estado de direito. Nesse quadro, as reformas pretendidas pelo governo ainda são uma incógnita para o movimento sindical e para a sociedade brasileira. O governo, na prática, objetivamente, ainda não colocou por escrito e publicamente seus projetos e propostas. Mas a sociedade e os movimentos sindicais e sociais estão temerosos e tensos, pois, face às declarações e “propostas” apresentadas verbalmente por vários ministros e divulgadas pela imprensa, a situação é, no mínimo, preocupante, em alguns casos, de alerta geral.

A título de exemplificação, no Ministério da Fazenda, o ministro Pallocci optou pela manutenção do

política fiscal e tributária de Pedro Malan e Armínio Fraga e vem cumprindo os acordos firmados com o FMI e que, desde FHC, são lesivos aos interesses do nosso país. Na Previdência, o ministro Ricardo Berzoini mantém os mesmos sobre. Seus pronunciamentos têm provocado terror e medo entre aposentados e pensionistas e geram uma nova onda de aposentadorias no setor público semelhante às ocorridas nos governos Collor e FHC. O ministro tem defendido a tese da previdência complementar e privada, a cobrança de aposentados e inativos, parecendo manter o projeto anterior. Por outro lado, o governo continua não colocando sua contrapartida na contribuição previdenciária e ainda mantém a DRU como instrumento para a transferência de recursos da previdência para o Tesouro a fim de manter o pagamento da dívida externa e o *superávit* primário.

O ministro do trabalho, por sua vez, declara a necessidade da reforma trabalhista e sindical e começa apresentando uma equivocada proposta de retirar os 40% de multa em casos de rescisão imotivada. Será que o ministério do trabalho seguirá a cartilha de beneficiar o capital em detrimento do trabalho? A julgar pelas reformas que foram apresentadas pelo ex-ministro Dornelles e aquelas em curso no mundo, devemos estar alertas, pois foram ou são lesivas aos direitos dos trabalhadores e em benefício da acumulação capitalista e da pilhagem imperialista.

E mais, criando um clima de polarização nefasto, joga a população e a opinião pública contra o funcionalismo em geral, ao impor-lhes a pecha de privilegiados. Assim, os funcionários públicos, que já foram marajás com Collor de Mello, vagabundos e ineptos com FHC, agora são alçados à categoria de privilegiados. Estaríamos no mesmo saco dos privilegiados banqueiros, dos especuladores internacionais, das multinacionais, do agrobusiness que contam com a complacência dos nossos governantes.

Nesse processo, infelizmente, de forma açodada e quase adésista, muitas dessas teses têm contado com uma equivocada complacência de muitas lideranças dentro dos sindicatos e centrais sindicais brasileiras, comprometendo a autonomia e a independência dessas entidades frente ao governo e aos partidos políticos.

O ANDES-SN, sindicato filiado à CUT e que tem participado de sua construção, vê com cautela e de forma crítica as recentes declarações e entrevistas do professor João Felício sobre as reformas que o governo pretende implementar. Acreditamos que os princípios, a estrutura e a prática sindical que conferiram à nossa Central respeitabilidade nacional e internacional no passado, devem ser recuperados. Assim, questões como a verticalização da central e a concepção de sindicato orgânico, que vem sendo desenvolvida por parte da sua direção nacional, e uma reforma estatutária que verticalize e concentre ainda mais o poder poderão representar uma centralização inaceitável para as entidades a ela filiadas. O que com certeza colocará em risco a democracia e terá sérios reflexos para a unidade da central.

COMPANHEIROS, NOSSA PRESENÇA NOS CONGRESSOS ESTADUAIS DA CUT E A APRESENTAÇÃO DE TESES QUE RECUPEREM E DEFENDAM A PRÁTICA DEMOCRÁTICA E PELA BASE DE NOSSA CENTRAL É UM IMPERATIVO DE PRIMEIRA ORDEM.

Para o Congresso da CUT, devemos inscrever nos estados, em companheiros de outras entidades sindicais, independentemente das tendências políticas que existem no interior da central, textos e resoluções que expressem a vontade de nossas categorias, no que tange às reformas, principalmente a previdenciária. Não devemos nivelar por baixo, subtraindo direitos e aposentadorias, mas sim conquistar e ampliar para todos os trabalhadores de nosso país – direitos como aposentadoria de acordo com o valor do último salário do trabalhador. Uma aposentadoria pública e solidária. Este deve ser um direito de todos os trabalhadores de nosso país. Não podemos aceitar que nesse pacto social que agora nos é apresentado, mais uma vez, sejamos nós trabalhadores a pagar a conta dos privilégios dados aos banqueiros, às grandes fortunas, às grandes transnacionais, aos especuladores, aos sonegadores e criminosos ou àqueles que de forma “legal” expatriaram mais de U\$42 bilhões de dólares do Brasil, segundo dados do BIS.

Nossa central sindical não pode concordar ou pactuar com os interesses da banca internacional, que quer obrigar-nos a criar um sistema privado de previdência que, às custas do suor e da miséria imposta aos nossos aposentados, encha as burras dos agentes e especuladores financeiros nacionais e internacionais. Nossa central e nossos sindicatos não podem ser transformados em bancos ou fundos de pensão que vivem da exploração dos trabalhadores e da miséria de outros povos.

Para tanto, nossa aproximação com outros setores e movimentos é estratégica, nossa presença nos congressos estaduais da CUT e nossa ação política realizando atividades e seminários sobre questões como aquelas apresentadas anteriormente, ou mesmo sobre a precarização do trabalho docente, nos abre uma frente de ação nova e necessária e imprescindível para o Sindicato que, com

certeza, poderá contribuir para o avanço rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

TR - 32

O 22º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1 - O GTPFS pautará em suas reuniões a questão da reforma sindical, reafirmando o posicionamento historicamente construído e defendido pelo ANDES-SN, baseado na concepção de sindicalismo autônomo, classista e plural, que conflita com a continuidade do Imposto Sindical e da Unicidade Sindical, pilares principais de sustentação da atual estrutura sindical. O resultado destas discussões será sintetizado em um Caderno ANDES.

RECOMENDAÇÕES:

1 - O 22º Congresso do ANDES-SN recomenda às seções sindicais que organizem grupos de trabalho sobre política e formação sindical em suas bases, indicando representantes para o GTPFS nacional, cuja tarefa de contribuir na discussão de questões como reforma trabalhista e sindical para intensificar nossa resistência será fundamental.

2 - Que as seções sindicais dos três setores estimulem reuniões com representações das entidades dos servidores públicos federais, estaduais e municipais em seus respectivos estados, como objetivo de construir resistência e luta contra as reformas da Previdência, trabalhista, sindical e tributária que atinjam os interesses e direitos dos trabalhadores, levando, quando possível, o resultado de tais posicionamentos para os Congressos estaduais da CUT.



Diretoria do ANDES-SN

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

TEXTO DE APOIO

1 - A espécie humana se diferencia das demais por várias características, porém há um aspecto particular que a distingue de qualquer outro animal - sua capacidade de transformar os recursos naturais a seu favor. Em outras palavras, por sua capacidade de realizar trabalho. Tal característica pode possibilitar a ampliação dos seus horizontes de liberdade ou representar um simples ato de sobrevivência que se reproduz mecanicamente. Porém, enquanto, para a ampla maioria da sociedade humana, o trabalho se tornou um meio de vida, para uma minoria restrita, se transformou num meio de acumulação de riqueza que obriga muitos a entregarem a pouquíssimos tudo o que produzem e que deveria lhes garantir boa qualidade de vida. Assim, desde que a sociedade humana passou a se apropriar e transformar os recursos naturais para gerar excedentes com valor de troca, o controle dos meios que possibilitam essa operação tornou-se estratégico. Com o conhecimento científico-tecnológico tornando-se um dos principais fatores de produção, as manufaturas ficaram submetidas a algum tipo de controle. Foi estabelecido, então, o que conhecemos como patentes - um tipo de contrato que concede ao seu detentor o direito de ser dono, com exclusividade, de um produto durante um espaço de tempo determinado. Daí a dependência científico-tecnológica implicar a subserviência econômica e a perda de soberania, tornando a ação do Estado fundamental para o enfrentamento da questão. No universo da atividade científico-tecnológica, o investimento estatal em pesquisa científica deve objetivar o avanço do conhecimento em todas as áreas, independentemente de sua possível aplicação. Deve contemplar também o financiamento de pesquisas estratégicas para o desenvolvimento social e econômico do país. Por outro lado, a decisão sobre a pesquisa tecnológica e a introdução de inovações tecnológicas na sociedade deve responder a algumas perguntas básicas: - Por que introduzir inovações na economia? Quais são as motivações? Qual é o preço social das inovações? Quais são os efeitos possíveis no mundo do trabalho? É importante não esquecer também que a pesquisa científico-tecnológica não é neutra e que a opção escolhida representará uma escolha sociopolítica de longo prazo, que implicará e representará a definição por uma série de itens relacionados ao padrão de consumo, à força de trabalho, aos níveis de investimentos e, sobretudo, à exploração dos recursos naturais, à energia, à estruturação do sistema educacional e da pesquisa, com inevitáveis interferências na identidade cultural.

2) Os países desenvolvidos, que investem maciçamente em educação, ciência e tecnologia, utilizam-se das patentes para manterem-se hegemônicos. Particularmente, em função dos bilhões de dólares envolvidos, fazem todo o tipo de exigência quando a questão envolve produtos farmacêuticos e agrônômicos. Vejamos o que afirma Ricardo Petrelle, Diretor do FAST (algo como o Conselho de Ministros da União Européia) : - ***“A riqueza biológica é um patrimônio das nações e da humanidade. Ela é muito importante para o Terceiro Mundo porque 90% do patrimônio do planeta está nas regiões tropicais e subtropicais. Oitenta por cento do insumo da indústria farmacêutica do mundo desenvolvido depende do patrimônio biológico que está nesta região.... quando as corporações farmacêuticas querem desenvolver um novo processo, fazem expedições às regiões tropicais para achar novas plantas, novos organismos vivos, etc. Não temos variedade na Europa. Quando queremos inventar alguma coisa nesse campo, temos que procurar o patrimônio biológico que não é nosso.”***

3) E o Brasil? Em 1989, o governo brasileiro encomendou à WIPO (World Intellectual Property Organization) a redação da nova lei brasileira de patentes. O texto foi traduzido e, em 1991, enviado ao Congresso Nacional. Depois de muitas idas e vindas, negociatas, chantagens emocionais e mentiras sobre os prazos para adoção da lei, patrocinadas pelo governo FHC e por setores da imprensa e da intelectualidade, em maio-96, quatro anos antes do prazo mínimo estipulado pela OMC (Organização Mundial do Comércio), foi aprovada a lei nº 9279, conhecida como lei da propriedade intelectual. Certamente um dos primeiros escândalos do primeiro reinado e que deixou muitos parlamentares da base governista com os bolsos recheados de dólares pagos pelas multinacionais. O Parlamento Europeu e a Índia repudiaram as normas sobre patentes indicadas pela OMC; a Argentina exigiu um mínimo de oito anos para ter a sua lei de patentes; os EUA só aceitaram patentes para seus próprios cidadãos e todos os demais países desenvolvidos só estabelecerão patentes farmacêuticas e agrônômicas depois que consolidarem suas próprias indústrias nacionais. A Lei nº9279 não garante o acesso à tecnologia e nem obriga que os contratos sejam analisados pelo INPI (Instituto Nacional da Propriedade Industrial). As empresas estrangeiras, principais beneficiárias da lei, podem, por seu lado, obrigar as empresas brasileiras a comprar insumos diretamente do fornecedor da tecnologia ou em fonte por ele definida, ou delimitar o território em que o produto final poderá ser concluído. Ao impor ao país uma norma como a Lei nº 9279, o governo FHC demonstrou que não teria, como não teve, qualquer compromisso com a sociedade brasileiro e muito menos com a educação e com a geração de conhecimento científico-tecnológico no país.

4) Em novembro-2002, após oito anos de mandato, o governo FHC, que negligenciou o setor e os investimentos em ciência e tecnologia, enviou ao Congresso Nacional, em regime de urgência, o Projeto de Lei 7282/02, que trata da inovação tecnológica. Se aprovado, o PL 7282/02, em conjunto com Lei da Propriedade Intelectual, deixará aberto o caminho para uma nova fase de pilhagem dos nossos recursos naturais e energéticos. Representará também, ao mesmo tempo, um duro golpe contra a universidade pública brasileira e a geração de falsas perspectivas para o setor empresarial. Assim, a atuação do ANDES-SN e de suas seções sindicais junto aos parlamentares e aos novos dirigentes do MCT é fundamental para impedir a aprovação do PL 7282/02.

5) Finalmente, em 11.12.02, foi protocolado no Congresso Nacional o Projeto de Lei 7470/02, de autoria do deputado Rafael Guerra, que institui a Política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico do Setor Farmacêutico com a finalidade de fomentar e orientar a pesquisa, o desenvolvimento tecnológico, a produção e a utilização de insumos farmacêuticos, aumentando a capacidade de inovação do setor. O PL foi enviado às seções sindicais e, até o momento, não recebemos nenhum retorno.

TR - 33

O 22º Congresso do ANDES-SN aprova:

a) A realização, em conjunto com o GTSS/A, em Brasília-DF ou em Florianópolis-SC (APUFSC), no 1º semestre-2003, de um Seminário sobre a Política Nacional de Pesquisa Científico-Tecnológica de Medicamentos e Assistência Farmacêutica para preparar e organizar a participação do ANDES-SN e de suas seções sindicais na Conferência Nacional de Medicamentos e Assistência Farmacêutica.

b) Realizar, na ADUFF, no 2º semestre-2003, um seminário nacional sobre a Pesquisa Oceânica nas Universidades Brasileiras para discutir a formação de pessoal, os tratados que envolvem os recursos naturais das bacias costeiras, os limites da costa brasileira e o Projeto Antártico.

c) Realizar, na Regional Leste, em Belo Horizonte-MG, um encontro sobre Formas de Organização da Universidade e as Demandas Científico-Tecnológicas da Sociedade Brasileira, para discutir como a universidade deve organizar-se para melhor interagir com a sociedade e para responder aos

desafios da construção do conhecimento.

d) A realização, em conjunto com a Regional Nordeste-II e respectivas seções sindicais, de atividades durante a 55ª Reunião Anual da SBPC, em Recife-PE, de 13 a 18.7.03, para discutir ciência e tecnologia no novo governo, política industrial e inovação tecnológica, energia nuclear no Brasil e os tratados de não-proliferação de armas, a ética da ciência e dos pesquisadores e o financiamento da pesquisa no estado de São Paulo.

e) A realização das seguintes atividades, em conjunto com as secretarias regionais :

1 – Norte I e Norte II – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os povos indígenas e as populações tradicionais, campos de estágio para interação com estudantes e docentes de outras regiões.

2 – Nordeste I, II e III – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os movimentos sociais, campos de estágio para a interação com estudantes e docentes de outras regiões.

3 – Sul – Encontro para discutir a pesquisa na região e a interação com os movimentos sociais, campos de estágio para a interação com estudantes e docentes de outras regiões.

4 – Rio Grande do Sul – Encontro sobre a Política de C&T nos países do Mercosul

f) A realização, em conjunto com a Regional Rio e respectivas seções sindicais, de um debate, na Academia Brasileira de Ciência, sobre “A Pesquisa Científica e a Formação de Pessoal no Brasil”, para discutir os programas e projetos do MCT e buscar um diálogo com a ABC.

g) A realização, em conjunto com a Regional São Paulo e Regional da SBPC/São Paulo, de um seminário sobre A Pesquisa Espacial Brasileira para discutir a pesquisa do setor, a formação de pessoal, o Centro de Lançamento de Alcântara e o SIVAM.

h) Promover, em conjunto com as secretarias regionais, discussões sobre a Lei da Propriedade Intelectual e suas implicações para a pesquisa científico-tecnológica e para a indústria no Brasil.

i) Realizar, em conjunto com as Secretarias NE I e II e respectivas seções sindicais, um Seminário sobre a pesquisa científico-tecnológica no semi-árido e a transferência dos resultados para região.

TEXTO 34

Contribuição do prof. João Carlos Hohl Abrahão (sindicalizado à ADUnB-SSind).

CIÊNCIA & TECNOLOGIA

Mudanças nas políticas de educação, ciência e tecnologia, um caminho próprio para o País na comunidade internacional.

TEXTO DE APOIO

Este tema pela sua amplitude necessita de um tratamento contínuo com participação dos setores da sociedade diretamente envolvidos com a execução de ações efetivas, público e privado e ainda do governo e comunidades das áreas de educação, científica e tecnológica.

Por ocasião da abertura de um momento político fértil para iniciar-se mudanças positivas na sociedade brasileira sugere-se a idéia de instalar-se um Fórum contínuo sobre mudanças qualitativas em Educação, Ciência e Tecnologia, visando construir agendas de metas prioritárias em política nacional nestes temas.

A Educação básica e Fundamental devem se pautar no resgate da formação de um cidadão consciente com problemas regionais, nacionais e mundiais.

O ensino médio deve resgatar o engajamento profissional qualificado, habilitando a maior absorção pelo mercado de trabalho em todas as áreas.

O ensino superior deve pautar-se no resgate da formação de profissional do conhecimento capaz de inovar em todos os campos da educação e ciência .

Para atender estas metas maiores proponho o recrutamento de competências fartamente existentes no País, principalmente o engajamento das Universidades Federais, na construção de agendas de metas prioritárias em Educação, Ciência e Tecnologia, envolvendo a ANDES, SBPC, MCT.

Isto envolveria setores de Educação, Ciência e Tecnologia, que permitiria traçar ações de governo, da iniciativa privada e dos agentes em Educação, Ciência e Tecnologia.

Todos esses setores, devem estar adequadamente sintonizados com políticas econômicas uma vez que, suas sobrevivência e desenvolvimento dependerá das demandas de mercado . A ciência deve trazer novas perspectivas e romper fronteiras , gerando inovação tecnológica absorvida pelo mercado produtivo que agrega valores . Cada agente de ciência no País deve ter o respaldo e o compromisso com os setores: sociedade, iniciativa privada , público e comunidade científica. A Educação de qualidade que é dinâmica e evolui também depende deste equilíbrio.

Atualmente no Brasil as políticas de educação, ciência e tecnologia ainda são muito distorcidas , e até mesmo descompromissadas com as necessidades nacionais . Naturalmente, para adequar-se e sair das várias limitações, o País haverá de conquistar um espaço político internacional negociado com as diversas comunidades internacionais. Conhecimento e mercado não podem mais ser um privilégio de poucas nações. Entretanto, para habilitar-se a uma nova posição mundial, o Brasil deverá possuir serviços e produtos de valor no mercado econômico. Para isto, somente a qualificação e a profissionalização dos recursos humanos, poderão agregar valores a estes produtos e serviços .

Defendo, portanto, um engajamento efetivo de todos os agentes dos setores de Educação, Ciência e Tecnologia e por entender a Universidade Pública como o espaço privilegiado da ciência e da educação, deverá partir desta as propostas originais e inovadoras.

Quanto a inovação tecnológica, defendo a participação das empresas privadas para negociar-se uma forma de maior engajamento de cientistas no quadro de trabalho destas. Ficou claro, recentemente, após intensas discussões sobre o projeto de inovação tecnológica, enviado ao Congresso, que o lugar de desenvolvimento de tecnologia é, por excelência, a empresa. O elemento criador de inovação na empresa não é outro senão o cientista formado na Universidades.

Por fim, sem política conseqüente de Educação, Ciência e Tecnologia, corre-se o risco de estarmos trabalhando em desserviço aos interesses nacionais.



Diretoria do ANDES-SN)

Política Agrária

TEXTO DE APOIO

“... mas nunca te procurei porque eu achava que se a gente tinha uma prática comum, essa prática um dia iria nos aproximar”.

Frei Betto, 1980.

A Diretoria do ANDES-SN (gestão 2000-2002) apresentou ao 21º CONGRESSO, como texto de apoio da proposta de política Agrária um texto intitulado: “JUSTIÇA SOCIAL NO CAMPO, SOMENTE COM UMA VERDADEIRA REFORMA AGRÁRIA: UMA LUTA DE TODOS!

O texto acima referido explicita que “A luta pela terra no Brasil tem se apresentado nos últimos anos como uma das mais graves faces da luta de classes em nosso país, não só pela intensidade dos conflitos, mas pela complexa rede político-institucional de preservação da estrutura fundiária, criada por uma estreita aliança oligarco-burguesa. Alguns dados são absolutamente reveladores dessa situação, como a diminuição do orçamento do INCRA (de 2,2 bilhões de reais em 1998, para 1,3 bilhões em 2001), a redução do número de famílias assentadas ou a facilitação da renegociação da dívida dos grandes produtores, em detrimento da redução das verbas do PRONAF”.

Do mesmo documento pode-se extrair que “o resultado desse processo só pode levar a um desfecho já conhecido: aumento dos conflitos e da violência, o qual o governo procura sistematicamente encobrir por meio da propaganda da diminuição do número de mortes no campo, embora tal número acabe encobrendo dentro de si o aumento da violência (mesmo que não resultando em mortes) e da miserabilidade dos trabalhadores rurais”.

Abnor Gondim (Jornal do Brasil, abril de 2001) acrescenta algumas informações a esse quadro de violência: Crimes no campo não têm punição em 93% dos casos. De 1.207 crimes, apenas 85 foram

julgados, com oito mandantes condenados. Esses dados são indicados num “Levantamento da Comissão Pastoral da Terra (CPT) - entidade vinculada à cúpula da Igreja Católica que monitora violência no campo - indica que só foram a julgamento 85 dos 1.207 assassinatos registrados em conflitos por terra até o mês passado. Apenas oito mandantes de crimes foram condenados. Isso inclui, por exemplo, casos de repercussão internacional, como o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, em dezembro de 1988”.

No “Relatório Reforma Agrária e Violência” (MST, 2000) tem-se a informação do número de **integrantes do MST assassinados em 2000**, além da data e localização do crime, caracterização das pessoas assassinadas e dos assassinos, listados a seguir: “Dia 2 de fevereiro: o trabalhador José Lenilson da Silva, 27 anos, foi assassinado a tiros em Alagoas. Dia 2 de maio: o lavrador Antonio Tavares Pereira, 38 anos, foi assassinado pela PM do Paraná quando participava de uma manifestação nas proximidades de Curitiba. Dia 10 de junho: o trabalhador Wanderley Bernardo Ferreira, 31 anos, foi assassinado a tiros no acampamento Zumbi dos Palmares, no Rio de Janeiro. Dia 25 de julho: o lavrador José Marlucci da Silva foi assassinado pela PM de Pernambuco, quando participava de uma manifestação em frente ao Banco do Brasil, em Recife. Dia 25 de julho: o trabalhador Francisco Aldenir foi assassinado por pistoleiros no município de Ocara, no Ceará. Dia 19 de agosto: o adolescente Everson Rodrigues dos Santos, 12 anos, foi assassinado no acampamento Novo Amanhecer, em Rondônia. Dia 30 de agosto: os trabalhadores Silvio Rodrigues e Ronilson da Silva foram assassinados por pistoleiros no município de Brilhante, Mato Grosso do Sul. Dia 6 de outubro: o militante Ribamar Godim foi assassinado a tiros por pistoleiros em Caruaru, Pernambuco. Dia 7 de outubro: o militante Manuel Neto foi assassinado com um tiro, enquanto dormia, dentro de sua casa, no município de Suzano, em São Paulo. Dia 21 de novembro: o lavrador Sebastião da Maia foi assassinado com um tiro na cabeça em Querência do Norte, Paraná.”.

O texto do 21º CONGRESSO também afirma que “contra isso, diversos movimentos sociais e organizações da sociedade civil têm conseguido construir um processo de luta e enfrentamento que, ao fazer frente ao avanço do latifúndio e à exclusão no campo, busca reivindicar, de forma cada vez mais intensa, o estabelecimento de justiça social no campo”.

Como uma das alternativas de contribuição para reverter-se esse processo abominável, o Movimento Docente tem apontado sistematicamente a necessidade de que o sindicalismo caminhe no sentido de uma construção conjunta de ações com os movimentos sociais organizados, não só no campo, como também na cidade.

Nesse contexto é que a reorganização do GT-PA do ANDES-SN e a rearticulação com os movimentos sociais que lutam pela terra e discutem a questão agrária no Brasil têm sido prioridades do Sindicato nos últimos três anos. A realização do I Seminário Nacional sobre Política Agrária do ANDES-SN, Aspuv-Seção Sindical, Viçosa-MG, fevereiro de 2001, vem ao encontro dos desdobramentos dessas prioridades. Esse seminário indicou pontos importantes para debates no movimento docente acerca da questão agrária, a saber: a problemática da segurança alimentar – especificamente os transgênicos -; a construção da unidade na luta com a participação efetiva em atividades dos movimentos sociais de luta pela terra; a constituição de rede de pesquisadores; o incentivo a publicações sobre política agrária; a ampliação dos GT-PAs nas bases do Sindicato; o envolvimento dos GTs do ANDES-SN na discussão de pontos referentes à política agrária; a organização de campanhas, atos e denúncias das ações do governo contra os movimentos sociais e contra a luta sindical.

Dando seqüência a essa construção/rearticulação dos movimentos sociais de luta pela terra e que discutem a questão agrária, o II Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, Aduferpe-Seção Sindical, Recife-PE, maio de 2002, reafirma o conteúdo político dessa construção ao indicar que: “A luta camponesa de resistência é estratégica porque combate a propriedade privada, assim como a luta dos trabalhadores da cidade é estratégica porque defende a distribuição de renda, ampliando os direitos e conquistas sociais. Porém, apenas a unificação destas lutas pode estabelecer as bases que nos permitam avançar na construção de uma nova sociedade, superando este modelo atual, concentrador de riquezas, violento e discriminatório”.

Das reflexões ocorridas nesse seminário há a indicação de que as suas proposições tenham a pretensão de contribuir com a organização do GT de Política Agrária, para que o GT seja, além de espaço de debates de idéias, uma articulação de pesquisadores em apoio aos movimentos camponeses.

Da primeira reunião do GT-PA (gestão 2002-2004), Salvador-BA, outubro/2002, resultou como principal encaminhamento a realização, em 2003, do III Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN em Cruz das Almas-BA, coordenado pelo GT-PA e organizado conjuntamente com a APUB-Seção Sindical.

TR - 35

1 – Realizar, no primeiro semestre de 2003, o III Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, com vista a atualizar a discussão e os encaminhamentos sobre a questão agrária no Sindicato e aprofundar a relação com as entidades dos movimentos sociais de luta pela terra.

2 – Retomar contatos e rearticular-se com as organizações que lutam pela terra e discutem a questão agrária com os objetivos de discutir e implementar ações que tratam de:

a) denúncias de violências promovidas contra os que lutam pela terra;

b) combate a criminalização dos movimentos sociais;

c) consolidação e ampliação a rede de pesquisadores sobre a questão agrária, existente no MST, ampliando-se essa articulação para a Via Campesina.

3 – Investir na rede de pesquisadores comprometidos com movimentos sociais, para contribuir na elaboração de um projeto popular de desenvolvimento agrário, junto à Via Campesina, que congrega o MST, o MPA, o MAB, a CPT, entre outros movimentos sociais.

RECOMENDAÇÃO:

Que as Seções Sindicais promovam esforços no sentido de manter contato com os docentes que nas instituições estudam a questão agrária, visando à organização de grupos de trabalho de política agrária locais, com vista ao fortalecimento do GT-PA do Sindicato.



Diretoria do ANDES-SN

ETNIA, GÊNERO E CLASSE

TEXTO DE APOIO

A discussão sobre este tema teve início no 39º CONAD, limitando-se à questão de gênero. Porém a elaboração de uma análise mais abrangente começou a tomar corpo e amplitude no 19º CONGRESSO, quando o estudo da temática assumiu uma dimensão que buscava atender a uma concepção da luta dos excluídos atrelada às demais lutas da classe trabalhadora. Decorrente desse processo, o MD avançou no sentido de explicitar as conexões objetivas existentes entre exploração e dominação de classe e opressão e discriminação étnica, o que resultou na incorporação das questões relativas a Etnia e Classe Social ao espaço da discussão política do Sindicato.

Torna-se porém necessário resgatar que a construção histórica da sociedade patriarcal brasileira embasou-se em formas sociais centradas, na sua maioria, em referenciais europeus, brancos, masculinos e machistas sendo capaz de criar uma imbricada rede, onde a dominação de classe, etnia e gênero constituiu as bases da dominação econômica, política e sociocultural.

Nessa perspectiva, o estabelecimento do capitalismo não demarcou a derrocada das relações patriarcais de dominação. As relações de trabalho e produção introduzidas caminharam no sentido de dar materialidade à expansão do raio de exploração do trabalho e das relações sociais. O poder de base patriarcal e escravista, resultado do seqüestro de 110 milhões de negros africanos, perpassou os séculos e vem sendo obrigado a conviver com a resistência dos grupos oprimidos e o afloramento das organizações de caráter reivindicatório. Porém no atual processo de mundialização do capital, a priorização do equilíbrio macroeconômico tem agravado a pobreza estrutural, a marginalização, a segregação social e a violência. É nessa conjuntura adversa que crescem em tamanho e importância as organizações dos explorados, das chamadas minorias, em que as discussões nos campos das

etnias e gênero apontam para uma nova abordagem, tanto das relações sociais, como entre o poder, no sentido político tradicional, e as questões privadas. Essas organizações vêm se distanciando das imagens de caráter concessivo que sustentaram a postura das classes dominantes e exigindo enfaticamente a adoção de políticas públicas que contemplem os diversos segmentos.

Para fazer frente às demandas, no decorrer de 2002 o ANDES-SN privilegiou a interlocução com os movimentos sociais, enfatizando a questão étnica, com o objetivo de inserir a discussão no âmbito do MD. Em vários espaços, como no IV CONED, o tema foi pautado e atividades específicas foram desenvolvidas junto à comunidade remanescente do Quilombo Mata Cavalo, Cuiabá/MT, e junto à Aldeia dos Índios Parecis, Campo Novo dos Parecis/MT. Por outro lado, a discussão específica sobre Política de Cotas foi objeto de inúmeras mesas que culminaram no debate - Política de Cotas: Democratização do Acesso à universidade pública?

O trato com o geral e o específico (política de cotas para o ensino superior) permitiu construir um consenso em torno da falácia da democracia racial brasileira. A conjuntura evidencia estar a exclusão social intimamente ligada à inexistência de uma democracia real dado o atrelamento do país ao projeto neoliberal que tem criado uma variada gama de situações em que as desigualdades e discriminações entre mulheres e homens, negros e brancos, ricos e pobres, fazem parte do cotidiano das chamadas minorias sociais.

O avanço das discussões, no interior do Sindicato, conduziu à identificação de dois posicionamentos distintos: o primeiro rechaça a possibilidade de a política de cotas vir a ser um instrumento de consolidação da democracia racial, levando-se em conta os prejuízos históricos acumulados pela população afrodescendente. O segundo defende a política de cotas, avaliando-a como uma etapa do processo de superação da referida discriminação.

Argumentos diversos têm contribuído para atizar a discussão. Do ponto de vista dos que se posicionam contrários, a avaliação passa pela compreensão de que a política de cotas enuncia-se como mais uma política compensatória, por mostrar-se conjugada ao ideário que enfoca a questão da etnia como uma luta dissociada das demais lutas da classe trabalhadora. Também ficou explicitado que a concepção contida nas propostas fundamenta-se no ideário liberal que caracteriza a problemática, no bojo das “escolhas voluntárias”, reduzindo-a a uma questão meramente identitária e a um nivelamento de identidades que nega qualquer hierarquização entre formas de pertencimento a grupos sociais - tratando da mesma forma o ser e o sentir-se, negro, mulher, brasileiro, gay, operário. Desta forma, as relações de opressão/discriminação são propositalmente discutidas como apartadas das relações de dominação/exploração, como se a opressão das etnias fosse uma ação independente e autônoma em relação aos outros espaços de relações e conflitos sociais, enfim, da configuração histórico/social do Brasil.

Entre os defensores da política de cotas, encontra-se o Movimento Negro que garante ser a proposição parte de um conjunto de políticas de promoção da igualdade, apontando a necessidade dessas políticas terem contornos amplos, além de priorizar a discussão sobre as culturas e as culturas afrodescendentes. Sinalizam que o nó da questão, por razões teóricas, tem sido a caracterização do problema como social e não racial. E questionam - qual problema étnico (racial) não é social?

Quanto ao debate sobre o acesso à educação superior, especificamente a política de cotas, a posição é manter a luta por uma educação pública de qualidade para todos. Evitando dicotomizar as duas bandeiras, mantêm a reivindicação pela implantação de políticas de ação afirmativa que permitam estabelecer o equilíbrio de oportunidades e representação, bem como consolidar o Estado Democrático.

Ressalte-se ainda que parte dos movimentos sociais engajados na discussão, embora enfatize a necessidade de o Estado brasileiro implementar uma política de reparação, evita a discussão pelo viés de cotas. Sustenta sua abordagem, enfatizando que a problemática étnico-racial no Brasil sempre esteve, predominantemente, camuflada pelo mito da democracia racial e da ideologia do branqueamento, e que a prática das desigualdades sociais, econômicas e educacionais explicitamente de caráter étnico, por muito tempo, tem sido negada, o que tem fomentado, em última instância, o próprio racismo.

Urge ultrapassar os limites construídos pela sociedade brasileira, reverter o perverso quadro de discriminação racial, na busca da superação da dívida histórica que as sociedades têm com os grupos dominados para a construção de uma proposta mais ampla e democrática com o conjunto das lutas sociais. Além disso, premida pela necessidade de incluir no campo democrático da construção coletiva as posições divergentes quanto à política de cotas para negros, a Diretoria optou por manter o debate permanente durante o ano em curso e para tanto encaminha para deliberação no 22º

Congresso o que se segue.

TR - 36

O 22º Congresso aprova:

- 1 - manter na pauta permanente do Sindicato a discussão sobre as questões de etnia, gênero e classe social priorizando a sistematização de um quadro conceitual acerca da temática: políticas afirmativas; ações reparatórias, enfocadas estrutural e conjuntamente, objetivando subsidiar as futuras deliberações do ANDES-SN;
- 2 – explicitar, no contexto das políticas públicas, a discussão sobre a universalização e as ações de focalização (políticas afirmativas);
- 3 – realizar um levantamento, via SSinds e Secretarias Regionais, que explicita a implementação das políticas de cotas nos estados;
- 4 – realizar um Seminário Nacional sobre Democracia Racial e Ações Afirmativas, durante o ano de 2003.

TEXTO 37

Contribuição profs. José Eustáquio Diniz Alves e Deoclécio Alves Chianca Júnior (filiação à ADUFOP –S.Sind).

A PLATAFORMA POLÍTICA FEMINISTA E O EMPODERAMENTO DAS MULHERES

TEXTO DE APOIO

Existe um déficit econômico, social, político, cultural e democrático no Brasil: o país tem uma dívida com as mulheres que são a maioria da população. As mulheres brasileiras, na média, ganham menos que os homens, estão nas piores ocupações, constituem a maioria dos estratos pobres da PEA (população economicamente ativa), são as maiores vítimas da violência doméstica, são minoria nas instâncias de poder tanto no Legislativo, Judiciário e Executivo, etc.

Para reverter essa situação é preciso que as mulheres deixem de ser cidadãs de segunda classe e tenham poder. O empoderamento das mulheres é uma bandeira internacional aprovada na Conferência Internacional de Beijin em 1995. No Brasil, tem crescido a mobilização de mulheres e homens que lutam pela equidade de gênero. Em junho de 2002, mais de duas mil mulheres se reuniram em Brasília numa Conferência para debater e aprovar a Plataforma Política Feminista. A Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras (CNMB) foi o resultado de um trabalho que durou 12 meses, envolvendo mais de cinco mil ativistas de organizações de mulheres de todo o Brasil, que discutiram a primeira versão da Plataforma nas 26 Conferências Estaduais realizadas previamente.

A CNMB foi um espaço aberto para o debate democrático de idéias, o aprofundamento de propostas e a articulação dos movimentos sociais de mulheres que se opõem ao neoliberalismo, ao sexismo, ao racismo e a homofobia. A CNMB foi um espaço plural e diversificado, não confessional, não governamental e não partidário, que articulou de forma descentralizada os movimentos sociais de mulheres em nível local, regional e nacional. A CNMB buscou fazer uma síntese do pensamento atual do movimento de mulheres com o objetivo de ampliar a luta feminista junto a todos os setores da sociedade brasileira.

Nesse sentido é importante que a ANDES-SN apóie e divulgue a Plataforma Política Feminista e os princípios da Conferência. Os princípios da CNMB são:

- reconhecer a autonomia e a autodeterminação dos movimentos sociais de mulheres.
- comprometer-se com a crítica ao modelo neoliberal injusto, predatório e insustentável do ponto de vista econômico, social, ambiental e ético.
- reconhecer os direitos econômicos, sociais, culturais e ambientais das mulheres.
- comprometer-se com a defesa dos princípios de igualdade e justiça econômica e social.
- reconhecer o direito universal à educação, saúde e previdência.
- comprometer-se com a luta pelo direito à terra e a moradia.

- comprometer-se com a luta anti-racista e a defesa dos princípios de equidade racial-étnica.
- comprometer-se com a luta contra todas as formas de discriminação de gênero, e com o combate a violência, maus-tratos, assédio e exploração de mulheres e meninas.
- comprometer-se com a luta contra a discriminação a lésbicas e gays.
- comprometer-se com a luta pela assistência integral à saúde das mulheres e pela defesa dos direitos sexuais e reprodutivos.
- reconhecer o direito das mulheres de ter ou não ter filhos com acesso de qualidade à concepção e/ou contracepção.
- reconhecer o direito de livre exercício sexual de travestis e transgêneros.
- reconhecer a descriminalização do aborto como um direito de cidadania e uma questão de saúde pública.
- reconhecer que cada pessoa tem direito as diversas modalidades de família e apoiar as iniciativas de parceria civil registrada.

TR- 37

1 - O 22º CONGRESSO da ANDES-SN reafirma os princípios que nortearam a criação do GT gênero, etnia e classe e subscreve a Plataforma Política Feminista aprovada na Conferência Nacional de Mulheres Brasileiras realizada em Brasília entre os dias 6 e 7 de junho de 2002 e que contou com a participação de milhares de mulheres que estão na vanguarda da luta feminista pela justiça de gênero no Brasil e por uma sociedade internacional justa, fraterna e solidária.

TEXTO 38

Contribuição dos professores Marcelo Tragtenberg e Regina Vasconcelos Antonio (Membros do Grupo de Trabalho Etnia, Gênero e Classe da APUFSC).

A QUESTÃO ÉTNICA E A ANDES-SN (NEGROS E ÍNDIOS, COTAS, AÇÕES AFIRMATIVAS)

TEXTO DE APOIO

A nossa tese de conjuntura já deve ter deixado bem claro a necessidade concreta do compromisso da ANDES com a democratização racial do Brasil, na conjuntura atual.

Esperamos ter mostrado que o Brasil não é uma democracia racial quando, mesmo não sendo uma democracia social (mas somente formal), a desigualdade não se divide igualmente. Os brancos parecem concentrar a renda, a escolaridade e as oportunidades em relação a negros.

Por outro lado, a eleição de Lula à presidência parece abrir espaço do acerto de contas do Brasil com seus oprimidos, pelo menos em parte. O clima de esperança parece se irradiar para políticas que extrapolem o paradigma da democracia racial. Se as medidas sociais forem cegas à cor, continuará havendo distribuição desigual de renda e oportunidades. Medidas como cotas para negros nas Universidades, embora ainda careçam de debate maior, apontam para um contraponto com o racismo cordial.

Esse tipo de política afirmativa deve ser entendido como uma medida não contra brancos, mas como medida transitória e paliativa, enquanto durar o racismo brasileiro, que gera conseqüências econômicas e sociais. Cabe um processo de esclarecimento dos brancos sobre a desigualdade racial reinante no Brasil e a partir daí construir uma Universidade mais igualitária racialmente.

Este tipo de medida deve vir acompanhado de políticas sociais de peso, como aumento de vagas em Universidades Públicas, assistência estudantil com bolsas de manutenção, alojamento gratuito, melhoria do Ensino Fundamental e Médio, melhor atendimento de saúde, financiamento habitacional e criação de empregos, entre outros.

A ausência de políticas afirmativas e a ocorrência de políticas cegas à cor com forte conteúdo social podem vir a melhorar a situação do negro no Brasil, mas mantê-lo-á numa situação inferior (como vimos ao discutir o caso cubano). Por outro lado, a mera adoção de ações afirmativas, sem investimento com forte prioridade social, tende a aumentar a classe média negra, nada contra, mas continuará marginalizando a maioria da população negra (como vimos ao discutir o caso estadunidense).

Além disso, do ponto de vista da imagem, é fundamental o aumento da presença negra na propaganda e na televisão, com conotação positiva. O negro vem sendo historicamente

desvalorizado (“A busca de um caminho para o Brasil” – Hélio Santos, 2002) na televisão e isso contribui para sua baixa auto-estima e estreitamento de seu mercado de trabalho. Num país de quase metade de negros, pedir que 25% dos personagens das novelas e 40% daqueles das propagandas sejam negros parece mais do que justo.

A implantação de ações afirmativas aparece como imperiosa. No entanto, aparecem novas questões.

- a) São necessárias cotas para negros e índios nas Universidades (alunos e professores)?
- b) Como fica a questão do mérito na admissão universitária num sistema de cotas para negros e índios na Universidade (tanto para alunos como para professores)?
- c) Como distinguir um negro dum não-negro (em qualquer tipo de ação afirmativa)?
- d) A ação afirmativa é inconstitucional?
- e) Por que demorou tanto tempo no Brasil para entrar em discussão ações afirmativas?

Inicialmente, notamos que até bem pouco tempo não existia um sistema de aquisição de dados sobre a etnicidade do povo brasileiro além do Censo (mesmo assim, o Censo de 1970 não teve o item cor). No SUS ele começou a ser implementado, em algumas Universidades começaram a fazer seu levantamento e recentemente foi realizado um censo étnico na administração pública federal.

O desinteresse social e político sobre a questão étnica e a invisibilidade do negro é histórico no Brasil. Em várias capitais se escuta dizer que não há negros. Curiosamente, os EUA, que têm 12% de sua população formada de negros tratam com mais respeito a presença negra que o nosso país. A ANDES-SN tem que envidar esforços no sentido de tornar visível o que nosso país tem tentado invisibilizar há tanto tempo: a presença do negro.

Por exemplo, cabe realizar sistematicamente um levantamento étnico dos candidatos à Universidade, os alunos de graduação e pós-graduação para olharmos para dentro de nós mesmos. O critério inicial deve ser o do IBGE (branco, preto, pardo, indígena e amarelo), mas devemos avançar na classificação. Estudos mostram que ela não informa totalmente sobre a etnicidade do pesquisado (“A cor denominada”, José Petrucelli, 1998) e caberia um diálogo maior entre o IBGE, os estudiosos da questão étnica e os movimentos negros para a definição de uma forma de classificação mais democrática e útil e menos impositiva.

Por outro lado, levantamentos sobre presença negra na Universidade foram realizados e apontam para uma presença muito menor do que na população em geral. Este seria um argumento favorável a cotas raciais.

No entanto, cotas raciais não são a única forma de aumentar a presença negra no Ensino Superior. As cotas raciais nas Universidade dos EUA, fruto da luta do movimento negro por direitos civis (cujo mártir, Martin Luther King, tem um feriado nacional reconhecido – terceira segunda-feira de janeiro, aqui Zumbi só agora tem um dia que sequer é feriado nacional), caíram em 1978. O famoso Caso Bakke levou a julga-las inconstitucionais. No entanto, no parecer aprovado, critérios étnicos poderiam ser considerados para admissão. Foi então que a etnicidade passou a contar mais pontos para os candidatos e várias Universidades começaram a ter metas étnicas, compatíveis com as comunidades abrangidas. Esta é uma opção para nós no Brasil.

Mas, muitos colegas nossos, e até o editorial da Folha de São Paulo, levantam: e o mérito, como fica?

Esta é uma questão muito complexa para responder no espaço desta tese, mas alguns argumentos podem ser levantados. Primeiro, o mérito de um nadador frente a uma pessoa equipada com um barco a motor não pode ser corretamente aferido numa corrida. O negro enfrenta muito mais barreiras em média que um branco. Somente 3% da população negra chega ao fim do Ensino Médio enquanto que no caso do branco são 13%. Segundo, o critério de entrada na Universidade não precisa ser necessariamente a avaliação por provas (vestibular ou outra forma), mas a Sociedade também pode achar necessária a diversidade étnica, na medida em que formará cidadãos menos racistas e lideranças negras que pela simples presença ajudarão a combater a baixa auto estima de muitos negros e o esteriótipo do negro como inferior intelectualmente. No entanto, quando se levanta a necessidade de cotas raciais, o que sempre se coloca é que os negros a se beneficiarem delas devem ter atingido o nível mínimo exigido pela Universidade. Por exemplo, Delcele Queiroz, em recente estudo, mostrou que muitos negros têm nota superior à mínima exigida pela Universidade Federal da Bahia para nela ingressar e que poderiam preencher qualificadamente essas reservas de vagas. Um dos riscos apontados nas cotas é a entrada de alunos que poderão não permanecer até o fim do curso na Universidade, por questão de formação. Neste caso, torna-se necessário também a constituição de um sistema de apoio pedagógico ao estudante (mesmo atualmente, vários alunos não completam o curso pelo mesmo motivo). Este risco será minimizado se os negros a entrarem nas

cotas forem os de melhores notas. Outra objeção a este argumento é que assim só entrarão filhos da classe média negra. Esta é outra questão complexa. Por um lado, se filhos da classe média branca entram, porque os da classe média negra não? Por outro lado, há militantes e acadêmicos negros que acham que se deva acoplar um critério sócio econômico ao critério racial. Isto aumenta o risco de estudantes negros com menos possibilidade de formatura, mas deve ser considerado nas discussões.

Talvez um dos itens mais controversos seja separar negros de não-negros para efeitos de ações afirmativas, discriminadoras positivamente. Este questionamento mostra bem a hipocrisia da nossa sociedade. Para discriminar negativamente a sociedade brasileira parece bastante eficiente. No entanto, na hora de reparar a comunidade negra, discriminando-a positivamente, a coisa fica difícil. Muitas pessoas ironizam dizendo que a polícia sabe muito bem distinguir negros de não-negros. No entanto, é preciso trazer para um patamar mais objetivo a questão. O primeiro passo, quase todos concordam que é a auto-declaração. No entanto, alguns argumentam que pessoas podem trapacear. Há alternativas a serem consideradas: comissões universitárias para averiguar a etnicidade conforme questionário preenchido por pessoas autodeclaradas negras, mas que a Universidade coloque em dúvida. De qualquer forma, é necessário esclarecer aos candidatos que falsidade ideológica é crime e talvez fosse conveniente estabelecer proibição de acesso ao ensino superior público àquele que a cometesse, no caso de falsidade ideológica étnica. Há, no entanto, bastante campo para discussão nesta questão.

Vários colegas e alunos muitas vezes levantam que ações afirmativas afrontam a igualdade das pessoas perante a lei. A igualdade formal perante a lei é um preceito liberal, conquistado durante a Revolução Francesa. No entanto, ela muitas vezes não se consubstancia racialmente, como no caso brasileiro, cubano, estadunidense e em muitos outros casos. Torna-se importante a intervenção do Estado para ajudar a garantir a IGUALDADE REAL de oportunidades. Deixar os indivíduos, com passado diferenciado, a competir em "igualdade" de condições leva à prevalência dos mais ricos e poderosos ("Ação afirmativa e o princípio constitucional da Igualdade", Joaquim Barbosa Gomes, 2001). Não é à toa que são os neoLIBERAIS os que mais lutam pelo fim das ações afirmativas nos EUA!

Alem disso, nossa constituição (1988), em seu artigo 37, inciso VIII, estabelece reserva de mercado de trabalho para deficientes físicos. Puxa, nunca se viu ninguém reclamando contra essa reserva de vagas, mas é só falar em reserva de vagas para negros que aparece o maior berreiro. Por que será? Os idosos também tem sua ação afirmativa: o passe do ônibus. Ninguém contra. E os programas de primeiro emprego para os jovens? Todos a favor. Curioso...

Talvez uma das razões é que a Universidade é o local de formação dos quadros do poder. Como deixar os negros adentrarem a ela? Afinal, saber é poder, dizia um falecido sociólogo.

Mas se ações afirmativas são tão necessárias, porque demoraram mais de 100 anos após a abolição para serem reivindicadas? Talvez uma das respostas é que o racismo anglo-saxão (nos EUA e África do Sul) seja segregacionista e destile o ódio racial, gerando maior reação. Já o racismo cordial brasileiro parece bastante mais dissimulador levando inclusive muitos negros a discriminar irmãos de cor ou se autodesvalorizarem. Este é outro papel das ações afirmativas, ao aumentar a possibilidade de produção de modelos sociais de sucesso ("Ação afirmativa e democracia racial", Sandro Sell, 2002, pg 28). Negro também pode ser bom sem ser cantor de pagode ou jogador de futebol...

Alem da questão universitária, há a luta dos remanescentes de quilombos pela legalização dos títulos de terra, também citada na Constituição de 1988, mas ainda está no papel. A ANDES-SN deve se solidarizar a essa luta e pressionar pela concessão efetiva deste território a seus donos de direito.

Por fim, há muitos casos de discriminação racial que ficam sem resposta devido à dificuldade dos atingidos de reclamarem seus direitos. As seções estaduais da CUT podem contribuir decisivamente criando Secretarias que apoiem até judicialmente as vítimas de racismo.

Muito pouco foi dito neste arrazoado sobre os índios. É uma discussão ainda em início em nosso sindicato, que deve ser aprofundada no GT de Etnia, Gênero e Classe da ANDES-SN. No entanto, é visível a baixa presença indígena na Universidade, a miséria em que muitos vivem e a baixa representação nos altos escalões de poder. Os mecanismos de incorporação de índios à Universidade, entre outros espaços, ainda merecem maior estudo.

TR - 38

1. A ANDES-SN deve propor nacionalmente às Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas a realização de censo étnico (ou levantamento regular do quesito cor/raça) de inscritos em vestibulares, alunos de graduação e pós-graduação, inicialmente conforme a classificação do IBGE (branco, preto, pardo, amarelo e indígena). Discutir em conjunto com o movimento negro, militantes contra a discriminação racial, estudiosos das áreas de Antropologia, Sociologia e História e com o IBGE o

aperfeiçoamento desses critérios de classificação.

2. A ANDES-SN deve encaminhar nacionalmente a inclusão de História da África e do negro no Brasil e a discriminação racial nos currículos pertinentes (historia, sociologia, antropologia, pedagogia e licenciaturas), conforme lei 10.639 de 10/01/2003.

3. A ANDES-SN se posiciona pela inexistência de democracia racial no Brasil. Isso significa que há desigualdade racial na distribuição de renda e oportunidades e discriminação moral, estética, intelectual e de posição social contra o negro e o índio em nossa sociedade.

4. A ANDES-SN se posiciona pela realização de ações afirmativas (discriminação positiva) a favor de negros e índios em geral, em meios de comunicação (particularmente nas rádios e tvs universitárias), em todos os níveis de ensino, na política e no mercado de trabalho.

5. A ANDES-SN considera preocupante a composição étnica das Instituições de Ensino Superior já recenseadas, no sentido da baixa presença de negros e índios entre os alunos.

6. A ANDES-SN deve propor a criação de mecanismos que aumentem a presença de negros e índios no alunado do Ensino Superior Público e Privado brasileiro, sejam cotas percentuais ou cotas numéricas ou metas de democratização racial associada a pontuação por pertencimento a grupos étnicas historicamente excluídos.

7. A ANDES-SN deve propor a criação de mecanismos que aumentem a presença de negros e índios na docência e de servidores de Instituições de Ensino Superior Públicas e Privadas através de cotas percentuais, ou cotas numéricas ou metas de democratização racial associada a pontuação por pertencimento a grupos étnicas historicamente excluídos.

8. A posição da ANDES-SN favorável a ações afirmativas para negros e índios se complementa com a luta por uma mudança radical da sociedade, no sentido de uma sociedade explorados ou exploradores onde o investimento social e a distribuição mais eqüitativa de renda e oportunidades passem a ser prioridades. De outra forma, ações afirmativas terão alcance limitado, na criação de mais oportunidades para uma pequena parcela dos negros e índios. Mesmo assim, essas ações terão validade. Além disso, a problematização da questão do negro e do índio levantada pelas ações afirmativas têm valor inestimável no sentido da democratização substantiva da sociedade brasileira.

9. A ANDES-SN deve propor a criação de comissões para a diversidade na universidade em todas as IES.

10. A ANDES-SN se posiciona pela decretação de feriado nacional no dia 20 de novembro, dia do assassinato de Zumbi dos Palmares, símbolo da luta pela libertação do negro no Brasil.

11. A ANDES-SN se coloca solidária à luta dos habitantes dos cerca de 900 quilombos no território nacional, no sentido do assentamento dos quilombolas nas terras de seus ancestrais. Esses assentamentos, de forma análoga aos reivindicados pelo MST, dependem da vontade política do governo e da pressão social para que a justiça fundiária seja feita.

12. A ANDES-SN deve discutir a criação de uma Secretaria Nacional da CUT contra a discriminação racial e mobilizar nacionalmente suas Seções Sindicais no sentido de colaborarem e/ou impulsionarem a criação de Secretarias Estaduais das CUTs estaduais contra a discriminação racial.

13. Os GTs de Política Educacional, de Etnia, Gênero e Classe e de Política Sindical da ANDES-SN devem articular nacionalmente uma discussão sobre democracia racial, ações afirmativas, cotas e seus reflexos na Universidade e no conjunto da Política Educacional brasileira.

TEXTO 39

Contribuição da Diretoria da APUBH e aprovado pela Assembléia Geral dos Professores da UFMG.

CARREIRA DOCENTE

TEXTO DE APOIO

O Projeto de Carreira Única para o magistério das IES é parte integrante do Projeto do nosso Sindicato Nacional para a Universidade Brasileira, sendo o elemento central para a garantia de melhores condições de trabalho de crescimento e de estímulo para os professores exercerem suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. No XII Congresso da ANDES-SN, realizado em Manaus, em fevereiro de 1993 foi aprovada a proposta de um plano de carreira única para o magistério das Instituições de Ensino Superior (IES). O XXVII CONAD de Pelotas realizado também em 1993 e o XIII Congresso de Viçosa realizado em fevereiro de 1994 elaboraram e aprovaram as diretrizes para a

construção do Plano nacional de Capacitação Docente e o Projeto de Lei de Carreira Única. As regras de transição e de transposição foram aprovadas no XXIX CONAD realizado em outubro de 1994 em Niterói.

Através deste pequeno relato histórico podemos perceber que os princípios da nova carreira estarão completando dez anos no próximo Congresso ANDES-SN que será realizado em 2003. Este mesmo período foi marcado por fortes alterações do quadro docente das Universidades Públicas Brasileiras, com a grande massa de aposentadorias ocorridas no início dos anos 90 e a reposição parcial do quadro com docentes com um maior nível de titulação, sendo que uma parcela significativa com doutorado.

Este dado, da recomposição do quadro docente, nos parece fundamental para justificar a necessidade de retomada do debate sobre a carreira, entretanto, outros elementos podem ser adensados a este para justificar a urgência da retomada desta discussão na base de nosso sindicato. Uma parte significativa de professores desconhece a proposta já protocolada várias vezes no Governo Federal e mesmo os que a conhecem não tiveram a oportunidade de discutir o conteúdo de nossa proposta já aprovada. O desconhecimento da proposta de carreira única na base do Sindicato poderá implicar, se implementada sem prévia discussão, em frustrações de parte de alguns docentes ao não verem contempladas suas expectativas de desenvolvimento profissional:

O Projeto de Carreira da forma que está definido pode não contemplar os anseios dos professores que ingressaram nos últimos anos já com o Título de Doutor;

É também preciso refletir sobre áreas do conhecimento nas quais a questão da titulação acadêmica não é o melhor indicador da competência profissional: Essa nova carreira poderia transformar as unidades “profissionais” das universidades em colégios; muitos dos professores dessas unidades, embora muito competentes, pela ausência de titulação não permaneceriam nas universidades, pois seus vínculos externos não se enquadrariam ao modelo de universidade que a nova carreira traz;

Em relação aos professores mais antigos e aposentados urge refletir sobre as conseqüências da implementação da estrutura da carreira proposta: iriam para uma carreira em extinção e isso seria um risco sério em relação à perda de direitos;

O plano de carreira deveria também contemplar o reconhecimento da experiência de profissionais não titulados e a situação de professores ainda pertencentes ao quadro reconhecidos na sua competência, desenvolvida na sua prática profissional, através da criação de mecanismos formais e qualificados de avaliação e validação dessas competências.

O plano de carreira também deveria contemplar a situação dos professores aposentados em situação isonômica com o quadro da ativa.

A aprovação dessa proposta é de grande responsabilidade da maioria dos professores. O fato de ela estar há anos em tela não justifica nossa omissão. Acreditamos que o fato de estar protocolada não seria fator impeditivo para alterações. Teremos que examinar a proposta já protocolada a partir da definição de alguns princípios consensuais. Este consenso somente poderá ser produzido se juntamente com proposta de carreira, refletirmos também sobre um plano de qualificação e uma nova proposta de malha salarial.

Finalizando, outros pontos fundamentais a serem discutidos seriam as transposições (mecanismo de equivalência entre as classificações da carreira que estaria em extinção e as classificações da carreira que entraria em vigor) e as conseqüências da extinção da carreira em vigor.

TR - 39

1 - O 22º Congresso entende como necessário abrir ampla discussão na base do Sindicato para o aperfeiçoamento da Proposta de Carreira Única, encaminhando a aprovação das alterações ao 23º Congresso.

APÊNDICE

Apresentamos, a seguir, o Plano Geral de Lutas do Sindicato, aprovado no 45º CONAD, para facilitar o debate sobre os Eixos do Plano de Lutas do ANDES-SN.

PLANO GERAL DE LUTAS DO SINDICATO

O 45º CONAD reafirma e atualiza as deliberações comuns aos três setores aprovadas no 21º CONGRESSO do ANDES-SN nos seguintes termos:

1 – Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos Fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA, dentre tantos outros.

2 – Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, participando da divulgação dos resultados do plebiscito da ALCA e das próximas etapas da campanha pela retirada do governo brasileiro das negociações do acordo, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial.

3 – Promover, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros de abrangências internacional, nacional, regional e local sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical.

4 – Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, valorizando o plebiscito popular já realizado sobre a ALCA e a Base de Alcântara.

5 – Discutir na Plenária Nacional da CUT a sua participação na Campanha do Plebiscito da ALCA.

6 – Aprofundar a discussão sobre a mercantilização da educação (OMC) e sobre a relação entre a ALCA/educação pública/universidade pública.

7 – Empreender esforços para a realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA.

8 – Intensificar a participação do Sindicato na *Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América*, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa da educação pública, democrática, laica, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada.

9 – Indicar que as Seções Sindicais participem ativamente da *Rede Internacional de Solidariedade Ativa*, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento.

10 – Recomendar às Seções Sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade ao povo palestino, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promover debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo.

11 – Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores (por exemplo, os que se materializaram no “pacote de novembro/2001”), lembrando que a luta do ANDES-SN foi decisiva para a rejeição da MP nº 10/2001, pela Câmara Federal, em 7 de março de 2002.

12 – Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o cínico eufemismo *flexibilização*, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.

13 – Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital em âmbitos nacional e internacional.

14 – Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses da categoria docente.

15 – Mobilizar as Seções Sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à

promoção da saúde do trabalhador quanto a direitos e formas de financiamento e gestão, que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.

16 – Intensificar a luta da categoria pela implementação da Carreira Única, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

17 – Combater a contratação, via CLT/ Emprego Público, nas IES públicas e todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES.

18 – Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN, tanto pela criação de Seções Sindicais quanto pela sindicalização direta, via Secretarias Regionais.

19 – Desenvolver ações contra quaisquer tentativas de regulamentação do direito de greve bem como contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no Congresso Nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.

20 – Combater todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF., desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o arquivamento das proposições em tramitação.

21 – Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.

22 – Construir, em conjunto com as entidades que compõem o FNDC (Fórum Nacional pela Democratização da Comunicação), a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: (a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; (b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; (c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade.

23 – Lutar, em conjunto com as entidades do FNDC, para apresentar um programa político para o setor, sustentado no debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias de TV por assinatura; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) a luta por uma regulamentação da TV Digital que considere perspectivas estratégicas do país e os interesses da sociedade, não se restringindo aos interesses de alguns grupos nacionais, nem sucumbindo às pressões de conglomerados econômicos internacionais.

24 – Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados em circunstâncias de greve.

25 – Organizar firme oposição ao recente pacote do governo que, a partir da nova tomada de empréstimo ao FMI (10 bilhões de dólares), de imediato, eleva de 3,5% para 3,75 % do PIB as metas de superávit primário, o que implicará o aprofundamento do arrocho salarial e sucateamento do serviço público.

26 – Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções emergenciais, com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais.

27 – Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações (sistemas digitais, provedores estrangeiros de educação etc.), à lei de Patentes, e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país.

27.1 – Implementar ações para extinguir os Fundos Setoriais, evitando, dessa forma, a ingerência do mercado no financiamento público de ciência e tecnologia.

28 – Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN.

29 – Implementar ações de combate às Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e superior que comprometem a qualidade da educação com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.

30 – Lutar pela garantia de políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores, pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

31 – Combater qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade acadêmica em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais, oferecendo solidariedade político-sindical, assistência jurídica e apoio material, por meio das estruturas do movimento docente. Realizar campanhas de denúncia como forma de prevenir e enfrentar tais atos das administrações universitárias.

32 – Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para:

32.1 – o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;

32.2 – a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação da instituição (o Exame Nacional de Cursos – Provão – e a avaliação das condições de oferta), a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores.

33 – Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior.

34 – Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnicos-administrativos (contratos por concurso público e pelo regime estatutário) e à infraestrutura das IES resgatada a sua autonomia.

35 – Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos.

36 – Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.

37 – Aprofundar o debate, mediante a realização de eventos, sobre a política governamental de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação.

38 – Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado, realizando debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, encaminhando denúncias ao Ministério Público.

39 – Intensificar a luta pela manutenção da previdência pública estatal.

40 – Lutar pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores de forma a garantir esse princípio, tanto aos trabalhadores do setor público quanto privado, contrariamente à situação atual que trata diferentemente os trabalhadores públicos e privados e aos aposentados do setor público e aos que futuramente vierem a se aposentar conforme as propostas hoje em curso no Congresso Nacional.

41 – Indicar às Seções Sindicais que, articuladamente com os servidores de outras entidades nacionais e das esferas estadual e municipal, permaneçam mobilizadas para uma resposta imediata à iminente possibilidade de aprovação de Reforma Previdenciária que venha cassar direitos conquistados ao longo de nossa luta.

42 – Indicar às Seções Sindicais a promoção de seminários, encontros, debates, atos etc., com o objetivo de:

42.1 – desvelar a falácia do governo sobre o “deficit” da Previdência Social e de apreender o real significado da Reforma da Previdência proposta pelo novo governo;

42.2 – denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mistificam a política de Assistência Social, engendrando programas como a Universidade Solidária, os Amigos do Transplante, os Amigos da Escola e outros criados pelo governo FHC, que procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.

42.3 – combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, equidade e integralidade, conforme o Art. 196 da Constituição Federal de 1988.

43 – Indicar a produção de documentos fundamentados sobre o efeito perverso que a reforma proposta exercerá sobre os servidores públicos. Estes documentos servirão, também, de instrumento para trabalho de militância junto aos parlamentares eleitos, manifestando a posição contrária do ANDES-SN às propostas desta reforma previdenciária.

44 – Indicar a necessidade de criação de fóruns e outros organismos, onde não existirem, ou integração aos já existentes com o objetivo de intensificar a luta em defesa do regime próprio de previdência do setor público.

45 – indicar efetiva participação das Seções Sindicais no II Encontro Nacional de Assuntos de Aposentadoria das três esferas, organizado pelo GT de Aposentadoria da CNESF, grupo de trabalho do qual o ANDES-SN participa efetivamente, a ser realizado de 5 a 7 de dezembro, como forma de construção da unidade da luta em defesa de conquistas sociais da classe trabalhadora.

46 – Indicar que as Seções Sindicais, articuladamente com os servidores de outras entidades nacionais e de outras esferas, organizem encontros estaduais e/ou regionais para subsidiar a participação no II Encontro Nacional.

47 – Envidar esforços no sentido de divulgar a avaliação do Sindicato contrária à regulamentação do direito de greve.

48 – Articular, no interior das Coordenações Estaduais dos SPF, a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve e trabalhar junto aos parlamentares nos estados nesse sentido.

RECOMENDAÇÕES:

O 45º CONAD recomenda às Seções Sindicais que:

1 – avaliem, a partir de consulta às assessorias jurídicas, a possibilidade de apresentar denúncia ao Ministério Público contra a ausência de transparência por parte das fundações ligadas as IES públicas, no que se refere à administração dos recursos financeiros;

2 – atuem, em conjunto com as entidades estudantis e de técnicos-administrativos, na realização de ações contra a cobrança de taxas nas IES públicas.

3 – realizem, no primeiro semestre de 2003, um seminário nacional sobre precarização do trabalho docente nas IES.

O 45º CONAD recomenda ao ANDES-SN que:

1 – por intermédio do GT Seguridade Social, desenvolva um estudo qualitativo, de abrangência nacional, que possa ser realizado pelas próprias Seções Sindicais, com o objetivo de traçar um completo perfil das questões que relacione o trabalho do docente com suas condições de saúde;

2 - discuta propostas concretas de as Seções Sindicais do ANDES-SN evitarem a mediação de convênios que implementem planos de saúde privados, reforçando a defesa do SUS, na direção de universalizar uma assistência à saúde pública e de qualidade.

ANEXO

AO CADERNO *DE* *TEXTOS*

22º CONGRESSO DO ANDES- *Sindicato Nacional*

Teresina - PI, 8 a 13 de março de 2003.

**SINDICATO
ANDES
NACIONAL**

**Sindicato Nacional dos Docentes
das Instituições de Ensino Superior**

SCS – Setor Comercial Sul, Q. 2, Bloco C, Ed. Cedro II, 3º andar
Brasília - DF

Fone: (61) 322-7561

Fax: (061) 224-9716

Gestão 2002/2004

Presidente: Luiz Carlos Gonçalves Lucas

Secretária Geral: Celi Zulke Taffarel

1º Tesoureiro: José Vítório Zago

Diretor responsável por Imprensa e Divulgação: Antônio José Vale da Costa

Revisora responsável pelos textos da Diretoria: Maria Margarida Pinto Coelho

Secretária: Maria de Fátima Alves da Silva

home page: <http://www.andes.org.br>

E-mail: secretaria@andes.org.br

SUMÁRIO

ERRATA AO CADERNO DE TEXTOS	
Texto 40 - Proposta de Mudança do Regimento do Congresso - Contribuição do prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC.- Sindicalizado da APUFSC-S.Sind	
MOVIMENTO DOCENTE E CONJUNTURA	
Texto 41 – Expectativa - Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria – sindicalizados da ADURN S.Sind.	
Texto 42 – Que fazer? A conjuntura e as nossas tarefas - Contribuição do Prof. Edmundo Fernandes Dias – Sindicalizado da ADUNICAMP	
TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
Texto 43 – Dívida externa: ônus eterno – Contribuição da assembléia da APUFSC S.Sind.	
Texto 44 – A questão salarial dos docentes das IFES - <i>Contribuição Diretoria da APUBH - Departamento de Financiamento da Universidade e Salários da APUBH</i>	
Texto 45 – Proposta de eixo de luta para as IFES - <i>Contribuição do prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC.- Sindicalizado da APUFSC-S.Sind</i>	
Texto 46 – Por uma universidade sempre pública, gratuita e socialmente referenciada - <i>Contribuição do prof. Luiz Guilherme Meira de Souza – Sindicalizado da ADURN S.Sind.</i>	
Texto 47 – Reforma da Previdência: um caminho alternativo para o emprego público - <i>Contribuição Prof. Marsílio de Alencar Sá Leitão - Sindicalizado da ADUFEPE-S.Sind</i>	
Tema II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
Texto 48 – Sobre o recurso apresentado pelo prof. Dalton Melo Macambira - <i>Diretoria do ANDES-SN</i>	
Texto 49 – Eleição de delegados para Congressos - <i>Contribuição do prof. Rubens Weyne - sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.</i>	
Texto 50 – Proposta de questão organizativa - <i>Contribuição do prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC.- Sindicalizado da APUFSC-S.Sind</i>	
Texto 51 – A memória da luta como instrumento para qualificar as deliberações do sindicato - <i>Contribuição do Prof. Fernando Molinos Pires Filho – Sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.</i>	
Texto 52 – Nova fórmula de cálculo do rateio de Congressos e CONADs - <i>Contribuição do prof. Rubens Weyne - sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.</i>	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
Texto 53 – Atualização e revisão da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira – Diretoria do ANDES-SN	
Texto 54 – Política Educacional pós FME e FSM - <i>Contribuição da profª Maria da Graça Bollmann - Sindicalizada da APUFSCS. Sind.</i>	
Texto 55 – Reserva de Vagas: qual solução? - <i>Contribuição dos professores: Dileno Dustan Lucas de Souza, Maria das Graça Floresta, sindicalizados da ASPUV.S.Sind.</i>	
Texto 56 – Educação Pública de Qualidade - <i>Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria – Sindicalizados da ADURN S.Sind.</i>	
Texto 57 – Repasses mínimos para as universidades e autonomia universitária – <i>Contribuição da ADUSP S.Sind.</i>	
Texto 58 – Globalizando a reconstrução da seguridade social em um novo mundo -	

Contribuição do Prof. Fernando Molinos Pires Filho – Sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.	
Texto 59 – Promover saúde: entre o pragmatismo tecnicista e a opção por um novo projeto societário - Contribuição do Prof. Fernando Molinos Pires Filho – Sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.	
Texto 60 – Seguridade Social - Contribuição Carlos Schmidt- Sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.	
Texto 61 – Proposta de Política Social: Seguridade Social - Contribuição do prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC.- Sindicalizado da APUFSC-S.Sind	
Texto 62 – Déficit da Previdência Social: uma história mal contada - Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria	
Texto 63 – A equiparação da remuneração salarial como forma de justiça - Contribuição dos professores Raimundo Nonato Nunes e Francisco Wellington Duarte – sindicalizados da ADURN S.Sind.	
Texto 64 – Avaliação produtivista: a lógica do governo que precisa ser desmontada – Contribuição da Assembléia Geral da APES-S.Sind.	
Texto 65 – Acobertamento da Lei de Inovação Tecnológica - Contribuição do professor Félix Pedro Q. Gomes - Sindicalizado da APUFSC-S.SIND	
Texto 66 – Informação e Tecnologia - Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria – Sindicalizados da ADURN S.Sind	
Texto 67 – Sementes, Patrimônio da Humanidade – Contribuição dos professores Luiz Carlos Pinheiro Machado e Clarilton Ribas – Sindicalizados da APUFSC S.Sind.	
Texto 68 - Etnia, Gênero e Classe são questões imbricadas – Contribuição da Assembléia da APUFSC S.Sind.	

Os Textos de Resolução receberam a mesma numeração que os Textos de Apoio correspondentes. No caso de Texto de Apoio sem Resolução, seu número foi preservado como referência, para o caso de necessidade de elaboração de uma proposta de Resolução durante o evento.

SUMÁRIO

TR 40 - Proposta de Mudança do Regimento do Congresso	
TEMA I – POLÍTICAS SETORIAIS: PLANO DE LUTAS DOS SETORES E EIXOS.	
TR 43 – Dívida externa: ônus eterno.	
TR 44 – A questão salarial dos docentes das IFES	
TR 45 – Proposta de eixo de luta para as IFES	
TR 46 – Por uma universidade sempre pública, gratuita e socialmente referenciada	
TR 47 – Reforma da Previdência: um caminho alternativo para o emprego público	
Tema II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS	
TR 48 – Sobre o recurso apresentado pelo prof. Dalton Melo Macambira	
TR 49 – Eleição de delegados para Congressos	
TR 50 – Proposta de questão organizativa	
TR 51 – A memória da luta como instrumento para qualificar as deliberações do sindicato	
TR 52 – Nova fórmula de cálculo do rateio de Congressos e CONADs	
Tema III – POLÍTICAS SOCIAIS: EDUCACIONAL, FINANCIAMENTO, CARREIRA DOCENTE, SINDICAL, CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO, AGRÁRIA, SEGURIDADE SOCIAL, RELAÇÕES INTERNACIONAIS E ETNIA, GÊNERO E CLASSE	
TR 53 – Atualização e revisão da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira	
TR 54 – Política Educacional pós FME e FSM	
TR 55 – Reserva de Vagas: qual solução?	
TR 56 – Educação Pública de Qualidade	
TR 57 – Repasses mínimos para as universidades e autonomia universitária	
TR 58 – Globalizando a reconstrução da seguridade social em um novo mundo.	
TR 59 – Promover saúde: entre o pragmatismo tecnicista e a opção por um novo projeto societário	
TR 60 – Seguridade Social	
TR 61 – Proposta de Política Social: Seguridade Social	
TR 62 – Déficit da Previdência Social: uma história mal contada	
TR 64 – Avaliação produtivista: a lógica do governo que precisa ser desmontada	
TR 65 – Acobertamento da Lei de Inovação Tecnológica	
TR 66 – Informação e Tecnologia	
TR 67 – Sementes, Patrimônio da Humanidade	
TR 68 - Etnia, Gênero e Classe são questões imbricadas	



Diretoria do ANDES-SN

ALTERAÇÃO ESTATUTÁRIA

Página 73 –

Substituir: (Estatuto – Atualizado e Consolidado até o XXII CONGRESSO – Teresina – PI, de 8 a 13 de março de 2003)

Por: (Estatuto – Atualizado e Consolidado até o 21º CONGRESSO – Rio Grande - RS, de 21 de fevereiro a 1º de março de 2002)

PROPOSTA DE MUDANÇA DO REGIMENTO DO CONGRESSO

TEXTO 40

Contribuição do prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC.- Sindicalizado da APUFSC-S.Sind

PROPOSTA DE MUDANÇA DO REGIMENTO DO CONGRESSO (PARA CONHECIMENTO ANTECIPADO DOS DELEGADOS)

TEXTO APOIO

a) A proposta de cronograma do Caderno de Textos tem excesso de sessões, deixando apenas um período livre para descanso dos congressistas. Isto é muito cansativo e até um pouco desumano. É mais eficiente ter numero menor de sessões, conforme a proposta abaixo, com sessões mais longas de forma a concentrar a discussão. Passando de 3 para 4 horas a duração de varia sessões, **é possível até aumentar tanto as horas de discussão quanto o numero de noites livres.**

b) O item II ocupa apenas 20 paginas do Caderno de Textos e Questões Organizativas e Financeiras. Já o Tema III ocupa 60 paginas e abrange Política Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social (num ano de reforma da previdência), Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe (num ano de adoção de cotas para negros em Universidades). Proponho, numa primeira alternativa, que **o Tema II passe a ter somente um Grupo Misto e uma Plenária e que o Tema III passe a ter três Grupos Mistos e duas sessões Plenárias, de forma a poder dar conta do grande número de tópicos (alguns deles muito polêmicos) em debate.**

Com base em (a) e (b) proponho o Cronograma abaixo, com a mudança correspondente nos artigos do regimento.

TR - 40

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 22º CONGRESSO

8/3 Sábado	9/3 Domingo	10/3 2ª feira	11/3 3ª feira	12/3 4ª feira	13/3 5ª feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária Inicial Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 13h	Grupos Mistos Tema III 9h às 13h	Plenária do Tema I 9h às 13h	Plenária do Tema III 9h às 13h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema III 15h às 19h	Grupos Mistos Tema III 15h às 19h	Plenária do Tema II 15h às 19h	Plenária do Tema III 15h às 19h
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 20h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Livre	Livre	Plenária de Encerramento 20h às 22h

Temário:

Movimento Docente e Conjuntura

Tema I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos.

Tema II - Questões Organizativas e Financeiras

Tema III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe

Art. 23 – A duração dos Grupos Mistos dos Temas I, II e III será 6(seis) horas, 4(quatro) horas e 12(doze) horas, respectivamente, conforme cronograma do 22º Congresso.

Mesmo parágrafo único

Art. 30 –

d) Plenária do Tema I – 4(quatro) horas, em um período, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora;

e) Plenária do Tema II– 4(quatro) horas, em um período, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora;

f) Plenária do Tema III – 8(quatro) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora no total;

No caso dos congressistas não aceitarem uma mudança muito drástica na forma de distribuição de sessões de grupo e plenárias, sugiro uma proposta de transferência de um grupo misto e uma plenária do Grupo II para o Grupo III, conforme cronograma abaixo.

PROPOSTA DE CRONOGRAMA E PAUTA DO 22º CONGRESSO

8/3 Sábado	9/3 Domingo	10/3 2ª feira	11/3 3ª feira	12/3 4ª feira	13/3 5ª feira
Credenciamento 9h às 12h	Plenária Inicial Apresentação e Debate das Teses de Conjuntura 9h às 13h	Grupos Mistos Tema II 9h às 12h	Grupos Mistos Tema III 9h às 12h	Plenária do Tema I 9h às 12h	Plenária do Tema III 9h às 12h
Credenciamento 14h às 20h	Grupos Mistos Tema I 15h às 18h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Grupos Mistos Tema III 14h às 17h	Plenária do Tema II 14h às 17h	Plenária do Tema III 15h às 18h
Plenária de Abertura 19h Plenária de Instalação 20h	Grupos Mistos Tema I 19h às 22h	Livre	Plenária do Tema I 19h às 22h	Plenária do Tema III 19h às 22h	Plenária de Encerramento 19h às 22h

Temário:

Movimento Docente e Conjuntura

Tema I – Políticas Setoriais: Plano de Lutas dos Setores e Eixos.

Tema II - Questões Organizativas e Financeiras

Tema III – Políticas Sociais: Educacional, Financiamento, Carreira Docente, Sindical, Ciência e Tecnologia, Comunicação, Agrária, Seguridade Social, Relações Internacionais e Etnia, Gênero e Classe.

Art. 23 – A duração dos Grupos Mistos dos Temas I, II e III será 6(seis) horas, 3(quatro) horas e 9 (nove) horas, respectivamente, conforme cronograma do 22º Congresso.

Mesmo parágrafo único

Art. 30 – substituir apenas itens (e) e (f)

e) Plenária do Tema II– 3(três) horas, em um período, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora;

f) Plenária do Tema III – 9(nove) horas, em dois períodos, com possibilidade de prorrogação por mais uma hora no total;

TEXTO 41

Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria – sindicalizados da ADURN S.Sind.

EXPECTATIVA

"Então é honesto, a cada crise deixar morrer de fome os trabalhadores para salvar os dividendos dos acionistas ?"

Émile Zola.

TEXTO APOIO

Expectativa. Esta é a palavra, e não poderia ser outra, que melhor define o clima em que a sociedade brasileira se encontra nesse começo do governo Lula. Do MST à UDR, dos trabalhadores aos empresários, dos desempregados, dos miseráveis aos investidores, aos especuladores, cada segmento de acordo com sua ótica.

Após uma eleição histórica o povo brasileiro, num claro recado, demonstra sua aversão ao sistema neoliberal depositando sua confiança naquele candidato que prometia a mudança deste sistema, fato que produziu um enorme interesse tanto interna quanto externamente. Entretanto, o governo na sua formação : compoendo um ministério que em linhas gerais mantém a política econômica, por um lado, e revelando preocupações sociais por outro, demonstra incoerência. Por exemplo, nomeia para o banco central uma pessoa oriunda de um mega banco internacional.

A manutenção da política econômica e o cumprimento dos acordos deixados por FHC são, ao nosso ver, incompatíveis com qualquer possibilidade do atual governo realizar políticas sociais públicas efetivas, frente a um orçamento em que 93% da receita líquida estão comprometidas com serviços das dívidas, restando apenas 7% para investimentos.

Diante deste quadro a pergunta que se coloca aos movimentos sociais é que atitudes devem ser tomadas em relação a um governo que nós mesmos ajudamos a eleger. O enfrentamento deve acontecer de forma integrada, responsável e equilibrada. Nem governo nem oposição partidária. O lema é defender os princípios dos movimentos sociais. Não devemos apostar no fracasso. Porque o fracasso, respinga na imagem do movimento sindical e de todos aqueles que lutaram por mudanças.

A nação brasileira só terá forças para realizar o seu potencial e as mudanças necessárias para assegurar serviços públicos de qualidade, promovendo as reformas prioritárias, se os movimentos sociais, enquanto atores políticos, atuarem de forma coesa, de modo a levar o governo a uma situação de confronto com o sistema financeiro internacional, no sentido de provocar uma renegociação da dívida.

Cabe aos movimentos sociais, provocar o debate com setores do governo buscando uma reflexão dos mesmos, no sentido de redirecionar a sua política externa buscando articular com outros países formas mais justas de acordos comerciais, tendo como pressuposto a preservação dos princípios de soberanias nacionais, rejeitando qualquer proposta de caráter unilateral, como por exemplo, a ALCA.

A nós, trabalhadores do serviço público e filiados a um sindicato - o ANDES-SN - que, além de lutar tenazmente em defesa dos direitos dos seus sindicalizados, tem historicamente defendido a Escola Pública e em especial a Universidade Pública por entender que este é um setor fundamental para que a cidadania plena e a soberania possam ser alcançadas, cabe uma responsabilidade muito grande.

Por sermos co-participantes da luta pela Democratização, pelas Diretas Já, do fora Collor e de tantas outras nos últimos vinte anos e que redundaram na eleição de um governo Petista, temos o dever inarredável de estarmos em constante vigilância, atentos aos rumos que o governo delibere seguir na política social ou econômica, para que, através da crítica, ácidas se necessário, do debate democrático e da mobilização permanente, mantê-lo fiel aos compromissos assumidos com a sociedade e com os trabalhadores.

Neste contexto, as preocupações com as posições assumidas nestes primeiros quarentas dias pelo governo Lula nos levam a ficarmos vigilantes e mobilizados. Ainda antes da posse, o governo colocava como reformas prioritárias a trabalhista, a sindical, a tributária e a da previdência. Ao colocar a necessidade de redirecionar o uso do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) e a suspensão da

obrigatoriedade do imposto sindical o governo, frente à grande reação de algumas centrais sindicais, recuou, e as reformas trabalhista e sindical - uma não deve ocorrer sem a outra - foram logo esquecidas. A tributária, fortemente usada como sinal de mudança pelo então candidato Lula, por mexer com altos interesses, aparentemente continuará adormecida em berço esplendido.

Sobrou então a da previdência, onde bilhões de dólares estão em jogo e portanto, a favorita do FMI e do Mercado. Colocada pela mídia como a salvação da pátria, esta vem sendo tratada apenas pelo aspecto financeiro, sem levar em consideração o lado social, o mais importante. E aqui o servidor público (só do executivo, pois a se acreditar na imprensa, os do legislativo, do judiciário e os militares não serão atingidos) é o grande culpado do "déficit" com suas "aposentadorias de marajás". Uma previdência saneada com aposentadorias dignas e regidas por uma regra única para todos os trabalhadores e garantidas pelo Estado é uma bandeira do nosso sindicato e temos que estar prontos para intervir toda vez que se fizer necessário.

Não se houve falar de uma política de Ciência e Tecnologia, de uma política Universitária, de decisões para a retomada do crescimento, de uma política salarial para os funcionários públicos ou de reforma agrária, a não ser de algumas medidas bastante tímidas e pontuais.

Talvez o governo precise de mais tempo para mostrar a que veio, mas é extremamente preocupante as decisões do governo na área econômica, quando ao contrário do que o próprio Lula afirmava antes de assumir "no meu primeiro dia de governo vou mudar a política econômica" vemos não só uma continuidade, mas um aprofundamento da política de FHC, com aumento dos juros, com a meta de superávit primário passando de 3,75% para 4,25% do PIB, com cortes de 14 bilhões no já minguado orçamento, inclusive nas áreas sociais e com a equipe econômica anunciando um reajuste do salário mínimo inferior ao previsto e garantido na lei orçamentária aprovada.

Mas, por acreditarmos no Lula quando ele afirma que "não tenho o direito de errar" e por termos a convicção de que a melhor forma dos movimentos sociais atuarem na construção de uma sociedade socialista é se mantendo autônomos, independentes, mobilizados e exercendo plenamente o direito de crítica, uma crítica responsável e de conteúdo, é que afirmamos: A LUTA CONTINUA, agora com mais alegria e esperança.

TEXTO 42

Contribuição do Prof. Edmundo Fernandes Dias – Sindicalizado da ADUNICAMP

QUE FAZER? A CONJUNTURA E AS NOSSAS TAREFAS

Observação preliminar

Este documento padecerá de algumas dificuldades. Normalmente, começaríamos com a análise da conjuntura internacional para termos o quadro geral onde se movem os sujeitos na ação concreta seja na América Latina, seja no Brasil. Dado que o momento brasileiro atual apresenta um sem número de "novas" facetas nos limitaremos, desde logo, a trabalhar duas grandes questões: a da natureza do governo e o modo pelo qual ele implementa suas políticas sociais, destacando-se a reforma da previdência. Isto nos permitirá perceber o grau da novidade (ou não) da conjuntura e entender os passos que o movimento sindical deve realizar.

Mudança ou Transformação?

Lewis Carrol, ao escrever as aventuras de Alice, estava longe de imaginar o quanto a política de um país, como o nosso, poderia copiar o seu texto. Alice e *Humpty Dumpty* – o ovo que se equilibrava no muro – travam um ilustrativo debate. Alice objeta o sentido de uma palavra, ao que *Humpty Dumpty* responde: "quando uso uma palavra ela significa exatamente aquilo que eu quero que ela signifique... nem mais nem menos". Alice não se conforma e, segura de sua lógica, retruca: "a questão é saber se o senhor *pode* fazer as palavras dizerem coisas diferentes". *Humpty* imperialmente sentencia: "a questão é saber quem é que manda. É só isso". Sob a aparência do paradoxo, esse curto diálogo fala do poder das palavras e das palavras do poder, vale dizer, das concepções de mundo, dos projetos políticos, enfim, da materialidade da vida social.

As ideologias (e as palavras que as expressam e viabilizam) nunca são ingênuas. Delas decorrem, entre outras, as formas de realização da dominação. É óbvio que quando alguém usa as palavras de um discurso e realiza os seus enunciados está, de fato, ainda que afirme estar realizando o seu oposto, implementando uma dada visão de mundo e os projetos políticos dela decorrentes, mesmo que não o saiba e mesmo que estes sejam os do seu adversário.

A Carta de Belém, sabiamente, proclamou: "é preciso dar à palavra mudança o significado da transformação social". Apesar de tantos *aggiornamenti* de posições, de rupturas (os mais otimistas

afirmarão que são apenas táticas) em relação ao programa histórico da oposição, alguns militantes vêm manifestando publicamente a crença de que, com o resultado do processo eleitoral, teremos a possibilidade de realizar as transformações necessárias à nossa sociedade e que, por isso, devemos... dar um tempo!. Afinal, o novo governo tem pouco mais de um mês e não dá para dizer que tudo já está escrito: nem que as medidas recentes são a sua tônica nem que, seguramente, as mudanças não virão.

O novo discurso é o da adequação, tática (dizem) aos problemas colocados pela situação internacional. As propostas históricas da militância cedem terreno aos especialistas. A razão técnica reduz a política à retórica trazendo assim para uma racionalidade aparentemente desprovida de projetos. Em tempos de discurso único e de pseudo-inexorabilidades, a história aparece como natureza. Rupturas são anticientíficas e mesmo subversivas, como afirma Norberto Bobbio (Cf. *O futuro da democracia. Uma defesa das regras do jogo*). Quando falarmos do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (daqui para frente citado como Conselho do Pacto), examinaremos o alcance desta tese.

Quando alguém se elege em nome das esperanças de mutação de práticas e discursos e acaba por implementar a racionalidade que anteriormente negava, realiza o chamado transformismo. Imortalizado no célebre romance *Il Gatopardo*, de Tomaso di Lampedusa. Esse procedimento, central na política burguesa, expressa a necessidade de obter a legitimidade das massas e atender às necessidades reais do capital. *É preciso que tudo mude para que tudo permaneça*: eis a sua síntese. As contorções ideológicas, os usos metafóricos de palavras e gestos, não conseguem, apesar da repetição e do “talento” desses atores, negar a natureza desses atos. Lembremos a diferença entre atores e sujeitos. Os primeiros, por mais talentosos que sejam, realizam um papel, vivem as falas e os gestos determinados pelo autor que é sempre um outro, externo. Os sujeitos, pelo contrário, determinam suas falas, não representam³. Os atores não falam de embates de projetos, vivem “*ocho cuartos de lo mismo*”.

Disso se trata neste documento. No Brasil, todos, absolutamente todos – dos mais reacionários aos chamados democratas – são mudancistas, a favor das reformas. Ninguém se afirma um reacionário conseqüente. E este é um dos X da questão: mudanças, reformas, claro. Mas, qual reforma? Qual mudança? Para quê e para quem?

A tese defendida por nós em Belém continua mais atual que nunca: “A construção de um projeto nacional é hoje uma necessidade crucial. Mas, podemos fazer tal construção se perdermos nossa identidade? Penso que quando adotamos uma determinada linguagem estamos incorporando a visão política que ela traz embutida. Exemplo: nosso problema é a governabilidade? Ou é a reconstrução da sociedade? Será que acreditamos mesmo que isso seja um mero jogo de palavras de radicais? Ou será que não aprendemos com a história da humanidade que nenhuma classe dominante se suicida ou abdica do seu poder real? Quando Delfim Neto elogia o programa de um partido do campo dos trabalhadores ele o faz em nome do seu projeto e não do nosso. Ou será que passamos a acreditar que a história terminou, de que não existem mais conflitos de classe, mas, apenas de classificação, como dizem os regulacionistas (patrocinadores do programa que levou Jospin à derrota)?”

A conjuntura pós-eleitoral

Muitos companheiros, quando do 45º CONAD, viviam um misto de euforia e segurança sobre o futuro que nos esperava. Críticos de governos anteriores, eles supunham que com a vitória de Lula, o horizonte se mudaria com uma relativa rapidez. Ninguém, é obvio, falava de milagres ou os esperava. Mas a tranqüilidade era uma constante, quase como se o futuro já estivesse traçado. Os que não compartilhavam desse clima eram vistos como incapazes de perceber que mudara a realidade. Chegou-se mesmo a dizer que não poderíamos nos contrapor ao governo “democrático-popular”. Apesar disso, o sindicato, sábia, coletiva e democraticamente, manteve sua posição histórica de autonomia.

Vivíamos e vivemos uma conjuntura marcada por uma perspectiva de realização de projetos pelos quais lutamos desde a implementação da ditadura e, para alguns, mesmo desde antes. O século vinte parecia ser o século da derrota total. Pelo menos isso era dito e repetido por muitos e massificado pela mídia e pelos poderes. A década de 80 estimulava, de maneira vívida, nossa imaginação fortemente combalida pelo terror do AI-5. Muitos afirmávamos que a cada nova tentativa eleitoral o programa da oposição, com as exceções de praxe, ficava mais e mais diluído. A crise das organizações democráticas parecia não ter fim. Os dominantes – da direita clássica ao tucanato - quiseram nos fazer crer que a história terminara. No justo momento em que o tucanato imaginava emplacar os seus “vinte anos gloriosos”, refundando, a seu modo, o capitalismo, não contavam que a

³ Karl Marx – *O 18 Brumário*: “Os homens fazem a história (...) em condições dadas”, isto é, em conjunturas históricas determinadas. Fazem, insistimos, não a sofrem pura e simplesmente.

população fizesse ainda um renovado e decisivo esforço para afirmar-se e que uma imensa massa de vontades, díspares, contraditórias, resolveu dar um paradeiro ao pesadelo.

Os dominantes reagiram. O *golpe da transição* foi fantástico. A pretexto de uma passagem civilizada no comando da nação, a transição teve o efeito de neutralizar as críticas ao governo anterior. Os tucanos, confiantes na ausência de crítica, reagiram fortemente às poucas e parcimoniosas críticas que foram feitas então. Perdeu-se, assim, a possibilidade efetiva de apresentar um primeiro balanço da situação real que o novo governo encontrou.

Sob a égide da palavra de ordem “A esperança venceu o medo” uma maré vermelha tomou as ruas e as praças. Nunca se vira coisa igual. Manifestações como essa, talvez, só no clima da conquista da Copa do Mundo. O desafio agora era outro: o de governar este país. Cada um parecia ser um governante. A posse foi apoteótica. Os trabalhadores romperam o protocolo e, simbolicamente, tomaram posse também.

A questão agora premente é a de entender a natureza do governo. Veio a composição do ministério e logo depois, as primeiras medidas. O segredo da esfinge se revelou. O ministério contemplou posições políticas muito diversificadas. A agricultura e o desenvolvimento diretamente sob o controle dos empresários. A Fazenda reafirmou e radicalizou o acordo com o FMI. O Banco Central, ao qual o novo governo pretende conceder autonomia, era entregue a um ex-dirigente máximo do *Bank of Boston*, segundo maior banco credor do Brasil e deputado eleito pelo PSDB. Sobre ele, os conhecedores da área financeira dizem que, comparado a Armínio Fraga, se trata de personagem menor. O projeto de autonomia do Banco Central, que o governo das mudanças colocou no seu programa, concederá a essa instituição poderes decisivos na determinação das nossas políticas macroeconômicas. Livre, é bom que se diga, de toda e qualquer pressão política das classes trabalhadoras. Sobre isso Chico de Oliveira na sua aula “Em busca do consenso perdido” (*Folha de São Paulo*, 19 de fevereiro de 2003, p. A-6) expressa, com toda a clareza, os limites sociais da proposta. Para ele a autonomia é “a anulação da política” e mais adiante: “elege-se o presidente para não governar”. O governo Lula se autolimita em um dos locais essenciais, não apenas para a vitória ou derrota do seu projeto mas, mais do que isso, vitais para a população brasileira. O “mercado” ficou bem contemplado. Em grande medida, o segundo time, desse e de outros ministérios mantêm boa parte da equipe de Cardoso.

Embora muitos militantes proclamem alto e bom som “somos governo”, o clima generalizado de euforia não é vivido por todos. Aos militantes cabe, e caberá sempre, a responsabilidade maior de não se deixar cegar pelos êxitos reais ou aparentes. Uma vitória eleitoral não apaga a história nem elimina as próprias diferenças existentes no núcleo duro dos vencedores. E isto está cada vez mais claro com os “enquadramentos”, as “punições” aos “radicais” do próprio partido vencedor. Um partido democrático que não pode conviver com a diferença, sequer é formalmente digno desse nome.

Já no CONAD afirmamos nossa certeza de que uma eleição, por mais legítima que tenha sido a vitória e por maior que tenha sido o número de votos, mudasse o cenário político de forma considerável. Obviamente, as alianças feitas para ganhar a eleição tinham um preço que, já desde a posse e antes mesmo dela, começou a ser cobrado. E isso vem gerando, como não poderia deixar de ser, uma clara inflexão no programa governamental. O postergar para um futuro incerto, dos nossos programas históricos enquanto oposição, sob a capa de garantir a sua governabilidade, a afirmação de que “agora isso não é possível” não é apenas um adiamento, mas, um afastamento. O discurso ambíguo do ritmo governamental é claro. Se, por um lado, temos que ir com calma “porque não podemos errar”, por outro, quando se fala da contra-reforma da previdência, ele é exigido *hic et nunc*, aqui e agora, porque, senão, as futuras gerações não terão como se aposentar. Esse terrorismo simbólico ganha sua real dimensão quando se sabe que a Itália gastou mais de cinco anos e a França mais de oito para fazer “reforma” similar. Aqui se chegou a falar em noventa... dias. Fala-se agora em prazo até menor pelas conseqüências que a intervenção americana trará para a economia mundial. O PFL, travestido de oposição, se dá ao luxo ideológico de exigir pressa na apresentação das propostas. E dando uma grande mostra de “sensibilidade política” João Vaccari Neto, do Sindicato dos Bancários afirmou, segundo *O Estado de São Paulo*, de 22 de fevereiro: “Até o dia 10 de abril dá para fazer uma revolução. Se tiver vontade política faz-se muito em pouco tempo”. Diagnóstico que, no mínimo, subestima a capacidade de resistência dos trabalhadores. E dá mostras claras de perda de autonomia desse dirigente sindical.

Consolidada a nova situação de expressão da continuidade, o futuro terá, no mínimo, que ser parido com sacrifícios mais imensos que muitos possam pensar. Destruídos os serviços públicos, enfraquecidos os organismos de representação e defesa da sociedade como será possível, mais tarde, construir uma sociedade solidária, sem exploradores, sem explorados? Só colhemos o que plantamos. Na citada aula Chico de Oliveira é enfático: “está em gestação uma sociedade de

controle que escapa aos rótulos simples do neoliberalismo e do totalitarismo” E mais: uma sociedade onde “as instituições democráticas e republicanas são o pão escasso do circo amplo para manter as energias cidadãs entretidas enquanto os grupos econômicos decidem o que é relevante”. Caberá à militância dos movimentos sociais lutar por inviabilizar essa tendência. E isso implicará em uma postura autônoma em relação ao estado e de compromisso máximo com a maioria da sociedade.

A passagem dos cargos de ministro foi exemplar: Cristóvão Buarque elogiou o grande ministério de Paulo Renato, Palocci elogiou o competentíssimo Malan e sua política. E as críticas anteriores? Palavras, leva-as o vento. Outro elemento não menos importante foi à questão do Orçamento. A equipe de transição mexeu aqui e ali, mas o fundamental estava organizado pela equipe de FHC. Golpe de mestre. Para evitar perda de arrecadação o novo governo lutou por aquilo que condenou como oposição: a CPMF, a alíquota do imposto de renda, etc. Tudo isso ao preço do foro privilegiado para FHC, logo generalizado para governadores e prefeitos.

O novo governo parte de um patamar claro. A contra-revolução preventiva, eufemisticamente chamada de reforma do Estado moldou um conjunto de relações de poder, redesenhando a vida social, buscando redefinir e dar maior eficácia ao Estado sem, contudo, alterar a sua natureza. O Estado brasileiro não é um país qualquer: ele é central para os destinos do capitalismo. Georges Soros, ao aplaudir a fala de Lula em Davos, comentou que após o desastre da Argentina, o sucesso brasileiro (do ponto de vista do capital, é óbvio) é vital para impedir a falência política do FMI. Ele sabe muito precisamente do que está falando. Tanto Palocci quando Meirelles indicaram que o aumento da taxa de juros nada tinha a ver com a inflação mas destinava-se a reforçar a confiança dos mercados. Por duas vezes sucessivas, o COPOM aumentou a taxa SELIC. Ao preço, obviamente, da miséria crescente da nossa população, da radicalização ainda maior do endividamento interno e da crucial dívida externa. O aumento do superávit primário anunciado por Palocci demonstra a vontade férrea de “honrar os contratos”. Os feitos com o FMI, é claro. Já os contratos com a sociedade...

A resposta à quadratura do círculo é clara. Aquilo que falamos, por mais de uma década, de que era impossível pagar a dívida e(x)terna é ironicamente comprovado por uma empresa americana (a AES, controladora da Eletropaulo) ao declarar recentemente que não poderia pagar o empréstimo (melhor seria dizer, doação) do BNDES da ordem de US\$ 85 milhões e quer dar um calote ainda maior: US\$ 1,1 bilhão. E tem a coragem de afirmar que não pode pagar a dívida porque o preço dos seus “serviços” é cobrado em real mas o contrato que lhe garantiu as benesses é atualizado em dólares, embora tenha feito grossas remessas de lucro para a matriz. Ora, por um lado nos cobram mais e mais via aumento da taxa SELIC, e, por outro, com base em algo que sempre dissemos – a dívida é impagável – praticam o calote. Eles, os capitalistas, podem e praticam; nós, as classes trabalhadoras e as nações endividadas, não, porque se trata de um crime de lesa-capitalismo. Não satisfeitos com a situação, os novos governantes expressam a “necessidade” de aumentar o superávit primário para além do fixado com o FMI. Nenhuma das políticas econômicas foi alterada, pelo contrário, foram reforçadas. Como falar em políticas sociais sob este pano de fundo?

A caracterização do governo

É preciso, inicialmente, dizer que apesar de ser um governo com enorme apoio nas massas trabalhadoras, Lula vem implementando uma política de radical continuidade do programa de FHC. E não dá o menor sinal de reversão do quadro. Muito pelo contrário. Tarso Genro, em recente artigo na Folha de São Paulo formulou com clareza esse projeto: “*moratória da utopia não para esquecê-la mas para regenerá-la*”. Grifos nossos. Pode haver moratória de utopias? O problema está na clara confusão que ele, como ideólogo destacado do atual governo, faz entre socialismo que deve ser regenerado e os chamados regimes do Leste que devem ser esquecidos. Como chegar lá a partir do que vem sendo praticado? Eis a questão.

Agregue-se a isso a forma da política praticada por Lula. Trata-se de uma fala messiânica que leva *necessariamente* à despolitização e à desorganização. Ele realiza, cristalinamente, aquilo que a velha UDN acusava aos “populistas”: fala diretamente às massas passando por cima das organizações. Desqualifica os partidos, os sindicatos, enfim, as organizações das classes trabalhadoras. Típico desse procedimento foi o seu encontro com as centrais quando afirmou que *estava na hora de parar de trabalhar com o carro de som e passar a discutir os interesses da nação*. Nação? Mas qual? A dos eternos governantes ou a das classes trabalhadoras? Ao contrapor nação à classe, Lula reproduz, em outro nível, a discussão, tão cara à burguesia, do combate ao corporativismo: faz dos trabalhadores o reduto deste mal e se transforma, *ipso facto*, em salvador, em porta voz da totalidade social. Desqualifica as centrais e ajuda os capitalistas a combater as organizações sindicais e populares, ao mesmo tempo em que tem em alta consideração as ONGs, aquelas que, segundo ele, trabalham com o coração.

O traço messiânico não apenas desorganiza mas, sobretudo, deseduca, acaba por mitificar a política. As classes trabalhadoras são chamadas para apoiar. A decisão ou fica com os técnicos ou com o Conselho do Pacto Social, cuja composição revela o peso da fina flor dos capitalistas. Recria assim, perversamente, e sem sabê-lo, uma noção de “classes produtivas” que reúne exploradores e explorados irmanados pela idéia de nação. Idéia, no mínimo, tipicamente liberal porque reduz classes à indivíduos atomizados. Este movimento permite que a política passe da arena dos conflitos e dos movimentos para o espaço dos técnicos, terreno privilegiado da dominação burguesa, não obstante as freqüentes contradições nas falas de seus ministros. O Estado, vale dizer, o Presidente, encarna a sabedoria política e os grandes projetos. O economicismo presente nas práticas e nas falas governamentais dificulta enormemente a concretização da chamada socialização da política e a nega como atividade fundamental.

Muitos serão tentados a pensar o governo como bonapartista; não nos somamos à estes. Para que haja bonapartismo faz-se necessário (Cf. *O 18 Brumário*) que as forças em presença tenham um tal equilíbrio que necessitem de um árbitro o que, diga-se de passagem, não encontra sustentação no real. A arbitragem configura não a força do árbitro mas sua relativa debilidade. Afinal, tendo conseguido mais de 50 milhões de votos e gozando de uma legitimidade praticamente incontestável, por que se abandona o programa e se realiza a plataforma que negou?

Graças ao desequilíbrio geral das forças na sociedade o peso eleitoral na composição do Parlamento e dos executivos (seja o nacional, sejam os estaduais), a nova correlação de forças não pode se apresentar como um corte radical. A necessidade de compor uma “base de sustentação” levou a uma sucessão de acordos pelos quais o projeto histórico das esquerdas, da oposição, vem sendo rifado, pura e simplesmente. Daí, o apoio ao fisiologismo peemedebista e o patrocínio da candidatura, para a Secretaria da Mesa Diretora da Câmara, de conhecido “anão do Orçamento” (Geddel Vieira, do PMDB-BA), indicado para cassação e salvo pela intervenção de Luiz Eduardo Magalhães, filho de ACM, articulador mor de FHC. Ao mesmo tempo em que se faz essa “articulação” política fala-se em punições contra os parlamentares petistas que defendem as teses aprovadas no último Congresso do Partido. Que tipo de aliança é essa? Tudo isso é uma opção, nunca uma fatalidade. E as opções acabam por traçar seus limites e não apenas suas possibilidades.

Ganhar a eleição ou avançar o projeto de reconstrução da sociedade e das condições de vida da população? Essa polaridade real não apareceu durante o processo eleitoral em toda a sua dramaticidade. Tudo se passou como se existisse um automatismo tal que, ganhando as eleições, avançaríamos em marcha forçada para a construção do nosso projeto. As ilusões sempre são pagas muito duramente. Essa construção de uma “base de sustentação” no Parlamento tem um outro óbice fundamental. O governo torna-se, na prática, refém dela. E, como no (des)governo FHC, essa base fisiológica (do PL ao PMDB, entre outros) cobrará seu preço. O governo, dependente dela, acabará por pagá-lo em detrimento das propostas de mudança. Liberada do “ônus” de governar de forma direta, a direita tentará implementar seu governo parlamentarmente.

O que dizer àqueles que, por exemplo, combateram a oligarquia Sarney? Que ele é fundamental na transição? Sarney é apenas um dos numerosíssimos adversários dos trabalhadores que hoje “garantem” as... reformas neoliberais da previdência e da estrutura trabalhista e sindical. Não é sem certa ironia que os tucanos falam em síndrome do violinista: “segura com a esquerda e toca com a direita”.

Alianças? O problema reside, fundamentalmente, em como concebê-las e construí-las. Elas poderão ser decisivas no atual momento político ou serem um óbice à transformação social. Alianças se constroem, obviamente, com visões diferentes da nossa ou do nosso partido, como gostam de afirmar os nossos governantes, mas dentro de um campo político determinado. Obviamente que alianças localizadas em cima de “donos de votos” são muito perigosas. O que acrescentam ao projeto “democrático-popular” as alianças com Sarney e outros do mesmo naipe, para além dos votos em sessões parlamentares? Seguramente eles apoiarão as reformas que querem (a da previdência, a trabalhista e a sindical) lembrando que esse era o programa de FHC e dos partidos da sua “base”. Obviamente, na hora em que estiver colocada a proposta de uma reforma tributária que ponha freios na sonegação e tribute, por exemplo, as grandes fortunas, esses mesmos aliados terão “razões de consciência” (leia-se: interesses materiais) antagônicos àquela reforma pois esta, para ser efetiva e real, limitaria a liberdade do mercado.

Jogar todas as cartas na institucionalidade sem mobilização popular é aceitar travar um embate entre David e Golias, em que este último tenha, a priori, na prática, quase todas as condições de êxito. Com essas alianças, contraditórias com o programa histórico e mesmo entre si, o governo acaba por abrir mão daquele programa. Por que e para quê? Para ter a confiança do mercado e realizarmos o programa desse mesmo mercado, leia-se, do capitalismo? Os aplausos de Davos são sintomáticos.

Os organismos financeiros internacionais já compreenderam que a questão da miséria é grave e, por isso mesmo, deve ser enfrentado com políticas... focalistas, assistencialistas. Mas nada que altere a ordem capitalista na sua essência.

A sofreguidão pelas reformas, sem o menor debate público, veio confessada na proposta do deputado João Paulo, presidente da Câmara, de modificações no regimento. Não comentaremos a obviedade – aproveitada politicamente pela direita parlamentar – de alteração das regras do jogo para tratorar o debate e aprovar as famosas reformas. Mais relevante e sintomática foi a proposta da redução do número de sessões para as... audiências públicas! O espaço, democraticamente obtido pela sociedade para debater as grandes questões antes que elas fossem à votação, era assim alegremente abandonado para gozo dos antigos governantes e sua base parlamentar. Cidadania? Ora, a cidadania!

Mas é bom não exagerar. O Secretário de Segurança Alimentar e Combate à Fome, José Graziano afirmou, em debate na FIESP, que: “Temos que criar emprego lá, temos que gerar oportunidades de educação lá, temos que gerar cidadania lá. Porque, se eles continuarem vindo pra cá, nós vamos ter de continuar andando de carro blindado”. As justificativas posteriores não resolveram o problema. O ato falho, de uma violência simbólica terrível, mostra uma concepção de como se enfrentam os problemas sociais. Mesmo para os defensores da cidadania do consumidor é de uma brutalidade exemplar: revela não apenas o caráter instrumental dessa cidadania mas, acima de tudo, o caráter de desconfiança e medo em relação aos migrantes pobres. Sintomático, principalmente vindo do Ministro da Fome do governo democrático e popular. Chico de Oliveira em sua já citada aula advertiu “somos uma nação e não um aglomerado de consumidores” (*Folha de São Paulo*, 19 de fevereiro de 2003, p. A-6).

A riqueza de questões do período é tal que nos obriga a analisar preferencialmente algumas delas. Contudo, mesmo sem aprofundar o debate sobre a ALCA, sobre a Base de Alcântara, não podemos passar em marcha batida, ignorando-os. O plebiscito oficial proposto a partir da manifestação de quase dez milhões de brasileiros sobre a ALCA e a Base de Alcântara é recusado pelo governo por colocar em risco as políticas macroeconômicas pactuadas com os organismos internacionais. Também não é defensável, por quem fala em soberania nacional, a aceitação da criação de um enclave colonial-militar em Alcântara.

O que se coloca hoje é a necessidade imperativa de manter as lutas e mobilizações, de se perceber que todo e qualquer processo só pode ser obra coletiva de militantes de diversas orientações unificados em torno de um projeto de transformação social e não de uma vitória eleitoral. Aqui fica claro o verbo, o discurso de Genro. Moratória da utopia. Obviamente, o governo não abandonará, pelo menos no discurso, a utopia. Mas deve regenerá-la, ou seja, adequá-la aos seus projetos atuais. Uma utopia regenerada é um outro projeto. As palavras podem ser as mesmas, as práticas não. Daí a sensação de que existe uma “esquizofrenia” nas ações governamentais. Mas, lembrava o velho Marx, o segredo da sagrada família estava na prática terrestre. Os programas “sociais” de FHC serão mantidos, recauchutados. O Programa Fome Zero, excelente como agitação e propaganda, não parece encaminhar a resolução dos problemas reais e pode ficar, inclusive, abaixo dos valores pagos pelo assistencialismo tucano. E nem mesmo este escapou dos cortes draconianos que visam o superávit primário. Pior: chegou-se a falar (*Folha de São Paulo*, 3 de fevereiro de 2003) em aumentar a Bolsa-Escola em detrimento de um aumento maior do salário mínimo. Isso porque esse programa não tocava na questão da previdência. É preciso dizer mais?

Exemplo típico dos limites autoconsentidos pelo governo atual já se desenhavam na campanha eleitoral. O coordenador da campanha advertia já naquela época: “Estamos comprometidos com a meta do superávit que for necessária para garantir a estabilização da relação dívida pública/PIB” (*Folha*, 18-10-2002). Com a simples especulação do dólar, a dívida pública teria passado, naquele período de poucas semanas, de 58% para algo próximo a 66%. Lembremos que segundo Mercadante (*idem*), a economia da ordem de R\$ 49 bi é duas vezes o orçamento da Saúde e três vezes o da Educação. Apesar das brutais consequências que isso traz, o governo ampliou, voluntariamente, ainda mais esse superávit. Vale dizer: cortaram ainda mais fundo nas políticas sociais.

A busca de legitimidade coloca um novo e decisivo problema. A proposta claramente colocada de um “laboratório” para promover o “pacto pela produção contra a especulação”, espécie de câmara setorial a nível social, implica na articulação de setores cujos antagonismos acabarão por impossibilitar os avanços sociais na medida necessária às classes trabalhadoras permanentemente espoliadas. Pacto pela produção significa, é claro, que capitalistas e trabalhadores têm, no fundamental, os mesmos interesses. Essa curiosa reedição do par antagônico povo x antipovo vivido nos anos cinquenta e início dos sessenta, não é apenas anacrônica, mas, desconhece a forma do capitalismo atual. Neste,

não existe nenhum grupo que não o integre do primário ao terciário, passando pelo financeiro. Não pode, portanto, haver antagonismos entre produção e especulação do ponto de vista capitalista, mas, apenas, contradições localizadas entre eles. Essa questão suscita uma dúvida: será que eles acreditam mesmo na possibilidade de um consenso entre exploradores e explorados? A fala de Lula tem sido absolutamente clara: empresários, ONGs, pessoas ligadas ao mercado, etc., estarão presentes nos organismos da política econômica, etc. Tudo isso leva à agudização de contradições no interior da equipe que tem que responder às carências e necessidades das classes que disseram querer mudar.

A composição do Conselho do Pacto é decisiva para a caracterização da natureza do Governo. Nele, os empresários têm um peso decisivo sendo mesmo mais da metade: 5 representantes do setor agropecuário, 7 do setor financeiro (inclusive representantes de bancos internacionais como o *Santander* e o *City Bank*), 23 da indústria, 2 do comércio, 4 nomes do setor de serviços, 10 "personalidades notáveis" – denominação genérica que envolve outros empresários (como Milu Vilela/Banco Itaú), o governo terá 10 ministros, 13 sindicalistas, 2 da cultura, 3 de entidades de classe, 11 representantes de movimentos sociais (aqui entra Viviane Senna, o que mostra que as ONGs, além de serem confundidas com a Sociedade Civil, também o são com os Movimentos Sociais) e 2 religiosos. Participam ainda, além do Presidente, 2 representantes do Congresso Nacional: os deputados Delfim Netto (PPB-SP) e Armando Monteiro Filho (PMDB-SP).

Oficialmente, os partidos não aparecem. É claro que inúmeros dos indicados têm filiação partidária mas é sintomática essa "informalidade". Nem somos ingênuos a ponto de desconhecer isto. Mas, certamente, isto atua como uma certa forma de desqualificação. E o papel das "personalidades"? Na prática, uma personalidade – critérios de escolha não definidos ou, pelo menos, tornados públicos – tem o mesmo peso formal da CUT! Por mais doloroso que possa parecer a muitos, o caráter do Conselho é inteiramente biônico. Lula tem insistido que o Conselho é um avanço democrático, que existe em outros países. Só se esquece de dizer que naqueles locais onde esse Conselho (ou algo parecido) existe, seus membros são indicados pela famosa "sociedade civil" e não pelo governo. Chico de Oliveira faz algumas considerações sobre o Conselho que merecem nossa atenção: "o que está ali é o que o governo entendeu por sociedade civil. Na realidade é um organismo de governo"; "embora amplo, o órgão carece de divergência. (...) Esse é o erro, o grave erro, porque a sociedade tem divergências. Se isso não acontecer será um simulacro".

A equipe de Tarso Genro, em documento preparatório entregue aos conselheiros, afirma: "Podemos dar um exemplo histórico, resolvendo alguns agudos problemas nacionais através de um processo conflitivo de debates e sustentações de pontos de vista, que podem poupar o país de instabilidades sociais e políticas futuras de gravidade". Como bom documento habermasiano, afirma-se a possibilidade de resolução dos conflitos pelo... debate franco e sincero. Classes? Antagonismos? Embate de projetos? Tudo isso desaparece: a solução é remetida aos homens e mulheres de boa vontade. Qual é o "grande desafio do nosso País"? A solução é óbvia e remete para a tarefa de "promover uma renovação política e social nos marcos da Constituição". Carta Magna que algumas das propostas governamentais visam alterar. Nos marcos da Constituição significa dentro dos limites da ordem vigente. Mas, de que Constituição estamos falando? Da de 1989 ou daquela inteiramente remendada e sucateada por sucessivas medidas provisórias e alterações casuísticas?

O documento expressa claramente a posição de Lula. Na sua mensagem ao Congresso ele proclamou: "O sentimento de que é preciso acreditar no ser humano e na sua capacidade de realização, em qualquer circunstância, com o vento a favor ou com o vento contra" (*O Estado de São Paulo*, 18 de fevereiro de 2003, p. A5). Poderiam nos objetar que esse discurso genérico é adequado a uma fala aos parlamentares. Sua conclusão: "não vim aqui para pedir subserviência ou submissão. Vim aqui propor uma parceria para construirmos juntos o Brasil de nossos sonhos" (*idem*). Parceria com que política? "combater a inflação, reduzir nossa dívida, gerar empregos e distribuir a renda" (*idem*) Esta é a famosa quadratura do círculo. E para isso é preciso a "máxima austeridade e eficiência em nossas decisões que envolvem os gastos públicos e também os procedimentos administrativos" (*idem*). Vale dizer: altos juros, cortes nas políticas sociais, etc. Austeridade? Tradução: maior concentração de sacrifícios por parte do conjunto da população. O conjunto dos SPF, por exemplo, que teve seu salário congelado durante o reinado tucano e que via com preocupação os 4% previstos na LDO para o reajuste deverá aceitar a austeridade de um reajuste da ordem de 2,5% como falou Guido Mantega? Austeridade para quem?

O documento é muito esclarecedor dos seus propósitos como, por exemplo, "bloquear o caminho que pode nos levar a uma ruptura da sociedade formal com a sociedade informal, dos excluídos com os incluídos, que poderá levar a um conflito de ricos e pobres". Alguma dúvida? O antagonismo das classes pode ser eliminado pelo debate. Mas essa concepção reducionista da cidadania à ordem vigente

– e seu brutal cortejo de concentração de renda, violência social e miséria – pode ser efetivamente corrigido. *A utopia regenerada: a regulação*. Ouçamos o que eles mesmos dizem: “O processo de concertação (...) pressupõe a busca, através do diálogo e do debate, de diretrizes (...) para o desenvolvimento econômico e social do Brasil. Um esforço que objetiva a celebração de um novo contrato social.” Cidadania abstrata, sem determinações sociais, vê-se conjugada com a noção abstrata de nação de iguais. De abstração em abstração chegamos à lógica da ação comunicativa. A história acabou.

Os problemas se multiplicam. O governo recuou, ou como prefere afirmar, assumiu a proposta de que o conselho não seja deliberativo; chegou mesmo a negar que essa fosse sua proposta. A pressão dos sindicalistas demonstrou o absurdo: uma personalidade votaria com o mesmo peso da Central que representa milhares e milhares de trabalhadores. Felício tinha afirmado (segundo a *Folha de São Paulo*) que os sindicalistas deveriam ter, pelo menos, direito a vinte assentos no Conselho. Isso indica duas coisas: a) que a burocracia sindical aceitava a idéia do Conselho, reclamando apenas o número dos seus participantes ser tão ínfimo e b) que só faz sentido essa reclamação caso o conselho fosse realmente deliberativo.

Apesar do governo falar em organismo consultivo, muitos parlamentares – de orientações distintas – falam em recusar o “prato feito”, afirmando recusar o constrangimento de ter que negar algo que “veio da sociedade”. O Conselho, seja na versão deliberativa, seja na consultiva ou será homologatório, ou registrará as decisões tomadas em outros locais. Sua função será, portanto, a de legitimar as propostas que o Executivo enviará ao Congresso.

Decifra-me ou te devoro é o velho, mas sempre atual, axioma da política. Para o conjunto dos trabalhadores, é fundamental construir e afirmar sua identidade. A diluição dessa identidade só pode interessar a outras forças sociais que historicamente se posicionaram contra nós. Aquilo que historicamente temos chamado de integração à ordem (redução das posições classistas, afirmação da possibilidade de construção de um pacto pela produção – ver o claro fracasso das câmaras setoriais -, identificação abstrata de uma cidadania entre seres estrutural e profundamente desiguais, aceitação da tese do fim da história com a automática subordinação ao “mercado”, leia-se ao capitalismo financeirizado) não pode ser eliminada por um golpe de mágica, graças a uma vitória eleitoral.

Lembremos que os partidos ora afastados do governo irão recompor-se. Sem dúvida alguma, figuras como Tasso, Aécio, Alckmin, Jarbas, Sarney, ACM, cada qual à parte dos seus territórios políticos, estão reconstruindo suas posições de força. O PSDB redireciona seus caminhos e encontra em Tasso, Aécio e Alckmin candidatos para ocupar a vaga do velho tucanato paulista (FHC-Serra). Ficam na perspectiva tranqüila de tirar as castanhas (o seu programa) do fogo com as patas petistas que sairão daí bem chamuscadas. E estão se constituindo como alternativas ao novo governo, ao mesmo tempo em que se cacifam como interlocutores, por seu peso institucional, com o novo governo. Enfim, o melhor dos mundos. Apesar disso em recente reunião, com Dirceu e Palocci, Alckmin fortalece-se como pólo articulador de uma ampliação do arco de alianças “pelas reformas” com a vantagem extra de fortalecer o tucano paulista na sua busca de controlar a legenda do PSDB. Modificada em sua posição anterior, a direita não abrirá mão de ser poder. A possibilidade de um novo centrão, mais capaz e menos fisiológico, não pode ser descartada. Como também não se pode descartar a hipótese de um inchamento dentro do próprio PT, por arrivistas.

Obviamente, a população que votou Lula viverá uma lua-de-mel com o governo. O problema é que os compromissos assumidos logo logo demonstrarão a impossibilidade do atendimento das necessidades fundamentais. Os cortes anunciados sinalizam o sentido e a direção das políticas governamentais. Os constrangimentos da LDO acabaram por justificar a impossibilidade de atender às pressões populares. Afinal, temos de respeitar a Lei de Responsabilidade Fiscal (já conhecemos esse discurso nos planos estadual e municipal). As questões do salário mínimo, do pequeno ou escasso reajuste salarial para os servidores públicos, da privatização da previdência, da saúde, da educação, colocam a possibilidade de enfrentamento das classes trabalhadoras com o governo.

Os riscos da situação são enormes, A grande maioria da população - e a direita estará instrumentalizando isso - irá cobrar os projetos históricos do PT. O governo pode fazer o discurso dos grandes interesses nacionais mas ser-lhe-ão lembradas suas propostas passadas. A possibilidade de descumprir suas promessas pode levar a um grau intolerável de pressão. Na campanha, Lula fez questão (respondendo a uma questão sobre o MST) de lembrar que este país tem leis. Como se comportará diante das pressões populares? Os constrangimentos internos e externos forçarão o governo a atuar de acordo com as políticas do FMI, BM e OMC...

Lula pode tentar equilibrar cesaristicamente, a direita e as massas. Nesse caso, a desproporção entre carências (de muitos) e interesses dos que controlam a economia, a política, a cultura, obrigará a um

posicionar-se a favor de um ou de outro. O fio da navalha normalmente corta do lado do mais forte. Uma coisa é certa: a paciência da população está condicionada ao julgamento de possibilidades abertas pela eleição. Obviamente, a população não raciocina como os militantes. A imensa dívida social será cobrada não por radicalismo, mas por ser expressão de todas as carências vividas.

O papel das direções dos movimentos é, aqui, vital: a idéia de uma trégua seguramente será proposta, o que pode, em médio prazo, agravar as tensões. Lembremos que o discurso da governabilidade é sempre o da solução dos interesses pelo alto. Os movimentos sociais estarão sempre diante da possibilidade de serem considerados entraves à modernização.

Apesar da militância, pelo menos em tese, entender a política para além dos limites do imediatismo, ela já começa a dar sinais de desconformidade. O preocupante é que o governo e o partido usam a linguagem burocrática da punição, ao invés do exercício político do convencimento. Se o quadro é de aceitação de uma nova compreensão do real e das práticas e tarefas daí decorrentes poderiam, pelo menos, como alguns partidos social-democráticos o fizeram, alterar, via congresso partidário, as posições que ora rejeitam. Como manda a *realpolitik*: se não dá para mudar o real, mude-se o programa. Um detalhe, por muitos esquecido, é altamente revelador: o atual Ministro da Fazenda, agora um dos guardiões da disciplina partidária, quando no seu primeiro mandato como prefeito de Ribeirão Preto privatizou a telefônica local. Ao arrepio da posição do partido contrário às privatizações. E sobre ele não caiu o inferno!

Reforma da previdência ou radicalização da “refundação do capital?”

O governo tem que enfrentar a crise do capitalismo. Mas que tipo de resposta ele oferecerá? A dos seus povos ou a dos capitalistas, eles próprios? Em primeiro lugar, as políticas macroeconômicas do FMI e de FHC foram não apenas mantidas, mas radicalizadas. Acreditamos que os novos governantes não estão mentindo quando elogiam Malan e mantêm boa parte da sua equipe. Lembremos que FHC deu um “golpe de mestre” ao buscar, e obter, da parte dos candidatos, apoio para sua negociação com o FMI. Palocci anunciou o mais amplo superávit primário dos tempos do Real. Superávit pavimentado com o enxugamento ainda maior dos recursos para o “social”, conforme foi decretado na brutal redução de 11 de fevereiro. Nem a “pérola da coroa”, o famoso Fome Zero, escapou da degola. Obviamente que com a exceção da reforma tributária, o bloco reacionário do Congresso apoiará o governo. A ideologia do “custo Brasil” veio pavimentando longamente o solo dessa ruptura com os direitos sociais. Lembremos que a Força Sindical apóia essa ideologia, vale dizer, que mesmo naquilo que genericamente chamamos de “mundo do trabalho”, essa refundação do Estado capitalista encontra importantes aderentes.

Rigorosamente falando, essa refundação do Estado se configura naquilo que chamaríamos de “reforma intelectual e moral” proposta pela burguesia. O capital, permanentemente, redesenha as formas que as classes trabalhadoras assumem na vida social. Obviamente enfrentando resistências, maiores ou menores, segundo o grau de organicidade dessas classes. A idéia de corporativismo e de privilégios dos trabalhadores não é pura perversidade: ela tem a dupla função de liberar a possibilidade de acumulação de capital e, a um só tempo, de garantir legitimidade para a burguesia. Nesse debate ideológico pouco ou nada se fala dos bilhões sonogados pelo capital. Importante, para ela, é afirmar o caráter particularista e mesmo anti-social das reivindicações dos trabalhadores. Quando isto é proclamado e exercido por um governo dito dos trabalhadores, é muito mais perigoso e grave.

Se a análise da previdência será trabalhada aqui de forma mais detalhada isso se deve a que ela foi transformada no campo de batalha ideológico principal pelo governo e pelo FMI. Poderá parecer desproporcional o peso que demos à questão da Previdência. Do nosso ponto de vista, ela será uma das batalhas mais significativas que teremos que travar em defesa de um novo projeto de sociabilidade e da possibilidade de existência da nossa população. *O governo e seus aliados pretendem ganhar essa batalha no campo ideológico.* E de preferência, o mais rápido possível. Os organismos financeiros internacionais, quando falam das reformas neoliberais, aconselham aos governantes que o façam rapidamente e no início dos seus governos, quando ainda têm sobras de legitimidade. Depois disso, o futuro é incerto e não sabido. Há que se pensar nos “interesses da nação” como disse o Presidente, *como se o universal fosse, por princípio, antagônico ao particular.*

O programa da reforma previdenciária é claro. Discutamos essa questão com todo cuidado. Ela é decisiva para o conjunto da população. Em primeiro lugar, é preciso proclamar alto e bom senso que Berzoini reproduz, sem sequer ficar ruborizado, o discurso do governo FHC. O que está em questão não é um pretenso rombo na previdência, mas, a eliminação ou minimização máxima das políticas sociais.

A Seguridade Social, objeto de amplas mobilizações populares na época da Constituinte, é uma

totalidade que envolve saúde, previdência e assistência. O discurso oficialista busca liquidar, na prática, esse preceito constitucional. Pretendem anular o princípio dessa totalidade e alterar, sem qualquer debate de fundo, a prática constitucional. Entendida como extensão da cidadania, a Seguridade supera as concepções restritivas de Seguro Social. Vejamos o conceito de Seguridade da conservadora Organização Internacional do Trabalho, composta pelos governos e insuspeita de esquerdismo: “É a proteção que a sociedade proporciona a seus membros mediante uma série de medidas públicas contra as privações econômicas e sociais que de outra forma derivariam no desaparecimento ou em forte redução de uma subsistência como conseqüência de enfermidade, maternidade, acidente de trabalho ou enfermidade profissional, invalidez, velhice e morte, e também a proteção na forma de assistência e de ajuda às famílias com filhos”.⁴ A concepção que se opõe a esta é caracterizada por programas associados a grandes riscos sociais: “aposentadoria e pensões (por idade, invalidez ou morte); seguro-doença e auxílios à maternidade; seguros-acidente de trabalho; seguro-desemprego e auxílios familiares” (*idem*, p. 32). A diferença entre essas concepções reside não apenas na oposição totalidade/focalização mas, também, no fato de que a primeira não limita os benefícios apenas aos contribuintes como a segunda.

O governo pretende seguir a linha de FHC – Berzoini defendeu explicitamente a aprovação do PL 09/99 – perdendo, assim, de forma cristalina, a perspectiva da universalização dos direitos (exemplarmente pensada no projeto original do SUS, p. ex.) para pensar o conjunto dos riscos como esferas passíveis de mercantilização e criar e legitimar um campo privilegiado de acumulação para o sistema financeiro. Realiza, assim, uma nova acumulação primitiva de capital. Obviamente, as políticas sociais não podem ser catalogadas na rubrica “deficitária” ou “superavitária”. Isto, como regra geral, vale para todas as políticas sociais. A Universidade pública, nessa lógica, não é tratada como deficitária, mas, como onerosa e desnecessária, como luxo.

O texto constitucional é claro. O parágrafo único do Art. 194 determina que compete ao Poder Público organizar a Seguridade Social com “universalidade da cobertura e do atendimento, uniformidade de acesso às populações rurais e urbanas, irredutibilidade do valor dos benefícios, equidade na forma de participação no custeio, diversidade da base de financiamento e caráter democrático e descentralizado da gestão” (*idem*). Mais: está pressuposto o Orçamento próprio e um órgão gestor específico. Contudo, como sempre, veio a frase maldita: “nos termos da Lei”.

É exatamente nessa regulamentação que os problemas se cristalizam. Em primeiro lugar, pela segmentação. As leis se sucedem particularizando a intervenção. A Lei Orgânica da Saúde (8080 de 1990), as de Custeio e dos Planos de Benefícios da Previdência (8212 e 8213 de 1991), a Lei Orgânica da Assistência (8742 de 1993), etc. O conceito da Seguridade como totalidade permanece, mas, a prática é alterada. Ele é necessário: as contribuições como as do Lucro Líquido das Empresas e o COFINS são constitucionalmente receitas da seguridade. Essa segmentação é, no entanto, controlada de forma unificada: a Secretaria da Receita federal arrecada e, “segundo as disponibilidades financeiras” o Tesouro Nacional repassa. O Tesouro pode repassar para outras rubricas (o pagamento do serviço – os juros - da dívida, por exemplo) e a Seguridade aparece, então, como deficitária.

César Benjamim⁵, analisa os “argumentos” berzoínicos da necessidade daquilo que ele chama de “contra-reforma”. Para Benjamim, são três as grandes rubricas proposta pelos reformadores (*sic*): o déficit de R\$ 70 bilhões por ano, a tendência ao envelhecimento da população e o aumento exponencial, neo-malthusiano (diríamos nós) do conjunto de possíveis beneficiários.

Sobre o primeiro ponto, Benjamim afirma a questão da indissociabilidade da Seguridade. Saúde pública e assistência “correspondem a direitos líquidos de cidadania e, como tal, não contam com receitas próprias, devendo ser financiados com impostos pagos pela população como um todo” e não podem ser analisados como deficitários. A Previdência é a única que gera recursos próprios. O jogo é colocar todas as despesas da Seguridade na rubrica da Previdência gerando, assim, um falso rombo, “artifício lamentável, que só serve para assustar a opinião pública e dramatizar o problema”. De jogo contábil se transforma em arma letal, concluímos nós.

Sobre o envelhecimento: “No caso brasileiro, pelo menos até 2020, as mudanças se concentrarão, principalmente, em uma diminuição relativa da população infantil, com aumento relativo da população adulta, justamente aquela que está em idade produtiva”. Mais explicitamente: “Em 2010, por exemplo, teremos 123 milhões de pessoas em idade laborativa, 86% a mais do que em 1990”. Aqui, a ideologia governamental assume o caráter de estelionato político claro e insofismável. Esta tese, que Ricardo

⁴ Maria Lúcia Werneck Viana *Previdência Social Pública x Previdência Privada*, promovido em 22 de julho de 2002, pelo Sindicato dos Auditores-Fiscais da Previdência Social do Estado do Rio de Janeiro.

⁵ Reforma ou Contra Reforma?, *Caros Amigos*, a. VI, nº 71, fevereiro de 2003, p.13.

Bellofiore⁶, professor da *Università degli Studi di Bergamo*, também combate, é, mesmo para países já “envelhecidos”, de uma surpreendente mistificação.

O terceiro argumento é pior ainda: a idéia é de que a perdularidade do nosso sistema de seguridade é tal que nos últimos trinta anos, embora a população brasileira tenha crescido 109%, os ingressantes no sistema de benefícios subiu à astronômica cifra de 1140%. Como gostam os economistas neoclássicos, *cæteris paribus*, daqui a vinte anos teremos o absurdo de que cada trabalhador em atividade deverá sustentar... um aposentado. Absurdo dos absurdos, gritam os hipócritas neomalthusianos. O que os nossos salvadores da previdência “esquecem” de afirmar é que, graças à mobilização do período da Constituinte, na última década do século passado, houve o ingresso legítimo de “trabalhadores rurais, empregados domésticos, autônomos, portadores de deficiência, pessoas com mais de 65 anos, etc.” Evidentemente não existe nenhum contingente massivo novo a entrar no sistema, afirma Benjamim. Logo, a mistificação é aqui máxima e tem a função de pura legitimação dos cortes das despesas públicas para ampliar as condições de maximização da acumulação capitalista. Se possível, com o apoio popular.

O problema da Seguridade, do ponto de vista da sociedade, é sua universalização. E sua capacidade de atender à população com a mais alta qualidade. Colocar a questão do pretense “rombo” das contas da Previdência é um escamoteamento das verdadeiras responsabilidades e o fortalecimento, via previdência complementar, de mais uma fração do capital financeiro. Há uma radical diferença entre sociedade e mercado. Para este, as “cooperativas” (*sic*) médicas, os fundos de pensão complementar, etc., “resolvem” o problema ao preço, é claro, da destruição das políticas sociais e de aprofundar, ainda mais perversamente, a miséria.

Apresentar os fundos de pensão como resposta às graves questões da seguridade social é desconhecer os mais elementares mecanismos que movem aqueles fundos. Não há, por parte do governo, nenhum sinal claro de combate à sonegação. A política de contenção dos reajustes dos trabalhadores, a informalidade como maldição, o não pagamento pelo governo da sua parte, a retirada dos recursos da Previdência para atender outras finalidades, são elementos pelos quais ela perde continuamente preciosos recursos. Assim, os trabalhadores, além de não terem direitos trabalhistas, sequer terão agora, caso aprovada essa “reforma”, como sobreviver quando trabalhar não for mais possível.

Reproduz-se a linguagem dos privilegiados funcionários públicos como causadores de um déficit na previdência. Nós conhecemos bem esse discurso, o qual combatemos no início da década passada. À época, os coloridos chamavam os funcionários públicos de... marajás!. Este é um dividendo ideológico a mais. Ouçamos Maria Lúcia: “Quando não se esclarece a população sobre as funções altamente positivas que a Previdência desempenha, ou quando, ao contrário, se divulga uma imagem negativa da Previdência, também se obstaculiza a sua expansão. Que trabalhador informal vai se filiar à Previdência, um sistema caro, no qual ele não acredita, e que tem sido sistematicamente denegrido?” (*op. cit.*, p. 42). *Este é um dos segredos de Polichinelo: é preciso destruir todo o serviço público para que via Terceiro Setor, Cooperativas Médicas (!!!), Previdências Privadas não apenas se concentre capital social em cofres privados mas, também, se estratifique a miséria.*

Bellofiore (*op. cit.*) nos apresenta o caminho das pedras para tornar compreensível a questão. A proposta de Fundos de Pensão está claramente colocada no relatório do Banco Mundial, *Adverting the old age crisis: Policies to protect the old and promote growth*, divulgado em 1994. Aí estava, com todas as letras, a proposta: sistema de pensões deve “articular-se sobre três ‘pilastras’”. A primeira, constituída pelo sistema público, obrigatório, a repartição e a prestação definida, que deveria limitar-se a garantir um nível mínimo de pensão: neste caso, de fato, os atuais trabalhadores com as próprias contribuições pagam a pensão dos atuais pensionistas pela mediação do Estado. A segunda pilastra, igualmente obrigatória, é um sistema privado com capitalização, possivelmente com contribuições definidas: neste caso, os trabalhadores fazem poupança financeira com fins previdenciários em contas individuais, que são investidas por gestores institucionais, os ‘fundos de pensão’, que lucram um rendimento que se acumula no tempo como capital e que lhes garantirá o dinheiro das pensões quando se aposentem. A terceira, facultativa, e também privada e com capitalização, é, pelo contrário, dada às eventuais reservas ulteriores com fins pensionísticos de natureza voluntária” (*op. cit.*, p. 61). Essa proposta ganhou um grau de generalidade política, sendo defendida por todos os responsáveis pela política econômica no mundo inteiro. Falam de “que as tendências demográficas e as mudanças estruturais do capitalismo conduzem, inelutavelmente, para um decidido e rápido enfraquecimento da primeira pilastra e, portanto, em direção à necessidade de

⁶ Cf. Ricardo Bellofiore, “O Capitalismo dos Fundos de Pensão”, *Outubro*, revista do Instituto de Estudos Socialistas, nº 7, 2º semestre de 2002, São Paulo.

um reforço substancial da segunda, que vem, assim, a constituir-se como o sustentáculo do sistema previdenciário. As razões são repetidas, de tal modo, que parecem óbvias e dotadas da força do senso comum” (*op. cit.*, pp. 61-62). É, sem tirar nem pôr, a mesma lógica que preside a proposta do governo.

Ao invés de pensarem a aposentadoria como parte essencial dos salários os governos buscam, economicisticamente, relacioná-la à “taxa da despesa pensionística sobre o produto interno bruto”. Isto “depende diretamente da chamada ‘taxa de substituição’ das pensões em relação aos proventos do trabalho, isto é, do nível real das pensões médias pagas aos beneficiários em relação à produtividade média por trabalhador, e do número de pensionistas em relação aos empregos” (*idem.*). A previdência, na visão deles, não pode dar prejuízo, vale dizer, *deve dar lucro*, eles acentuam que essa “taxa veio aumentando no tempo e, se se mantiver, é previsível que atingirá percentuais dificilmente sustentáveis nas próximas décadas. Por um lado, a culpa seria debitada à excessiva ‘generosidade’ do estado social da época keynesiano-fordista. O provento dos pensionistas esteve ligado às retribuições dos trabalhadores, então em rápida ascensão pela dinâmica veloz da produtividade: quando esta última diminui, não se pôde ou não se quis reduzir as pensões no momento e na medida adequados” *op. cit.*, p. 62).

A distribuição dos proventos foi colocada, dizem o Banco Mundial e seus seguidores, a favor do pensionista e contra o trabalhador na ativa. “Por outro lado, o ‘envelhecimento’ da população, o número maior de potenciais pensionistas sobre a população em idade de trabalho, conexo, evidentemente, com fatores como a ampliação da esperança de vida e a queda da taxa de natalidade – eventos difíceis de serem avaliados negativamente e que uma ligação qualquer com o vituperado Estado assistencial deverá mesmo existir -, aumentou o número de inativos em relação aos ativos (as ‘taxas de dependência’), o que, em conjunto com a extensão da cobertura pensionística pública, a crescente zona de beneficiários, teria acabado por fazer pesar cada vez mais as saídas previdenciárias.

No que se refere à pilastra pública do sistema, tudo isto impõe, para além da ampliação da idade para aposentar-se, um rebaixamento do nível real das pensões. A previdência complementar se revela como condição essencial para fornecer aos trabalhadores um acesso aos recursos reais mais substanciais que aqueles que a pensão pública tem condições de garantir daqui para frente” (*idem.*).

Berzoini parece ter aprendido bem a lição.

O raciocínio é claro. Trata-se de quebrar um “pacto explícito de solidariedade entre gerações” para impor à sociedade, desinformada e predisposta – pela propaganda ao capitalismo – a aceitar a tese de que a culpa é... dos trabalhadores. No nosso caso específico, dos funcionários públicos. Esses marajás (a palavra não é falada mas está subjacente ao tom desrespeitoso de “privilegiados”) seriam responsáveis pelo “rombo” da Previdência, o que poderia levar a uma espécie de greve fiscal dos ativos em face aos aposentados no momento em que o peso dos segundos sobre os primeiros supere certos umbrais críticos”. Aqui a idéia de luta de classes, negada em quase toda a fala do poder, reaparece. Só que perversamente: trata-se de uma luta de classes no interior das classes trabalhadoras entre os privilegiados e os pobres e humildes. Óbvio que com isso não se coloca a questão real: a dos cortes dos gastos sociais.

Essa reforma, preparada por FHC teve a aceitação/omissão da Central quando ela, por exemplo, aceitou a tese da equipe de FHC da igualdade entre tempo de serviço e tempo de contribuição. Lembremos que em um momento muito tenso da sua existência, a direção majoritária impôs essa visão ao conjunto dos dirigentes sindicais. Era o início do ataque frontal na questão previdenciária e com apoio no interior da burocracia sindical. Agora, a Central defende o regime único – “iremos à greve se houver exceções” - mesmo tendo em seu seio um grande contingente de funcionários públicos.

Os fundos de pensão, formas de capitalização, passam a ser considerados como “necessários para integrar o grau de cobertura da pensão pública”, diz Bellofiore, com a vantagem adicional de ser “convenientes para a economia no seu conjunto: a constituição e/ou o reforço do sistema de fundos poderiam elevar as poupanças, e, por isto, os investimentos, o emprego”. Mas, há que dourar a pílula. É preciso mostrar que é “conveniente, também, para os trabalhadores: as taxas de rendimento garantidas dos fundos individuais no sistema de capitalização seriam seguramente superiores às do sistema público, como demonstram os procedimentos passados e presentes dos mercados financeiros”. É claro que isso não resiste a uma análise minimamente séria. O recente escândalo da gigante americana Enron mostrou que quando ela quebrou, todo o sistema previdenciário dos seus trabalhadores também desapareceu e estes viram suas poupanças e suas possibilidades futuras escorrerem bueiro abaixo.

A proposta está plenamente associada à privatização geral produzida pelo Estado. Reduzir, como FHC fez, a questão do “rombo” (indemonstrado com dados comprováveis e passíveis de análise independentes) ao sistema de arrecadação, significa deixar uma imensa massa de trabalhadores e da população sem quaisquer possibilidades de continuar a existir. Será que irão retirar as aposentadorias dos trabalhadores rurais, que na sua imensa maioria têm uma enorme dificuldade de comprovação da contribuição? Para serem coerentes, os propositores da gestão empresarial, via Estado, do sistema de previdência pública deveriam propor isso. Ou seja: amplificar a barbárie. Mas, obviamente, esta não é uma fatia interessante para o mercado, não é minimamente rentável. Logo...

O governo apresentou, afinal, aos governadores um esboço de sua política. O centro dela, como era de esperar-se, é a quebra do contrato até hoje vigente. Para os servidores atuais, pensa-se em criar uma tributação para os aposentados; o valor da aposentadoria seria da ordem de 80% em média dos melhores salários de contribuição desde 1994, criar um fator previdenciário para desestimular a “aposentadoria precoce”; ampliar a idade mínima na aposentadoria por tempo de contribuição e reduzir o benefício, no caso de pensões. Finalmente, os servidores que já são obrigados a permanecer 10 anos no serviço público e 5 anos no cargo teriam, caso aprovada essa proposta, duplicados esses tempos. Para os novos a regra é mais simples: o mesmo regime dos trabalhadores da ordem privada (teto de R\$ 1561) mais a instauração de fundos de pensão complementares, cujo custo o governo não divulgou. Para os militares, a regra seria similar a dos civis, acabando com a pensão vitalícia para as filhas. O que de resto já acontece, desde 2000 para os que ingressaram na carreira a partir daquela data. E “tentar” igualar a contribuição dos militares com a dos civis, que hoje pagam mais.

Preso na engrenagem do imediatismo, Berzoini tem lutado pela aprovação do PL 9/99 que o próprio PT combateu. Algumas questões, mesmo sendo aprovado o PL, colocam problemas. Não está definido no texto em discussão qual a alíquota de contribuição do governo nem a dos servidores. O que coloca uma incógnita a mais. E se se mantiver a tradicional falta de contribuição do governo esse fundo já nasce falido. A migração dos servidores para o regime complementar diminuirá a arrecadação e o governo terá que arcar com os custos da implementação do regime complementar. Já se conseguiu imaginar uma saída para isso: o servidor arcaria com mais este ônus, bastando a “aplicação do fator previdenciário”. É absolutamente cristalino: o servidor perde direitos pois o fator previdenciário usado contra ele será usado para arcar com despesas que caberiam aos Executivos. E ainda se arriscam no jogo do mercado onde esses fundos normalmente especulam.

Um novo parênteses faz-se necessário. Para além da aparente racionalidade econômica a proposta traz embutida claramente sua real e efetiva racionalidade política. A quebra dos “privilégios” dos servidores públicos permite, no médio prazo, tornar a função menos valorizada e mais onerosa para aqueles. Encaminha-se, assim, taticamente, a implementação do “público emprego”, ou seja, a destruição de um quadro administrativo competente com relativa independência face ao Estado.

Na verdade, essa proposta é a própria configuração do pacto social. Com os fundos de pensão, os trabalhadores serão “acionistas” da empresa capitalista. Seus interesses estarão determinados pela lógica do mercado na vã ilusão de que terão seus recursos garantidos. Capitalistas, simbolicamente, os aposentados rompem com o que Bellofiore chama de solidariedade intergeracional e que nós consideramos como possibilidade de uma solidariedade de classe. Essa solidariedade vem sendo desconstruída faz muito tempo. Quando os sindicatos estabeleceram seus planos privados de saúde, contribuíram para debilitar a defesa universal de um sistema público de saúde. Quando se estabelecem variadas formas de prestação de serviços pelos sindicatos (por exemplo, a tese, com grande audiência na CUT, dos sindicatos terem seu sistema de ensino profissional), tudo isso caminhou no terreno da privatização hoje dominante.

Para a racionalidade do capital tudo deve ser reduzido à mercadoria, até mesmo a miséria e o desespero da massa da população que eles caracterizam como “excedente”, “supérflua”. Bellofiore falou de que se pode chegar mesmo – a partir da posição capitalista – a desencadear uma espécie de “greve fiscal dos ativos contra os aposentados”. Nós, na Universidade, já vivemos praticamente essa possibilidade. A cada dia, mais e mais autoridades universitárias falam que os aposentados impedem a expansão dessas instituições. A culpa é, portanto, dos... privilegiados aposentados. Lógica imediatista que daqui a vinte anos será denunciada por muitos que agora a consideram correta quando a maior parte dos atuais “ativos” estiver na situação de ter que se aposentar. Tirar os aposentados da folha da Universidade não aumentará os recursos desta mas, seguramente, colaborará para ampliar o processo, já anunciado, da diferenciação salarial entre ativos e aposentados e da ampliação da privatização branca destas instituições.

Existem, além dessas, outras considerações a serem feitas. Sabemos que a maior parte das grandes obras (Brasília, Itaipu, Ponte Rio Niterói, etc.) – de Juscelino à FHC – foram financiadas pela

Previdência sem que jamais tenha sido devolvido esse dinheiro aos seus legítimos credores: os que se aposentam. No início, quando o sistema se estabeleceu, os recursos pareciam infinitos, porque poucos eram aposentados. Essa situação foi se agravando com o chamado Fundo Social de Emergência (FSE) até a lei da Desvinculação de Receitas da União (DRU). Os recursos “produzidos” onde foram parar? No pagamento da dívida, pelo mecanismo da DRU. Lembremos ainda da CPMF, instituído para recolher contribuição para a saúde. Foram? Obviamente não. Os desvios chegam aos 30 bilhões de reais/ano. Há ainda o fato de que o governo federal não cumpre suas obrigações legais, não deposita sua parte da contribuição para o fundo previdenciário do setor público. E os culpados são os marajás? O raciocínio falacioso só se sustenta ao custo de muita propaganda e da ajuda amiga da imprensa, em especial, da Globo. Esta, de adversária do PT e de Lula, passou a ser uma defensora desse governo sério. Será que isso tem a ver com as “dificuldades” daquele grupo econômico?

Com o passar do tempo e a subtração desses recursos, a situação mudou e chega-se, então, ao famoso “rombo”. Obviamente, a Seguridade Social não pode dar lucro. Ela é condição de existência da própria força de trabalho quando na chamada “ativa” e de sobrevivência daqueles, que passadas décadas, têm que se aposentar. A esquerda e a sociedade não podem cair nesse conto do vigário. Previdência não pode dar lucro, assim como educação, saúde e serviços públicos em geral. Como bem afirmou Paul Singer: o teto “implica uma privatização da Previdência”. Em todos os países capitalistas que fizeram essa “reforma” – melhor dito essa contra-revolução – os trabalhadores perderam, e muito e o capital vai muito bem, obrigado. Como nunca, aliás. Ao estabelecer um teto para a previdência pública e de acesso para todos, cria-se, esta é a lógica, um manancial de recursos para o financiamento da acumulação capitalista, em especial para o capital financeiro.

Existem estudos especializados que advertem que, sem os desvios de recursos, a previdência social deveria contar hoje com uma reserva de caixa de aproximadamente 603 bilhões de reais. Os movimentos sociais – em especial nossa Central - devem colocar na sua pauta política a exigência de que o governo não apenas combata eficazmente a corrupção e a sonegação, mas, atue na formalização do chamado mercado de trabalho, ao invés de facilitar a flexibilização. Isto será decisivo no combate à qualquer reforma neoliberal da legislação trabalhista e sindical. A questão essencial, repetimos, é a universalização da Seguridade.

Devemos lembrar que a Seguridade Social envolve também a saúde e a assistência. E que os recursos arrecadados da ordem de 161 bilhões de reais, ultrapassam o propalado déficit (143 bilhões de reais gastos tanto com o setor público quanto com o privado). O que não quadra é privilegiar (com base em legislação constitucional) o pagamento da dívida, criar um território de caça para os setores financeiros e ainda por cima, pagar aposentadorias. Por isso, como sempre, é necessário culpabilizar a vítima. Bastaria deixar de pagar a dívida e deixar de financiar o sistema financeiro – nacional e internacional - para que os recursos garantissem a Seguridade Social.

Sabemos que quase 70% dos recursos do orçamento da União são utilizados para o pagamento dos serviços da dívida: cerca de 150 bilhões de reais. Apenas o serviço da dívida, porque o principal fica intocado. Se o lucro do setor financeiro em 2002 foi da ordem de 25,7 bilhões de reais, quem são, na realidade os privilegiados? Os trabalhadores? Além de inempregáveis são perdulários, querem nos fazer crer. E isso é decisivo.

Sabemos, também, que muitos direitos foram usurpados. Brincar de fazer justiça social rebaixando direitos existentes é uma piada sádica. Já falaram em fazer justiça social cobrando a Universidade pública, ao invés de universalizar a educação de qualidade em todos os níveis. Agora querem retirar direitos. Estranho senso de justiça e de... humor. A volta da aposentadoria por tempo de serviço, da aposentadoria especial para quem trabalha em área insalubre ou trabalho penoso, a revogação do chamado fator previdenciário, do limite de idade para a aposentadoria, etc, resgatariam direitos que foram eliminados/reduzidos por iniciativa de FHC e sobre os quais os atuais governantes calam-se com cumplicidade. Justiça social se faz com a aposentadoria integral para todos. E não nos falem dos custos. Ninguém lembrou deles com os PROER e similares, o auxílio às empresas, as doações do dinheiro público ideologicamente chamadas de privatizações.

A imensa dívida social requer e exige que a brutal concentração de renda desse país seja revertida. Isso, e não o debate entre homens e mulheres de boa vontade do Conselho do Pacto, é que pode resolver a questão. A correção do valor dos benefícios, assegurando-se de início, um expressivo reajuste para os aposentados que ganham salário mínimo e instituindo-se um mecanismo automático de correção do valor das aposentadorias para preservar seu poder de compra; a administração dos recursos da previdência social por comissão composta por governo, trabalhadores e aposentados, com maioria dos trabalhadores e aposentados; valorização dos servidores da previdência social, com salários e condições de trabalho dignos e plano de carreira que estimule o trabalhador a exercer bem

sua função; sistema de controle e fiscalização que punisse, com todo rigor, a sonegação (incluindo a eliminação das isenções atualmente dadas às entidades “filantrópicas” e coisas do tipo) e corrupção, etc.

Programa máximo? Não, justiça mínima.

Outras políticas, a mesma lógica

A Dívida Externa da América Latina é um dos graves condicionantes da conjuntura que atravessamos. Nosso continente pagou entre 1992 e 1999, 913 bilhões de dólares. Esta é apenas uma medida do grau de financiamento do capitalismo pelos países reduzidos à miséria ou a dependência extrema. Dos 440 bilhões de dólares, em 1990, chegamos aos 800 bilhões de dólares, em 2001. Em uma década, a sangria nacional foi quase que duplicada. Como é possível, com esses limites, promover o resgate da dívida social de cada um desses países? As políticas de reajuste estrutural, impostas pelo FMI e aceitas pelos governantes locais, têm sido o instrumento privilegiado de resposta à crise do capitalismo. O discurso de que temos de aceitá-la para impedir que “os capitais internacionais não fujam”, tem transformado os governos locais em pouco mais do que subsecretários do governo americano: aprovou-se, na Argentina, lei obrigando o governo a pagar a dívida externa em primeiro lugar. Isto não responde aos interesses do povo argentino mas ao dos bancos internacionais. A proposta apresentada pela representante dos EUA no FMI chega mesmo a prever a nomeação, “pela comunidade financeira internacional”, da equipe econômica que iria gerir a sua economia enquanto durasse a reestruturação da dívida, até que o país pudesse voltar a pagar regularmente sua dívida. A dívida, no Brasil, é responsabilidade constitucional e a famigerada Lei de Responsabilidade Fiscal, aparentemente criada para a moralidade financeira dos governantes, nada mais é do que a garantia dos superávits primários para pagar a dívida e tem funcionado como impeditivo de investimentos dos municípios, estados e União em políticas sociais. O hegemonismo americano nega toda e qualquer política nacional.

É com este pano de fundo que as demais questões ganham sentido. No âmbito da política educacional, da ciência e tecnologia, etc. Crédito educativo é compatível com nosso projeto? Penso que teremos de lutar muito duramente para manter a possibilidade de uma ciência e tecnologia que correspondam às necessidades da nossa população. Como enfrentaremos o problema da desigualdade de acesso à universidade? Com política de cotas? Ou pela ampliação da escola pública de qualidade acoplada a estratégias de emprego e aumento de renda das classes trabalhadoras e das populações espoliadas social e economicamente? Como acoplar a luta pela construção da nova universidade e da nova sociedade?

Apesar de, na campanha, a prioridade ser dada à reforma tributária, esta pode vir a ser jogada para as calendas. Resolvida a questão previdenciária, trabalhista e sindical, ou seja, eliminados os principais limites para o capital, apresentados pelos capitalistas como Custo Brasil, a questão da reforma tributária deixará de ser, mesmo que o governo insista nela, uma necessidade. Não haverá “base de sustentação” para sua realização. Se para as primeiras parece haver um grande consenso – dos reformistas governamentais aos capitalistas – para a tributária não se vê o menor movimento com possibilidade real para realizá-la em um sentido “democrático-popular”. *Isso parece ser a chamada “moratória da utopia”*. Os governadores admitem a reforma desde que não haja perda de recursos

Fala-se na redução das deduções de educação para o Imposto de Renda. Primeiro, eles destruíram a escola pública e incentivaram a rede privada. Agora vêm dizer que as deduções são injustas socialmente. Quem são os “privilegiados”? Os que ganham por volta de R\$ 1508 por mês, cerca de 10% da população economicamente ativa? Ainda uma vez o conceito de justiça social é perverso. Na realidade, nesses 10% existe muita diferença. A manobra visa criar o clima necessário para passar uma alíquota de 35%, que tocara uma parte bem menor. Só 350 entidades ditas filantrópicas, entidades que receberam durante anos o privilégio de 70% da renúncia previdenciária. Vale dizer, algo da ordem de R\$ 2.18 bi apenas este ano. Como vemos, o rombo da previdência tem outras explicações. Quanto ao Imposto sobre as grandes fortunas, a equipe da receita considera que sua contribuição, caso tributada, não seria de elevada monta.

Quais as propostas reais de reforma da ordem sindical e trabalhista? As propostas de Jacques Wagner, como as de Berzoini, introduziram uma grande confusão política. Mas, deram algumas dicas. Acabar com a multa por demissão imotivada em um país onde o governo fala em um programa chamado “Primeiro Emprego” como prioritário, não é uma brincadeira, mas uma farsa sádica. Em quem acreditar: no programa eleitoral ou na *realpolitik* governamental? Não podemos deixar de registrar, embora possa ter sido um balão de ensaio, a proposta de manutenção da multa com uma mudança de beneficiário... este seria o governo. Mas aqui, como em várias outras áreas, não está descartada a manutenção das propostas do tucanato, entre as quais se destacava a famosa tese de que “o negociado prevalecia sobre o legislado”. Isto poderia reforçar, ainda uma vez, a velha metáfora

hegeliana segundo a qual “a história se repete duas vezes: a primeira como tragédia, a segunda como farsa”.

O governo labora em erro ao trabalhar com pressupostos absolutamente falsos, como o de que um desenvolvimento tecnológico e o crescimento econômico ampliam a oferta de empregos. Na mesma linha se coloca o argumento de que essa oferta pode ser ampliada com o simples reduzir/flexibilizar/eliminar direitos ou encargos sociais. A ideologia do Custo Brasil seguramente é legítima para os... empresários. Para estes, qualquer direito trabalhista é, no limite, um atentado à sua propriedade; logo, uma brutal ditadura. Sobre isso Milton Friedman e os *Chicago Boys* cansaram de teorizar. A experiência internacional liquidou qualquer ilusão. Na Espanha, a equação flexibilizar = aumento do desemprego, é visível com clareza meridiana.

Essas medidas servem apenas à redução de custos das empresas, que não aplicam o excedente em geração de novos postos de trabalho, e sim a utilizam para aumentar sua margem de lucros como demonstra exemplarmente a experiência das Câmaras Setoriais. Os impostos foram abaixados, o emprego, longe de ser garantido despencou, mas, os lucros e a “produtividade” (nome elegante para o aumento da exploração da classe trabalhadora) cresceram.

A farsa da “necessidade” de romper as amarras da CLT para dar maior liberdade aos sindicatos é uma brutal mistificação e colabora apenas para liquidar os sindicatos mais débeis. Não estou falando dos sindicatos de carimbo mas daqueles que, pela sua própria participação na produção capitalista, não são estratégicos. O negociado valer mais do que o legislado, tese do governo FHC, é o resumo lógico dessa quebra real das organizações dos trabalhadores. A única proibição de negociação, pela lei, era a de que os sindicatos negociem a eliminação/redução dos direitos legais dos trabalhadores. Não há como negar que o que foi apresentado até agora não diferencia em nada da concepção de reforma trabalhista defendida pelo governo anterior e está em sintonia com as mudanças liberais que vem sendo implantadas no sistema de relações de trabalho em todo o mundo.

Quais as suas características básicas? Aparentemente, o Estado vem se afastando dos conflitos individuais do trabalho. O concreto é que, mais do que nunca, o Estado vem legislando sobre o trabalho. Com a óbvia defesa dos interesses capitalistas. Vem interferindo mais e mais nos conflitos coletivos do trabalho. Na realidade, vem promovendo a juridicização da luta de classes, vale dizer, vem trazendo para o seu âmbito o controle das organizações sindicais. A estratégia de punir com multas altíssimas visa destruir os recursos dos sindicatos. No nosso caso foi exemplar o envio de um projeto antigreve para, pretensamente, regulamentar o direito constitucional dos trabalhadores públicos de fazer greve. Sobre esses pontos, decisivos para a construção de uma relação de trabalho, o governo atual entrou mudo e saiu calado. A CUT deve se opor frontalmente a esse tipo de reforma.

O princípio da reforma proposta pelos neoliberais era exatamente o redesenho das classes trabalhadoras. E de suas direções. Exemplar disso foi o Fórum promovido pela Força Sindical. A chamada reestruturação produtiva, ou seja a ampliação da opressão/exploração no processo produtivo produziu o quê? O crescimento do desemprego, o surgimento do chamado desemprego estrutural, entre outros. Diante disso, da ideologia da “inexorabilidade da globalização” e da chamada “revolução científico-tecnológica” foi sendo gestada uma cultura defensivista. Cultura essa que levou a muitos dirigentes – diga-se de passagem, dos sindicatos mais fortes – a um recuo político. Tudo havia mudado. Era necessário alterar os procedimentos: ao invés do enfrentamento, o diálogo. Chegou-se a formular isso com clareza em um 1º de maio “pela produção e contra a especulação”. As empresas, de adversárias passaram a ser parceiras; os bancos de horas, forma extrema de exploração, passaram a ser apresentados como “vitória dos trabalhadores” e por aí adiante. *Essa crise da subjetividade operária se transformou em objetivação da dominação capitalista*. Muitos dos dirigentes que fizeram esse *tour de force* ideológico hoje estão no governo objetiva ou subjetivamente. Como funcionários ou como membros de conselhos de administração das estatais. É dever da nossa Central recuperar o movimento sindical “combativo”, ao invés de apoiar a defesa dessa proposta de contra-reforma. Um governo que se propõe a representar a sociedade e resgatar a esperança para derrotar o medo tem um desafio grande: a revogação das medidas adotadas pelo governo anterior que já avançam na flexibilização dos nossos direitos e no ataque aos direitos sindicais.

A atuação da CUT é, portanto, uma das questões centrais da conjuntura. Ela viverá, agora, um momento decisivo da sua história. Poderá afirmar-se como central democrática, classista e de lutas ou transformar-se em uma correia de transmissão das decisões governamentais. O 8º Congresso, onde a atual maioria não deverá ter dificuldades de manter-se no comando, terá que enfrentar questões decisivas. Um pequeno exemplo. A direção da Central afirmou que irá confrontar-se com o governo caso na “reforma” da previdência, sejam mantidos regimes diferenciados. E o que ela fará

com as categorias como a dos docentes, dos trabalhadores públicos, etc., que têm – constitucionalmente – esse direito? Vai obrigá-los a aceitar, goela abaixo, essa situação? Afora o fato de que como se trata quase de um governo de “unidade nacional” (*sic*), Lula tem convocado as demais “centrais”, como a Social Democracia Sindical e a CAT, cuja existência no panorama nacional é quase virtual, para participar em pé de igualdade com a CUT. A fragmentariedade da representação dos trabalhadores é um dado que efetivamente complicará a atuação da CUT. Para além disso, a Central enfrentará, seguramente, o debate de sua democratização interna. E a reforma dos seus estatutos não parece indicar nenhuma posição animadora para a “direção minoritária”. Tarefas que o conjunto do movimento cutista terá que enfrentar com toda a clareza e sensibilidade política.

A autonomia da CUT frente ao Estado é decisiva. Muitos dirigentes da central já estão no governo e ele corre o risco de vir a ser uma central governista, chapa branca, incapaz de organizar a luta em defesa dos interesses dos trabalhadores – nem dos imediatos, nem dos históricos – que hoje representa. Sua responsabilidade é ainda maior. Como ela é a maior central sindical da América Latina, o seu comportamento poderá ter um forte impacto nas demais centrais. Assim, nacional e internacionalmente, ela não pode fugir à sua responsabilidade na condução da luta sem trégua contra os planos do Imperialismo para a região e contra a exploração do capital que massacra as classes trabalhadoras. Está colocada para o conjunto da militância a defesa de suas bandeiras históricas, das reivindicações e interesses dos trabalhadores que representa. Cabe a essa base assumir a defesa de uma CUT de lutas, classista, democrática e socialista que fundamos vinte anos atrás. A integração ou não da CUT às forças governamentais é relevante para o debilitamento do movimento sindical continental e mundialmente. Sua autonomia e sua luta são decisivas para o fortalecimento do sindicalismo internacional.

Agindo autonomamente e defendendo os interesses dos trabalhadores, a CUT deve exigir a revogação das leis do banco de horas, da demissão temporária, do contrato temporário, a eliminação ou mudanças radicais na lei sobre a PLR (participação nos lucros e resultados) que flexibiliza os salários; a proibição da demissão imotivada, com a volta da vigência da convenção 158 da OIT; a redução da jornada de trabalho; o pleno direito de greve (com a revogação das punições aplicadas aos sindicatos e anistia de dirigentes sindicais perseguidos pelas empresas); o estabelecimento do direito à organização e à ação sindical no local de trabalho; a efetiva proteção ao mandato do dirigente sindical no exercício da sua função, inclusive com a proibição expressa na lei de afastamento do dirigente do seu local de trabalho por decisão unilateral da empresa, a não ser depois de trânsito em julgado de decisão judicial; o fim do direito normativo da justiça do trabalho; o fim da unicidade e do imposto sindical; o estabelecimento do direito à negociação coletiva nacionalmente articulada (conforme proposta da CUT de início dos anos 90), inclusive para o funcionalismo público; estabelecimento de critérios democráticos para definição de representatividade de sindicatos, caso haja mais de um em determinada base, inclusive com a adoção da proporcionalidade definida pelo voto da base, para composição das comissões de negociação e para assinatura dos acordos que vigorariam nestas bases; ultratividade das cláusulas das convenções e acordos coletivos; etc.

A ALCA é um ponto decisivo na política nacional e da Central. Trata-se de um mecanismo de recolonização dos nossos países. O fundamental é o controle total da economia da região transformada em território privilegiado da acumulação capitalista e elemento de neutralização do papel político dos nossos países. Com a ALCA implantada, os povos latino-americanos poderão até eleger seus governantes, mas o controle das suas economias, será ainda mais, realizado pelos grandes grupos econômicos internacionais. Corremos o risco de virarmos, como Porto Rico, “territórios livres associados”, sem quaisquer direitos políticos e sociais. Lembremos que o NAFTA já condiciona, inclusive, as políticas educacionais do México e do Canadá. A possibilidade de um provão pode ser implantada em escala continental, para alegria do ex-ministro PR.

Segundo a Câmara Americana de Comércio as empresas dos EUA vendem hoje, para a América Latina algo em torno de 60 bilhões de dólares/ano. Com a ALCA passariam a vender cerca de 200 bilhões de dólares/ano. Trata-se de um brutal movimento de financiamento do capital americano pelos... povos famintos e doentes do continente. Esse projeto terá sempre o apoio das burguesias locais, ainda que aqui e ali estas busquem uma posição “especial”, vale dizer, uma vantagem diferencial entre si. A instituição de um “Painel Arbitral” liquida, na prática, a possibilidade de um Estado Soberano. Esse “tribunal” internacional, controlado obviamente pelos EUA, ao “dirimir” as demandas jurídicas que vierem a ocorrer entre uma multinacional e qualquer país integrante do tratado, legalizará a ditadura das multinacionais sobre os nossos povos. O tratado permitirá a apropriação da nossa biodiversidade (a Amazônia, as reservas de Água Potável, etc) e objetiva impor o padrão norte-americano para produção de alimentos, eliminando qualquer possibilidade do Brasil vir a ter uma soberania alimentar, indispensável a qualquer país que almeje um projeto de

desenvolvimento que priorize seu povo. Para implantar a ALCA o governo dos Estados Unidos vem trabalhando na perspectiva de acordos bilaterais, seja com um país (Chile), seja com um conjunto de países (Pacto Andino), através dos quais impõe as mesmas condições previstas no tratado da ALCA.

O efeito ALCA sobre a CUT é fantástico. As dificuldades do plebiscito e após sua realização, são reveladores. Na última reunião da direção nacional da CUT realizada em dezembro passado, esta se nega a apoiar o abaixo assinado da Campanha Contra a ALCA afirmando, entre outras coisas, que o abaixo assinado é contra o governo. O que se pede é a realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA, a realização da auditoria sobre a dívida prevista na Constituição Federal e a anulação do acordo que entrega a base de Alcântara aos EUA. Podemos ser contra isso? Em nome do que e de quem?

No quadro do plebiscito sobre a ALCA, consultou-se a vontade popular sobre a questão da Base de Alcântara. O controle, dessa base, pelos Estados Unidos, é estratégico. O território da América Latina deve ser monitorado. Teses defendidas por altas patentes das forças armadas americanas falam mesmo em monitorar todo o planeta. Essa perspectiva aterradora já começou. O monitoramento do espaço aéreo da Amazônia pelo projeto SIVAM, feito por uma “empresa” americana, permite desde controlar o deslocamento de aeronaves até a movimentação de tropas. A Bolívia e o Paraguai já tiveram seu subsolo mapeado por programas similares e isto é uma vantagem extraordinária para as empresas capitalistas. A luta pela anulação do acordo já assinado pelo governo anterior e em discussão no Congresso Nacional e contra a entrega da base de Alcântara é fundamental para qualquer perspectiva de soberania nacional.

A autonomia como método da política

Nos anos 80 houve um debate na área educacional onde os peemedebistas falavam em “da competência técnica ao horizonte político”, ao que a esquerda retrucava “do horizonte político à competência técnica”. Não se trata de um jogo de palavras mas, de afirmar o primado da política na condução das políticas governamentais. Em política, nunca há situação sem saída. A reinvenção da militância é condição necessária para que ultrapassemos os limites colocados pelos organismos internacionais. Fora daí, estaremos condenados à passividade e a observar como os governos que nós mesmos elegemos podem ser manietados.

Esse conjunto de questões convida a uma reflexão mais ampla. Poderíamos, se não fossem os limites deste texto já demasiadamente extenso, colocar em debate a relação direção-bases ou militância-base sindical/partidária. Como também seriam vitais reflexões sobre Partido/Sindicato. A forma pela qual nós as pensamos determinam, em grande medida, a questão: podemos ser críticos em relação ao governo que elegemos? Em que medida? Ou seja, poderemos e deveremos ter como elemento central da nossa análise a questão da autonomia, no nosso caso, do movimento sindical em relação ao Estado, ao patronato, às crenças, sejam de que tipo forem? Durante décadas afirmamos isso. Por que as dúvidas agora? A posição autônoma, classista e combativa permitirá aos trabalhadores ultrapassarem a fase na qual eles são meros atores do capital para construir um novo momento: o de sua realização como sujeitos da história.

O ANDES-SN deve, ainda uma vez, reafirmar sua posição de autonomia. Qual o sentido de falar-se em autonomia? Ela é uma posição política adequada e não uma frase feita. Ela revela não apenas uma concepção de realidade, mas, e principalmente, nossa coerência enquanto classe trabalhadora e movimento social. Enfim, como projeto de uma nova sociabilidade negadora do capital. Mesmo os governantes que foram eleitos deveriam querer que os militantes dos movimentos sociais estivessem firmes na defesa das políticas e não apenas dos eleitos, porque isto representa a possibilidade concreta de impedir que o atual jogo de forças elimine o nosso projeto, para impossibilitar a realização da caracterização que a Senadora Heloísa Helena fez, segundo a qual “o medo venceu a esperança”. Pensar com autonomia significa tentar construir, permanentemente, a identidade da classe, da categoria, do sindicato. *Quando se abre mão disto só nos resta confiar e obedecer.*

Dizíamos em Belém: “Pensando realisticamente, a direita deveria acreditar na possibilidade de eleger Lula. Seria a forma de ‘demonstrar’ que tanto faz este ou aquele, dado que o capitalismo (eufemisticamente chamado de ‘mercado’) tem uma naturalidade que ultrapasse a vontade deste ou daquele segmento político.” Os aplausos do conjunto da burguesia, de Davos ao FMI, revelam que ela assimilou que, para fazer suas reformas, é necessário alguém com legitimidade popular. Implementado o seu programa, não importa que partido governe, importa que governe com o seu programa. Como dizia Deng Ziao Ping: “não importa que os gatos sejam pardos ou brancos, importa que eles cacem os ratos”. Esse é o segredo de Polichinelo da racionalidade governamental. Recusemos a *realpolitik* limitadora da nossa capacidade de transformar o real.



Contribuição da assembléia da APUFSC -S.SIND

DÍVIDA EXTERNA: ÔNUS ETERNO

TEXTO APOIO

Eleito pela Coligação Lula Presidente, sob o sugestivo lema “Um Brasil para todos”, o novo Governo Federal completa pouco mais de dois meses de exercício, coincidindo com a realização do 22º Congresso do ANDES – Sindicato Nacional.

O manifesto de apresentação do Programa de Governo afirmava que a “preocupação central” do mesmo seria “apresentar mudanças de fundo para o nosso País. Não como um pacote fechado, mas aberto ao debate e a novas contribuições”.

Afirmava o manifesto “temos certeza que podemos mudar e melhorar o Brasil” e indicava como: “Com os pés no chão e os olhos no futuro, vamos arregaçar as mangas desde o primeiro instante e realizar um novo contrato social que coloque o país nos trilhos do desenvolvimento”. “Essa é a única maneira de construir um Brasil decente onde todos tenham a dignidade que tanto queremos”

Este foi, por certo, o entendimento amplamente majoritário que levou mais de 53 milhões de eleitores a eleger um líder operário para a Presidência da República.

Essa foi a “mobilização cívica” mais contundente da história recente da sociedade brasileira. E constitui a única base válida para a busca de um “novο contrato” que tenha por objetivo “os grandes acordos nacionais que devem incluir e beneficiar os setores historicamente marginalizados e sem voz na sociedade brasileira”.

Em vista disso a proposta era “promover um gigantesco esforço de desprivatização do Estado” o que “implica também um compromisso radical com a defesa da coisa pública”. Por isso “a administração deixará de estar a serviço de interesses privados, sobretudo dos grandes grupos econômicos, como até agora ocorreu”.

A recuperação do discurso vitorioso, na histórica campanha eleitoral de 2002, implica na reafirmação do reconhecimento da legitimidade política e social do Governo Lula para promover as mudanças prometidas.

O movimento sindical classista, democrático e autônomo, é combatente histórico das lutas de resistência contra as políticas autoritárias, opressoras e excludentes que levaram ao atual estágio de involução da sociedade brasileira.

Portanto, somos também detentores de uma substancial legitimidade para proclamarmos que, somente através da preservação radical da nossa autonomia poderemos contribuir para a consolidação do projeto histórico que tem servido como sustentáculo das nossas lutas e das nossas melhores esperanças.

Temos, por isso, responsabilidades políticas e sociais das quais não podemos nos omitir, neste momento histórico de tantos desafios.

A primeira delas é exercida nos limites da organização sindical autônoma e classista, nos locais de trabalho.

Há muitos anos defendemos políticas em favor da Educação e da Universidade Pública e Gratuita, do desenvolvimento científico e tecnológico e do engajamento da Universidade na luta geral em defesa da Democracia e dos direitos da maioria explorada e excluída da Sociedade brasileira.

As experiências acumuladas nos duros enfrentamentos com o Poder de Estado e as políticas dos Governos das elites levou-nos, porém, ao reconhecimento do caráter integral das lutas e a assumirmos plenamente o nosso papel de cidadãos, em busca da dignidade, permanente negada pelas imposições dos consensos neoliberais e suas políticas retrógradas autoritárias e anti-sociais.

Essa compreensão leva-nos a denunciar, na conjuntura, que ora vivenciamos, os desvios que se processam nos rumos das ditas “reformas”, assumidas como prioridades pelo atual governo, entre as quais a da Previdência Social, a do Sistema Tributário e a da Legislação Trabalhista.

Partimos do pressuposto que sem o entendimento e o correto enfrentamento das questões estruturais, que atingem o Estado e a Sociedade brasileira, não será possível encetarmos o caminho do desenvolvimento nacional autônomo e sustentável, com distribuição de renda e justiça social.

Uma questão estrutural central que cria limites inaceitáveis para a maioria da população é o ônus das dívidas externa e interna que estrangulam o Estado brasileiro e fazem que até governos como o atual, sustentado por um partido como o PT, sejam levados a se submeter à ditadura do mercado e do "sistema" criado por especuladores, banqueiros e outras "iminências" para dominar povos e nações.

Para objetivar, ainda que parcialmente, as formas de luta contra o império da dívida externa, uma das possibilidades é exigir o cumprimento integral do art. 26 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (ADCT) o qual fixa condições para a realização de exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro. (Auditoria da dívida externa).

Cabe aos movimentos sociais exigir o cumprimento de dispositivos legais que lhe permitam ter acesso a dados e informações acerca de contratos que afetam direta e drasticamente suas condições de vida. A auditoria da dívida externa é uma determinação constitucional desde a promulgação da CF de 1988 que não foi cumprida e que, portanto, é legalmente exigível desde então.

Por outro lado, não é mais aceitável que um governo eleito com compromissos democráticos e populares, continue a agir como os anteriores, no trato desta e de outras questões relacionadas.

Nestas condições é necessário criar mecanismos que permitam à Sociedade influir nos rumos das decisões que dizem respeito à política econômica, entre as quais as questões referentes às alternativas econômicas para o Estado Brasileiro.

Nesse sentido é importante registrar, mais uma vez, as mudanças propostas no Plano de Governo, "A imensa tarefa de criar uma alternativa econômica para enfrentar o desafio histórico da exclusão social exige a presença ativa e a ação reguladora do Estado sobre o Mercado". E mais "o controle social dará também mais transparência e eficácia ao planejamento e à execução das políticas públicas nas áreas da saúde, previdência social, habitações e nos serviços públicos em geral".

Evidentemente, a falta de democracia e controle social no que respeita aos contratos econômicos assinados pelo Poder Executivo em nome do povo brasileiro, levou à situação atual em que a maior parte da arrecadação de impostos, taxas e tributos destina-se a pagar os chamados "encargos financeiros da União", ou seja, juros sobre juros, subsídios ao capital e outros mecanismos menos conhecidos da sangria econômico-financeira - verdadeiro assalto do Estado brasileiro.

É essencial reverter esse quadro. E, mais uma vez, sem prejuízo de outras iniciativas e possibilidades, pode-se exigir o cumprimento das leis nacionais, em favor dos direitos sociais da maioria da população. Dispositivos constitucionais, em plena vigência, determinam que compete, privativamente, ao Senado Federal:

"V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal."

O pleno exercício destas competências pelo Senado, com amplo e irrestrito acesso da Sociedade, aos processos de divulgação, discussão, deliberação, aplicação e acompanhamento pode ensejar um mecanismo de controle social sobre a contratação das dívidas públicas, externa e interna e das obrigações daí decorrentes, com suas graves conseqüência para o povo brasileiro.

TR - 43

ADENDO AO TR nº 08

Exigir do novo governo federal o cumprimento dos dispositivos legais que viabilizam o controle social sobre os contratos relativos às dívidas públicas externa e interna, que o Estado assina em nome do povo brasileiro. Entre eles:

1) Art. 26 das Disposições Constitucionais Transitórias: "No prazo de um ano a contar da promulgação da Constituição, o Congresso Nacional promoverá, através de comissão mista, exame analítico e pericial dos atos e fatos geradores do endividamento externo brasileiro.

§ 1º A comissão terá a força legal de comissão parlamentar de inquérito para os fins de requisição e convocação, e atuará com o auxílio do Tribunal de Contas da União.

§ 2º Apurada irregularidade, o Congresso Nacional proporá ao Poder Executivo a declaração de nulidade do ato e encaminhará o processo ao Ministério Público Federal, que formalizará, no prazo de sessenta dias, a ação cabível.

2) Os itens V e VII do artigo 52 da Constituição da República:

"V - autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios;

VII - dispor sobre limites globais e condições para as operações de crédito externo e interno da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, de suas autarquias e demais entidades controladas pelo poder público federal."



Contribuição Diretoria da APUBH

Departamento de Financiamento da Universidade e Salários da APUBH

A QUESTÃO SALARIAL DOS DOCENTES DAS IFES

TEXTO APOIO

I - Breve Histórico

I.1 A CONSTRUÇÃO

Até 1985, havia uma carreira e uma tabela de vencimentos nas INSTITUIÇÕES AUTÁRQUICAS e, em cada INSTITUIÇÃO FUNDACIONAL, as tabelas e carreiras eram variadas.

Na greve de 1985 obteve-se a Lei de Isonomia entre as Fundações.

Na greve de 1987 obteve-se a Lei de Isonomia entre Autarquias e Fundações e o Plano Único de Carreira Retribuição Cargos e Empregos – PUCRCE (Decreto 94664 de 23.07.87).

No artigo 31 do PUCRCE, definiu-se a estrutura salarial das carreiras de 1º e 2º graus e de Magistério Superior, sendo estabelecidos como salário-gerador das tabelas o salário do Professor C1 = Professor Auxiliar I, em 20 horas com valor que correspondia à época 5,56 SALÁRIOS MÍNIMOS.

O salário de Professor A1 da carreira de 1º e 2º graus correspondia a 3.90 salários mínimos.

As diferenças entre as carreiras de 1º e 2º grau e do Magistério Superior não eram gritantes e a malha salarial era quase idêntica.

Foi na greve de 1987 que se conquistou o adicional por tempo de serviço (5% a cada 5 anos), as férias prêmio, a licença sabática e a incorporação dos incentivos por titulação e por dedicação exclusiva ao salário (vencimento e não gratificação).

Apesar do Plano Bresser ("empobressor") que suspendeu o gatilho salarial (a cada 20% de inflação havia reajuste automático) suprimindo um INPC de 26%, as correlações com o salário-mínimo continuavam as mesmas e foram até aumentados com a concessão de uma qualificação de 20% para Docentes e de 5% para Serv. Técnico-Administrativos a partir de 1º de outubro de 1987.

Na greve de 1989 foi obtido incremento de 1% na mudança de nível que passou de 4% para 5% e a dedicação exclusiva passou de 40% para 50% (Lei 7814/89) sobre o salário do regime de 40 horas.

A greve do funcionalismo público federal de 1989 conquistou uma política salarial (extinta em março de 90 por Zélia/Collor), a reposição do percentual (26%) da perda inicial do Plano Bresser e gerou um abono salarial uniforme.

Este abono distorceu a malha salarial!

Mas só até a greve de 1991.

Em 1990 após ampla mobilização instituiu-se o Regime Jurídico Único – RJU, (Lei 8112/90) – que estabelece no artigo 40 que nenhum vencimento será inferior ao salário-mínimo.

A greve de 1991, que durou na UFMG 124 dias, recompôs a malha salarial pela incorporação do abono e da gratificação de 20% no salário gerador da tabela (auxiliar 1 em regime de 20 horas). Além disso, o acréscimo no vencimento por aperfeiçoamento passa a 5%, por especialização a 12%, por mestrado vai de 15% para 25% por doutorado vai de 25% para 50% e a dedicação exclusiva passa de 50% para 55% .

O arrocho salarial Collor/Zélia, só superado pelo arrocho FHC/Malan, foi tão intenso que gerou até panelaço das mulheres dos militares em abril de 1992.

Em agosto de 1992, através da Lei Delegada nº 13 INSTITUI-SE A GRATIFICAÇÃO DE ATIVIDADE NO EXECUTIVO – GAE, NO LEGISLATIVO – GAL E NO JUDICIÁRIO – GAJ.

A GAE VARIAVA DE 30% A 160%.

Aos docentes foi destinado o menor percentual 30% em agosto de 1992. Alterado para 80% em novembro de 1992. Para 90% em agosto de 93 (ainda com Collor), para 100% em outubro de 93 (já com Itamar); para 120% em fevereiro de 94, para 140% em abril de 94 e finalmente para 160% em 1º/06/94 (ainda com Itamar).

Embora a maior parcela da remuneração (vencimento + gratificação) fosse de gratificação, a **HIERARQUIA** salarial, por classe, nível, titulação e regime de trabalho estava preservada.

NENHUM VENCIMENTO, EM 20 HORAS, ERA MENOR QUE O SALÁRIO MÍNIMO, COMO PRECEITUA O RJU – LEI 8112/90.

I.2 – A DESCONSTRUÇÃO

Quando Itamar passou a faixa presidencial a FHC o vencimento do Auxiliar 1 em regime de 20 horas era de R\$ 122,31, o salário mínimo era de R\$ 70,00 e o dólar americano valia R\$ 0,83.

O menor vencimento de professor universitário federal em 1º de janeiro de 1995 era de R\$ 122,31 ou 1,75 SM ou US\$ 147,36.

Com a GAE de 160% a remuneração do professor auxiliar I, em regime de 20 horas era de R\$ 318,01 o que correspondia a 4,54 salários-mínimos ou US\$ 383,14.

O menor vencimento em 1º de janeiro de 1995 de professor federal em regime de 20 horas era de R\$ 81,22 equivalente a 1,15 SM ou US\$ 99.

Este era o vencimento do professor de nível 1 da classe A do magistério de 1º e 2º graus.

Em maio de 1995, quando o salário-mínimo foi reajustado para R\$ 100,00, os vencimentos dos professores A1, A2, A3, A4 e B1 em regime de 20 horas ficaram inferiores ao salário mínimo e tiveram de ser complementados, ficando a classe reduzida na prática a nível único.

A malha salarial passa a ser totalmente desestruturada. Suprimem-se as diferenças salariais de nível e os acréscimos para 40 horas, para algumas posições da carreira.

Isso por que só se cumpriu um pedaço da legislação em vigor (o artigo 40 da Lei 8112/90) **IGNORANDO A VIGÊNCIA DA LEGISLAÇÃO ESTRUTURANTE NAS CARREIRAS DE MAGISTÉRIO FEDERAL DE 1º E 2º GRAUS E DE MAGISTÉRIO SUPERIOR (3º GRAU)**

II – A PROPOSTA DA AG-APUBH – A RECONSTRUÇÃO

II.1 FATOS

Uma vez desestruturada a malha salarial os reajustes lineares embora **JUSTOS E NECESSÁRIOS, NÃO SÃO SUFICIENTES PARA RECOMPOR AS PERDAS OCORRIDAS.**

O pessoal A1 em 20 horas já obteve na prática, recomposição dos vencimentos da ordem de 150% (81,22 para R\$ 200,00).

Outros docentes obtiveram apenas 3,5% além da reposição de no máximo 15% da greve de 2001.

Fora isso o que ocorreu foi a GED e a GID que aprofundaram ainda mais as distorções da malha salarial e quebraram a paridade entre ativos e inativos ou pensionistas.

O índice geral de reajuste previsto em 4% para 2003 está ameaçado de ser reduzido para 2,5% em nome da necessidade de aumentar o superávit primário para R\$ 68 bilhões.

Ora, neste contexto, a viabilidade de um reajuste linear geral de 25% é praticamente nulo. Apontar **apenas** esta opção é investir no impasse.

Até porque várias categorias de servidores tiveram, em diferentes, graus seus planos de carreira revistos e atualizados, tais como, O JUDICIÁRIO, O LEGISLATIVO, OS MILITARES, A CIÊNCIA E TECNOLOGIA, A PROCURADORIA, A ADVOCACIA GERAL DA UNIÃO, OS ANALISTAS DE ORÇAMENTO E FINANÇAS, ETC.

A proposta da AG/APUBH não exclui nem a luta geral por um reajuste emergencial de 1º de junho de 1998 a 1º de abril de 2002 (25,17% / ICV-DIEESE) nem uma análise da recomposição de 1º de janeiro de 1995 a 1º de abril de 2002 (94,76% / ICV-DIEESE), nem a luta por uma nova carreira proposta pela ANDES-SN, nem as demais reivindicações dos SPF.

O que se propõe de imediato, **como pauta específica**, é uma reestruturação da malha salarial das carreiras docentes de 1º e 2º graus e de magistério superior com fundamento na legislação estruturante do PUCRCE e do RJU, que brotou do conjunto de lutas da categoria e principalmente das greves de 85, 87, 89, 91 entre outras.

TR - 44

O 22º da ANDES aprova os seguintes fundamentos para recomposição da malha salarial dos professores das IFES.

II.2 FUNDAMENTOS

1º FUNDAMENTO

A referência básica salarial dos docentes sempre foi o regime de 20 horas. Até 1987 (Lei da Isonomia e PUCRCE) os títulos e a dedicação exclusiva eram tratados como apêndices (incentivos e gratificações).

O PUCRCE tornou o regime de trabalho em 40 horas, em extinção consagrando o regime de 20 horas como referência geradora das tabelas e o regime de tempo integral com dedicação exclusiva como preferencial.

O salário ou o vencimento passou a ser definido pela classe, nível, regime de trabalho e titulação.

Como o regime de 40 horas passou a regime em extinção, os salários ou vencimentos neste regime ficaram definidos como o dobro do regime de 20 horas ou acréscimo de 100% ao valor de 20 horas, da mesma classe, nível e titulação.

2º FUNDAMENTO

A Constituição Federal promulgada em 05 de outubro de 1988 – CF/88 principal contrato a ser honrado estabeleceu como princípios a isonomia salarial, a aposentadoria integral, com paridade entre ativos e inativos e o regime jurídico único – RJU.

Ao implementar o Regime Jurídico Único – RJU – a escolha poderia ter sido por CLTário ou celetista, estatutário ou ainda um 3º regime.

O Poder Executivo, não só da esfera federal, buscando fugir do depósito mensal de 8% relativo ao FGTS e supondo-se livre da parcela patronal de 22%, adotou a reivindicação das entidades de servidores por um regime jurídico único estatutário.

No caso da União, formalizado na Lei nº 8112/90.

Nesta lei, encontra-se o princípio “nenhum vencimento será inferior ao salário mínimo”.

No caso dos docentes federais, nenhum vencimento em regime de 20 horas, será inferior ao salário-mínimo vigente.

Tanto é assim que, desde maio de 1995, os vencimentos de docentes que ficaram inferiores ao salário-mínimo tem sido complementados com reflexos na GAE (Gratificação de Atividade no Executivo)

Em 2001 várias classes e níveis das carreiras de 1º e 2º graus e de magistério superior (3º grau) ficaram submersas ao salário mínimo, chegando-se ao absurdo de vencimentos em regime de 20 horas, serem idênticos aos de 40 horas (no 1º e 2º graus).

Agora em 2003 isto poderá se repetir.

3º FUNDAMENTO

Definido o salário-gerador em 20 horas, não inferior ao salário-mínimo, trata-se de recompor a malha salarial, incorporando-se as gratificações e restaurando a paridade salarial entre ativos e inativos ou pensionistas.

4º FUNDAMENTO

Isonomia com a Carreira de Ciência e Tecnologia. Os vencimentos serão acrescidos de 70%, 35%, e 18% e 9% para os detentores de título de doutor, grau de mestre, certificado de especialização e certificado de aperfeiçoamento, respectivamente, em isonomia com os percentuais aplicados às Carreiras de Ciência e Tecnologia e em substituição aos atuais percentuais de 50%, 25%, e 12% em vigor a partir da Lei 8243 de 14/10/1991. A exceção fica no APERFEIÇOAMENTO (180h) que será metade da ESPECIALIZAÇÃO (360h).

T.V.B.P. – DOCENTES MAGISTÉRIO SUPERIOR – REGIME 20 HORAS

VALORES DEVIDOS

Vencimento

	vencimento = GAE 160% = remuneração
AUX 1	301,16 + 481,86 = 783,02
AUX 2	316,22 + 505,95 = 822,17
AUX 3	332,03 + 531,25 = 863,28
AUX 4	348,63 + 557,81 = 906,44
ASS 1	383,49 + 613,59 = 997,08
ASS 2	402,67 + 644,57 = 1046,96
ASS 3	422,80 + 676,48 = 1099,28
ADJ 1	443,94 + 710,31 = 1154,25
ADJ 2	466,14 + 745,82 = 1211,96
ADJ 3	489,45 + 783,11 = 1272,56
ADJ 4	513,92 + 822,27 = 1336,19
TIT	642,40 + 1027,84 = 1670,23

VALORES PAGOS

* Professores que têm vencimento básico inferior ao salário-mínimo.

Venc + GAE + GED

200,00 + 320,00+101,4 = 621,40 (6%)

200,00 + 320,00+101,4 = 621,40 (6%)

200,00 + 320,00+101,4 = 621,40 (16%)

200,00 + 320,00+101,4 = 621,40 (26%)



*Contribuição sindicalizado Prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC. –
Sindicalizado da APUFSC S.Sind.*

PROPOSTA DE EIXO DE LUTA PARA AS IFES:

Texto Apoio

É necessária uma correção salarial que recomponha os salários corroídos pela inflação recente, bem como a dos anos FHC. Por outro lado, a melhor forma de incorporar as gratificações GED, GID e GAE é através de uma nova carreira docente que também incorpore ganhos judiciais como a URP e os estenda a todos os professores. Estas devem ser reivindicações que, mesmo que nem todas unifiquem com os SPFs, representarão um ganho real para os professores.

TR - 45

O eixo de luta salarial dos docentes das IFES em 2003 deve contemplar uma nova carreira docente que represente a incorporação de gratificações como a GED, GID e GAE, a extensão de ganhos judiciais como a URP a todos os professores, a inclusão de uma nova classe entre adjunto e titular, além de recomposição salarial devido à inflação do último ano e um plano de recomposição para as perdas no período FHC.

POR UMA UNIVERSIDADE SEMPRE PÚBLICA, GRATUITA E SOCIALMENTE REFERENCIADA.

“A mobilização não é cíclica. Pois se a mobilização é considerada cíclica a desmobilização é cotidiana e contribui significativamente para a aceitação do modelo de desmonte da Universidade. Para o seu combate torna-se mister o chamamento da categoria à discussão.”

LGMS

TEXTO APOIO

A adaptação continua a dominar a cena na universidade pública, gratuita e socialmente referenciada, que já não é pública, nem gratuita, e de social tem muito pouco. A individualidade tornou-se a marca mais profunda do acadêmico, e a guerra por projetos e bolsas que complementem o salário está induzindo os corpos docente e discente a uma disputa acirrada, onde até as vias de fato são usadas para decidir quem abocanhará o valor a conquistar.

Os alunos deixaram de ser a prioridade e busca-se com sofreguidão e sem poupar esforços o direcionamento do acadêmico para atividades de fins lucrativos, como a prestação de serviços, que pode facilmente estar disfarçada como um projeto de extensão. Justifica-se que é preciso produzir, para a garantia da sustentabilidade das atividades, mas neste contexto os alunos são extremamente prejudicados, e podemos facilmente perceber professores extremamente bem qualificados desempenhando atividades meramente técnicas, não justificando o imenso investimento em qualificação garantido pela sociedade brasileira.

Mas tudo é justificável, e é possível encontrar explicação para todas as ataques ao caráter público na Universidade. Os laboratórios são ditos meus, os computadores são vedados aos alunos como um todo e exclusivos para os bolsistas de projetos de pesquisa que em sua quase totalidade são obtidos sem divulgação e discussão ampla e democrática no fórum apropriado, os departamentos. Ressalte-se ainda a quase total inexistência de projetos em benefício da população mais excluída.

Todas as ações, que atacam a Universidade, cursos de especialização pagos, prestação de serviço sob forma de projetos de extensão, fundações de pesquisa em profusão para referendar a complementação salarial via projetos, recursos através de agências, bolsas que tornam o salário uma quantia irrisória, encontram uma aceitação extremamente significativa na maioria da classe docente. É a famosa modernidade, não se pode viver na idade da pedra lascada que é defender o caderno 2 do Andes-SN.

E por falar em Andes, como anda a luta para o desnudamento dessas excrescências na Universidade que já não é pública, nem gratuita e muito menos social. Parece que fingimos a cada Congresso que combatemos esse modelo implantado, mas profundamente não o discutimos. Não centramos concretamente nossas buscas num plano de enfrentamento a essas adaptações que matam a Instituição do exemplo e da cidadania. No digladiar das correntes, deixamos de traçar estratégias de combate a essas ações que aniquilam a Universidade. Vaias e aplausos em profusão. Parece até que aceitamos a modernidade. Não basta bradar o caderno 2, é preciso mostrar que ele é o que defende o modelo correto de universidade. Será por medo de desagradar à maioria da base que não priorizamos a discussão de tais assuntos com a categoria? Ou em função das eleições sindicais? Se a Universidade morrer não haverá seção sindical que represente uma classe que não existe. Não adianta temer as descobertas, é preciso expressar nossas discordâncias com este modelo tão bem aceito pela categoria, que pode através de todas essas ações de ataque à universidade contar pontos para a GED, e mostrarmos que este modelo está matando a universidade pública brasileira.

Esqueçamos as eleições, parece que só vivemos para elas. Cadê os levantamentos sobre as práticas privatizantes? Cadê as discussões sobre as mesmas. Não adianta apenas as discutirmos nos Congressos. Nossa base está em extremo deleite com o modelo imposto e aceito. Precisamos esquecer as batalhas políticas internas. Elas não existirão quando não mais existir Universidade Pública. Não podemos a cada Congresso reafirmar decisões e ações que não são discutidas com a categoria, por ausência da mesma. O distanciamento abismal entre direções e base a cada dia se acentua. Quantas assembleias deixaram de ser realizadas por falta de quorum? Quantas reuniões de Conselho de Representantes não aconteceram pelo mesmo motivo? Quantos grupos de trabalho estão efetivamente funcionando em cada S.Sind?

Enquanto isso apesar dos avanços a comunicação continua a ter seus velhos percalços no nosso

Sindicato. É comum percebermos nas Seções Sindicais entulhos de Informandes depositados em grandes pacotes, sem ser distribuídos com a categoria, que em sua maioria, não lê os instrumentos de comunicação do Sindicato, via escrita e nem acessa as páginas do Andes-SN e S.Sinds. A linguagem continua carregada e textos muito longos, contribuem para esse desprezo aos textos do Sindicato.

Para o combate a aceitabilidade do inevitável modelo, torna-se necessário, prioritariamente, uma discussão com a categoria. E para isto é preciso que consigamos conclamá-la ao debate. Sem expor o modelo que continuamos a defender e demonstrar os ataques que o modelo aceito representa ao caráter público da universidade não conseguiremos reverter o quadro de profunda adaptação da categoria docente. Para tanto propomos:

TR - 46

1. A realização de uma pesquisa com a categoria docente, coordenada pelos GTCAs das Seções Sindicais para diagnosticar o grau de satisfação dos sindicalizados em relação à condução do sindicato e quais as concordâncias e discordâncias da categoria em relação às ações implementadas pelas suas diretorias. Buscar também através da pesquisa junto à base a identificação de um perfil da categoria docente e seu grau de adaptação ou inconformidade com as políticas de ataque ao caráter público da Universidade pública brasileira, implementadas nos últimos dez anos pelo governo;
2. Realizar um amplo levantamento junto à administração da universidade sobre práticas privatizantes no seio de cada IFES; dos projetos de pesquisa, extensão e prestação de serviços em andamento nas Instituições para diagnosticar se o perfil acadêmico da Instituição está em consonância com o modelo de Universidade defendido pelo Andes-SN e contido no caderno 2;
3. Realizar um seminário em cada S.Sind., organizado pelas diretorias das mesmas, com ampla divulgação, para a massificação das informações colhidas e discussão com a categoria sobre as formas de combate as práticas privatizantes em curso nas IFES;
4. Quando se tiver um quadro nacional sobre os dados colhidos, realizar um seminário nacional para a análise do grau de aceitabilidade ao modelo imposto e definir as ações de combate mais específico a este modelo;
5. Que os GTCAs das Seções Sindicais sejam reativados para uma discussão sobre a política de comunicação do nosso Sindicato.



Contribuição Prof. Marsílio de Alencar Sá Leitão - Sindicalizado da ADUFEPE-S.Sind

Reforma da Previdência: um Caminho Alternativo para o Emprego Público ?

TEXTO APOIO

Em seu curto período de atuação, o novo governo federal tem se comportado, no mínimo, de modo estranho, em função das decisões tomadas nos mais variados campos. Cite-se, por exemplo:

- Redifinição espontânea (?), para mais, do superávit primário.
- Dois aumentos na taxa de juros.
- Redução no crédito.
- Silêncio absoluto acerca do salário mínimo.
- Desconsideração completa, quanto à revisão salarial do funcionalismo público federal e emissão de contra-ordem para o pagamento, já agendado, de um resíduo dos 3,17%, a que a categoria tem direito.
- Priorização da Reforma Previdenciária, com indicação clara de objetivos prejudiciais ao funcionalismo.

Alguma coisa está errada !

Como resposta, apenas silêncio. Silêncio nos partidos, silêncio na CNESF, silêncio nos sindicatos em geral, silêncio na CUT, silêncio no ANDES-SN e nas suas seções sindicais.

Alguma coisa está errada !!

Será que, uma vez satisfeito o Fora FHC, já se pode calar o Fora FMI ? Será que, agora, já é aceitável discutir a ALCA ? Será que o Fome Zero é incompatível com a sonhada recuperação do

salário mínimo ? Será que o funcionalismo público federal não mais necessita de revisões salariais, nem precisa mais recuperar suas perdas ? Será que esse mesmo funcionalismo passou, agora, a aceitar o rótulo de classe privilegiada ? Segundo as tradições do movimento, é evidente que, para todas essas perguntas, a resposta deve ser não, mas parece que se quer responder sim.

Alguma coisa está muito errada !!!

De modo algum se pode descurar do aspecto geral das questões, mas, em se tratando de um Congresso Nacional do ANDES-SN, atenção maior deve ser dispensada à esfera pública e principalmente ao setor docente. Historicamente engajado nos movimentos de oposição e, neles, ocupando sempre posição de destaque pela própria natureza formadora de opinião de seus filiados, o ANDES-SN e suas seções sindicais têm direções, em sua maioria, ligadas ao PT. Entretanto, vive-se hoje a contradição de se ter que combater, naquele a quem se elegeu para a presidência do país, ações semelhantes às de seus antecessores, quando se esperava que as mesmas fossem diametralmente opostas àquelas. Isso pode ser entendido como o motivo principal do silêncio e, conseqüentemente, do imobilismo a ele associado, mas tal interpretação deve ser imediata e veementemente rechaçada, face à natureza classista que sempre norteou todas as ações da entidade. Nesse contexto, cabe aos que fazem esse congresso tomarem as decisões necessárias, por mais duro que seja fazê-lo, na defesa dos interesses da classe, para que, nessa nova realidade, não se continue como dantes: sempre correndo atrás, sempre lutando para reverter situações provenientes das iniciativas do governo. É preciso sair na frente, mostrando a vontade da categoria e a disposição da mesma para a luta, independentemente de quem seja governo. Atualmente, artigos publicados nos jornais, escritos por analistas como Jânio de Freitas, Clóvis Rossi, Pedro Porfírio e outros, costumam despertar em quem os lê, especialmente se for um docente politicamente engajado do setor público, exclamações tais como: ah, se eu pudesse colocar um desses na presidência do meu sindicato!

Dentre os temas colocados, a questão da reforma da previdência exige do ANDES-SN e de suas seções sindicais, um posicionamento imediato e firme, ou não será mais possível segurar a avalanche que se anuncia. Na realidade trata-se de uma segunda reforma, visando fundamentalmente atacar a previdência do servidor público, uma vez que o Regime Geral de Previdência Social – RGPS já se encontra modificado e consolidado, segundo os parâmetros da primeira reforma. Os principais pontos visados são: submissão dos novos ingressantes no sistema, ao teto máximo de aposentadoria do RGPS; criação de uma regra de transição para os atuais participantes do sistema; fixação da idade mínima para aposentadoria em sessenta e cinco anos para os homens e sessenta anos para as mulheres; eliminação da aposentadoria integral, passando a calculá-la em função do fator previdenciário; desvinculação do aposentado, relativamente à carreira da qual ele é egresso, eliminando os reajustes isonômicos. Em resumo, o que significa isso, senão submeter integralmente o funcionário público ao RGPS, descaracterizando-o completamente? Retornando um pouco no tempo, é possível encontrar, no ano 2000, as duas versões do **Anteprojeto da Lei de Emprego Público para as IFES**, datados de 20/07/2000 e 16/09/2000, cujo núcleo central era exatamente a adoção do regime de CLT para as novas contratações, com o conseqüente deslocamento de sua aposentadoria para o RGPS. Agora, não só os novos participantes seriam atingidos, mas todos. Não havendo, neste momento, uma posição firme do ANDES-SN contra essa reforma da previdência, estará sendo aceita, e não só para as IFES, mas para todo o funcionalismo, a essência daqueles anteprojetos contra os quais tanto lutamos. A partir daí, com muito maior facilidade, serão implantadas as outras propostas neles contidas.

É importante compreender e destacar, que o regime de CLT também vem sendo violentamente atacado por propostas de reforma extremamente prejudiciais aos interesses dos trabalhadores. Além disso, as relações de trabalho da esfera do serviço público não podem ser balizadas pelo direito privado, dado que a sua natureza exige um vínculo especial e inconfundível com qualquer outro. A finalidade do Serviço Público é de natureza social e não pode ser reduzida à garantia da reprodução do capital. É preciso ainda registrar que o regime CLT é inadequado, tanto para garantir o princípio constitucional da autonomia universitária, quanto a independência da produção científica.

O movimento não pode parar. A decisão não pode esperar. É tarefa do sindicato atuar sempre, sem hesitação e com todas as forças, em defesa dos direitos da categoria, não importando o partido que está no poder, nem a pessoa que ocupa a presidência. **À luta já, com independência, inteligência, coragem, força e determinação !**

TR - 47

O 22º Congresso Nacional do ANDES-SN delibera pela:

- 1 - Manutenção da palavra de ordem **FORA FMI**.
- 2 - Adição da palavra de ordem **NÃO À ALCA**.
- 3 - Deflagração imediata da **Campanha Salarial 2003**, contemplando **reajuste linear emergencial e incorporação das gratificações**.
- 4 - **Tomada de posição contrária à Reforma da Previdência**.
- 5 - Adoção do Eixo de Luta: **PREVIDÊNCIA PÚBLICA É JUSTIÇA E NÃO PRIVILÉGIO – NÃO À REFORMA !**

Tema II - QUESTÕES ORGANIZATIVAS E FINANCEIRAS



Diretoria do ANDES-SN

SOBRE O RECURSO APRESENTADO PELO PROF. DALTON MELO MACAMBIRA

TEXTO APOIO

Em 24 de junho de 2002, o professor Dalton Melo Macambira apresentou recurso da decisão do 44º CONAD que lhe impôs a pena de suspensão de 60 (sessenta) meses.

Em 30/1/03, foi encaminhada correspondência ao prof. Dalton Melo Macambira informando-o que o seu recurso seria apreciado pelo 22º CONGRESSO.

Em 6/2/03, foi encaminhado às seções sindicais o Caderno de Textos do 22º CONGRESSO, contendo o texto 15 e o TR 15 em que a Diretoria propõe a rejeição do recurso apresentado pelo prof. Dalton Melo Macambira, mantendo a deliberação do 44º CONAD de impor-lhe a suspensão dos quadros do sindicato por 60 (sessenta) meses.

O prof. Dalton Melo Macambira encaminhou, em 17/2/03, carta à Diretoria pedindo a retirada do seu pedido de recurso apresentado ao 22º CONGRESSO pelo fato de, em sua opinião, não haver sido observado o direito à ampla defesa, informando que, por essa razão, recorreria ao Poder Judiciário.

O argumento utilizado pelo professor para embasar o pedido de desistência de seu recurso ao 22º CONGRESSO, isto é, que não lhe fora dado o direito à ampla defesa, não expressa a realidade, pois a possibilidade de se reportar ao Congresso não se limita à inclusão de solicitação via Caderno de Textos, considerando que o direito a tal prerrogativa só se encerra ao final da produção do Anexo ao Caderno, o que se deu em 24/2/03. A Diretoria do ANDES-SN, em respeito ao direito à ampla defesa, aguardou até essa data para apresentar ao 22º CONGRESSO o conjunto de documentos (anexos) que registram a seqüência histórica dos fatos.

Diante do exposto e considerada a desistência do recurso pelo prof. Dalton Melo Macambira, a Diretoria do ANDES-SN propõe que:

TR - 48

O 22º CONGRESSO delibere a retirada de pauta do TR 15.

Anexo 1

Teresina (PI), 24 de junho de 2002

Do: Prof. Dalton Melo Macambira
Para: Prof. Luiz Carlos Gonçalves Lucas
Presidente da ANDES-SN

Senhor Presidente,

Vimos através da presente missiva, a despeito do nosso bastante procurador tomar a mesma iniciativa, interpor recurso ao 22º Congresso da ANDES-SN da decisão do 44º CONAD que decidiu

nos impor a penalidade de suspensão por 60 meses dos quadros da entidade, pelas razões seguintes que nos impediu de apresentar no referido evento a nossa defesa:

1. O relatório da diretoria da ANDES-SN que foi distribuído no 21º Congresso da entidade **NÃO** continha como anexo à defesa dos acusados conforme nos foi assegurado por V. Sa. quando de audiência realizada conosco na primeira comissão constituída pela diretoria. Tal fato além de tornar o processo viciado e parcial quebrou a confiança que tínhamos em V Sa. na condução dos trabalhos da citada comissão. Outro agravante é que somente tomamos conhecimento do referido relatório durante o evento e menos de 12 horas da sua distribuição e discussão nos grupos mistos;
2. O relatório da diretoria da ANDES-SN foi distribuído e apreciado no 21º Congresso contra uma decisão judicial que reconhecia não ter havido o exercício do amplo direito de defesa e do contraditório, razão pela qual processamos o ex-presidente, professor Roberto Leher, por desobediência à decisão judicial que, se condenado, perderá a prerrogativa de ser réu primário, bem como estamos processando a diretoria da ANDES-SN por danos morais;
3. Entendemos que a nova comissão constituída pela diretoria da ANDES-SN não poderia ter retomado o processo a partir da citada decisão do 21º Congresso;
4. A decisão do 21º Congresso, além de ter sido tomada de forma ilegal, inverteu completamente qualquer rito processual ao estabelecer as penas dos acusados antes do devido processo administrativo, condenando os acusados antecipadamente;
5. O primeiro relatório, da primeira comissão, estava eivado de mentiras, aleivosias e acusações levianas contra os ex-diretores da ANDES-SN. A comprovação inequívoca desta afirmação está no fato de que a segunda comissão, em seu relatório apresentado ao 44º CONAD, ter reduzido as supostas acusações a apenas uma (01);
6. Ressalte-se que a receita anual administrada pela diretoria da ANDES é de cerca de 3,5 milhões de reais. A única acusação diz respeito a uma suposta nota fiscal, no valor de 1.600,00 (hum mil e seiscentas reais), supostamente paga pela diretoria da ANDES para campanha da chapa 1 em 2000. A própria comissão não conseguiu esclarecer, nem provar o contrário, se o citado pagamento poderia ou não ser relativo ao jornal das duas chapas autorizado pela Comissão Eleitoral da época como é tradição no movimento docente;
7. Outro agravante deste processo viciado é que o meu advogado, Dr. Egmar José de Oliveira, somente tomou conhecimento do relatório final da nova comissão da diretoria e seus respectivos anexos no dia 19/06/02, não havendo tempo suficiente para, antes do CONAD, abrir-se vista dos autos para a defesa produzir suas alegações finais e, se for o caso, requerer diligências ou solicitar eventual perícia nos documentos, conforme preceitua o Código de Processo Civil. Portanto, ao contrário do que a diretoria da ANDES-SN afirma, mais uma vez não houve o devido respeito ao direito de ampla defesa e ao contraditório;

Neste sentido, sem prejuízo de tomarmos medidas judiciais cabíveis, solicitamos a V. Sa. a declaração de efeito suspensivo da decisão do 44º CONAD em função da formalização do presente recurso, conforme nos assegura o Estatuto da ANDES-SN.

Atenciosamente,

Prof. Dalton Melo Macambira

ANEXO 2

Carta Nº 024/2003

Brasília, 30 de janeiro de 2003.

Da: Diretoria do ANDES-SN

Para: Professor Dalton Melo Macambira

Prezado professor:

A diretoria do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior – ANDES-SN comunica a V. Sª que seu pedido de recurso da decisão do 44º CONAD, de suspendê-lo dos quadros do Sindicato por um período de 60 (sessenta) meses, será apreciado dentro no 22º Congresso do ANDES-SN, que realizar-se-á de 8 a 13 de março de 2003, em Teresina (PI).

A discussão sobre esse assunto acontecerá dentro do tema relativo às Questões Organizativas e Financeiras, conforme proposta de cronograma e pauta a ser submetida à deliberação da plenária de instalação do 22º Congresso do ANDES-SN.

Atenciosamente,

Profª Ana Lúcia Barbosa Faria
1ª Secretária

Aviso de Recebimento – AR

Nº do objeto: 731267949

ANEXO 3

Teresina (PI), 17 de Fevereiro de 2003

Do: Professor Dalton Melo Macambira
Para: Diretoria da ANDES-SN

Senhores Diretores,

Acusamos o recebimento da Carta No 024/2003 (30/01/03) enviada pela primeira secretária da entidade, professora Ana Lúcia Barbosa Faria, comunicando que o nosso pedido de recurso da decisão do 44o CONAD, que trata da nossa suspensão dos quadros do sindicato por um período de 60 (sessenta) meses, será apreciado no 22o Congresso da ANDES-SN que realizar-se-á de 8 a 13 de março de 2003, em Teresina (PI).

Apresentamos o recurso de boa fé acreditando que o direito a ampla defesa e do contraditório, que até aqui não havia nos sido assegurado, finalmente seria observado pela diretoria da ANDES-SN. Após tomar conhecimento da publicação do caderno de textos do 22o Congresso, verificamos que apenas consta a posição (TEXTO 15) e a proposta da diretoria (TR - 15). O texto onde justificamos o nosso pedido de recurso, enviado para a diretoria em 24 de junho de 2002, foi simplesmente ignorado, isto é, não foi igualmente publicado. Vale lembrar que o mesmo fato também se verificou no 21o Congresso da entidade.

Tal fato é uma demonstração inequívoca de que novamente não nos será assegurado o direito a ampla defesa e do contraditório e que a diretoria da ANDES-SN mais uma vez desrespeita o Estatuto da entidade e a tradição democrática do movimento docente, bem como revela o conteúdo político que está por trás dessa ação contra ex-diretores do sindicato nacional.

Neste sentido, estamos retirando o nosso pedido de recurso ao 22o Congresso da ANDES-SN e informando que iremos provar a nossa inocência no PODER JUDICIÁRIO, onde esperamos encontrar um ambiente suficientemente saudável, racional e democrático para o exercício do amplo direito de defesa e do contraditório, que infelizmente não encontramos no nosso sindicato nacional.

Atenciosamente,

Prof. Dalton Melo Macambira

MSN Messenger: converse com os seus amigos online.

<http://messenger.msn.com.br>

TEXTO 49

Contribuição do prof. Rubens Weyne - sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.

ELEIÇÃO DE DELEGADOS PARA CONGRESSOS

TEXTO APOIO

A busca da democracia é uma questão permanente de nosso sindicato e tem como pressuposto a garantia da participação de todos. Esta busca é expressa nas instancias deliberativas do sindicato pela forma representativa que é a eleição delegados para Congressos e Conad's ou representantes para GT's e seminários além de outras atividades.

O que se observa nos congressos é que a representação feita por delegados eleitos pela base não leva em conta a presença dos sindicalizados nas assembléias e pode levar a distorções se o nosso real desejo é que a base esteja sempre bem representada. Na história de nosso sindicato tivemos alguns momentos em que a representação de AD's nos Congressos foi maior que o número de participantes na assembléia que os elegeu.

Uma das formas de corrigir este problema é incentivar a participação das pessoas nas assembléias e que as diretorias se empenhem para que as assembléias estejam sempre com um grande número de sindicalizados. Neste sentido proponho que para cada delegado de base a que a AD tenha direito seja necessário a presença de 10 sindicalizados na assembléia. As AD's com até 100 sindicalizados teria o quorum mínimo 10 pessoas para a escolha de um delegado de base e as AD's maiores, que tem entre 3.500 e 4 mil sindicalizados, e pode ser representada por 13 delegados necessitariam de no mínimo 130 sindicalizados na assembléia para eleger todos a que tem direito. Nas AD's que não tivessem atingido a proporção de 10 presentes para cada delegado, elegeriam a quantidade de delegados conforme o número de presentes na assembléia. Se tivessem 15 presentes elegeriam 1 delegado, 58 presentes elegeriam 5 delegados, e assim por diante. Acredito que com esta decisão aprimoramos a democracia em nosso sindicato.

TR - 49

1. O congresso delibera que a eleição de delegados para os congressos do sindicato levará em conta o número de sindicalizados presentes na assembléia. Para cada delegado a que a AD tem direito é necessário a presença de 10 sindicalizados na assembléia.
2. Esta decisão não se aplica às AD's que já estabelecem quorum mínimo para as assembléias em seu regimento.

TEXTO 50

Contribuição do Prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC. – Sindicalizado da APUFSC S.Sind.

PROPOSTA DE QUESTÃO ORGANIZATIVA

TEXTO APOIO:

a) Para dar maior agilidade aos Grupos de Trabalho da ANDES-SN, em vez de restringir ao Congresso da entidade a possibilidade de indicar membros, sugiro que qualquer instancia deliberativa que não o Congresso, desde as ADs-SS, o CONAD e a diretoria, possa indicá-los..

b) Além disso, por exemplo, no GT Etnia foi levantado várias vezes que o GT não pode deliberar sobre nada, nem sequer sobre o encaminhamento de um censo étnico nas IES, para se conhecer a realidade racial do Ensino Superior, como subsidio às discussões do GT. Isto dificulta o próprio trabalho do Grupo. Proponho que os Grupos de Trabalho possam deliberar sobre encaminhamentos relativos à suas funções, cabendo recurso às instancias deliberativas da entidade (diretoria, CONAD e Congresso).

TR - 50

Alteração do Estatuto da ANDES-SN:

Artigo 15- São atribuições do Congresso:

item X. Onde se lê:

(atual) criar Comissões ou Grupos de Trabalho, permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, indicando seus componentes.

Leia-se

(nova redação) criar Comissões ou Grupos de Trabalho (GT), permanentes ou temporários, sobre quaisquer questões, sendo seus componentes indicados pelas instâncias da ANDES-SN constantes do artigo 13, itens I, II, III, IVa e IVb. Estes GTs têm autonomia para deliberar encaminhamentos necessários à consecução de seus objetivos, cabendo recurso às suas decisões às instâncias deliberativas constantes do artigo 13, itens I, II e III.



Contribuição do Prof. Fernando Molinos Pires Filho – Sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.

A MEMÓRIA DA LUTA COMO INSTRUMENTO PARA QUALIFICAR AS DELIBERAÇÕES DO SINDICATO

TEXTO APOIO

1 – A dinâmica organizativa do ANDES SN

Talvez, o fato que melhor testemunhe a preocupação do ANDES SN com seu aprimoramento organizativo esteja expresso na providência adotada de, sempre, destacar como ponto de pauta de seus eventos deliberativos um item, tradicionalmente, denominado “Questões Organizativas e Financeiras”.

Parte-se do entendimento que discutir e aprimorar a estrutura do Sindicato, qualificando seus métodos de trabalho, é condição fundamental para assegurar vários aspectos que são muito caros tanto à preservação de sua concepção classista, autônoma e democrática, quanto à potencialização e efficientização de suas ações políticas.

O exercício dessa prática, embora considerada, por alguns, como ação burocrática de menor importância, tem sido arduamente perseguida, num processo que tem como referência fundante a construção/desconstrução/reconstrução pela base do movimento, em um exercício participante que expressa os mais diferentes tipos de preocupação, que ganham valorização e legitimidade por respeitarem, rigorosamente, a mecanismos coletivos e democráticos de deliberação.

Assim, obedecendo a essa dinamicidade e orientada pelo objetivo de melhor se estruturar para responder aos desafios que se apresentam, o Sindicato reconfigura-se e redefine seu modo de agir. Luta e constrói sua história. Acumula memória, mas não para. Permanentemente, constrói encaminhamentos, toma decisões. Uma vez definidas devem ser implementadas, até que novas reflexões e deliberações as desconstituam.

2 – Conhecer para inovar

Nesse contexto, o Sindicato realiza, simultaneamente, dois movimentos, aparentemente contraditórios: o de inovação e o de preservação.

O de preservação se dá no sentido de consolidar seus espaços democráticos de construção como, por exemplo, os Grupos de Trabalho (GT's), as Reuniões dos Setores, os Encontros e Seminários e seus fóruns de deliberação, como as Assembléias Gerais (no caso das S.SIN's), os Comandos de Greve (no caso dos Setores), cujas decisões tem alcances perfeitamente delimitados a esses respectivos níveis de abrangência, respeitando às instâncias deliberativas máximas dos CONAD's e dos Congressos (que, também, estatutariamente, tem suas atribuições definidas).

Evidentemente, que ao buscar aprimorá-los, mediante propostas inovadoras, toma-se, sempre, o cuidado de que o que é proposto não implique, de uma parte, em fragilizações aos pressupostos que embasam a concepção sindical que marcou a construção do ANDES SN e de outra, na perda das especificidades e das competências regimentais e/ou estatutárias, até mesmo normativas, que os regulamentam, embora estas, também, possam e sejam objetos de transformação.

Todavia, a questão que se coloca permanentemente à reflexão do movimento docente é o de como conduzir esse processo de modo que tal preocupação não amordace a livre expressão criativa e inovadora que esses espaços de elaboração/decisão oportunizam e de certa forma estimulam. Assim,

apropriar-se da história do Sindicato, de sua trajetória, de suas vivências experienciais, de suas dificuldades, das contradições que suas deliberações eventualmente provocam, é absolutamente imprescindível para instrumentar um protagonismo consequente.

É a presença e o uso dessa memória que capacita a militância a uma participação efetivamente renovadora, evitando que se caia num propositivismo operante tranqüilizador, porém inconseqüente.

É a consideração a esse conhecimento acumulado que reduz a possibilidade de voluntarismo nas indicações e aprovações de encaminhamentos já tentados e/ou realizados, sem êxito. É isso que favorece, também, o controle da prática de mudar a roupagem de antigas proposições, mediante meras alterações de redação, sem nenhum qualitativo de conteúdo, situação que sabidamente ocorre e tem preocupado o Sindicato.

Assim, é imprescindível conhecer para efetivamente inovar.

3 – Resgatando a Memória da Luta

A análise dessa problemática levou o MD a considerar que grande parte dessas ocorrências indesejáveis se deve ao desconhecimento do que já foi indicado e aprovado em eventos passados, acrescido pela multiplicidade e variedade das deliberações que vão sendo incorporadas ao acervo do Sindicato. Também, a desejável renovação da militância, com o passar do tempo e com a sucessão de eventos deliberativos, acaba distanciando o MD dos indicativos aprovados. Referenciado nessa compreensão o XX Congresso do ANDES SN (Rio de Janeiro, fevereiro de 2001), na perspectiva de avivar a memória dos docentes, aprovou a seguinte recomendação à Diretoria “que elabore um texto de Apoio para o próximo CONAD contendo uma consolidação das resoluções de Congressos e de CONAD’s, organizando-as em eixos e planos de lutas, princípios, posicionamentos etc., indicando quais a seu juízo, permanecem em vigor, quais as que estão superadas e quais as que precisam ser atualizadas. Para a elaboração do texto a Diretoria deverá contar com apoio dos Grupos de Trabalho e das Seções Sindicais do ANDES SN.”

Sensível a esse indicativo a então Diretoria do Sindicato trabalhou no sentido de dar conta da recomendação e no 42º CONAD (Uberlândia, junho/julho de 2001), apresentou e distribuiu a todas as Seções Sindicais o Documento “Deliberações de CONAD’s e Congressos – 16º ao 20º Congresso e 35º ao 41º CONAD – março de 1997/fevereiro de 2001”

A mensagem de apresentação desse documento, sob o título “Memória e Instrumentos de Luta”, assim registrava: “A Diretoria já vinha buscando construir mecanismos que dessem conta das competências estatutárias de cada tipo de evento (Congresso e CONAD). Essas recomendações tornam ainda mais imperiosa essa busca. Trata-se de maximizar o espaço do debate político ao invés de constituírem-se redações com alterações mínimas de uma mesma proposta. Neste CONAD, estamos apresentando um primeiro momento dessa consolidação. Aqui estão organizadas de forma sistemática as deliberações tomadas entre 1997 e 2001 nos nossos Congressos e CONAD’s. É do interesse de todos nós (Direção Nacional, Seções Sindicais, militantes de base) ter presente essa memória. Não se trata de uma preocupação meramente conjuntural. A memória da luta é um instrumento que capacita a ação concreta dos que lutam. Preservar essa memória, construí-la como referência, é permitir a intervenção na perspectiva do atual e do futuro, aprendendo com as lições do passado. O 42º CONAD marca um importante avanço nessa perspectiva e poderá, desde logo, trabalhar melhor sua problemática e construir as políticas de que necessitamos no enfrentamento social. Esse instrumento deverá ser ampliado e gradativamente atualizado.”

A última frase dessa manifestação expressava o entendimento que a tarefa deveria ter prosseguimento, embora deixasse de registrar a intenção de que a partir dessa experiência, do manuseio do documento, do teste de sua adequacidade em termos da sistematização que nele foi utilizada, se construísse um banco de dados, que paulatinamente fosse incorporando as novas deliberações tomadas em eventos subseqüentes, sendo disponibilizada na home page do ANDES SN. Entendia-se, à ocasião, que dessa forma, a qualquer momento, qualquer docente desejoso de conhecer o posicionamento e o indicativo do Sindicato em relação ao setor a que pertence ou ao tema em especial que estivesse interessado, poderia fazer sua consulta e tirar suas dúvidas, aprimorando, assim sua condição de participação.

Considerando, entretanto, que isso não foi implementado, propomos o seguinte texto de resolução:

TR - 51

1 - Que a Diretoria do ANDES SN, com auxílio dos setores do Sindicato e dos GTs, proceda a atualização do Documento “Deliberações de CONAD’s e Congressos”, apresentado no 42º CONAD, consolidando as deliberações tomadas pelo Sindicato a partir desse evento;

2 – Que tal consolidação constitua-se em um banco de dados, disponibilizado na home page do ANDES SN, sujeito a constante atualização por parte das Diretorias que se sucedem no Sindicato.



Contribuição do prof. Rubens Weyne - Sindicalizado da ADUFRGS S.Sind.

NOVA FÓRMULA DE CÁLCULO DO RATEIO DE CONGRESSOS E CONAD'S

TEXTO APOIO

Os eventos deliberativos nacionais (Congresso e Conad's) estabelecem um rateio como forma de que os gastos recaiam de forma justa sobre todos. Para tanto foram adotados ao longo do tempo dois critérios, um que leva em conta o número de sindicalizados das AD's e possui 37 fatores de ponderação. O outro critério é o valor da passagem de avião ou de ônibus até o local do evento. Este custo é adicionado ao total do evento e o valor considerado é o da tarifa cheia de uma companhia em seu valor mais alto.

Sobre o total de gastos do evento se aplica o fator de ponderação para se saber o valor do débito de cada AD. Deste valor se subtrai o custo da passagem para se obter o que a AD tem a pagar ou receber. A intenção é compensar os gastos de deslocamento que as AD's tiveram. Este procedimento é duvidoso pois o valor adicionado ao custo do evento não é a despesa real que a AD teve.

Na pratica não está funcionando porque, conforme o rateio do 44º CONAD tiveram AD's pequenas que foram isentas e portanto não pagaram e não receberam nenhum dinheiro e outras AD's médias receberam dinheiro. Somente este fato já é motivo de preocupação para o nosso sindicato que luta por uma política de viabilização das AD's pequenas para que estejam presentes nos eventos nacionais. No último CONAD, na plenária de instalação, se travou uma discussão sob a forma de participação de uma AD que estava em débito com o sindicato e não tinha interesse em participar do rateio com receio que aumentasse a dívida com o sindicato mas tinha todo o interesse em participar do CONAD. Aprovou-se que a AD deveria participar como as outras e portanto entrar no rateio, o que mostrou ser proveitoso pois teve sua dívida diminuída.

Portanto acredito que devemos rever o critério das passagens trocando por fatores de ponderação levando em conta a distância entre AD e o local do evento. O trabalho será o mesmo que a diretoria tem hoje no levantamento das passagens de avião e de ônibus.

Aplicaríamos 18 fatores de ponderação assim divididos.

de 0 até 528 km – 18,0
de 528 até 656 km – 17,0
de 656 até 984 km – 16,0
de 984 até 1312 km – 15,0
de 1312 até 1640 km – 14,0
de 1640 até 1968 km – 13,0
de 1968 até 2296 km – 12,0
de 2296 até 2624 km - 11,0
de 2624 até 2952 km – 10,0
de 2952 até 3280 km – 9,0
de 3280 até 3608 km – 8,0
de 3608 até 3936 km – 7,0
de 3936 até 4264 km – 6,0
de 4264 até 4592 km – 5,0
de 4592 até 4920 km – 4,0
de 4920 até 5240 km – 3,0
de 5240 até 5576 km – 2,0
acima de 5576 km – 1,0

O rateio seria calculado pegando o total do custo do evento dividido em duas parcelas iguais. A primeira parcela será dividida pelo fator de ponderação do número de filiados e a segunda parcela pelo fator de ponderação da distância. Com isto todas as AD's passarão a contribuir com maior ou menor parcela.

No CONAD de Florianópolis por estes critérios o rateio ficaria assim:

RATEIO DE DESPESAS DO 44º CONAD												
REGIÃO	Nº	AD	Nº Filia	FATOR	COTA	Distância	Fator	Cota	Taxa Observadores	Pagar	Pagar Receber (-)	
NORTE	1	ADUA	839	8,5	537,34	2981 km	9,0	382,63	0,00	919,97	-148,45	
	2	ADUFAC	377	4,0	252,57	2809 km	10,0	425,15	0,00	677,72	-1.414,68	
	3	ADUFPA	1.381	11,0	694,56	2904 km	10,0	425,15	20,00	1119,71	-367,87	
	4	ADFCAP	123	1,5	94,72	2904 km	10,0	425,15	0,00	519,87	-799,26	
	5	APRUMA	912	9,5	599,85	2821 km	10,0	425,15	0,00	1025,00	237,39	
					0,00						0,00	
NEI	8	ADUFPI	1.237	11,5	726,14	2573 km	11,0	467,67	60,00	1193,81	921,05	
	10	ADUFC	1.920	15,0	947,12	2856 km	10,0	425,15	40,00	1372,27	1.637,45	
NEII	12	ADUFPB-JP	1.902	14,5	915,56	2694 km	10,0	425,15	20,00	1340,71	2.424,54	
	14	ADURN	2.027	15,5	978,70	2802 km	10,0	425,15	20,00	1403,85	1.828,37	
	15	ADUFPB-Patos	79	SENTO	#VALOR!	0,00			0,00	#VALOR!		
	16	ADUFEPE	1.860	14,5	915,56	2587 km	11,0	467,67	0,00	1383,23	1.976,54	
					0,00						0,00	
NEIII	19	ADUFS	680	7,0	441,99	2190 km	12,0	510,18	0,00	952,17	-37,19	
	20	APUB	2.531	16,5	1041,84	1929 km	13,0	552,69	20,00	1594,53	2.504,20	
	21	ADUFAL	1.090	10,5	662,99	2401 km	11,0	467,67	0,00	1130,66	741,22	
	22	ADUCSal	343	3,0	189,43	1929 km	13,0	552,69	20,00	742,12	-922,51	
	24	ADUFS-BA	485	5,0	315,71	1972 km	12,0	510,18	0,00	825,89	-434,85	
					0,00						0,00	
LESTE	25	ADUFU	1.250	11,5	726,13	964 km	16,0	680,25	0,00	1406,38	1.701,05	
	27	SINDCEFET-MG	461	5,0	315,71	971 km	16,0	680,25	20,00	995,96	117,15	
		ADUFOP	221	2,5	157,85	959 km	16,0	680,25	0,00	838,10	-537,43	
	28	APES-JF	1.026	10,5	662,99	833 km	16,0	680,25	60,00	1343,24	1.667,22	
	29	ASPUV	891	8,5	536,70	952 km	16,0	680,25	40,00	1571,25	1.025,56	
	30	ADFUNREI	197	2,0	126,28	838 km	16,0	680,25	0,00	806,53	-664,34	
	31	ADUFLA	371	4,0	252,57	792 km	16,0	680,25	20,00	932,82	-136,68	
		APUBH	2.752	17,0	1073,41	971 km	16,0	680,25	40,00	1753,66	3.183,11	
						0,00						0,00
PLANALTO	33	ADUnB	1.439	12,0	757,70	1314 km	14,0	595,21	60,00	1356,91	1.683,96	
	34	ADUFG	1.585	13,0	820,84	1215 km	15,0	637,72	40,00	1458,56	1.961,79	
	35	ADCAC	84	SENTO	#VALOR!	0,00			0,00	#VALOR!		
	36	ADCAJ	75	SENTO	#VALOR!	0,00			0,00	#VALOR!		
					0,00						0,00	
PANTANAL	37	ADUFMAT	1.180	11,0	694,56	1215 km	15,0	637,72	40,00	1332,28	1.150,13	
		ADUFMS	855	9,0	568,27	1007 km	15,0	637,72	40,00	1205,99	886,47	
RJ	39	ASDUERJ	1.457	12,5	789,27	747 km	16,0	680,25	60,00	1469,52	2.174,88	
	40	ADUFRJ	3.380	18,0	1136,55	747 km	16,0	680,25	80,00	1816,80	3.590,94	
	41	ADUNI-RIO	628	6,5	410,42	747 km	16,0	680,25	40,00	1090,67	631,90	
	42	ADCEFET-RJ	520	5,5	347,28	747 km	16,0	680,25	0,00	2118,20	338,07	
	43	ADUR-RJ	684	7,0	441,99	747 km	16,0	680,25	20,00	1122,24	738,81	
	44	ADUFF	2.560	16,5	1041,84	747 km	16,0	680,25	80,00	1722,09	3.210,20	
						0,00						0,00
SP	45	ADUFSCar	692	7,0	441,99	623 km	17,0	722,76	40,00	1164,75	1.022,81	
	46	ADUNIMEP	363	4,0	252,57	548 km	17,0	722,76	40,00	975,24	261,32	
	47	ADUNICAMP	1.990	15,0	947,13	541 km	17,0	722,76	20,00	1669,89	2.875,45	
	48	ADUSP	3.027	18,0	1136,55	488 km	18,0	765,27	40,00	1901,82	3.814,94	
	49	ADFMM	226	2,5	157,85	614 km	17,0	722,76	0,00	880,61	-489,43	
	50	ADUNESP	1.440	13,0	820,84	488 km	18,0	765,27	20,00	1586,11	2.525,79	
	51	ADUNIFESP	506	5,5	347,28	488 km	18,0	765,27	20,00	1112,55	622,07	
					0,00						0,00	
SUL	52	APUFSC	2.274	16,0	1010,27	0,00	18,0	765,27	160,00	1782,54	4.221,28	
	53	APUFPR	2.447	16,5	1041,84	251 km	18,0	765,27	60,00	1807,11	4.158,20	
	54	SINDOCEFET-PR	945	10,0	631,42	251 km	18,0	765,27	140,00	1396,69	2.588,30	
RGS		ADUEL	330	3,5	220,99	543 km	17,0	722,76	20,00	943,75	810,41	
	55	ADUFRGS	2.689	17,0	1073,40	376 km	18,0	765,27	40,00	1838,67	4.235,11	
	56	APROFURG	683	7,0	441,99	601 km	17,0	722,76	60,00	1164,75	1.716,81	
	ADUFPel	1.133	11,0	694,56	592 km	17,0	722,76	40,00	1417,32	-822,00		
				472,0	29.803,47		701	29.803,18	1.600,00			

PREVISAO DE DESPESAS 44º CONAD

Nº	ITEM	Previsão
	Total Gasto na Organização	50.169,81
	Margem de Segurança (10%)	11.036,00
	Transporte de Delegados	60.200,00
	Total de Despesas	121.405,81
	Receita de Observadores	1.600,00
	Despesa Líquida - Valor a ser rateado	119.801,85
	Somatório Fatores de Ponderação	472,00
	Taxa de rateio	253,83

Nº	ITEM	Previsão
	Total Gasto na Organização	50.169,81
	Margem de Segurança (10%)	11.036,00
	Total de Despesas	61.205,81
	Receita de Observadores	1.600,00
	Despesa Líquida - Valor a ser rateado	59.605,81
	Parcela para o rateio conforme o nº de sócios da AD	29.802,91
	Somatório Fatores de Ponderação	472,00
	Taxa de rateio para o nº de sócios da AD	63,1418
	Parcela para o rateio conforme a distância da AD ao local do evento	29.802,91
	Somatório Fatores de Ponderação	701
	Taxa de rateio da distância	42,515

TR - 52

O Congresso delibera que o rateio dos Congressos e CONAD's sejam assim calculados:

1. A despesa líquida apurada será dividida em duas parcelas iguais.
2. Uma parcela servirá para cálculo conforme os fatores de ponderação estabelecidos a partir do número de sócios.
3. A outra parcela será utilizada para aplicar os fatores de ponderação aqui aprovados levando em consideração à distância da AD ao local do evento conforme a tabela abaixo:

de 0 até 528 km – 18,0
de 528 até 656 km – 17,0
de 656 até 984 km – 16,0
de 984 até 1312 km – 15,0
de 1312 até 1640 km – 14,0
de 1640 até 1968 km – 13,0
de 1968 até 2296 km – 12,0
de 2296 até 2624 km - 11,0
de 2624 até 2952 km – 10,0
de 2952 até 3280 km – 9,0
de 3280 até 3608 km – 8,0
de 3608 até 3936 km – 7,0
de 3936 até 4264 km – 6,0
de 4264 até 4592 km – 5,0
de 4592 até 4920 km – 4,0
de 4920 até 5240 km – 3,0
de 5240 até 5576 km – 2,0
acima de 5576 km – 1,0

4. Esta forma de cálculo será aplicada a partir do próximo evento nacional que ocorrer.



Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO E REVISÃO DA PROPOSTA DO ANDES-SN PARA A UNIVERSIDADE BRASILEIRA

TEXTO APOIO

O ANDES-SN, desde sua fundação (1981), promoveu inúmeras discussões em todo o país com professores/as das Instituições de Ensino Superior sobre a reestruturação da universidade brasileira. Esse processo culminou com a aprovação, no V CONAD (Belo Horizonte, junho, 1982), de um documento que se constituiu na primeira versão da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES para a Universidade Brasileira”, que foi sendo aprimorada e atualizada até 1986, quando foi aprovada uma nova versão, no XIII CONAD (São Paulo, junho, 1986) e publicada no **Cadernos ANDES N°2**.

O documento apresenta propostas concretas para a universidade brasileira sem, contudo, pretender constituir-se num projeto acabado de universidade, “mas sim trabalhar as propostas básicas que devem ser perseguidas a fim de ampliar o espaço para as transformações que vêm sendo empreendidas e continuarão pelas Associações de Docentes” (ANDES, 1986, p.3). As posições firmadas no documento caracterizaram a postura do ANDES-SN nos anos subseqüentes.

Esse Caderno serviu como importante instrumento de referência para as discussões e debates, realizados em âmbito nacional, sobre a proposta de universidade defendida pelo movimento. Após dez anos de sua publicação, com a edição já esgotada e, considerando a necessidade de atualização das propostas do MD ante as investidas neoliberais para a educação nacional implementadas desde o início do governo de FHC (1995), deliberou-se pela elaboração de uma nova edição atualizada. A partir de várias discussões realizadas em CONADs e Congressos, foi finalmente aprovada no XXXII CONAD (Guaratinguetá, julho de 1996), e publicada a última versão da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira” numa reedição do **Cadernos ANDES N°2**.

O **Cadernos ANDES N°2** tem-se constituído num importante instrumento de luta na construção da universidade que concebemos e referência para debates e elaborações do Movimento Docente. Sua última versão (1996), no entanto, não dá conta de atender às deliberações já tomadas pelo MD diante da política neoliberal implementada durante os oito anos de governo FHC para a educação brasileira. As conseqüências nefastas dessa política educacional, especialmente para a educação superior, bem como as estratégias de enfrentamento das medidas adotadas pelo governo, necessitam ser registradas pelo MD. Além disso, a conjuntura atual aponta a necessidade de ter-se à mão um documento atualizado que sintetize o acúmulo das discussões realizadas e das deliberações tomadas pelo MD ao longo de sua história de atuação no enfrentamento das políticas neoliberais e, que também, inclua a proposta do ANDES-SN para a educação técnico/tecnológica a ser implementada nos CEFETs, Centro Paula Souza e Colégios Técnicos e Agrotécnicos vinculados às universidades públicas.

Com o objetivo de apresentar ao Ministério da Educação, à sociedade organizada e à opinião pública a posição crítica dos professores sobre a educação superior e a educação técnico/tecnológica no país, e propostas atualizadas para a universidade brasileira e para a rede de educação técnico/tecnológica, torna-se imperiosa a elaboração de uma versão atualizada e revisada do **Cadernos ANDES N°2**.

TR – 53

O 22° CONGRESSO delibera que a Diretoria do ANDES-SN:

1. Apresente uma versão atualizada e revisada da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira”, consubstanciada no **Cadernos ANDES N°2** (Guaratinguetá, 1996), para apreciação do 46° CONAD, compatibilizando-a com deliberações posteriores de CONGRESSOS e CONAD.

2. Designe uma comissão de redação e sistematização para elaborar a versão atualizada e revisada da “Proposta das Associações de Docentes e da ANDES-SN para a Universidade Brasileira”.

TEXTO 54

Contribuição da profª Maria da Graça Bollmann - Sindicalizada da APUFSC-S.SIND

POLÍTICA EDUCACIONAL PÓS FME E FSM

TEXTO APOIO

A luta pela educação pública, gratuita, laica e de qualidade social, em todos os níveis, direito de todos, dever do Estado, como a luta pelos demais direitos sociais (saúde, habitação, emprego e outros) se insere na luta mais ampla por uma sociedade justa e igualitária, por uma sociedade socialista. Portanto, lutar pela educação significa lutar pela saúde, pelo emprego, pela moradia, pela comida, enfim, pela vida. Tudo isso, tendo como referência o Estado financiador das políticas sociais e a educação “como um bem social entendida como um instrumento de formação ampla, de luta pelos direitos de cidadania e da emancipação social, preparando as pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país” (PNE- Proposta da Sociedade Brasileira)

A redução da educação à simples mercadoria na ótica da OMC, absorvida pelos governos neoliberais da maioria dos países da América Latina, à exceção de Cuba e da Venezuela, vem exigindo que os sindicatos e demais entidades comprometidas com a Educação pública e gratuita, se dediquem exaustivamente à defesa intransigente desse bem social.

Não existe educação de qualidade, muito menos existe educação para a maioria das populações desassistidas, sem a vontade política, sem a disposição contínua e sem os recursos financeiros que a garantam. A utilização de um percentual do PIB, como no caso do Brasil, de menos de 4% para despesas correntes e menos de 3% para despesas totais de investimento nessa área, seguido de outros países da América Latina cuja aplicação é de menos de 3% (Bolívia, Equador, Paraguai e Argentina, evidencia o descaso com que é tratada num país, como o Brasil, cuja arrecadação anual gira em torno de alguns trilhões. Enquanto isso, o Governo Chavez da Venezuela, aumentou, no último ano dos quase 5, para 7% do seu produto interno bruto em educação e Cuba 8,1 % em despesas correntes e 18,1% em despesas totais do PIB (em 2001)

Os dados não mentem. O diagnóstico da educação brasileira é sofrível. Temos, hoje, um dos piores índices do mundo de analfabetos (18%), o que equivale a mais de trinta milhões de brasileiros(as) que não sabem ler e escrever, só estando acima da África do Sul. Na educação superior, convive-se há muito tempo com um percentual de menos de 12 % de jovens entre 18 e 24 anos nesse nível de educação e o atendimento no ensino médio não superou, ainda os 22%. A escolaridade da população brasileira é uma das mais baixas do mundo: a maioria possui somente os primeiros quatro anos do ensino fundamental.

Se voltarmos nossa atenção para Cuba, por exemplo, considerando apenas um dos países da América Latina e do Caribe, os índices são muito diferentes: o país superou o analfabetismo, 100% da população possui escolaridade de 4 anos e 94% de 9 anos. A educação infantil atende a 99,5% da população de 0 a 5 anos.

Algumas tentativas, da autoria da sociedade civil organizada, para tentar influenciar a mudança dos índices brasileiros foram realizadas. Em fevereiro de 1998, na Câmara Federal, foi iniciada a tramitação do PL n. 4155: PNE – Proposta da Sociedade Brasileira, elaborado no 2º CONED (Congresso Nacional de Educação) pelas entidades que integram o Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública. Foi derrotado pelo PL n 4173 de autoria do Governo Federal, pelo fato de apresentar uma proposta de educação diferente daquela que os setores hegemônicos da sociedade defendiam. No entanto, apesar dessa derrota, O Fórum Nacional continuou insistindo e socializando sua proposta até os dias atuais, quando, se torna cada vez mais imperativo que se defenda uma proposta de educação inserida num projeto de nação que marque a sua soberania e sua independência científica e tecnológica, frente à globalização neoliberal e aos seus impactos no Brasil e na América Latina.

A iniciativa do Fórum Nacional a partir de decisão plenária, ainda em 2002, quando um novo governo foi eleito, em apresentar ao novo Ministro da Educação a sua proposta de educação do PNE - Sociedade Brasileira, foi concretizada em janeiro de 2003. E em fevereiro, será realizado um

Seminário de Trabalho com a participação de todas as entidades desse Fórum para viabilizar a apresentação e discussão de uma pauta emergencial para a educação consistindo, inicialmente nos pontos consensuais do Plano Nacional de Educação. A luta pela educação também se define pelo entendimento que se tem de sua concepção. Não podem as entidades do Fórum aceitarem a concepção de Educação sob a marca do mercado, nos moldes que o FMI, Banco Mundial e OMC determinam. É preciso enfatizar ao novo governo a contrariedade do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, aos problemas que o país enfrentou e enfrenta na defesa do direito inalienável à educação de qualidade, submetida, como os dados indicam, a níveis deploráveis.

Portanto, ao tentar o diálogo com o novo Ministro é preciso definir que a luta por uma outra educação está inserida na luta mais ampla por uma outra sociedade e que os rumos da educação no país dependem da ampliação do investimento nessa área.

A construção do diálogo com o novo governo, no entanto não pode estar desvinculado da necessária preocupação em manter a os movimentos mais do que nunca organizados e fortes. A atenção aos sinais de submissão às diretrizes dos organismos internacionais tem de ser redobrada, pois entra-se, atualmente, num período de muita euforia, em momentos que a crítica pode ser confundida com a “impaciência” com o novo governo.

O ANDES-SN, integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, tem de estar atento e continuar com o seu papel histórico de construir com as demais entidades que o integram espaços ampliados de discussões coletivas da política educacional brasileira e da direção que está tomando. Tem de reforçar a participação efetiva no acompanhamento crítico das principais “inovações” que estão sendo realizadas no campo da educação, intervindo, seja enquanto representante legítimo dos docentes do ensino superior, seja junto à CNESF, na luta por melhores condições salariais com o conjunto dos SPFs, seja, na luta conjunta com as entidades do Fórum Nacional, na defesa da Escola Pública de Qualidade no âmbito da luta pela ampliação do direito à educação pública para maioria da população brasileira que a ela não tem acesso.

Nesse sentido, é necessário manter os congressos nacionais de educação, os CONEDs, como espaço de discussão com outras entidades, com o objetivo de continuar socializando de modo freqüente, alternado com Plenárias, os rumos da política educacional do país, reforçando o PNE-Proposta da Sociedade Brasileira, como referência para a avaliação das medidas educacionais que estão sendo tomadas.

De outro lado é necessário, em atendimento à ampliação da luta mundial contra a mercantilização da educação desencadeada pelas diferentes entidades nos diferentes países e que se concretiza, em termos de espaço de articulação no FME (Fórum Mundial de Educação) e no FSM (Fórum Social Mundial), que esses espaços sejam reforçados. Nessa linha, a atuação do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, que possui uma atuação ímpar no que se refere ao conjunto de entidades que o integram e os consensos construídos ao longo dos últimos 16 anos, precisa participar da construção da chamada “Plataforma Mundial de Educação”, deliberação do último FME- Porto Alegre, janeiro de 2003, indicando, como base de discussões, o acúmulo, seja na metodologia, seja no conteúdo do PNE- Proposta da Sociedade Brasileira. Essa Plataforma será formulada e proposta em Fóruns constituídos em cada um dos países que participaram das duas edições do FME, sendo sua consolidação iniciada no III Fórum Mundial de Educação que realizar-se-á, em Porto Alegre, em 2004.

Disponibilizar, socializando portanto, com outras entidades de outros países o que se construiu de proposta para a educação, ainda que compreenda-se os limites dessa elaboração, pode se constituir, numa importante contribuição.

Isso porque é preciso construir a unidade internacional em torno da luta pela educação que se contraponha à educação nos moldes da política mercantilista da educação nos marcos do neoliberalismo, numa campanha contra a mercantilização da Educação, incluindo as entidades na luta contra a ALCA e construindo e participando coletivamente dos espaços organizados da luta na América Latina e nos demais países do mundo.

TR - 54

O 22º Congresso do ANDES-SN delibera que:

1 - O ANDES-SN indique às entidades do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública a realização do 5º CONED no 1º Semestre de 2004 (abril ou maio), antecedendo a realização do III FME (entre junho e agosto de 2004) tendo como objetivos a avaliação das políticas educacionais em curso, no

Brasil, tomando como referência o PNE-Proposta da Sociedade Brasileira e a preparação de subsídios para as discussões da Plataforma Mundial de Educação no FME.

2 - O ANDES-SN, integrante do Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública sugira a articulação com o Fórum Mundial de Educação para a formulação da “Plataforma Mundial de Educação”, proposta na Declaração de Porto Alegre-janeiro de 2003 (anexo).

TEXTO 55

Contribuição dos professores: Dileno Duxan Lucas de Souza, Maria das Graça Floresta, sindicalizados da ASPUV.S.Sind./ANDES-SN)[@]

RESERVA DE VAGAS: qual solução?

TEXTO APOIO

“Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado” (MARX, 1997:21).

Procurando estabelecer o diálogo a respeito das políticas de catas é que reencaminhamos esse texto para o 22º Congresso do ANDES-SN, Nesse sentido, abordaremos o tema, inserindo-o numa relação dialética que supõe a interação entre o macro e o micro que o entendimento da sociedade deve abarcar.

Acreditamos que o primeiro conceito que devemos resgatar para esta discussão deva ser o de Estado. Na apresentação feita por Florestan FERNANDES ao livro *O Estado e a Revolução de LÊNIN*, aborda-se a necessidade de uma revolução socialista que considere os seres humanos como são. Para isto, seria preciso ir direto à nossa formação histórica e demarcar as contradições que viemos perpetuando na polarização sociedade burguesa e sociedade trabalhadora. Uma abordagem diferente desta aponta para o perigo de uma possível utopia que corre o risco de falsificação da realidade e gerar de falsas esperanças. Se “as utopias podem ser perigosas e a revolução proletária não pode entregar-se ao erro de fortalecer o inimigo encastelado por trás do poder do Estado capitalista” (p.x), há que olharmos nossa forma de produção de existência da forma como ela se apresenta.

Sobretudo, porque vivemos o tempo da quantidade, da medida, da geometria, modernamente qualificadas em um discurso veiculado por intelectuais coletivos que percorrem o mundo explicando-o segundo qualidades e percepções tão sensíveis a ponto de legitimarem uma nova relação entre os homens e, entre os homens e o mundo que, agora, podem se explorar dignamente (sic), vender-se e comprar-se racionalmente, matar em nome da paz (sic) e criar objetos tão artificiais quanto naturalizada vem se tornando a vida e a desigualdade social.

Neste novo mundo, a consciência, uma instância sempre formadora do modo como percebemos o mundo - como delimitamos as “coisas”, como criamos nossos horizontes, nosso campo de observação - fazendo surgir o que, hoje, conhecemos como a história sentida e reivindicada, refaz os objetos de nossas estruturas em um novo modelo de competências globalizadas, flexíveis, multifuncionais, policognitivas, neoliberais...

Esta é a nossa história recente. O *locus* de um Estado, cuja formação tem constituído políticas sociais, subordinadas a interesses econômicos e políticos de uma burguesia que, renasce em momentos específicos quando se torna necessário calar o movimento dos trabalhadores. E, se o Estado tem-se tornado exatamente a expressão do antagonismo de classes que, em nada lhe confere o tom conciliatório que pretende lhe seja imputado, se apresenta como dominador de uma classe, impondo-lhe restrições diversas, como diria GRAMSCI, é, por outro lado, também importante que em alguns momentos pareça defender a conciliação entre estas classes para atenuar ou evitar

[@] Referencial utilizado: LÊNIN, V. I. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Hucitec, 1986. LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou revolução*. Ed. Expressão popular, 2001. MARX, K. & ENGELS, F. *Obras escolhidas*. São Paulo, ed. Alfa-Omega, v.2, 1995. MARX, K. *O 18 brumário e cartas a Kugelmann*. São Paulo: Paz e terra, 1997. PAULO NETTO, José. *Capitalismo monopolista e serviço social*. São Paulo: Cortez, 1996. FERRARO, Alceu Ravanella e Ribeiro Marlene(Org.). *Movimentos sociais: revolução e ação*. Ed. Educat, 1999. YAZBEK, Maria Carmelita. *Classes subalternas e assistência social*. São Paulo: Cortez, 1996.

colisões bruscas a fim de derrotar os trabalhadores sutilmente. Aquele Estado idealizado por ROUSSEAU, que resolve a desigualdade entre os homens, realmente não existe.

Como se pode duvidar de que neste modelo de Estado aconteça a democracia, pois que se pode esperar se não a sua concessão de escolhermos dentre os burgueses aqueles que irão nos governar. Como Rosa de LUXEMBURGO apontou, se a democracia tornou-se supérflua ou incomoda para a burguesia, é, ao contrário importante para os trabalhadores, que ideologicamente assumem a perspectiva de que é possível estabelecer outras relações por dentro do Estado. Esse fetiche democrático servirá de porto seguro para garantir uma disputa marcada por vencedores e vencidos. Por outro lado, é importante que os trabalhadores se sintam incluídos, pois ao serem excluídos podem se culpabilizar pelo seu próprio insucesso fruto de uma explicável incompetência técnica. Esta *mea culpa* social, certamente ameniza a luta entre classes diferentes nas suas competências e reforça o forte apelo ideológico neodarwinista responsabilizando-o por sua incapacidade de reação, tornando naturais as constantes derrotas da classe trabalhadora. Não é sem motivo que esse patamar democrático burguês ora constituído representa uma perfeita obra de submissão dos trabalhadores. LUXEMBURGO muito bem lembrou: “a democracia é indispensável, não porque torne supérflua a conquista do poder político pelo proletariado, mas, ao contrário, por tornar essa perspectiva necessária tanto quanto a única possível”. (2001:101).

Preceitos acompanhados de uma Ética, uma Moral e muitas Leis, referenciadas e justificadas nas ações desenvolvidas pelo próprio homem, estabelecem para si novas regras de caráter universal, reformatando os grupos sociais e as relações centrais e periféricas que os constituem. Talvez por isso não seja sem sentido que esses intelectuais coletivos defendam a solidariedade entre ciganos, negros, terroristas, artistas, homossexuais, pobres, ricos, portadores de necessidades especiais, famintos, esquizofrênicos, poetas, alcoólatras, dançarinas esculturais, crianças assassinas... como se o mundo para todos eles fosse o mesmo e como se a diferença entre eles fosse apenas sutil, um lapso do destino.

E aí, perguntamos: o que queremos a partir desta nossa realidade?

O Brasil dos anos 60 foi marcado pela escuridão e pelo silêncio impostos pela ditadura militar que reprimiu manifestações dos trabalhadores. No final dos anos 70 os Movimentos Sociais (MS) passam a se rearticular e eclodir mesmo sob os olhares repressores e opressivos dos militares que não tinham mais como sustentar a ditadura. O enfretamento do final dessa década tomou um formato inesperado, pois foram movimentos massivos que surgiram a partir da rearticulação dos MS.

A aguda e sempre atual reflexão de MARX sobre as derrotas do proletariado ainda aponta para uma conclusão comum, a de que a classe trabalhadora deve criar suas próprias instituições autônomas, pois as alianças com a burguesia e a pequena burguesia têm mostrado que os interesses de classe sempre prevalecem, criando obstáculos que, por fim, reduzirão o movimento dos trabalhadores ao fracasso.

Nesse sentido, os MS são tidos como a expressão da luta de classes, a partir das suas ações críticas e de suas reivindicações que levam ao conflito. Dessa forma representam a necessidade de uma ação coletiva, onde está em jogo não só a subversão da ordem mais também a disputa pela hegemonia na sociedade.

Após o movimento de abertura nos anos 80, os MS tomaram um caráter diferente passando a se organizar com mais intensidade a fim de “dar conta” de uma série de problemas sociais herdados dos anos ditatoriais. Nesse momento os MS se fortaleceram, as discussões eram são crescentes, o que levou à mobilização das Diretas Já e do movimento pró-Constituinte.

Um olhar mais atento impõe perguntar:

“A exclusão social enquanto uma realidade inegável refletiria a anunciada superação do velho paradigma dos movimentos sociais ou o refluxo dos movimentos sociais populares em decorrência de uma correlação de forças que não lhe seria favorável? Seria mesmo um refluxo para acumular novas forças e desenvolver novas categorias, ou os movimentos sociais estariam caminhando em outra direção que ainda não se tornaram suficientemente nítidas para os cientistas sociais? Seriam esses os movimentos atores de mudanças ou pacientes da reação do capital?” (RIBEIRO, 1999:142).

Cumprir destacar, que as discussões e a sede de participação atraem as lideranças que há anos estavam comprimidas. Os MS passam então a uma nova era, que poderíamos chamar de reorganizativa. Dessa forma, os anos 80 assumem uma outra característica de luta dos MS dando força a luta por moradia, por terra, por creches, por escola etc.

A partir dos anos 80, os MS assumem uma nova postura no que diz respeito à sua consolidação ideológica, com isso praticamente abandonam a centralidade da discussão da teoria marxista e passam a buscar no Estado formas de compor uma nova política social. Os MS procuram intervir na

sociedade a partir de outras concepções sociais, políticas e ideológicas considerando as questões micro com base nas leituras de FOUCAULT, GUATTARI, DELEUZE, MELUCCI dentre outros.

Nessa perspectiva, a política, por exemplo, passa a ser trabalhada a partir de pressupostos microsociais abandonando a discussão classista e partindo para formulações que entendo colaboraram com as mazelas da sociedade capitalista, ou seja, os MS a partir de então, na sua maioria abraçam a teoria pós-moderna como sendo capaz de sustentar e de dar respostas as reivindicações particulares e individuais.

Esse tipo de movimento acaba se subordinando às perspectivas do capital aceitando a mediação das questões sociais do ponto de vista do capital e do trabalho. A partir dessa compreensão, esses MS passam a ser vistos como cooperadores entre as classes sociais. Passando a desconsiderar que, "...o Estado é um órgão de dominação de classe, um órgão de submissão de uma classe por outra; é a criação de uma 'ordem' que legalize e consolide essa submissão, amortecendo a colisão das classes"(LÊNIN, 1986:10).

As características ideológicas dos MS de meados dos anos 80 em nada se aproximam do arcabouço teórico demarcado nos anos 70, o que parece acompanhar a direção dos ventos que vem do Norte. Assim, dizem que estão investindo em novas formas de atuação a partir de novas abordagens a temas analisados por autores marxistas.

Não nos alonguemos por demais nesse debate, por hora acreditamos ser necessário entender que na sociedade capitalista as questões sociais se expressam a partir da luta dos MS que polarizam suas demandas contra o Estado Burguês. É o fruto desse enfrentamento que impõe a aparição de políticas sociais.

Assim é possível afirmar que a funcionalidade da política social no âmbito do capitalismo não é uma decorrência natural e, sim, faz parte da luta de classes. Por isso não "há dúvidas de que as políticas sociais decorrem fundamentalmente da capacidade de mobilização da classe operária e do conjunto dos trabalhadores a que o Estado, por vezes, responde com antecipações estratégicas" (PAULO NETO, 1996:29), procurando subordinar os movimentos sociais a suas políticas e a sua agenda.

Não se trata aqui de desqualificar os MS legítimos na sua forma de reivindicação e nem de agredir sua história. Trata-se muito mais de promover um debate que extrapole noções que parecem ter sido abandonados sem uma reflexão mais profunda para ajudar na nossa reflexão-ação/ação-reflexão. Afinal a dívida da sociedade capitalista é com o afro-descendente ou com a classe trabalhadora? Afinal queremos a inclusão de cada parte excluída a partir de suas legítimas peculiaridades garantindo a tão propalada equidade ou queremos uma sociedade que garanta a igualdade para os trabalhadores? Por fim, a quem de fato agrada as tais políticas sociais afirmativas e seus conceitos obscuros?

Uma das saídas dos problemas sociais pode ser a educação, mas não é possível trata-la como a muleta que tudo ampara, como a mão redentora dos males sociais.

Lembremo-nos da disputa que travamos com o governo para aprovar o PNE da sociedade. O que registra esse documento no que diz respeito ao conceito de educação, de formação humana? Esse documento tão valioso e que tanto nos custou sua produção e sua radical defesa recupera historicamente nossas perdas e exclusões, a desobrigação do Estado com a educação e faz um diagnóstico seríssimo das modalidades educacionais, definindo: "A educação é aqui entendida como um instrumento de formação ampla de luta pela cidadania e de emancipação social preparando pessoas e a sociedade para a responsabilidade de construir, coletivamente, um projeto de inclusão e de qualidade social para o país". Em seguida define o homem como um ser ativo, crítico, participativo plenamente capaz de fazer e refazer sua história. Acreditamos que retomar esse documento é importante para recuperarmos o caráter da educação que queremos rompendo com a ditadura burguesa e iniciando a construção da ditadura do proletariado.

TR - 55

O ANDES-SN deve:

1. garantir e o acesso e permanência, com sucesso, de todos, em todos os níveis e modalidades de ensino;
2. combater às propostas e programas que comprometam a qualidade técnica e profissional da educação;
3. intervir organizadamente, em todos os espaços possíveis, revelando as políticas **compensatórias** do Governo, que focalizem níveis de ensino em detrimento de outros, que

fragmentam o sistema nacional de educação, resultando no não atendimento do direito social à educação de boa qualidade para todos;

4. combater a desresponsabilização crescente do Estado para com o financiamento da educação pública, sobretudo as de cunho eminentemente social;
5. socializar o conhecimento produzido e o combate ao ideário do pensamento único;
6. A luta contra todas as formas de discriminação referentes a gênero, raça, religião e orientação sexual.

TEXTO 56

Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria – Sindicalizados da ADURN S.Sind.

EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE

TEXTO APOIO

Várias são as questões que se apresentam como vetores da política educacional brasileira vigente. Dentre elas priorizamos para debate – uma vez que permitem possibilidades de intervenção no processo – a mercantilização da educação, a educação básica e a formação de professores.

Nesse sentido, no que se refere a mercantilização, observa-se que no interior da globalização gesta-se a necessidade de criação de tratados internacionais de comércio e intercâmbios. Já em 1995 entra em vigor o Acordo Geral de Intercâmbio e Serviços – GATs, pertencentes a Organização Mundial de Comércio – OMC, caracterizado como “o primeiro acordo multilateral para providenciar direitos com a força da lei ao intercâmbio de todos os serviços. (...), também é o primeiro acordo multilateral de investimento do mundo, desde que trata-se não só de comércio trans-fronteira, mas de todos os meios possíveis de providenciar um serviço, inclusive o direito de estabelecer uma presença comercial no mercado de exportação” (Rede SEPA – 17/07/02).

“O princípio geral é transformar os serviços sociais em mercadorias cujo acesso será regulado pela capacidade individual de pagamento”(Caderno de Textos – 22º Congresso do Andes-SN- p.19). Este princípio é garantido pelo cumprimento “acordos” firmados no GATs/OMC e ALCA.

Nessa perspectiva, a educação, nestes tempos de globalização, tornou-se uma mercadoria atrativa. A disseminação da internet e das novas tecnologias eletrônicas favoreceram a ampliação do campo de ensino à distância. Nesse contexto, surgiram as redes de instituições e programas oferecendo convênios e franquias para ministrar cursos. Até universidade virtual surgiu. Quando o ensino é à distância, aumenta a possibilidade de desenvolvimento de projetos educacionais transnacionais, perdendo-se de vista as questões locais, a transformação da sociedade e a construção da cidadania social e cultural.

Esta situação é adversa à luta pela construção de uma sociedade socialista, pois tolhe a independência e a autonomia das nações. Assim, temos que intensificar a defesa intransigente da “educação pública, gratuita, laica, de qualidade e socialmente referenciada e sua universalização em todos os níveis, como dever do Estado e direito de todos (...)”, com também continuar a luta “em defesa da universidade pública brasileira e sua autonomia nos termos do Artigo 207 da CF/88, bem como os princípios da indissolubilidade entre ensino, pesquisa e extensão (..)”(EIXOS de luta – 45º CONAD-2002).

No que diz respeito a educação básica tornou-se consensual tanto em nível dos definidores das políticas para a área, como em nível da opinião pública, em geral, que ela só deixará de ser um desafio quando juntos, Estado e sociedade, se derem conta de que a cidadania plena e a equidade social se concretizarão a partir de sua universalização.

O Plano Nacional de Educação da Sociedade Brasileira na sua definição de Organização da Educação Nacional, afirma que a educação básica está “centrada no trabalho como mediador das relações do homem com a natureza e com os outros homens, ela deverá promover o acesso ao conhecimento científico, tecnológico e artístico e, dessa forma, contribuir para a formação de

cidadãos que pelo domínio gradativo desses conhecimentos e pela reflexão crítica sobre seu uso sócio-político, atuem na perspectiva de uma sociedade inclusiva”.(Caderno III CONED, RS/2000).

Nessa perspectiva, é que nossas lutas orientam-se para o equacionamento das questões de democratização da educação nesse nível.

Vinculadas a esse equacionamento estão os aspectos relacionados a formação dos profissionais da educação.

Nas reformas do sistema de ensino no Brasil são definidos mecanismos de regulamentação derivados de determinações legais tendo como foco a formação do professor.

Um ensino de qualidade requerido pela sociedade só será viabilizado a partir de investimentos na formação básica e continuada dos profissionais da educação, nomeadamente, na formação do magistério para todos os níveis e modalidades educacionais. Assim, “a implementação das políticas públicas de formação básica e continuada de professores e demais profissionais da educação deve ser fomentada, tendo em vista a necessidade e a possibilidade de avanço científico e tecnológico que contribua para o desenvolvimento soberano do país e atenda às necessidades do povo brasileiro, especificamente com o aumento das verbas públicas destinadas à pesquisa e à capacitação de profissionais”.(Caderno III CONED, RS/2000).

Considerando essa análise, defendemos que a formação inicial de docentes seja feita em curso de licenciatura plena, devendo ser de responsabilidade das universidades.

As questões abordadas nesse texto estão contempladas no PNE elaborado pela sociedade brasileira, que abrange todos os níveis de ensino. Nesse sentido, reafirmamos a necessidade de continuarmos a luta para que o mesmo seja implementado.

Diante do exposto, reafirmamos a defesa:

TR - 56

- 1 - Realização de concurso público para repor as vagas decorrentes das aposentadorias dos últimos anos;
- 2 - Promover um Encontro para a discussão sobre o trabalho dos docentes do ensino básico nas IFES;
- 3 - Intensificar a luta pela implementação do projeto de carreira única na forma como foi aprovada e protocolada no MEC;
- 4 - Lutar para que a formação de professores se dê exclusivamente em cursos de licenciatura plena nas universidades.



Contribuição da ADUSP Seção Sindical

REPASSES MÍNIMOS PARA AS UNIVERSIDADES E AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA

TEXTO APOIO

Articulados com o Fórum Nacional em Defesa da Educação, conseguimos, algumas vitórias significativas no processo constituinte de 1988. Uma delas foi a autonomia universitária e outra a fixação de percentuais mínimos de gastos dos governos em educação:

“**Art. 207.** As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial, e obedecerão ao princípio de indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. ...”

“**Art. 212.** A União aplicará, anualmente, nunca menos de dezoito, e os Estados, o Distrito Federal e os Municípios vinte e cinco por cento, no mínimo, da receita resultante de impostos, compreendida a proveniente de transferências, na manutenção e desenvolvimento do ensino. ...”

Estas duas conquistas não são interdependentes. Lutar pela fixação de recursos mínimos a serem destinados à educação foi conseqüência de nossa experiência ao longo de anos com o persistente descompromisso de governantes com a manutenção do ensino. Por outro lado a defesa da gestão autônoma das universidades é fruto de uma experiência muito mais ampla na geração e difusão do saber, que mostrou ao longo de séculos o quão danoso pode ser sua subordinação a ditames políticos, religiosos ou ideológicos.

Portanto, a definição de recursos mínimos a serem destinados às universidades, do mesmo modo como os percentuais mínimos definidos para a educação, pode ser algo importante. Tal mecanismo pode possibilitar uma gestão menos atribulada das universidades. E não há porque rediscutir a autonomia universitária em função disto, a não ser quanto à definição de percentual que permita uma adequada gestão financeira destas instituições.

As universidades estaduais paulistas são sempre citadas sobre esta questão. Em fevereiro de 1989 houve um decreto estadual que destinou no mínimo 8,4% da receita de ICMS para as universidades. Posteriormente isso passou a ser definido anualmente na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), passando para 9% e finalmente 9,57% a partir de 1995. Em 2002 o Fórum das Seis (que reúne todas as entidades representativas de docentes, funcionários e tem a participação de estudantes, também, das três universidades estaduais paulistas e do Centro Paula Souza), apoiou um projeto de emenda constitucional que incluiria o limite mínimo de 9,57% do ICMS na Constituição Paulista. Sob pressão do governo Alkimin e com o silêncio conivente dos reitores, este projeto pode terminar largado nas gavetas da atual legislatura, que se encerra no próximo dia 15 de março. Convém destacar que qualquer um destes atos legais em nenhum momento referem-se ou regulamentam a autonomia universitária.

A fixação destes percentuais veio sempre como conseqüência de grandes mobilizações unitárias da comunidade universitária. Reclamou-se sempre de sua insuficiência e a reivindicação tem sido por um repasse mínimo de 11,5%, patamar médio dos quatro anos anteriores à 1989. Temos sempre alertado que análises históricas demonstram a insuficiência de percentuais menores que esse.

O gráfico-1 demonstra como tem variado a participação de salários nas receitas destinadas às universidades estaduais paulistas, desde 1995 quando elas passaram a 9,57% do ICMS. Anualmente o comprometimento acumulado com folha de pagamento tem fechado em um valor médio em torno de 87%. A menos do ano crítico de 1998, quando houve uma queda na receita arrecadada (valores deflacionados), as universidades têm conseguido manter entre 10 a 20% de suas receitas para outros custeios. É ainda um valor muito baixo se considerarmos a proposta do sindicato sobre financiamento das universidades que indica 30% para tal fim. A insuficiência é maior, quando levamos em conta que as perdas salariais em relação às melhores referências históricas superam um fator 2. Mesmo assim, como pode ser visto pelo Gráfico-2 desde a greve de 2000 conseguiu-se uma significativa recuperação do poder aquisitivo de docentes e servidores que, contudo, vem sendo ameaçada pela crescente elevação dos índices inflacionários a partir do final de 2002. Convém observar neste mesmo gráfico que os valores da arrecadação, por estar ligada a um percentual sobre preço dos produtos, consegue acompanhar a inflação e, mesmo, apresentar crescimento real nos momentos em que há crescimento econômico ou combate à evasão fiscal.

De qualquer modo, avaliamos que a fixação de percentuais mínimos de recursos para as universidades estaduais paulistas permitiu que preservássemos com um pouco mais de tranqüilidade os recursos financeiros nos períodos entre mobilizações. Continuamos tendo que enfrentar artifícios governamentais para reduzir a base de cálculo do repasse, assim como a esperteza dos reitores, que montam sobre a corrosão inflacionária dos salários para fazer caixa para outros investimentos ou introduzir premiações salariais como instrumento de avaliação produtivista. Mas este enfrentamento geralmente pode ser desenvolvido com instrumentos de luta mais simples ou, mesmo, de ordem legal.

Creemos, portanto, que pode ser uma boa tática para o sindicato lutar para que os governos sejam obrigados a destinar um percentual mínimo de recursos para a manutenção do ensino superior. Obviamente não se pode aceitar que isso seja feito como regulamentação da autonomia universitária, que está plenamente definida pelo artigo 207 da Constituição Federal. Tampouco pode-se aceitar que os valores definidos instrumentalizem, pela insuficiência, propostas como a de transformar universidades em Organizações Sociais que representam um projeto privatista de funcionamento das universidades e nascem do freqüente desconpromisso dos poderes públicos com o financiamento da educação superior pública brasileira.

TR - 57

Que o Sindicato Nacional constitua um grupo de trabalho para elaborar propostas de destinação de recursos fiscais mínimos para o custeio das universidades públicas brasileiras. Estas propostas seriam posteriormente avaliadas pelo movimento como reivindicações a serem encaminhadas aos governos e aos poderes legislativos. É necessário que este grupo tenha em conta as particularidades das receitas tributárias relativas aos governos federal e de cada estado.

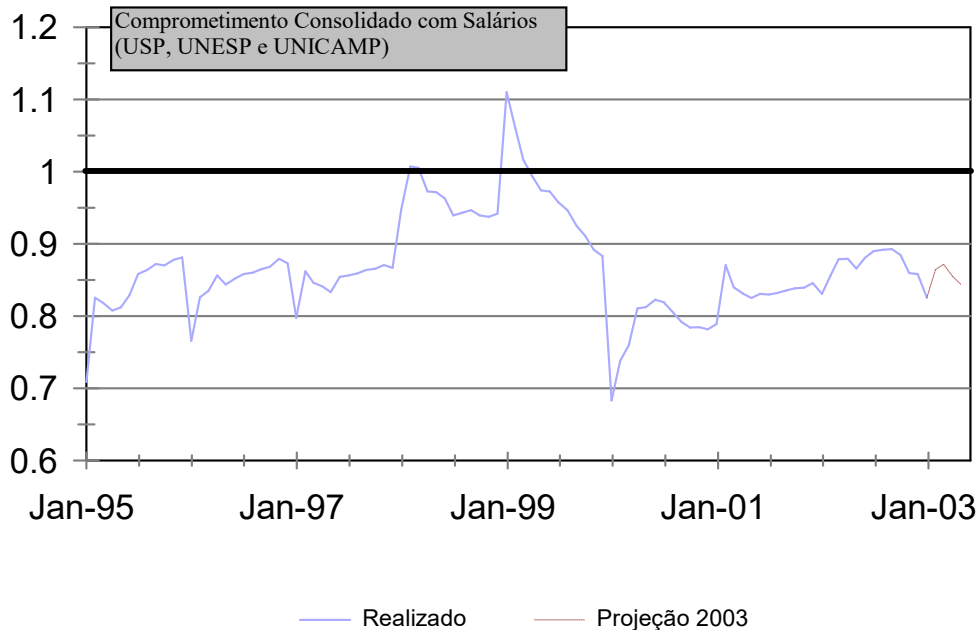


GRÁFICO-1

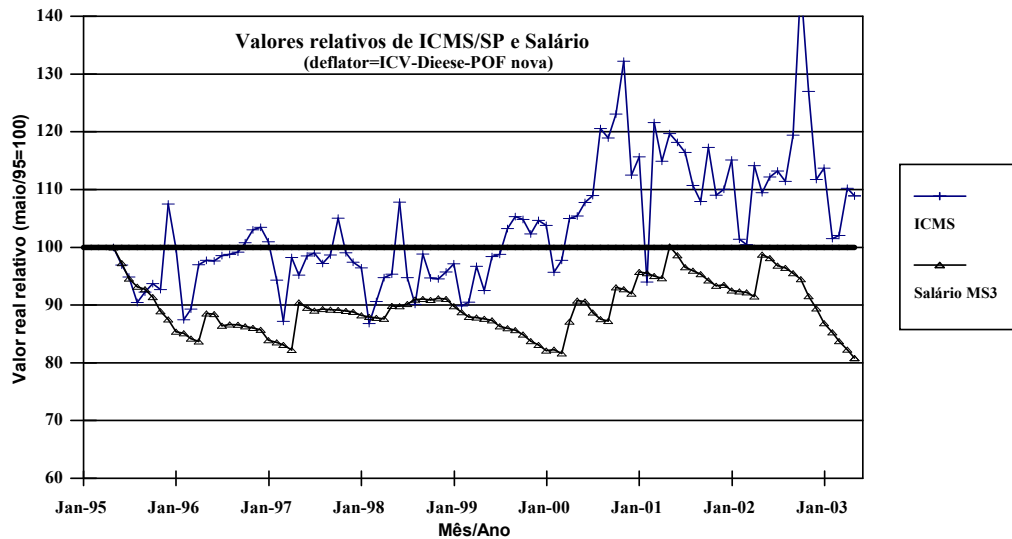


GRÁFICO-2

GLOBALIZANDO A RECONSTRUÇÃO DA SEGURIDADE SOCIAL EM UM NOVO MUNDO

TEXTO APOIO

1 - As Tarefas Pós-Fórum Social Mundial

Embora se torne desnecessário enfatizar o significado da realização do Fórum Social Mundial, no momento em que acabamos de vivenciar sua III edição, impõem-se a repetição: constitui-se, hoje, em um dos espaços mais rico de reflexão, de reenergização da militância política engajada no combate ao neoliberalismo e de construção de propostas para resistir e superar a desconstrução social, nos mais variados campos da vida, por ele produzida, em todo o mundo. Firma-se, assim, esse evento como um dos mais eficientes instrumentos de luta da classe trabalhadora na perspectiva de construção de uma nova ordem societária – alimentando a utopia de que um novo mundo torna-se possível.

Todavia, este é apenas o ponto de partida. A afirmação de nossos propósitos, nele explicitados, precisam ter continuidade no trabalho político cotidiano e persistente de cada entidade, movimento social e seus militantes sob pena de dar margem a interpretações que tentam retratá-lo, conforme já vem fazendo parte da grande mídia reacionária, simplesmente, como uma grande festa, momento prazeroso de confraternização, que deixa em seus participantes saudades, esperanças e votos de presença na próxima edição.

Tal observação, de nossa parte, feita sem nenhum propósito desqualificante, visa, ao contrário, firmá-lo como marco de um processo contínuo de organização e articulação dos trabalhadores. Processo que, repetimos, precisa multiplicar-se e se ampliar mediante intervenções conseqüentes aos extensivos e sérios trabalhos de análises de conjuntura e de discussões temáticas que nele acontecem.

Assim, tão importante quanto os Fóruns em si mesmos, são os espaços temporais inter-fóruns – os pós-fóruns – os prazos que nos estabelecemos para tentar fazer tais propósitos acontecerem. São esses os tempos das tarefas.

Uma boa forma de iniciá-los é divulgar o balanço das atividades que ficaram para ser cumpridas na edição anterior e anunciar os reajustes propostos em função da experiência vivida e analisada no presente.

É este, no que respeita o campo da Seguridade Social, o objetivo central deste documento, embora não deixe de constituir-se, também, numa forma deste seu autor, como participante/delegado, individualmente, prestar contas e socializar parte da responsabilidade de representação recebida.

2 - O que projetamos no II Fórum Social Mundial

Durante o II FÓRUM SOCIAL MUNDIAL – Porto Alegre - RS - Brasil, janeiro/fevereiro de 2002 - várias Entidades Associativas e Sindicais, juntamente com delegados representantes de movimentos organizados de trabalhadores, firmaram uma Declaração de Compromisso, consubstanciada no Documento “Globalizando a Reconstrução da Seguridade Social em um Novo Mundo”. Nele, a par de se denunciar o processo de desmonte dos sistemas de Seguridade Social, em curso mundialmente, em função das políticas neoliberais, indicava-se a importância dos povos, que defendem um novo mundo, unirem-se na perspectiva de reverter tal ordem. O referido Documento apontava, também, para a necessidade dos mesmos:

- a) exigirem proteção social universal e integral, onde os Estados não renunciem a sua responsabilidade quanto a garantir sistemas públicos de Seguridade Social;
- b) pronunciarem-se, veementemente, contra a privatização parcial ou total da Seguridade Social, em seus campos da saúde, da previdência e da assistência social;
- c) lutarem por leis que assegurem os direitos de aposentadoria com dignidade, tanto para os atuais como para os futuros aposentados e pensionistas;

d) não abrirem mão de garantir que a gestão dos sistemas públicos de Seguridade Social se dê com transparência e sejam exercidos, democraticamente, com participação e controle dos trabalhadores ativos e aposentados.

Finalmente, enfatizava que se:

e) reafirmassem os termos da Declaração Universal dos Direitos do Homem, ampliada com a assinatura do Pacto de São José de Costa Rica, que em seu art. 26 aponta para que, igualmente, se efetivem os direitos econômicos, sociais e culturais de todos os povos, sobrepondo-os aos interesses particulares de algumas nações, por mais poderosas que possam ser.

Nessa perspectiva e referenciados por esses princípios, os signatários decidiram por consenso constituir um Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública, em defesa dos direitos de saúde, assistência social e previdência, considerando os direitos de aposentadoria dos trabalhadores ativos, aposentados e pensionistas, particularmente na América Latina.

À ocasião, para dar curso a esse propósito, definiram a seguinte proposta de trabalho:

a) inserir na programação do III Fórum Social Mundial Eixo específico para discussão de temas pertinentes à Seguridade Social Pública, em todas as suas vertentes - Previdência, Saúde e Assistência Social;

b) manter ativo o intercâmbio entre as Entidades Associativas, Sindicais e Movimentos Organizados de Trabalhadores, incluindo aí parlamentares comprometidos com a luta dos trabalhadores, objetivando a troca de informações e experiências, para ampla divulgação e intercâmbio;

c) articular essas Entidades e Movimentos no sentido de organizar agendas comuns de ações e lutas, visando o resgate das perdas sociais e a reconstrução dos Sistemas Públicos de Seguridade Social, preservando suas instituições e seus trabalhadores.

d) realizar, ainda no corrente ano, em local a ser definido, uma Reunião Internacional de delegados dessas Entidades e Movimentos com objetivo de aprofundar os trabalhos de organização e propor a pauta de trabalho para o III Fórum Social Mundial.

3 – O que fizemos entre o II e o III Fórum Social Mundial

Passado um ano da definição desses propósitos, na Oficina Seguridad Social Sustentable: Um desafio frente a la Desocupacion e el Trabajo Informal, realizada durante o III Fórum Social Mundial – Porto Alegre – RS – Brasil, janeiro de 2003, vários signatários desse Documento, e outros que se fizeram presentes pela primeira vez, fizeram o seguinte balanço da situação:

a) Embora encaminhada a solicitação à Comissão Organizadora do Fórum para que a questão fosse tomada como eixo temático dessa edição do evento, não se obteve resposta, o que levou a que, novamente, uma diversidade de atividades relacionadas à Seguridade Social fossem realizadas, absolutamente, sem nenhuma coordenação;

b) Ainda que em vários países a articulação dos movimentos em defesa da Seguridade Social tenha avançado, do ponto de vista da organização internacional, isso não se verificou, persistindo o isolamento e a luta descoordenada, tanto mundial quanto continentalmente;

c) Em contra partida, em todos os países, o que se observou foi o aprofundamento do processo de desmonte dos sistemas públicos de Seguridade Social com prejuízos evidentes para a classe trabalhadora e com o crescimento dos sistemas de privatização, sob variadas formas.

Particularmente, no Brasil, que teve várias entidades subscrevendo o referido Documento, inclusive o ANDES SN, o quadro descrito é absolutamente verdadeiro.

Registre-se, entretanto, que o ANDES SN esforçou-se no sentido de fazer o processo avançar. Tanto que encaminhou a solicitação à Secretaria do Fórum, submeteu o Documento a sua instância deliberativa para referendado e aprovação de encaminhamentos, estimulou suas Seções Sindicais para que divulgassem o Documento e colhessem adesões ao mesmo, semelhante esforço desenvolveu junto a Frente Parlamentar e de Entidades Cívicas e Militares em Defesa da Previdência Social Pública e empenhou-se para que a Coordenação Nacional de Entidades de Servidores Federais - CNESF coordenasse o processo de articulação com outras Entidades. De outra parte, teve participação marcante nas atividades do III Fórum relacionados a área de Seguridade Social, em particular na Oficina que tratou da questão em análise.

Apesar disso, o conjunto dos movimentos, mesmo num quadro onde a Reforma de cunho neoliberal da Previdência nunca saiu da pauta política do Governo brasileiro, onde a estrutura pública de Assistência Social foi aceleradamente fragmentada e substituída, da condição de direito, por ações

isoladas, de cunho benemerentes e onde a Saúde, apesar dos avanços do SUS, continuou enfrentando resistências em função da dependência aos produtores de insumos e da influência mercantilista dos produtores privados, não demonstrou suficiente vontade política, força e capacidade organizativa para levar a frente um movimento coordenado de resistência. A resposta, portanto, nessa perspectiva, foi quase nula.

4 – As indicações resultantes do III Fórum Social Mundial

O diagnóstico acima referido, ao contrário de desesperanças, reforçou nos participantes a convicção de que a luta precisa ter prosseguimento, redobrando-se os esforços para superar as dificuldades observadas.

Para tanto, entenderam os participantes da citada Oficina que se deve:

- a) ampliar a divulgação do documento “Globalizando a Reconstrução da Seguridade Social em um Novo Mundo” e o Comunicado/Convite que nela foi elaborado, fortalecendo a adesão de Entidades e Movimentos Sociais ao Movimento Internacional de Resistência e Defesa da Seguridade Social Pública;
- b) retomar as iniciativas para realizar uma Reunião Internacional de Delegados de Entidades Nacionais e de Bases dos países da América Latina, na Argentina, acoplada as atividades relacionadas a luta contra a ALCA e em defesa do MERCOSUL, em final de abril ou início de maio do corrente ano. Tal reunião deve discutir a organização do I Fórum Sul Americano em defesa da Seguridade Social Pública, a realizar-se acoplado ao I Fórum Mundial em Defesa da Saúde e a II Assembléia Mundial dos Povos pela Saúde, a realizarem-se em Porto Alegre-Brasil, em julho de 2004;
- c) propor que os trabalhos de Coordenação desse processo organizativo, até a Reunião da Argentina, fiquem ao encargo das seguintes representações:

BRASIL –

Coordenação Nacional das Entidades de Servidores Federais – CNESF- cnesf@yawl.com.br
Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Previdência Social – ANFIP- info@anfip.org.br
Movimento dos Servidores Aposentados e Pensionistas – MOSAP mosap@siddten.org.br
Confederação Brasileira de Aposentados e Pensionistas – COBAP cobap@zaz.com.br

ARGENTINA –

Union Trabajadores del Instituto Nacional de Servicios Sociales para Jubilados y Pensionados – UTI-PAMI uti1@sinectis.com.ar

Asociacion Personal organismos de Prevision Social – APOSPS - aposps@ciudad.com.ar
Multisectorial en defensa de PAMI y ANSES - tedad@defensoria.org.ar

PARAGUAY –

Central Unitária de Trabajadores – CUT

URUGUAI –

Plenario Intersindical de Trabajadores – PIT - pitant@adinet.com.uy
Convencion Nacional de Trabajadores – CNT - cafuca@adinet.com.uy

5 – Encaminhando a tarefa

Frente a tudo isso, é necessário, novamente, a luta. Para tanto, é imperativo que o próximo Congresso do ANDES SN, a realizar-se em Teresina-Piauí, de 08 a 13 de março próximo, além de deliberar sobre a Reforma Previdenciária, que vem sendo anunciada e proposta pelo novo Governo e, sem dúvidas, centraliza a atenção de todos, analise essa questão e, até mesmo como estratégia para reforçar suas posições políticas, manifeste-se quanto ao seguinte Texto de Resolução:

TR - 58

Que o ANDES SN:

- a) reafirme sua disposição de engajamento na construção do Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública;

b) garanta em seus meios de comunicação espaços para divulgação de matérias e documentos que fortaleçam a adesão de Entidades e Movimentos Sociais ao Movimento Internacional de Luta e Resistência ao Desmonte da Seguridade Social Pública;

b) coopere para garantir a realização do I Fórum Sul Americano em defesa da Seguridade Social Pública, a realizar-se acoplado ao I Fórum Mundial da Saúde e a II Assembléia de Saúde dos Povos, a realizarem-se em Porto Alegre-Brasil, em julho de 2004;

c) participe da Reunião Internacional de Delegados de Entidades Nacionais e de Bases, interessadas na questão da Seguridade Social, bem como de representantes de Movimentos Sociais dos países da América Latina, na Argentina, acoplada as atividades relacionadas a luta contra a ALCA e em defesa do MERCOSUL, em final de abril ou início de maio do corrente ano, que deve discutir a organização do I Fórum Sul Americano em Defesa da Seguridade Social Pública;

d) atue junto a CNESF no sentido de que a mesma, até a Reunião da Argentina, participe da Coordenação desse processo organizativo, propondo que a CUT integre-se a representação de Entidades que foram indicadas para cumprir essa tarefa.



Contribuição do Prof. Fernando Molinos Pires Filho – Sindicalizado da ADUFRGS S. SIND

PROMOVER SAÚDE: ENTRE O PRAGMATISMO TECNICISTA E A OPÇÃO POR UM NOVO PROJETO SOCIETÁRIO

TEXTO APOIO

1 – O Momento Eleitoral e a Questão da Saúde

A expectativa de que, durante o recente processo eleitoral ocorrido em nosso país, se instalasse uma discussão de fundo sobre a questão da saúde foi frustrada.

Nem mesmo a presença de um Ministro da Saúde, como candidato, teve a capacidade de provocar questionamentos e críticas consistentes à forma como o Governo conduziu a política de saúde e tratou aspectos importantes desse problema social, em seus oito anos de mandato.

A pobreza do debate travado entre os candidatos e com a sociedade em relação aos programas por eles apresentados para essa área das políticas públicas, a ausência de análises mais detalhadas sobre as medidas apontadas, assim como o não posicionamento ou a falta de clareza em relação a compromissos assumidos, pouco ajudou na avaliação das reais possibilidades de que novos encaminhamentos pudessem vir a ser dados à questão.

Mesmo nos limites do tipo de abordagem que o Governo FHC vinha dispensado ao tema, várias e significativas situações foram ignoradas, como mote para os debates, mesmo que tivessem, criticamente, sido pautados pela última Conferência Nacional de Saúde, fórum maior de deliberações sobre a saúde no país. Como exemplo, dentre elas, pode-se referir os problemas ainda pendentes quanto ao financiamento (questão que parece, na leitura de alguns deles, ter-se esgotado com a aprovação da Emenda Constitucional nº 29), a relação do setor público com o privado (pretensamente regulamentado), a criação e o funcionamento de agências reguladoras (incapazes de controle efetivo), a seleção de modelos de intervenção (fortemente marcados pelo tecnicismo e avessos aos aspectos sócio-políticos do processo saúde/doença), o exercício do controle social (ainda fortemente marcado pelo autoritarismo dos gestores), a efetivação da referência e contra referência na rede (longe ainda de ser efetivada em função da estrutura não hierarquizada da rede assistencial), as condições materiais dos serviços (sucateados, defasados em relação aos avanços tecnológicos e sem sistemas de manutenção eficientes) e a importantíssima questão referente a disponibilidade e qualificação das equipes profissionais (reconhecidamente insuficientes em quantidade, composição e formação).

Também, a posição, genericamente expressa por todos os candidatos, de defesa intransigente do SUS, numa aparente consensualidade com a diversidade que sua construção significa, embotou a discussão e não gerou elementos para compreender a que SUS alguns deles se referiam. Se, como adjetiva o Prof. Jairnilson Paim, “o “SUS democrático” desenhado pelo projeto da Reforma Sanitária; o “SUS formal”, juridicamente estabelecido pela Constituição Federal, Constituições Estaduais, Lei

Orgânica da Saúde, decretos, portarias, resoluções ,etc.; o “SUS real”, refém dos desígnios da chamada área econômica do governo, do clientelismo e da inércia burocrática ou o “SUS para pobres”, um susto podre para a doença do pobre, uma medicina simplificada para gente simples a quem cabe as migalhas do banquete da direita e dos liberais com “sensibilidade social””.

De outra parte, o patamar dos discursos e dos debates ficou muito aquém do explicitado nos programas apresentados pelos candidatos - material sabidamente de mais difícil acesso a população em geral - raramente ultrapassando o nível de enunciação de generalidades.

Nessa linha enquadram-se as referências, com maior ou menor precisão, sobre a necessidade de valorização da prevenção, de agilização/humanização do atendimento, do desenvolvimento de programas que aproximem a disponibilidade dos serviços aos usuários (como o PSF- Programa de Saúde da Família e o PACS- Programa de Agentes Comunitários de Saúde), da realização de campanhas e mutirões de procedimentos voltados para responder a uma demanda acumulada no campo cirúrgico (cirurgias eletivas), bem como a produção e distribuição de medicamentos, num verdadeiro corolário de propósitos pontuais que não permitem apreender os eixos articuladores do plano de ação que caracterizaria a política para a área.

Esperava-se, no quadro discursivo de valorização de mudanças e reformas participativas construído pelos candidatos que, pelo menos, a necessidade de se retomar o debate político amplo sobre o processo de Reforma Sanitária, expresso em suas diretrizes de universalização, democratização, integralidade, equidade, efetividade, ética e qualidade de atenção, fosse anunciado como compromisso de todos, o que, também, não aconteceu.

2 – O Governo Lula e os Desafios da Saúde

A proposta apresentada pelo Candidato Lula reafirmava o compromisso da saúde como direito e dever do Estado, a descentralização e o controle social como estratégias organizativas, a responsabilidade compartilhada das três esferas com gestão solidária, a pactuação de metas e resultados, o fortalecimento ao planejamento local e controle ascendente, a organização de um sistema Nacional de Informações em Saúde, a capacitação de Conselheiros, além da reestruturação do Ministério da Saúde. Quanto aos HU's indicava o fortalecimentos de vínculos com o SUS e a recomposição de seus quadros de pessoal. No que respeita a relação com os serviços privados apontava para a prioridade para os serviços de natureza filantrópica e a formalização de contratos e convênios, com metas, resolubilidade e qualidade assistencial. Quanto a política de pessoal afirmava sua disposição de democratizar as relações de trabalho, mediante a constituição de uma Mesa Nacional Permanente de Negociação, com elaboração de uma Política de Pessoal. Sobre a Saúde Suplementar indicava sua subordinação integral ao Ministério da Saúde, em todos os seus aspectos, preservando o sistema público de suas ações predatórias. Neste particular referia que o ressarcimento ao SUS deve ser expandido. Finalmente, quanto ao Controle Social comprometia-se com a valorização das Conferências de Saúde, sua regular convocação, respeito a suas deliberações, assim como a dos Conselhos de Saúde. No que toca a Gestão Financeira enfatizava o sistema de repasse fundo à fundo, o controle pelos Conselhos referenciados nos planos de saúde e a incorporação de análise de impacto, de resultados, baseada na modificação de indicadores ao controle contábil da aplicação dos recursos.

Agora, no momento em que eleitoralmente a sociedade de forma inequívoca fez sua opção, é preciso que os movimentos sociais realizem um esforço qualitativamente superior para garantir que não apenas essas promessas programáticas tenham curso e que o tecnicismo, que tem prevalecido tanto na análise quanto no trato dessa questão, não continue encobrendo uma discussão central que terá de ser enfrentada se, realmente, se pretende firmar um compromisso com a busca de novos rumos para equacionamento do problema.

Tal debate se expressa na indagação sobre se, na prática, o novo Governo, coerentemente com a breve referência que fez em seu programa, incorporará e priorizará a implementação de uma efetiva política de promoção de saúde.

Alguns poderão se perguntar porque isto é tão importante e decisivo.

A resposta está implícita na compreensão de que por trás de qualquer proposta de política para a área esconde-se uma determinada concepção de saúde.

Se nelas prevalecer uma noção ultrapassada de que saúde é simplesmente a ausência de doença e agravos, constrói-se um sistema e formulam-se estratégias de intervenção prioritariamente ou exclusivamente voltadas para tratar e, na melhor das hipóteses, prevenir doenças, dificilmente conseguindo superar o dominante medicalismo assistencialista. Mas, se em outra perspectiva, a saúde for entendida como a expressão das contradições que as mulheres e os homens vivenciam no

experienciar do seu próprio viver em sociedade, ou seja, uma condição que sempre, mas de forma qualitativamente diferenciadas, estará presente, em função do grau de justiça e equidade alcançado pela sociedade, o sistema configurar-se-á, contextualizar-se-á e organizar-se-á orientado por uma outra lógica: a de que saúde é vida, qualidade de vida. Constitui-se, assim, em expressão complexa das determinações econômicas, sociais e culturais das nações e dos povos, um verdadeiro campo de luta pelo pleno respeito a cidadania e a dignidade humana.

Evidentemente que os instrumentais de abordagem para um e outro caso são de natureza distintas.

Um sistema voltado para o doente e para evitar a doença, é marcadamente centrado no instrumental técnico/científico da ciência médica. Outro, voltado para a promoção da saúde, não pode se circunscrever ao campo específico dos saberes, recursos e atos médicos tradicionais, embora incorpore essa importante contribuição.

Necessariamente, este outro sistema prescinde é do recurso político. Em primeiro lugar para reafirmar que a saúde, como necessidade humana essencial, é direito de todos e dever do Estado e que, nesta condição de bem público, seu acesso não pode ficar dependente ou atrelado à condição sócio econômica do cidadão ou as disponibilidades do chamado ajuste fiscal. Em segundo, para assegurar a intersectorialidade de abordagem, garantindo-a não apenas com a contribuição específica e requalificada do setor saúde, mas mediante políticas sociais e econômicas capazes de construir sociedades saudáveis, cidades saudáveis, locais de trabalho saudáveis, onde o viver e o trabalhar não sejam adoecedores.

Fica claro que isso só é possível de ser alcançado em um novo projeto societário, cuja preocupação fundante não esteja voltada para o privilegiamento do capital, mas para o bem estar dos cidadãos e, onde as relações sociais tenham como essência a busca da justiça, da igualdade, da solidariedade e da ética.

Isto não significa que o setor perde sua especificidade e a saúde se expresse como produto que prescinde de políticas próprias. Ao contrário é necessário que uma outra política de saúde, não convencional, seja definida e implementada por um SUS requalificado, que dela se ocupe em uma perspectiva integral e integradora. Neste sentido, é importante que se retome a discussão do Documento “Referenciais para a Construção da Política Nacional de Promoção de Saúde” elaborado pelo Ministério da Saúde e objeto de Seminário “Desafios da Promoção de Saúde: Implementação e Avaliação” promovido pela Organização Pan-americana de Saúde - OPAS -, em maio de 2002, em Brasília.

3 – A Mundialização da Luta pela Saúde

Contraditoriamente às primeiras medidas políticas econômicas tomadas pelo Governo Lula, em que sobressaem a reafirmação dos acordos com o FMI, o reajuste para cima das metas de superávit fiscal, o aumento dos juros, a inclinação a autonomia do Banco Central, a amenização da posição contrária à ALCA, sem falar em algumas escolhas de dirigentes que recaem em personalidades, até bem recentemente expoentes do interesses privatistas do capital, em que a presidência do Banco Central é emblemática, sua movimentação no espaço político internacional é marcante, no sentido de afirmar uma disposição de combate ao neoliberalismo e as ações imperialistas e belicosas ditadas por interesses econômicos e de exploração dos países desenvolvidos. Com tal postura alimenta as expectativas que sua eleição gerou no país e que transborda pela América Latina, levantando a esperança de que um outro mundo é possível.

Em particular merecem citação, como exemplos dessa movimentação, a expedita visita a Argentina e a Venezuela, com seus conseqüentes desdobramentos. A primeira, como vítima mais expressiva da aplicação do receituário neoliberal do FMI e Banco Mundial, a segunda enfrentando um processo de instabilidade institucional profundamente influenciado por reações internas e externas à disposição governamental de contrapor-se aos poderosos interesses do capital internacional.

Na mesma linha coloca-se a firme posição contra a guerra no Iraque, ameaçado pelo imperialismo americano, ávido pelo controle das maiores reservas petrolíferas do mundo.

Também significativa foi a presença de Lula nos Fóruns Social Mundial, em Porto Alegre e na Cúpula Econômica Mundial, em Davos, com pronunciamentos que afirmam a necessidade imperiosa de superar a atual ordem econômica mundial, construindo um novo projeto societário em que os interesses humanos se sobreponham ao do capital e a solidariedade e a qualidade de vida dos povos prevaleça sobre a lógica da militarização das relações internacionais e maximização dos lucros a qualquer preço.

Finalmente, o anúncio do Programa Fome Zero, baseado na intersetorialidade de ações e no apelo para que o mesmo se internacionalize como um compromisso mundial, sustentado pela coresponsabilidade entre as nações, constrói uma possibilidade imediata de vida para os segmentos majoritário dos povos do mundo, que são flagelados pela falta, pura, simples, mas essencial do que comer e tem, assim, suas breves existências marcadas pelo mais grave dos desrespeito à dignidade humana.

É evidente que a concretização de uma utopia dessa dimensão não se sustenta e se alcança pelo seu mero e reiterado enunciado. É preciso construí-la pelo processo de luta articulado de Governos e movimentos políticos e sociais em suas mais variadas expressões, preocupados, comprometidos e atuantes em torno do combate à miséria, à exclusão, à iniquidade, em fim a injustiça social, elementos perpetradores da negação das pessoas e dos povos à saúde, na dimensão de qualidade de vida.

Neste sentido a par de ações locais é preciso mundializar a luta, construindo, ampliando e solidificando processos de articulação internacionais que vem surgindo orientados por esses entendimentos e propósitos.

Alguns deles se traduzem em ações institucionais de organizações como a OMS – Organização Mundial de Saúde das Nações Unidas, que tem promovido eventos significativos na busca de novos rumos para a saúde. Cita-se, como exemplo, a realização das Assembléias Mundiais de Saúde, entre as quais a realizada, em 1978, em Alma-Ata. Nela firmou-se a declaração de “Saúde para Todos no Ano 2000”, baseada na estratégia dos “Cuidados Primários de Saúde”. Outro desses processos, não menos importante, tem sido a série de Conferências Mundiais de Promoção de Saúde, atualmente em sua quinta edição e que tem aprofundado a discussão desse novo paradigma de abordagem da Saúde.

Apesar disso a voracidade do capital não se intimida e, alimentado pelo enorme desenvolvimento tecno/científico, abre novos espaços para o mercado, encontrando nas políticas do FMI/Banco Mundial/OMC suporte para seus interesses privatistas e comerciais, que aumentam a iniquidade e produzem efeitos devastadores sobre o acesso dos povos do mundo aos avanços da ciência, que como patrimônio da humanidade tem que ter preservado seu caráter de bem público.

Isto explica, em parte, o relativo insucesso de tais iniciativas oficiais. Da mesma forma que alertam os governantes para a necessidade de contar com o apoio popular organizado para enfrentar tais resistências.

Nessa direção eventos autonomamente assumidos por organizações e movimentos da sociedade civil tem tido papel relevante na construção de contra hegemonias às políticas neoliberais. Sem repetir referências já feitas sobre o Fórum Social Mundial que tem pautado a questões referentes a saúde na perspectiva que vimos discutindo, cabe ressaltar duas outras iniciativas de abrangência internacional.

Uma delas resultou da dificuldade que os movimentos sociais encontravam para ter voz ativa nas Assembléias Mundiais de Saúde, fórum que anualmente envolve, em Genebra, responsáveis com poder de decisão de todas as partes do mundo. Em 1985, em reunião paralela a essa Conferência, tais movimentos decidiram pela criação de um processo que possibilitasse a livre manifestação dos povos. Foram necessários 15 anos para que a idéia se concretizasse na Assembléia dos Povos para a Saúde –APS 2000, realizada em Savar, Bangladesh, após 18 meses de intensa preparação da qual participaram 1.500 pessoas representando 92 países. Dela resultou a Carta dos Povos pela Saúde, documento que faz um vigoroso chamamento a ação pela saúde enquanto um direito humano e que explicita os desafios econômicos, sociais e políticos, do meio ambiente, das guerras, violências e conflitos que a determinam e que propugna por uma saúde centrada no povo. Como se auto define é “a expressão de nossas preocupações, nossa visão de um mundo melhor e mais saudável, e nossa convocação para uma ação radical. É uma ferramenta para advogar e um ponto e referência através do qual novas redes e coalizões podem formar-se”.

A outra é o Fórum Internacional em Defesa da Saúde dos Povos, evento realizado em duas edições antecedendo o II e III Fórum Social Mundial, em Porto Alegre (2002/2003). Organizado pela ALAMES - Associação Latino Americana de Medicina Social, pelo CEBES - Centro Brasileiro de Estudos em Saúde, Secretaria Municipal de Saúde da Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Secretaria Estadual de Saúde do Governo do Estado do Rio Grande do Sul, com apoio de outras entidades nacionais e de países como Canada, Estados Unidos, Argentina, Peru, Colômbia, Espanha, Índia, Venezuela, Guatemala entre outros.

O referido evento a par de propiciar o relato sobre situações e experiências de saúde no mundo potencializa o tema nas inúmeras atividades no interior do próprio Fórum Social Mundial. Afora isso

se propõe a construir uma Agenda Internacional em Defesa do Direito à Saúde, discutindo estratégias comuns para implementá-la.

O sucesso alcançado na primeira edição do evento, que contou com 400 participantes, garantiu que, nesta, esse número fosse expressivamente ampliado, abrangendo novas representações nacionais, inclusive do ANDES SN, assegurando que a iniciativa responde ao anseio de articulação e mundialização da luta pela saúde, contrapondo-se a onda neoliberal. Nele, duas importantes deliberações foram tomadas. A primeira é a realização em Porto Alegre em julho de 2004 do I Fórum Mundial em Defesa da Saúde. A segunda, é que, acoplado a ele, se realize a II Assembléia de Saúde dos Povos.

Trabalha-se, pois, na perspectiva de instituir e fortalecer, mundialmente, os laços de solidariedade e cooperação entre as organizações do povo, capacitando-as para a análise e a ação,

Embasados nessas concepções e propósitos, defende-se que o tema levantado neste texto seja objeto de pauta do XXII Congresso do ANDES SN, submetendo-se a sua deliberação as seguintes propostas de encaminhamentos:

TR - 59

Que o ANDES SN:

- 1 – articuladamente a outras entidades e movimentos sociais preocupados e atuantes em torno ao direito à saúde, desencadeie discussões preparatórias à realização, até setembro de 2003, de uma Oficina de Trabalho sobre políticas de promoção de saúde, na perspectiva de respaldá-la como estratégia de operacionalização e qualificação das ações do SUS;
- 2 – integre-se, na condição de entidade promotora, aos trabalhos de organização do I Fórum Mundial da Saúde, a realizar-se em julho de 2004, em Porto Alegre, indicando à suas Seções Sindicais o desenvolvimento de atividades locais preparatórias a participação de seus representantes nesse evento, assim como na II Assembléia de Saúde dos Povos que desenvolver-se-á mesma oportunidade;
- 3 – na perspectiva de contribuir com o exercício do controle social, pautar para análise nas reuniões do GT Seguridade Social a proposta de ação política do Governo Lula para a área da Saúde, acompanhando sua implementação e posicionando-se em relação as medidas que venham a ser desencadeadas.



Contribuição Carlos Schmidt- Sindicalizado da ADUFRGS S.SIND

SEGURIDADE SOCIAL

TEXTO APOIO

- 1 - A seguridade Social Pública é uma conquista histórica dos trabalhadores e corresponde a um direito humano fundamental no patamar atual de civilização, desta forma não pode ser submetida às incertezas do mercado.
- 2 – Na década de 90 no Brasil, este e outros tantos direitos foram questionados. Bases morais para este questionamento não existiam, e as bases supostamente científicas se apoiavam em teorias neomalthusianas que por um lado consideravam natural os patamares de crescimento do produto, produzidos pela gestão neoliberal da economia, e por outro atribuíam ao mercado (e nele o indivíduo atomizado) a tarefa de resolver a questão da seguridade.
- 3 – O objetivo não declarado das mudanças da seguridade a partir das referências neoliberais é abrir um imenso campo de valorizações financeira para o capital a partir da amputação dos já magros salários dos trabalhadores. Este capital que é gerido pelas administradoras de fundos de pensão transfere todo risco para seus cotistas, permitindo aos gestores dos fundos auferir lucros sem riscos. Esta situação induz à lógica de aplicação dos fundos em atividades especulativas de grande retorno e alto risco, turbinando ainda mais a geração de capital fictício e ampliando a instabilidade macroeconômica do país.
- 4 – O principal vetor de difusão de ilusões e falsas análises tem sido a grande mídia atuando em defesa dos interesses do grande capital especulativo. Para tal se vale de uma fração da academia, comprometida com a ortodoxia liberal, aos quais nos últimos tempos se juntaram membros do atual

governo, contrariando seus compromissos de mudança e justiça.

5 - A própria agenda de reformas traduz uma visão reducionista da questão, pois começar pela previdência significa ignorar que seu financiamento faz parte do financiamento do Estado, estando portanto no bojo de uma reforma mais ampla, a tributária, para qual a sociedade, dentro dos critérios de justiça confirmados na eleição de 2002, deve arbitrar a distribuição dos encargos tributários, portanto de manutenção do Estado e seus serviços, entre as diferentes classes sociais.

6 - Neste contexto, de forma capciosa e distorcida, a grande mídia, e infelizmente alguns tenores do governo, apontam os servidores públicos como causa das dificuldades da previdência, procurando um bode expiatório, sem esclarecer sobre o falso déficit; sobre os desvios presentes e passados dos recursos previdenciários; sobre a sonegação, privilégios e inadimplência patronal. Mais ainda esconde-se que a criação de fundos de previdência complementar para os servidores públicos, agravaria de sobremodo as dificuldades financeiras do Estado.

7 - Para culminar, impõe-se uma visão estática da questão previdenciária na medida que não se considera a perspectiva de crescimento econômico, aliás, compromisso fundamental e inadiável do atual governo.

TR - 60

1 - Desenvolver junto com os demais servidores ampla campanha de esclarecimento sobre a questão da Seguridade na Sociedade em geral e em particular junto a CUT e parlamentares.

2 - Propor a inversão da agenda das reformas discutindo a reforma da previdência no bojo de uma ampla reforma fiscal, esta por sua vez no contexto de um Estado democrático voltado para justiça social.

3 - Como objetivo principal da reforma tributária buscar redefinir a carga tributária no sentido de inverter a brutal regressividade que faz pagar os pobres e incide sobre os ricos.

4 - As distorções existentes no setor público devem ser corrigidas e dizem respeito a vantagens indevidamente acumuladas, muitas do período autoritário, que produzem salários absurdos. Neste sentido propomos um teto salarial (o mesmo para ativos e aposentados) para os 3 poderes do Estado em todos os níveis, que poderia ser, por exemplo, o salário do presidente da República.

5 - Para enfrentar definitivamente as questões da Seguridade e do próprio desenvolvimento econômico e social é mister retomar o crescimento econômico rompendo com as políticas econômicas neo-liberais.



Contribuição do Prof. Dr. Marcelo H. R. Tragtenberg – Depto. De Física da UFSC. – Sindicalizado da APUFSC S.Sind.

PROPOSTA DE POLÍTICA SOCIAL: SEGURIDADE SOCIAL

TEXTO APOIO

A defesa plana de aposentadoria integral com o salário de um ministro do STF no regime público atual ou num regime único é incompatível com os princípios de distribuição de renda e justiça social. Não é defensável que uns se aposentem com 200 e outros com 15000 reais, revelando um fosso com um fator 75. A ANDES-SN, um sindicato que sempre lutou pela justiça social, tem de lutar por uma aposentadoria decente para todos os brasileiros. Se não faz sentido exigir aposentadoria igual para todos, pois não é defensável o mesmo salário para todos os trabalhadores, dada a especialização diferente em cada função, podemos por outro lado transformar a Previdência em instrumento de justiça social e redistribuição de renda. Por exemplo, estabelecendo um piso mais digno e um teto justo para as aposentadorias, como, por exemplo, mil e dez mil reais. Não é absurdo admitir que uma pessoa se aposente com salário maior que da ativa, se este salário for indigno. Por outro lado, se o salário da ativa for exorbitante, não é absurdo pedir a quem ganha 17 mil reais que passe a ganhar 10 mil, caso isso reverta no aumento da aposentadoria de outros mais pobres.

TR - 61

A ANDES-SN deve realizar estudos durante o ano de 2004, através do GT de Seguridade Social e Aposentadoria, sobre a possibilidade de uma política de aposentadoria que contribua para a redistribuição de renda no Brasil. Esta política pode ser somente para os servidores públicos, com o

estabelecimento de um piso decente e um teto justo, ou para um futuro regime público que unifique servidores públicos e trabalhadores privados.

TEXTO 62

Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria

DÉFICIT NA PREVIDÊNCIA SOCIAL: UMA HISTÓRIA MAL CONTADA

TEXTO APOIO

A reforma da Previdência Social eleita como uma das prioridades do governo Lula, atinge frontalmente os servidores públicos, pois as mudanças que estão sendo propostas para o sistema, em linhas gerais; prevê a criação de um sistema único de previdência para trabalhadores dos setores privado e público. O conteúdo da proposta do governo ainda está indefinido. Desagrada também ao funcionalismo público, a ênfase que a discussão tem tomado, principalmente, no tocante a responsabilidade do “déficit” da Previdência, o combate aos “privilégios” do servidor e a pressão do governo para discutir com sindicatos, centrais sindicais e setores da sociedade esta reforma.

Entendemos que um debate deste porte envolve milhões de brasileiros, e isso exige tempo, para que as questões sobre a reforma da Previdência sejam aprofundadas. Bem como, é preciso politizar o debate entendendo como parte integrante de política pública universal, que abrange também a Saúde e a Assistência Social, ou seja, é um compromisso que o governo tem com a Seguridade Social, que é amparada no art. 40 da Constituição Federal de 1988.

Diante disso, os diretores do ANDES-SN presentes à audiência com o Ministro da Previdência Ricardo Berzoini, dia 31.01.2003, em Brasília-DF, expressaram a posição do sindicato sobre Previdência Social, quais sejam: 1) A Previdência Social deverá ser exclusivamente pública; 2) A Previdência Social Pública deverá atender aos princípios de integralidade dos vencimentos no ato da aposentadoria, paridade de vencimentos entre ativos e aposentados e não contribuição previdenciária dos aposentados; 3) O Sindicato já se posicionou contra a Previdência Complementar, por considerá-la privatizante, quer na forma estritamente empresarial ou na de fundos de pensão. Colocaram ainda que direitos sociais não se reduzem, ampliam-se.

Por que nós defendemos estes posicionamentos do ANDES-SN?

No mundo inteiro a instituição previdenciária está em crise. A expectativa de vida da população tem se elevado, aumentando o número de aposentados e a sua duração como tal. As mudanças no mundo do trabalho provocadas pela tecnologia diminuíram o número de postos de trabalho e, por consequência, de contribuintes, elevando os gastos com auxílio-desemprego. Outro aspecto que tem contribuído para crise previdenciária no Brasil, é o aumento no grau de informalidade e precarização nas relações de trabalho; isenção e evasão fiscal nas receitas, seja por parte das empresas, governos (federal, estaduais e municipais) e trabalhadores; bem como, as fraudes no sistema previdenciário que tem provocado um desequilíbrio, gerando o chamado “déficit previdenciário”.

Além disso, o sistema de arrecadação e de concessão de benefícios do INSS, é ineficiente, frágil, atrasado e conivente com as fraudes e sonegação que drenam os cofres públicos em pelo menos R\$ 26 bilhões com a evasão da contribuição dos empregados, R\$ 6 bilhões dos contribuintes individuais. Acrescente-se ainda que se não houvesse renúncias fiscais de R\$ 10 bilhões por ano, em vez do rombo de R\$ 19 bilhões previstos para 2003, o sistema teria um superávit. No entanto, as dívidas acumuladas hoje somam R\$ 135 bilhões segundo relatório da Controladoria Geral da União.

Outro aspecto importante nessa discussão, é que as empresas do setor privado recolhem até 22% para a previdência, o governo, enquanto empregador público, não contribui com os 11% do fundo previdenciário do servidor. Esta é mais uma razão para o “déficit” da previdência, em particular o da previdência do setor público. Portanto, o governo não vem cumprindo com o pagamento dos encargos previdenciários da União previstos na Constituição Federal e além disso, os recursos do orçamento da seguridade, por consequente da previdência, são utilizados indevidamente para financiar outras despesas do Tesouro.

O que existe é um “rombo” nas contas do governo. Os governos anteriores desviavam verbas

dedicadas à seguridade social para outros fins, como na construção de Brasília, da Ponte Rio-Niterói e da Transamazônica, e jamais devolvidos contribuindo para a situação atual.

Quanto aos dois sistemas previdenciários dos trabalhadores do setor privado e do setor público, existem, de fato, diferenças essenciais, porque enquanto o funcionário público paga 11% do seu salário integral (exceto os militares, que recolhem 7,5%), o trabalhador do setor privado recolhe 11% sobre o valor do seu salário, mas até o teto de R\$ 1.516,56 (contribuição máxima de R\$171,77) mesmo que receba R\$ 5.000,00 ou mais de salário.

O funcionário público recebe como aposentadoria o salário integral, enquanto o trabalhador do setor privado que ganha acima do teto recebe uma aposentadoria no seu valor limite. O trabalhador do setor privado, quando da sua aposentadoria, tem direito a sacar integralmente a parcela que lhe cabe no FGTS; o funcionário público não tem FGTS.

Se o montante mensal que paga o servidor público, capitalizado a juros de 0,3%, caso o Governo contribuísse como qualquer empresa privada, seria suficiente para pagar seus benefícios por mais do que o tempo em que estará vivo para recebê-lo. É, portanto, um sistema autosustentável.

Desse modo, o único "privilégio" do funcionário público é pagar mais, relativamente, à previdência social do que o trabalhador do setor privado. Agora, questiona-se a sua natureza, a sua justiça, como se fossem regimes de privilégio ou intrinsecamente inviáveis.

As diferenças não se limitam apenas ao aspecto financeiro/monetário das contribuições. O debate há de considerar a natureza do trabalho desenvolvido pelo servidor público; sua relação com o Estado e com o público. E, portanto, que Estado queremos.

Segundo César Benjamim (in. Rev. Caros Amigos, Fev/2003) "O que vem sendo chamado de 'déficit' da Previdência Social é, na verdade, o 'déficit' da Seguridade Social. São coisas muito diferentes. O maior avanço inscrito na Constituição de 1988, em termos de direitos sociais, foi a proposta (nunca completamente implantada) de formação de um sistema integrado de Seguridade, com três componentes: a saúde pública (amparo aos doentes), a assistência social (amparo a portadores de deficiência e pessoas em situações de risco social) e a Previdência (amparo aos que ultrapassaram o período de vida laborativa). Os dois primeiros correspondem a direitos líquidos de cidadania e, como tal, não contam com receitas próprias, devendo ser financiados com impostos pagos pela sociedade como um todo (as contribuições sociais). Portanto, *não se aplica nesses casos o conceito de déficit* (ninguém diz, por exemplo, que uma escola pública, que oferece ensino gratuito, é 'deficitária'; tampouco se pode dizer isso de um hospital público, ou da assistência a uma pessoa pobre, portadora de deficiência grave). Só o terceiro componente da Seguridade Social (a Previdência propriamente dita) é capaz de gerar receitas. Incluir as despesas da Seguridade, como um todo, no chamado 'déficit da Previdência' é um artifício lamentável, que só serve para assustar a opinião pública e dramatizar o problema".

Portanto, o "rombo" da previdência em geral, e da previdência do setor público em particular, não se deve, ao pagamento de aposentadoria integral ao servidor público.

Tudo isso, coloca sob sérias restrições os argumentos dos defensores da Reforma quando afirmam que as novas medidas visam cobrir o "déficit" da Previdência e resolver o quadro de dificuldades circunstanciais por meio da redução do universo de beneficiários e da exclusão ou restrição ao exercício de direitos.

Entendemos que a unificação dos sistemas previdenciários do funcionário público com os trabalhadores do setor privado, em nada mudará a situação do "déficit" da previdência, pois, continuará existindo mesmo após a reforma, como ocorreu na Argentina e no Chile; podendo até mesmo piorar, porque haverá uma diminuição da arrecadação, ao mesmo tempo em que, não removerá os dois grandes obstáculos ao crescimento do país, que é a fragilidade financeira do setor público e a vulnerabilidade externa da economia brasileira.

É inegável o quadro de desequilíbrio vigente em ambos os regimes: tanto no INSS quanto no regime dos servidores, as necessidades de financiamento decorre da imprevisão governamental e dos desvios dos recursos arrecadados, que deveriam ter sido capitalizados para fazer frente aos atuais compromissos.

Para contabilizar o déficit, o governo soma apenas a diferença entre a arrecadação e os benefícios pagos, mas não leva em consideração as cotas e os desvios. Desse modo, o problema sai da esfera da Previdência Social e entra no mérito administrativo, ou seja, para apontar um déficit ou não depende de como se faz a conta.

O primeiro passo sério do governo, seria um levantamento convincente e inquestionável da situação. Só a partir daí seria possível formular projetos de reforma com menos injustiças entre as diferentes fontes de contribuições, como também em relação aos seus benefícios.

Portanto, há necessidade urgente de se adotar medidas para acelerar os processos de combate as fraudes, sonegação e de recuperação das dívidas, através de um processo de cobrança sistemático e automatizado, a partir da listagem dos maiores devedores, aí inclui-se o próprio governo e apresentação real da composição dos créditos a que o INSS tem direito a receber. Só dessa forma teríamos condições de discutir o “Déficit” da Previdência.

Por tudo que foi relatado, vemos que os governantes usaram e abusaram dos recursos da Previdência, e continuam a chamar os servidores públicos de privilegiados, mas os privilegiados na sua “maioria são: ex-juizes, ex-deputados, ex-senadores, ex-delegados de polícia, ex-governadores, ex-Presidentes da República, que viveram nababescamente nas tetas dos governos estaduais, municipais e federal e conseguiram gratificações e outras vantagens salariais sobre as quais jamais tiveram incidência de contribuições sociais, posto que, geralmente, incorporadas apenas ao final de suas vidas laborais ou, no momento da aposentadoria”. (in: Universidade & Sociedade, Vol.9, nº 20 – set/dez 99 – pág.99).

Diante do exposto e reafirmando o nosso compromisso na luta pela manutenção dos direitos conquistados e em avanços, propomos os seguintes encaminhamentos:

TR - 62

- 1 - Empreender ações de mobilização para pressionar o governo para realizar uma auditoria pública nas contas Seguridade Social (Saúde, Previdência Social e Assistência Social), visando identificar os responsáveis pelo “rombo” previdenciário e recupera-lo;
- 2 - Denunciar o que vem sendo chamado de “déficit” da Previdência Social;
- 3 - Realizar uma Campanha Nacional para desmistificar a Reforma da Previdência, apontando os reais e principais causadores do “déficit” previdenciário brasileiro.
- 4 - Divulgar estudos técnicos que comprovam que a previdência não é deficitária.
- 5 - Defender a Previdência Social exclusivamente pública, com integralidade dos vencimentos no ato da aposentadoria, paridade entre ativos e aposentados e não contribuição previdenciária dos aposentados;
- 6 - Rejeitar a rediscussão do PL 09/99 que trata da Previdência Complementar dos servidores públicos.



Contribuição dos professores Raimundo Nonato Nunes e Francisco Wellington Duarte – sindicalizados da ADURN S.Sind.

A EQUIPARAÇÃO DA REMUNERAÇÃO SALARIAL COMO FORMA DE JUSTIÇA

TEXTO APOIO

A situação da categoria docente nas Instituições de Ensino Superior (IFE's) nos últimos anos apresentou um quadro de deterioração, não apenas em termos quantitativos, no que diz respeito a queda do poder de compra, como também em termos qualitativos, no que se refere ao processo de degradação das condições de trabalho nas IFE's. A situação revela-se preocupante na medida em que diante do quadro acima descrito, formou-se dentro das IFE's uma espécie de “mercado de projetos”, que se apresenta como um elemento “compensatório” às baixas remunerações e que segue a lógica dos mecanismos de mercado. Os fundos setoriais e o Projeto de Lei de Inovação Tecnológica se inserem nessa ótica de transformar o ensino, pesquisa e extensão num imenso campo de relações de mercado.

Tal estado de coisas leva ao debate sobre como o Movimento Docente deve encarar a questão salarial diante de um governo que, em tese, teria um cunho democrático e progressista. É mister que o movimento organize uma pauta de reivindicações salariais que tenha como parâmetro a carreira docente e que introduza o conceito de equiparação salarial, ou seja, que as remunerações tenham como princípio os níveis salariais já existentes na tabela do ANDES . e que este princípio seja nacionalmente incorporado. O salário deve ser colocado como uma remuneração devida ao trabalho do professor e, dessa forma as diferenças salariais de docentes do mesmo nível devem ser

gradualmente abolidas.



Contribuição da Assembléia Geral da APESJF-SSIND

AVALIAÇÃO PRODUTIVISTA: A LÓGICA DO GOVERNO QUE PRECISA SER DESMONTADA

TEXTO APOIO

A lógica produtivista, base do modelo empresarial-privatista, tem sido inserida de forma articulada e planejada nas universidades desde o governo Collor e, de forma acentuada, na “república dos professores” da qual o presidente Fernando Henrique Cardoso e sua “trupe”, tendo à frente da direção do MEC o professor Paulo Renato, foram exímios copiadores intelectuais e executores dos projetos neoliberais para países de terceiro mundo como o Brasil. Muitos exemplos podem ser lembrados, entre eles: os prejuízos para o ensino e a pesquisa afetando diretamente a extensão; a progressiva privatização do ensino superior já que, hoje, 2/3 das matrículas se encontram na rede privada; a direção proposta para a autonomia das universidades, descentralizando os recursos de manutenção e investimentos e criando mecanismos contratuais que garantem ao Estado-avaliador formas de controle muito mais perversas.

Ao estabelecer critérios e procedimentos de avaliação do desempenho docente para pagamento de Gratificação de Incentivo à Docência (GID), em implantação no ensino fundamental/médio/técnico, seguindo os modelos já praticados no ensino superior pela GED, recupera-se a mesma lógica produtivista e empresarial-privatista que embasa o Provão e o PQI.

Dois pontos aqui chamam a atenção: o primeiro diz respeito ao caráter quantitativo dessa proposta de “avaliação” desvinculada da função preferencial da universidade, que é o seu compromisso com o desenvolvimento social. O segundo refere-se ao caráter de complementação salarial, já que a produção deve estar contemplada no rol de “avaliáveis”, visando no final das contas o *aumento da remuneração*.

As concepções de universidade pública e de trabalho docente são incompatíveis com a necessidade de atingir pontos mínimos que garantam uma remuneração mais justa. O ensino, a pesquisa e a extensão de qualidade e socialmente referenciados requerem, pois, processos de desenvolvimento com prazos e objetivos mais seguros no lugar da obtenção fugaz de pontos para serem quantitativamente avaliados. Não é pelo número de tarefas executadas que se avalia a produção acadêmica mas, sim, pela sua qualidade e por sua vinculação a um projeto de universidade socialmente referenciada.

Vincular a produção docente, quantitativamente avaliada, a um ganho pecuniário comprova que o objetivo é o de implantar o modelo produtivista que estipula uma meta a ser atingida, entendendo que assim se estará alcançando uma melhor eficiência do trabalho acadêmico. Uma consequência desse modelo é o surgimento de inúmeros “projetos individuais”, desvinculados do projeto institucional da universidade que deveria ser estabelecido democraticamente pela comunidade universitária, assim como o processo avaliativo da universidade. Logo, esse modelo atual de avaliação institucional se faz na vala comum do neoliberalismo.

As instituições também se tornaram reféns dessa lógica produtivista, pois o modelo de distribuição de recursos privilegia quem tem mais alunos, quem mais investe em pesquisa e extensão, quem prioriza os cursos noturnos, ainda que não haja uma preocupação com a qualidade dos mesmos. Por esse modelo, só nos resta buscar atingir as metas que nos são ditadas pela articulação do governo federal com as agências internacionais de financiamento.

É importante ressaltar que a implantação da GID, em algumas IFES, não teve a devida atenção por parte das administrações locais que não criaram os CADs ou dificultaram e negligenciaram suas atribuições, além da diversidade com que a mesma foi tratada. Em algumas IFES, ela foi paga via recursos de fundações, ou mesmo porque se tinha ganho judicial a respeito do pagamento, o que dava a impressão de fortalecimento da luta. No caso específico da UFJF, a referida gratificação só foi paga no último mês do ano de 2002, efetuando-se o pagando retroativo ao decreto de janeiro do mesmo ano. Evitou-se, assim, a briga pela retroatividade, mas os professores do CTU e do Colégio

de Aplicação se viram submetidos a um ano inteiro sem o recebimento mensal da mesma, acarretando um aumento na defasagem salarial neste período e produzindo um desconto de imposto de renda maior do que se este valor tivesse sido diluído nos meses de direito. Pode-se, assim, notar a dificuldade de se implementar uma regulamentação interna devido a entraves burocráticos muitas vezes advindos de manobras do governo federal e, outros, da própria representação da administração superior.

Destaca-se, aqui um aspecto perverso das gratificações produtivistas: uma heterogeneidade de formas de avaliação e de vencimentos, atuando contra os princípios do nosso Sindicato de isonomia nas condições de trabalho e de salário, e até mesmo de aposentadoria, já que nem na sua integralidade elas estão garantidas aos nossos professores inativos.

Assim, vemos a necessidade de implementar mecanismos de avaliação que conte com a participação efetiva de toda a comunidade, buscando na articulação entre docentes, estudantes e técnicos-administrativos propostas que favoreçam melhores condições de trabalho, pelo crescimento da universidade e pelo cumprimento do seu objetivo precípuo de transformação e de integração social.

O tema da avaliação, tanto institucional quanto docente, é parte da Proposta do ANDES-SN para a Universidade Brasileira e deve ser tomado como referência para o enfrentamento dessa questão.

É, portanto, urgente que seja priorizado o enfrentamento uma solução para o problema das gratificações (GED, GID e GAE). Considerando a nova conjuntura de governo e a possibilidade de que venham a ser propostas pelo MEC mudanças profundas na universidade brasileira, deve o MD atuar de forma empenhada nessa questão, retomando, com mais empenho suas propostas para a universidade e se preparando para possíveis enfrentamentos.

TR - 64

O 22º Congresso delibera:

1. Reafirmar a proposta do ANDES para a Universidade Brasileira, bem como a necessidade de sua implementação em todas as dimensões.
2. A necessidade de retomada das discussões sobre estratégias de aplicação efetiva da nossa proposta de avaliação institucional e docente;
3. A Divulgação e aprofundamento do conhecimento, entre os docentes, da proposta de Carreira do ANDES-SN, contida no Caderno 2 do ANDES-SN;
4. Lutar pela incorporação das gratificações aos salários.

TEXTO 65

Contribuição do professor Félix Pedro Q. Gomes - Sindicalizado da APUFSC-S.SIND

ACOBERTAMENTO DA LEI DE INOVAÇÃO TECNOLÓGICA

TEXTO APOIO

A estrutura da hierarquia dos povos esta sustentada na utilização política do conhecimento, resultado da soma da ciência e tecnologia, e que desempenha função estratégica no desenvolvimento da sociedade. Com o conhecimento científico tecnológico tornando-se um fator de produção o desenvolvimento tecnológico ou a inovação ficaram submetidas algum tipo de controle que concede a seu criador o direito de ser dono exclusivo durante um tempo predeterminado.

Com isso observamos o nascimento das patentes. Tem-se escrito constantemente, que as patentes de produtos farmacêuticos e agrônômicos, consolidam o caráter hegemônico de alguns países que investem muito em educação, ciência e tecnologia. A ação de um estado soberano deve ser no sentido de evitar a dependência da ciência e tecnologia e, portanto a econômica. Evitar a dependência significa tomar atitudes em todos os setores e principalmente na atividade científica (pesquisa básica e pesquisa aplicada) priorizando o conhecimento em todas as áreas independentes de sua possível aplicação.

Relatando alguns fatos importantes, em 1989 o Brasil apresentou a nova Lei de Patentes, que foi aprovada sob o número 9279, denominada "Lei de Propriedade Intelectual". Os defeitos dessa são:

não garantir o acesso à tecnologia e nem obriga que os contratos sejam analisados pelo Instituto Nacional de Propriedade Intelectual (INPI).

Em novembro de 2002 aparece um projeto de lei PL 7282/02 que trata da inovação tecnológica, que após muitas discussões ficou estabelecido de consenso que a empresa é lugar de inovação tecnológica e o criador da inovação é o pesquisador formado nas universidades. Da forma com estão propostas o PL de inovação e a lei de propriedade intelectual se complementaríamos gerando um retrocesso na universidade pública e criando falsas expectativas para o setor industrial.

Em dezembro do ano 2002 entra em cena outro projeto de lei, PL 7470/02, sobre política Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento no Setor Farmacêutico que trata da produção e utilização de insumos farmacêuticos e incrementa sua inovação.

Os fatos que justificam o PL de inovação é o desequilíbrio entre as patentes e a produção científica. Nessa direção não existe um programa que contemple de forma mais sólida um projeto que engaja o elemento criador com relação a condições de trabalho, produtividade e realização profissional para criar o conhecimento que viabiliza o desenvolvimento tecnológico. Por outro lado ainda não visualizamos uma igualdade de acesso à educação e aos benefícios do conhecimento científico e tecnológico.

A inovação continuada é uma forma de expressão da ciência aplicada, para que isto funcione ainda temos o problema da criação do conhecimento científico que faz com tenhamos produção de tecnologia. É nesse quesito que os países detentores de conhecimento investem para perpetuar sua dominação.

O desafio proposto é investir em educação, cultura ciência e tecnologia. Não há possibilidade de inserção equitativa no mundo globalizado sem autonomia científica, decorrente disto não será possível concretizar o desenvolvimento econômico social, o crescimento e superação de desníveis sociais sem altos e constantes investimentos em ciência e tecnologia.

Outra proposta trata de substituir produtos importados por nacionais, desta forma, ajudar para o equilíbrio da balança de pagamentos por intermédio de uma rede nacional que integra centros de pesquisa, empresas, estados e união. A rede seria o intermediário entre empresas e centros de pesquisa com o objetivo de substituir produtos importados por nacionais. Com isto se quer evitar a criação de incentivos: fiscais ou de proteção de mercado. O objetivo é cobrar participação mais efetiva ao setor empresarial a investir em pesquisa, para isto aconteça o estado deve reorganizar o mercado e criar programas para exportação, controle de qualidade e melhoria de produtividade para tornar as empresas mais sólidas.

Precisamos avançar em áreas estratégicas: programa espacial, tecnologia da informação, mudanças climáticas, uso sustentável da biodiversidade e relações de ciência e tecnologia e defesa nacional. Dentre eles priorizar os de caráter mais dependente, por exemplo, a energia; pesquisas neste setor baseadas em fontes renováveis.

Acredito que deveríamos encarar políticas de ciência e tecnologia como uma questão de estado, todas empenhadas em criar condições necessárias ao desenvolvimento da produção de conhecimento articulando a união, estados, comunidade científica, empresariado e trabalhadores.

Existem empreendimentos do governo passado na criação de alta tecnologia em áreas de importância estratégica como, por exemplo, o Sistema de Vigilância da Amazônia SIVAM instalado a um custo alto que carece de recursos humanos especializados para reconhecer padrões dos diferentes dados por falta de um projeto de formação de pessoal e a participação de instituições tecnológicas. Com as dimensões continentais do Brasil também não devemos deixar de realizar pesquisas na Amazônia, semi-árido e o cerrado com diversos desafios que podem ser superados com trabalho científico multidisciplinar.

Na pesquisa básica, realizada em sua maioria nas universidades e instituições públicas, os números são alentadores quanto à publicação de trabalhos originais em revistas internacionais indexadas, seja como for, a situação esta longe de corresponder às necessidades atuais do país.

Na pesquisa aplicada a nossa situação é preocupante, tomando com parâmetro o número de registro de patentes, no ano passado somente se registrou 113 registros, quantidade considerada pequena para inovação, comparado com outros países (Panamá, Costa Rica, Coréia do Sul). A decisão seria aumentar os investimentos em ciência e tecnologia e propiciar um aumento de registros de patentes. A precariedade da pesquisa aplicada impede nossa competitividade no mercado globalizado e a causa de isso é por falta de investimento do setor privado em pesquisa, cujos resultados possuem aplicação tecnológica. Por enquanto no Brasil a situação é inversa: o estado tem que sustentar a pesquisa básica e executar os resultados da pesquisa aplicada.

Os remédios diante este quadro que foram aplicados pelos gestores da ciência e tecnologia são o corte de investimentos à pesquisa básica privilegiando a pesquisa aplicada e as conseqüências não foram boas. Pois pesquisa básica e aplicada ou tecnológica são expressões de uma mesma atividade, não havendo como priorizar uma delas sem perturbar a ambas.

Com relação aos fundos setoriais temos que destacar que os pretextos utilizados em função de sua existência por parte de CNPq e FINEP para a negativa de repasse de verbas, não devem continuar. Contudo precisam ser modificados os métodos de gestão desses recursos não orçamentários provenientes do sistema produtivo e contemplar prioritariamente a pesquisa básica.

Na área do intercambio internacional deve ser reforçado aprofundando os tratados de intercambio científico com a Comunidade Européia, América latina (MERCOSUR, Bolívia, Venezuela e outros). Também devemos ter em conta à ex-colônias portuguesas de África e Ásia, procurando auferir o máximo de recursos dessa variedade de parcerias.

A estrutura do MCT deve prever o CNPq, fortalecido, para que apóie a pesquisa básica de forma que os parâmetros ou critérios de concessão de bolsas de Produtividade de pesquisa (individual e grupos) sejam mais abrangentes e considerem novos grupos de professores emergentes, em todas as áreas do conhecimento. A FINEP deve apoiar a implementação da infra-estrutura de instituições de pesquisa em todas as áreas e promoção do desenvolvimento tecnológico apoiando a micro e pequenas empresas.

Acredito também que devemos discutir o uso soberano da Base de Alcântara, a lei de inovação tecnológica, a formação crescente de organizações sociais (OS) dentro do MCT (IMPA, CGEE, LNLS, IDSM e RNP) aonde de forma dissimulada se aplica a maioria dos postulados da lei de inovação, lei de propriedade industrial que por enquanto não servem aos interesses do estado.

TR 65

O 22º Congresso do ANDES-SN aprova:

1 - Realizar um estudo aprofundado do processo de transformação crescente das unidades de pesquisa do MCT para Organizações Sociais, observando-se ali a concretização explícita da maioria das propostas do Projeto de lei de inovação tecnológica ainda em discussão.

2 - Realizar seminários sobre a criação e o funcionamento da rede nacional proposta, que localizara deficiências tecnológicas e ao mesmo tempo procurara a instituição que tenha conhecimento suficiente para suprir aquela deficiência. Isto é, aproximar o setor industrial da universidade para agregar valor aos produtos ou substituir a importação de tecnologia.

3 - Requerer plano político concreto do MCT (CNPq, CAPES e FINEP) em pesquisa e desenvolvimento em todas as regiões do país, cujo objetivo seja de erradicar a exclusão social e tecnológica.

TEXTO 66

Contribuição dos professores Ana Lúcia Xavier Vieira, Delando Nasário de Medeiros, Francisco de Assis Olímpio Cabral, Gilson de Vasconcelos Torres, Ibiraci Maria Fernandes Rocha, João Wanderley Rodrigues Pereira, José Humberto de Araújo, Leonides Brunet de Sá, Maria Cristina de Moraes, Maria Goretti Cabral Barbalho, Teresinha Dantas de Sousa e Zilda Luiz Maria – Sindicalizados da ADURN S.Sind.

INFORMAÇÃO E TECNOLOGIA

TEXTO APOIO

Os últimos séculos se caracterizaram pelo domínio privado de técnicas para transformação dos recursos naturais. Enquanto para a grande maioria dos seres humanos, o domínio de uma técnica representa uma profissão que lhe assegure trabalho e meio de vida, para uma minoria que controla os modos de produção através de conhecimentos e tecnologias fechadas, significa acumulação de riquezas. A manipulação econômica e as formas de apropriação dos recursos gerados determinará em grande parte os esquemas futuros de organização das sociedades humanas. Hoje, como nunca, a tecnologia e sua base de sustentação, material e intelectual, estão em condições de alterar e redefinir o ser humano e suas sociedades.

Seja qual for a técnica utilizada no processo de produção de bens materiais é imprescindível o uso da

energia e informação. Com o advento das grandes redes de informação o capitalismo chega a um novo estágio de desenvolvimento caracterizado pelo poder financeiro e especulativo que pode atravessar fronteiras com velocidade incrível, dando uma volta no globo no intervalo de um dia. Utilizando-se dos canais de informação as empresas transnacionais, através de agressivas campanhas de "marketing", conseguem impor a sua marca às indústrias em vários pontos do planeta, acumulando capital de forma extraordinária, apenas com a marca e a informação.

A independência científico-tecnológica de uma nação, além de determinar a sua estrutura econômica é também uma questão de soberania nacional. A luta competitiva entre as nações industriais para conquistar posições dominantes com relação ao mercado mundial e às fontes de matérias primas tem sido frequentemente motivo de abusos e extorções.

Com o sucesso da imposição norte americana ao mundo, fomos todos submetidos a uma situação de grande fragilidade, como bem coloca Istvan Mészáros (O século XXI, socialismo ou barbárie, Ed. Boitempo, 2003) " o enorme poder dos Estados Unidos, que tendem perigosamente a assumir o papel do estado do sistema do capital em si, submetendo, por todos os meios ao seu alcance, todos as potências rivais". Além de impor o dólar como moeda mundialmente privilegiada, os EUA controlam todos os órgãos de intercâmbio econômico, desde o FMI, até o Banco Mundial, do GATTS a Organização Mundial do Comércio (OMC).

Na área de tecnologia de computadores a situação é extremamente grave. A Microsoft, por exemplo, que ocupa uma posição de quase absoluto monopólio mundial, impõe através de seus programas a aquisição casada do equipamento de sua parceira a Intel e vice-versa. Uma outra questão é que seus programas são de código fechado, e não se sabe exatamente o que eles realmente fazem. Por exemplo, descobriu-se que nos programas da Microsoft há um código secreto embutido que permite aos serviços militares e de inteligência dos EUA espionar qualquer pessoa no mundo que seja usuário do "Windows" e da internet. O "Windows XP" que a CUT vem distribuindo a preços "acessíveis" com a finalidade de "contribuir para a exclusão digital", somente pode ser instalado após ser conectado a central da Microsoft nos EUA.

Na área de agricultura, a produção de alimentos transgênicos, é atualmente dominada por empresas transnacionais americanas, como a Monsanto. O governo dos EUA está fazendo o possível para impor ao mundo produtos, cuja adoção garantiria o seu domínio absoluto, forçando os agricultores de todo o mundo a comprar sementes não renováveis.

Os países desenvolvidos utilizam-se das patentes para manterem-se hegemônicos e é através da OMC que estes países impõem aos países subdesenvolvidos, a aprovação de leis de patentes de modo a lhes garantirem o uso de seus recursos naturais. Como exemplo, a lei de propriedade intelectual brasileira, criada com forte pressão da OMC, permite inclusive a patente de seres vivos. Isto seria inadmissível para cientistas famosos como Jonas Salk que recusou-se a patentear sua descoberta da vacina contra poliomielite, dizendo que seria o mesmo que pretender "patentear o sol".

A elite política e econômica brasileira, mostra toda sua ignorância secular também quando o assunto é conhecimento, ciência e tecnologia. Basta observar, quantas empresas investem e possuem departamento de pesquisa & desenvolvimento, e qual o percentual do PIB investido nestas áreas, independente dos sucessivos governos.

Como não podemos contar com a elite econômica brasileira, esperamos que, com o poder que delegamos ao novo governo, a atual elite política brasileira, seja capaz de perceber que uma verdadeira soberania nacional somente será possível com políticas efetivas na área de ciência e tecnologia. Entretanto, antes de adotar qualquer política de ciência e tecnologia devemos lembrar que esta não pode ser isolada de uma política industrial. Como o desenvolvimento tecnológico é determinado pela política de ciência e tecnologia adotada, é importante levantar as potencialidades de recursos naturais e lembrar que, uma verdadeira independência somente pode ser adquirida quando o conhecimento para produção industrial é gerado no próprio país.

Nos seus primeiros meses, o governo demonstra preocupações na área de C&T com a ampliação do número de bolsas do CNPq, não obstante a verba para o MCT continue a mesma. Por outro lado, o número de bolsas e a verba para projetos de pesquisas estão bem aquém das reais necessidades dos pesquisadores.

Há algumas décadas, a inovação tecnológica e conseqüentemente, uma das frentes principais de acúmulo de capital, se produz nas denominadas tecnologias da informação. No Brasil, os gastos com importação de software é um dos causadores do desequilíbrio na balança comercial. Por exemplo, a importação de um único programa de computador é equivalente a exportação de 60 sacas de café. No ano de 1999 a União gastou, somente para o setor público, 125 milhões de reais na aquisição de software.

Outro setor onde o país vem recebendo enorme pressão externa, principalmente dos EUA, diz

respeito a introdução da tecnologia digital na televisão brasileira. Há atualmente três padrões concorrentes, o padrão americano, o europeu e o japonês. A escolha de qualquer um destes modelos significa mais uma situação de dependência tecnológico-cultural desnecessária, uma vez que um padrão nacional é perfeitamente possível, como afirma o Professor da USP Marcelo Zuffo, num prazo relativamente curto.

TR - 66

O XXII CONGRESSO DO ANDES-SN delibera por:

- 1 - Lutar pelo arquivamento do Projeto de Lei de Inovação Tecnológica
- 2 - Lutar pela revisão da política de distribuição dos fundos setoriais de forma a atender todos os setores da universidade.
- 3 - Que o Andes SN participe de forma mais efetiva da discussão para elaboração de uma política de informática para o país.
- 4 - Que o Andes e as seções Sind. através do GTCA elaborem uma política de informática para o sindicato, inclusive com a possibilidade de substituir o mais breve possível o software de seus computadores, substituindo o software proprietário por software livre e de código aberto.
- 5 - Que o Andes participe mais efetivamente da luta para a adoção e desenvolvimento de uma tecnologia nacional de televisão digital.
- 6 - Lutar pela aprovação de uma Projeto de Lei proibindo o uso de Transgênicos no país?
- 7 - Lutar pela revogação da lei de patentes.



Contribuição dos professores Luiz Carlos Pinheiro Machado () e Clarilton Ribas (**) – Sindicalizados das APUFSC S.Sind.*

SEMENTES, PATRIMÔNIO DA HUMANIDADE

Luiz Carlos Pinheiro Machado^(*)
Clarilton Ribas^(**)

TEXTO APOIO

Charqueadas, municípios limítrofe de Porto Alegre, ainda que silenciosamente, ingressou na história da humanidade. Dia 26 de janeiro de 2003, durante o 3º FSM, 2000 agricultores pobres de 60 países, integrantes da Via Campesina, no assentamento 30 de Maio, deram início á uma campanha mundial em defesa de um valor essencial á humanidade (ao lado da paz e da liberdade): a luta pelo reconhecimento, pela FAO e pela UNESCO, da semente como patrimônio da humanidade. Foi o início de uma luta mundial contra um crime em andamento, dotado de um grau de perversidade sem paralelo: a concentração da produção de sementes, em todo o globo, na mão de meia dúzia de empresas transnacionais, através do patenteamento dos chamados cultivares.

Evento pleno de simbolismo contou com a presença variada de parlamentares e intelectuais do Brasil e do mundo, teve como um dos pontos altos a inauguração da Praça da Paz, com o plantio de diversas espécies, numa área de terra em forma do mapa mundial, por agricultores de todos os sessenta países, numa declaração de grande densidade política a indicar que a luta mundial impedirá que este crime seja perpetrado.

O histórico de um crime contra a humanidade

Tudo começou no início do século passado, quando o sábio russo N. I. Vavilov identificou os centros de origem das plantas cultivadas, criando os chamados Centros de Vavilov. Verificou-se, então, um fato extraordinário: os chamados "países ricos", cuja riqueza se deve, em grande parte, à exploração dos "países pobres", são extremamente pobres em germoplasmas vegetais originais, ao passo que os "pobres" são, ao contrário, muito ricos nessas bases genéticas. Quase todas as culturas principais se originaram em menos de uma quarta parte das terras do mundo (Mooney) e, a maioria dessas terras encontra-se em áreas consideradas "pobres" (Oriente próximo, Afeganistão, Indo-Birmânia, Malásia-Java, Guatemala, México, Andes peruanos, Etiópia. Também o Mediterrâneo e China são Centros de Vavilov, mas não podem ser consideradas "áreas pobres"). Para se ter uma idéia da

^(*) Prof. Dr., participante do Curso de Pós Graduação em Agroecossistemas da UFSC.

^(**) Prof. Dr. do Curso de Pós Graduação em Agroecossistemas da UFSC, Diretor Sindical da APUFSC-S.Sind

extensão do problema, na década de 70, das 200 espécies vegetais cultivados na Califórnia, USA, nenhuma era originária daquele país!

Emerge desses fatos a importância das sementes para o que se convencionou chamar, segurança alimentar.

A diversidade genética das plantas é o mecanismo que há milênios tem permitido a adaptação desses seres aos mais diversos ambientes, ao mesmo tempo em que tem oferecido base material para o seu melhoramento genético.

Se, por um lado, a manutenção da diversidade implica a continuidade e a proteção da natureza, por outro, a necessidade capitalista de novas formas de reprodução do capital tem criado germoplasmas simplificados, dependentes de altos insumos de síntese química-fertilizantes e agrotóxicos. A fracassada revolução verde, que trouxe mais fome e miséria para a humanidade, mais dilapidação ambiental, mais êxodo rural, com a conseqüente marginalidade e criminalidade urbanas, é o exemplo mais expressivo do que acontece quando se substitui a diversidade biológica pela monocultura. Com a revolução verde os monopólios internacionais passaram a controlar o mercado de insumos e máquinas agrícolas; a segunda fase dessa "revolução" está em pleno andamento, com a expansão dessas multinacionais no controle da produção e comércio de sementes, e, quem controla as sementes, controla todo o sistema alimentar.

O mecanismo é simples e fácil de entender; as multinacionais controlam a produção e comércio de sementes que são "melhoradas" visando a uniformidade fenotípica com altas produções. Essa uniformidade elimina as resistências naturais e aumenta a vulnerabilidade das culturas, com o que se cria a dependência dos agrotóxicos. As multinacionais que fabricam agrotóxicos são as mesmas que controlam o "melhoramento", a produção e a comercialização das sementes. A uniformidade genética leva à perda de variedades e à vulnerabilidade das plantas às pragas e doenças.

Fecha-se o cerco da dependência, e as plantas transgênicas coroam o esquema. Do outro lado, estão os verdadeiros interesses das nações "pobres".

Eis porque as multinacionais estão tão interessadas em patentear variedades e cultivares de plantas. É a proteção oficial de sua pirataria e gangsterismo. São conhecidos os casos de roubo de germoplasmas nativos dos países "pobres" que são levados aos países "ricos", ali melhorados e depois, esses germoplasmas voltam para serem cultivados nos países de origem, agora com nomes sofisticados e preços astronômicos. Caso elucidativo são os Desmodiums levados para a Austrália na década de 50 e, mais tarde, trazidos para o Brasil com nomes estrangeiros como "silver leaf" e outros.

Os povos pré-históricos alimentavam-se de mais de 1500 espécies de plantas e pelo menos 500 dessas espécies e variedades têm sido cultivadas ao longo da história. Atualmente, apenas 30 vegetais cultivados integram 95% da dieta humana e, deses, o trigo, arroz, milho e soja representam mais de 85% do consumo de grãos.

A agricultura de subsistência cultiva as principais plantas alimentícias há mais de 10.000 anos. Privá-los desse recurso é, pelo menos, uma perversidade, até porque o agricultor de subsistência é um melhorista nato, porque sempre, há milênios, tem reservado para o próximo plantio, as sementes das melhores plantas. Ao privá-los dessa possibilidade, o agricultor se vê roubado em sua herança mais significativa, equilibrada e barata, que são as variedades locais cultivadas há milênios (Paschoal). Por outro lado, a segurança do abastecimento e a base para um amplo melhoramento vegetal estão ligados ao fato de os agricultores manterem-se no ambiente rural. Essas famílias protegerão, como, aliás, têm feito há milênios, os recursos genéticos vegetais melhor do que qualquer banco de genes.

Ora, as sementes são herança comum de todos os povos e não podem ser apropriadas por quaisquer organizações privadas. O acesso ao material genético é um direito natural da humanidade. Não tem dono!

Na escalada pela dominação porque, quem controla as sementes domina a humanidade (Mooney), as multinacionais estão investindo na legalização das sementes transgênicas, muito impropriamente chamadas OGM - organismos geneticamente modificados (hoje não existe planta cultivada que não tenha sofrido algum tipo de modificação genética), portanto, transgênico tem que ser chamado de transgênico e deixemos de enganar o produtor e o consumidor. Os transgênicos estreitam ainda mais a diversidade genética e, conhece-se muito pouco sobre os seus efeitos na natureza. Mas as multinacionais têm pressa em aumentar sua dominação.

Empresas que se dedicavam à fabricação de agrotóxicos estão entrando na área de sementes, com uma concentração preocupante: cada vez um número menor de empresas controla uma parcela maior do mercado. O fechamento do cerco, com o controle, por poucas multinacionais da produção e comercialização de sementes transgênicas, da produção e comercialização de agrotóxicos e da produção e comercialização de fertilizantes de síntese química. Paralelamente a isso, a apropriação, pelo controle das chamadas patentes, por essas corporações, de germoplasmas milenarmente

produzidos pela natureza, em um processo de evolução e adaptação estudado mas pouco conhecido, está reduzindo a diversidade biológica que leva à simplificação genética, o que compromete o necessário equilíbrio instável da natureza, condição fundamental para a estabilidade de todos os seres vivos na superfície terrestre, as sementes são os garantidores da perpetuação desse processo e, são, por direito natural e por necessidade de sobrevivência, um legítimo patrimônio da humanidade. A dominação pela alimentação é uma das mais sutis, mas também das mais perversas. As sementes nas mãos de poucos, poucos dominarão a humanidade.

As sementes têm uma diversidade milenar que tem permitido a adaptação das espécies às mais diversas condições ambientais. São o produto de milênios de adaptação produzida por e para agentes naturais como a energia solar, as chuvas, a temperatura, os ventos, os solos e tantos outros. Esses agentes pertencem à natureza e, no caso da superfície terrestre, à humanidade. É um legítimo patrimônio seu e qualquer ação de apropriação é um ato de pirataria, um crime lesa a humanidade.

De acordo com o Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos realizado no Senado Federal, em 1999, as 10 maiores empresas de sementes do mundo eram, em ordem decrescente em faturamento: Dupont, Pioneer Hi-Breed, Monsanto, Novartis, Groupe Limagris, Alvanta, Agri Biotech, Inc., Grupo Pulsar/Seminis/ELM, Sakata, KWS AG e Takii. Elas faturaram 23 bilhões de dólares e detêm mais de 32% do comércio mundial de sementes. Por outro lado, segundo a mesma fonte, as 10 maiores empresas fabricantes de agrotóxicos e faturando 20,2 bilhões de dólares/ano controlando 82% do mercado mundial, respectivamente são: Aventis, Novartis, Monsanto, Astra Zeneca, Dupont, Bayer, Dow Agroscience, American Home Products, Basf e Sumitomo.

Há um crescente agrupamento de empresas, ao mesmo tempo em que organizações originariamente fabricantes de agrotóxicos estão entrando no ramo de sementes. A previsão é que, se não houver uma reação organizada dos países "pobres", nos próximos anos um pequeno grupo de multinacionais dominará absolutamente os mercados interdependentes de sementes e agrotóxicos.

Esta é a tendência que todos os indicadores atuais apontam.

Os governos independentes dos países subdesenvolvidos, onde se encontram os principais Centros de Vavilov, podem usar a sua riqueza genética para obter vantagens na mesa de negociações com os países ricos, através da cessão controlada, mas jamais patenteada, de material genético básico. Os norte-americanos, por exemplo, necessitam material genético brasileiro de amendoim e laranja.

A vida na terra existe porque as plantas captam a energia solar e a transformam em alimentos para todos os seres da natureza que não têm a capacidade de realizar a maravilhosa síntese a partir da água do solo e do gás carbônico da atmosfera. Mas as plantas são o produto das sementes que há milênios vêm se adaptando, se diversificando e oferecendo alimentos e matérias-primas para a sustentação e avanço da humanidade. Assim, as sementes, como o ar, a água, a terra, as matas, o sol, integram a natureza e cabe à humanidade protegê-las em seu uso, com a compreensão de que são recursos existentes antes das gerações humanas e, portanto a apropriação de qualquer e sob que forma for, de algum desses recursos constitui-se em uma violação imoral do direito natural, pois esses recursos são patrimônio da humanidade e a ninguém é dado o direito de deles se apropriar, sem que se configure um crime lesa humanidade.

Referências:

FAO, 2000 - Anuario de la produccion, vol 54, FAO, Roma, xxxvii - 235p.

HATHAWAY, D. 1999, Seminário Internacional sobre Biodiversidade e Transgênicos. Senado Federal, Brasília, DF. 31-48p.

MOONEY, P. R., 1987. O escândalo das sementes. SARGS/Nobel, Porto Alegre/São Paulo, xxix + 146p.

PASCHOAL, A. D., 1987. Prefácio do tradutor, in, O escândalo das sementes, SARGS/Nobel, Porto Alegre/São Paulo, xiii - xxvi p.

TR - 67

Engajar-se na Campanha Mundial pelo reconhecimento das sementes como Patrimônio da Humanidade, articuladamente com os movimentos sociais concernidos nesta luta como MST e Via Campesina, produzindo um cartaz nacional com esta temática, e somar-se efetivamente ao calendário deste movimento, junto às demais organizações.



Contribuição da Assembléia da APUFSC-SSIND

ETINIA, GÊNERO E CLASSE SÃO QUESTÕES IMBRICADAS.

TEXTO APOIO

A Assembléia da APUFSC-SSIND, de 20 de fevereiro de 2002, debateu a questão étnica com base nas contribuições constantes no caderno de texto e considerou importante que o 22º Congresso aprove resoluções que possibilitem ao nosso sindicato participar efetivamente das lutas contra todas as formas de discriminação e exclusão social. Para além de posicionamentos já consagrados na entidade ao longo dos anos, a AG aprovou o TR – 38 (p. 149 do caderno de textos) integralmente, com apenas um acréscimo introdutório ao item 8 do referido TR.

TR - 68

ACRÉSCIMO AO TR – 38

Acrescentar no início do item 8 do TR – 38 a seguinte redação: O ANDES-SN reconhece que a questão étnica e de gênero está imbricada à questão de classe no Brasil. Mas, sua resolução não se reduz à possibilidade superação dessa última; assim como o contrário é verdadeiro.

TEXTOS AVULSOS

AUTONOMIA UNIVERSITÁRIA, LUTA DOCENTE E A QUESTÃO DOS REPASSES MÍNIMOS PARA AS UNIVERSIDADES

Texto de Apoio

1. O debate sobre a questão de como viabilizar o financiamento integral das IES públicas por parte da União e dos Estados é relativamente antigo entre nós. A posição majoritária defende o financiamento integral a partir da fonte do Tesouro do Estado amparando tal defesa na luta e nos artigos 206, 207 e 212 da Constituição Federal. Em contraste a esta posição há a defesa em torno da necessidade de algum tipo de regulamentação do repasse de recursos do Estado, implicando a confecção de uma *“Lei Orgânica para Autonomia”* (texto 26 do Caderno Anexo) ou de *“de propostas de destinação de recursos fiscais mínimos para o custeio das universidades públicas brasileiras”* (texto 57 do Caderno Anexo). Novamente este debate será realizado e todas essas posições serão reexaminadas. De nossa parte, apresentaremos neste texto uma abordagem sobre a construção e o uso histórico concreto que o ANDES-SN tem feito da Autonomia Universitária. Nosso esforço é o de, a partir da análise das experiências de luta e de formulação sobre esta questão realizadas pelas IFES, IEES/PR e IEES/SP, argumentar em favor da auto-aplicabilidade do 207, alertar para os riscos da fixação de repasses mínimos e apresentar uma proposta que nos permita avançar na luta de defesa do financiamento integral das IES públicas por parte da União e dos Estados.

O significado histórico do Artigo 207 da CF.

2. Um balanço geral sobre o exercício da Autonomia Universitária certamente identificará um quadro em que a sua restrição está na ordem do dia. Começando pelas IPES a regra tem sido a interferência das mantenedoras na gestão pedagógica dos cursos, reduzindo e até eliminando qualquer traço de democracia na definição do cotidiano dos cursos. Nas IES públicas o respeito às decisões eleitorais da comunidade universitária para dirigentes ainda não é uma realidade generalizada. Os próprios processos eleitorais têm se constituído de acordo com a LDB anti-democrática e não em consonância com a vontade da comunidade universitária. A consolidação da gestão paritária em todos os órgãos colegiados também ainda está longe de se tornar uma realidade plena. Seria ilustrativo se não fosse trágico reconhecer que, em universidades públicas importantes como a USP e a UFRJ, grassam o clientelismo e fidelidades medievais na rotina administrativa. Por último, como fator generalizado nas IES públicas, pode-se mencionar que o seu financiamento integral pela União e pelos Estados tem sido sistematicamente mutilado pela Lei de Responsabilidade Fiscal e por outros penduricalhos jurídicos criados com a intenção de diminuir os gastos públicos com os serviços públicos.

3. Disso tudo se deriva que a questão da Autonomia Universitária é um objetivo estratégico pelo qual lutamos dia a dia. Foi este o sentido do artigo 207 da CF, resultado da intervenção organizada e consciente “da ANDES” no ano de 1987⁷, durante o processo constituinte, e nos anos anteriores, quando o conjunto do movimento docente e outros movimentos sociais e populares organizados desenharam e assumiram a concepção da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão. Historicamente tratava-se do seguinte: no rescaldo da “abertura política” procurou-se definir em regra constitucional o que, consuetudinariamente, expressava a vontade da comunidade universitária e de muitos movimentos populares e sindicais que compreenderam, pela experiência de luta contra a ditadura militar, a importância da autonomia das Universidades.

O ANDES-SN e a defesa da Autonomia Universitária na década de 1990.

4. Não se pode desconsiderar, portanto, que o artigo 207 da CF foi uma conquista a partir da qual se fixaram parâmetros para a luta pela eleição direta e livre para dirigentes das universidades, para a gestão paritária nos órgãos colegiados, para a construção de projetos político-pedagógicos, para a luta do financiamento integral das universidades, enfim, para a defesa do serviço público com qualidade, gratuidade e referenciado social e politicamente.

5. Entretanto, há uma modificação fundamental na conjuntura que informou as condições para a luta de defesa dos serviços públicos após 1988. A escalada do neo-liberalismo sobre a sociedade e o Estado, iniciada no Brasil com o governo Collor, em 1989, teve como contrapartida política uma

⁷ Consultar “Plataforma dos Docentes do Ensino Superior para a Constituinte”, In I Congresso Extraordinário, Brasília, Maio de 1987.

postura defensiva dos movimentos sociais (cujas origens não cabe discutir aqui) que tiveram que lidar com: a) uma violenta subordinação ao capital financeiro na sua nova fase de integração dos mercados que exigia a diminuição do Estado e de seus serviços; b) uma não menos violenta reestruturação produtiva destruidora de postos de trabalho formais (desindustrialização); c) um brutal ataque contra a legislação social e trabalhista; d) uma ideologia fascista que tentou jogar a “sociedade” contra o “corporativismo” dos sindicatos, de suas reivindicações e de suas ações (elementos que parecem estar na ordem do dia – ou na ordem do governo federal).

6. O resultado disso foi, principalmente, o encolhimento dos serviços públicos combinado com um aumento expressivo da iniciativa privada em negócios do Estado (educação, saúde, setor energético, telefonia etc). Se de certo modo e mesmo limitadamente o ano de 1988 marcou o registro da ascensão política dos movimentos sociais e populares, a conjuntura da década de 1990 foi marcada pelo arrocho salarial em particular no setor público, ponta de lança do desmonte dos serviços públicos e da transferência dessas áreas para a órbita do capital. Marcou também as esferas jurídica e política formal como terrenos minados para os movimentos sociais e populares, onde as medidas provisórias (1994 ...), a tentativa de Reforma Constitucional (1995 ...) e a “ilegalidade” da greve dos petroleiros (1995) foram armas disparadas contra os trabalhadores, suas conquistas e capacidade de luta. O movimento docente não escapou a isto, como não poderia escapar à luta de classes.

7. No plano geral, tratava-se, para os governos federais de Collor e FHC, de diminuir o Estado e transferir seus serviços para o capital. Na questão da Autonomia Universitária isto saltou aos olhos com maior força quando o ANDES-SN e outras entidades tentaram, em 1994, encaminhando a chamada Agenda Autonomia/94, amparados nos artigos 207 e 212 da CF (o artigo 212 estabelece índices mínimos para educação para a União, os Estados e os municípios), precisar o repasse orçamentário em duodécimos para as IFES⁸. O trabalho realizado pela Comissão responsável da Agenda Autonomia/94 e consolidado no Projeto Florestan Fernandes⁹, não recebeu acolhimento pela Comissão de Educação Cultura e Desporto, que o modificou em sentido inverso do pretendido pelo movimento, colocando em risco a sustentação das IFES. A investida contra as IFES se materializava. A aprovação da LDB reacionária sob o relato de Darci Ribeiro sepultava os esforços de se avançar um pouco mais, na legislação, quanto à escolha de dirigentes, de estatuintes cujo foco fosse a democratização interna das IES e do financiamento integral das IES.

8. Neste sentido, o ano de 1996 marcou nova investida do governo FHC contra a Autonomia das universidades. Por meio do Projeto de Emenda Constitucional 370-A FHC/Paulo Renato tentaram alterar o artigo 207 da CF. Se não tiveram completo sucesso, naquele ano começaram a efetivar o peso de 70% para docentes nas eleições das IES (Lei 9.192/95 aprovada em 1995) e o Provão (Lei 9.131/95 aprovada em 1995). Daquele momento em diante não havia dúvidas sobre o fato de que o ambiente institucional/parlamentar estava tornando-se demasiadamente insalubre para o movimento docente. Esta percepção fez com que o ANDES-SN aprovasse em seu XVII Congresso (1998) a *“intensificação da luta contra o projeto de reforma constitucional do governo FHC”* com ênfase para a *“defesa da autonomia universitária”*¹⁰. A partir dali FHC/Paulo Renato insistiriam na regulamentação da Autonomia Universitária contando com certo apoio da ANDIFES que aderira à idéia por volta de 1998, quando se aproximou definitivamente do governo com um espírito claro de negociação e de convencimento sobre a regulamentação de alguns pontos como, por exemplo, o financiamento. Sob as vias da regulamentação o ANDES-SN aprovou em seu XIX Congresso, ocorrido em Juiz de Fora no ano de 2000, proposta reafirmada nos eventos posteriores até o momento, que indica a defesa da *“auto-aplicabilidade do artigo 207 da Constituição Federal e o princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”*, bem como o combate às *“propostas de legislação infra-constitucional que tenham o objetivo de regulamentar a autonomia universitária, tais como a do MEC e da ANDIFES”*¹¹. Dois anos depois, a ANDIFES apresentou Projeto de Lei Orgânica de Autonomia procurando viabilizar o avanço do MEC onde ainda esbarrava-se em grande resistência: *“l) cobrança*

⁸ “Durante o ano de 1994, estabeleceu-se uma mesa de discussões, a partir de portaria do MEC (P.350/MEC/94) para debater a Autonomia Universitária. Este processo foi chamado AGENDA AUTONOMIA/94 do qual participaram, como membros de uma Comissão responsável: ANDES-SN, FASUBRA, ANDIFES, ANUP, ABRUEM, FÓRUM DAS UNIVERSIDADES COMUNITÁRIAS e a SESU. A UNE também participou dos debates, mas não assinou o relatório”. Conferir “Texto 24 - Contribuição dos Sindicalizados Géria M. Franco (ADUFSCar SSind.), Luiz C. Lucas (ADUFPel SSind.), Márcio A. de Oliveira (APESJF SSind) – Autonomia Universitária: dados históricos e a luta hoje”, In **Caderno de Textos do XIX Congresso do ANDES-SN**, Juiz de Fora/MG, 21 a 26 de fevereiro de 2000, p.97.

⁹ PLC 119/92, de Florestan Fernandes, estabelecia o repasse para as IFES em duodécimos e o percentual de Orçamento, Capital e custeio dentro dos 18% da receita da União que deveriam ser destinados às universidades de acordo com o artigo 212.

¹⁰ Cf. **Resoluções do XVII Congresso do ANDES-SN**, Porto Alegre, 06 a 12 de fevereiro de 1998.

¹¹ Cf. **Resoluções do XIX Congresso do ANDES-SN**, Juiz de Fora, 21 a 26 de fevereiro de 2000.

de taxas e mensalidades em diversas modalidades de pós-graduação e extensão; II) a contratação de pessoal fora do RJU, e III) fragmentação da carreira docente das IFES¹². No apagar das luzes do governo de FHC/Paulo Renato e enfrentando a mobilização do movimento docente tal projeto não foi acolhido.

A experiência do Paraná: “ampliação” do orçamento e arrocho salarial.

9. Em paralelo ao governo FHC o governo Jaime Lerner buscou diversas vezes implantar no Estado do Paraná a autonomia financeira das IEES/PR, que pressupunha a introdução do “financiamento compartilhado” ou “financiamento misto” (público e privado). Tal modalidade de financiamento desobrigaria o Estado de financiar integralmente as universidades públicas com recursos do Tesouro do Estado introduzindo o financiamento privado como uma fonte alternativa de recursos para as universidades. As diretrizes deste modelo expressam a adesão política às orientações do Banco Mundial para a reforma dos sistemas de ensino superior nos chamados países em desenvolvimento. A idéia era a de diversificar as fontes de financiamento do ensino superior com a introdução da cobrança de mensalidades e a venda de serviços ao setor privado. Com efeito, a autonomia financeira das universidades públicas seria um mecanismo a ser utilizado para “estimular” as universidades públicas a arrecadarem recursos permitindo que as mesmas, individualmente, pudessem conservar e administrar livremente tais recursos. Sob este aspecto continua ainda bem forte e verdadeiro o argumento central das orientações do Banco Mundial que desde 1995 tem afirmado que *“uma base diversificada de recursos é a melhor garantia de autonomia institucional (...) a autonomia resulta num conceito vazio quando as instituições dependem de uma única fonte de financiamento”*¹³.

10. Numa perspectiva histórica a análise do montante de recursos que foi repassado pelo Governo do Estado às universidades paranaenses nos permite afirmar que o Governo Lerner foi fiel a este preceito do Banco Mundial, obtendo sucesso na “sua” proposta de ampliar o ensino superior e ao mesmo tempo reduzir, em termos reais, o financiamento a esse nível de ensino, conforme pode ser visualizado na Tabela 1.

TABELA 01 - RELAÇÃO ENTRE A RECEITA DO ICMS – COTA PARTE DO ESTADO - E O VALOR ANUAL REPASSADO PELO GOVERNO DO PARANÁ ÀS IEES NO PERÍODO DE 1994 A 2002

ANO	RECEITA ICMS COTA PARTE DO ESTADO	VALOR REPASSADO ÀS IEES	% DO ICMS REPASSADO ÀS IEES
1994	1.040.909.000,00	71.908.000,00	6,91 %
1995	1.829.451.000,00	162.000.000,00	8,86 %
1996	2.082.779.000,00	178.425.000,00	8,57 %
1997	2.069.973.000,00	266.663.000,00	12,88 %
1998	2.118.420.000,00	268.655.000,00	12,68 %
1999	2.508.332.000,00	267.695.000,00	10,67 %
2000	3.150.997.000,00	286.500.000,00	9,09 %
2001	4.854.435.000,00	304.000.000,00	6,26 %
2002	3.926.964.607,00	380.973.680,00	9,70 %
2003 ⁽¹⁾	4.612.500.000,00	391.316.990,00	8,48 %

Fonte: SEFA (Secretaria da Fazenda) e SETI (Secretaria de C&T).

Utilizando como parâmetro a arrecadação do ICMS, cota parte do Estado, conclui-se que não houve uma ampliação do orçamento das universidades. Na verdade, observa-se uma redução bastante significativa, se utilizarmos como referência o orçamento repassado em 1997 e 1998. conforme demonstra a tabela abaixo (considerando ainda que tais valores não estão deflacionados)

¹² Cf. Considerações Gerais sobre a Lei Orgânica da Autonomia (Proposta de um PL) da ANDIFES (Versão de maio de 2002), In **ANDES-SN**, Brasília, 27 de Maio de 2002.

¹³ Cf. **La enseñanza superior: las lecciones derivadas de la experiencia (El desarrollo en la práctica)**. Washington, D.C. Banco Mundial, 1995.

TABELA 02 - PERCENTUAIS DA RECEITA DO ICMS (COTA PARTE DO ESTADO) REPASSADOS PELO GOVERNO DO PARANÁ ÀS IEES NOS ANOS DE 1999-02 COMPARADOS AO ANO DE 1997.

ANO	% DO ICMS REPASSADO ÀS IEES	REDUÇÃO DO ORÇAMENTO EM RELAÇÃO AO ANO DE 1997
1997	12,88	-
1998	12,68	1,55 %
1999	10,67	17,16 %
2000	9,09	29,42 %
2001	6,26	51,40 %
2002	9,70	24,69 %

Fonte: SEFA (Secretaria da Fazenda) e SETI (Secretaria de C&T).

No ano de 2000, se comparado ao percentual do ICMS destinado às IEES em 1997, houve uma redução real do orçamento na ordem 29,42 %. No ano de 2001, essa redução foi de 51,40%. Nos anos de 2000 e 2001, “coincidentemente”, os servidores das três maiores universidades do Paraná (UEL, UEM e UNIOESTE), voltaram novamente a deflagrar greves, depois de quase dez anos sem mobilizações.

11. Cabe salientar ainda, à luz destas tabelas, os “Termos de Autonomia” celebrados pelo governo estadual e as administrações superiores das IEES por um período provisório, em 1999 e 2000, cujo resultado foi experimentar a capacidade das reitorias de gerir as IEES com o arrocho orçamentário combinado com as pressões para o crescimento da captação de verba por prestação de serviços. As administrações das universidades e das faculdades a quem competia em última instância representar as instituições e se opor a esse processo, foram coniventes com o governo Lerner e, ainda, equivocadamente, assumiram parcela de responsabilidade quanto ao financiamento das atividades a serem desenvolvidas nas universidades e faculdades públicas estaduais. As administrações superiores, representadas pela APIESP (Associação Paranaense das Instituições de Ensino Superior Público), no processo de discussão e implementação dos Termos de Autonomia, acabaram assumindo a tarefa de gerir as IEES e buscar a complementação de seus orçamentos por meio de recursos adicionais ao Tesouro do Estado. Ao invés de reagir e enfrentar o Governo Estadual, a APIESP optou por submeter-se à ação governamental. Ao invés de reivindicar o respeito do governo ao artigo 207 da CF preferiu discutir e tentar melhorar o projeto governamental que visava conceder autonomia financeira às universidades.

12. Em fevereiro de 2002 o governo Lerner, enfrentando uma greve que já completava 5 meses, encaminhou para a Assembléia Legislativa Projeto de Lei 032/02 de Regulamentação da Autonomia Universitária. O argumento principal enfatizava o potencial de reivindicação do movimento docente, técnico-administrativo e estudantil: *“as paralisações das atividades acadêmicas das universidades estaduais que vêm ocorrendo com muita frequência, e o prolongamento do último movimento, iniciado em setembro de 2001, demonstram que há a necessidade imediata de modificações estruturais no sistema de ensino superior e nas relações deste sistema com o Estado e com a comunidade”*¹⁴. As linhas principais do projeto estabeleciam: a) a fixação de um índice sobre a arrecadação do ICMS (cota parte do Estado) a ser repassado em duodécimos; b) a exclusão de alunos e técnico-administrativos dos Conselhos Superiores, aumentando a participação do setor patronal; c) a ruptura da paridade salarial entre ativos e inativos; d) a ruptura da isonomia salarial entre as IEES; e) cota de ingresso no vestibular para paranaenses. Ou seja, sob o argumento do financiamento o governo “regulamentava” a autonomia universitária, além do fato de que a fixação de tal índice mínimo cristalizava, conforme os dados exibidos nas tabelas anteriores, o arrocho salarial e a privatização interna às IEES/PR. Historicamente, o movimento estudantil, docente e dos servidores técnico-administrativos no Paraná sempre se posicionou contrariamente à definição por lei de um percentual do ICMS a ser repassado às universidades estaduais. O movimento estadual que se organiza no Comitê em Defesa do Ensino Superior Público do Paraná nos seus dois últimos ENEPs (Encontro Estadual do Ensino Superior Público do Paraná) tem denunciado que a determinação de um montante máximo de recursos – 9% do ICMS – a ser repassado às universidades concretizaria a proposta de financiamento compartilhado das universidades paranaenses, já experimentado com a celebração dos Termos de Autonomia em 1999 e 2000. A proposta de definição de um percentual do ICMS converge com as orientações do Banco Mundial que estabelecem o financiamento misto (público e privado) como a forma mais adequada de prover de recursos o sistema público de ensino

¹⁴ Cf. Mensagem, In **Projeto de Regulamentação da Autonomia Universitária**, Governo do Estado do Paraná, 18 de fevereiro de 2002, p.2.

superior. O objetivo é estabelecer, através da lei, o limite máximo de recursos do Tesouro do Estado que serão disponibilizados às universidades e ao mesmo tempo, indicar a busca de outras fontes de recursos como alternativa para complementar o orçamento das IEES. O ex-secretário da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior Ramiro Wahrhaftig ao defender a definição por lei do percentual de 9% do ICMS (cota parte do Estado) às universidades paranaenses confirmou que os recursos repassados seriam o teto máximo que cada universidade receberia. Pois, de acordo com o ex-secretário a expectativa do governo era que os recursos fossem reajustados periodicamente, conforme o crescimento da arrecadação do ICMS, entretanto admitiu que poderia haver redução no volume de investimentos: *“Nossa expectativa é de uma arrecadação crescente. Mas se baixar, as universidades recebem menos [grifo nosso]. É um risco que terão de correr”*¹⁵.

13. No caso da redução dos investimentos, o Projeto 032/02 estabelecia os mecanismos para que as universidades pudessem diversificar as suas fontes de financiamento. Quando tratava da autonomia de gestão financeira o Projeto definia que *“a autonomia de gestão financeira (...) consiste na liberdade de alocação e gestão dos recursos orçamentários e financeiros [grifo nosso].” (Art. 5º)*. Para o cumprimento de seus objetivos institucionais, no exercício de sua autonomia de gestão financeira, caberá à universidade: a *“definição de formas e fontes de financiamento para os programas e atividades”* (art. 5º, I) e a *“oferta e cobrança pelos serviços prestados”* [grifos nossos], conforme a Lei estadual nº 11.500¹⁶... (Art. 5º V). Dessa forma se institucionalizaria a desobrigação do Estado quanto ao financiamento integral das IEES. O projeto ao se referir a fontes de financiamento e a necessidade das universidades recorrerem à cobrança dos serviços evidencia que o ensino superior não teria mais como fonte única de financiamento o Tesouro do Estado. Em resposta ao governo Lerner, o movimento de greve recrudescceu e impôs a retirada deste projeto conseguindo arrancar reposição de parte das perdas salariais. Além do reajuste do piso salarial o movimento de greve conseguiu, através de negociações junto à Comissão de Orçamento da Assembléia Legislativa, ampliar os recursos orçamentários das universidades. No caso da Unioeste, por exemplo, o orçamento foi ampliado para R\$ 55.461.400,00. A proposta inicial do governo previa a destinação de R\$ 47.711.400,00 para tal universidade. Nesse caso os recursos previstos para despesas com pessoal seriam insuficientes para cobrir integralmente os custos da folha de pagamento. Na tabela a seguir demonstramos o resultado das negociações realizadas durante a greve com a Comissão de Orçamento da Assembléia para ampliar o orçamento das universidades estaduais paranaenses.

TABELA 03 - COMPARATIVO ENTRE A PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA ENVIADA PELO GOVERNO E O ORÇAMENTO APROVADO NA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA PARA AS UNIVERSIDADES PARANAENSES – EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2002

UNIVERSIDADES	PROPOSTA DO GOVERNO	ORÇAMENTO APROVADO	ACRESCIMO EM RELAÇÃO À PROPOSTA DO GOVERNO	% DE ACRESCIMO
UEL	122.742.850,00	125.742.850,00	3.000.000,00	2,44 %
UEPG	47.051.590,00	51751.590,00	4.700.000,00	10,00 %
UEM	93.740.150,00	104.440.150,00	10.700.000,00	11,00 %
UNICENTRO	17.814.600,00	20.814.600,00	3.000.000,00	16,84 %
UNIOESTE	47.711.400,00	55.461.400,00	7.750.000,00	16,24 %
UNESPAR	22.762.890,00	22.763.090,00	200,00	0,0008 %
TOTAL	351.823.480,00	380.973.680,00	29.150.000,00	8,28 %

Fonte: Assembléia Legislativa do Paraná.

Outra vitória importante obtida pelo movimento dos servidores foi a retirada pelo governo do Projeto de Lei nº 411/00 da Assembléia Legislativa¹⁷. Esse Projeto autorizava o Poder Executivo a transformar, por meio de decreto, os cargos estatutários dos servidores públicos em cargos celetistas,

¹⁵ Cf. **Jornal de Londrina**, 01 de fevereiro de 2002.

¹⁶ Essa Lei, como já referido, foi aprovada durante o primeiro mandato do governador Jaime Lerner, em 05 de agosto de 1996. Ela Lei instituiu a possibilidade das IEES cobrarem pelos serviços prestados à comunidade.

¹⁷ A retirada do projeto 411/00 da pauta de votações da Assembléia foi negociada diretamente pela APP/sindicato com o governo do Estado. Um grupo de trabalhadores das escolas públicas de 1º e 2º grau do Paraná, coordenados pela APP/sindicato ocuparam o Plenário da Assembléia Legislativa por quatro dias, no início do mês de outubro de 2001. A Assembléia foi desocupada somente depois que o governo estadual atendeu algumas reivindicações da APP, dentre as quais a retirada do Projeto 411/00.

o que significaria uma precarização maior das condições de trabalho e um grave retrocesso do ponto de vista de uma série de direitos garantidos aos servidores públicos do Paraná em seus Planos de Carreiras.

14. Por fim, é preciso salientar que ao mesmo tempo em que se verifica uma redução no valor real que vem sendo repassado às universidades constata-se um crescimento das IEES/PR. Paradoxo? Não. Isto é um resultado objetivo da política do governo Lerner cuja diretriz foi a de conceber a expansão do ensino superior (sem conflitar com os cursos rentáveis implantados pela iniciativa privada) a partir de uma receita para as IEES que, comparada ao aumento das IEES e à real arrecadação do Estado, encolhia visivelmente. Isto pode ser observado nas Tabelas 2 e 4.

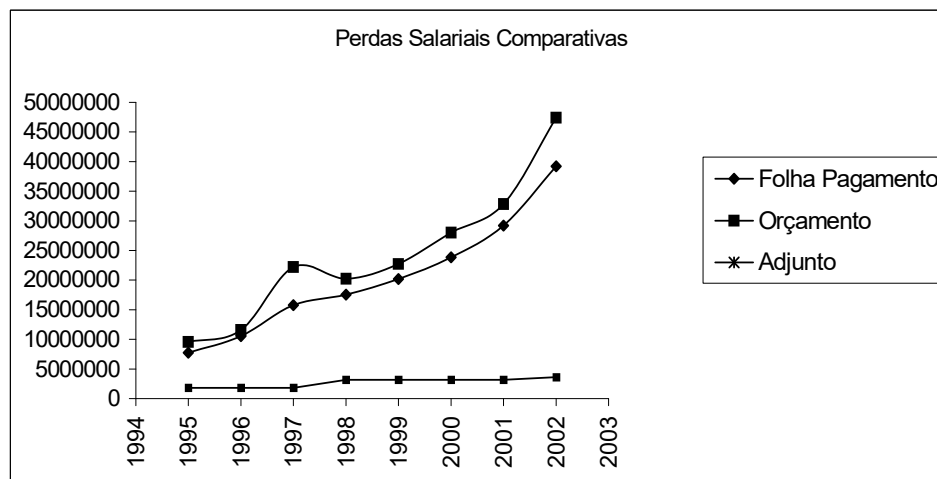
TABELA 4 - EVOLUÇÃO DO Nº DE ALUNOS DE GRADUAÇÃO, DOCENTES E TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS, CURSOS DE GRADUAÇÃO E DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTU SENSU NAS IEES DO PARANÁ (1994-2001).

	1994	2001	CRESCIMENTO
Nº DE ALUNOS	46.392	61.046	31,59 %
Nº DE SERVIDORES DOCENTES	4.846	5.064	4,50 %
Nº DE SERVIDORES TÉCNICOS	5.401	7.996	48,04 %
Nº CURSOS DE GRADUAÇÃO	173	251	45,09 %
Nº CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO	24	54	125 %
- MESTRADO	22	43	95,45 %
- DOUTORADO	02	11	450 %

Fonte: SETI (Secretaria de C&T – Outubro/2001).

Além disso, para desvendar este aparente paradoxo, é preciso tomar sempre de modo articulado a evolução do orçamento de cada IES pública, da folha de pagamento e do valor nominal do salário docente em seus diferentes níveis com a finalidade de identificar se as custas da expansão não têm penalizado os servidores docentes e técnico-administrativos. A ADUSP, já há algum tempo, vem discutindo com os docentes como a progressão orçamentária e da folha de pagamento (contratação em função de novos cursos) é maior do que a progressão do salário docente. Transposta para as IEES/PR esta questão revelou relação semelhante a da USP. A partir do gráfico abaixo, tomando como base a UNIOESTE (uma das 6 IEES do Paraná), foi possível demonstrar como, de 1995 até 2002, tem sido o congelamento do salário docente o fator que vem permitindo (ou melhor, financiando) o aumento nominal do orçamento (ano a ano) e da folha de pagamento (ano a ano), cuja evolução, por exemplo, possibilitou o aumento na ordem de quase 100% do corpo docente do ano de 1997 para o ano de 2002 (uma elevação de 534 para 995). O que nos leva a problematizar a relação mais geral entre aumento de cursos e de vagas nas IES públicas e a estagnação salarial.

Gráfico – Comparativo entre as evoluções do Orçamento, Folha de Pagamento e valor nominal do salário docente (UNIOESTE)



Fonte: (UNIOESTE/GPC/ADUNIOESTE-S.Sind)

15. A experiência da UNIOESTE em particular, recoloca com propriedade a questão da Autonomia Universitária e, em especial, do financiamento integral por parte do Tesouro do Estado. O orçamento desta universidade é construído a partir dos colegiados, que listam suas demandas de pessoal, de infra-estrutura física, de equipamentos, laboratórios etc., agregando-se às demandas dos Centros, passando pela aprovação sumária dos Conselhos de Campus e, finalmente, recebendo sistematização no Conselho Universitário. A partir dali inicia-se um processo de enfrentamento com a SETI (Secretaria de Ciência e Tecnologia) para se conseguir os valores construídos pela própria instituição. Embora o valor aprovado pela SETI e consolidado no orçamento do Estado pela Assembléia Legislativa fique aquém do valor apresentado pela instituição, o que se apresenta como processo político de discussão e concepção de orçamento é de fato o financiamento integral. Mesmo assim, há mobilização todo ano em relação ao orçamento da UNIOESTE.

A experiência de São Paulo: a fixação de um índice mínimo.

16. Em São Paulo, no ano de 1989, em função de uma greve nas IEES/SP, o então governador Orestes Quércia decretou o repasse para as IEES de 8,4% da cota parte da arrecadação do ICMS do Estado de São Paulo. O objetivo fora o de deslocar para o âmbito das reitorias a pressão dos servidores docentes e técnico-administrativos e, assim, se ver livre dos conflitos gerados em torno dos salários¹⁸. O índice, fixado inicialmente em 8,4%, aumentou para 9%, chegando a 9,57% no ano de 1995, índice que já foi considerado razoável pelo Fórum das 6 em 2002, embora a reivindicação do Fórum seja de 11,5% (texto 57 do Caderno Anexo). De qualquer modo, o aumento do índice não guarda relação direta com a recomposição salarial, dado que a repartição do orçamento (entre as IEES e entre os itens de OCC) e a escalada inflacionária que corrói gastos fixos como os salários geralmente são fatores manietados pelos reitores, situação que impele o movimento docente para a mobilização e a greve como elementos determinantes neste processo. Até mesmo porque, cabe lembrar pela experiência atual, não há base jurídica e nem ambiente institucional que permitam debelar com o arrocho salarial a partir de ações de ordem legal. Quanto ao índice garantido no Estado de São Paulo cumpre salientar que ele não eliminou a necessidade de luta pela destinação de verbas para as IEES/SP. Apenas, talvez, tornou esta luta sazonal, haja vista que tal percentual é definido na LDO (Lei de Diretrizes Orçamentárias), que é votada pela Assembléia Legislativa anualmente. A partir dessa lógica, desde 2002, o Fórum das 6 tenta aprovar na Assembléia Legislativa o projeto de Emenda Constitucional nº 14, que estabelece o repasse para as 3 IEES/SP em no mínimo 9,57% do ICMS anual do Estado. O governo Alkhimin “congelou” tal Emenda, mas a divergência entre o movimento e o governo parece ter se instalado na definição do “mínimo”, cujas formulações são distintas porque emanam de pontos de vista de classe distintos. Tomando como referência o histórico dos últimos 10 anos discutido acima e os “interesses” das classes, é provável que tal antagonismo não seja dissolvido a partir do registro de qualquer índice na Lei.

17. Certo é que este expediente do registro de um índice mínimo de repasse vinculado ao ICMS (cota parte do Estado ou não) não conseguiu evitar (cabe discutir se conseguirá) a proliferação das Fundações e dos cursos pagos, em particular na USP¹⁹. Também não conseguiu garantir verbas suficientes para concursos que preenchessem as vagas docentes, situação, por exemplo, que motivou a greve na FFLCH (Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas) ocorrida recentemente em meados de 2002. Também não conseguiu que a expansão das vagas e de cursos nas IEES/SP se efetivasse dentro do padrão de qualidade defendido pelo ANDES-SN, principalmente no aspecto da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, como foi denunciada no 45º CONAD a criação, na UNESP, de 9 novos campi sem qualquer infra-estrutura ou contratação de servidores docentes e técnico-administrativos²⁰. Por ocasião desta denúncia a ADUNESP ainda salientou que *“um claro indicativo de que esta situação tende a se espalhar para outras universidades estaduais é a aprovação do Projeto de Lei 245/2000, pela Assembléia Legislativa de São Paulo, criando salas de aulas da USP nos bairros periféricos da cidade para assegurar maior acesso às Universidades Estaduais, para alunos de menor poder aquisitivo, vindos da rede pública e que residam na periferia”* (DOESP 03/10/2002)²¹. Vê-se, portanto, os limites enfrentados por uma fixação de um **índice mínimo** para o repasse de verbas do Estado para as IEES/SP. Sobretudo, tira-se como lição de que nesta equação o “mínimo” será sempre o “máximo”.

¹⁸ Conferir “Decreto nº 29.598, de 2 de fevereiro de 1989”, In **Secretaria de Estado do Governo**, publicado em 02/02/1989.

¹⁹ Conferir **Revista ADUSP nº 27 – Edição Especial**, São Paulo, ADUSP, Outubro de 2002.

²⁰ Conferir “Texto 21 – Contribuição da ADUNESP Seção Sindical – Autonomia e Democracia Universitária”, In **Anexo ao Caderno de Textos do 45º CONAD**, Belém/PA, 1º a 3 de Novembro de 2002, p.10.

²¹ Idem, p.10.

Que fazer?

18. Não regulamentar o repasse financeiro. Se: a) a experiência nas IFES demonstra que as tentativas de regulamentar o repasse financeiro desaguarão em tentativas de privatização; b) a experiência no Paraná demonstrou recentemente que a fixação do índice mínimo, à semelhança das IFES, significaria também o avanço da privatização interna e do controle externo do capital sobre as IEES; c) em São Paulo, a despeito da fixação do índice, as Fundações e os cursos pagos proliferaram (como na USP), a expansão das vagas e de cursos de graduação tem se dado de modo a precarizar ainda mais o trabalho docente e a qualidade do ensino (como na UNESP) e todo ano é necessário haver mobilização em torno da Assembleia Legislativa para garantir determinado índice de repasse. Melhor é não regulamentar. Todas essas experiências não indicam, nem taticamente, a regulamentação.

19. Por outro lado, é preciso instrumentalizar o movimento docente nas IES públicas na luta pelo financiamento integral. Neste sentido, vale destacar o reconhecido acúmulo conseguido pela ADUSP no estudo das receitas tributárias e no acompanhamento da evolução e composição dos orçamentos e dos salários das IEES/SP. Recentemente a ADUSP promoveu um Seminário sobre Finanças Públicas e das Receitas das Universidades²² apresentando metodologia para a produção de dados sobre orçamento cujo fator qualificador da intervenção do movimento docente é indiscutível. Amadurecido em reuniões do Setor das IEES este seminário permitiu iniciar um processo de fusão entre a experiência de luta do Fórum das 6 (que se ampara, além da forte mobilização, num conhecimento profundo das finanças públicas do Estado e das IEES/SP) e as experiências no setor das IFES e de algumas IEES como, por exemplo, as do Paraná. Portanto, tendo passado em vista parte das experiências do ANDES-SN na construção concreta da Autonomia Universitária, em particular no aspecto do financiamento integral, nosso desafio é o de estabelecer uma síntese dessas experiências que seja capaz de qualificar ainda mais nossa luta.

TR 69

1. Que o ANDES-SN promova, através do GT Verbas e dos Setores das IFES e das IEES, estudos sobre as receitas tributárias dos Estados e da União sobre os orçamentos das IFES, das IEES e sobre a evolução dos salários, visando subsidiar a luta pela reposição salarial e pelo cumprimento do financiamento público integral das IES públicas.

2. Que as seções sindicais estimulem a construção democrática dos orçamentos em suas respectivas IES públicas referenciada nos princípios da gratuidade do ensino e da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão, de modo que cada instituição apresente proposta de orçamento que contemple o financiamento público integral da IES públicas.

TEXTO 70.

Contribuição do GTPA da ADUFERPE – Secção Sindical do ANDES-SN

O MOVIMENTO DOCENTE E A LUTA DO POVO XUKURU PELA RETOMADA DAS SUAS TERRAS EM PERNAMBUCO

Política Agrária

TEXTO APOIO

O recrudescimento da violência no campo, o agravamento da crise político-econômica internacional e a tentativa de desestabilização de governos antiimperialistas são elementos da conjuntura atual que exigem do movimento docente ações concretas no sentido de contribuir e participar efetivamente da unificação das lutas dos(as) trabalhadores(as), do campo e da cidade, como única forma de superar este esgotado, mas ainda nefasto, modelo neoliberal.

A violência no campo tem sido centrada, principalmente, na luta pelo direito a terra, no trabalho escravo e nos conflitos trabalhistas. Historicamente, os enfrentamentos pelo direito a terra têm

²² Cf. Relatório do Seminário de Finanças Públicas e Receita das Universidades, **Setor das IEES/ANDES-SN, São Paulo, 30 de novembro de 2002.**

revelado uma das mais duras faces da luta de classes em nosso país, pautada por sucessivos e intensos conflitos entre, de um lado, as classes dominantes, representadas pelos latifundiários, usineiros, senhores de engenho e grileiros que se sustentam em uma complexa rede político-institucional de preservação da estrutura fundiária, e, de outro, os excluídos, representados, no caso do campo, pelos sem-terra, pelos trabalhadores rurais, pelos camponeses pobres, pelos remanescentes dos quilombos e pelos povos indígenas.

Inúmeros crimes bárbaros têm sido cometidos pelos posseiros de terra ou seus mandatários contra os trabalhadores do campo e contra os povos indígenas em todo território nacional. Os mandantes e seus executores, na ampla maioria, continuam circulando livremente, impunes e prontos para tramarem novas barbáries, sem que sejam tomadas providências oficiais efetivas que garantam, pelo menos, a elucidação dos crimes cometidos.

Dados históricos e estatísticos oficiais subestimam a real dimensão da concentração fundiária e dos crimes cometidos no campo contra os excluídos. Paralelamente, encontra-se em andamento um intenso processo de criminalização dos movimentos sociais ideologicamente articulado entre as classes dominantes e a mídia burguesa. De qualquer forma, é possível afirmar que, entre 1990 e 2001, existiram no Brasil, no mínimo, 2.214.930 hectares conflituos, envolvendo 532.772 pessoas, que resultaram em 29 assassinatos registrados em 880 conflitos (CPT, 2001).

Em Pernambuco, desde a colônia com o sistema sesmarial, especialmente na Zona da Mata, a questão agrária é movida pela famigerada monocultura da cana-de-açúcar que, ao longo de sua história, tem se caracterizado por um cruento processo de exclusão social que deixa seqüelas profundas na vida dos trabalhadores e de suas famílias que, abandonados e desesperançosos, deixam sua região sem a mínima perspectiva de desenvolvimento e migram para as cidades.

Mesmo diante deste quadro, causou estranheza a política implementada por uma direção do ANDES-S.N (gestão 98-2000) que priorizou as questões corporativas e excluiu as discussões sobre a questão agrária da agenda do nosso Sindicato, sob a absurda justificativa de que não era de interesse da categoria docente. Como contraponto, o redirecionamento político do Sindicato, a partir das gestões 2000-2002 e 2002-2004, retomou as discussões sobre o tema e apontou para o MD a construção de uma proposta de política agrária voltada para uma prática conjunta de ações com os movimentos sociais organizados, do campo e da cidade.

Temos a consciência da importância de nossa contribuição nesse processo, bem como da tarefa que nos é colocada diante da conjuntura atual. Precisamos pautar o debate, organizar a base do sindicato, criar ou reestruturar os grupos de trabalho, aliando cada vez mais forças com os demais movimentos sociais organizados.

Coube ao Grupo de Trabalho de Política Agrária do ANDES-SN a tarefa de coordenar este processo, que vem sendo construído progressivamente em articulação com os GTPAs de diversas seções sindicais, sob a forma de reuniões, encontros e seminários.

A realização do I Seminário Nacional de Política Agrária do ANDES-SN, em Viçosa, em fevereiro de 2001, organizado pela ASPUV-S.Sind. e idealizado sob o tema geral “*por uma reforma agrária sob o controle dos trabalhadores*” representou um importante passo nesse sentido, cujo teor da chamada **Carta de Viçosa** impulsionou o MD para um papel estratégico de compreender e contribuir organicamente na construção da resistência aos ditames do sistema capitalista.

A ruptura com as cercas do conhecimento como um privilégio, perpassando pela preocupação com o desemprego, com a concentração de riquezas, com a violência e com os latifúndios foi a tônica do II Seminário de Política Agrária do ANDES-SN, realizado em Recife, entre 31/maio a 02/junho/2002, sob a organização da ADUFERPE-S.Sind., em sintonia com o ANDES-SN, sob o tema geral “*Universidade Pública e Reforma Agrária – uma mesma luta*”.

Naquela ocasião, o debate sobre as questões agrárias ganhou uma importante dimensão no seio do nosso Sindicato, pela significativa participação dos docentes (como participantes, representantes dos GTPAs ou de Seções Sindicais ou, ainda, como diretores do ANDES-S.N), além de técnico-administrativos e estudantes de Universidades, representantes dos movimentos sociais organizados, parlamentares e militantes ou instituições que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos.

A **Carta de Recife** apontou para o MD a necessidade da unificação das lutas dos (as) trabalhadores (as) do campo e da cidade como única forma de garantir a superação desse modelo neoliberal, que decreta o fim da pequena agricultura e da produção camponesa, que submete o trabalhador à ordem do capital, que desconhece a diversidade cultural, que distensiona com políticas compensatórias e que leva ao desmantelamento total dos serviços públicos. Adicionalmente, como grande marco do evento, pautou-se um amplo debate centrado nas questões dos **povos indígenas**, como a luta dos

índios **Fulni-ô** e **Xukuru**, que sobrevivem bravamente nas cidades de Águas Belas e Pesqueira, respectivamente, Estado de Pernambuco, trazendo-o, efetivamente, para a agenda do ANDES-SN.

Apesar deste avanço, o MD deve compreender que o principal embate a ser travado pelos trabalhadores em geral, do campo e da cidade, se dará em duas frentes:

a) É preciso quebrar a espinha dorsal das organizações de caráter latifundiário, que utiliza a terra para fins especulativos, possibilitando, desta forma, a permanência e a produção dos excluídos, que têm na terra a única forma de sobrevivência;

b) Na questão da luta pela terra dos povos indígenas, é imperativo denunciar a postura parcial da mídia, que de maneira ideológica tenta desqualificar a luta dos trabalhadores ao construir versões maldosas como, por exemplo, apresentar as mortes oriundas de chacinas promovidas por latifundiários como sendo provenientes de brigas internas entre povos indígenas.

A prática de uma postura crítica, portanto, torna-se uma ferramenta indispensável para a percepção das versões apresentadas por grande parte da mídia que, por estar não raras vezes a serviço das classes dominantes, busca de todas as formas, com ampla ressonância em todo o país, camuflar e distorcer a veracidade dos fatos relativos aos conflitos pelo direito à terra em praticamente todo território nacional.

Nesse sentido, é preciso que o MD tome conhecimento e formule suas teses com base na verdadeira face da recente **CHACINA CONTRA ÍNDIOS XUKURU**, ocorrida no município de Pesqueira-PE, na manhã do dia sete de fevereiro de 2003.

Há muitos anos, desde 1986, quando o povo Xukuru de Ororubá iniciou a luta para a conquista de seu território tradicional, começaram as ameaças de fazendeiros que ocupam a terra, tornando os direitos, a segurança das vidas e a paz muito distantes do Povo Xukuru. Essa situação absurda se deve, em muito, às deficiências, às omissões e, às vezes, à parcialidade na atuação das instituições federais em Pernambuco. Nesse quadro injusto, 9 mil Xukuru são constantemente perturbados e violentados pela ambição de uma pequena minoria que está a serviço de interesses econômicos espúrios que pretendem eternizar a sua cobiça e a sua posse sobre a terra desses índios. Apesar de homologada junto aos órgãos responsáveis, a área demarcada do território Xukuru encontra-se praticamente invadida, sendo motivo de conflitos freqüentes. Dos 27.500 hectares, apenas 30% encontram-se em posse do povo Xukuru. Nos últimos dez anos já ocorreram seis assassinatos em consequência do conflito pela posse da terra Xukuru. Todos os crimes, como os das lideranças Cacique Xicão, Chico Quelé, José Everaldo Bispo e do advogado Geraldo Rolim, permanecem impunes até os dias de hoje.

Como se não bastasse, o povo pernambucano e a sociedade brasileira em geral se viram perplexos, na manhã de 7 de fevereiro de 2003, ao tomar conhecimento de mais um grave e anunciado atentado contra o povo Xukuru: dois índios foram brutalmente assassinados no trecho da estrada que liga a cidade de Pesqueira à Vila de Cimbres, Estado de Pernambuco, em uma covarde emboscada tramada por um grupo de pistoleiros ligados a fazendeiros da região contra o cacique Marcos Luidson de Araújo, filho do Cacique Xicão, que sofreu graves ferimentos por projéteis de armas de fogo.

Diferentemente do que foi amplamente noticiado na imprensa falada e escrita de Pernambuco, com ressonância nacional, a chacina não foi resultado de intrigas entre facções indígenas e sim consequência de um cruel processo de dizimação progressiva do povo Xukuru comandado e arquitetado pelos fazendeiros que querem as terras dos índios a todo custo. Este perverso e complexo cenário torna os próprios índios vítimas de um intenso e sistemático processo de persuasão, intimidação e criminalização, em que alguns índios têm prestado serviço para os fazendeiros, como Louro Frazão, um dos executores da emboscada ao Cacique Marquinhos, ou Expedito Alves Cabral, um verdadeiro “testa-de-ferro” dos latifundiários, conhecido na região como Biá. Como consequência do descaso crônico por parte da Polícia Federal, os índios reagem buscando justiça com as próprias mãos, mas quase sempre levam a pior, como neste caso em que, na perseguição aos agressores, mais quatro índios foram feridos pelos pistoleiros, dois deles em estado grave.

Diante dos fatos, torna-se imperativo que medidas enérgicas e urgentes sejam tomadas pelo Governo Federal, não só para garantir a segurança do Cacique Marquinhos e de seu povo, mas, também, para elucidação da chacina. São necessárias ações concretas que apontem para a solução definitiva dos conflitos e dos massacres tramados e executados pelos fazendeiros contra o povo Xukuru.

TR - 70

1 – Que o ANDES-SN, com recomendação as Seções Sindicais, intensifique as ações no sentido de estreitar as relações com os trabalhadores do campo, com a perspectiva de encontrar as lutas que

taticamente nos unificarem, principalmente em relação a luta pelo direito a terra, defesa ambiental e preservação da vida, vinculando-as na rede de pesquisadores comprometidos com os movimentos sociais.

2 – Que o ANDES-SN, com recomendação as Seções Sindicais e articuladamente com entidades civis, parlamentares e todos aqueles que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos, se engaje na **campanha do povo Xukuru** encaminhando e-mail, fax e cartas para a Presidência da República, Ministério da Justiça, Secretaria Especial dos Direitos Humanos, Funai e para o Procurador Geral da República, exigindo das autoridades brasileiras que, conforme determina a Constituição Federal, cumpram as reivindicações do povo Xukuru como única forma eficaz de resolver o problema da demarcação de suas terras, inclusive com a imediata retirada de todos os invasores do seu território.

3 – Que o GTPA do ANDES-SN, articuladamente com os GTPAs locais e entidades civis, parlamentares e militantes que lutam pela causa indígena e pelos direitos humanos, coordene a elaboração de um **Dossiê Sobre a Situação dos Povos Indígenas Brasileiros**, para fins de denúncia e subsídio na formulação de suas teses, contendo o mapeamento das áreas de conflitos pelo direito a terra dos povos indígenas em todo território nacional.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDES-SN. **Carta de Viçosa**. Viçosa, fev, 2001.

ANDES-SN. **Carta de Recife**. Recife, maio-junho, 2202.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. **Conflitos no Campo**, 2001.

POVO XUKURU LANÇA CAMPANHA. Pesqueira, 2003.

CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO – CIMI. **Chacina Contra Índios Xukuru**. Recife-PE, 07 de fevereiro de 2003.

NOTA À OPINIÃO PÚBLICA. Recife, fev 2003. Marcos Luídon De Araújo (Cacique do Povo Xukuru); Movimento Nacional de Direitos Humanos (MNDH); conselho indigenista missionário (CIMI); Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais (ABONG); Central Única dos Trabalhadores (CUT); Comissão De Direitos Humanos da OAB/PE; Comissão Pastoral da Terra (CPT); Federação dos Trabalhadores da Agricultura em Pernambuco (FETAPE); Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST); Centro Dom Hélder Câmara (CENDHEC); Movimento Tortura Nunca Mais; Gabinete de Assessoria Jurídica as Organizações Populares (GAJOP); Centro de Cultura Luiz Freire; Articulação dos Povos Indígenas do Nordeste, Minas Gerais e Espírito Santo; Rede Nacional de Advogados e Advogadas Populares (RENAP); Secretaria de Direitos Humanos da Igreja Anglicana; Organização pelo Desenvolvimento da Arte e Cultura Negra (DJUMBAY); Movimento dos Trabalhadores Cristãos (MTC); Pastorais Sociais da CNBB/NE II; Centro Nordestino de Animação Popular (CENAP); Centro das Mulheres do Cabo; Conselho Regional de Psicologia; Escola de Formação Quilombo Dos Palmares (EQUIP); ETAPAS; Sos Corpo; Sos Criança; Casa de Passagem; CEAS Rural; GESTOS – Soropositividade, Comunicação e Gênero; Grupo de Mulheres Sem Casa; Grupo Mulher Maravilha (GMM); Serviço Ecumênico de Militância nas Prisões (SEMPRI); Serviço Comunitário de Justiça e Paz (SCPJ); Fernando Ferro (DEPUTADO FEDERAL / PT); Marcelo Santa Cruz (VEREADOR DE OLINDA / PT); Paulo Rubem Santiago (DEPUTADO FEDERAL/PT).

TEXTO 71.

CARTA DA ASSEMBLÉIA DOS SINDICALIZADOS NA SEC. DA REGIONAL SUL DO ANDES-SN

A SSIND MULTI-INSTITUCIONAL PERMITIRÁ O AVANÇO DA CONSTRUÇÃO DO ANDES-SN NAS IPES

Este documento (aprovado por unanimidade na Assembléia dos Sindicalizados na Secretaria Regional Sul da ANDES-SN de 26/02/2003) tem por objetivo contribuir para o esclarecimento dos participantes deste XXII Congresso sobre a correção e a extrema relevância da proposta de Alteração Estatutária TR 11, que permite a criação de Seções Multi-institucionais. Além dos argumentos de

ordem geral, a partir da experiência nacional do esforço para construir a ANDES no setor das IPES (já apresentados no texto 11 do Caderno de Textos, pela Diretoria), julgamos importante levar ao conhecimento dos companheiros a particularidade do movimento docente nas IES do “Sistema Fundacional” de Santa Catarina, que traz elementos concretos e originais para a avaliação desta importante (e hoje ainda polêmica) questão organizativa.

A situação das IES do Sistema Fundacional de Santa Catarina é descrita na “Carta de Florianópolis” [Cf. documento disponível na secretaria do Congresso, aprovado por unanimidade no *1º Seminário Universidade Catarinense e Transformação Social* e em seguida no Conselho Estadual de Entidades da União Catarinense de Estudantes (UCE) e na Assembléia Geral de Fundação do Sindicato de Docentes do Ensino Superior de Santa Catarina (SINDESSC)]. Criadas na década de 1960 as “Fundações de Ensino Superior” (inicialmente de “direito público”, mas depois transformadas em “de direito privado”) são de propriedade das prefeituras das principais cidades de Santa Catarina, mas administradas como “supermercados de ensino”. Formam uma família “univitelina”, pois nasceram com o mesmo padrão de estatuto e estrutura, sob controle das prefeituras governadas pela ARENA e passaram por diversas fusões (e algumas “desfusões”, o que faz com que existam cursos da UNOCHAPECÓ e da UNOESC ocupando o mesmo prédio). Os grupos oligárquicos que monopolizam a condição de representantes das “mantenedoras” se organizam em sindicato patronal na ACAFE (Associação Catarinense de Fundações Educacionais).

Os representantes dos docentes das IPES do estado, reunidos no dia 17 de novembro em Florianópolis, fundaram o SINDESSC, aprovaram um estatuto, carta de princípios, programa de lutas e plano de ação, elegeram uma diretoria provisória e estabeleceram como objetivo prioritário viabilizar a transformação do SINDESSC em seção sindical multi-institucional da ANDES-SN. Trata-se de uma iniciativa cuidadosamente preparada pelas lideranças do movimento docente do setor das IPES em nosso estado, após uma série de tentativas de construção sindical frustradas pela feroz repressão das oligarquias que controlam as “IES fundacionais” desde a sua criação.

Houve lutas vitoriosas no período recente, mas não tinha sido possível, até agora, ligar a mobilização dos docentes à construção do ANDES-SN nas IPES do estado. Em Blumenau, por exemplo, após uma vitoriosa greve da comunidade universitária da FURB (Fundação Universitária Regional de Blumenau) foi formado um sindicato constituído pelos professores e funcionários técnico-administrativos da FURB. Em Chapecó, o movimento universitário conquistou na luta eleições diretas para reitor e demais dirigentes universitários e outras reivindicações, mas as lideranças docentes, se orientaram com sucesso para o objetivo e ganhar as eleições do SINPRO da região (que antes era controlado por pelegos). Estes companheiros da FURB e da UNOCHAPECÓ hoje se engajam no projeto de organização do SINDESSC, como seção sindical da ANDES, com o objetivo de construir um movimento estadual para transformar estas fundações municipais em Universidades públicas e gratuitas sob regime jurídico de autarquia (considerando secundário se “regionais”, estaduais ou federais). Nas outras nove fundações não havia organização sindical (a não ser, por vezes, algum SINPRO absolutamente fantasma e pelego): toda luta sindical autêntica foi desmantelada pela sistemática demissão das lideranças. Após a fundação do SINDESSC várias lideranças do nosso movimento sem imunidade sindical foram demitidas na UNIVALI (Universidade do Vale do Itajaí) e intensificou-se o clima de repressão, intimidação e ameaças. Mesmo assim, filiamos 30 companheiros nas férias e multiplicamos por nove o número inicial de filiados na primeira meia-semana de aulas, após o Carnaval. Nossa meta é filiar no mínimo 600 colegas até o final deste semestre (10% da nossa base). No dia 12 e 13 de abril realizaremos no *campus* da FURB em Blumenau um Encontro Estadual com representantes eleitos em AG de todos os “*campi*” do setor, para organizar a luta em torno do programa aprovado na *Carta de Florianópolis*.

A homogeneidade histórica das IES do “Sistema Fundacional”, a estreita articulação e ferocidade repressiva dos grupos que a dirigem a quatro décadas (com exceção das três IES em que nossa luta já conquistou eleições diretas para reitor e conteve o processo de completa privatização, revertendo os seus regimes jurídicos para “fundação de direito público”), sua pulverização em pequenos *campi* espalhados por cerca de 70 cidades, as condições precárias e instáveis de trabalho e contratação docente, exigem uma resposta organizacional sob a forma de seção sindical multi-institucional. Estamos empenhados em construir nosso movimento pela base, pelos “locais de trabalho” (no plural, já que a maioria dos professores trabalha em vários campi e em várias instituições), mas isto não se garante com camisas de força “formais”. Isto se constrói a partir de uma concepção e prática sindical democrática e identificada com os objetivos emancipatórios do movimento proletário, capaz de articular a solidariedade defensiva e ofensiva de professores espacialmente dispersos por uma estrutura de “escola conglomerada”. Nosso movimento tem condições concretas de avançar na prática em conquistas que comecem a tornar efetivas as propostas e objetivos da “Política de Transição para as IPES”, aprovada na proposta da ANDES para a Universidade Brasileira

(Guaratinguetá, 1996). A situação objetiva de as “IES do Sistema Fundacional/SC” (apesar da sua atual estrutura privada) serem de propriedade do poder público municipal e de haver um histórico movimento em nosso estado para transforma-las em “Universidades Pública e Gratuitas a serviço da transformação social”, forma uma base viável para a rápida construção de um movimento exemplar de construção da ANDES nas atuais IPES de Santa Catarina, fortalecendo o movimento docente identificado com um projeto de Universidade educacionalmente crítica, científica e culturalmente criadora, aberta ao acesso do povo trabalhador e voltada para seus interesses mais profundos. Para concretizar esta potencialidade, a nossa organização como seção sindical multi-institucional da ANDES é algo crucial.

Pensamos também, que a necessidade desta modificação estatutária é algo que vem atender as necessidades da maior parte das IPES, que infelizmente hoje se constituem no setor majoritário em número de matrículas e de docentes da Universidade Brasileira. A luta pela construção da Universidade que deve servir à transformação do Brasil no século XXI passa pela efetiva construção da ANDES como o sindicato nacional de “todos os docentes das IES públicas ou privadas de todo o país” (art. 8 do Estatuto). Mas isto depende da criação de uma estrutura organizativa que atenda às necessidades concretas e as particularidades da luta que precisamos travar no setor das IPES, onde permanecemos, até hoje, praticamente desorganizados.

Muitos colegas falam no risco do surgimento de aparelhos grandes, burocratizados e pouco representativos. O risco da burocratização sempre existe (e sempre existirá enquanto não superarmos plenamente o domínio do capital). Existe como risco e como problema real inclusive nas atuais seções sindicais. Mas não seria inteligente tentar evitar este risco ao custo de manter a atual desorganização e impotência política dos docentes das IPES. O importante é avançar na criação de condições organizacionais adequadas às condições concretas de nossa luta nas IPES; é avançar na construção de um *ethos* de prática sindical classista e democrática pela base, que reflita às necessidades e decisões do próprio movimento docente real e permita a elevação do nível de organização, mobilização e consciência do nosso movimento.

Florianópolis, 26 de fevereiro de 2003.

Assembléia de Sindicalizados Via Secretaria Regional Sul



Contribuição do GT Ciência e Tecnologia da APUFPR e do SINDOCEFET-PR

TEXTO DE APOIO

A realidade brasileira relacionada ao campo da ciência & tecnologia e ao desenvolvimento do país apresenta conseqüências de décadas de descaso para com os insistentes alertas da comunidade universitária e do movimento sindical. Entre os sérios problemas a serem enfrentados, pode-se destacar:

- recursos escassos para o fomento à pesquisa, distribuídos através de critérios produtivistas e não democráticos;
- falta de estímulo a grupos emergentes de pesquisa, constituídos especialmente por recursos humanos recém-qualificados;
- ausência de uma política de ciência & tecnologia que procure, ao mesmo tempo, contemplar todas as áreas do conhecimento, e estabelecer prioridades voltadas para a resolução de problemas sociais e o desenvolvimento do país;
- a avaliação da pesquisa e da pós-graduação no país é elitista e voltada especialmente a índices quantitativos, os quais são utilizados na distribuição dos poucos recursos;

O Governo Lula foi eleito com base em suas propostas sociais, mas ainda não foi capaz de estabelecer uma política de ciência & tecnologia voltada para tais questões, priorizando a conquista da soberania brasileira frente ao capitalismo internacional.

Desta forma, é fundamental que o movimento sindical aprofunde as discussões no sentido de estabelecer, com urgência, um posicionamento firme em relação à elaboração de propostas para um novo modelo de ciência & tecnologia, que contribua para o desenvolvimento do país.

TR 72

1 - Intensificar a discussão no GT C&T do ANDES-SN no sentido de resgatar a discussão acumulada e as propostas anteriormente elaboradas pelo sindicato para esta área (Caderno 2 do ANDES-SN e demais documentos).

2 - Realizar um Seminário Nacional do ANDES-SN, com a finalidade de elaborar propostas com vistas a um modelo nacional de políticas de ciência & tecnologia, voltado para as questões sociais e ao desenvolvimento do país na construção de uma sociedade justa e igualitária.

3 - Intensificar a inserção e o diálogo do ANDES-SN com outras entidades da sociedade civil organizada, incluindo as sociedades científicas e a SBPC, no sentido de procurar estabelecer espaços para a construção de propostas para a elaboração de um novo modelo nacional de ciência & tecnologia.

TEXTO 73

Contribuição da Assembléia ordinária dos sindicalizados da Secretaria Regional Sul do ANDES-SN.

Texto Apoio

A assembléia aprovou proposta de alteração estatutária que possibilita às Secretarias Regionais indicarem 1 representante dos sindicalizados para participarem das reuniões dos GTs e dos Setores como observadores na seguinte formulação:

“Considerando o estatuto da ANDES em seus artigos:

Art. 5º - A ANDES-SINDICATO NACIONAL tem por objetivos precípuos: IV – incentivar a participação dos sindicalizados nas reuniões, assembléias e demais atividades inerentes à Entidade;

Art. 9º - São direitos dos sindicalizados:

II – participar de todas as atividades da ANDES-SINDICATO NACIONAL.

Art. – 15 – São atribuições do CONGRESSO:

V – alterar, no todo ou em parte, o presente Estatuto:

TR-73

Propomos a complementação do título II do Art. 9 do estatuto do ANDES-SN, com a seguinte frase final: “ inclusive das reuniões setoriais e dos Grupos de Trabalho, com direito a voz”.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO GERAL DE LUTAS DO SINDICATO

TR - 74

O 22º Congresso do ANDES Sindicato Nacional reafirma, por permanecer atual, o Plano Geral de Lutas do Sindicato, aprovado no 45º CONAD (Belém, PA – 2002). Aprova a atualização da redação dos itens 11, 18, 22, 23 e 25; a supressão dos itens 5, 45 e 46; e a inclusão do item 47, cujo assunto se destaca na presente conjuntura.

1- Intensificar a participação do ANDES-SN como protagonista das ações políticas que se desenvolvem nos Fóruns e movimentos organizados, tais como no Fórum Nacional em Defesa da Escola Pública, Fórum Social Mundial, Fórum Mundial da Educação, Fórum contra a ALCA, dentre

tantos outros.

2- Intensificar a participação do Sindicato na luta contra a ALCA, fortalecendo os fóruns e as redes mundiais que se contrapõem ao processo de hegemonização do capital, participando da divulgação dos resultados do plebiscito da ALCA e das próximas etapas da campanha pela retirada do governo brasileiro das negociações do acordo, integrando o plano de mobilização elaborado pelas entidades promotoras do Fórum Social Mundial.

3- Promover, no âmbito do ANDES-SN, a realização de debates, seminários e encontros de abrangências internacional, nacional, regional e local sobre a ALCA e a reforma do Estado e a ALCA e seus impactos sobre a classe trabalhadora e sobre a organização sindical.

4- Reforçar a participação na campanha contra a ALCA e o trabalho nos comitês estaduais e regionais, implementando as tarefas organizativas propostas no calendário do comitê nacional, valorizando o plebiscito popular já realizado sobre a ALCA e a Base de Alcântara.

5- Aprofundar a discussão sobre a mercantilização da educação (OMC) e sobre a relação entre a ALCA/educação pública/universidade pública.

6- Empreender esforços para a realização de um plebiscito oficial sobre a ALCA.

7- Intensificar a participação do Sindicato na *Rede SEPA - Rede de Solidariedade à Educação Pública na América*, no sentido de integrar a luta, em âmbito continental, em defesa da educação pública, democrática, laica, gratuita e de qualidade e socialmente referenciada.

8- Indicar que as Seções Sindicais participem ativamente da *Rede Internacional de Solidariedade Ativa*, nela inscrevendo-se, como forma de dar-lhe enraizamento.

9- Recomendar às Seções Sindicais que se engajem nos comitês em solidariedade ao povo palestino, como forma concreta de luta em defesa de seus direitos legítimos de liberdade e autodeterminação. Em caráter emergencial, promover debates que visem a esclarecer a questão palestina e o massacre sistemático promovido contra aquele povo.

10- Organizar e implementar ações sistemáticas pela revogação dos instrumentos governamentais vigentes que violentam direitos e conquistas dos trabalhadores.

11- Organizar ações sistemáticas, no Congresso Nacional, de combate ao PL 5483 (que altera o art. 618 da CLT), aprovado na Câmara dos Deputados em 4/12/01 e enviado ao Senado em 6/12/01 como PLC nº 134/2001, e a todas as medidas governamentais que, na verdade, sob o cínico eufemismo *flexibilização*, reduzem ou extinguem direitos sociais e trabalhistas, impondo, assim, retrocesso histórico e econômico às conquistas da classe trabalhadora.

12- Lutar pela garantia de políticas salariais que assegurem o poder de compra dos trabalhadores, pela manutenção e ampliação dos direitos da classe trabalhadora.

13- Combater qualquer ato de intimidação, perseguição ou punição a qualquer membro da comunidade acadêmica em decorrência de suas ações políticas e/ou sindicais, oferecendo solidariedade político-sindical, assistência jurídica e apoio material, por meio das estruturas do movimento docente. Realizar campanhas de denúncia como forma de prevenir e enfrentar tais atos das administrações universitárias.

14- Organizar firme oposição à recente medida do governo que eleva de 3,75% para 4,25% do PIB as metas de *superavit* primário, o que implicará o aprofundamento do arrocho salarial e sucateamento do serviço público.

15- Participar das atividades realizadas pelas instâncias, fóruns e atividades da CUT, com o objetivo de avançar na organização do conjunto da classe trabalhadora contra a ordem do capital em âmbitos nacional e internacional.

16- Articular e intensificar a participação na CUT, pautando as questões da educação em seus espaços deliberativos, em conjunto com as outras entidades do Setor, de forma que isso se reflita em ações concretas de luta e de defesa dos direitos e interesses da categoria docente.

17- Mobilizar as Seções Sindicais para discussão e organização de pautas específicas, retratando as demandas expressas por local de trabalho, no que se refere tanto às condições de trabalho e à promoção da saúde do trabalhador quanto a direitos e formas de financiamento e gestão, que precisem ser encaminhadas às administrações de suas respectivas IES.

18- Combater a contratação, via CLT/ Emprego Público, nas IES públicas bem como todas as formas de contrato que precarizem o trabalho nas IES.

19- Intensificar a campanha de sindicalização ao ANDES-SN, na forma do seu Estatuto.

20- Desenvolver ações contra quaisquer tentativas de regulamentação do direito de greve bem como

contra instrumentos legais que imponham restrição à ação sindical e à livre organização dos trabalhadores, organizando e realizando, no Congresso Nacional, ações voltadas para o arquivamento das várias proposições sobre essas matérias em tramitação nas duas casas.

21- Envidar esforços no sentido de divulgar a avaliação do Sindicato contrária à regulamentação do direito de greve.

22- Articular, no interior das Coordenações Estaduais dos SPF a luta contra as propostas de regulamentação da lei de greve e trabalhar junto aos parlamentares nos Estados nesse sentido.

23- Intensificar a luta da categoria pela implementação da Carreira Única, proposta pelo ANDES-SN, já protocolada no MEC, na perspectiva de implementá-la nas instituições de ensino superior públicas e privadas.

24- Combater todos os projetos legislativos que propõem regulamentar a autonomia universitária, destruindo-a em sua essência, bem como todas as tentativas de negar a auto-aplicabilidade do art. 207 da CF., desenvolvendo ações, no Congresso Nacional, voltadas para o arquivamento das proposições em tramitação.

25- Aprofundar o debate sobre autonomia e financiamento das instituições de ensino superior, em conjunto com as outras entidades do campo da educação, com vista à construção e à implementação de ações que contribuam para:

25.1- o combate a todas as formas de financiamento que impliquem o comprometimento da autonomia didático-científica, pedagógica, administrativa e de gestão financeira e patrimonial das universidades;

25.2- a luta pela revogação de normas, resoluções, regimentos, estatutos, decretos e leis que restrinjam o exercício da plena autonomia universitária como, por exemplo, as que definem e regulamentam a avaliação da instituição (o Exame Nacional de Cursos – “Provão” – e a avaliação das condições de oferta), a escolha de dirigentes e a nomeação de procuradores.

26- Denunciar e combater a ingerência dos conselhos profissionais que firam a autonomia das instituições de ensino superior.

27- Organizar e implementar ações voltadas para a revogação do Programa de Qualificação Institucional – PQI, lutando, paralelamente, pela implementação do projeto de capacitação docente do ANDES-SN.

28- Implementar ações de combate às Diretrizes Curriculares Nacionais do Conselho Nacional de Educação para o ensino médio e superior que comprometem a qualidade da educação com o aligeiramento dos cursos e a superficialização dos conteúdos curriculares.

29- Lutar, em conjunto com as entidades do setor de educação, pela ampliação de vagas para discentes nas IES públicas, com prioridade para os cursos noturnos, condicionada à garantia de recursos orçamentários, destinados à recomposição e à expansão dos quadros efetivos de docentes e de técnico-administrativos (contratos por concurso público e pelo regime estatutário) e à infraestrutura das IES resgatada a sua autonomia.

30- Intensificar a luta pela defesa intransigente da gratuidade do ensino, em todos os seus níveis e modalidades, nas IES públicas, combatendo todas as formas de extingui-la, em particular por meio da cobrança de taxas, da implementação de cursos pagos ou de qualquer espécie de ressarcimento, em forma pecuniária ou de serviço por parte dos egressos.

31- Lutar, em conjunto com as entidades do movimento estudantil, por uma política de assistência ao estudante (alimentação, moradia, transporte, material didático, monitoria, iniciação científica entre outras), com orçamento definido, revogando as normas que impeçam a alocação de verbas para tal fim. Política esta entendida como condição essencial ao trabalho docente em geral e, em especial, como forma de viabilizar a permanência e o bom desempenho acadêmico dos estudantes, até a conclusão do curso, reduzindo, assim, a evasão nas IES públicas.

32- Aprofundar o debate, mediante a realização de eventos, sobre a política governamental de expansão, favorecimento e fortalecimento da privatização da educação.

33- Lutar contra o processo de privatização interna nas IES públicas, promovido pelas fundações de direito privado, realizando debates nessas IES, organizando dossiês e, quando necessário, encaminhando denúncias ao Ministério Público.

34- Intensificar a luta, em conjunto com o movimento social organizado, sindical e popular, pela reestatização das empresas e serviços estratégicos e contra a abertura destes ao capital estrangeiro.

35- Intensificar a luta em defesa dos serviços públicos, em todos os setores e em todas as esferas administrativas e contra a sua privatização, exigindo o cumprimento dos termos de acordo assinados

em circunstâncias de greve.

36- Ampliar, em caráter urgente e preferencial, a luta contra a privatização e precarização dos Hospitais Universitários, que enfrentam crises permanentes, agravadas, na atual conjuntura, pela incapacidade e irresponsabilidade dos governos federal e estaduais de negociar soluções emergenciais, com as entidades representativas de professores, servidores e estudantes, na perspectiva de que essas unidades efetivamente cumpram suas funções acadêmicas e sociais.

37- Construir, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, a luta pelo controle social dos meios de comunicação, compreendendo: (a) a reestruturação democrática dos sistemas de comunicação; (b) a capacitação da sociedade para o conhecimento e a ação sobre a comunicação; (c) a definição e a disputa de uma Política de Desenvolvimento da Cultura do País, por meio do controle da mídia pela sociedade.

38- Lutar, em conjunto com entidades e movimentos organizados da sociedade civil, para apresentar um programa político para o setor, sustentado no debate dos projetos que se encontram em tramitação no Legislativo e no Executivo Federais, compreendendo: (a) a disputa pela regulamentação, por lei, das demais tecnologias de TV por assinatura; (b) a disputa da regulamentação da radiodifusão; (c) a luta por uma regulamentação da TV Digital que considere perspectivas estratégicas do país e os interesses da sociedade, não se restringindo aos interesses de alguns grupos nacionais, nem sucumbindo às pressões de conglomerados econômicos internacionais.

39- Implementar ações de defesa da produção científica e tecnológica nacional, organizando firme oposição ao projeto de Lei de Inovação Tecnológica, a fim de arquivá-lo, como também, às regulamentações de exploração do subsolo, à Lei de Telecomunicações (sistemas digitais, provedores estrangeiros de educação etc.), à lei de Patentes, e a outros projetos e programas governamentais que, orientados pela lógica da ingerência do mercado e por interesses estrangeiros, comprometem o desenvolvimento e a soberania do país.

40- Implementar ações para extinguir os Fundos Setoriais, evitando, dessa forma, a ingerência do mercado no financiamento público de ciência e tecnologia.

41- Intensificar a luta pela manutenção da previdência pública estatal.

42- Lutar pela aposentadoria integral para todos os trabalhadores de forma a garantir esse princípio, tanto aos trabalhadores do setor público quanto privado, contrariamente à situação atual que trata diferentemente os trabalhadores públicos e privados e aos aposentados do setor público e aos que futuramente vierem a se aposentar conforme as propostas hoje em curso no Congresso Nacional.

43- Indicar às Seções Sindicais que, articuladamente com os servidores de outras entidades nacionais e das esferas estadual e municipal, permaneçam mobilizadas para uma resposta imediata à iminente possibilidade de aprovação de Reforma Previdenciária que venha cassar direitos conquistados ao longo de nossa luta.

44- Indicar às Seções Sindicais a promoção de seminários, encontros, debates, atos etc., com o objetivo de:

44.1- desvelar a falácia do governo sobre o *deficit* da Previdência Social e de apreender o real significado da Reforma da Previdência proposta pelo novo governo;

44.2- denunciar o assistencialismo presente nas ações focalistas, fragmentadas e pontuais que mistificam a política de Assistência Social, engendrando programas como a Universidade Solidária, os Amigos do Transplante, os Amigos da Escola e outros, criados pelo governo FHC e ainda vigentes, que procuram desresponsabilizar o Estado das suas reais funções sociais.

44.3- combater a mercantilização da saúde, que contraria os princípios de universalidade, equidade e integralidade, conforme o Art. 196 da Constituição Federal de 1988.

45- Indicar a produção de documentos fundamentados sobre o efeito perverso que a reforma proposta exercerá sobre os servidores públicos. Estes documentos servirão, também, de instrumento para trabalho de militância junto aos parlamentares eleitos, manifestando a posição contrária do ANDES-SN às propostas desta reforma previdenciária.

46- Indicar a necessidade de criação de fóruns e outros organismos, onde não existirem, ou integração aos já existentes com o objetivo de intensificar a luta em defesa do regime próprio de previdência do setor público.

47- Lutar contra opressões, desigualdades e discriminações de classe, etnia, cultura, religião, gênero, orientação sexual, idade e nacionalidade, intensificando a construção, durante o ano de 2003, de estratégias para a inserção do ANDES-SN nas lutas mais gerais com o conjunto dos movimentos

organizados, sob a coordenação do GT Etnia, Gênero e Classe.

RECOMENDAÇÕES:

O 22º Congresso recomenda às Seções Sindicais que:

- 1 – avaliem, a partir de consulta às assessorias jurídicas, a possibilidade de apresentar denúncia ao Ministério Público contra a ausência de transparência por parte das fundações ligadas as IES públicas, no que se refere à administração dos recursos financeiros;
- 2 – atuem, em conjunto com as entidades estudantis e de técnico-administrativos, na realização de ações contra a cobrança de taxas nas IES públicas.
- 3 – realizem, no primeiro semestre de 2003, seminário sobre precarização do trabalho docente nas IES.

O 22º Congresso recomenda ao ANDES-SN que:

- 1 – por intermédio do GT Seguridade Social, desenvolva um estudo qualitativo, de abrangência nacional, que possa ser realizado pelas próprias Seções Sindicais, com o objetivo de traçar um completo perfil das questões que relacione o trabalho do docente com suas condições de saúde;
- 2 - discuta propostas concretas de as Seções Sindicais do ANDES-SN evitarem a mediação de convênios que implementem planos de saúde privados, reforçando a defesa do SUS, na direção de universalizar uma assistência à saúde pública e de qualidade.



Diretoria do ANDES-SN

PLANO DE LUTAS DO SETOR DAS IPES

TR - 75

Considerando o atual quadro de expansão e diversificação das Instituições Privadas de Educação Superior (IPES), tanto geográfica como acadêmica, e o substancial aumento de docentes vinculados à iniciativa privada, e prosseguindo com a necessária ampliação das ações no Setor das IPES pelo ANDES Sindicato Nacional, o 22º Congresso reafirma, por permanecerem atuais, os Planos de Lutas do Setor das IPES aprovados nos 20º e 21º Congressos (Rio de Janeiro, RJ – 2001; Rio Grande, RS – 2002, respectivamente) e no 45º CONAD (Belém, PA – 2002), atualizando, por pertinente, os itens 3 e 7.

1 - A prioridade, entre suas estratégias de ação, de linhas de ação política que permitam interferir junto ao Executivo federal, ao Conselho Nacional de Educação e ao Legislativo federal, no sentido de:

1.1 - fornecer as informações necessárias para que a expansão desenfreada das IPES seja amplamente discutida, no que se refere tanto à política de subsídios de recursos financeiros públicos como à facilitação de seu funcionamento;

1.2 - recuperar a prática de audiências públicas, forjada nas lutas das IES públicas, que deverá agora ser estimulada com o objetivo de promover a ampla discussão do ensino superior privado no país e de formular propostas que controlem, reduzam ou inibam tal expansão.

2 – A atuação junto ao Ministério Público para que sejam apuradas as irregularidades de que se tenha conhecimento, tanto nas relações trabalhistas como no relacionamento entre o poder público e as instituições privadas de educação superior, em especial no que tange a fiscalização, financiamento, avaliação, autorização para criação e funcionamento de IPES e cursos, e expansão de matrículas.

3 – A realização, durante o ano de 2003, de um seminário nacional sobre a *Expansão do Ensino Privado, as Condições de Trabalho dos Docentes e a Liberdade de Organização*

Sindical, com o objetivo de inserir, no âmbito do MD, a discussão relativa à Política de Expansão do ANDES-SN.

4 – A realização de seminários regionais preparatórios, buscando assegurar a presença de docentes dos três setores, (IEES, IFES e IPES), assim como da base não organizada, e desenvolvendo a seguinte pauta de discussão: (a) concepção e representatividade sindical; (b) organização por local de trabalho; (c) Seções Sindicais Multi-institucionais; e (e) política de expansão do ANDES-SN.

5 – A reafirmação da necessidade tanto do enfrentamento, pela categoria, do PLC 134/01 (flexibilização da CLT) como da articulação de ações unificadas com as CUT estaduais.

6 - O estudo, pelo GTCA em conjunto com o setor das IPES, da produção e lançamento de peças publicitárias divulgando as campanhas salariais futuras do Setor, dadas a amplitude deste e a diversidade de datas-base da categoria.

7 – A ampla divulgação de informações referentes ao Setor e à Campanha Salarial 2003, por meio de uma Edição Especial do InformANDES, ainda no 1º semestre de 2003.

RECOMENDAÇÃO

O 22º Congresso do ANDES-SN recomenda que as Seções Sindicais do Setor das IPES e as Secretarias Regionais encaminhem as campanhas salariais tendo como referência a Pauta Unificada para os Docentes das IPES – 2003, aprovada no 45º CONAD (Belém, PA – Novembro/2002), abaixo transcrita.

PAUTA UNIFICADA PARA OS DOCENTES DAS IPES – 2003

1 – Diretrizes gerais

O Sindicato, dando conseqüência à luta pela implementação da Carreira Única e pela melhoria das condições de trabalho nas IPES, construiu uma proposta de pauta unificada que vem sendo anualmente atualizada, de acordo com a demanda da sua base organizada, tendo como referência as seguintes diretrizes gerais:

1.1 - Gestão democrática - as pautas deverão contemplar reivindicações que garantam o processo de democratização no interior das Instituições Particulares de Ensino Superior (IPES), como a participação dos docentes em órgãos colegiados, eleições de dirigentes, dentre outras.

1.2 - Liberdade de organização sindical com pleno reconhecimento da organização local dos docentes e do sindicato pelo qual optarem, como instância legal e legítima de representação e de negociação coletiva de trabalho da categoria.

2 – Carreira e Capacitação Docentes

Devem-se tomar como referências o *Projeto de Carreira Única para o Magistério das IES* e o *Plano de Capacitação Docente*, constantes da *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira* (Cadernos ANDES, nº 2, 1996), criando-se estímulos para a sua adequação e implementação, em cada IPES, por intermédio de uma política de valorização da qualificação *stricto sensu*, como defendemos:

2.1 – a criação e a implementação dos Planos de Carreira e de Capacitação Docentes;

2.2 – o pagamento de adicional por qualificação;

2.3 – a contratação, por concurso público devidamente regulamentado pelos órgãos competentes da instituição, que atenda aos critérios da transparência e do padrão unitário de qualidade,;

2.4 – a garantia das condições necessárias à capacitação (afastamento remunerado, por exemplo)

2.5 – a garantia das condições necessárias à participação em eventos acadêmicos e culturais como parte do processo de capacitação;

3 – Regime de Trabalho

É fundamental que se avance no sentido da superação das contratações pelo regime

horista, instituindo-se o regime de tempo contínuo, conforme a *Proposta da ANDES para a Universidade Brasileira* (Cadernos ANDES, nº 2, 1996) contemplando:

3.1 – o plano de implementação de regime de tempo contínuo para todos os docentes;

3.2 – o piso de dois salários-mínimos do DIEESE, por 20 (vinte) horas semanais;

3.3 – a inclusão, na jornada de trabalho do docente:

a) das atividades de ensino, pesquisa e extensão;

b) das atividades de administração acadêmica e de participação em órgãos colegiados;

c) de horas para preparação de suas atividades didáticas (aulas, provas, materiais didáticos, etc.), equivalentes a, pelo menos, o número de aulas ministradas;

A transição do regime de trabalho horista para o regime de trabalho contínuo será avaliada pelas Assembléias Gerais – Locais e Regionais, objetivando criar as condições de aproximação gradativa do padrão unitário de qualidade defendido pelo ANDES Sindicato Nacional.

4 – Questões Salariais

Nesse item, as pautas de reivindicação devem contemplar:

4.1 – o piso salarial de dois salários-mínimos, calculados pelo DIEESE (R\$ 1.168,92), correspondentes a 20 (vinte) horas semanais para todos os docentes, independentemente do Regime de Trabalho (horista ou Regime de Tempo Contínuo);

4.2 – a reposição das perdas salariais acumuladas no período de vigência de acordos anteriores, cujos índices serão definidos nas Assembléias da categoria com base nos índices do ICV/DIEESE;

4.3 – o fornecimento ao docente de documento comprobatório da remuneração total paga, explicitando: número de horas/aula, horas extras, adicional noturno, descontos efetuados, valor líquido pago no mês, valor do depósito do FGTS e demais registros pertinentes;

4.4 - a garantia do pagamento de horas complementares aos professores horistas, destinadas à preparação de aulas, instrumentos de avaliação, correção de trabalhos em geral e atendimento de alunos;

4.5 – a convocação, fora do horário de trabalho dos docentes, deverá ser considerada hora extra, com 100% de acréscimo, para efeito de remuneração;

4.6 – a garantia, a todos os docentes, do adicional denominado anuênio, da ordem de 1% (um por cento) sobre seu salário-base, a cada 1 (um) ano de efetivo exercício na IPES, contados a partir da data de contratação;

4.7 – a garantia da irredutibilidade da carga horária e da remuneração mensal;

4.8 – a remuneração dos docentes contratados em regime de hora-aula, com base no regime de trabalho contratado, sendo o mês constituído de 5,25 (cinco vírgula vinte e cinco) semanas. Já estão aí incluídas as quatro semanas e meia e incluído o repouso semanal remunerado de 1/6 (um sexto).

4.9 – o cálculo do desconto das faltas far-se-á multiplicando-se o número de aulas não-dadas pelo valor correspondente à hora contratada;

4.10 – a garantia do pagamento de adicional noturno de 25% (vinte e cinco por cento), pelas atividades docentes realizadas a partir das 22 horas, independentemente do regime de trabalho;

4.11 – a negociação entre as partes, caso haja alteração na política salarial vigente, no prazo máximo de 30 (trinta) dias da mudança verificada.

5 – Estabilidade e Garantia do Emprego

As pautas de reivindicação prevêm:

5.1 – a garantia de estabilidade de emprego aos professores, aprovada na Convenção nº 158 da OIT (Organização Internacional do Trabalho).

Este direito só não subsiste nos casos de demissão por justa causa, precedida de inquérito

administrativo, no qual se assegure amplo direito de defesa, os recursos cabíveis e, ainda, a prévia anuência departamental, em reunião especificamente convocada para apreciar o ato de demissão e que conte com 50 % (cinquenta por cento) mais um dos membros efetivos do departamento a que estiver vinculado o docente.

5.2 – a garantia de estabilidade à gestante até sessenta dias após o término da licença maternidade. Em caso de adoção de criança recém-nascida, será concedida ao adotante estabilidade por período de 180 dias contados a partir da data de concessão legal de guarda do adotando.

5.3 – o pagamento de multa rescisória de 100% (cem por cento) sobre o valor depositado do FGTS, por demissão sem justa causa;

5.4 – o direito ao docente demitido sem justa causa, no decorrer do ano letivo, de percepção total dos salários calculados até o final do mesmo, garantindo-se o pagamento até o início do ano letivo subsequente; este direito é extensivo ao previsto no item 5.1 das Questões Sociais;

5.5 – a obrigatoriedade de indicação, pela IPES, na carta-aviso, do motivo que deu origem à dispensa, quando houver demissão por justa causa, nos termos do Art. 482, da CLT. Caso contrário, fica descaracterizada a justa causa.

5.6 – a desobrigação de firmar contrato de experiência por docente que seja readmitido até 12 (doze) meses após seu desligamento;

5.7 – a garantia de empregos e salários aos docentes em vias de aposentadoria que estejam contratados pela IPES há pelo menos 3 (três) anos. O cálculo de que trata este item levará em conta 1 (um) ano de estabilidade para cada 5 (cinco) trabalhados.

6 – Questões Sociais

As pautas de reivindicações devem garantir:

6.1 – a isenção integral de taxas e mensalidades em todos os cursos, de todos os níveis, quando houver opção do(a) docente pela matrícula em seu local de trabalho, para si próprio(a), seu (sua) companheiro(a), filhos(as) e outros dependentes, sem restrições;

6.2 – a creche para filhos (as) de docentes, quando do seu período de trabalho na instituição;

6.3 – o transporte ao docente residente em outro município, quando se dirigir para atividades na universidade, bem como o pernoite, sempre que necessário, em decorrência do trabalho noturno, sem ônus para o docente;

6.4 – o seguro de vida em grupo;

6.5 – a integralização do salário do docente, de modo a completar o benefício do auxílio-doença da Previdência Social durante o período do seu afastamento;

7 – Relações Sindicais

Tendo em vista a importância de garantir as condições para o livre exercício e o fortalecimento da organização sindical, faz-se necessário que seja assegurada ao docente dispensa das atividades acadêmicas, sem prejuízo de funções e vencimentos, quando:

7.1 - exercer mandato sindical no ANDES - SN, ou na Seção Sindical;

7.2 - participar de eventos e atividades do Sindicato.

TEXTO 76

Diretoria do ANDES-SN

ATUALIZAÇÃO PLANO DE LUTAS**TR - 76**

O 22º Congresso aprova o indicativo de greve, conforme apontado na Plenária dos SPF ocorrida em 18/02/03, caso seja retomada a tramitação do PLC 09/99 e adota o seguinte calendário.

- 1) Ato nos estados contra o PLC 09/99 no dia 20/03 (em conjunto com o lançamento da Campanha Salarial dos SPF).
- 2) Participação no Seminário em Defesa da Previdência Pública, Solidária e Regime de Repartição, a ser realizado no dia 25/03 em Brasília.
- 3) Realização, entre a 2ª quinzena de abril e a 1ª quinzena de maio, de um ato nacional e nos estados para denunciar a proposta de reforma do governo federal.